ISSN: 1809-3507

PALIMPSESTO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA UERJ
VOLUME 25, NÚMERO 52 – SET/DEZ 2026 – RIO DE JANEIRO - RJ

Arquiteturas do sentido em contextos de uso: descrições do português brasileiro na Linguística Cognitiva

Catalogação na fonte: UERJ/REDE SIRIUS/CEH-B

Palimpsesto: revista do programa de pós-graduação em Letras /

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Vol. 1, n. 1, (1999)-. – Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Letras, 1999–.

Anual: 1999-2008.

Semestral: 2009-2017.

Quadrimestral: 2018-.

ISSN 1809-3507 (online).

1. Literatura – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos. I.Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU 82(05)

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB-7 4578/94

CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Reitor Gulnar Azevedo e Silva
Pró-reitor de Graduação PR1 Antonio Soares da Silva
Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa PR2 Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura PR3 Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do CEH Roberto Rodriguez Dória
Diretora do Instituto de Letras Janaina da Silva Cardoso
Vice-Diretor do Instituto de Letras Rodrigo da Silva Campos
Coord. da Pós-graduação em Letras Nabil Araújo de Souza
Vice-Coord. da Pós-graduação em Letras Wagner Monteiro Pereira
Coord. de Estudos de Língua Alexandre do Amaral Ribeiro
Subcoord. de Estudos de Língua Sandra Pereira Bernardo
Coord. de Estudos Literatura Davi Pinho | Ieda Magri

PALIMPSESTO É UMA INICIATIVA DO CORPO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS COM O APOIO DA COORDENAÇÃO GERAL

CORPO EDITORIAL

Editoras gerais Isabela Coradini Pinheiro | Marina Otero Lemos Silva

Editores de seção
Danielle Meireles de Andrade | Erick Douglas Nascimento da Silva | Guilherme Diniz Machado | Juliana Pereira Guimarães | Paulo Cesar da Silva Lopes Junior | Selma Cristina Raymundo Pontes | Sergio Schargel

Editores convidados para a organização do Dossiê
Mônica Nunes Carneiro | Raphael Alves de Oliveira

Revisores textuais
Língua Portuguesa Ana Carolina de Azevedo Guedes | Danielle Meireles de Andrade | Isabela Coradini Pinheiro | Júlia Rocha dos Santos | Juliano Campos Maia | Marina Otero Lemos Silva | Mônica Nunes Carneiro | Paulo Cesar da Silva Lopes Junior | Priscilla Beatriz Doro Bareli | Rafael Batista da Silva | Raphael Alves de Oliveira | Ticiane Sousa

Língua Espanhola Gabrielle de Oliveira Sá | Raphael Alves de Oliveira

Língua Inglesa Ana Carolina de Azevedo Guedes | Danielle Meireles de Andrade | Guilherme Diniz Machado | Isabela Coradini Pinheiro | Juliana Pereira Guimarães | Marina Otero Lemos Silva | Paulo Cesar da Silva Lopes Junior | Raphael Alves de Oliveira | Ticiane Sousa

DIAGRAMAÇÃO

Isabela Coradini Pinheiro | Marina Otero Lemos Silva

CONSELHO CONSULTIVO

MEMBROS INTERNOS (UERJ)

Ana Cristina Chiara | Ana Lúcia Oliveira | André Crim Valente | Angela Correa Ferreira Baalbaki | Carmem Lúcia Negreiros | Davi Ferreira de Pinho | Deise Quintiliano Pereira | Éverton Barbosa Correira | Gustavo Bernardo Krause | João Cezar de Castro Rocha José Carlos Azeredo | Leila Assumpção Harris | Leonardo Davino de Oliveira Maria Aparecida F. de Andrade Salgueiro | Maria Conceição Monteiro | Maria Cristina Batalha | Maria Teresa Gonçalves Pereira | Nadiá Paulo Ferreira | Nabil Araújo de Souza | Roberto Acízelo | Sérgio Nazar David | Tânia Maria Granja Shepherd | Tania Maria Nunes de Lima Camara

MEMBROS EXTERNOS NACIONAIS

Adriana Nobrega (PUC-RJ) | Alena Ciulla (UFRGS)
Ana Cristina Santos Peixoto (UFSB) | Ana Elisa Ferreira Ribeiro (CEFET-MG)
Ana Lúcia Monteiro Ramalho Poltronieri Martins (IFF) | André Luiz Rauber (UFMT)
Annita Gullo (UFRJ) | Anne Caroline de Morais Santos (UVA e FACHA)
Berta Waldman (USP) | Bethania Mariani (UFF) | Carmem Pimentel (UFRRJ)
Claudio Manoel de Carvalho Correia (UFS) | Demerval da Hora (UFPB) | Denílson Lopes (UNB) | Désirée Motta Roth (UFSM) | Diana Irene Klinger (UFF) | Eliane Marquez da Fonseca Fernandes (UFG) | Emílio Carlos Roscoe Maciel (UFOP) | Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira Almeida (UFG) | Germana Sales (UFPA) | Gilson Costa Freire (UFRRJ) | Gisele Batista da Silva (UFRJ) | Helena Maria Ferreira (UFLA)
José Luiz Fiorin (USP) | José Ribamar Lopes Batista Júnior (UFPI) | Luiz Costa Lima (PUC-RJ) Kleber Aparecido da Silva (UnB) | Márcia Antônia Guedes Molina (UFMA)
Maria Cristina Parreira (UNESP) | Maria Del Carmen F. Gonzalez Daher (UFF) | Maria Medianeira Souza (UFPE) | Maria Rosa Petroni (UFMT)
Maria Suelí De Aguiar (UFG) | Patrícia Gissoni Santiago Lavelle (PUC-RJ)
Paulo Jorge Martins Nunes (UNAMA) | Paulo Motta Oliveira (USP)
Raúl Antelo (UFSC) | Raul de Souza Püschel (IFSP) | Sandra Goulart de Almeida (UFMG) | Sandra Regina Franciscatto Bertoldo (UFR) | Simone de Jesus Padilha (UFMT) | Suzana Célia Leandro Scramim (UFSC) | Thiago Soares de Oliveira (IFF)
Vanda Maria Elias (UNIFESP) | Viviane Dantas Moraes (UFMA) | Walnice Nogueira Galvão (USP) | Wander Melo Miranda (UFMG) | Wilbert Clayton Ferreira Salgueiro (UFES)

MEMBROS EXTERNOS INTERNACIONAIS

Alfredo Tenoch Cid Jurado (Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco – México) | Ana Luísa Liberato Vieira Vilela Anileiro Onofre (Universidade de Évora – Portugal) | Antónia Estrela (Politécnico de Lisboa –Portugal) | Carla Valeria de Souza Faria (Università Ca' Foscari Venezia –Itália) | Catarina Isabel Sousa Gaspar (Universidade de Lisboa –Portugal) | Cesar Augusto Braga Pinto (Northwestern

University –EUA) | Federico Navarro (Universidad de Buenos Aires –Argentina) Gabriel Alejandro Giorgi (New York University –EUA) | Gema Ortega (Dominican University –EUA) | Gilmer Cook (Dominican University –EUA) | Gonzalo Leiva Quijada (PUC –Chile) | Imani D. Owens (University of Pittsburgh –EUA) | Isabel Sebastião (Politécnico de Lisboa –Portugal) | João Paulo Silvestre (King's College London –Inglaterra) | Leonardo Peluso Crespi (Universidad de la República –Uruguai) Liliane Moreira Santos (Université de Lille –França) | Livia Assunção Cecilio (Università di Bologna –Itália) Luis Ernesto Behares (Universidad de la República –Uruguai) | Maria Adelina de Figueiredo Batista Amorim (Universidade Nova de Lisboa –Portugal) | Maria da Graça Lisboa Castro Pinto (Universidade do Porto –Portugal) Maria Laura Bettencourt Pires (Universidade Católica Portuguesa –Portugal) | Maria José Grosso (Universidade de Macau –China) | Marino Forlino (Scripps College –EUA) | Paulo Osório (Universidade da Beira Interior –Portugal) Pedro Balaus Custódio (Politécnico de Coimbra –Portugal) | Rui Manoel Sousa Silva (Universidade do Porto –Portugal) |Sarah Juliet Lauro (University of Tampa –EUA) | Sérgio Paulo Guimarães de Sousa (Universidade do Minho –Portugal) | Thomas Johnen (Westsächsische Hochschule Zwicka –Alemanha)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Arquiteturas do sentido em contextos de uso: descrições do português brasileiro na Linguística Cognitiva..... 10
Raphael Alves de Oliveira, Mônica Nunes Carneiro

ENTREVISTAS

Fronteiras da formação de palavras e Morfologia Construcional..... 23
Carlos Alexandre Victorio Gonçalves, Raphael Alves de Oliveira, Mônica Nunes Carneiro

Quando os nomes encontram os esquemas: uma conversa com Juliana Soledade..... 57
Juliana Soledade, Mônica Nunes Carneiro, Raphael Alves de Oliveira

DOSSIÊ (ESTUDOS DE LÍNGUA)

Semântica de Frames, direitos reprodutivos e gênero: reflexões sobre uma análise baseada em *corpora*..... 96
Aline Nardes dos Santos, Débora Sartori

Sentidos de *na verdade* no século XXI..... 118
Caio Matheus Caldas Barbosa

A abordagem da figuratividade em atividades didáticas à luz da Teoria da Metáfora Conceptual..... 146
Camila Bento de Almeida, Fernanda Carneiro Cavalcanti

Metáfora como operador semântico na capoeira: uma abordagem sociocognitiva de práticas afro-brasileiras..... 173
Davidson Martins Viana Alves, Luanda da Silva Gustavo

Do mental ao digital: a formação de sentido através do *blending* nas gírias das redes sociais no português brasileiro..... 200
Eduardo Alves da Silva

A família construcional das resultativas perifrásticas do PB como operação de integração conceptual: espaços mentais, mesclagem e estrutura emergente..... 228
Hanna Ferreira da Silva

Entre *cortar* e *cortar fora*: um caso de partícula com valor aspectual em português brasileiro..... 249
Heronides Moura, Alcione Alves Hulse

Projeções metafóricas e metonímicas na construção modalizadora [V1AUX + Prep + V2INF]..... 270
Líneker Trajano dos Santos

"Dentro" e "fora" do lugar comum: uma análise cognitivo-social das metáforas em construções verbo-partículas no Português Brasileiro..... 292
Ludiani Retka Trentin

O uso modela a gramática: a frequência das construções com SE..... 321
Luisa Godoy, Diogo Pinheiro

Construções de desacordo por escalaridade a partir de uma abordagem construcionista da gramática..... 343
Marcos Luiz Wiedemer, Luiza Maia Assis

Oralidade e escrita: uma análise diassistêmica..... 368
Matheus Esteves Leite

Compostos fraseológicos no português brasileiro: uma abordagem construcional e semântico-cognitiva..... 392

Natival Almeida Simões Neto, Cecília Cunha Cerqueira dos Santos, Wívia Ananda Souza Santos Lima

Delegação e fusão: construções de autoridade discursiva em discursos digitais do português brasileiro..... 417
Rebeca Emerich Alvarez

Os jogos de perspectivização via metáfora-metonímia em letras de *rap* como forma de reivindicação do protagonismo negro..... 449
Tayná Miranda de Andrade

ESTUDOS DE LÍNGUA (TEMA LIVRE)

Protagonismo negro no cinema: entre a estereotipia e as estratégias comerciais..... 471
Breno Freitas

Censura à leitura como dispositivo de reprodução de colonialidade de gênero..... 493
Erinaldo da Silva Santos

Ironia em dimensão argumentativa – uma crítica social em *As caravanas*, de Chico Buarque..... 515
Júlia Andrade da Silva Rosa

Vozes do Sul e grafemas do Norte: tensões entre oralidade e escrita na educação linguística indígena brasileira..... 530
Myrella Araújo de Freitas, Silvia Regina Gomes Miho

A variação linguística como recurso expressivo: uma análise de "O poeta da roça", de Patativa do Assaré..... 559
Tallyson Tamberg Oliveira da Silva Cavalcante

Quem olha a lua de outono?: gênero e performatividade nas traduções de *Lamentos nos degraus de jade*, de Li Bai 579
Vinicius Dias Costa

RESENHAS

A gramática imortal de Evanildo Bechara 607
Felipe de Andrade Constancio, Diogo Wosny dos Santos

SOBRE ESTA EDIÇÃO

Expediente 1

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.101998

Arquiteturas do sentido em contextos de uso: descrições do português brasileiro na Linguística Cognitiva

Raphael Alves de Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
ra.alvesdeoliveira@gmail.com
https://orcid.org/0009-0002-4361-6780

Mônica Nunes Carneiro
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
moninunes190@gmail.com
https://orcid.org/0009-0008-5087-2006

Este dossiê parte de uma questão que atravessa diferentes vertentes da Linguística Cognitiva: como descrever a organização do sentido sem separar as formas linguísticas da experiência em que se estabilizam, circulam e se transformam? O título *Arquiteturas do sentido em contextos de uso: descrições do português brasileiro na Linguística Cognitiva* reúne esse problema em torno de fenômenos do português brasileiro situados no léxico, na morfologia, na gramática e no discurso. Os artigos trabalham com corpora, postagens de redes sociais, dados geolinguísticos, letras de rap, práticas da capoeira e atividades didáticas; em todos os casos, a descrição linguística é posta em relação com processos de conceptualização e com evidências de uso.

No título, *arquiteturas* designa modos de organização, não um modelo único de gramática ou de significado. A escolha do termo encontra apoio particular nas abordagens baseadas no uso, que representam o conhecimento linguístico como uma rede de unidades em diferentes graus de abstração. No domínio da morfologia, Booij (2014) descreve uma relação dialógica entre o conhecimento linguístico dos falantes e os eventos efetivos de uso: graus de produtividade, subesquemas e generalizações dependem das distribuições encontradas na experiência linguística. Em Booij (2018), essa concepção se explicita na proposta de um léxico hierárquico, no qual palavras complexas, esquemas e subesquemas coexistem e se relacionam paradigmaticamente. Os esquemas motivam propriedades de formas já conhecidas e podem, ao mesmo tempo, sancionar novas formações. A

arquitetura, nesse recorte, corresponde às relações que organizam unidades armazenadas, generalizações e possibilidades de criação.

A relação entre experiência e representação formulada por Booij se aproxima de uma concepção mais ampla da língua como sistema sensível à história de seus usos. Em Beckner et al. (2009), estabilidade e mudança resultam da interação entre mecanismos cognitivos gerais, atividade comunicativa e experiência acumulada, e não de componentes isolados. Antes dos artigos, as duas entrevistas que abrem o número retomam essa questão a partir de trajetórias em que a revisão do aparato analítico acompanha problemas persistentes de descrição.

Na primeira delas, os organizadores deste dossiê conversam com Carlos Alexandre Victorio Gonçalves em *Fronteiras da formação de palavras e Morfologia Construcional*. As perguntas retomam dois eixos recorrentes de sua produção: os processos morfológicos não concatenativos — entre eles truncamentos, cruzamentos vocabulares, reduplicações e formações com *splinters* — e as zonas de fronteira entre categorias como radical e afixo, composição e derivação, concatenação e não concatenação. A entrevista recupera ainda a passagem por diferentes instrumentos de análise, da Morfologia Prosódica e da Teoria da Otimalidade à Gramática de Construções, à Morfologia Construcional e, mais recentemente, à Morfologia Relacional. O interesse do percurso está menos na sucessão de rótulos teóricos do que nas reformulações que cada modelo tornou possíveis diante de fenômenos que resistiam a uma descrição estritamente concatenativa.

Na segunda entrevista, os organizadores conversam com Juliana Soledade em *Quando os nomes encontram os esquemas: uma conversa com Juliana Soledade*. O diálogo parte de sua trajetória na morfologia histórica e na antroponímia para discutir o conteúdo semântico de esquemas antroponímicos, a produtividade de padrões biformativos, o papel da frequência e do entrincheiramento, a possibilidade de validação psicolinguística dos esquemas, os problemas que a diacronia impõe à representação em rede e as avaliações sociais que recaem sobre nomes inovadores. Nos antropônimos, a regularidade formal pode coexistir com conteúdos categoriais, pragmáticos, culturais e episódicos que não se deixam reduzir a uma única especificação do polo semântico. A dificuldade de separar o que pertence ao esquema do que decorre de conhecimentos

socioculturais e de experiências particulares reaparece, com outros objetos, nos artigos do volume.

LINGUAGEM, CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA DE USO

A centralidade do significado não implica que todos os processos de significação sejam descritos no mesmo nível. O conhecimento convencional associado a itens e construções, os modos de perspectivar uma cena, as extensões metafóricas e metonímicas, as inferências favorecidas por situações comunicativas e as estruturas conceptuais montadas durante o discurso colocam problemas diferentes. A precisão da análise depende, portanto, de reconhecer o que cada modelo toma como objeto e que tipo de relação estabelece entre forma linguística, conhecimento e contexto.

Geeraerts (2006) sintetiza quatro características da abordagem cognitiva do significado: seu caráter perspectival; sua natureza dinâmica e flexível; sua dimensão enciclopédica e não autônoma; e sua base na experiência e no uso. As línguas não apenas nomeiam uma realidade previamente recortada; oferecem recursos para selecionar pontos de vista, perfilar participantes e distribuir atenção. Compreender uma expressão também requer mobilizar conhecimentos que ultrapassam a informação convencionalmente associada às formas. A distinção entre o que se estabiliza no conhecimento linguístico e o que se constrói em situações particulares é central para os fenômenos examinados nesta seção.

O comportamento de *na verdade* oferece um primeiro caso desse problema. Em *Sentidos de na verdade no século XXI*, Caio Matheus Caldas Barbosa investiga dados do Corpus do Português e da rede social X para mapear funções discursivo-pragmáticas da expressão, com atenção especial à retificação e aos graus de contrastividade associados aos usos. A análise não se limita a enumerar acepções: procura reconhecer regularidades funcionais e observar como inferências mais específicas se distribuem em contextos concretos, conjugando interpretação qualitativa e frequência. A convencionalização da sequência não elimina a possibilidade de gradação; sobre essa base relativamente estável, organizam-se diferentes efeitos contrastivos.

A gradação passa do plano das funções discursivas para a própria configuração formal em *Construções de desacordo por escalaridade a partir de uma abordagem*

construcionista da gramática, de Marcos Luiz Wiedemer e Luiza Maia Assis. O padrão [Verbo no gerúndio + Advérbio em -mente] é examinado como recurso para modular o desacordo, distribuindo-o entre valores parciais e totais. O gerúndio perfila o processo contrastivo, ao passo que o advérbio delimita domínio ou intensidade. O estudo combina levantamento quantitativo e interpretação contextual para mostrar que o contraste argumentativo pode ser codificado de modo escalar. A contribuição da construção decorre da relação entre a forma do padrão e o modo como ele posiciona o enunciado em uma escala de discordância, e não da soma dos significados de seus constituintes.

CONSTRUÇÕES, REDES E ORGANIZAÇÃO GRAMATICAL

A Gramática de Construções oferece uma formulação explícita para a relação entre forma e função ao considerar construções como unidades simbólicas em diferentes graus de complexidade e abstração. Goldberg (2006) desenvolve essa hipótese para mostrar que generalizações gramaticais podem ser representadas diretamente como pareamentos aprendidos, e não como simples efeitos de regras combinatórias independentes do significado. Em uma perspectiva ainda mais fortemente baseada no uso, Goldberg (2019) enfatiza que a produtividade dessas generalizações é parcial: novas instâncias são licenciadas por semelhanças, expectativas distribucionais e competição com alternativas já conhecidas. A criatividade linguística não opera sem restrições; apoia-se em redes de conhecimento prévio.

No domínio morfológico, Booij (2010, 2014, 2018) propõe uma arquitetura hierárquica na qual palavras complexas, esquemas e subesquemas coexistem. O armazenamento de uma forma convencionalizada não impede sua análise interna, assim como a existência de um esquema produtivo não elimina a memória de suas instanciações. Essa rejeição da oposição rígida entre regra e lista permite tratar, no mesmo modelo, graus de esquematicidade e diferentes níveis de generalização.

Em *O uso modela a gramática: a frequência das construções com SE*, Luisa Godoy e Diogo Pinheiro perguntam em que medida a configuração de uma rede construcional pode ser relacionada à distribuição efetiva das formas. Frequência de tipo e frequência de ocorrência são mobilizadas para discutir produtividade, lexicalização, composicionalidade e transitividade nos domínios reflexivo-recíproco, médio e

impessoal. A distribuição dos dados é usada como evidência para caracterizar regiões da rede com graus distintos de generalização e entrincheiramento.

Em *Oralidade e escrita: uma análise diassistêmica*, de Matheus Esteves Leite, a rede construcional é mobilizada para descrever relações entre representações fonológicas e ortográficas. O estudo retoma dados de ditongação representada graficamente — formas como *treis*, *nois*, *feis*, *mau* por *mal* e *auto* por *alto* — e os reinterpreta à luz da Gramática de Construções Diassistêmica. A proposta não apaga a diferença entre fala e escrita, tampouco reduz grafias não convencionais a transcrições da oralidade; descreve correspondências entre modalidades no interior de um repertório linguístico complexo.

Outra zona de fronteira, agora entre palavra complexa e unidade fraseológica, é examinada em *Compostos fraseológicos no português brasileiro: uma abordagem construcional e semântico-cognitiva*, de Natival Almeida Simões Neto, Cecília Cunha Cerqueira dos Santos e Wívia Ananda Souza Santos Lima. A partir de dados oriundos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, os autores analisam formações como *mão de vaca*, *língua solta*, *lenço atrás*, *barra bandeira*, *racha peito* e *raspa do tacho* e discutem seu estatuto na interface entre morfologia e fraseologia. A Morfologia Construcional permite representar esquemas e subesquemas associados a essas formações, enquanto metáfora e metonímia respondem por motivações semânticas que não se recuperam pela simples composição dos significados dos constituintes. A análise dialoga com Booij (2018) ao representar propriedades holísticas e subgeneralizações lexicalmente especificadas sem reduzir o léxico a uma lista de formas.

Em *Projeções metafóricas e metonímicas na construção modalizadora [V1AUX + Prep + V2INF]*, de Líneker Trajano dos Santos, a rede construcional é descrita também por suas diferenças semânticas. A partir de 3.650 ocorrências do Corpus do Português, o autor examina *ter de*, *haver de*, *estar para* e *ficar de* + infinitivo e mostra como valores modais e aspectuais, preenchimentos lexicais e operações figurativas se distribuem entre os subesquemas. A análise evidencia que a organização da rede depende tanto de recorrências formais quanto de contrastes de significado.

PERSPECTIVIZAÇÃO, CORPO E FIGURATIVIDADE

A noção de *construal* permite formular com maior precisão uma intuição recorrente na descrição linguística: duas expressões podem remeter a uma situação comparável e, ainda assim, não apresentá-la do mesmo modo. Langacker (1987, 2008) trata a conceptualização como atividade em que atenção, seleção, grau de especificidade, perfilamento e ponto de vista participam da construção do significado. A gramática, sob essa perspectiva, não apenas combina unidades; oferece recursos para organizar uma cena e orientar o olhar do interlocutor.

Entre cortar e cortar fora: um caso de partícula com valor aspectual em português brasileiro, de Heronides Moura e Alcione Alves Hulse, explora esse princípio por meio de um contraste cuja diferença costuma ser obscurecida quando a partícula é tratada como redundante. Em contextos com partes corporais inalienáveis, *cortar* admite leitura de incisão ou de separação, enquanto *cortar fora* perfila de maneira sistemática a remoção completa. A partícula contribui para a delimitação do ponto terminal do evento e altera o modo como a cena é construída. Com isso, a análise afasta-se da leitura da partícula como mero pleonasmo e mostra que as duas construções perfilam porções diferentes do evento.

A experiência espacial ocupa posição ainda mais visível em *"Dentro" e "fora" do lugar comum: uma análise cognitivo-social das metáforas em construções verbo-partículas no Português Brasileiro*, de Ludiani Retka Trentin. Ocorrências de [V + dentro] e [V + fora] em postagens do X são relacionadas ao esquema imagético do RECIPIENTE e a conceptualizações de engajamento, participação, pertencimento ou afastamento social. A proposta mantém o vínculo entre os usos abstratos e a experiência de interioridade/exterioridade, evitando tratar a extensão semântica como substituição completa do valor espacial. O corpo fornece uma organização recorrente da experiência; os usos sociais especificam os domínios sobre os quais essa organização pode ser projetada.

A passagem de relações espaciais a domínios sociais mais abstratos pode ser descrita por meio de esquemas imagéticos e de projeções metafóricas e metonímicas. Johnson (1987) caracteriza os esquemas imagéticos como padrões recorrentes abstraídos da interação sensório-motora com o ambiente; Lakoff e Johnson (1980) mostram como experiências mais diretamente estruturadas podem organizar, por projeção metafórica, domínios menos concretos. Enquanto a metáfora estabelece correspondências entre

domínios, a metonímia pode fornecer acesso a uma entidade por meio de outra no interior de uma mesma estrutura de conhecimento (Radden; Kövecses, 1999). Nos artigos sobre rap e capoeira publicados neste número, porém, a experiência corporal não aparece como material sensório-motor indiferenciado. Pele, sangue, cicatrizes, gestos e movimentos adquirem valor em histórias coletivas, repertórios identitários e práticas socialmente reconhecíveis. A corporificação, nesses casos, precisa ser articulada às condições culturais que selecionam e estabilizam determinadas associações.

Em *Os jogos de perspectivização via metáfora-metonímia em letras de rap como forma de reivindicação do protagonismo negro*, de Tayná Miranda de Andrade, corpo, história e ponto de vista se encontram na análise de sete fragmentos em que pele, sangue, cicatrizes e outras referências corporais participam da construção de perspectivas sobre violência, resistência e identidade. Metáfora e metonímia são relacionadas ao modo como as letras reorganizam participantes, pontos de vista e valores no discurso. O corpo, nesse corpus, não é simples fonte de imagens figuradas; é também lugar histórico de inscrição de experiências sociais, o que torna inseparáveis a seleção conceptual e os efeitos de perspectivização produzidos pelas escolhas linguísticas.

A mesma necessidade de articular experiência corpórea e conhecimento cultural reaparece em *Metáfora como operador semântico na capoeira: uma abordagem sociocognitiva de práticas afro-brasileiras*, de Davidson Martins Viana Alves e Luanda da Silva Gustavo. Os autores examinam a conceptualização associada a movimentos e denominações da capoeira, com atenção particular ao termo *macaco*. O estudo põe em relação experiência motora, conhecimento cultural e memória histórica, recorrendo tanto à Teoria da Metáfora Conceptual quanto à Integração Conceptual. No caso de *macaco*, propriedades associadas ao animal e ao corpo do capoeirista são projetadas seletivamente em uma configuração emergente que adquire valores técnicos, estéticos e identitários próprios da prática. A análise mostra, desse modo, que a experiência corporal não funciona como fonte abstrata e indiferenciada: sua interpretação depende das convenções, da memória e das relações históricas que organizam o universo da capoeira.

No campo do ensino, *A abordagem da figuratividade em atividades didáticas à luz da Teoria da Metáfora Conceptual*, de Camila Bento de Almeida e Fernanda Carneiro Cavalcanti, examina atividades da coleção *Araribá – Conecta Português* e mostra que expressões idiomáticas relacionadas ao corpo podem ser exploradas a partir das

motivações metafóricas e metonímicas que sustentam seus usos. O artigo distingue duas tarefas que nem sempre coincidem no ensino: reconhecer que uma expressão é figurada e compreender os padrões conceptuais que tornam sua interpretação possível. Se metáfora e metonímia participam do funcionamento ordinário da linguagem, seu tratamento pedagógico não precisa ficar restrito à identificação de figuras como ocorrências excepcionais.

SEMÂNTICA DE *FRAMES* E PERSPECTIVIZAÇÃO DISCURSIVA

Na Semântica de *Frames*, a compreensão de uma expressão linguística pressupõe o acesso a estruturas de conhecimento nas quais participantes, relações e expectativas se definem reciprocamente (Fillmore, 1982). O significado lexical não se esgota em propriedades atribuídas a uma unidade isolada: ele depende do cenário conceptual que essa unidade evoca e das relações que, nesse cenário, tornam determinada interpretação possível.

Semântica de Frames, direitos reprodutivos e gênero: reflexões sobre uma análise baseada em corpora, de Aline Nardes dos Santos e Débora Sartori, leva essa perspectiva à análise discursiva. A comparação entre dois subcorpora busca identificar como direitos reprodutivos são conceptualizados em conjuntos de textos com escopos editoriais diferentes. *Frames*, elementos de *frame* e unidades lexicais permitem observar que participantes e relações se tornam mais ou menos disponíveis em cada corpus. A análise não toma as escolhas lexicais como simples formas alternativas de nomear um mesmo cenário; investiga como elas podem favorecer recortes distintos da experiência e, por consequência, modos diferentes de organizar discursivamente o tema.

Em *Delegação e fusão: construções de autoridade discursiva em discursos digitais do português brasileiro*, de Rebeca Emerich Alvarez, a Semântica de *Frames* complementa a análise construcional dos padrões [segundo + fonte] e [é + qualificador epistêmico + que]. Expressões como *segundo especialistas* e *é fato que* mobilizam conhecimentos compartilhados sobre autoridade, *expertise* e factualidade; a configuração construcional organiza a atribuição da fonte e o grau de comprometimento do enunciador. O recurso aos *frames* explicita o conhecimento de fundo associado à autoridade, enquanto

a intersubjetividade e o *stance* descrevem como esse conhecimento é mobilizado na relação entre enunciador e interlocutor.

ESPAÇOS MENTAIS E INTEGRAÇÃO CONCEPTUAL

A Teoria dos Espaços Mentais descreve estruturas conceptuais parciais construídas no curso da interpretação. Para Fauconnier (1994), essas estruturas permitem organizar referências a tempos, hipóteses, perspectivas, situações imaginadas e outros domínios discursivamente introduzidos sem supor que cada configuração temporária corresponda a uma representação estável no conhecimento linguístico. A Teoria da Integração Conceptual, desenvolvida por Fauconnier e Turner (2002), amplia esse modelo ao descrever redes em que elementos selecionados de diferentes espaços de entrada são projetados para um espaço integrado. A estrutura emergente da mescla pode reunir relações que não estão disponíveis, da mesma forma, em nenhuma das entradas tomada isoladamente.

A família construcional das resultativas perifrásticas do PB como operação de integração conceptual: espaços mentais, mesclagem e estrutura emergente, de Hanna Ferreira da Silva, articula a descrição construcional das resultativas a uma análise em termos de integração conceptual. As construções [SV_{TRANS} + até ficar + S_{Adj}], [SV_{INTR} + até ficar + S_{Adj}] e [SV_{INTR} + até + SV_{INF}] são tratadas como configurações distintas de mesclagem. A autora localiza na estrutura emergente a telicidade resultativa: o estado final não decorre mecanicamente de um único constituinte, mas da integração entre processo, limite e resultado.

Em *Do mental ao digital: a formação de sentido através do blending nas gírias das redes sociais no português brasileiro*, Eduardo Alves da Silva examina a criatividade semântica em ambientes digitais. Gírias e expressões polissêmicas são analisadas como resultados de combinações entre conhecimentos culturais, referências situacionais e estruturas conceptuais recrutadas na interação. Nos usos selecionados, formas breves dependem da recuperação de conhecimentos culturais e situacionais que não estão lexicalmente explicitados. A análise mobiliza *frames*, espaços mentais e *blending* para representar esse trabalho inferencial.

Nos trabalhos deste número, o uso não figura apenas como procedência dos exemplos. Ele participa da explicação quando a distribuição das formas informa produtividade e entrincheiramento, quando gêneros e práticas sociais condicionam inferências, quando repertórios culturais motivam extensões figurativas ou quando escolhas lexicais e construcionais tornam certos enquadramentos mais disponíveis. Essa orientação exige distinguir o que cada evidência autoriza a afirmar: frequência documenta padrões de distribuição, mas não equivale, por si só, a representação mental; metáforas, *frames* e mesclagens, do mesmo modo, precisam ser sustentados por indícios compatíveis com as operações postuladas. A qualidade da descrição depende, em cada caso, da correspondência entre o tipo de dado e a hipótese analítica.

Das entrevistas aos artigos, o português brasileiro aparece como campo de investigação em que esquemas morfológicos, construções gramaticais, modos de perspectivização, *frames* e operações de integração conceptual são confrontados com ocorrências efetivas e práticas situadas. *Arquiteturas do sentido* nomeia, nesse recorte, formas distintas de organização: relações hierárquicas em redes construcionais, maneiras de construir uma cena, estruturas de conhecimento evocadas no discurso e configurações conceptuais produzidas no curso da interpretação. O plural de *arquiteturas* remete a essa diversidade de níveis de organização. O volume não propõe uma arquitetura única; reúne modelos que recortam problemas diferentes sem abandonar a exigência de relacionar forma, significado e uso.

Além disso, o número conta com artigos de temática livre dos estudos de língua, os quais abordam dimensões variadas da área, e uma resenha sobre a 40ª edição da *Moderna gramática portuguesa*, do grande professor Evanildo Bechara.

Agradecemos às editoras gerais da *Palimpsesto*, Isabela Coradini Pinheiro e Marina Otero Lemos Silva, pelo acompanhamento e pela interlocução durante a preparação deste número.

Desejamos a todas e a todos uma excelente leitura.

REFERÊNCIAS

BECKNER, Clay et al. Language is a complex adaptive system: position paper. *Language Learning*, Ann Arbor, v. 59, supl. 1, p. 1-26, 2009.

BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOOIJ, Geert. Language use and the architecture of grammar: a Construction Morphology perspective. *Suvremena lingvistika*, Zagreb, v. 40, n. 78, p. 193-212, 2014.

BOOIJ, Geert. The Construction of Words: Introduction and Overview. *In*: BOOIJ, Geert (ed.). *The Construction of Words: Advances in Construction Morphology*. Cham: Springer, 2018, p. 3-16.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*: Aspects of Meaning Construction in Natural Language. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The Way We Think*: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities. New York: Basic Books, 2002.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics. *In*: LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (Ed.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982, p. 111-137.

GEERAERTS, Dirk. Introduction: A rough guide to Cognitive Linguistics. *In*: GEERAERTS, Dirk (ed.). *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2006, p. 1-28.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele E. *Explain Me This: Creativity, Competition, and the Partial Productivity of Constructions*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2019.

JOHNSON, Mark. *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar*: Theoretical Prerequisites. v. 1. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald W. *Cognitive Grammar*: A Basic Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2008.

RADDEN, Günter; KÖVECSES, Zoltán. Towards a theory of metonymy. *In*: PANTHER, Klaus-Uwe; RADDEN, Günter (ed.). *Metonymy in Language and Thought*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1999. p. 17-59.

Raphael Alves de Oliveira: doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGLILP/UERJ), mestre em Linguística e graduado em Letras – Português/Francês pela mesma instituição. Pesquisador do Observatório Construcionista e Cognitivo-Funcional do Português (CONPOR/UFBA), desenvolve atualmente pesquisas em Morfologia Construcional, Semântica de *Frames* e Metapragmática. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Mônica Nunes Carneiro: doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e graduada em Letras vernáculas pela mesma instituição. Integra o grupo de pesquisa Observatório Construcionista e Cognitivo-Funcional do Português (CONPOR), onde desenvolve pesquisas na área da Morfologia Construcional, com ênfase nas formações *X-oso*, desde a forma originária *X-osus*, no latim, até o seu desenvolvimento nas línguas ibero-românicas, em especial, português, espanhol e galego. Durante a graduação, atuou como voluntária do Programa de Iniciação Científica por três anos consecutivos e participou do Programa Residência Pedagógica. Atualmente, leciona aulas de Português e Redação na rede privada de Feira de Santana.

ENTREVISTAS

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.101705

Fronteiras da formação de palavras e Morfologia Construcional

Prof. Dr. Carlos Alexandre Victorio Gonçalves (UFRJ)

Entrevistadores:

Raphael Alves de Oliveira (UERJ/CAPES)

Mônica Nunes Carneiro (UFBA/FAPESB)

Nas últimas décadas, poucos nomes aparecem com tanta regularidade na história dos estudos morfológicos no Brasil quanto o de Carlos Alexandre Victorio Gonçalves. Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é docente da Faculdade de Letras desde 1994 e integra, desde 1998, o Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, instituição à qual também está ligada grande parte de sua formação acadêmica, já que ali concluiu a graduação em Letras, o mestrado e o doutorado em Linguística. Mais tarde, realizou pós-doutoramento na Universidade Estadual de Campinas, com pesquisa voltada à interface entre morfologia e fonologia, e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na interface entre morfologia e semântica. Desde 2004, lidera o Núcleo de Estudos Morfológicos do Português (NEMP) e é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. A formação de pesquisadores acompanha esse trabalho: somados mestrados, doutorados e supervisões de pós-doutorado, seu currículo registra mais de oitenta orientações e supervisões concluídas em nível de pós-graduação.

Dentro dessa longa atuação, uma parte importante de sua pesquisa se voltou para fenômenos que encontravam pouco espaço nas descrições morfológicas mais tradicionais. Carlos Alexandre está entre os pioneiros, no Brasil, no tratamento sistemático dos processos morfológicos não concatenativos do português, com trabalhos sobre truncamentos, cruzamentos vocabulares, reduplicações, hipocorísticos e outras formações cuja estrutura não se deixa explicar apenas pela combinação linear de constituintes. No início dos anos 2000, quando o truncamento ainda era frequentemente descrito como idiossincrático, não suscetível de formalização ou mesmo marginal, um de seus projetos já procurava identificar as regularidades estruturais e prosódicas envolvidas no processo; pouco depois, cruzamento vocabular, truncamento, reduplicação,

hipocorização e siglagem eram reunidos em uma investigação específica sobre a morfologia não concatenativa do português.

Ao lado da não concatenação, porém, outro problema aparece cedo e se torna cada vez mais presente em sua produção: a dificuldade de estabelecer limites rígidos entre categorias morfológicas. A discussão passa inicialmente pelo *continuum* entre flexão e derivação e se estende, nos trabalhos seguintes, às relações entre composição e derivação, radical e afixo e ao estatuto de unidades que reúnem propriedades tradicionalmente associadas a mais de uma categoria. Nesse quadro se inserem, entre outros objetos, os *splinters* e os confixos, e também o projeto *Fronteiras em morfologia: por uma morfologia sem fronteiras*, coordenado pelo professor Carlos e voltado aos problemas de fronteira tanto no interior da morfologia quanto em sua relação com a fonologia e a sintaxe. A questão permanece em sua pesquisa atual sobre as chamadas letras morfológicas, em que volta a examinar unidades situadas entre radical e afixo e a própria rigidez das fronteiras entre concatenação e não concatenação, de um lado, e composição e derivação, de outro.

A permanência desses problemas ao longo dos anos não significou, contudo, a adoção de um único modo de descrevê-los, já que diferentes instrumentos teóricos foram sendo incorporados conforme as questões colocadas pelos dados. A Morfologia Prosódica e a Teoria da Otimalidade tiveram papel importante nos trabalhos sobre processos não concatenativos e sobre a interface entre morfologia e fonologia; a Gramática das Construções e, posteriormente, a Morfologia Construcional passaram a oferecer outros recursos para a análise das relações entre forma e significado na formação de palavras; mais recentemente, a Morfologia Relacional entrou em suas reflexões sobre as relações paradigmáticas no léxico. Parte dessas mudanças pode ser acompanhada em livros como *Introdução à Morfologia Não-linear* (2009), *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português* (2011), *Processos "Marginais" de formação de palavras* e *Morfologia construcional: uma introdução* (2016), *Morfologia* (2019) e *Morfologia relacional: introdução e aplicação ao português* (2021).

A sucessão desses modelos não apagou a continuidade dos problemas que os convocaram, e é dessa relação entre permanência das questões e mudança das respostas que nasce *Fronteiras da formação de palavras e Morfologia Construcional*, entrevista publicada no número 52 da *Palimpsesto*, no dossiê *Arquiteturas do sentido em contextos*

de uso: descrições do português brasileiro na Linguística Cognitiva. Ao prepararmos a conversa, interessava-nos menos reconstruir cronologicamente a carreira do entrevistado ou fazê-lo repetir conclusões já registradas em seus trabalhos do que voltar a questões presentes em diferentes momentos de sua pesquisa e perguntar como ele as compreende hoje. Agradecemos ao professor Carlos Alexandre pela disponibilidade para esta conversa e pela atenção dedicada às questões que lhe propusemos, a partir das quais apresentamos a entrevista a seguir.

PALIMPSESTO

1) Você foi um dos primeiros, senão o primeiro, a introduzir o conceito de *splinter* na descrição do PB, mapeando formativos nativos como -nejo, caipi-, -drasta e -trocínio, e xenoconstituintes como cyber-, -tube e -gate. Em sua descrição, a emergência do *splinter* está vinculada ao mecanismo de substituição sublexical, que opera sobre cruzamentos vocabulares e truncamentos. Essa parece ser a rota canônica, mas não necessariamente a única. Na sua leitura, um *splinter* parte obrigatoriamente de cruzamento vocabular consolidado, ou pode surgir também de cruzamento esporádico, e mesmo de truncamento direto, sem passar por estágio de cruzamento? E essas rotas distintas resultam em esquemas construcionais com propriedades diferentes, ou o esquema final apaga a rota que o originou?

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES

De fato, tive a oportunidade de acompanhar de perto o debate acerca das chamadas formas combinatórias (unidades com propriedades de radicais e afixos) e sempre concordei com o saudoso Dieter Kastovsky, para quem essa noção "é algo como um arenque vermelho em morfologia, porque cria mais problemas do que os resolve, e deve ser descartada" (Kastovsky, 2009, p. 12). Sem dúvida alguma, o rótulo "forma combinatória" é muito amplo e acaba por nivelar formativos muito heterogêneos em forma e conteúdo: partes não morfêmicas de palavras, radicais neoclássicos usados produtivamente e formas truncadas, entre outros. Embora o termo *splinter* já existisse na literatura, coube a Bauer (2005, p. 432) reformulá-lo, tal como compreendemos hoje: "são fragmentos lexicais usados recorrentemente na formação de novas palavras" (grifos nossos).

A fonte dos *splinters* é variada, podendo essa unidade surgir tanto de cruzamentos quanto de encurtamentos, muitos dos quais sequer usados como formas livres, a exemplo de *choco-* ou *caipi-*, que não constituem truncamentos em português. Só para deixar mais claro, no nosso entendimento, o termo truncamento só se aplica quando um encurtamento é usado no lugar de uma forma maior da qual se desgarra, como 'refri'(gerante), 'cerva'(eja) e 'biju'(teria). Tal não é o caso nem de *choco-* nem de *caipi-*.

Em linhas bem gerais, *splinters* tendem a se originar de processos não concatenativos, promovendo, por mais incrível que possa parecer, certa ruptura entre o concatenativo e o não concatenativo, já que são oriundos de processos de mesclagem lexical ou encurtamento, mas se aglutinam a outras unidades de análise morfológica para cunhar novas experiências ou para expressar ponto de vista, como, respectivamente, *-nejo* ('funknejo', 'sextaneja') e *-piri* ('piricrente', 'pirigótica').

Uma diferença muito importante entre *splinters* e radicais neoclássicos, por exemplo, é o não apagamento da rota original, para usar os termos que vocês empregaram de forma tão apropriada na pergunta. Comparemos as formações a seguir:

A) beijólogo, futurólogo, bolólogo; sapatólatra, chocólatra, cristólatra;

B) caipisaquê, caipitour, caipivodka; feminejo, breganejo, quintaneja;

C) mãetrocínio, tiotrocínio, eutrocínio; macarronese, bacalhonese, camaronese.

Com a pequena amostra acima, percebe-se que as formações com *splinters* resultantes de encurtamentos (B) e cruzamentos vocabulares (C) são interpretadas sempre considerando uma forma plena, que pode ser chamada de palavra-fonte (Gonçalves, 2013). Por exemplo, 'caipisaquê' é a "caipirinha feita com saquê" e 'breganejo' "a mistura dos gêneros musicais brega e sertanejo". O mesmo raciocínio é válido para 'camaronese' e 'tiotrocínio', nessa ordem, "salada de maionese feita com camarão" e "patrocínio pelo tio". Nas formas em (A), ao contrário, os elementos à direita apresentam significado mais genérico, caracterizando algum tipo de especialista (as com -logo) ou de adorador (as finalizadas em -latra).

Desse modo, independentemente do processo responsável pela criação do *splinter*, sempre a palavra-fonte é evocada, o que nos possibilita afirmar que a interpretação da nova forma lexical complexa depende dessa matriz que o *splinter* acaba compactando, formal e semanticamente. As construções terminadas em *-latra* e *-logo*, por sua vez,

prescindem de qualquer matriz lexical para o seu entendimento, ou seja, um X-*latra* não é um "alcóolatra de X" e X-logo, um "arqueólogo de X".

Respondendo mais diretamente à pergunta, as rotas distintas não levam a esquemas construcionais com propriedades diferentes, pois uma matriz lexical é sempre inferida, o que diferencia as construções com *splinters* daquelas que contêm um elemento fixo do tipo radical ou afixo.

PALIMPSESTO

2) Em seu artigo de 2020 (Gragoatá), você reconhece que "questões de natureza fonológica sejam mais difíceis de ser acolhidas no âmbito da Gramática das Construções" e propõe, ainda assim, que um esquema métrico (quadrissílabo paroxítono iniciado por /b/, com nasal no onset da tônica) seja concebido como construção, para formações como Biroliro e Bingolingo, em que a moldura prosódica é o único vínculo com a palavra-matriz. Casos desse tipo obrigam a uma extensão do modelo construcional, ou podem ser absorvidos pelos esquemas formais já disponíveis?

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES

No referido artigo, tive essa ideia porque os dados saltaram aos olhos: foram incontáveis os paroxítonos quadrissilábicos iniciados com /b/ usados como alternativa para não pronunciar o nome do então presidente, tido por seus opositores como o "inominável". No referido texto, foi um *insight* mais descritivo que propriamente teórico: vale chamar o ex-Chefe do Executivo de qualquer coisa que evoque seu sobrenome sem ter, necessariamente, de emitir esse antropônimo.

Apesar do caráter mais jocoso daquela análise, acho perfeitamente possível conciliar a noção de molde prosódico com a noção de construção, uma vez que moldes dizem respeito ao polo formal da construção. Em artigo estrito em parceria com Luciana Vialli, fizemos uma análise da reduplicação de base verbal (quebra-quebra, agarra-agarra) a partir dessa possibilidade (Gonçalves; Vialli, 2016). Geert Booij, em livro que sistematiza do modelo de Morfologia Construcional (Booij, 2010), atenta para esse fato, e analisa dados do *Afrikaans* a partir desse possível desdobramento dos modelos construcionais.

No meu entendimento, os dados de reduplicação de base verbal a que tive acesso podem ser perfeitamente absorvidos pelos esquemas formais sem, necessariamente, levar a uma extensão do modelo construcional. O uso de índices subscritos pode servir como estratégia para sinalizar que o segundo constituinte do composto é, na realidade, uma cópia perfeita do primeiro. Em termos representacionais, podemos propor o seguinte esquema, considerando a proposta de Booij (2021):

$$\begin{bmatrix} \Phi & : & /x_i x_i/_{\omega\omega} \\ \Sigma & : & [[V_i][V_i]]_{N_j} \\ M & : & [\text{Continuous / Repeated state of } X_i]_j \end{bmatrix}$$

Nessa formalização, o fi maiúsculo do grego, ϕ, estabelece explicitamente que a forma fonológica consiste em duas palavras prosódicas (ω) idênticas lado a lado (o $_i$ subscrito indica a total identidade das formas). Uma vez que a fonologia está vinculada à sintaxe – Σ $[[V_i]V_i]]_{Nj}$ – e à semântica M ([ação Contínua/repetida]) –, o falante não "copia" segmentos de forma dinâmica utilizando uma regra gramatical separada. Em vez disso, ativa um modelo lexical holístico, no qual o molde prosódico e o significado são as duas faces da mesma moeda. Por isso mesmo, cria novas formas com base nesse esquema:

(A) mata-mata pega-pega pula-pula (mais antigas)

(B) chora-chora fila-fila espreme-espreme (mais recentes)

Portanto, para Booij, incorporar um molde a um esquema significa que afirmar que a prosódia é uma condição lexical. Um molde prosódico não é uma estrutura vazia à espera de preenchimento por um mecanismo fonológico; trata-se, na verdade, de uma condição fono-morfológica inscrita diretamente no conhecimento do falante.

PALIMPSESTO

3) Nos trabalhos que você vem desenvolvendo com Tiago Vieira de Souza, a confixação, retomada a partir das propostas de Martinet, Corbin, Ralli e Radimský, caracteriza-se, entre outros aspectos, pela possibilidade de variação posicional do formativo. Essa mobilidade torna particularmente relevante observar separadamente as formações em que o elemento ocupa a borda esquerda e aquelas em que aparece na borda direita. Do ponto

de vista descritivo, o que essa distinção tem revelado sobre o comportamento semântico dos confixos? Há diferenças de significado suficientemente regulares entre as duas posições ou a contribuição semântica do formativo tende a se manter? E, do ponto de vista teórico, como você entende hoje a relação entre a unidade do processo e essa variação posicional: trata-se de diferentes possibilidades de uso e produtividade de uma mesma construção ou os dados apontam para a necessidade de distinguir representações?

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES

Do ponto de vista descritivo, vimos enfatizando, Tiago Vieira de Souza e eu, que há diferenças formais e semânticas bastante relevantes se o elemento neoclássico aparece na borda esquerda ou na borda direita de palavras complexas, caracterizando o que venho chamando de confixação, desde 2012 (Gonçalves, 2012). Tomemos como exemplo, o formativo *fon-*. Essa unidade morfológica tem alto grau de analisabilidade[1], nos termos de Bybee (2010), muito embora seja uma forma presa e, por isso mesmo, nunca funcione em isolamento. Dados como 'fone', 'fonação', 'fonética', 'fonador' e 'fonema' evidenciam isso.

Num processo de *chunking*[2] com uma vogal, o formativo também participa de uma série de compostos, muitos deles de formação recente, como, por exemplo, 'fonometria' e 'fonogenia', na borda esquerda; e 'idiófono', 'merdófono', na margem direita. Nos dois primeiros pares, *fono-* remete à ideia genérica de som, sempre evocada a partir do núcleo lexical à direita, o constituinte-cabeça. Assim, 'fonometria' nomeia uma técnica que se dedica à medição física e quantitativa dos sons e de suas propriedades acústicas. Por outro lado, quando em segunda posição, há outro padrão construcional associado a essa unidade morfológica, uma vez que muda não apenas a forma (nome proparoxítono com a vogal aberta, [ɔ], sempre na sílaba acentuada), mas também o conteúdo, pois, nesse caso, temos uma espécie de agente: o que diz X, numa clara analogia

[1] No seu livro clássico de 2010, Joan Bybee estabelece que a analisabilidade (*analyzability*) constitui parâmetro morfossintático que mede o reconhecimento e a contribuição que cada componente interno de uma palavra ou construção dá para a conceptualização e significado do todo.
[2] Para Bybee (2010), o *chunking* é o processo cognitivo pelo qual sequências de unidades linguísticas que ocorrem juntas com frequência tornam-se processadas, armazenadas e recuperadas na mente como blocos únicos e indivisíveis.

com o significado “que fala a língua X”, como nas construções mais antigas ‘anglófono’ e ‘lusófono’ (Souza, 2020; Souza, 2025).

Não teria a menor dúvida em afirmar que estamos diante de diferentes construções no caso de *fon(o)*-; afinal, há diferenças formais e semânticas quando esse formativo se posiciona à esquerda ou à direita, pois, lembrando Goldberg (1995, p. 4),

> C é uma CONSTRUÇÃO se e somente se a definição de C for um par forma-significado (F_i, S_i) tal que nenhum aspecto de F_i nem de S_i seja estritamente previsível a partir das partes componentes de C ou de outras construções previamente estabelecidas.

Vale frisar que, na Gramática de Construções (mais especificamente no modelo de Goldberg), se a posição de uma das partes muda, temos construções diferentes. Isso acontece porque, para Goldberg e outros construcionistas, a ordem das palavras faz parte da “Forma” (F_i) do par forma-significado. Qualquer alteração na estrutura linear que mude o comportamento sintático, a interpretação semântica ou o impacto pragmático gera uma nova construção.

No caso específico de formações como ‘*idiófono*’ (“que fala muitas idiotices”), temos uma mudança construcional que afeta apenas o polo semântico das construções, que passam a ser mais opinativas, adquirindo contorno pragmático próprio, como se observa nos seguintes exemplos:

> besteirófono: aquele que não consegue segurar a fala e só produz discursos bobos, fúteis ou sem nexo.
> mentirófono: termo irônico para designar alguém que mente compulsivamente ou um aparelho/canal usado majoritariamente para espalhar notícias falsas (*fake news*).
> asneirófono: variação direta focada em quem replica bobagens em discursos públicos.
> groselhófono: expressão coloquial paulista para definir quem só fala "groselha" (besteira, assuntos sem relevância).

Nesses dados, ocorre polissemia resultante de metonímia. Na Linguística Cognitiva, a polissemia advinda de metonímia ocorre quando palavras ganham novos significados relacionados entre si porque os falantes os associam dentro de um mesmo cenário de realidade (chamado de domínio cognitivo). Não sei se a breve descrição que fiz aqui se sustenta para a confixação como um todo. Temos demonstrado (cf. Gonçalves e Souza, 2020) que os formativos que participam desse processo de formação de palavras

são bastante heterogêneos. Por isso mesmo, não estou 100% convicto de que haja uniformidade na análise de todos os confixos do português.

PALIMPSESTO

4) Suas análises de pares como vedete e chacrete, ou sacolé e sucolé, mobilizam de modo central a noção de relação paradigmática entre palavras complexas. Booij e Masini (2015), por sua vez, formalizam essa relação através do conceito de esquema de segunda ordem, que opera como vínculo entre dois esquemas abstratos, e não entre dois constructos individuais. Nesse arranjo, a distinção entre esquema de primeira ordem, que vincula palavra a palavra, e esquema de segunda ordem, que vincula padrão a padrão, parece ter consequência analítica importante para casos em que a paradigmaticidade se sustenta mesmo na ausência de uma palavra-fonte específica. Como você avalia o rendimento descritivo desse dispositivo formal para os fenômenos que tem investigado?

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES

A relação entre pares de formações lexicais foi muito bem analisada antes mesmo do advento dos modelos construcionistas. O modelo de redundância de Jackendoff (1975), no paradigma da morfologia gerativa de base lexicalista, é bastante consistente na formulação das relações lexicais e ganha, no Brasil, um expoente de peso: Margarida Basilio, a quem presto devida homenagem nesta entrevista. Margarida sempre trouxe excelentes contribuições com seus estudos sobre formação de palavras e uma delas é certamente a noção de padrões derivacionais gerais.

A tese de doutorado da Margarida, defendida em 1977 na Universidade do Texas em Austin (*University of Texas at Austin*), foi posteriormente traduzida, adaptada e publicada em formato de livro, no ano de 1980, pela Editora Vozes, sob o título *Estruturas Lexicais do Português: uma abordagem gerativa*. Nessa obra clássica, com recente edição revista e comentada por Alessandro Boechat de Medeiros e Maria Cristina Figueiredo Silva, Margarida propõe que a morfologia derivacional deve explicar a competência lexical do falante nativo através de padrões derivacionais gerais. Ela demonstra e formaliza diversas relações regulares e intuitivas que os falantes estabelecem entre diferentes palavras e classes no léxico.

De acordo com Basilio (1980), um padrão derivacional geral consiste na interação regular entre duas construções morfológicas que se pressupõem mutuamente dentro do léxico. Isso significa que a criação ou interpretação de uma palavra não ocorre de forma isolada, mas integrada a um sistema de correlações abstratas. Os eixos estruturais desse conceito incluem (a) as relações paradigmáticas, através das quais o falante projeta padrões gerais para prever formas correlatas, como a relação entre um verbo e o nome deverbal correspondente; (b) a interdependência de formativos, uma vez que estruturas morfológicas muitas vezes operam em pares indissociáveis, em que a existência de um termo fortemente implica ou valida o outro; e (c) a capacidade cognitiva que permite ao falante não apenas memorizar termos, mas também criar e compreender instantaneamente novas palavras baseadas em moldes gerais.

Basilio demonstra que o léxico se expande através de blocos e analogias previsíveis. O exemplo mais notório de padrão derivacional geral envolve correlações de base e afixação mútua, como no par X-ismo / X-ista em que existe um padrão segundo o qual a doutrina ou sistema filosófico (X-ismo) pressupõe o seu seguidor ou agente (X-ista), a exemplo de *marxismo/marxista* e *budismo/budista*. O caso mais célebre utilizado para ilustrar esse padrão é a correlação entre a profissão/agente e o local de atividade ou comércio, como se vê na formalização abaixo, feita nos moldes de Booij (2010)[3].

$$\langle [X\text{-eiro}]_{\text{Subst}_i} \leftrightarrow \text{Ag}_i \rangle \approx \langle [X\text{-aria}]_{\text{Subst}_j} \leftrightarrow [\text{Local}_{\text{Ag}i}]_j \rangle$$

Esse formalismo sintetiza a ideia de que o falante não precisa necessariamente derivar ‘sapataria’ a partir de ‘sapateiro’ ou ‘sapataria’ diretamente de ‘sapato’: o padrão estabelece que se existe um indivíduo que vende/produz algo (X-eiro), a língua prevê e legitima a existência automática de um lugar em que essa atividade ocorre (X-aria). Esse padrão geral é tão enraizado que permite a criação de neologismos instantâneos.

[3] $[X_S \text{ eiro}]_{Si}$ representa uma palavra da classe dos substantivos indexada como $_i$, formada pelo sufixo *-eiro*, parte fixa da construção, e por uma base permutável (X) também da classe substantivo ($_S$). Ag_i indica o mapeamento semântico direto desse primeiro bloco, definindo um Agente, indivíduo que exerce a profissão ou o ofício relacionado a [X]. A seta de mão dupla, ↔, demonstra a correlação entre o polo formal e o polo semântico das construções. O símbolo de correlação paradigmática proporcional, ≈, demonstra que o primeiro bloco é equivalente e codependente do segundo. $[X_S \text{ aria}]_{Sj}$ indica que uma palavra da classe dos substantivos, indexada como $_j$, é estruturada pelo sufixo *-aria* encadeamento à mesma base lexical [X]. Por fim, $[\text{Local}_{\text{Ag i}}]_j$ indica o mapeamento semântico do segundo bloco. Nessa formalização, o locativo não se conecta apenas à base primitiva, mas define-se obrigatoriamente em função do Agente indexado como $_i$.

Imaginemos que se surgir a profissão de um vendedor de ‘poloca’ chamado ‘poloqueiro’, qualquer falante de português compreenderá imediatamente que o local em que trabalha é a ‘polocaria’, mesmo sem nunca ter ouvido essa palavra antes.

Desse modo, respondendo mais diretamente a pergunta, preferiria falar, em vez de esquemas de 1ª e 2ª ordem, em construções irmãs que se amparam e se sustentam, na linha do que hoje é chamado de Morfologia Relacional (MR). A MR é um modelo teórico recente da linguística que estuda as palavras focando nas relações, conexões e associações estruturais que elas mantêm entre si dentro do léxico. O modelo foi desenvolvido na última década pelos linguistas Ray Jackendoff (EUA) e Jenny Audring (Holanda) e consolidado no livro oficial de 2020, *The Texture of the Lexicon*.

Tive a oportunidade de publicar um livro recente sobre esse modelo e aplicá-lo ao português (Gonçalves, 2024). No meu entendimento, as relações horizontais entre construções lexicais são mais promissoras que esquemas de diferentes ordens para casos em que a paradigmaticidade se sustenta mesmo na ausência de uma palavra-fonte específica. Tal é o caso, por exemplo, ‘nazismo’, ‘nihilismo’ e ‘fascismo’, que não têm bases depreensíveis, mas são facilmente associados aos agentes ideológicos ‘nazista’, ‘nihilista’ e ‘fascista’. O mesmo ocorre com pares $[\text{X eiro}]_{\text{Si}} \leftrightarrow [\text{x aria}]_{\text{Sj}}$ do tipo artilheiro/artilharia, carpinteiro/carpintaria, marceneiro/marcenaria, entre tantos outros.

PALIMPSESTO

5) A sua trajetória em morfologia fez algo que não era óbvio na tradição brasileira: colocou no centro da descrição os processos não-concatenativos e os formativos de estatuto indeterminado que a literatura vinha tratando como marginais. Os estudos que você vem conduzindo e orientando mostram que o caráter flutuante desses formativos, longe de constituir problema descritivo, fornece evidência sobre como a morfologia se organiza. Considerando esse percurso como agenda, quais fronteiras da formação de palavras ainda pedem reformulação do instrumental construcional, e por que caminhos?

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES

Tenho realmente muito orgulho de ter sido, talvez, o primeiro autor a utilizar explicitamente a expressão “morfologia não concatenativa” para descrever e analisar dados do português. Fiz isso em um texto que não foi muito divulgado, em 1999

(Gonçalves, 1999). Logo após, o colega da USP, Gabriel Araújo, fez um texto primoroso sobre *blends*, tratando-os como um caso de morfologia não concatenativa (Araújo, 2000). Muito já foi dito sobre esses processos tanto no nível da formação de palavra quanto no nível da flexão. Tive a oportunidade de orientar alunos com enorme potencial científico e hoje já professores de destaque, alguns até titulares.

Processos como o truncamento foram objeto de estudo de dissertações e teses não apenas sobre o português, mas também sobre o espanhol (Belchor, 2014 e 2008; Vazquez, 2008). A flexão verbal foi primorosamente dissecada nos diversos estudos de Vítor de Moura Vivas (Vivas, 2014 e 2011). Os enfoque teóricos também variaram muito, indo desde estudos na interface fonologia-morfologia (Thami da Silva, 2013 e 2008; Lima, 2014 e 2008; Andrade, 2008) até a interface morfologia-semântica (Álvaro, 2003; Furtado, 2011), passando pelas abordagens construcionais (Vialli, 2013). Muito já se disse sobre esses processos, mas há sempre muito a acrescentar, uma vez que lá se vão mais de vinte anos de estudos sobre esses mecanismos. Como costumo dizer para meus orientandos, cada análise é um tijolo que edifica a construção (com mil desculpas pelo trocadilho).

Não acho que as fronteiras sejam uma questão para as abordagens construcionais, que são extremamente claras no que diz respeito a um grande *continuum* do léxico para a sintaxe. Nas abordagens mais recentes, como a Morfologia Construcional Diacrônica (DCxM), há espaço para discutir a mudança construcional (Norde e Trousdale, 2023; Trousdale e Norde, 2025). Desse modo, mostrar que um radical preso, como *-fobia*, se desprendeu e passou a constituir unidade lexical autônoma é algo extremamente relevante a essa linha de investigação, pois envolve mudança na categorização da unidade morfológica em questão.

Eu, particularmente, acho a noção de *continuum* extremamente importante e é algo que se aplica à vida, não apenas à Linguística. Quão tênue pode ser a fronteira entre um policial e criminoso, por exemplo? Já propus vários *continua*: flexão derivação, derivação-composição, radical-afixo etc. Um *continuum* que ainda gostaria de propor é para a composição, processo ainda não muito bem compreendido em português, apesar de vários trabalhos relevantes.

O que é um composto? Qual a diferença entre um composto e um grupo sintático? Qual a diferença entre um composto e uma expressão idiomática? Essas e outras

perguntas já apontam para o problema da categorização, extremamente difícil de resolver na prática, dada a elasticidade das fronteiras. Sem dúvida alguma, acredito que as categorias gramaticais não são caixas rígidas com fronteiras fixas, mas sim contínuos estruturados em escalas de transição gradual.

Do ponto de vista morfológico, penso que não há fronteiras muito rígidas entre a composição vocabular e a neoclássica, pois temos muitos casos híbridos (com uma parte neoclássica e outra vernácula), a exemplo de 'aerocombustão', 'fotoestimulação' e 'nanotecnologia'. Muito interessantes, também, são os adjetivos compostos copulativos, como 'bucomaxilar', 'linguodental' e 'físico-químico'. A vogal [o] não é sempre obrigatória, como nos compostos neoclássicos? Enfim, essas e outras questões são bem interessantes tanto do ponto de vista descritivo quanto teórico. Quem sabe não abro uma nova linha de investigação no âmbito da composição?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Katia Emmerick. *Uma análise otimalista unificada para mesclas lexicais do português do Brasil*. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BASILIO, Margarida. *An algebraic approach to Portuguese word formation*. Doctoral Dissertation (Doctor of Philosophy in Linguistics) – University of Texas at Austin, Austin, 1977.

BASILIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português*: uma abordagem gerativa. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASILIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português*: uma abordagem gerativa. Ed. revista e comentada por Alessandro Boechat de Medeiros e Maria Cristina Figueiredo Silva. Petrópolis: Vozes, 2024.

BAUER, Laurie. Productivity. *In*: ŠTEKAUER, Pavol; LIEBER, Rochelle (ed.). *Handbook of Word-Formation*. Dordrecht: Springer, 2005. p. 315-334.

BELCHOR, Ana Paula Victoriano. *A Morfologia Prosódica aplicada ao processo de Truncamento no português Brasileiro*. 2014. 217 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BELCHOR, Ana Paula Victoriano. *Construções de truncamento no português do Brasil: análise estrutural à luz da Teoria da Otimalidade*. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BOOIJ, Geert. Reduplication and repetition from a constructionist perspective. *Belgian Journal of Linguistics*, v. 35, n. 1, p. 55-67, 2021.

BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FURTADO, Lilian Ribeiro. *Análise semântico-cognitiva das substituições sublexicais em português*. 2011. 74 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions*: a Construction Grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio; SOUZA, Tiago Vieira. A confixação como processo de formação de palavras no português brasileiro contemporâneo. *Revista do GEL*, v. 17, n. 2, p. 122-147, 2020.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos. *Domínios da Lingu@gem*, v. 6, n. 2, p. 119-145, 2012.

GONÇALVES, Carlos Alexandre; VIALLI, Luciana de Albuquerque Daltio. Por uma abordagem compreensiva da reduplicação no Português do Brasil. *Pontos de Interrogação* – Revista de Crítica Cultural, Alagoinhas, v. 5, n. 1, p. 123–141, 2016.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio. "Na sextaneja com a caipifruta da mãedrasta": o estatuto morfológico dos splinters no português brasileiro contemporâneo. *Diadorim*: revista de estudos linguísticos e literários, Rio de Janeiro, v. 14, n. especial, p. 139-158, 2013.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Morfologia Relacional*: introdução e aplicação ao português. Campinas: Pontes Editores, 2024.

JACKENDOFF, Ray. Morphological and semantic regularities in the lexicon. *Language*, v. 51, n. 3, p. 639-671, 1975.

JACKENDOFF, Ray; AUDRING, Jenny. *The Texture of the Lexicon*: Relational Morphology and the Parallel Architecture. Oxford: Oxford University Press, 2020.

KASTOVSKY, Dieter. Astronautics, biochemistry, cybernetics, etc.: Or, what (if anything) is a combining form?. *In*: LEITZEN, J.; STEINKRÜGER, P. O. (ed.). *Between Derivation and Composition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. p. 1-14.

LIMA, Bruno Cavalcanti. *A formação de 'Dedé' e 'Malu': uma análise otimalista de dois padrões de hipocorização*. 2008. 67 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, Bruno Cavalcanti. *Realização fonética de acrônimos no português brasileiro*: uma abordagem morfofonológica através da Teoria da Otimalidade. 2014. 214 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NORDE, Muriel; TROUSDALE, Graeme (ed.). Issues in Diachronic Construction Morphology. *Constructions and Frames*, Amsterdam, v. 15, n. 2, p. 145-159, 2023.

SOUZA, Tiago Vieira de. *A composição neoclássica no ensino médio*: ciência, uso e criatividade na abordagem da recomposição e da confixação. 2025. 141 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

SOUZA, Tiago Vieira de. *Da fonologia à telefonia*: um estudo do confixo -fono- no português brasileiro contemporâneo. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

THAMI DA SILVA, Hayla. *Por uma abordagem unificada da hipocorização em português*: análise otimalista. 2013. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

THAMI DA SILVA, Hayla. *Uma abordagem otimalista da Hipocorização com padrão de cópia à esquerda*. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

TROUSDALE, Graeme; NORDE, Muriel. On the relationship between linguistic creativity and change in morphological constructions. *Language and Cognition*, Cambridge, p. 1-24, 2025.

VASQUEZ, Renato Pazos. *A criação lexical via truncamento*: uma análise do fenômeno em espanhol. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VIALLI, Luciana Albuquerque Daltio. *Reduplicação de base verbal*: uma análise pela morfologia construcional. 2013. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIVAS, Vítor de Moura. *Novos enfoques sobre a flexão verbal em português*: abordagem formal e semântica do mecanismo fusão. 2001. 127 f. Dissertação (Mestrado em Letras

Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VIVAS, Vítor de Moura. Análise de padrões não-flexionais nas marcas de modo-tempo-aspecto e número-pessoa. *(CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS*, Vitória, v. 8, n. 10, p. 231-242, 2014.

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves: doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também fez mestrado e se graduou em Letras Vernáculas. Atualmente, é professor titular de Língua Portuguesa da UFRJ, onde atua na graduação e na pós-graduação. É líder do Núcleo de Estudos Morfológicos do Português (Nemp) e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Nível B. É autor de diversos livros, entre os quais, *Morfologia Relacional: introdução e aplicação ao português* (Pontes, 2022), *Morfologia* (Parábola, 2019), *Atuais tendências em formação de palavras* (Contexto, 2016) e *Morfologia Construcional: uma introdução* (Contexto, 2016). É também organizador de *Processos marginais de formação de palavras* (2016) e *Novos horizontes da pesquisa em morfologia* (2017), publicados pela Editora Pontes. E-mail: carlosvictorio@letras.ufrj.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3672-3852.

Raphael Alves de Oliveira: doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGLILP/UERJ), mestre em Linguística e graduado em Letras – Português/Francês pela mesma instituição. Pesquisador do Observatório Construcionista e Cognitivo-Funcional do Português (CONPOR/UFBA), desenvolve atualmente pesquisas em Morfologia Construcional, Semântica de *Frames* e Metapragmática. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: ra.alvesdeoliveira@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0009-0002-4361-6780.

Mônica Nunes Carneiro: doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e graduada em Letras vernáculas pela mesma instituição. Integra o grupo de pesquisa Observatório Construcionista e Cognitivo-Funcional do Português (CONPOR), onde desenvolve pesquisas na área da Morfologia Construcional, com ênfase nas formações *X-oso*, desde a forma originária *X-osus*, no latim, até o seu desenvolvimento nas línguas ibero-românicas, em especial, português, espanhol e galego. Durante a graduação, atuou como voluntária do Programa de Iniciação Científica por três anos consecutivos e participou do Programa Residência Pedagógica. Atualmente, leciona aulas de Português e Redação na rede privada de Feira de Santana. E-mail: moninunes190@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0009-0008-5087-2006.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.101705

Word formation boundaries and Construction Morphology

Prof. Dr. Carlos Alexandre Victorio Gonçalves (UFRJ)

Interviewers:

Raphael Alves de Oliveira (UERJ/CAPES)

Mônica Nunes Carneiro (UFBA/FAPESB)

In recent decades, few names have appeared as consistently in the history of morphological studies in Brazil as that of Carlos Alexandre Victorio Gonçalves. A Full Professor at the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), he has been a faculty member at the School of Letters since 1994 and has been part of the Graduate Program in Vernacular Letters since 1998 — an institution also central to his academic background, as he completed his undergraduate degree in Letters and his master's and doctoral degrees in Linguistics there. He later undertook postdoctoral research at the Universidade de Campinas, focusing on the interface between morphology and phonology, and at the Universidade do Estado do Rio de Janeiro, working at the interface between morphology and semantics. Since 2004, he has led the Center for Morphological Studies of Portuguese (NEMP) and has held a CNPq Research Productivity Fellowship. The training of researchers has been an integral part of this work: including master's and doctoral supervision as well as postdoctoral mentoring, his academic record lists more than eighty completed graduate-level supervisions.

Within this extensive body of work, an important part of his research focused on phenomena that had received little attention in more traditional morphological descriptions. Carlos Alexandre is among the pioneers, in Brazil, in the systematic treatment of non-concatenative morphological processes in Portuguese, with studies on truncations, blends, reduplications, hypocoristics, and other formations whose structure cannot be explained solely through the linear combination of constituents. In the early 2000s, when truncation was still frequently described as idiosyncratic, not amenable to formalization or even marginal, one of his projects was already seeking to identify the structural and prosodic regularities involved in the process; shortly thereafter, blending,

truncation, reduplication, hypocorization, and initialism were brought together in a specific investigation of the non-concatenative morphology of Portuguese.

Alongside non-concatenation, however, another issue emerges early on and becomes increasingly prominent in his work: the difficulty of establishing rigid boundaries between morphological categories. The discussion initially addresses the *continuum* between inflection and derivation and subsequently extends, in later studies, to the relationships between compounding and derivation, root and affix, and the status of units that combine properties traditionally associated with more than one category. This framework encompasses, among other objects of study, splinters and confixes, as well as the project *Fronteiras em morfologia: por uma morfologia sem fronteiras* [Boundaries in morphology: toward a morphology without boundaries], coordinated by Professor Carlos and devoted to boundary-related issues both within morphology and in its relationship with phonology and syntax. The issue remains present in his current research on so-called morphological letters, in which he once again examines units situated between root and affix, as well as the very rigidity of the boundaries between concatenation and non-concatenation, on the one hand, and compounding and derivation, on the other.

The persistence of these issues over the years did not, however, entail the adoption of a single way of describing them, since different theoretical tools were incorporated as the questions raised by the data evolved. Prosodic Morphology and Optimality Theory played an important role in studies of non-concatenative processes and of the interface between morphology and phonology; Construction Grammar and, subsequently, Construction Morphology began to offer other resources for analyzing the relationships between form and meaning in word formation; more recently, Relational Morphology became part of his reflections on paradigmatic relations in the lexicon. Some of these changes can be traced in books such as *Introdução à Morfologia Não-linear* (2009), *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português* (2011), *Processos "Marginais" de formação de palavras e Morfologia construcional: uma introdução* (2016), *Morfologia* (2019), and *Morfologia relacional: introdução e aplicação ao português* (2021).

The succession of these models did not erase the continuity of the problems that prompted them. Rather, it is from this relationship between the persistence of the questions and the changing nature of the answers that *Word formation boundaries and*

Construction Morphology, an interview published in issue 52 of *Palimpsesto*, in the special issue *Architectures of meaning in Contexts of use: descriptions of Brazilian Portuguese in Cognitive Linguistics*, emerged. In preparing the conversation, our interest was less in reconstructing the interviewee's career chronologically or in having him repeat conclusions already recorded in his work than in returning to questions that have appeared at different moments in his research and asking how he understands them today. We thank Professor Carlos Alexandre for his willingness to participate in this conversation and for the attention he devoted to the questions we proposed, on the basis of which we present the interview below.

PALIMPSESTO

1) You were one of the first, if not the very first, to introduce the concept of splinter into the description of Brazilian Portuguese (BP), mapping native formatives such as *-nejo*, *caipi-*, *-drasta*, and *-trocínio*, as well as xenoconstituents such as *cyber-*, *-tube* and *-gate*. In your description, the emergence of the splinter is linked to the mechanism of sublexical substitution, which operates on blends and truncations. This seems to be the canonical route, but not necessarily the only one. In your view, must a splinter necessarily originate from an established blend, or can it also emerge from a sporadic blend, or even from direct truncation, without passing through a blending stage? And do these distinct routes result in constructional schemas with different properties, or does the final schema erase the route from which it originated?

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES

Indeed, I had the opportunity to closely follow the debate surrounding the so-called combining forms (units with properties of both roots and affixes), and I have always agreed with the late Dieter Kastovsky, for whom this notion "é algo como um arenque vermelho em morfologia, porque cria mais problemas do que os resolve, e deve ser descartada" (Kastovsky, 2009, p. 12). There is no doubt that the label "combining form" is too broad and ultimately places highly heterogeneous formatives on the same level in terms of form and content: non-morphemic parts of words, neoclassical roots used productively, and truncated forms, among others. Although the term splinter already existed in the literature, Bauer (2005, p. 432) reformulated it in the sense in which we

understand it today: "são fragmentos lexicais usados recorrentemente na formação de novas palavras" (grifos nossos).

The source of splinters is varied, as this unit may arise either from blends or from shortenings, many of which are not even used as free forms, as in *choco-* or *caipi-*, which do not constitute truncations in Portuguese. To make this point clearer, in our understanding, the term *truncation* applies only when a shortening is used in place of a longer form from which it becomes detached, as in *refri*(gerante), *cerva*(eja) and *biju*(teria). This is not the case with either *choco-* or *caipi-*.

In very general terms, splinters tend to originate in non-concatenative processes, thereby promoting, however surprising this may seem, a certain rupture between the concatenative and the non-concatenative, since they originate in processes of lexical blending or shortening, but combine with other units of morphological analysis to coin new formations or to express a point of view, as in *-nejo* ('*funknejo*', '*sextaneja*') and *piri* ('*piricrente*', '*pirigótica*'), respectively.

A very important difference between splinters and neoclassical roots, for example, is that the original route is not erased, to use the terms you employed so appropriately in the question. Let us compare the following formations:

A) *beijólogo*, *futurólogo*, *bolólogo*; *sapatólatra*, *chocólatra*, *cristólatra*;

B) *caipisaquê*, *caipitour*, *caipivodka*; *feminejo*, *breganejo*, *quintaneja*;

C) *mãetrocínio*, *tiotrocínio*, *eutrocínio*; *macarronese*, *bacalhonese*, *camaronese*.

Even from this small sample, it can be seen that formations with splinters resulting from shortenings (B) and lexical blends (C) are always interpreted with reference to a full form, which may be called the source word (Gonçalves, 2013). For example, '*caipisaquê*' is "caipirinha feita com saquê" and '*breganejo*' "a mistura dos gêneros musicais brega e sertanejo". The same reasoning applies to '*camaronese*' and '*tiotrocínio*', respectively, "salada de maionese feita com camarão" and "patrocínio pelo tio". In the forms in (A), by contrast, the elements on the right have a more generic meaning, characterizing some type of specialist (those with *-logo*) or admirer (those ending in *-latra*).

Thus, regardless of the process responsible for creating the splinter, the source word is always evoked. This allows us to state that the interpretation of the new complex lexical form depends on this matrix, which the splinter ultimately compresses, both formally and semantically. Constructions ending in *-latra* and *-logo*, in turn, do not

require any lexical matrix for their interpretation; that is, an X-*latra* is not an "alcóolatra de X," and X-*logo* is not an "arqueólogo de X".

To answer the question more directly, the different routes do not lead to constructional schemas with different properties, because a lexical matrix is always inferred. This is what distinguishes constructions with splinters from those containing a fixed element of the root or affix type.

PALIMPSESTO

2) In your 2020 article (Gragoatá), you acknowledge that "questões de natureza fonológica sejam mais difíceis de ser acolhidas no âmbito da Gramática das Construções" and nevertheless propose that a metrical schema (a paroxytone quadrisyllabic form beginning with /b/, with a nasal in the onset of the stressed syllable) be conceived as a construction, for formations such as *Biroliro* and *Bingolingo*, in which the prosodic frame is the only link to the source word. Do cases of this kind require an extension of the constructional model, or can they be accommodated by the formal schemas already available?

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES

In the aforementioned article, I came up with this idea because the data immediately stood out: there were countless four-syllable paroxytones beginning with /b/ that were used as an alternative to pronouncing the name of the then president, regarded by his opponents as the "unnameable". In that text, the insight was more descriptive than strictly theoretical: it is worth calling the former Head of the Executive Branch anything that evokes his surname without necessarily having to utter that anthroponym.

Despite the somewhat jocular nature of that analysis, I believe it is perfectly possible to reconcile the notion of a prosodic template with the notion of construction, since templates concern the formal pole of the construction. In a paper specifically devoted to this issue, co-authored with Luciana Vialli, we analyzed verbal-base reduplication (*quebra-quebra*, *agarra-agarra*) on the basis of this possibility (Gonçalves; Vialli, 2016). Geert Booij, in a book that systematizes the Construction Morphology model (Booij, 2010), draws attention to this fact and analyzes data from Afrikaans in light of this possible extension of constructional models.

In my view, the verbal-base reduplication data to which I have had access can be perfectly accommodated within formal schemas without necessarily requiring an extension of the constructional model. The use of subscripts can serve as a strategy for signaling that the second constituent of the compound is, in fact, an exact copy of the first. In representational terms, we can propose the following schema, following Booij's (2021) proposal:

$$\begin{bmatrix} \Phi & : & /x_i x_i/_{\omega\omega} \\ \Sigma & : & [[V_i][V_i]]_{N_j} \\ M & : & [\text{Continuous / Repeated state of } X_i]_j \end{bmatrix}$$

In this formalization, the capital Greek phi, ϕ, explicitly establishes that the phonological form consists of two identical prosodic words (ω) placed side by side (the subscript $_i$ indicates the total identity of the forms). Since phonology is linked to syntax – Σ $[[V_i]V_i]]N_j$ – and semantics M ([Continuous/repeated action]) –, the speaker does not "copy" segments dynamically by means of a separate grammatical rule. Rather, they activate a holistic lexical model, in which the prosodic template and meaning are two sides of the same coin. For this very reason, new forms are created on the basis of this schema:

(A) *mata-mata* *pega-pega* *pula-pula* (older forms)

(B) *chora-chora* *fila-fila* *espreme-espreme* (more recent forms)

Therefore, for Booij, incorporating a template into a schema means asserting that prosody is a lexical condition. A prosodic template is not an empty structure awaiting completion by a phonological mechanism; rather, it is a phono-morphological condition directly encoded in the speaker's knowledge.

PALIMSPESTO

3) In the work you have been developing with Tiago Vieira de Souza, confixation, drawing on the proposals of Martinet, Corbin, Ralli, and Radimský, is characterized, among other aspects, by the possibility of positional variation of the formative. This mobility makes it particularly relevant to examine separately the formations in which the element occupies the left edge and those in which it appears at the right edge. From a

descriptive standpoint, what has this distinction revealed about the semantic behavior of confixes? Are there sufficiently regular differences in meaning between the two positions, or does the semantic contribution of the formative tend to remain stable? And, from a theoretical standpoint, how do you understand today the relationship between the unity of the process and this positional variation: are these different possibilities for the use and productivity of the same construction, or do the data point to the need to distinguish between representations?

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES

From a descriptive standpoint, Tiago Vieira de Souza and I have been emphasizing that there are quite significant formal and semantic differences depending on whether the neoclassical element appears at the left or right edge of complex words, characterizing what I have been calling confixation since 2012 (Gonçalves, 2012). Let us take the formative *fon-* as an example. This morphological unit has a high degree of analyzability[1], in Bybee's (2010) terms, even though it is a bound form and, for this very reason, never functions in isolation. Data such as '*fone*', '*fonação*', '*fonética*', '*fonador*', and '*fonema*' provide evidence for this.

In a process of chunking[2] with a vowel, the formative also participates in a series of compounds, many of them of recent formation, such as '*fonometria*' and '*fonogenia*', at the left edge, and '*idiófono*' and '*merdófono*', at the right edge. In the first two pairs, *fono-* conveys the generic idea of sound, always evoked on the basis of the lexical nucleus on the right, the head constituent. Thus, '*fonometria*' names a technique devoted to the physical and quantitative measurement of sounds and their acoustic properties. On the other hand, when it occurs in second position, there is another constructional pattern associated with this morphological unit, since not only does the form change (a proparoxytone noun with an open vowel, [ɔ], always in the stressed syllable), but so does the content, because in this case we have a kind of agent: one who says X, in a clear

[1] In her classic 2010 book, Joan Bybee establishes that analyzability constitutes a morphosyntactic parameter that measures the extent to which each internal component of a word or construction is recognized and contributes to the conceptualization and meaning of the whole.

[2] For Bybee (2010), chunking is the cognitive process whereby sequences of linguistic units that frequently occur together come to be processed, stored, and retrieved in the mind as single, indivisible blocks.

analogy with the meaning "one who speaks language X", as in the older constructions '*anglófono*' and '*lusófono*' (Souza, 2020; Souza, 2025).

I would have no hesitation in stating that we are dealing with different constructions in the case of *fon(o)*-; after all, there are formal and semantic differences when this formative is positioned on the left or on the right, since, recalling Goldberg (1995, p. 4),

> C é uma CONSTRUÇÃO se e somente se a definição de C for um par forma-significado (F_i, S_i) tal que nenhum aspecto de F_i nem de S_i seja estritamente previsível a partir das partes componentes de C ou de outras construções previamente estabelecidas.

It is worth emphasizing that, in Construction Grammar (more specifically, in Goldberg's model), if the position of one of the parts changes, we have different constructions. This is because, for Goldberg and other constructionists, word order is part of the "Form" (F_i) of the form-meaning pair. Any change in the linear structure that alters syntactic behavior, semantic interpretation, or pragmatic impact gives rise to a new construction.

In the specific case of formations such as '*idiófono*' ("who pouts a lot of *idiotices* [nonsense]"), we have a constructional change that affects only the semantic pole of the constructions, which become more evaluative, acquiring their own pragmatic profile, as can be observed in the following examples:

> *besteirófono*: someone who cannot keep from speaking and produces only foolish, trivial, or nonsensical discourse.
> *mentirófono*: an ironic term for someone who lies compulsively, or for a device/channel used primarily to spread false news (fake news).
> *asneirófono*: a direct variation referring specifically to someone who repeats foolishness in public discourse.
> *groselhófono*: a colloquial expression from São Paulo used to describe someone who talks only "*groselha*" (nonsense, irrelevant matters).

In these data, we find polysemy resulting from metonymy. In Cognitive Linguistics, metonymy-based polysemy occurs when words acquire new related meanings because speakers associate them within the same reality scenario (referred to as a cognitive domain). I am not sure whether the brief description I have provided here holds for confixation as a whole. We have shown (cf. Gonçalves and Souza, 2020) that the formatives involved in this word-formation process are quite heterogeneous. For this

very reason, I am not entirely convinced that there is uniformity in the analysis of all Portuguese confixes.

PALIMPSESTO

4) Your analyses of pairs such as *vedete* and *chacrete*, or *sacolé* and *sucolé*, centrally draw on the notion of a paradigmatic relationship between complex words. Booij and Masini (2015), in turn, formalize this relationship through the concept of a second-order schema, which operates as a link between two abstract schemas rather than between two individual constructs. Within this framework, the distinction between a first-order schema, which links word to word, and a second-order schema, which links pattern to pattern, seems to have important analytical consequences for cases in which paradigmaticity is maintained even in the absence of a specific source word. How do you assess the descriptive value of this formal device for the phenomena you have been investigating?

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES

The relationship between pairs of lexical formations was very well analyzed even before the advent of constructionist models. Jackendoff's (1975) redundancy model, within the lexicalist paradigm of generative morphology, is quite consistent in its formulation of lexical relations and has, in Brazil, a major exponent: Margarida Basilio, whom I wish to duly honor in this interview. Margarida has always made outstanding contributions through her studies on word formation, and one of them is certainly the notion of general derivational patterns.

Margarida's doctoral dissertation, defended in 1977 at the University of Texas at Austin, was subsequently translated, adapted, and published in book form in 1980 by Editora Vozes, under the title *Estruturas Lexicais do Português: uma abordagem gerativa*. In this classic work, recently reissued in a revised and annotated edition by Alessandro Boechat de Medeiros and Maria Cristina Figueiredo Silva, Margarida proposes that derivational morphology should account for the lexical competence of the native speaker through general derivational patterns. She demonstrates and formalizes several regular and intuitive relationships that speakers establish between different words and classes in the lexicon.

According to Basilio (1980), a general derivational pattern consists of the regular interaction between two morphological constructions that presuppose one another within the lexicon. This means that the creation or interpretation of a word does not occur in isolation, but rather as part of a system of abstract correlations. The structural axes of this concept include (a) paradigmatic relations, through which the speaker projects general patterns to predict related forms, such as the relationship between a verb and its corresponding deverbal noun; (b) the interdependence of formatives, since morphological structures often operate in inseparable pairs, in which the existence of one term strongly implies or validates the other; and (c) the cognitive capacity that enables the speaker not only to memorize terms, but also to create and immediately understand new words based on general templates.

Basilio demonstrates that the lexicon expands through predictable blocks and analogies. The most noteworthy example of a general derivational pattern involves correlations between a base and mutually associated affixation, as in the X-*ismo* / X-*ista* pair, in which there is a pattern whereby the doctrine or philosophical system (X-*ismo*) presupposes its follower or agent (X-*ista*), as exemplified by *marxismo/marxista* and *budismo/budista*. The most celebrated case used to illustrate this pattern is the correlation between a profession/agent and the place of activity or commerce, as shown in the formalization below, following the model proposed by Booij (2010)[3].

$$\langle [X\text{-eiro}]_{\text{Subst}_i} \leftrightarrow \text{Ag}_i \rangle \approx \langle [X\text{-aria}]_{\text{Subst}_j} \leftrightarrow [\text{Local}_{\text{Ag}i}]_j \rangle$$

This formalization captures the idea that the speaker does not necessarily have to derive '*sapataria*' from '*sapateiro*' or '*sapataria*' directly from '*sapato*': the pattern establishes that, if there is an individual who sells/produces something (X-*eiro*), the

[3] $[X_S \text{ eiro}]_{Si}$ represents a word belonging to the noun class, indexed as $_i$, formed by the suffix -*eiro*, a fixed part of the construction, and by a variable base (X), also belonging to the noun class ($_S$). Ag_i indicates the direct semantic mapping of this first block, defining an Agent, an individual who practices the profession or trade associated with [X]. The bidirectional arrow, ↔, demonstrates the correlation between the formal pole and the semantic pole of the constructions. The symbol of proportional paradigmatic correlation, ≈, demonstrates that the first block is equivalent to and codependent on the second. $[X_S \text{ aria}]_{Sj}$ indicates that a word belonging to the noun class, indexed as $_j$, is structured by the suffix -*aria* attached to the same lexical base [X]. Finally, $[Local_{Ag\ i}]_j$ indicates the semantic mapping of the second block. In this formalization, the locative is not connected solely to the primitive base; rather, it is necessarily defined in relation to the Agent indexed as $_i$.

language predicts and licenses the automatic existence of a place where this activity takes place (X-*aria*). This general pattern is so deeply entrenched that it allows for the instantaneous creation of neologisms. Let us imagine that, if a profession involving a seller of '*poloca*' called '*poloqueiro*' were to emerge, any speaker of Portuguese would immediately understand that the place where this person works is the '*polocaria*', even without ever having heard this word before.

Thus, to answer the question more directly, I would prefer to speak, rather than in terms of first- and second-order schemas, of sister constructions that support and sustain one another, along the lines of what is now referred to as Relational Morphology (RM). RM is a recent theoretical model in linguistics that studies words by focusing on the relationships, connections, and structural associations they maintain with one another within the lexicon. The model was developed over the past decade by linguists Ray Jackendoff (USA) and Jenny Audring (the Netherlands) and consolidated in the 2020 book *The Texture of the Lexicon*.

I had the opportunity to publish a recent book on this model and apply it to Portuguese (Gonçalves, 2024). In my view, horizontal relations between lexical constructions are more promising than schemas of different orders for cases in which paradigmaticity is maintained even in the absence of a specific source word. This is the case, for example, with '*nazismo*', '*nihilismo*' and '*fascismo*', which do not have identifiable bases but are readily associated with the ideological agents '*nazista*', '*nihilista*' and '*fascista*'. The same applies to pairs $[\text{X eiro}]_{Si} \leftrightarrow [\text{x aria}]_{Sj}$ such as *artilheiro/artilharia*, *carpinteiro/carpintaria* and *marceneiro/marcenaria*, among many others.

PALIMPSESTO

5) Your work in morphology has done something that was far from obvious in the Brazilian tradition: it has placed non-concatenative processes and formatives of indeterminate status, which the literature had been treating as marginal, at the center of the description. The studies you have been conducting and supervising show that the fluid nature of these formatives, far from constituting a descriptive problem, provides evidence of how morphology is organized. Considering this trajectory as a research agenda, which

boundaries of word formation still call for a reformulation of the constructional framework, and in what directions?

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES

I am genuinely very proud to have been, perhaps, the first author to explicitly use the expression "non-concatenative morphology" to describe and analyze Portuguese data. I did so in a text that did not receive much attention, in 1999 (Gonçalves, 1999). Shortly thereafter, my colleague at the University of São Paulo, Gabriel Araújo, produced an outstanding study of blends, treating them as a case of non-concatenative morphology (Araújo, 2000). Much has already been said about these processes, both at the level of word formation and at the level of inflection. I have had the opportunity to supervise students with enormous scientific potential who are now prominent professors, some of them even full professors.

Processes such as truncation have been the subject of dissertations and theses not only on Portuguese, but also on Spanish (Belchor, 2014 and 2008; Vazquez, 2008). Verbal inflection has been masterfully dissected in the various studies by Vítor de Moura Vivas (Vivas, 2014 and 2011). The theoretical approaches have also varied considerably, ranging from studies at the phonology-morphology interface (Thami da Silva, 2013 and 2008; Lima, 2014 and 2008; Andrade, 2008) to the morphology-semantics interface (Álvaro, 2003; Furtado, 2011), including constructional approaches (Vialli, 2013). Much has already been said about these processes, but there is always much more to add, since more than twenty years of research on these mechanisms have now passed. As I often tell my graduate students, each analysis is a brick that builds the construction (with a thousand apologies for the pun).

I do not think that boundaries are an issue for constructional approaches, which are extremely clear in positing a broad *continuum* from the lexicon to syntax. In more recent approaches, such as Diachronic Construction Morphology (DCxM), there is room for discussing constructional change (Norde and Trousdale, 2023; Trousdale and Norde, 2025). Thus, showing that a bound stem, such as *-fobia*, has become detached and gone on to constitute an autonomous lexical unit is highly relevant to this line of research, since it involves a change in the categorization of the morphological unit in question.

Personally, I consider the notion of a *continuum* extremely important, and I believe it applies to life, not just to Linguistics. How tenuous, for example, can the boundary between a police officer and a criminal be? I have already proposed several *continua*: inflection–derivation, derivation–compounding, stem–affix, and so on. One *continuum* that I would still like to propose concerns compounding, a process that is still not very well understood in Portuguese, despite several relevant studies.

What is a compound? What is the difference between a compound and a syntactic phrase? What is the difference between a compound and an idiomatic expression? These and other questions already point to the problem of categorization, which is extremely difficult to resolve in practice, given the elasticity of boundaries. Without a doubt, I believe that grammatical categories are not rigid boxes with fixed boundaries, but rather continua structured along scales of gradual transition.

From a morphological standpoint, I do not think there are very rigid boundaries between lexical and neoclassical compounding, since we find many hybrid cases (with one neoclassical component and another vernacular one), such as '*aerocombustão*', '*fotoestimulação*' and '*nanotecnologia*'. Also very interesting are copulative compound adjectives, such as '*bucomaxilar*', '*linguodental*', and '*físico-químico*'. Is the vowel [o] not always obligatory, as it is in neoclassical compounds? In any case, these and other questions are quite interesting from both a descriptive and a theoretical standpoint. Who knows, perhaps I will open up a new line of research on compounding?

REFERENCES

ANDRADE, Katia Emmerick. *Uma análise otimalista unificada para mesclas lexicais do português do Brasil*. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BASILIO, Margarida. *An algebraic approach to Portuguese word formation*. Doctoral Dissertation (Doctor of Philosophy in Linguistics) – University of Texas at Austin, Austin, 1977.

BASILIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português*: uma abordagem gerativa. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASILIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português*: uma abordagem gerativa. Ed. revista e comentada por Alessandro Boechat de Medeiros e Maria Cristina Figueiredo Silva. Petrópolis: Vozes, 2024.

BAUER, Laurie. Productivity. *In*: ŠTEKAUER, Pavol; LIEBER, Rochelle (ed.). *Handbook of Word-Formation*. Dordrecht: Springer, 2005. p. 315-334.

BELCHOR, Ana Paula Victoriano. *A Morfologia Prosódica aplicada ao processo de Truncamento no português Brasileiro*. 2014. 217 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BELCHOR, Ana Paula Victoriano. *Construções de truncamento no português do Brasil: análise estrutural à luz da Teoria da Otimalidade*. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BOOIJ, Geert. Reduplication and repetition from a constructionist perspective. *Belgian Journal of Linguistics*, v. 35, n. 1, p. 55-67, 2021.

BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FURTADO, Lilian Ribeiro. *Análise semântico-cognitiva das substituições sublexicais em português*. 2011. 74 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions*: a Construction Grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio; SOUZA, Tiago Vieira. A confixação como processo de formação de palavras no português brasileiro contemporâneo. *Revista do GEL*, v. 17, n. 2, p. 122-147, 2020.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos. *Domínios da Lingu@gem*, v. 6, n. 2, p. 119-145, 2012.

GONÇALVES, Carlos Alexandre; VIALLI, Luciana de Albuquerque Daltio. Por uma abordagem compreensiva da reduplicação no Português do Brasil. *Pontos de Interrogação* – Revista de Crítica Cultural, Alagoinhas, v. 5, n. 1, p. 123–141, 2016.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio. "Na sextaneja com a caipifruta da mãedrasta": o estatuto morfológico dos splinters no português brasileiro contemporâneo. *Diadorim*: revista de estudos linguísticos e literários, Rio de Janeiro, v. 14, n. especial, p. 139-158, 2013.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Morfologia Relacional*: introdução e aplicação ao português. Campinas: Pontes Editores, 2024.

JACKENDOFF, Ray. Morphological and semantic regularities in the lexicon. *Language*, v. 51, n. 3, p. 639-671, 1975.

JACKENDOFF, Ray; AUDRING, Jenny. *The Texture of the Lexicon*: Relational Morphology and the Parallel Architecture. Oxford: Oxford University Press, 2020.

KASTOVSKY, Dieter. Astronautics, biochemistry, cybernetics, etc.: Or, what (if anything) is a combining form?. *In*: LEITZEN, J.; STEINKRÜGER, P. O. (ed.). *Between Derivation and Composition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. p. 1-14.

LIMA, Bruno Cavalcanti. *A formação de 'Dedé' e 'Malu': uma análise otimalista de dois padrões de hipocorização*. 2008. 67 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, Bruno Cavalcanti. *Realização fonética de acrônimos no português brasileiro*: uma abordagem morfofonológica através da Teoria da Otimalidade. 2014. 214 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NORDE, Muriel; TROUSDALE, Graeme (ed.). Issues in Diachronic Construction Morphology. *Constructions and Frames*, Amsterdam, v. 15, n. 2, p. 145-159, 2023.

SOUZA, Tiago Vieira de. *A composição neoclássica no ensino médio*: ciência, uso e criatividade na abordagem da recomposição e da confixação. 2025. 141 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

SOUZA, Tiago Vieira de. *Da fonologia à telefonia*: um estudo do confixo -fono- no português brasileiro contemporâneo. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

THAMI DA SILVA, Hayla. *Por uma abordagem unificada da hipocorização em português*: análise otimalista. 2013. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

THAMI DA SILVA, Hayla. *Uma abordagem otimalista da Hipocorização com padrão de cópia à esquerda*. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

TROUSDALE, Graeme; NORDE, Muriel. On the relationship between linguistic creativity and change in morphological constructions. *Language and Cognition*, Cambridge, p. 1-24, 2025.

VASQUEZ, Renato Pazos. *A criação lexical via truncamento*: uma análise do fenômeno em espanhol. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VIALLI, Luciana Albuquerque Daltio. *Reduplicação de base verbal*: uma análise pela morfologia construcional. 2013. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIVAS, Vítor de Moura. *Novos enfoques sobre a flexão verbal em português*: abordagem formal e semântica do mecanismo fusão. 2001. 127 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VIVAS, Vítor de Moura. Análise de padrões não-flexionais nas marcas de modo-tempo-aspecto e número-pessoa. *(CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS*, Vitória, v. 8, n. 10, p. 231-242, 2014.

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves: holds a PhD in Linguistics from the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), where he also earned his master's degree and his undergraduate degree in Portuguese Language and Literature. He is currently a full professor of Portuguese Language at UFRJ, where he teaches at both the undergraduate and graduate levels. He is the leader of the Center for Morphological Studies of Portuguese (Nemp) and a research productivity fellow of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), Level B. He is the author of several books, including *Morfologia Relacional: introdução e aplicação ao português* (Pontes, 2022), *Morfologia* (Parábola, 2019), *Atuais tendências em formação de palavras* (Contexto, 2016) and *Morfologia Construcional: uma introdução* (Contexto, 2016). He is also the editor of *Processos marginais de formação de palavras* (2016) and *Novos horizontes da pesquisa em morfologia* (2017), both published by Editora Pontes. E-mail: carlosvictorio@letras.ufrj.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3672-3852.

Raphael Alves de Oliveira: is a PhD candidate in Linguistics in the Graduate Program in Letters at the Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGLILP/UERJ), where he also holds a master's degree in Linguistics and a bachelor's degree in Portuguese/French.

He is a researcher at the Constructionist and Cognitive-Functional Observatory of Portuguese (CONPOR/UFBA), where he currently conducts research in Construction Morphology, Frame Semantics and Metapragmatics. He is a fellow of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). E-mail: ra.alvesdeoliveira@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0009-0002-4361-6780.

Mônica Nunes Carneiro: is a PhD candidate in the Graduate Program in Language and Culture (PPGLinC) at the Universidade Federal da Bahia (UFBA), holds a master's degree in Linguistic Studies from the Graduate Program in Linguistic Studies (PPGEL) at the Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), and earned her bachelor's degree in Portuguese Language and Literature from the same institution. She is a member of the research group Constructionist and Cognitive-Functional Observatory of Portuguese (CONPOR), where she conducts research in Construction Morphology, with a focus on *X-oso* formations, from the original *X-osus* form in Latin to its development in the Ibero-Romance languages, particularly Portuguese, Spanish and Galician. During her undergraduate studies, she worked as a volunteer in the Scientific Initiation Program for three consecutive years and participated in the Pedagogical Residency Program. She currently teaches Portuguese and writing at a private school in Feira de Santana. E-mail: moninunes@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0009-0008-5087-2006.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.101755

Quando os nomes encontram os esquemas: uma conversa com Juliana Soledade

Profª. Drª. Juliana Soledade (UFG)

Entrevistadores:
Mônica Nunes Carneiro (UFBA/FAPESB)
Raphael Alves de Oliveira (UERJ/CAPES)

A morfologia acompanha a trajetória acadêmica de Juliana Soledade Barbosa Coelho desde seus primeiros trabalhos de formação. Na graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), concluída em 1999, estudou a criação morfológica em Guimarães Rosa; no mestrado, defendido em 2001, voltou-se para a sufixação no português arcaico; e, no doutorado, concluído em 2004, aprofundou a investigação do paradigma sufixal dessa fase da língua, examinando as relações entre formação lexical e significado. Durante o doutorado, realizou ainda período de estudos na Universidade de Coimbra. Professora Titular da Universidade Federal de Goiás (UFG) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível C, integra também o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), onde realizou pós-doutorado em 2019-2020 e novamente em 2024. Sua ligação com o Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) remonta aos anos de atuação na UFBA: além de coordenar o subgrupo de Morfologia e Lexicologia Históricas, já exerceu a coordenação do próprio programa.

Os estudos desenvolvidos no mestrado e no doutorado abriram uma linha de investigação que continuaria nos anos seguintes, agora voltada a um conjunto mais amplo de problemas da morfologia histórica do português. A sufixação permaneceu entre seus objetos mais frequentes, mas passou a ser examinada também em relação à polissemia, à alomorfia, ao sinmorfismo e à mudança semântica. Em 2012, coordenou um projeto para a elaboração de um dicionário histórico de sufixos da língua portuguesa, construído a partir de um corpus que remontava à pesquisa de doutorado. O trabalho com materiais de diferentes períodos já colocava, então, uma questão que se tornaria recorrente em sua

produção: como representar formalmente regularidades morfológicas cujos usos e significados se reorganizam ao longo do tempo.

Em 2013, a Morfologia Construcional aparece de modo explícito em sua produção com *Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [Xi -EIR-]Nj no português arcaico*. A partir daí, noções como esquema construcional, produtividade, polissemia e relações de herança passam a integrar com maior frequência análises que continuavam assentadas em dados históricos. Entre 2016 e 2020, no projeto *Mapeando esquemas construcionais: a polissemia das formações X-dor na história da língua portuguesa* acompanhou os usos do formativo desde o latim, passando pelo português arcaico, até o português contemporâneo, procurando descrever as relações polissêmicas observadas em diferentes momentos da língua. Nos textos *Por uma abordagem cognitiva da morfologia: revisando a Morfologia Construcional* (2018) e *A morfologia histórica e a morfologia construcional: encontros e desencontros* (2019), a discussão alcança também os limites do próprio modelo quando se pretende representar mudança, diferentes graus de produtividade e relações semânticas que não se constituem simultaneamente. Seus dados históricos, portanto, não servem apenas à aplicação da Morfologia Construcional; eles também fornecem matéria para discutir e ajustar suas formas de representação.

A antroponímia já vinha, porém, ocupando espaço em suas pesquisas antes dessa aproximação com a Morfologia Construcional. Em 2007, teve início *Todos os nomes: análise sócio-histórica, etimológica e mórfica da antroponímia baiana* projeto coordenado até 2015. No mesmo período, aparecem estudos sobre a construção social do nome personativo, a antroponímia neológica na Bahia e os nomes registrados em documentação histórica dos séculos XIX e XX. Os nomes próprios caminham, assim, desde cedo, ao lado das pesquisas em morfologia histórica e retomam questões que já estavam presentes em outros objetos: a constituição das formas, a recorrência de padrões, a produtividade, a inovação e a mudança. Com a incorporação da perspectiva construcional, essas questões passam a ser formuladas também em termos de esquemas e de relações entre formativos, chegando à hipótese da prevalência de construções biformativas na neologia antroponímica brasileira.

À descrição morfológica dos nomes somou-se, desde cedo, o interesse pelas condições históricas e sociais de sua criação e circulação. Seus estudos passaram a

acompanhar as motivações envolvidas na nomeação, a formação do repertório antroponímico brasileiro e as avaliações que recaem sobre determinados nomes, sem separar esses fenômenos da própria organização linguística das formas. Desde 2017, coordena o *Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil* projeto dedicado ao registro dos nomes em circulação no país e à descrição dos formativos recorrentes na criação antroponímica, com informações sobre origem, comportamento morfológico e produtividade. Em 2024, publicou *Os brasileiros e seus nomes: teoria e história da antroponímia no Brasil* obra autoral de 507 páginas que reúne e desenvolve uma pesquisa construída ao longo de quase duas décadas sobre a formação e a história dos nomes de pessoas no Brasil.

Ao lado dessas pesquisas, a organização de obras coletivas também teve papel importante na circulação de discussões sobre Linguística Histórica, Onomástica e Morfologia Construcional. Depois de *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias* (2009) e *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* (2012), organizou, com Natival Almeida Simões Neto, *Nomes próprios: abordagens linguísticas* (2021) e, com Carlos Alexandre Victorio Gonçalves e Natival Almeida Simões Neto, *Morfologia Construcional: avanços em língua portuguesa* (2022). Neste último volume, participa ainda da introdução à Morfologia Construcional e de estudos sobre derivação sufixal e mudança semântica, retomando, com instrumentos construcionais, problemas que já apareciam em seus primeiros trabalhos sobre a morfologia do português.

A entrevista que segue integra o número 52 da Palimpsesto e o dossiê *Arquiteturas do sentido em contextos de uso: descrições do português brasileiro na Linguística Cognitiva*. A conversa parte dessa produção para avançar sobre questões que permanecem abertas em seus trabalhos: o estatuto do significado nos nomes próprios, a organização dos padrões produtivos da antroponímia brasileira, a possível realidade cognitiva dos esquemas construcionais, o diálogo com métodos experimentais, as dificuldades que a diacronia coloca à representação em rede e as avaliações sociais que incidem sobre os nomes. As perguntas procuram, assim, alcançar pontos em que a descrição dos dados também exige repensar categorias e instrumentos de análise, particularmente quando morfologia, cognição, história e práticas sociais de nomeação passam a ser consideradas

conjuntamente. Agradecemos à professora Juliana pela disponibilidade para esta conversa e pela atenção dedicada às questões que lhe propusemos.

PALIMPSESTO

1) Na Morfologia Construcional, parte-se da ideia de que toda construção pareia forma e significado. No léxico comum, o polo semântico de certos esquemas costuma ser bastante especificado, envolvendo noções como agente, locativo ou instrumento. Nos esquemas antroponímicos que você propõe, como [[XFA -ane]NP], esse polo parece se aproximar de um significado mais categórico, algo como "pessoa do sexo feminino", em diálogo com a noção langackeriana de significado de nível básico. Nesse caso, em que medida a produtividade desses esquemas se sustentaria menos por uma riqueza semântica lexical e mais por fatores formais, pragmáticos ou sociocognitivos? Seria possível pensar que há, nos nomes próprios, um tipo de significado ainda pouco explorado pela teoria?

JULIANA SOLEDADE

Essa é uma pergunta que toca um ponto sensível e, ao mesmo tempo, é muito significativa para a minha pesquisa sobre antroponímia. Entendo que a observação está absolutamente correta. Nos esquemas que proponho, como [[X_{FA} -ane]$_{NP}$] ou [[X_{FA} -elson]$_{NP}$], a contraparte semântica, de fato, se aproxima, nos termos de Langacker, de significados categóricos de nível básico, no caso dos antropônimos: "nome próprio > de pessoa > do gênero feminino" ou "nome próprio > de pessoa > do gênero masculino", respectivamente. Não há nesses modelos uma especificação lexical rica como se vê em esquemas do léxico comum, como o [[X]$_{V}$ -dor]S ou o [[X]$_{N}$ -eir-]$_{N}$, que podem especificar diferentes informações como "instrumento", "locativo" ou "agente". Embora o significado dos antropônimos pareça ser muito mais complexo do que os esquemas, da forma como são concebidos, são capazes de descrever, não há como ignorar a importância crucial deles para a organização e funcionamento do léxico antroponímico do português brasileiro.

A produtividade dos esquemas antroponímicos é alimentada, primeiro, pela sua função de nomeação/identificação de indivíduos e, em segundo lugar, pelo seu molde formal. Como defendi no artigo *A hipótese da prevalência de construções biformativas* (2018), o que se abstrai na organização hierárquica do léxico antroponímico não é um

significado complexo, mas um padrão construcional de associação entre dois formativos antroponímicos. Esse modelo biformativo é abstraído e internalizado a partir de modelos prévios abundantes na antroponímia patrimonial. O falante não precisa saber o que *-ane* significa lexicalmente; ele precisa reconhecer que, ao combinar um formativo da margem esquerda (como *Jose-, Franci-, Cleid-)* com o formativo da margem direita (*-ane, -elson*), ele obtém um nome de pessoa. A produtividade, nesse caso, é impulsionada pela regularidade e estabilidade desse molde formal, que é facilmente replicável. É o que chamo de entranhamento (cf. conceito de *entrenchment*) do esquema. Em termos básicos, pode-se afirmar com Brown (1965), Rosch et al. (1976), Downing (1977) e Bybee (1995) que quanto mais frequente for um constructo linguístico, mais entranhado ele estará na gramática da língua e, quanto mais entranhado, mais frequente ele será. A produtividade, portanto, se ancora na frequência e na esquematicidade. O falante não abstrai um significado complexo de *-ane*; ele abstrai um padrão a partir de modelos concretos e frequentes. Nomes como *Joseane* e *Roseane* (com dezenas de milhares de registros desde a década de 1940) servem como modelos ótimos. A alta frequência desses modelos torna o esquema [[X-ane]$_{NP}$] altamente entranhado e produtivo, independentemente da vagueza ou opacidade semântica do formativo.

Por sua vez, a motivação para criar um novo nome com *-ane* ou *-elson* não é lexical, mas atravessada por questões de cunho cultural, pragmático e subjetivo. Como discuto em "Antropônimos, usos e cognição", a nomeação de indivíduos está ligada à busca por identidade e distinção. O nome não precisa significar "agente" ou "instrumento"; ele precisa significar "um indivíduo único", "alguém com uma identidade própria". A motivação está na cena pragmática da nomeação, não no conteúdo semântico dos formativos antroponímicos. Assim, que *Adal-* significasse ‘nobre’ em sua origem germânica não parece implicar absolutamente nada quando alguém nomeia o filho de *Adalmário*, em homenagem aos pais (*Adalberto* e *Maria*). Muitos nomes são criados por cruzamento vocabular (*blends*), como *Edívia* (*Edson* + *Olívia*) ou *Julícia* (*Juliana* + *Letícia*). Aqui, o significado não pode ser descrito objetivamente, pois ele é construído através de uma tentativa de projeção dos sentidos que os nomes-base carregam na memória de quem nomeia sobre o ser nomeado. Então, quando falamos de significado de nomes próprios, em especial de antropônimos, estamos tratando de um fenômeno muito mais complexo do que possa parecer.

Proponho que o significado dos nomes próprios é multifacetado e opera em diferentes níveis: a) o significado categórico de nível básico que aparece na contraparte dos meus esquemas ("pessoa do sexo masculino/feminino"). É um tipo de significado mínimo, categorial convencional e compartilhado, acessado pela memória semântica. É o que permite ao falante, ao ouvir um nome inovador, categorizá-lo quase que imediatamente como antropônimo; b) o significado associativo ligado ao referente, mais rico e pouco explorado. Ele não está no nome em si, mas na memória episódica de cada falante. Nomes próprios podem carregar um universo de associações culturais, históricas e afetivas. Quando uma mãe nomeia a filha de *Joseane*, ela não está apenas ativando o esquema [[X-ane]$_{NP}$] ↔ [pessoa do sexo feminino]; ela está, possivelmente, projetando sobre a filha os sentidos que o nome ou partes do nome têm para ela (por exemplo, José, sendo o nome do pai). Esse significado é difícil de delimitar, pois depende das experiências individuais e do contexto sociocultural; c) o significado motivacional/pragmático que subjaz ao ato de nomear. Não é lexical, mas é real. É a busca por originalidade, a homenagem a um ídolo, o uso de um nome da moda ou nome de devoção, a vontade de criar um novo nome bonito ou forte; d) o significado cultural que implica a incidência de uma avaliação acerca dos nomes: nomes de velhos X nomes de jovem, nomes de ricos X nomes de pobres, nome de brasileiro X nome de gringo, entre outras categorizações; e) por fim, o significado etimológico, aquele que é o mais referenciado em estudos de antroponímia, mas que, no entanto, parece ser pouco acionado no processo de nomeação; apenas palavras que possuem vínculo com o léxico comum (como *Vitória, Rosa, Aparecida*) costumam ser associadas ao seu sentido original; além desses casos, só alguns raros nomes, como *Letícia,* parecem resistir à opacidade semântica. Excetuando-se os significados categóricos e etimológicos, as demais dimensões significativas dos antropônimos são de natureza discursiva, pragmática e sociocultural, e a Morfologia Construcional, com seu foco no pareamento forma-significado, ainda não consegue incorporar esse nível de complexidade.

Portanto, concluo que a teoria já nos dá as ferramentas (como a noção de esquemas, entranhamento e frequência de uso), mas ainda há um vasto campo a ser explorado. O significado dos nomes próprios não é "vazio" ou "opaco"; ele é multifacetado e se manifesta em diferentes níveis de esquematicidade. A contraparte semântica dos esquemas antroponímicos, como [[X-ane]$_{NP}$] ↔ [pessoa do sexo

feminino], é apenas a ponta mais visível e básica de um *iceberg* de sentidos que estão ancorados na experiência, na cultura e nas práticas sociais de nomeação.

PALIMPSESTO

2) Você propõe a hipótese da prevalência de construções biformativas na neologia antroponímica brasileira, segundo a qual muitos nomes se organizam em dois formativos, em continuidade com padrões herdados, como o modelo germânico, embora com combinações inéditas. Se esse template biformativo apresenta um grau relevante de arraigamento, no sentido de Bybee, poderíamos dizer que ele funciona como uma espécie de tendência dominante na criação de nomes no Brasil. Mas como compreender os casos que parecem escapar desse padrão, como blends do tipo Julícia ou splinters como Franci-? Eles tensionariam o metaesquema biformativo ou poderiam ser interpretados como variações previstas em sua própria dinâmica produtiva?

JULIANA SOLEDADE

Essa é uma pergunta que vai direto ao coração da minha hipótese. E a resposta, com base em tudo o que desenvolvi na minha pesquisa, é que esses casos não tensionam o metaesquema biformativo, mas sim o confirmam e reforçam.

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que a hipótese da prevalência de construções biformativas, como desenvolvi no artigo de 2018, não é uma hipótese sobre um padrão morfológico entre outros; é uma hipótese sobre o metaesquema organizacional do sistema antroponímico brasileiro. O que estou dizendo é que, independentemente do processo genolexical acionado (composição, cruzamento vocabular, *splinter*), o resultado final tende a se organizar como uma estrutura com dois formativos, um na margem esquerda (F1) e outro na margem direita (F2).

Esse modelo não é arbitrário; ele se constitui a partir do conjunto de nomes herdados para a formação da antroponímia brasileira. São nomes latinos como *Crist+ina, Evel+ina, Just+ina, Lucina, Regina* ou *Cristiano, Juliano, Justiniano, Luciano, Mariano,* ou ainda são nomes germânicos como *Adal+berto, Adal+fredo, Adal+giza* ou *Cass+ilda, Crem+ilda, Hermeneg+ilda, Leon+ilda,* que possibilitaram as generalizações que permitiram a elaboração de esquemas construcionais antroponímicos que levam em conta

a estrutura biformativa como básica. Ou seja, a biformatividade não é um padrão entre outros; é o molde fundamental sobre o qual os outros processos atuam.

Tomemos o exemplo do blend. O que eu argumento é que, embora o processo de formação seja não concatenativo, o resultado se alinha perfeitamente ao esquema $[[X]_{F1}\ [Y]_{F2}]_{NP}$. O blend não cria uma estrutura triformativa ou amorfa; ele simplesmente opera sobre o molde biformativo, preenchendo as duas posições com fragmentos de outros nomes. Em *Julícia*, há uma fusão de dois nomes, com perda de material fônico de ambos, mas mantém-se uma estrutura claramente biformativa: [Jul(**i**)-] + [-(**i**)cia], em que o <i> funciona como ponto de fusão.

O caso dos *splinters*, como *Franci-,* é ainda mais ilustrativo. Você pergunta se eles tensionariam o metaesquema. Minha resposta é: pelo contrário, eles são uma das maiores evidências de sua força. O splinter *Franci-* é um fragmento depreendido de nomes altamente frequentes como *Francisco* e *Francisca*. O esquema $[[\text{Franci-}]_{F1}\ [Y]_{F2}]_{NP}$ é extremamente produtivo no Brasil, dando origem a nomes como *Franceilma, Franciane, Franciela, Franciele, Francielia, Francila, Francileide, Francilene, Francilia, Francimar, Francine, Francineia, Francinete, Francislaine, Francislene, Francielio, Francilio, Francinaldo, Francinei, Francivaldo, Francisclei, Francismara, Francisnaldo, Francisval, Francisvan, Francisvaldo, Francislai.* Observe que, em todos esses casos, *Franci-* ocupa a posição F1, e o segundo elemento (F2) é um formativo que pode ser uma forma livre (*Cleide, Valdo, Mara*) ou uma forma presa *(-ane, -ele, -nildo*). A estrutura é sempre biformativa.

O mesmo ocorre com os *splinters -elson/-ilson* que eu e Natival Almeida Simões Neto analisamos em "Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira". Esses *splinters* foram destacados de nomes/modelos como *Nilson* e *Nelson*. A partir desses modelos, depreende-se que sempre ocupam a posição F2 (margem direita). Já o primeiro elemento (F1) é preenchido por formativos ou prenomes como *Adr-, Antonio, Den-, Jo-* etc. Novamente, a estrutura é biformativa: [Adr-] + [-elson], [Antoni-] + [-elson], [Den-] + [-ilson], [Jo-] + [-elson].

Enfim, o que ocorre no Brasil é uma atualização criativa de um padrão linguístico ancestral bitemático > biformativo. Os falantes não estão criando um novo modelo; estão operando sobre um modelo profundamente entranhado na tradição onomástica

ocidental, mas preenchendo as posições com materiais inéditos (*splinters*, *blends*, elementos do léxico comum e onomástico etc.).

Isso não quer dizer que não existam criações antroponímicas fora do padrão biformativo, pois, sim, existem. São casos como os de alteração gráfico-fônica, como *Diego > Tiego; Lívia > Dívia; Berenice > Derenice*; ou ainda construções poliformativas como *Tospericargerja*, em homenagem aos campeões da seleção de futebol de 1970: Tostão*, **Pe**lé, **Ri**velino, **Ca**rlos Alberto, **Ger**son, **Ja**irzinho.* Contudo, esses outros tipos de formação são esporádicos, incapazes de gerar séries produtivas como acontece com o modelo biformativo.

PALIMPSESTO

3) Em *Antropônimos, uso e cognição*, você sugere que nomes comuns e nomes próprios, embora possam envolver áreas cerebrais distintas, acessariam esquemas construcionais por uma rota ligada à memória procedimental. Essa proposta parece abrir espaço para pensar os esquemas da MC não apenas como instrumentos descritivos, mas também como estruturas com possível realidade cognitiva. Considerando que a MC ainda dialoga pouco com a psicolinguística experimental, você vê espaço para que métodos como priming morfológico, decisão lexical ou rastreamento ocular investiguem se os falantes mobilizam esses esquemas em tempo real? Uma Morfologia Construcional mais informada por evidências psicolinguísticas poderia ser um desdobramento produtivo desse campo?

JULIANA SOLEDADE

Esta é uma pergunta que me anima profundamente, pois toca no que considero o próximo passo natural e necessário da Morfologia Construcional (MC) e, em especial, da minha própria agenda de pesquisa sobre antroponímia.

Em "Antropônimos, usos e cognição", eu sugeri que os esquemas construcionais, uma vez abstraídos a partir de instanciações concretas e entranhados pelo uso, passam a ser armazenados na memória procedimental. Citei Izquierdo (2004) para definir esse tipo de memória como "um sistema de execução, implicado na aprendizagem de tipos distintos de habilidades que não estão representadas como informação explícita sobre o mundo".

O que isso significa, na prática, é que o falante não precisa "pensar" sobre o esquema $[[\text{X-ane}]_{\text{NP}}] \leftrightarrow$ [pessoa do sexo feminino] para criar ou interpretar um nome como *Franciane* ou *Joseane*. Ele simplesmente sabe fazer isso, da mesma forma que sabe

andar de bicicleta ou reconhecer uma melodia. É um conhecimento implícito, automatizado e procedimental. Isso, por si só, já é um argumento forte a favor da realidade cognitiva dos esquemas. Eles não são meras ferramentas descritivas criadas pelo linguista; são generalizações que o cérebro humano efetivamente opera ao processar e produzir linguagem. No entanto, reconheço que esse argumento, embora teoricamente fundamentado, ainda carece de validação empírica por meio de métodos experimentais.

Os métodos da psicolinguística experimental podem e devem testar a realidade cognitiva dos esquemas construcionais. Além disso, acredito que a MC precisa urgentemente desse diálogo para não se tornar uma teoria descritivamente rica, mas carente dentro das ciências cognitivas.

Uma das possibilidades diz respeito ao *priming* morfológico, que é uma técnica experimental de linguagem em que a exposição prévia a uma palavra (o *prime*) facilita inconscientemente o reconhecimento de uma segunda palavra (o *alvo*) que compartilha a mesma estrutura ou raiz. Assim, por exemplo, o falante é exposto a um estímulo (ex.: *Francisco*) e, em seguida, a uma palavra-alvo (ex.: *Francivaldo*). O tempo de reação para reconhecer ou produzir a palavra-alvo é medido. Se o falante processa mais rapidamente *Francivaldo* após ter visto *Francisco* (em comparação com um controle não relacionado, como *Pedro*), isso indicaria que o formativo *Franci-* foi ativado na memória e facilitou o processamento da nova palavra.

Penso que esse tipo de avaliação testaria diretamente a hipótese de que o *splinter Franci-* é um formativo entranhado, acessado automaticamente pela memória procedimental. Se os experimentos mostrarem que o *priming* ocorre mesmo para nomes neológicos que o participante nunca viu antes (ex.: *Francivânia*), teríamos uma forte evidência de que o esquema [[Franci-]$_{F1}$ [Y]$_{F2}$]NP tem realidade cognitiva e não é apenas uma construção *ad hoc*.

Experimentos de decisão lexical (identificação de se uma sequência de letras é ou não uma palavra da língua) também poderiam ser adaptados para testar o reconhecimento de nomes próprios neológicos. Por exemplo, poderíamos apresentar aos participantes nomes como *Adilson, Joilson* e *Ronielson* (que seguem o esquema [[X]-elson/-ilson]NP) e medir o tempo de reação para decidir que são nomes, em comparação com pseudo-nomes que violam o padrão (ex.: *Sonadil, Elsondi*).

Se os participantes processarem mais rapidamente os nomes que seguem o padrão biformativo, isso indicaria que o metaesquema [[X]$_{F1}$ [Y]$_{F2}$]NP está ativo e facilita o reconhecimento. E, novamente, se isso ocorrer mesmo para nomes inéditos, estaríamos diante de evidência de que o esquema é uma generalização procedural, não uma lista de itens memorizados.

Já o rastreamento ocular poderia ser usado para investigar o processamento em tempo real de nomes próprios em contextos de leitura. Por exemplo, poderíamos medir o tempo de fixação ocular em nomes como *Cleverson* ou *Franciane* em comparação com nomes que não seguem o padrão biformativo (ex.: *Pompeu, Xavier*). Se os olhos dos participantes se fixarem por menos tempo nos nomes biformativos, isso indicaria que o reconhecimento é mais rápido e automático, sugerindo que o esquema está sendo ativado online.

Além disso, poderíamos usar o rastreamento ocular para investigar como os falantes segmentam nomes inovadores. Em um nome como *Cleiderson*, o olhar do leitor se fixaria mais em *Cleider-* e depois em *-son*? Em *Cleid-* e depois em *-erson*? Ou ele processaria o nome como um todo indivisível? Se houver evidência de segmentação em dois formativos, isso seria um forte indicativo de que a estrutura biformativa é psicologicamente real.

Para além desse olhar puramente cognitivo, entendo que é preciso que esses testes também sejam atravessados por fatores sociolinguísticos: aspectos diastráticos, como nível de letramento, classe social e identidade étnico-racial, podem revelar diferenças importantes nos resultados desses experimentos.

Hoje, a MC é uma teoria descritivamente poderosa. Ela nos permite capturar generalizações sobre padrões morfológicos, representar a polissemia de afixos em redes de subesquemas e explicar a criatividade lexical em termos de esquemas e herança. No entanto, ela ainda carece de um compromisso mais forte com a validação experimental de suas hipóteses. Assim, o acréscimo de evidências psicolinguísticas seria não apenas produtivo, mas necessário para que a teoria avance em direção a uma compreensão mais robusta da cognição linguística.

PALIMPSESTO

4) Sua descrição construcional mostra que nomes como *Cleidierson* ou *Francineide* seguem padrões morfológicos regulares, comparáveis, em alguma medida, a processos derivacionais do português. Ao mesmo tempo, em *Os brasileiros e seus nomes* (2024) e no podcast da Rádio Novelo, você evidencia que muitos desses nomes são socialmente estigmatizados e frequentemente classificados como "nomes de pobre". Parece haver, então, uma tensão entre a descrição linguística desses nomes como formações sistemáticas e os julgamentos sociais que recaem sobre eles. Nesse contexto, qual seria, a seu ver, o papel da linguística: apenas descrever esses padrões e seus usos sociais ou também intervir criticamente no debate público sobre preconceito linguístico e antroponímico?

JULIANA SOLEDADE

Esta pergunta é importante para mim, porque diz respeito não apenas a meu trabalho acadêmico, mas à minha posição como cidadã e como professora. E a resposta, baseada em tudo o que escrevi — especialmente no capítulo sobre a sociohistória da inovação antroponímica no Brasil que integra o livro *Os Brasileiros e seus nomes —, é que* a linguística não pode se furtar a se manifestar criticamente no debate público acerca da avaliação pejorativa que recai sobre os nomes criados no Brasil.

Do ponto de vista estritamente linguístico, nomes como *Cleidierson, Francineide, Joseane, Adilson* ou *Richarlysson* são formações perfeitamente sistemáticas. Eles seguem o metaesquema biformativo $[[X]_{F1}\ [Y]_{F2}]_{NP}$. Eles são instanciados por formativos recorrentes e entranhados no sistema antroponímico brasileiro: *-son, -ane, -eide, -ilson, -erson*. Eles obedecem a padrões morfológicos que, em termos de regularidade, não diferem fundamentalmente dos processos derivacionais do léxico comum, como a sufixação com *-eiro* ou a nominalização com *-ção*.

Eu tenho buscado demonstrar que esses nomes não são caóticos ou arbitrários; eles são o resultado de generalizações esquemáticas feitas por falantes que, expostos a um conjunto de modelos frequentes (*Nelson, Joseane, Roseane, Anderson, Emerson*), abstraíram padrões produtivos e os aplicaram criativamente. Do ponto de vista da Morfologia Construcional, *Cleidierson* é tão "bem formado" quanto *jardineiro* ou *declaração,* ou ainda tão "bem formado" *quanto Juliana ou Adalberto.* A diferença não está na estrutura, mas na avaliação social que recai sobre uns e não sobre os outros.

Observando esquetes de humor nas redes sociais, pude verificar que esses nomes tipicamente brasileiros (patrimônio imaterial da nossa cultura) sofrem com estigma e são taxados como "nomes de pobre". Outro indício dessa estigmatização é o fato de que esses nomes não constam em listas de sugestões para nomes de bebês em incontáveis sites na internet. Assim, podemos dizer que, embora sejam construções perfeitamente elegantes do ponto de vista da construção morfológica, esses nomes são avaliados como defeituosos. Contudo, essa avaliação, como se pode ver, não é um fenômeno pautado em critérios linguísticos, mas sim em categorizações sociais e raciais historicamente constituídas.

Eu defendo que a inovação antroponímica no Brasil está diretamente relacionada à expropriação dos nomes africanos durante a escravidão, que apagou as identidades culturais dos povos trazidos para o Brasil. Após a abolição e após o surgimento do cartório de registro civil, ex-escravizados e seus descendentes obtiveram a liberdade de nomeação de seus filhos, processo que até então era completamente atravessado pela igreja católica e pela sociedade branca que se apropriou e encapsulou toda a documentação escrita produzida no Brasil.

Acreditamos que os nomes inovadores tipicamente brasileiros (essencialmente biformativos) surgem em função dessa busca por uma nova identidade por parte da população preta, parda e pobre, que, ao se ver desvinculada da tradição branca e cristã que a oprimiu, passou a criar opções antroponímicas como forma de afirmação de uma nova identidade social. Vale destacar que sociedades em que a escravização de africanos foi densa, como a cubana e a norte-americana, apresentam processos semelhantes na antroponímia.

Considero que essa associação entre negritude, pobreza e baixa escolaridade é o fator primordial que faz com que os nomes criados por essa população sejam automaticamente classificados como "feios", “defeituosos” ou "de pobre". Quando uma pessoa diz que *Marinalva* "é nome de empregada doméstica", ela não está fazendo uma afirmação linguística; ela está reproduzindo um preconceito racial e social que associa certos nomes a certas posições que foram subalternizadas na sociedade e que historicamente foram ocupadas por pessoas pretas e pardas, alijadas do processo civilizatório e desenvolvimentista em face do sistema escravista que fundou essa nação.

Portanto, esse preconceito com os nomes inovadores brasileiros tem raízes históricas profundas e compõe uma das faces do racismo estrutural.

O papel da linguística, nesse contexto, não pode ser apenas o de descrever os padrões morfológicos e depois se calar diante do preconceito. A linguística, como ciência que estuda a linguagem em sua dimensão social e cognitiva, tem o dever ético de desnaturalizar o preconceito: mostrar que a associação entre certos nomes e a pobreza/negritude não é uma relação natural ou objetiva, mas uma construção histórica e social. Nesse caso, a MC ajuda a provar que esses nomes não são "erros" ou "desvios", mas formações regulares que seguem padrões morfológicos perfeitamente descritíveis.

A meu ver, não basta descrever e denunciar. É preciso agir. A minha atuação no debate público sobre preconceito antroponímico se reflete não só nas minhas manifestações em sala de aula ou em entrevistas em podcasts, mas também na elaboração e futura publicação do Dicionário de Nomes em Uso no Brasil. Esse Dicionário, ao registrar e descrever os nomes inovadores, mostrando sua etimologia, sua frequência, sua distribuição geográfica e seus padrões morfológicos, vem a oferecer à sociedade um instrumento para combater a ignorância e o preconceito. Um dicionário que inclui *Cleidierson, Joseane e Francineide* ao lado de *Pedro, Maria* e *João* é um ato político de reconhecimento da diversidade e da criatividade linguística do povo brasileiro.

Acredito também que é preciso levar esse conhecimento para as escolas, para os cursos de formação de professores, para os materiais didáticos. Os nomes próprios também variam e refletem a história e a cultura de um povo. Precisamos ocupar o espaço público: escrever artigos em jornais e revistas, participar de podcasts, dar entrevistas, produzir conteúdo para redes sociais. O podcast da Rádio Novelo, que você mencionou, é um exemplo desse tipo de atuação. Precisamos de mais iniciativas assim, que levem o conhecimento acadêmico para além da academia e o coloquem a serviço da luta contra o preconceito. A linguística, como ciência, tem as ferramentas para desmontar esse preconceito, demonstrando sua irracionalidade, sua origem histórica e sua violência simbólica. E, como pesquisadora, eu acredito que temos a responsabilidade ética de fazê-lo. Não basta descrever o mundo; é preciso também tentar contribuir para torná-lo mais justo. Estigmatizar esses nomes é estigmatizar as pessoas que os carregam, e isso é, obviamente, uma forma de racismo.

PALIMPSESTO

5) A Morfologia Construcional de Booij foi formulada, em grande parte, para a descrição sincrônica de redes morfológicas. Em sua pesquisa, no entanto, você mobiliza essa perspectiva para tratar da emergência e da transformação de esquemas antroponímicos ao longo do tempo, do português arcaico à chamada "revolução antroponímica" do século XX. No capítulo "A morfologia histórica e a morfologia construcional: encontros e desencontros" (2019), você discute justamente algumas dessas tensões. Em que medida a MC pode ser historicizada sem perder sua força operacional? Ou esse movimento exigiria a formulação de um modelo histórico-construcional ainda mais específico para lidar com mudança, produtividade e reconfiguração de esquemas ao longo do tempo?

JULIANA SOLEDADE

Esta é uma questão que me acompanha há anos, desde a minha pesquisa de doutorado, mas principalmente desde o momento, em 2013, em que me aproximei da Linguística Cognitiva e da Morfologia Construcional. Ao tratar dos estudos históricos do léxico aplicando os pressupostos da MC, pude perceber a necessidade de adaptações importantes do modelo para dar conta da descrição da língua abarcando a sua dimensão diacrônica.

Antes, contudo, de apontar os problemas, é preciso reconhecer que a MC oferece ferramentas extremamente poderosas para a investigação histórica. Diferentemente de modelos gerativistas, que tendem a tratar a mudança morfológica como uma questão de substituição de regras, a MC opera com esquemas, que são generalizações abstraídas de instanciações concretas e que podem ser reconfigurados ao longo do tempo; ou seja, lidamos com dados reais da língua em uso.

Essa flexibilidade é crucial para a Morfologia Histórica porque, como tenho defendido, a língua é um misto de inovação e conservação, e em cada sincronia o uso de formas herdadas é sempre muito superior ao de formas criadas. A MC permite capturar essa dinâmica porque os esquemas podem acomodar relações de herança, e os subesquemas polissêmicos podem ser reorganizados conforme novos sentidos surjam. Além disso, noções como a de *entranhamento* e de *frequência* permitem explicar por que certos padrões se tornam mais produtivos que outros em diferentes momentos históricos.

Além disso, a MC, ao admitir que esquemas são adquiridos com base em um conjunto de palavras complexas memorizadas, abre espaço para entender como os

falantes de diferentes épocas, expostos a diferentes conjuntos de modelos, podem abstrair esquemas distintos e, assim, gerar mudanças morfológicas ao longo do tempo. No caso da antroponímia brasileira, por exemplo, mostrei que o metaesquema biformativo $[[X]_{F1}$ $[Y]_{F2}]_{NP}$, herdado de tradições linguísticas anteriores, foi reconfigurado ao longo do século XX, incorporando novos formativos (*splinters* como *Franci-, -elson, -erson e Regi-*) e gerando uma verdadeira "revolução antroponímica".

No entanto, a aplicação da MC a dados históricos revela várias tensões, que podem ser agrupadas em cinco problemas principais:

a) A prolificidade *versus* vitalidade: Booij (2010, 2017) afirma que o critério básico para a proposição de subesquemas é a produtividade: se um padrão é produtivo, é uma boa razão para supor um subesquema. Mas, em dados históricos, a definição de produtividade se complexifica. Muitos esquemas podem ter sido *prolíficos* em estágios pretéritos (gerando muitas formas herdadas), mas já não apresentam *vitalidade* (capacidade de gerar novas formas) na sincronia atual. Por outro lado, um esquema pode ter baixa prolificidade no passado, mas ganhar vitalidade em um novo contexto histórico, como o sufixo *-íneo,* que, há alguns anos, foi resgatado nas redes sociais com um novo sentido (*fofíneo, gatíneo*).

O modelo boojiano não prevê essa distinção e, na representação gráfica, a ordem dos subesquemas (geralmente linear ou hierárquica) não dá conta dos graus de prolificidade. Por exemplo, no caso do sufixo *-eiro,* nos meus dados acerca dos usos no português arcaico, os agentivos têm 47 ocorrências, enquanto o sentido de anomalia tem apenas 1. Uma representação linear não captura essa diferença.

b) O esquema dominante e a inespecificação semântica: Booij propõe um esquema dominante com uma contraparte semântica geral o suficiente para abrigar todos os subesquemas polissêmicos (ex.: $[[X\text{ -eiro}]_S \leftrightarrow [x$ envolvido em SEM$]_S]$). No entanto, como argumentei, não parece plausível que o cérebro humano armazene esse esquema dominante. Ele é, na verdade, um recurso metodológico do analista; não me parece que seja uma estrutura cognitiva real, sendo a língua semanticocêntrica. Em uma perspectiva histórica, isso se torna ainda mais problemático, porque os subesquemas podem ter emergido em momentos distintos e não precisam de um "guarda-chuva" composto de um vazio semântico para existir, mas sim de relações de projeção de sentido a partir de outros esquemas.

c) A representação das relações metafóricas e metonímicas: A MC não oferece uma forma adequada de representar as relações horizontais entre subesquemas, ou seja, as extensões metafóricas e metonímicas que os conectam. No caso do sufixo *-dor*, por exemplo, mostrei que a relação entre agente habitual e agente profissional é de natureza metonímica (parte-todo), mas essa relação fica completamente apagada na representação hierárquica vertical. Da mesma forma, no sufixo *-eiro*, as relações metonímicas entre os sentidos de "objeto" e "local" ou entre os sentidos de "agente" e "instrumento" não são capturadas pela formulação de subesquemas isolados.

Isso é especialmente relevante para a história, porque as mudanças semânticas muitas vezes se dão por metonímia e metáfora e, sem uma forma de representar essas relações, perdemos a dinâmica da mudança.

d) A herança semântica da base: Booij (2017) reconhece a importância da herança entre esquemas e palavras complexas, e entre palavras complexas e suas bases. No entanto, sua representação não inclui a herança semântica da base na formação dos subesquemas. Mostrei, com o sufixo *-udo*, que a polissemia entre "provido de X" (*barbudo*) e "que se assemelha a X" (*abelhudo*) é motivada pela natureza semântica da base: se a base é parte do corpo, um sentido; se não é, outro. Esse tipo de restrição semântica não encontra espaço na formulação boojiana.

e) A relação entre agentes habituais, profissionais e experienciadores: No caso do sufixo *-dor*, mostrei que a distinção entre agente habitual e agente profissional não é uma questão de regras morfológicas, mas de conceptualização sociocultural: um corredor profissional se diferencia de um corredor habitual não pela frequência da ação, mas pelo retorno financeiro e pelo acúmulo de conhecimento especializado. Essa relação metonímica (parte-todo) é dinâmica e histórica: o que é profissional em uma época pode ser apenas habitual em outra. A MC, com sua representação estática de subesquemas, não dá conta dessa fluidez.

Não defendo a criação de um modelo completamente novo, mas sim o ajuste e a ampliação do modelo boojiano. Com o avanço da tecnologia, acredito que seremos capazes de capturar não apenas a estrutura sincrônica, mas também a emergência, a transformação e a perda de esquemas ao longo do tempo e de representar essas descrições em modelos mais dinâmicos e flexíveis.

REFERÊNCIAS

BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOOIJ, Geert E. Inheritance and motivation in Construction Morphology. *In*: GISBORNE, Nikolas; HIPPISLEY, Andrew (ed.). *Defaults in morphological theory*. Inglaterra: Oxford University Press, 2017. p. 18-39.

BROWN, Roger. *Social Psychology*. New York: Free Press, 1965.

BYBEE, Joan. Regular morphology and the lexicon. *Language and Cognitive Processes*, [*S. l.*], v. 10, n. 5, p. 425-455, 1995.

DOWNING, Pamela. On the creation and use of English compound nouns. *Language*, [*S. l.*], v. 53, n. 4, p. 810-842, 1977.

IZQUIERDO, Iván. *A arte de esquecer*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

ROSCH, Eleanor et al. Basic objects in natural categories. *Cognitive Psychology*, [*S. l.*], v. 8, n. 3, p. 382-439, 1976.

Juliana Soledade: possui graduação em Letras Vernáculas, mestrado em Letras e Linguística e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professora titular da Universidade Federal de Goiás (UFG) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível C. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Morfologia, Léxico, Onomástica e Linguística Histórica. A partir de perspectivas diacrônica e sincrônica, investiga o léxico comum e o léxico onomástico, especialmente a antroponímia, com enfoque nos processos morfológicos envolvidos em sua constituição, bem como nas formações genolexicais do português e de outras línguas românicas, com foco na derivação e em processos não concatenativos. Atualmente, seus projetos estão voltados para os processos semântico-cognitivos envolvidos na constituição morfológica do léxico comum e onomástico, incluindo estudos da gramática do português em perspectiva cognitivista, particularmente no âmbito da Morfologia Construcional e da Gramática de Construções. É membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia

(UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: julisoledade@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3637-3453.

Mônica Nunes Carneiro: doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e graduada em Letras vernáculas pela mesma instituição. Integra o grupo de pesquisa Observatório Construcionista e Cognitivo-Funcional do Português (CONPOR), onde desenvolve pesquisas na área da Morfologia Construcional, com ênfase nas formações *X-oso,* desde a forma originária *X-osus*, no latim, até o seu desenvolvimento nas línguas ibero-românicas, em especial, português, espanhol e galego. Durante a graduação, atuou como voluntária do Programa de Iniciação Científica por três anos consecutivos e participou do Programa Residência Pedagógica. Atualmente, leciona aulas de Português e Redação na rede privada de Feira de Santana. E-mail: moninunes190@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0009-0008-5087-2006.

Raphael Alves de Oliveira: doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGLILP/UERJ), mestre em Linguística e graduado em Letras – Português/Francês pela mesma instituição. Pesquisador do Observatório Construcionista e Cognitivo-Funcional do Português (CONPOR/UFBA), desenvolve atualmente pesquisas em Morfologia Construcional, Semântica de *Frames* e Metapragmática. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: ra.alvesdeoliveira@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0009-0002-4361-6780.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.101755

When names meet schemas: a conversation with Juliana Soledade

Prof. Dr. Juliana Soledade (UFG)

Interviewers:
Mônica Nunes Carneiro (UFBA/FAPESB)
Raphael Alves de Oliveira (UERJ/CAPES)

Morphology has accompanied Juliana Soledade Barbosa Coelho's academic trajectory since her early formative work. In her undergraduate degree in Vernacular Letters at the Federal University of Bahia (UFBA), completed in 1999, she studied morphological creation in Guimarães Rosa; in her master's degree, defended in 2001, she turned to suffixation in Archaic Portuguese; and in her doctorate, completed in 2004, she deepened the investigation of the suffixal paradigm of that phase of the language, examining the relations between lexical formation and meaning. During her doctorate, she also completed a period of study at the University of Coimbra. Full Professor at the Federal University of Goiás (UFG) and CNPq Research Productivity Scholar – Level C, she is also part of the faculty of the Graduate Program in Linguistics at the University of Brasília (UnB), where she completed postdoctoral research in 2019–2020 and again in 2024. Her connection with the Program for the History of the Portuguese Language (PROHPOR) dates back to her years at UFBA: in addition to coordinating the Historical Morphology and Lexicology subgroup, she has previously served as the coordinator of the program itself.

The studies developed in her master's and doctoral degrees opened a line of research that would continue in the following years, now focused on a broader set of problems in historical Portuguese morphology. Suffixation remained among her most frequent objects of study, but it also came to be examined in relation to polysemy, allomorphy, synmorphism, and semantic change. In 2012, she coordinated a project for the elaboration of a historical dictionary of Portuguese language suffixes, constructed from a corpus dating back to her doctoral research. Working with materials from different

periods already posed a question that would become recurrent in her production: how to formally represent morphological regularities whose uses and meanings reorganize over time.

In 2013, Construction Morphology explicitly appears in her work with *Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [Xi -EIR-]Nj no português arcaico*. From then on, notions such as constructional schema, productivity, polysemy, and inheritance relations began to feature more frequently in analyses that remained rooted in historical data. Between 2016 and 2020, in the project *Mapeando esquemas construcionais: a polissemia das formações X-dor na história da língua portuguesa*, she tracked the uses of the formative from Latin, through Archaic Portuguese, to Contemporary Portuguese, seeking to describe the polysemic relations observed at different moments in the language. In the texts *Por uma abordagem cognitiva da morfologia: revisando a Morfologia Construcional* (2018) and *A morfologia histórica e a morfologia construcional: encontros e desencontros* (2019), the discussion also reaches the boundaries of the model itself when attempting to represent change, varying degrees of productivity, and semantic relations that do not constitute simultaneously. Her historical data, therefore, do not merely serve the application of Construction Morphology; they also provide material to discuss and adjust its forms of representation.

Anthroponymy, however, had already been occupying space in her research before this alignment with Construction Morphology. In 2007, the project *Todos os nomes: análise sócio-histórica, etimológica e mórfica da antroponímia baiana* began, which she coordinated until 2015. In the same period, studies appeared on the social construction of personal names, neological anthroponymy in Bahia, and names recorded in 19th and 20th-century historical documentation. Proper names thus walked alongside historical morphology research from early on, revisiting issues already present in other objects: the constitution of forms, the recurrence of patterns, productivity, innovation, and change. With the incorporation of the constructional perspective, these questions also came to be formulated in terms of schemas and relations between formatives, leading to the hypothesis of the prevalence of biformative constructions in Brazilian anthroponymic neology.

The morphological description of names was joined, early on, by an interest in the historical and social conditions of their creation and circulation. Her studies began to

follow the motivations involved in naming, the formation of the Brazilian anthroponymic repertoire, and the evaluations cast upon certain names, without separating these phenomena from the linguistic organization of the forms themselves. Since 2017, she has coordinated the *Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*, a project dedicated to recording names in circulation in the country and describing recurrent formatives in anthroponymic creation, complete with information on origin, morphological behavior, and productivity. In 2024, she published *Os brasileiros e seus nomes: teoria e história da antroponímia no Brasil*, a 507-page authored work that gathers and develops research built over nearly two decades on the formation and history of personal names in Brazil.

Alongside this research, editing collective works also played an important role in circulating discussions on Historical Linguistics, Onomastics, and Construction Morphology. Following *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias* (2009) and *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* (2012), she organized, with Natival Almeida Simões Neto, *Nomes próprios: abordagens linguísticas* (2021) and, with Carlos Alexandre Victorio Gonçalves and Natival Almeida Simões Neto, *Morfologia Construcional: avanços em língua portuguesa* (2022). In this latter volume, she also contributed to the introduction to Construction Morphology and studies on suffixal derivation and semantic change, revisiting, through constructional instruments, problems that had already appeared in her initial works on Portuguese morphology.

The interview that follows is part of issue 52 of Palimpsesto and the dossier *Arquiteturas do sentido em contextos de uso: descrições do português brasileiro na Linguística Cognitiva*. The conversation starts from this body of work to move forward on questions that remain open in her studies: the status of meaning in proper names, the organization of productive patterns in Brazilian anthroponymy, the possible cognitive reality of constructional schemas, dialogue with experimental methods, the difficulties that diachrony poses to network representation, and the social evaluations that affect names. The questions thus seek to reach points where data description also demands rethinking analytical categories and instruments, particularly when morphology, cognition, history, and social naming practices are considered together. We thank Professor Juliana for her availability for this conversation and for her thoughtful attention to the questions we proposed.

PALIMPSESTO

1) In Construction Morphology, one starts from the idea that every construction pairs form and meaning. In the common lexicon, the semantic pole of certain schemas is usually quite specified, involving notions such as agent, locative, or instrument. In the anthroponymic schemas you propose, such as [[XFA -ane]NP], this pole seems to approach a more categorical meaning, something like "female person," in dialogue with Langacker's notion of basic-level meaning. In this case, to what extent would the productivity of these schemas be sustained less by lexical semantic richness and more by formal, pragmatic, or sociocognitive factors? Would it be possible to consider that proper names hold a type of meaning still little explored by the theory?

JULIANA SOLEDADE

This is a question that touches on a sensitive point and, at the same time, is very significant for my research on anthroponymy. I understand that the observation is absolutely correct. In the schemas I propose, such as [[XFA -ane]NP] or [[XFA -elson]NP], the semantic counterpart indeed approaches, in Langacker's terms, categorical meanings at a basic level, in the case of anthroponyms: "proper name > of person > female gender" or "proper name > of person > male gender," respectively. There is no rich lexical specification in these models like what is seen in common lexicon schemas, such as [[X]V -dor]S or [[X]N -eir-]N, which can specify different information such as "instrument," "locative," or "agent." Although the meaning of anthroponyms seems much more complex than the schemas, as conceived, are capable of describing, there is no ignoring their crucial importance for the organization and functioning of the anthroponymic lexicon of Brazilian Portuguese.

The productivity of anthroponymic schemas is fueled, first, by their function of naming/identifying individuals and, second, by their formal template. As I argued in the article *A hipótese da prevalência de construções biformativas* (2018), what is abstracted in the hierarchical organization of the anthroponymic lexicon is not a complex meaning, but a constructional pattern of association between two anthroponymic formatives. This biformative model is abstracted and internalized from abundant previous models in heritage anthroponymy. The speaker does not need to know what *-ane* means lexically;

they need to recognize that, by combining a formative on the left margin (such as *Jose-*, *Franci-*, *Cleid-*) with a formative on the right margin (*-ane*, *-elson*), they obtain a personal name. Productivity, in this case, is driven by the regularity and stability of this formal template, which is easily replicable. It is what I call the entrenchment (cf. the concept of entrenchment) of the schema. In basic terms, one can state with Brown (1965), Rosch et al. (1976), Downing (1977), and Bybee (1995) that the more frequent a linguistic construct is, the more entrenched it will be in the grammar of the language, and the more entrenched it is, the more frequent it will be. Productivity, therefore, is anchored in frequency and schematicity. The speaker does not abstract a complex meaning from *-ane*; they abstract a pattern from concrete, frequent models. Names like *Joseane* and *Roseane* (with tens of thousands of records since the 1940s) serve as optimal models. The high frequency of these models renders the [[X-ane]NP] schema highly entrenched and productive, regardless of the vagueness or semantic opacity of the formative.

In turn, the motivation to create a new name with *-ane* or *-elson* is not lexical, but crossed by cultural, pragmatic, and subjective matters. As I discuss in *"Antropônimos, usos e cognição"*, naming individuals is linked to the search for identity and distinction. The name does not need to mean "agent" or "instrument"; it needs to mean "a unique individual," "someone with an identity of their own." The motivation lies in the pragmatic scene of naming, not in the semantic content of the anthroponymic formatives. Thus, whether *Adal-* meant 'noble' in its Germanic origin seems to imply absolutely nothing when someone names their son *Adalmário*, in honor of the parents (*Adalberto* and *Maria*). Many names are created through word blending, such as *Edívia* (*Edson* + *Olívia*) or *Julícia* (*Juliana* + *Letícia*). Here, the meaning cannot be objectively described, as it is constructed through an attempt to project the senses that the base names carry in the namer's memory onto the person being named. So, when we talk about the meaning of proper names, especially anthroponyms, we are dealing with a phenomenon that is much more complex than it might seem.

I propose that the meaning of proper names is multifaceted and operates on different levels: a) basic-level categorical meaning: appears in the counterpart of my schemas ("male/female person"). It is a minimum type of meaning, categorical, conventional, and shared, accessed by semantic memory. It allows the speaker, upon hearing an innovative name, to categorize it almost immediately as an anthroponym; b)

associative meaning linked to the referent: richer and little explored. It is not in the name itself, but in the episodic memory of each speaker. Proper names can carry a universe of cultural, historical, and affective associations. When a mother names her daughter *Joseane*, she is not merely activating the schema [[X-ane]NP] ↔ [female person]; she is possibly projecting onto her daughter the meanings that the name or parts of the name hold for her (for example, José being the father's name). This meaning is difficult to delimit, as it depends on individual experiences and the sociocultural context; c) motivational/pragmatic meaning: underlies the act of naming. It is not lexical, but it is real. It is the search for originality, paying tribute to an idol, using a fashionable or devotional name, or the desire to create a new, beautiful, or strong name; d) cultural meaning: implies the incidence of an evaluation regarding names: old names vs. young names, rich names vs. poor names, Brazilian names vs. foreign names, among other categorizations; e) etymological meaning: the most referenced in anthroponymy studies, yet seems rarely triggered during the naming process. Only words with links to the common lexicon (like *Vitória, Rosa, Aparecida*) are usually associated with their original sense; aside from these cases, only a few rare names, like *Letícia*, seem to resist semantic opacity.

Excepting categorical and etymological meanings, the other meaningful dimensions of anthroponyms are discursive, pragmatic, and sociocultural in nature, and Construction Morphology, with its focus on form-meaning pairing, cannot yet incorporate this level of complexity.

Therefore, I conclude that the theory already gives us the tools (such as the notions of schemas, entrenchment, and frequency of use), but there remains a vast field to explore. The meaning of proper names is not "empty" or "opaque"; it is multifaceted and manifests across different levels of schematicity. The semantic counterpart of anthroponymic schemas, such as [[X-ane]NP] ↔ [female person], is merely the most visible and basic tip of an iceberg of meanings anchored in experience, culture, and social naming practices.

PALIMPSESTO

2) You propose the hypothesis of the prevalence of biformative constructions in Brazilian anthroponymic neology, according to which many names are organized into two

formatives, maintaining continuity with inherited patterns, like the Germanic model, albeit with unprecedented combinations. If this biformative template exhibits a relevant degree of entrenchment, in Bybee's sense, could we say that it functions as a dominant trend in name creation in Brazil? But how should we understand cases that seem to escape this pattern, such as blends like Julícia or splinters like Franci-? Would they strain the biformative metaschema, or could they be interpreted as variations anticipated within its own productive dynamics?

JULIANA SOLEDADE

This question goes straight to the heart of my hypothesis. And the answer, based on everything I developed in my research, is that these cases do not strain the biformative metaschema, but rather confirm and reinforce it.

First of all, it must be made clear that the hypothesis of the prevalence of biformative constructions, as I developed in the 2018 article, is not a hypothesis about one morphological pattern among others; it is a hypothesis about the organizational metaschema of the Brazilian anthroponymic system. What I am stating is that, regardless of the genolexical process triggered (compounding, word blending, splintering), the final outcome tends to organize as a structure with two formatives, one on the left margin (F1) and another on the right margin (F2).

This model is not arbitrary; it is formed from the set of inherited names used in the formation of Brazilian anthroponymy. These are Latin names like *Crist+ina, Evel+ina, Just+ina, Lucina, Regina*, or *Cristiano, Juliano, Justiniano, Luciano, Mariano*; or Germanic names like *Adal+berto, Adal+fredo, Adal+giza, or Cass+ilda, Crem+ilda, Hermeneg+ilda, Leon+ilda*, which enabled the generalizations that allowed the elaboration of anthroponymic constructional schemas taking the biformative structure as basic. That is, biformativity is not one pattern among others; it is the fundamental template upon which other processes act.

Let us take the example of the blend. What I argue is that, although the formation process is non-concatenative, the result aligns perfectly with the [[X]F1 [Y]F2]NP schema. The blend does not create a triformative or amorphous structure; it simply operates upon the biformative template, filling both positions with fragments of other names. In *Julícia*, there is a fusion of two names, with loss of phonic material from both,

but a clearly biformative structure is maintained: [Jul(i)-] + [-(i)cia], where the i functions as a fusion point.

The case of splinters, such as *Franci-*, is even more illustrative. You ask if they would strain the metaschema. My answer is: on the contrary, they are among the strongest pieces of evidence of its power. The splinter *Franci-* is a fragment detached from highly frequent names like *Francisco* and *Francisca*. The [[Franci-]F1 [Y]F2]NP schema is extremely productive in Brazil, giving rise to names such as *Franceilma, Franciane, Franciela, Franciele, Francielia, Francila, Francileide, Francilene, Francilia, Francimar, Francine, Francineia, Francinete, Francislaine, Francislene, Francielio, Francilio, Francinaldo, Francinei, Francivaldo, Francisclei, Francismara, Francisnaldo, Francisval, Francisvan, Francisvaldo, Francislai*. Notice that, in all these cases, Franci- occupies the F1 position, and the second element (F2) is a formative that can be a free form (*Cleide, Valdo, Mara*) or a bound form (*-ane, -ele, -nildo*). The structure is always biformative.

The same occurs with the *-elson/-ilson* splinters that Natival Almeida Simões Neto and I analyzed in "Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira". These splinters were extracted from models/names like *Nilson* and *Nelson*. From these models, it is deduced that they always occupy the F2 position (right margin). Meanwhile, the first element (F1) is filled by formatives or given names like *Adr-, Antonio, Den-, Jo-*, etc. Once again, the structure is biformative: [Adr-] + [-elson], [Antoni-] + [-elson], [Den-] + [-ilson], [Jo-] + [-elson].

In short, what occurs in Brazil is a creative updating of an ancestral linguistic pattern: bithematic > biformative. Speakers are not creating a new model; they are operating on a model deeply entrenched in Western onomastic tradition, but filling the positions with unprecedented materials (splinters, blends, elements from common and onomastic lexicons, etc.).

This does not mean that there are no anthroponymic creations outside the biformative pattern, because indeed there are. These are cases such as graphic-phonic alterations like *Diego > Tiego; Lívia > Dívia; Berenice > Derenice*; or polyformative constructions such as *Tospericargerja*, honoring the 1970 soccer World Cup champions: ***To****stão,* ***Pe****lé,* ***Ri****velino,* ***Ca****rlos Alberto,* ***Ger****son,* ***Ja****irzinho*. However, these other types of

formation are sporadic, incapable of generating productive series as happens with the biformative model.

PALIMPSESTO

3) In *Antropônimos, uso e cognição*, you suggest that common names and proper names, although they may involve distinct brain areas, access constructional schemas through a route linked to procedural memory. This proposal seems to open space to think of CxM schemas not merely as descriptive instruments, but also as structures with possible cognitive reality. Considering that CxM still dialogues little with experimental psycholinguistics, do you see room for methods such as morphological priming, lexical decision, or eye-tracking to investigate whether speakers mobilize these schemas in real time? Could a Construction Morphology more informed by psycholinguistic evidence be a productive development in this field?

JULIANA SOLEDADE

This question deeply excites me, as it touches on what I consider the natural and necessary next step for Construction Morphology (CxM) and, in particular, for my own research agenda on anthroponymy.

In "Antropônimos, usos e cognição", I suggested that constructional schemas, once abstracted from concrete instantiations and entrenched by use, come to be stored in procedural memory. I cited Izquierdo (2004) to define this type of memory as "an execution system, involved in learning distinct types of skills that are not represented as explicit information about the world."

What this means in practice is that the speaker does not need to "think" about the [[X-ane]NP] ↔ [female person] schema to create or interpret a name like *Franciane* or *Joseane*. They simply know how to do it, just as they know how to ride a bicycle or recognize a melody. It is implicit, automated, and procedural knowledge. This alone is a strong argument in favor of the cognitive reality of schemas. They are not mere descriptive tools created by the linguist; they are generalizations that the human brain effectively executes when processing and producing language. However, I recognize that this argument, although theoretically grounded, still lacks empirical validation through experimental methods.

Methods from experimental psycholinguistics can and must test the cognitive reality of constructional schemas. Furthermore, I believe CxM urgently needs this dialogue to avoid becoming a theory that is descriptively rich yet deficient within the cognitive sciences.

One possibility concerns morphological priming, an experimental language technique in which prior exposure to a word (the prime) unconsciously facilitates the recognition of a second word (the target) sharing the same structure or root. Thus, for example, the speaker is exposed to a stimulus (e.g., *Francisco*) and then to a target word (e.g., *Francivaldo*). Reaction time to recognize or produce the target word is measured. If the speaker processes *Francivaldo* faster after having seen *Francisco* (compared to an unrelated control, like *Pedro*), this would indicate that the formative Franci- was activated in memory and facilitated the processing of the new word.

I believe this type of evaluation would directly test the hypothesis that the splinter *Franci-* is an entrenched formative automatically accessed by procedural memory. If experiments show that priming occurs even for neological names that the participant has never seen before (e.g., *Francivânia*), we would have strong evidence that the [[Franci-]F1 [Y]F2]NP schema has cognitive reality and is not merely an ad hoc construction.

Lexical decision experiments (identifying whether a string of letters is a word in the language) could also be adapted to test the recognition of neological proper names. For instance, we could present participants with names like *Adilson, Joilson*, and *Ronielson* (which follow the [[X]-elson/-ilson]NP schema) and measure reaction time to decide that they are names, compared to pseudo-names that violate the pattern (e.g., *Sonadil, Elsondi*).

If participants process names following the biformative pattern faster, this would indicate that the [[X]F1 [Y]F2]NP metaschema is active and facilitates recognition. And again, if this occurs even for unprecedented names, we would face evidence that the schema is a procedural generalization, not a list of memorized items.

Eye-tracking, meanwhile, could be used to investigate the real-time processing of proper names in reading contexts. For example, we could measure eye-fixation duration on names like *Cleverson* or *Franciane* compared to names that do not follow the biformative pattern (e.g., *Pompeu, Xavier*). If participants' eyes fixate for less time on

biformative names, this would indicate faster and more automatic recognition, suggesting that the schema is activated online.

Additionally, we could use eye-tracking to investigate how speakers segment innovative names. In a name like *Cleiderson*, would the reader's gaze fixate more on *Cleider-* and then on -son? On *Cleid-* and then on *-erson*? Or would they process the name as an indivisible whole? If there is evidence of segmentation into two formatives, this would be a strong indicator that the biformative structure is psychologically real.

Beyond this purely cognitive perspective, I understand these tests must also be intersected by sociolinguistic factors: diastratic aspects, such as literacy level, social class, and ethno-racial identity, can reveal important differences in experimental outcomes.

Today, CxM is a descriptively powerful theory. It allows us to capture generalizations about morphological patterns, represent affixal polysemy in subschema networks, and explain lexical creativity in terms of schemas and inheritance. However, it still lacks a stronger commitment to the experimental validation of its hypotheses. Thus, adding psycholinguistic evidence would be not only productive, but necessary for the theory to advance toward a more robust understanding of linguistic cognition.

PALIMPSESTO

4) Your constructional description shows that names like *Cleidierson* or *Francineide* follow regular morphological patterns, comparable in some measure to derivational processes in Portuguese. At the same time, in *Os brasileiros e seus nomes* (2024) and on the Rádio Novelo podcast, you demonstrate that many of these names are socially stigmatized and frequently labeled as "poor people's names." There seems to be a tension between the linguistic description of these names as systematic formations and the social judgments cast upon them. In this context, what do you see as the role of linguistics: merely to describe these patterns and their social uses, or to intervene critically in the public debate on linguistic and anthroponymic prejudice?

JULIANA SOLEDADE

This question is important to me because it concerns not only my academic work, but my position as a citizen and an educator. And the answer, based on everything I have

written—especially the chapter on the sociohistory of anthroponymic innovation in Brazil in the book *Os brasileiros e seus nomes*—is that linguistics cannot refrain from speaking out critically in the public debate regarding the pejorative evaluation cast upon names created in Brazil.

From a strictly linguistic standpoint, names like *Cleidierson, Francineide, Joseane, Adilson*, or *Richarlysson* are perfectly systematic formations. They follow the biformative metaschema [[X]F1 [Y]F2]NP. They are instantiated by formatives that are recurrent and entrenched in the Brazilian anthroponymic system: *-son, -ane, -eide, -ilson, -erson*. They obey morphological patterns that, in terms of regularity, do not fundamentally differ from derivational processes in the common lexicon, such as suffixation with *-eiro* or nominalization with *-ção*.

I have sought to demonstrate that these names are not chaotic or arbitrary; they are the result of schematic generalizations made by speakers who, exposed to a set of frequent models (*Nelson, Joseane, Roseane, Anderson, Emerson*), abstracted productive patterns and applied them creatively. From the perspective of Construction Morphology, *Cleidierson* is just as "well-formed" as *jardineiro* (gardener) or *declaração* (declaration), or as "well-formed" *as Juliana or Adalberto*. The difference lies not in structure, but in the social evaluation cast upon some and not others.

By observing comedy sketches on social media, I observed that these uniquely Brazilian names (an intangible heritage of our culture) suffer from stigma and are labeled "poor people's names." Another indication of this stigmatization is that these names do not appear in baby name suggestion lists on countless websites. Thus, we can say that although they are perfectly elegant constructions from the perspective of morphological formation, these names are judged as defective. However, as can be seen, this judgment is not based on linguistic criteria, but on historically constituted social and racial categorizations.

I contend that anthroponymic innovation in Brazil is directly related to the expropriation of African names during slavery, which erased the cultural identities of the peoples brought to Brazil. After abolition and the establishment of civil registries, former enslaved individuals and their descendants gained the freedom to name their children—a process that until then had been completely controlled by the Catholic Church and white

society, which appropriated and encapsulated all written documentation produced in Brazil.

We believe that innovative, uniquely Brazilian names (essentially biformative) arose out of this search for a new identity by Black, mixed-race, and impoverished populations. Unbound from the white, Christian tradition that oppressed them, they began creating anthroponymic options as a way of affirming a new social identity. It is worth noting that societies where African slavery was dense, such as Cuba and the United States, present similar anthroponymic processes.

I consider this association between Blackness, poverty, and low formal education to be the primary factor leading names created by this population to be automatically classified as "ugly," "defective," or "poor people's names." When someone says *Marinalva* "is a housemaid's name," they are not making a linguistic statement; they are reproducing a racial and social prejudice that associates certain names with subaltern positions in society historically occupied by Black and mixed-race people, who were excluded from civilizing and development processes by the slavery system that founded this nation. Therefore, prejudice against innovative Brazilian names has deep historical roots and constitutes one face of structural racism.

The role of linguistics in this context cannot merely be to describe morphological patterns and remain silent in the face of prejudice. Linguistics, as a science studying language in its social and cognitive dimensions, has the ethical duty to denaturalize prejudice: to show that the association between certain names and poverty/Blackness is not a natural or objective relationship, but a historical and social construction. In this case, CM helps prove these names are not "errors" or "deviations," but regular formations following perfectly describable morphological patterns.

In my view, describing and denouncing is not enough. Action is necessary. My engagement in the public debate on anthroponymic prejudice is reflected not only in my classroom teaching or podcast interviews, but also in the preparation and future publication of the *Dicionário de nomes em uso no Brasil*. By recording and describing innovative names—showing their etymology, frequency, geographical distribution, and morphological patterns—this dictionary offers society a tool to combat ignorance and prejudice. A dictionary that includes *Cleidierson, Joseane*, and *Francineide* alongside

Pedro, Maria, and *João* is a political act acknowledging the linguistic diversity and creativity of the Brazilian people.

I also believe this knowledge must be brought into schools, teacher training courses, and instructional materials. Proper names also vary, reflecting the history and culture of a people. We need to occupy public space: write newspaper and magazine articles, participate in podcasts, give interviews, and produce social media content. The Rádio Novelo podcast mentioned earlier is an example of this work. We need more initiatives like it to take academic knowledge beyond academia and place it at the service of fighting prejudice. Linguistics as a science has the tools to dismantle this prejudice by demonstrating its irrationality, historical origin, and symbolic violence. And as a researcher, I believe we have the ethical responsibility to do so. It is not enough to describe the world; we must also try to contribute to making it more just. Stigmatizing these names is stigmatizing the people who bear them, and that is, obviously, a form of racism.

PALIMPSESTO

5) Booij's Construction Morphology was formulated largely for the synchronic description of morphological networks. In your research, however, you mobilize this perspective to address the emergence and transformation of anthroponymic schemas over time, from Archaic Portuguese to the so-called "anthroponymic revolution" of the 20th century. In the chapter "A morfologia histórica e a morfologia construcional: encontros e desencontros" (2019), you discuss precisely some of these tensions. To what extent can CM be historicized without losing its operational strength? Or would this movement require formulating a more specific historical-constructional model to handle change, productivity, and the reconfiguration of schemas over time?

JULIANA SOLEDADE

This question has accompanied me for years, since my doctoral research, but especially since 2013, when I approached Cognitive Linguistics and Construction Morphology. When applying CM assumptions to historical studies of the lexicon, I noticed the need for important adaptations to account for the language's diachronic dimension.

Before pointing out problems, however, we must recognize that CM offers extremely powerful tools for historical investigation. Unlike generative models, which tend to treat morphological change as a matter of rule substitution, CM operates with schemas—generalizations abstracted from concrete instantiations that can be reconfigured over time. That is, we deal with real data from language in use.

This flexibility is crucial for Historical Morphology because, as I have argued, language is a mix of innovation and conservation, and in any given synchrony, the use of inherited forms is always far superior to that of newly created ones. CM captures this dynamic because schemas accommodate inheritance relations, and polysemic subschemas can be reorganized as new meanings emerge. Furthermore, notions such as *entrenchment* and *frequency* explain why certain patterns become more productive than others at different historical moments.

Additionally, by acknowledging that schemas are acquired based on a set of memorized complex words, CM leaves room to understand how speakers in different eras, exposed to different sets of models, can abstract distinct schemas and thereby generate morphological changes over time. In Brazilian anthroponymy, for instance, I showed that the biformative metaschema [[X]F1 [Y]F2]NP, inherited from earlier linguistic traditions, was reconfigured during the 20th century, incorporating new formatives (splinters like *Franci-, -elson, -erson*, and *Regi-*) and generating a true "anthroponymic revolution."

However, applying CM to historical data reveals several tensions, which can be grouped into five main problems:

a) Prolificacy *versus* vitality: Booij (2010, 2017) states that the basic criterion for proposing subschemas is productivity: if a pattern is productive, that is good reason to assume a subschema. But in historical data, defining productivity becomes complex. Many schemas may have been *prolific* in past stages (generating many inherited forms), but no longer possess *vitality* (the capacity to generate new forms) in current synchrony. Conversely, a schema may have had low prolificacy in the past but gained vitality in a new historical context, like the suffix *-íneo*, which was revived on social media a few years ago with a new sense (*fofíneo, gatíneo*).

The Booijian model does not anticipate this distinction, and in graphic representations, the ordering of subschemas (usually linear or hierarchical) fails to capture

degrees of prolificacy. For example, regarding the suffix *-eiro* in my Archaic Portuguese data, agentive senses had 47 occurrences, whereas the sense of anomaly had only 1. A linear representation fails to capture this difference.

b) The dominant schema and semantic underspecification: Booij proposes a dominant schema with a semantic counterpart general enough to accommodate all polysemic subschemas (e.g., [[X -eiro]S ↔ [x involved in SEM]S]). However, as I argued, it does not seem plausible that the human brain stores this dominant schema. It is actually an analyst's methodological resource; I do not believe it is a real cognitive structure, as language is semantic-centric. In a historical perspective, this becomes even more problematic because subschemas may have emerged at distinct times and do not need a "blanket" of semantic void to exist, but rather relations of meaning projection from other schemas.

c) Representation of metaphorical and metonymic relations: CM does not offer an adequate way to represent horizontal relations between subschemas—that is, the metaphorical and metonymic extensions connecting them. For the suffix *-dor*, for instance, I showed that the relation between a habitual agent and a professional agent is metonymic (part-whole), but this relation is completely lost in a vertical hierarchical representation. Likewise, for *-eiro*, metonymic relations between the senses of "object" and "place" or "agent" and "instrument" are not captured by formulating isolated subschemas. This is especially relevant for history, as semantic changes often occur through metonymy and metaphor; without representing these relations, we lose the dynamic of change.

d) Semantic inheritance from the base: Booij (2017) recognizes the importance of inheritance between schemas and complex words, and between complex words and their bases. However, his representation does not include the base's semantic inheritance in subschema formation. I showed through the suffix *-udo* that the polysemy between "provided with X" (*barbudo* [bearded]) and "resembling X" (*abelhudo* [snoopy/nosy]) is motivated by the semantic nature of the base: if the base is a body part, one meaning applies; if it is not, another applies. This type of semantic restriction finds no space in the Booijian formulation.

e) The relation between habitual agents, professional agents, and experiencers: For the suffix *-dor*, I showed that distinguishing between a habitual agent and a

professional agent is not a matter of morphological rules, but of sociocultural conceptualization: a professional runner (*corredor*) differs from a habitual runner not by action frequency, but by financial return and accumulated specialized knowledge. This metonymic relation (part-whole) is dynamic and historical: what is professional in one era may be merely habitual in another. CM, with its static representation of subschemas, fails to account for this fluidity.

I do not advocate for a completely new model, but rather the adjustment and expansion of the Booijian framework. With technological advances, I believe we will be able to capture not only synchronic structure, but also the emergence, transformation, and loss of schemas over time, representing these descriptions in more dynamic and flexible models.

REFERENCES

BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOOIJ, Geert E. Inheritance and motivation in Construction Morphology. *In*: GISBORNE, Nikolas; HIPPISLEY, Andrew (ed.). *Defaults in morphological theory*. Inglaterra: Oxford University Press, 2017. p. 18-39.

BROWN, Roger. *Social Psychology*. New York: Free Press, 1965.

BYBEE, Joan. Regular morphology and the lexicon. *Language and Cognitive Processes*, [*S. l.*], v. 10, n. 5, p. 425-455, 1995.

DOWNING, Pamela. On the creation and use of English compound nouns. *Language*, [*S. l.*], v. 53, n. 4, p. 810-842, 1977.

IZQUIERDO, Iván. *A arte de esquecer*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

ROSCH, Eleanor et al. Basic objects in natural categories. *Cognitive Psychology*, [*S. l.*], v. 8, n. 3, p. 382-439, 1976.

Juliana Soledade: bachelor's degree in Vernacular Letters, master's degree in Letters and Linguistics, and doctorate in Letters and Linguistics from the Federal University of Bahia

(UFBA). She is currently a Full Professor at the Federal University of Goiás (UFG) and a CNPq Research Productivity Scholar – Level C. She has experience in the field of Letters, with an emphasis on Morphology, Lexicon, Onomastics, and Historical Linguistics. From diachronic and synchronic perspectives, she investigates common and onomastic lexicons, especially anthroponymy, focusing on morphological processes involved in their constitution, as well as genolexical formations in Portuguese and other Romance languages, focusing on derivation and non-concatenative processes. Currently, her projects focus on the semantic-cognitive processes involved in the morphological constitution of common and onomastic lexicons, including studies of Portuguese grammar from a cognitivist perspective, particularly within Construction Morphology and Construction Grammar. She is a faculty member of the Graduate Program in Language and Culture (PPGLinC) at the Federal University of Bahia (UFBA) and the Graduate Program in Linguistics (PPGL) at the University of Brasília (UnB). E-mail: julisoledade@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3637-3453.

Mônica Nunes Carneiro: doctoral student in the Graduate Program in Language and Culture (PPGLinC) at the Federal University of Bahia (UFBA), master's in Linguistic Studies from the Graduate Program in Linguistic Studies (PPGEL) at the State University of Feira de Santana (UEFS), and holds a bachelor's degree in Vernacular Letters from the same institution. She is a member of the Constructionist and Cognitive-Functional Observatory of Portuguese (CONPOR) research group, where she conducts research in Construction Morphology, focusing on X-oso formations, from the original form *X-osus* in Latin to its development in Ibero-Romance languages, particularly Portuguese, Spanish, and Galician. During her undergraduate studies, she served as a scientific initiation fellow for three consecutive years and participated in the Pedagogical Residency Program. She currently teaches Portuguese and Writing in the private school system of Feira de Santana. E-mail: moninunes190@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0009-0008-5087-2006.

Raphael Alves de Oliveira: doctoral student in Linguistics through the Graduate Program in Letters at the State University of Rio de Janeiro (PPGLILP/UERJ), master's in Linguistics, and holds a bachelor's degree in Letters – Portuguese/French from the same

institution. Researcher at the Constructionist and Cognitive-Functional Observatory of Portuguese (CONPOR/UFBA), currently developing research in Construction Morphology, Frame Semantics, and Metapragmatics. He is a scholar of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). E-mail: ra.alvesdeoliveira@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0009-0002-4361-6780.

DOSSIÊ (ESTUDOS DE LÍNGUA)

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.100177

Semântica de Frames, direitos reprodutivos e gênero: reflexões sobre uma análise baseada em *corpora*

Frame Semantics, reproductive rights, and gender: reflections on a corpus-based analysis

Aline Nardes dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
alinenardes@furg.br
https://orcid.org/0000-0002-9302-484X

Débora Sartori
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
sartoridebora4@gmail.com
https://orcid.org/0009-0006-9872-5334

RESUMO
Este artigo visa a comparar dois *subcorpora* compilados no âmbito do Projeto "Semântica Cognitiva e(m) discurso: entrelaçamentos de frames semânticos no discurso político e midiático" (Santos, 2023), cujo objetivo inicial tem sido investigar como direitos reprodutivos são conceptualizados em diferentes contextos. O aporte teórico é a Semântica de Frames (Fillmore, 1982; 1985) em perspectiva discursiva (Miranda; Loures, 2016). O percurso realizado até o momento aponta que as discussões em torno de direitos reprodutivos são comumente pautadas em embates conflituosos e na defesa de retrocessos quanto a direitos humanos. Não obstante, há diferenças significativas entre o *subcorpus* mais voltado a questões de gênero e aquele com notícias de escopo mais amplo. Os resultados apontam que veículos mais centrados em questões de gênero podem oferecer caminhos relevantes de perspectivização de *frames* no âmbito dos direitos reprodutivos.

Palavras-chave: Semântica de Frames; Análise do Discurso baseada em Frames; direitos reprodutivos; gênero.

ABSTRACT
This article aims to comparatively analyze two subcorpora compiled within the scope of Project "Cognitive Semantics and/in discourse: intertwining of semantic frames in

political and media discourse", whose initial objective has been to investigate how reproductive rights are conceptualized in different contexts. The theoretical framework is Frame Semantics (Fillmore, 1982; 1985) from a discursive perspective (Miranda; Loures, 2016). The work conducted so far indicates that discussions surrounding reproductive rights are commonly based on conflicting debates and the defense of setbacks regarding human rights. Nevertheless, there are significant differences between the subcorpus more focused on gender issues and the one with broader news coverage. The results suggest that media outlets more centered on gender issues can offer relevant paths for perspectivizing frames within the context of reproductive rights.

Keywords: Frame Semantics; Frame-based Discourse Analysis; reproductive rights; gender.

INTRODUÇÃO

Abordar direitos reprodutivos e gênero no Brasil, país marcado por uma legislação criminalizante e um cenário de retrocessos, é uma necessidade constante e desafiadora. A exemplo disso, enquanto este artigo é escrito, assistimos à aprovação, pelo Senado, do Projeto de Decreto de Lei – PDL n. 35 (Brasil, 2025), cujo objetivo é suspender a Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) – resolução esta que apresenta diretrizes para atendimento de crianças vítimas de estupro, em especial, quanto à garantia de seus direitos ao aborto legal (Cruz, 2026). Sustar essa Resolução traz graves implicações, inclusive, para a garantia de protocolos de treinamento de profissionais que possam reconhecer situações de violência sexual. Agrava-se, assim, um cenário de violência contra meninas, mulheres e pessoas que gestam, incluindo crianças e pessoas adultas em situação de vulnerabilidade, algumas delas vítimas de violência sexual pelos próprios familiares (FBSP, 2023).

No campo da Linguística Cognitiva, o projeto de que trata este artigo é derivado de investigações anteriores (Santos 2016; 2020; Santos; Chishman, 2021, dentre outras), as quais têm apontado a relevância de compreendermos conceptualizações que resultam em consequências reais (Coulson, 2001) para os direitos reprodutivos das pessoas, de modo que compreender tais movimentos é crucial para delinearmos o cenário de conquistas e retrocessos que se revelam no discurso – campo linguageiro de constante defesa e reafirmação de diferentes posicionamentos acerca de um mesmo direito, como é o caso do abortamento, do acesso a métodos de contracepção, do acolhimento médico e

psicológico após situações de violência sexual. Partimos, nesse sentido, de uma perspectiva contemporânea de cognição defendida pela Linguística Cognitiva: uma cognição social, pautada na capacidade humana para o engajamento e para o reconhecimento das intencionalidades do outro no curso da comunicação (Miranda, 2001; Salomão, 2006; Booth, 2016).

Assim, este artigo tem o objetivo analisar comparativamente dois *subcorpora* compilados no âmbito do Projeto "Semântica Cognitiva e(m) discurso: entrelaçamentos de frames semânticos no discurso político e midiático" (Santos, 2023), cujo objetivo geral tem sido investigar como direitos reprodutivos e de gênero têm sido conceptualizados em diferentes contextos. Para isso, contextualizamos, na próxima seção, o campo da Semântica de Frames em interfaces mais voltadas à análise do discurso. Em seguida, abordamos nossos percursos metodológicos e trazemos a análise de dois *subcorpora* até o momento compilados e processados. Por fim, tecemos as considerações finais, como culminância das investigações aqui discutidas.

POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO BASEADA EM *FRAMES*

Neste percurso investigativo, partimos primeiramente da noção de *frame* proposta por Charles Fillmore (1982; 1985), em seus conhecidos textos seminais acerca da teoria da Semântica de Frames. O termo, para o autor, concerne a "qualquer sistema de conceitos relacionados de tal modo que, para entender qualquer um deles, é preciso entender toda a estrutura na qual se enquadram [...]" (Fillmore, [1982]2009, p. 25). Ainda segundo ele ([1982]2009, p. 26), nessa perspectiva, "pode-se pensar na semântica de *frames* como um esforço para entender as razões que levam uma comunidade de fala a criar determinada categoria representada pela palavra [...]". Um *frame* também possui uma "função categorizadora relevante"[1] (Fillmore, 1976b, p. 26), ou seja, está sempre a serviço de uma comunidade de fala que necessita realizar certas categorizações em prol de seus propósitos comunicativos.

Nesse sentido, a Semântica de Frames, como parte do multifacetado empreendimento da Linguística Cognitiva, também é embasada pelo princípio de categorização postulado pela teoria dos protótipos (Rosch, 1973). Segundo essa

[1] No original: "a relevant categorizing function".

abordagem, resultante de estudos em psicologia cognitiva, a capacidade humana de agrupar entidades e objetos em grupos, ou de categorizar, implica a noção de prototipicidade, ou de efeito prototípico. Dessa forma, conforme Rosch (1973), cada categoria possui exemplos mais prototípicos que outros: assim como uma galinha dificilmente é considerada como o melhor exemplo da categoria das aves (Geeraerts, 2006), existem exemplares menos prototípicos da categoria alimentícia "fruta", a depender do contexto em que os falantes estão situados. Assim, compreendemos o *frame* semântico como categoria de experiência que reflete nosso acervo mental de protótipos (Fillmore, 1976a), o qual é dependente de nosso contexto sociocultural.

Nos anos 1990, quando Fillmore passou a atuar no Instituto Internacional de Ciência da Computação (ICSI), da Universidade de Berkeley, após sua aposentadoria da Faculdade de Linguística da mesma instituição (Jurafsky, 2014), a Semântica de Frames assumiu um percurso lexicográfico-computacional, com a criação da plataforma FrameNet Berkeley[2], tendo como público-alvo professores, alunos e demais pesquisadores com diferentes propósitos ligados à Linguística Computacional. A FrameNet se organiza a partir de *frames* e unidades lexicais, sendo a unidade lexical (UL) o conjunto de uma palavra com seu significado (Fillmore; Johnson; Petruck, 2003). Assim, cada unidade lexical evoca um *frame* determinado, no qual se agrupam todas as palavras evocadoras. Nos anos 2000, conforme registrado em Salomão (2009), o ferramental da FrameNet passou a ser implementado no Brasil por meio de duas frentes: a FrameNet Brasil, empreendimento iniciado pelo grupo da Prof.ª Dra. Margarida Salomão, que tem sede na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); e o Projeto FrameCorp, liderado pela Prof.ª Dra. Rove Chishman, idealizadora do Grupo SemanTec, que passou a aplicar a Semântica de Frames à anotação de *corpora* em português brasileiro.[3]

A teoria da Semântica de Frames, por meio dessas aplicações, passou a consolidar o papel organizador da noção de *frame* (Santos; Chishman, 2015) no âmbito de análises lexicais e da implementação de ferramentas linguístico-computacionais. Não obstante, trabalhos seminais fillmorianos elencaram múltiplas possibilidades de aplicação da

[2] Disponível em: https://framenet.icsi.berkeley.edu/.

[3] O presente trabalho é tributário, em especial, da trajetória do Grupo SemanTec, da qual fazem parte as autoras deste artigo. Salientamos, em especial, a contribuição do grupo no desenvolvimento de metodologias para construção de recursos lexicográficos baseados em *frame* (Chishman *et al*., 2018; 2020).

Semântica de Frames, inclusive em perspectivas mais discursivas. Santos (2020, p. 71), por exemplo, resgata reflexões do autor no artigo *Frame Semantics and the Nature of Language* (Fillmore, 1976a, p. 23), em que situa a Semântica de Frames como abordagem contextualista do significado, considerando que as teorias então vigentes necessitavam incluir

> [...] uma atenção à importância das funções sociais da linguagem, uma preocupação com a natureza da produção da fala e com processos de compreensão, bem como um interesse nas *relações entre o que um falante diz e o contexto no qual ele diz isso*. (Fillmore, 1976a, p. 23, grifo nosso)[4].

Da mesma forma, como pontuam Miranda e Loures (2016), o artigo *Frame Semantics* (Fillmore, [1982]2009, p. 37) já afirma que certas evocações de *frame* podem induzir "o ouvinte a construir uma tal visualização do mundo textual que motive ou explique os atos de categorização expressos pelas escolhas lexicais observadas no texto." Ainda em tal direção, Santos, Souza e Chishman (2025) buscam sistematizar os convites fillmorianos a um olhar mais interacional, social e discursivo do *frame* semântico:

> [...] abordamos a Semântica de Frames como teoria vinculada ao movimento da Linguística Cognitiva, assim partilhando, com demais abordagens da mesma área, de postulados epistemológicos que partem de um realismo corporificado, de uma primazia do significado e de uma cognição socioculturalmente situada. Buscamos resgatar, ainda, alguns preceitos de Fillmore que atentam para a noção inerentemente sociocognitiva, interacional, de *frame*, embora seus desdobramentos inicialmente tenham se restringido a análises lexicográfico-computacionais.[5]

Outro exemplo que pode ser pensado em termos mais discursivos é o caso denominado por Fillmore (1982) como *contraste através de frames*. Esse contraste permite percebermos que os usos de *econômico* e *avarento*, bem como de *generoso* e *esbanjador*, remetem a escalas diferentes, ou seja, a perfilamentos contra *frames* bastante

[4] No original: "[…] an awareness of the importance of the social functions of language, a concern with the nature of the speech production and comprehension processes, and an interest in the relationships between what a speaker says and the context in which he says it."

[5] No original: "we addressed Frame Semantics as a theory situated within the Cognitive Linguistics movement, thereby sharing with other approaches in the field certain epistemological principles grounded in embodied realism, the primacy of meaning, and a socioculturally situated cognition. We also sought to recover some of Fillmore's insights that emphasize the inherently sociocognitive and interactional nature of frames, even though their initial developments were largely restricted to lexicographic and computational analyses."

diferentes. Desse modo, em usos como *Carlos não é avarento; ele é econômico*, ou *Você não está sendo generoso com seu filho; você está esbanjando dinheiro para satisfazer seus caprichos* trazem uma negação não do fato, mas do *framing* que é colocado em jogo. Dessa forma, o perfilamento é realizado através de *frames* conforme a perspectiva que o falante deseja estabelecer.

Podemos afirmar, de modo geral, que as perspectivas brasileiras de Linguística Cognitiva e Semântica de Frames já emergiram com esse olhar voltado aos usos linguísticos e a seus efeitos semântico-discursivos – vide a defesa da Hipótese Sociocognitiva da Linguagem (Salomão, 1997; Miranda, 2001), a qual evidencia a relevância de aspectos intersubjetivos para a construção do significado: "A hipótese que [...] adotamos advoga ser a significação *uma construção mental produzida pelos sujeitos cognitivos no curso de sua interação comunicativa*." (Salomão, 1997, p. 26, grifo da autora). Esse postulado tem como base trabalhos de linguistas como Tomasello (1999; 2000), que traz evidências do caráter cultural da ontogênese da comunicação humana. Como explica Miranda (2001), o programa coloca, como cerne de sua agenda investigativa, o caráter social da cognição, deixando em segundo plano os processos cognitivos individuais. Desse modo, como pontua Harder (2011, p. 305), as agendas de pesquisa em Linguística Cognitiva têm assumido cada vez mais o fato de que "[...] processos cognitivos devem ser entendidos em um contexto funcional"[6].

Vislumbramos, assim, o estabelecimento de um *continuum* entre cognição e discurso, no contexto de uma "virada cognitivo-discursiva" que Vereza (2016, p. 22) delineia no campo dos estudos de metáfora; mas que podemos estender a demais construtos emergentes do campo da Linguística Cognitiva, incluindo *frames*, os quais são também aplicados como ferramenta analítica (Lima; Miranda, 2013) na compreensão de fenômenos sociais. Trata-se de estruturas sociocognitivas que constituem processos de "realçar e encobrir" (Vereza, 2016, p. 32) determinados aspectos de um fato, entidade, fenômeno, dentre outros, conforme os propósitos dos falantes.

Tendo em vista esses pressupostos, vale pontuar que, em Santos e Sartori (2026), abordamos investigações anteriores tomadas como base em nosso projeto de pesquisa, as quais têm como cerne a dimensão cognitivo-discursiva do *frame* semântico no campo dos

[6] No original: "[…] cognitive processes must be understood in a functional context".

direitos reprodutivos. De forma mais ampla, a pesquisa também se baseia nos trabalhos sistematizados em Santos, Souza e Chishman (2025), quando discutem investigações brasileiras que analisam diferentes "experiências sociais (na educação [...] ou em outros campos, como a saúde, a política, a segurança, a economia, a assistência, dentre outros) a partir dos discursos construídos por aqueles que vivem tais experiências [...]" (Lima; Miranda, 2013, p. 11).

Na próxima seção, tratamos dos procedimentos metodológicos adotados no Projeto.

METODOLOGIA

O Projeto de Pesquisa "Semântica Cognitiva e(m) discurso: entrelaçamentos de frames semânticos no discurso político e midiático", iniciado em 2023 na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), teve como ponto de partida metodológico a tese de Santos (2020), a qual, por sua vez, delineou uma proposta predominantemente baseada nos trabalhos do grupo de pesquisa de Miranda, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (Lima, 2009; Bernardo, 2011; Fontes, 2012; Miranda; Loures, 2016; dentre outros). Realizados na sede do Projeto FrameNet Brasil, conforme suprarreferido, os trabalhos do grupo de Miranda aperfeiçoaram o processo de anotação de *frames* para propósitos discursivos, utilizando-se do recurso de anotação do FrameNet Desktop. Nesse âmbito, procede-se à identificação da camada semântica dos Elementos de Frame, não havendo o propósito de sistematizar os padrões sintáticos encontrados no *corpus*. Isso significa que não é seguido o modelo de anotação da FrameNet, que se pauta nas valências dos evocadores de *frames*. São anotados os constituintes que instanciam Elementos de Frame independentemente de sua posição na frase em relação ao evocador, com a finalidade primeira de "[...] 'remontar' as cenas conceptuais que emergem do discurso [...]." (Fontes, 2012, p. 37).

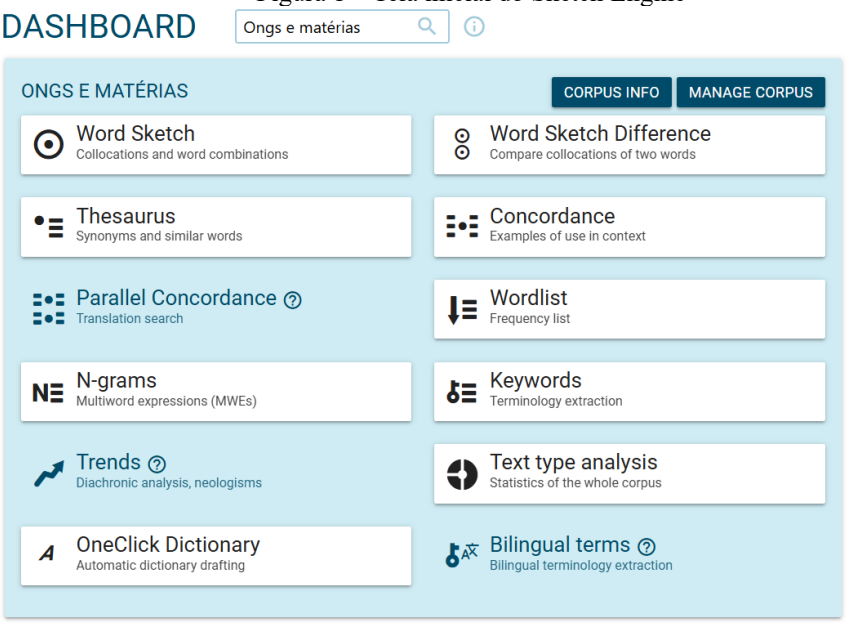
Nesse contexto, metodologicamente, *frames* semânticos são descritos com base na Linguística de Corpus como metodologia, a qual propicia a identificação de "*formas linguísticas*" que ativam "*estruturas cognitivas* – os *frames*". (Fillmore; Baker, 2010, p. 314). Partindo das orientações de Berber Sardinha (2004), quanto ao *propósito*, à *origem* e à *composição* de nosso *corpus*, referimos anteriormente que temos o objetivo de

compreender como as redes de *frames* semânticos (re)enquadram direitos humanos e reprodutivos, em atuais contextos midiáticos brasileiros. Dessa forma, nossos *corpora* de estudo têm abrangido textos escritos veiculados em sites de notícias e redes sociais[7].

A partir da compilação dos dados, os *corpora* são devidamente caracterizados e analisados a partir de suas características léxico-gramaticais, com vistas à posterior análise dos *frames* semânticos que os constituem. Elencam-se, assim, os Elementos de Frame instanciados no cotexto, de modo que a descrição vai-se consolidando conforme a manipulação dos dados avança. Nesse âmbito, inspirando-nos em trabalhos como o de Siman (2015, p. 5), recorremos à Plataforma FrameNet Berkeley "[...] como referência (mas não como limite) [...]" para descrever os *frames*; bem como consideramos os *frames* desse domínio específico descritos em Santos (2020).

Para a busca de evocadores e Elementos de Frame, utilizamos a ferramenta Sketch Engine, um *software* eficiente na manutenção de *corpus* para exploração do léxico em estudos que visam a identificar *frames* semânticos (Chishman *et al.*, 2015; 2018; Santos; Chishman, 2017). O recurso, que exige a compra de uma licença, está disponível como uma plataforma online, com acesso via conta de usuário.[8]

Figura 1 – Tela inicial do Sketch Engine



[7] Há previsão de extensão das análises ao domínio político; contudo, essa etapa ainda não foi iniciada até o presente momento.

[8] Endereço para login: https://auth.sketchengine.eu/.

Fonte: Sketch Engine.

Para processamento dos dados, o *corpus* foi carregado para a ferramenta no formato docx. O recurso fez a compilação automática do material, utilizando o etiquetador Freeling, que atribui etiquetas sintáticas aos termos para facilitar buscas por combinatórias.

Especificamente, nosso percurso de análise compreendeu as seguintes etapas:

a) processamento reticular dos dados, com vistas ao mapeamento geral das unidades lexicais, palavras-chave mais frequentes e grandes temas abordados no *corpus*;
b) descrição preliminar dos possíveis *frames* a serem mapeados, com base nas FrameNets (Berkeley e Brasil) e na base de *frames* construída por Santos (2020) – se necessário, descrição de novo *frame*;
c) descrição dos Elementos de Frame expressos linguisticamente, ou por meio de Instanciação Nula;
d) sistematização das unidades linguísticas que instanciam evocadores e Elementos de Frame, por meio do uso dos recursos da ferramenta de processamento de *corpus*, bem como da organização de quadros e tabelas;
e) análises comparativas entre os *corpora* compilados e analisados.

Na próxima seção, trazemos nosso exercício de análise.

EXERCÍCIO DE ANÁLISE

O exercício de análise que aqui realizamos compreende a comparação de dois *subcorpora*. O primeiro deles concerne a notícias, reportagens e entrevistas veiculadas na revista digital AzMina, que tem como enfoque "temas diversos com recorte de gênero. Mas não tratamos mulher como uma categoria universal e consideramos sempre as perspectivas de raça/etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero [...]" (AzMina, [2026?]). Tendo surgido em 2015, com financiamento coletivo, o veículo tem como objetivo trazer ao debate público pautas relevantes à luta por equidade de gênero e raça. Em 2017, passou a fazer parte do Instituto AzMina, organização cujo objetivo se volta também a questões de gênero; e, em 2023, tornou-se parte do consórcio The Trust Project, que estabelece indicadores de transparência e credibilidade no jornalismo. Para

coleta dos textos, dado que o site abarca questões diversas, o recorte foi estabelecido pelo tema dos direitos reprodutivos, sem restrição temporal.[9]

O mesmo procedimento se deu na coleta de notícias jornalísticas brasileiras envolvendo a temática do abortamento, publicadas entre julho de 2024 e junho de 2025, em veículos digitais de grande circulação, sendo excluídas as matérias que impediam a cópia. O recorte temporal se deu devido ao grande volume de textos encontrados em pesquisas mais amplas. Observamos que esse conjunto compõe um *corpus* não balanceado em termos de extensão: o *subcorpus* Notícias possui 102.331 tokens, enquanto o *subcorpus* AzMina tem 31.413 tokens.

Em Santos e Sartori (2026), realizamos uma primeira incursão analítica no *corpus* de notícias, a qual retomamos parcialmente no presente artigo, para fins de construção do cotejo proposto. Os *frames* Direitos_Humanos e Direitos_Reprodutivos[10] foram, por exemplo, evocados de forma significativa, o que consideramos, "em certa medida, surpreendente, pois revela que o tema, nesse contexto, pode deslocar-se de enquadramentos relacionados a criminalização, violação da vida do feto ou questões religiosas." (Santos; Sartori, 2026, p. 121). A seguir, reproduzimos o *frame* Direitos_Humanos, com alguns exemplos anotados provenientes do *corpus* de notícias.

Quadro 1 – *Frame* Direitos_Humanos e anotações do *corpus* de notícias

***Frame* Direitos_Humanos**	
Definição: Conjunto de condições a que todos os seres humanos devem ter direito de acesso para garantir a dignidade. Herdado da categoria humano, pertencente ao *frame* pessoa (FrameNet Brasil)	**EFs e Definições:** Agente: agente detentor dos direitos Requerente: aquele que exige o cumprimento dos direitos humanos Situação: contexto em que se abordam os direitos humanos Condição: condições mínimas para garantia dos direitos humanos Oposição: condições que não respeitam os direitos humanos Base: base legal

[9] O referido *subcorpus* teve a coleta iniciada pela graduanda Isadora Lima, que atuou como bolsista FAPERGS no Projeto entre dezembro de 2024 e novembro de 2025. A exploração que consiste no recorte deste artigo foi realizada pela equipe atual.

[10] Neste trabalho, a denominação dos *frames* é indicada por meio da formatação sem espaçamentos, com o caractere *underline* unindo as palavras que denominam cada estrutura. Esse formato segue o padrão das FrameNets (Ruppenhofer *et al.*, 2016).

Evocadores: direitos humanos
[INC3]: O documento do CNS considera que "o Conselho Federal de Medicina (CFM) viola os **Direitos Humanos** das Mulheres, o Código Penal de 1940, a Constituição Federal de 1988, os Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário e outros ordenamentos jurídicos, com esta jurisdição". [INC10]: Apesar da suspensão provisória pela Justiça ontem, podemos usar essa votação como uma demonstração da importância da sociedade civil se fortalecer na defesa dos **direitos humanos** e da democracia.

Fonte: Adaptado de Santos e Sartori (2026, p. 121).

Em relação a esse *frame*, não encontramos diferenças relevantes na dinâmica de evocação observada no *subcorpus* da Revista AzMina: em ambos, ocorre a instanciação frequente do Elemento de Frame Opositor, caracterizando assim os tensionamentos que emergem quando se trata de direitos humanos de meninas, mulheres e pessoas que gestam. A seguir, trazemos alguns exemplos de anotação do *subcorpus* AzMina, quando há evocação desse *frame*.

Quadro 2 – Exemplos de anotação semântica do *subcorpus* AzMina (*frame* Direitos_Humanos)

EFs e Definições: Agente: agente detentor dos direitos Requerente: aquele que exige o cumprimento dos direitos humanos Situação: contexto em que se abordam os direitos humanos Condição: condições mínimas para garantia dos direitos humanos Oposição: condições que não respeitam os direitos humanos Base: base legal
[AzMina_Ex1]: A produtora passou, então, a ter muito dinheiro para gastar em campanhas antiaborto nos últimos anos [...] Os conteúdos impulsionados influenciam contra o direito ao aborto, usando e abusando dos sentimentos e da fé das pessoas. Criam um cabo de guerra com defensores de **direitos humanos** e feministas. [AzMina_Ex2]: Os números da Brasil Paralelo nas plataformas da Meta também demonstram o funcionamento dos algoritmos nas redes sociais. Laura Molinari, uma das fundadoras da Campanha Nem Presa Nem Morta, destaca a discrepância no tratamento entre uma empresa como a BP e organizações de **direitos humanos**. [AzMina_Ex3] Por isso, muitos serviços de saúde não fazem o aborto sem autorização judicial quando a causa para a incompatibilidade com a vida é diferente da anencefalia [...]. "Obrigar a carregar, até o parto normal, um feto que não vai sobreviver, dentro de todas as normas de **direitos humanos**, pode ser considerado como tortura", defende Maria José [da Rede Médica pelo Direito de Decidir no Brasil][11].

Fonte: Elaborado pelas autoras.

[11] Quando pertinente à análise, indicamos contextualizações entre colchetes, que aparecem em outras partes do *corpus*, assim como fazemos supressões, assinaladas com reticências entre colchetes, caso o trecho anotado seja muito longo.

No primeiro exemplo, o EF Opositor, em cor magenta, é instanciado pela expressão "A produtora", posteriormente referenciada pela metonímia "Os conteúdos impulsionados". Trata-se de notícia sobre uma empresa que despende seu orçamento com campanhas antiaborto nas redes sociais. No segundo exemplo, o EF Opositor é também instanciado pela referida empresa, em contraste com organizações que atuam em prol dos direitos humanos. Por fim, no terceiro exemplo, em reportagem que aborda contextos de morte do feto em situações que não sejam de anencefalia, a entrevistada avalia a situação de levar a cabo a gestação como imposição de tortura. Vislumbramos, assim, um entrelaçamento com o *frame* Causar_Dano, já descrito na FrameNet Brasil, o qual tem como um de seus evocadores a referida UL. Dessa forma, o *corpus* AzMina parece trazer perspectivações específicas que nos permitem mais bem vislumbrar as dimensões da violência sofrida quando direitos humanos, sexuais e reprodutivos são atacados.

Quanto ao *frame* Direitos_Reprodutivos, herdado de Direitos_Humanos, discutimos em Santos e Sartori (2026) que o EF Opositor é comumente instanciado, seguindo a mesma lógica do *frame* mais amplo. Há mais ênfase, assim, em ações de organizações e determinados agentes que se colocam contra os direitos reprodutivos. O quadro reproduzido a seguir traz alguns exemplos:

Quadro 3 – *Frame* Direitos_Reprodutivos e exemplos de anotações do *subcorpus* de notícias

***Frame* Direitos_Reprodutivos**	
Definição: Conjunto de condições que garante o livre poder de decisão sobre a própria vida reprodutiva. Herdado do *frame* Direitos_Humanos (FrameNet Brasil)	**EFs e definições:** Agente: agente detentor dos direitos. Ação: ato de respeitar ou infringir os direitos reprodutivos. Situação: contexto em que se discutem os direitos reprodutivos. Avaliação: resultado da ação. Requerente: aquele que exige o cumprimento dos direitos humanos Opositor: agentes que não respeitam os direitos reprodutivos
Evocadores: direitos reprodutivos, direitos sexuais reprodutivos, direito, direitos da mulher, liberdades e escolhas, direitos individuais, desejo de abortar, consciência de liberdade, optar, decidir sobre o próprio corpo, decisão sobre a interrupção da gravidez.	

[INC 213]: Para a médica e especialista em Saúde Reprodutiva, Ana Maria Costa, a ação do CFM faz parte de um movimento de parte de uma parte extremista da sociedade, que tem trabalhado no sentido oposto à conquista de direitos e na restrição de direitos das mulheres, suas **liberdades e escolhas**.
[INC 299]: Em suas manifestações públicas sobre o tema, elas enfatizaram que a criminalização do aborto em caso de estupro afrontava a **liberdade** e a dignidade e suprimia **direitos individuais** das mulheres.
[INC308]: Ela aponta que, no cenário global, com o fortalecimento do fundamentalismo religioso e as novas estratégias políticas adotadas pelo Vaticano, o avanço progressivo no reconhecimento dos **direitos** das mulheres foi significativamente desacelerado na década de 1990.

Fonte: Adaptado de Santos e Sartori (2026, p. 122-123).

No *subcorpus* AzMina, embora ainda haja instanciação do EF Opositor em alguns exemplos (vide anotações 1 e 2, a seguir), o que nos chama a atenção é também a emergência desse *frame* colocando mais em evidência o EF Requerente, ou seja, a atuação de quem tem lutado pela garantia desses direitos (anotações 3 a 5). A Revista perspectiviza, assim, cenários mais propositivos, no sentido de valorizar o protagonismo de outros grupos que não somente o Opositor. Observamos, de modo geral, considerável granularidade nas atividades e eventos abordados em torno da defesa dos direitos reprodutivos, por meio da maior diversidade no elenco de instanciadores dos EFs Requerente e Situação.

Quadro 4 – Exemplos de anotação semântica do *subcorpus* AzMina (*frame* Direitos_Reprodutivos)

EFs e definições:
Agente: agente detentor dos direitos.
Ação: ato de respeitar ou infringir os direitos reprodutivos.
Situação: contexto em que se discutem os direitos reprodutivos.
Avaliação: resultado da ação.
Requerente: aquele que exige o cumprimento dos direitos humanos
Opositor: agentes que não respeitam os direitos reprodutivos

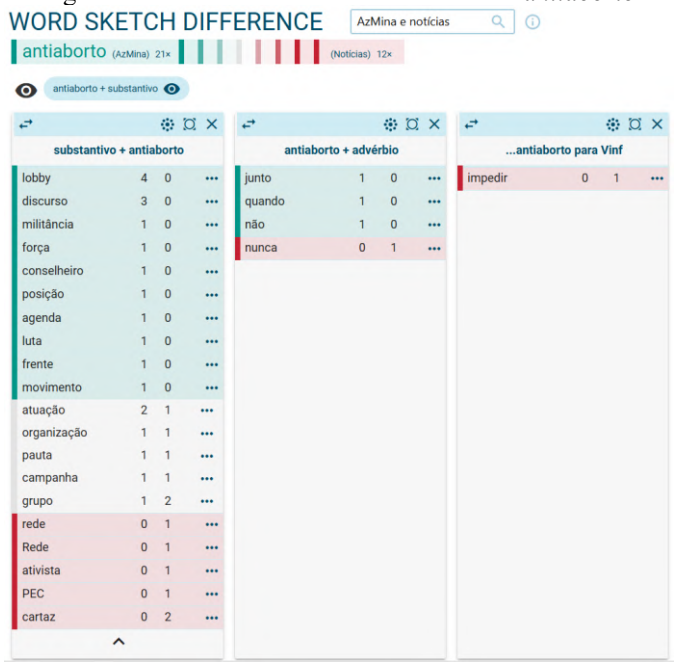
[AzMina_Ex1]: O combate aos **direitos reprodutivos** é também reforçado pela Frente Evangélica, Frente Católica Apostólica Romana e Frente em Defesa da Vida e da Família.
[AzMina_Ex2]: Unidos pela afinidade de causas ou pelo jogo de interesses, deputados e senadores fortalecem coalizão contra os **direitos reprodutivos**.
[AzMina_Ex3] Mas as organizações pelos **direitos reprodutivos** ainda estão conseguindo pautar o debate público. [...] "É importante reconhecer que mesmo com tantas disparidades, temos conseguido de alguma maneira avançar, ainda que seja às custas de um PL como esse", avalia Laura Molinari, da Campanha Nem Presa Nem Morta.
[AzMina_Ex4] "Todo hospital público deve atender, independentemente do local de moradia da paciente", destaca o obstetra que há anos atua para fazer valer os **direitos reprodutivos**.
[AzMina_Ex5] Que tipo de política pública praticamos aqui com a criminalização [do aborto] que nenhum país desenvolvido adota?", argumenta o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF),

Luís Roberto Barroso. Ele participou de uma entrevista coletiva em inglês, com jornalistas estrangeiras sobre **direitos reprodutivos**, em São Paulo, no último Dia Internacional da Mulher, 8 de março. E fez questão de enfatizar: "nenhum país democrático e desenvolvido no mundo criminaliza o aborto."

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Além da anotação de *frames*, importa aqui observarmos algumas diferenças quanto a usos de itens lexicais que permeiam o campo dos direitos reprodutivos. Para isso, verificamos primeiramente alguns que apresentavam mais frequência nas listas de palavras-chave de cada *subcorpus*, geradas no Sketch Engine. Em seguida, para averiguar essas diferenças, procedemos com o uso do recurso Word Sketch Difference, da mesma ferramenta, o qual ilustra a diferença na frequência e nas combinatórias atinentes ao léxico pesquisado. Quanto ao termo *antiaborto*, o *subcorpus* AzMina, embora tenha menos da metade de *tokens* do *subcorpus* Notícias, apresenta quase o dobro de ocorrências (21 contra 12). A figura a seguir evidencia também uma maior diversidade de combinatórias na Revista, utilizando, por exemplo, *lobby*, *discurso* e *militância antiaborto*, dentre outros.

Figura 2 – Word Sketch Difference do termo *antiaborto*



Fonte: Sketch Engine.

Outros dois itens lexicais que constam no *corpus* AzMina são os adjetivos *antidireito* e *antigênero*, demarcando um posicionamento mais assertivo dos textos em

relação a grupos e iniciativas contra direitos reprodutivos. Dada a ausência desses itens no *corpus* Notícias, utilizamos a ferramenta de concordância somente para o *subcorpus* AzMina, para averiguar essas ocorrências. Conforme o quadro a seguir, estão presentes na Revista colocações como *discurso religioso e antigênero*, *temáticas antigênero*, bem como *deputados*, *grupos* e *movimentos antidireitos*.

Quadro 5 – Combinatórias lexicais com os termos *antigênero* e *antidireitos* no *subcorpus* AzMina

No caso de Nikolas Ferreira, não há qualquer tentativa de disfarçar o **discurso religioso e antigênero** – nem a desinformação.
A produtora tem outras produções audiovisuais com **temáticas antigênero**.
Em uma **cruzada antidireitos**, as entidades oferecem formação em Direito sob perspectiva religiosa [...].
Os **deputados antidireitos** apontam o movimento feminista como algoz da sociedade e buscam fisgar o eleitorado pelo lado emocional e religioso.
Ela alerta que os **grupos antidireitos** definem os pontos centrais do debate, ignorando a autonomia das mulheres e os direitos reprodutivos [...].
[...] eles recorrem ao argumento amplamente veiculado pelos **movimentos antidireitos** de que a vida humana não pode ser contabilizada apenas a partir de 12 semanas.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A comparação entre os *subcorpora*, assim, aponta para significativas diferenças na abordagem de direitos humanos e reprodutivos: enquanto o *subcorpus* de notícias traz perspectivas mais amplas e posicionamentos menos marcados, a Revista AzMina, em consonância com seus propósitos, aborda os temas com maior granularidade, trazendo cenários mais diversos e um rol mais amplo de categorias de instanciadores de Elementos de Frame. Ao encontro disso, alguns itens lexicais convidam a uma perspectiva que enquadra devidamente os instanciadores de Elementos de Frame como Opositor, a exemplo das combinatórias com os adjetivos *antiescolha, antigênero* e *antidireitos*.

A escolha lexical, nesse campo, é fundamental para direcionarmos o debate de forma responsável e embasada. É o que se discute em Santos (2020, p. 30) quando trata do cenário de direito ao abortamento:

> [...] optamos por utilizar predominantemente os termos "antiescolha" e "pró-escolha" para denominar grupos que, respectivamente, são contrários e favoráveis ao direito da mulher ao abortamento seguro. Assim, da mesma forma que Souza (2017), evitamos o termo "pró-vida", utilizado por militantes antiescolha e restrito à valorização da vida do feto; bem como o termo "pró-aborto", o qual não reflete o posicionamento de grupos que lutam pela descriminalização do ato, considerando que, por mais dolorosa que a opção pelo abortamento possa ser, a interrupção da gestação continua a ser praticada pelas mulheres, independentemente da crença religiosa ou do posicionamento político.

Entra em jogo, assim, o uso de itens lexicais que propiciam um contraste através de *frames* (Fillmore, 1982), conforme discutido na seção teórica deste artigo. Ao utilizarmos termos como *antigênero* e *antidireitos*, perfilamos escalas que perspectivizam um *framing* de defesa (ou não) dos direitos humanos e de gênero nesse campo, rechaçando também escalas falaciosas como aquelas que, conforme citado acima, enquadram o cenário de abortamento por meio do termo *pró-vida* (em perspectiva fetocêntrica). Assim, esses itens lexicais podem ser relacionados a reivindicações sociais de "mudança à esquematização subjacente feita pelo usuário da língua" (Fillmore, [1982] 2009, p. 126).

Tais reflexões se tornam ainda mais relevantes quando vislumbramos futuramente, em nosso Projeto, ampliar os caminhos de pesquisa rumo a ações pedagogicamente relevantes, incluindo a curadoria e disponibilização, a partir de nossos *corpora*, de textos adequados sobre direitos reprodutivos e gênero, para utilização em planos de ensino e sequências didáticas no contexto de aulas de Língua Portuguesa. Tencionamos, ainda, concretizar propostas didáticas para a educação linguística de profissionais de Letras, com base em textos cientificamente informados quanto a essas questões. Essa culminância demanda, assim, outras explorações transversais entre diferentes *corpora*, em busca de mapear os *frames* semânticos que mais pautam as disputas significados aqui abordadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do Projeto "Semântica cognitiva e(m) discurso: entrelaçamentos de frames semânticos no discurso político e midiático" (Santos, 2023), este artigo teve por objetivo analisar comparativamente dois *subcorpora* midiáticos, com foco na descrição de *frames*, bem como em análises reticulares que visaram a explorar diferenças no uso de itens lexicais. Para isso, delineamos os pressupostos fundamentais da teoria fillmoriana e abordamos o campo da Análise do Discurso Baseada em Frames, levando em consideração também o legado de Fillmore quanto à aplicação da noção de *frame* para além de aplicações linguístico-computacionais. Após abordarmos nossos caminhos metodológicos, bem como a ferramenta de processamento utilizada para armazenamento e processamento dos dados, apresentamos os *subcorpora* em análise – um *subcorpus* mais geral de notícias e outro proveniente de uma revista focada em questões de gênero,

chamada AzMina – e procedemos ao respectivo cotejo, com base na anotação de *frames* semânticos e em algumas explorações lexicais viabilizadas por recursos do Sketch Engine.

Dialogando com alguns resultados apresentados em Santos e Sartori (2026), identificamos que ambos os *subcorpora* refletem os tensionamentos que caracterizam a defesa de direitos humanos e reprodutivos em nosso país. No entanto, observamos diferenças no *subcorpus* AzMina quanto à emergência de cenários mais diversificados, ampliando o rol, por exemplo, de instanciadores de Elementos de Frame, em especial no *frame* Direitos_Reprodutivos, em que os agentes que reivindicam esses direitos (EF Requerente) são mais diversos e mais proeminentes do que o EF Opositor, em comparação ao *subcorpus* de notícias. Além disso, encontramos itens lexicais exclusivos da Revista AzMina, como *antiescolha*, *antigênero* e *antidireitos*.

À luz das reflexões de Fillmore (1982) sobre reenquadramentos de conjuntos lexicais, entendemos que esses usos podem convidar o(a) leitor(a) a enquadrar a discussão em escalas diferentes, deixando em segundo plano rótulos falaciosos como "pró-vida", por exemplo. Observamos, além disso, que o não balanceamento do *corpus* salienta ainda mais a granularidade de eventos e agentes instanciados no *subcorpus* AzMina (*subcorpus* de extensão menor), possivelmente em virtude de se tratar de uma revista mais especializada em direitos de gênero em suas interseccionalidades. Esses resultados, conforme pontuamos, se tornam ainda mais relevantes diante de possíveis contribuições que nosso Projeto possa trazer ao campo da curadoria de materiais didáticos a contextos de Letras e Ensino de Língua Portuguesa.

Por fim, acreditamos que o estudo contribua para a discussão sobre os desafios e as possibilidades da aplicação da Semântica de Frames a dados provenientes de diferentes *corpora*, evidenciando a complexidade da construção de sentidos em debates contemporâneos sobre direitos humanos e reprodutivos. Salientamos, ainda, a relevância de tal proposta ao buscar analisar criticamente discursos que podem fomentar ou atacar direitos sexuais, reprodutivos e de gênero, dado que é nosso compromisso social e científico, nas palavras de Segundo (2014, p. 35), “combater as perspectivas de significado que, de alguma forma, limitem o potencial humano, constranjam sua capacidade de ação e induzam à exploração de determinados grupos sociais em detrimento de outros.”

REFERÊNCIAS

AZMINA. Quem somos. *AzMina*, [*s. l.*, 2026?]. Disponível em: https://azmina.com.br/revista-azmina/. Acesso em: 10 maio 2026.

BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de Corpus*. Barueri: Manole, 2004.

BERNARDO, Flávia Cristina. *Vida escolar* – o mapa da crise sob a perspectiva discente. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2081/1/flaviacristinabernardo.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.

BOOTH, Kelvin J. The meaning of the social body: bringing George Herbert Mead to Mark Johnson's theory of embodied mind. *William James Studies*, [*s.l.*], v. 1, n. 1, p. 1 18, 2016. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26203794?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 17 fev. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Projeto de Decreto Legislativo n° 35, de 2025*. Susta a Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Autoria: Magno Malta. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=34510. Acesso em: 15 maio 2026.

CHISHMAN, Rove. *et al.* The relevance of the Sketch Engine software to build Field – Football Expressions Dictionary. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 769-796, 2015.

CHISHMAN, Rove. *et al.* Dicionário Olímpico: a Semântica de Frames encontra a lexicografia eletrônica. *In:* FINATTO, Maria José Bocorny et al. (Orgs.). *Linguística de Corpus*: Perspectivas. Porto Alegre: Instituto de Letras - UFRGS, 2018. p. 265-298.

CHISHMAN, Rove. *et al.* Frames semânticos como organizadores do léxico do Direito Processual Penal: uma proposta metodológica. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 45, n. 82, p. 124-135, jan./abr. 2020.

COULSON, Seana. *Semantic leaps*. Frame-shifting and conceptual blending in meaning construction. New York: Cambridge University Press, 2001.

CRUZ, Kennedy. Damares e Izalci: senadores do DF apoiam projeto que dificulta aborto legal em crianças vítimas de estupro. *Brasil de Fato*, [*s.l.*], 03 jun. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/06/03/damares-e-izalci-senadores-do-df-apoiam-projeto-que-dificulta-aborto-legal-em-criancas-vitimas-de-estupro/. Acesso em: 10 abr. 2026.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics and the nature of language. *In:* CONFERENCE ON THE ORIGIN AND DEVELOPMENT OF LANGUAGE AND SPEECH, 1976, New York. *Proceedings* **[…]**. New York: New York Academy of Sciences, 1976a. p. 20-32.

FILLMORE, Charles J. The need for a frame semantics within linguistics. *SMIL*: Statistical Methods in Linguistics, Stockholm, v. 12, p. 5-29, 1976b.

FILLMORE, Charles J. Frame Semantics. *In:* THE LINGUISTICS SOCIETY OF KOREA (Org.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hansinh Publishing Co., 1982, p. 111-137.

FILLMORE, Charles J. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, [*s.l.*], v. 6, n. 2, p. 222-254, 1985.

FILLMORE, Charles J.; JOHNSON, Christopher R.; PETRUCK, Miriam R. L. Background to FrameNet. *International Journal of Lexicography*, Oxford, v.16, n.3, p. 235-250, 2003. Disponível em: ijl.oxfordjournals.org/content/16/3/235.full.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.

FILLMORE, Charles. J. Semântica de Frames. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 25, p. 25-54, jul./dez. [1985]2009.

FILLMORE, Charles. J.; BAKER, Collin. A frames approach to semantic analysis. *In:* HEINE, B.; NARROG, H. (Eds.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. New York: Oxford University Press, 2010. p. 313-339.

FONTES, Mariana Rocha. *Frames e valores*: um estudo sobre a normatividade no espaço escolar. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: http://www.ufjf.br/ppglinguistica/files/2009/12/FONTES-Mariana-Rocha-2012-Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

GEERAERTS, Dirk. Introduction: A rough guide to Cognitive Linguistics. *In:* GEERAERTS, Dirk. (Ed.). *Cognitive Linguistic***s**: basic readings. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 1-28.

HARDER, Peter. *Meaning in mind and society*: a functional contribution to the social turn in Cognitive Linguistics. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2010.

JURAFSKY, Dan. Charles Fillmore. *Computational Linguistics*, Cambridge, v. 40, n. 3, p. 725-731, 2014. Disponível em:

http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/COLI_a_00201. Acesso em: 20 maio 2026.

LIMA, Fernanda Raquel Oliveira. *A perspectiva discente do frame aula*. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=174832&co_midia=2. Acesso em: 20 maio 2026.

LIMA, Fernanda Raquel Oliveira.; MIRANDA, Neusa Salim. O *frame* semântico como uma ferramenta analítica de compreensão de experiências sociais educacionais. *Revista Gatilho*, Juiz de Fora, v. 8, p. 1-14, 2013. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2013/05/O-frame-sem%C3%A2ntico-como-ferramenta-anal%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 25 maio 2026.

MIRANDA, Neusa Salim. O caráter partilhado da construção da significação. *Veredas*: Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 57-81, 2001. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo49.pdf. Acesso em: 08 maio 2026.

MIRANDA, Neusa Salim.; LOURES, Luciene Fernandes. Da análise semântica do discurso à ação educativa – um mapa da crise da sala de aula. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 16, n. 3, p. 525 543, 2016. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/4300. Acesso em: 07 maio 2026.

ROSCH, Eleanor. Natural categories. *Cognitive Psychology*, [*s.l.*], v. 4, n. 3, p. 328-350, 1973.

RUPPENHOFER, Josef. *et al. FrameNet II*: Extended Theory and Practice. Berkeley, California: International Computer Science Institute, 2016.

SALOMÃO, Maria Margarida. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sociocognitiva sobre a linguagem. *Veredas*: revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora, v. 1, n.1, 1997, p. 23-39. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25385/14399. Acesso em: 20 maio 2026.

SALOMÃO, Maria Margarida. Teorias da linguagem: a perspectiva sociocognitiva. FÓRUM DE LINGUAGEM, 2., Rio de Janeiro. *Anais* **[...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. p. 1-13.

SALOMÃO, Maria Margarida. FrameNet Brasil: um trabalho em progresso. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 171-182, set./dez. 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5715/571561888002.pdf. Acesso em: 02 jun. 2026.

SANTOS, Aline Nardes. *A Sugestão Legislativa nº 15/2014*: entrelaçamentos e reenquadramentos de frames semânticos no debate sobre os direitos reprodutivos das mulheres no Brasil. 2020. 291 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa

de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9111. Acesso em: 10 ago. 2026.

SANTOS, Aline Nardes; CHISHMAN, Rove. Direito e anencefalia no Brasil: uma abordagem semântico-cognitiva da ADPF 54. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 42, p. 52 70, jan./jun. 2017. Disponível em: https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/925. Acesso em: 18 ago. 2026.

SANTOS, Aline Nardes; CHISHMAN, Rove. O papel da Semântica de Frames na construção de um recurso dicionarístico: a organização lexicográfica do Field – Dicionário de Expressões do Futebol. *Revista da Abralin*, [*s.l.*], v.14, n.3, p. 433-468, jul./dez. 2015.

SANTOS, Aline Nardes. *Semântica cognitiva e(m) discurso*: entrelaçamentos de frames semânticos no discurso político e midiático. 2023. Projeto de Pesquisa – Instituto de Letras e Artes (ILA), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), São Lourenço do Sul, 2023.

SANTOS, Aline Nardes; SARTORI, Débora. Frames semânticos e(m) discurso: uma análise semântico-cognitiva sobre direitos reprodutivos no campo jornalístico brasileiro. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 51, n. 100, p. 116–128, 2026. DOI: 10.17058/signo.v51i100.21085. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/signo/article/view/21085. Acesso em: 31 ago. 2026.

SANTOS, Aline Nardes; SOUZA, Diego Spader; CHISHMAN, Rove. Reframing the frame: toward a socio-cognitive perspective on Fillmorian theory. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.67, p. 1-18, e025027, 2025.

SEGUNDO, Paulo Roberto Gonçalves. Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: integração conceptual, metáfora e dinâmica de forças. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 32-50, 2014. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2015/04/3-SEGUNDO1.pdf. Acesso em: 24 maio 2026.

SIMAN, Josie Helen. *Frames de doença de Alzheimer*. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015. Disponível em: http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270612/1/Siman_JosieHelen_M.pdf. Acesso em: 16 maio 2026.

TOMASELLO, Michael. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

TOMASELLO, Michael. First steps towards a usage-based theory of language acquisition. *Cognitive Linguistics*, [*s. l.*], v. 11, n. 1-2, p. 61-82, 2000.

VEREZA, Solange. Mal comparando…: os efeitos argumentativos da metáfora e da analogia numa perspectiva cognitivo-discursiva. *SCRIPTA*, Belo Horizonte. 20, n. 40, p. 18 35, jul./dez. 2016a. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/13964. Acesso em: 9 maio 2026.

Recebido em: 29/06/2026
Aceito em: 03/08/2026

Aline Nardes dos Santos: mestra e doutora em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande (FURG – Campus São Lourenço do Sul) e docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/FURG).

Débora Sartori: mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduanda em Letras - Português pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG – Campus São Lourenço do Sul); bolsista de Iniciação Científica EPEC/FURG.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.100213

Sentidos de *na verdade* no século XXI

Meanings of na verdade *in the 21st century*

Caio Matheus Caldas Barbosa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
caiocaldasuerj@gmail.com
https://orcid.org/0009-0000-5941-1603

RESUMO
Este artigo apresenta uma análise qualiquantitativa dos usos de *na verdade* no século XXI. O estudo ancora-se na Linguística Funcional Centrada no Uso, que concebe a língua como uma rede de construções — pareamentos forma-função — cuja arquitetura é dinâmica e dependente da atuação de processos cognitivos gerais e de aspectos interacionais. Os dados foram retirados da plataforma Corpus do Português, especificamente da aba "News on the Web (NoW), e da rede social X (antigo Twitter). Analisamos as ocorrências do século XXI a partir dos fatores i) função morfossintática e ii) função discursivo-pragmática, atendo-nos, assim, aos escopos sintático e semântico da construção e às inferências pragmáticas do contexto. A partir da frequência, buscamos mapear os sentidos de *na verdade* e quantificá-los, bem como verificar a existência de um significado básico que atravesse a todos os usos.

Palavras-chave: modalizador epistêmico; *na verdade*; LFCU.

ABSTRACT
This article presents a qualitative-quantitative analysis of the uses of *na verdade* ("actually/in fact") in the 21st century. The study is grounded in Usage-Based Functional Linguistics, which conceives language as a network of constructions — form-function pairings — whose architecture is dynamic and dependent on the operation of general cognitive processes and interactional factors. The data were collected from the Corpus do Português platform, specifically the "News on the Web (NOW)" section, and from the social media platform X (formerly Twitter). Twenty-first-century occurrences were examined according to the factors of (i) morphosyntactic function and (ii) discourse-pragmatic function, thus focusing on the scope of the construction and the pragmatic inferences arising from context. Based on frequency patterns, we mapped the meanings associated with *na verdade* and quantified them; we also investigated the existence of a basic meaning which crosses all usages.

Keywords: epistemic modality; *na verdade*; Usage-Based Functional Linguistics.

INTRODUÇÃO

> *Usada de forma irresponsável, a expressão [‘na verdade’] evoca percepção de veracidade, mas revela insegurança e vácuo de ideias. Antecede platitudes, usadas para interditar discussões, até as mais insossas. Urge uma campanha nacional contra este tosco tampão. [...] Ela tem sido mal frequentada, usada de modo irresponsável, prostituída para fins escusos, e isso tem concorrido para manchar sua reputação, talvez de modo irreversível.*
>
> - Lucas Kölln em “A espantosa presunção dos ‘na verdade’”

No *site* jornalístico “Outras Palavras”, o cronista Lucas Kölln expressa sua indignação com uma expressão muito comum em todos os domínios discursivos da atualidade, em uma crônica intitulada “A espantosa presunção dos ‘na verdade’”[1]. Dentre as funções de *na verdade*, o autor cita que a expressão “evoca percepção de veracidade, mas revela insegurança e vácuo de ideias. Antecede platitudes, usadas para interditar discussões, até as mais insossas.” O autor também argumenta que a locução adverbial “tem sido mal frequentada, usada de modo irresponsável, prostituída para fins escusos, e isso tem concorrido para manchar sua reputação, talvez de modo irreversível”, e que “ela tem sido usada por sabichões presunçosos que, se parece com ela quererem encaminhar as considerações finais, estão antes tratorando os argumentos anteriores e nivelando tudo por baixo”. Particularmente, como pesquisador de *na verdade* bem como usuário dessa construção, eu não poderia concordar mais com Kölln. A construção *na verdade* é altamente utilizada em contextos diversos, da oralidade à escrita, da formalidade à informalidade, tanto articulando porções discursivas quanto gerenciando turnos de fala, exibindo uma amplitude funcional que a torna difícil de categorizar. Neste estudo, tenciono trazer fundamentações científicas para a indignação trazida pelo autor, debruçando-nos sobre o os sentidos que essa construção veicula.

Estudos anteriores sobre locuções adverbiais do português (cf. Gonçalves, 2021; 2026) bem como as gramáticas funcionalistas (cf. Ilari et al., 1990), demonstraram que elas se apresentam, pelo menos, de três formas canônicas: modalizadoras, adverbiais qualitativas e adverbiais circunstanciais, a exemplo de “de fato”, “com alegria” e “na casa”, respectivamente. Gonçalves (2021) analisou o comportamento da construção *com certeza*, e verificou que a construção apresenta *links* de herança com os subesquemas

[1] Disponível em https://outraspalavras.net/poeticas/semantica-a-espantosa-presuncao-dos-na-verdade/

[SPrep SN]$_{adverbial}$ e [SPrep SN]$_{modalizador}$ usos modalizadores epistêmicos e qualitativos na sincronia atual. Quanto aos primeiros usos, a construção [com certeza]$_{modalizador\ epistêmico}$ apresenta especializações de sentido que emergem das necessidades comunicativas e, rotinizadas, se categorizam em subtipos discursivo-pragmáticos. Nesta pesquisa, que é um recorte de meu trabalho monográfico (Caldas Barbosa, 2025) trato de analisar o comportamento de uma microconstrução que compartilha *links* de herança com o esquema [SPrep SN]$_{modalizador}$ e que também exerce função epistêmica: *na verdade*.

Assim como prevê Kölln em sua crônica, entendo que *na verdade* apresenta uma múltiplas funções no discurso. Mais especificamente, entendo-a como modalizadora epistêmica e que sua função discursivo-pragmática mais frequente é a de *retificação*. Essa função básica pode ser identificada no dado abaixo:

> (1) Ainda segundo a entidade, o mesmo site publicou mensagem que teria sido escrita em novembro de 2018 por a procuradora Monique Cheker. " Na mensagem há menção de que ela teria trabalhado, em 2008, em o Paraná. **Na verdade**, ela atuou em 2008 como Procuradora de Contas de o Tribunal de Contas de o Rio de Janeiro ", afirmam. # (Valor Econômico, *Corpus* do Português)

Esse é um uso que considero prototípico de *na verdade* como modalizador epistêmico de retificação: utiliza-se a construção para introduzir uma informação que altera o estatuto de verdade da informação anterior, marcando que a nova é verídica. Argumento que essa função propicia inferências discursivo-pragmáticas diversas, que variam em graus de contrastividade (a saber: oposição, reformulação, especificação, agravamento, atenuação, contraexpectativa, explicação, conclusão, corroboração e adição). Tencionarei, assim, mapear os usos dessa construção na sincronia atual (século XXI,) traçando considerações acerca dos padrões informacionais dos dados e postulando a configuração de subtipos funcionais de *na verdade.*

A partir de agora, este trabalho vai, primeiramente, expor brevemente a conjuntura atual de estudos sobre a locução *na verdade* e os aspectos gramaticais que a atravessam; depois, vai se debruçar sobre os aspectos teóricos e metodológicos desta pesquisa para, então, dissertar sobre os resultados quantitativos e qualitativos encontrados. Por fim, discorrerá sobre as implicações desses resultados nas considerações finais.

ESTADO DA ARTE

Nas gramáticas tradicionais, pouco é elaborado acerca das locuções adverbiais, dando-se mais foco aos advérbios terminados em *-mente,* cuja classificação muitas vezes é reduzida a sua semelhança com adverbiais de modo. Moraes Pinto; Castanheira (2024) ressaltam a heterogeneidade dos sintagmas que são categorizados tradicionalmente como advérbios, chamando atenção para uma descrição mais detalhada dessa classe, e, em desdobramentos mais contemporâneos, incluem as locuções adverbiais. Por isso, trazemos breves considerações acerca do estado da arte das investigações que tocam a locução *na verdade.*

Destacam-se os estudos de base funcionalista de Conceição; Plag (2019) sobre os ganhos e as perdas na tradução da locução *na verdade* para o alemão, os quais dialogam construtivamente com os resultados deste estudo. As autoras a classificam como "marcador discursivo polifuncional", descrevendo três usos dela: de sinalizador de reforço; de marcador de contraste; e de sinalizador de reformulação/correção. Propõem ainda que esses usos se organizam em um *continuum* com dois polos: um de descontinuidade do discurso (em que a construção articula informações contrastivas) e outro de continuidade (em que as informações mais argumentativamente harmônicas). Neste estudo, parte-se dessa noção de *continuum* para categorizar funções discursivo-pragmáticas, entendidas como sentidas. Essas funções podem ser pensadas como relações textuais (discursivas) e intersubjetivas (pragmáticas), que ora são mais contrastivas, ora mais harmônicas. A diferenciação entre os dois tipos se dá a partir dos conceitos de operacionalidade argumentativa (Ducrot, 1987; Koch; Elias, 2016) e do continuum proposto pelas autoras mencionadas.

Sobre o tratamento dos adverbiais em gramáticas funcionalistas contemporâneas, atemo-nos à divisão de Ilari *et alii* (1990) em advérbios qualitativos e modalizadores. Os primeiros modificam, especificamente, o verbo. Já os modalizadores qualificam toda a asserção e indicam uma atitude subjetiva à proposição, modificando-a de como um todo (Moraes Pinto, 2002; 2008). Esses são subdivididos em a) *epistêmicos*, quando exprimem algum grau de certeza; b) *atitude proposicional,* quando exprimem apreciação, sensação ou emoção; c) *de ato de fala,* quando expressam a postura comunicativa do falante; d)

deônticos, quando expressam a postura volitiva do falante; e por fim e) *anguladores,* quando restringem o ponto de vista sob o qual o conteúdo da asserção é verdadeiro.

A seguir, serão traçadas considerações acerca da fundamentação teórica e dos procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Sob o viés da Linguística Funcional/Gramática de Construções Baseada no Uso [2](Cezario; Furtado da Cunha, 2013; Mouta Marques; Moraes Pinto, 2016; Alonso; Leite de Oliveira, 2024, entre outros) este estudo concebe a língua como fenômeno cognitivo e sociocultural: sua estrutura é emergente, fruto da atuação de processos cognitivos gerais que (di)gerem as práticas sociais e comunicativas, as quais são, ora mais, ora menos, estáveis. Fundamenta-se, assim, nos princípios aproximados do Funcionalismo norte-americano e da Linguística Cognitiva. Lançamos mão de uma Gramática de Construções baseada no uso (Goldberg, 2006; Diessel, 2019; Hilpert, 2021, entre outros), entendendo que o conhecimento linguístico pode ser representado por uma rede multidimensional cujos nós são construções: pareamentos de forma (características morfofonológicas e sintáticas) e função (características semânticas, pragmáticas e discursivas).

As construções têm diferentes naturezas e conectam-se, todas, por relações de diversos tipos[3]. Os fatores que permitem a depreensão de uma construção são: produtividade (em termos de frequência *type* e *token* — de tipo e de ocorrência, respectivamente), composicionalidade (grau em que as partes de um padrão linguístico são identificáveis — o que implica em analisabilidade —- e recrutadas na expressão de um sentido) e esquematicidade (grau em que as partes de uma construção são abstraídas ou paradigmatizadas). A organização das construções é suscetível à atuação de processos cognitivos não especificamente linguísticos. Destaco como mais relevantes para este estudo: a categorização, a capacidade de reconhecer padrões entre elementos do mundo

[2] As nomenclaturas se referem ao desenvolvimento da "Usage-Based Linguistics" no Brasil e aqui são usadas de modo intercambiável.

[3] Dos seis tipos de relações previstas por Diessel (2019; 2023), destacam-se para este estudo, as relações taxonômicas, que dizem respeito à relação de bidirecional entre o esquema adverbial modalizador [SPrep SN]$_{\text{modalizador}}$ e seu uso; e as relações sequenciais, que estabelecem o *chunk* [na verdade] e relações com outros itens, o que propicia que novas características pragmáticas integrem a microconstrução.

biossocial e agrupá-los; o *chunking*, a capacidade de processar sequências de unidades como um único bloco informacional; e a analogia, a capacidade de construir novas construções com base em construções presentes em expectativas prévias (Bybee, 2010).

Dentro desse arcabouço teórico, cabe mencionar a proposta de Rosa (2019) acerca das hierarquias construcionais. Ainda que o termo "construção" poder corresponder a todos os níveis hierárquicos, a autora propõe a hierarquia MACROCONSTRUÇÃO (para nós, o esquema [SPrep SN]$_{adverbial}$) > MESOCONSTRUÇÃO (aqui, o esquema [SPrep SN]$_{modalizador\ (epistêmico)}$ > MICROCONSTRUÇÃO (a locução [*na verdade*]$_{retificador}$) > CONSTRUTO (os dados reais analisados em que a construção exprime e negocia seus significados em sentidos mais, ou menos, inovadores). Dado que esses níveis podem se subdividir, ater-me-ei, neste artigo, à diferenciação entre significado e sentido. Pode-se dizer que a microconstrução fonologicamente especificada *na verdade* tem significado de retificação; já no nível do sentido, em que "se especifica no construto como estrutura substancial, a partir de relações contextuais, no nível intra e extralinguísticos, configuradas em cada interação" (Rosa; Rios de Oliveira, 2020, p. 29), encontram-se os subtipos funcionais que serão descritos aqui.

Por fim, cabe ressaltar que, nessa perspectiva teórica, os níveis tradicionais de análise gramatical não são dissociáveis uns dos outros, se não em termos de forma e função. Apesar disso, este estudo enfoca os "níveis" semântico e pragmático, os quais, de acordo com Traugott (2022) estabelecem uma interface sem fronteiras rígidas, na qual, em primeira instância, as propriedades semânticas se relacionam aos sentidos referenciais e conteudísticos, enquanto as pragmáticas se relacionam às inferências e aos sentidos procedurais. Ainda, tratamos aqui do nível "discursivo", que seria um subdomínio cujas fronteiras são igualmente gradientes, no qual enfocam-se as relações intratextuais. A articulação desses níveis resulta na classificação das funções aqui destacadas como discursivo-pragmáticas, mas nada impediria que se as chamassem de semântico-discursivo-pragmáticas.

METODOLOGIA

Este estudo trabalhou com dados de diferentes naturezas: 200 deles foram retirados da aba News on the Web" (doravante "NoW") do *site Corpus* do Português, e

200 de postagens na rede social *X* (antigo *Twitter*). Os textos do primeiro *corpus* (a aba NoW) têm caráter, principalmente, referencial ou informativo, já que vêm de *sites* de notícias, revistas e blogs. Assim, são textos formais e semi-formais, o que implica em tipologias textuais específicas[4]. Por exemplo, foi percebida nos dados uma frequente intenção de retificação no sentido restrito — o de apresentar erratas em textos anteriores. Essa intenção sugere que o valor de retificação se apresenta tanto no nível do significado quanto no do sentido, configurando-se também como subtipo. Já no *X,* os textos (os tuítes), são, em sua maioria, curtos, menos formais e mais próximos do registro oral. Neles, com exceção daqueles produzidos por páginas jornalísticas, há menor presença de função referencial/informativa, e, em alguns casos, são dialógicos, havendo interações interpessoais por meio de conversas ou, ainda, citações a outros tuítes. Desse modo, há uma maior presença de subjetividade nesses dados do que naqueles da aba NoW. Além disso, em alguns casos, os usuários utilizam-se de recursos multimodais para construção de sentido. Nos dados dessa rede social, levamos em conta as diferentes grafias que poderiam ser encontradas, como a abreviação, comum à linguagem virtual, "na vdd", assumindo que sejam variações no nível formal (ortográfico) e não a representação de uma nova microconstrução.

Essa diversificação visou garantir a triangulação de dados e enriquecer a investigação das diferenças de comportamento da construção em diferentes registros e discursos. Nas análises, enfocou-se o nível do sentido, mas também se levou em conta os outros níveis construcionais; assim, a pesquisa se deu com as variáveis explicação i) função morfossintática e ii) função discursivo-pragmática. O primeiro fator tem vistas de verificar se *na verdade* ocorre com alguma outra função que não a de modalizador, isto é, se é licenciada por outro subesquema que não o previsto. Já o segundo visa cobrir a multifuncionalidade dos usos modalizadores.

Cada dado foi analisado em relação a sua função discursivo-pragmática, levando-se em conta aspectos contextuais, itens do cotexto, relações semânticas e conhecimentos implícitos ao contexto em interação com o valor retificador da construção. Lançou-se mão de uma metodologia parcialmente *bottom-up*, em que o olhar sobre os dados estabeleceu

[4] Entende-se que as tipologias textuais, bem como os gêneros e domínios discursivos influenciam a construção de sentido da construção e a análise delas seria benéfica para os objetivos deste estudo. Apesar disso, elas não foram incorporadas como fator.

as categorias de análise a serem adotadas. A partir desse movimento, os dados foram classificados em subtipos funcionais e quantificados. Assim, este é um estudo qualiquantitativo, já que se pauta, inicialmente, na interpretação dos dados à luz do quadro teórico construcionista-baseado-no-uso, na quantificação deles a partir das categorias emergentes e, por fim, na interpretação de tais quantificações.

As hipóteses que norteiam este trabalho são: i) *na verdade* opera apenas como modalizador, não havendo usos referenciais como de adjunto adverbial circunstancial ou qualitativo; ii) há uma função discursivo-pragmática que faz parte do significado da construção *na verdade*; iii) outros sentidos surgem por extensão metafórica essa função, integrando o nível do sentido da construção. Quanto aos objetivos, o trabalho intenciona mapear os sentidos expressos por *na verdade* no século XXI, com foco transversal na atuação de processos cognitivos e na emergência de leituras morfossintáticas diversas.

Nas próximas seções, análise dos dados sob esses fatores, os resultados quantitativos, suas discussões e, por fim, considerações às hipóteses e aos objetivos do estudo.

Função morfossintática

Na maioria dos dados, lê-se *na verdade* como no dado 1 (cf. Introdução), em que se estabelece uma relação discursivo-pragmática de retificação entre porções discursivas. Apenas dois dados apresentaram leituras ambíguas. São eles:

> (2) O maluco faz um fio pra falar que o Zanovelli é torcedor do Flamengo. Olha o vídeo que o cara posta e o que aconteceu **na verdade**. [vídeo](*X*)

> (3) Nessa crônica, ele descreve o encontro com um livro que não sabia que tinha na própria biblioteca. Era um secretário de cartas, aquele livro com pauta que se usava para aprender a escrever cartas. E ele diz que tem uma espécie de susto com aquilo, ponderando que, por mais que se esforce para criar uma verdade na carta, algo que comova o outro, tudo aquilo que ele fazia **na verdade** estava lá naquele secretário de cartas, numa série de fórmulas. Ele mostra o contraste e discute a encenação, o que é sinceridade, o que é verdade. (CdP, Moraes)

O dado (2) é uma resposta a uma postagem anterior com um recorte de vídeo que, supostamente, registra uma imparcialidade do árbitro de futebol Zambelli. O vídeo apresentado na postagem em (2) mostra um outro ângulo do mesmo momento, servindo de contra-argumento para um suposto favorecimento do juíz. Assim, pode-se entender "na verdade" como modalizador de retificação, dada a relação discursivo-pragmática estabelecida entre as porções discursivas. No nível textual, o escopo sintático, nesse caso, seria a oração "o que aconteceu", e o semântico, a porção "o vídeo que o cara posta", mais especificamente a ideia de realidade que um vídeo postado projeta. Por outro lado, pode-se entender que estabelece uma mudança de ângulo (posição, lugar ou, ainda, circunstância) que o novo vídeo apresenta. Nesse caso, teríamos uma organização formal em que *na verdade* é previsto pela estrutura argumental do verbo ("aconteceu"), por complementação ou por adjunção, com a construção sendo instanciada por um esquema não modalizador. Há, indiscutivelmente, a sobreposição de uma função contrastiva em qualquer das leituras que se possa fazer.

O dado (3) é particularmente interessante para entender os possíveis mapeamentos metafóricos envolvidos na modalização epistêmica. No contexto, fala-se sobre "criar uma verdade", e sobre "o que é verdade", tornando evidente a referencialidade do núcleo lexical *verdade* e assim favorecendo leituras mais composicionais. Com isso, assim como em (2), podem-se depreender pelo menos três leituras.

Numa leitura modalizadora, o escopo sintático de *na verdade* recai sobre a oração "estava lá naquele secretário de cartas", que é predicado da oração sujeito "tudo aquilo que ele fazia". O escopo semântico é bidirecional: avalia positivamente a oração que encabeça como e negativamente a porção discursiva anterior (cujo caráter negativo já é previsto pela construção "por mais que" que encabeça tal porção).

Por outro lado, assim como em (2), também se pode ter uma leitura referencial locativa, em que a construção seria instanciada pelo esquema argumental do verbo "estar". Nesse caso, haveria contraste entre os adverbiais locativos "na carta" e "na verdade", e, ainda, entre "uma verdade" criada (subjetiva e discursivamente manipulada) e "a verdade" factual (objetiva), numa dinâmica em que a mudança do artigo indefinido para o definido sugere mudança locativa metafórica.

Em ambos os dados, pode-se ter leituras modalizadoras, circunstanciais e qualitativas. Levando em conta que não se trabalha, aqui, com metodologias que testem

a possibilidade dessas leituras para além da introspecção sobre os dados, essas possibilidades podem sugerir que, em certos contextos, seja possível recuperar sentidos referenciais de *na verdade*, na medida em que a analisabilidade (isto é, a capacidade de reconhecer as partes de uma construção complexa e, com isso, seus significados) de uma construção é circunstancialmente determinada. As interpretações locativa e qualitativa parecem preservar de forma mais evidente aspectos do significado lexical de *verdade*, enquanto as leituras modalizadoras apontam para sentidos mais procedurais, atuando na organização discursivo-textual e na avaliação epistêmica do enunciado. Se pensados em perspectiva de mudança linguística, sugerem ainda que os adverbiais modalizadores epistêmicos se estabeleçam a partir de mapeamentos metafóricos entre sentidos de circunstância, qualidade e modalidade, em maior ou menor grau, via analogia ou coerção.

Apesar desses dados terem sido produtivos qualitativamente, apenas esses 2 foram quantificados como não prototipicamente modalizadores. Tampouco eles foram contabilizados na categoria gramatical de adjunto adverbial (circunstancial/locativo ou qualitativo), e sim como ambíguos. Na tabela a seguir, encontra-se a contabilização dos dados com base no fator i) função morfossintática:

Tabela 1 – Quantificação das funções morfossintáticas de *na verdade* no século XXI

Função	*Corpus* do Português (NoW)	X (Twitter)
Modalizador	199 **(99,5%)**	199 **(99,5%)**
Adjunto adverbial	0	0
Ambíguos	1 **(0,5%)**	1 **(0,5%)**

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Caldas Barbosa, 2025.

Função discursivo-pragmática

Como uma construção epistêmica, *na verdade* sinaliza a certeza do falante em relação a uma proposição, reenquadrando a validade das informações no discurso. Ela o faz por meio de uma retificação: da interação, surge a necessidade de ajustar uma informação anterior, dada ou pressuposta contextualmente, o que é feito adicionando uma nova ao discurso. Essa nova informação pode contrastar com a anterior, bem como harmonizar-se com ela.

Assim, esses movimentos produzem sentidos no (con)texto, a que chamemos de subfunções discursivo-pragmáticas. Há um leque de sentidos que ora ressaltam o contraste entre as proposições articuladas, guiando o discurso para uma direção argumentativa contrária, e ora ressaltam a harmonia entre elas, ancorando-se numa implicatura contrastiva. Dito isso, a categorização de *na verdade* em subtipos a considera, também, como operador argumentativo.

Os subtipos identificados são:

a) Retificação

Os usos mais comuns de *na verdade* parecem ser aqueles em que há mudança na conceptualização de um enunciado anterior — motivada por uma avaliação negativa dele. Essa mudança não implica em sentidos secundários, ancorando-se em uma atenção metadiscursiva, isto é, à própria elaboração do discurso, em suas escolhas linguísticas e progressão das informações no discurso. O dado (4), abaixo, é um exemplo disso.

> (4) Atualmente, Trump viaja apenas com versões extremamente modificadas do grandalhão Sikorsky VH-3D Sea King ou o VH-60N White Hawk — um trocadilho com Black Hawk, ou falcão negro, como é conhecido o aparelho que lhe deu origem. Porém o presidente está de olho em uma nova aeronave. Na verdade, **algumas**. O contrato com a Sikorsky inclui seis unidades de o VH-92A dois motores. (*Corpu*s do Português, Revista Autoesporte)[5]

Nesse dado, a construção foi utilizada para adicionar uma informação que não era contemplada pela formulação do período anterior: a de que o presidente estava interessado em *uma* aeronave. A adição de "algumas", licenciada por *na verdade*, parece chamar a atenção do leitor para a quantidade de aeronaves em jogo, o que carecia no período anterior. Assim, pode-se dizer que *na verdade* opera como retificador, já que atualiza ou preenche uma lacuna aberta anteriormente.

Evidencia-se aqui uma atenção à elaboração e à progressão do discurso (metadiscursiva) por parte de quem escreve. A elipse da oração anterior ("O presidente está de olho") indica a forte relação entre as duas partes do enunciado; assim parece haver

[5] Dados reproduzidos de Caldas Barbosa (2025).

uma atenção às escolhas linguísticas e à distribuição "por partes" das informações. Essa atenção pode estar relacionada à natureza do dado, que é o trecho de uma notícia, e por isso adota aspectos tipológicos de narração.

O movimento elíptico em (4) é característico dos usos classificados como prototípicos (de retificação):

> (5) A moça falou q conheceu um boy na festa (q dizia fzr medicina) e qnd chegou na casa dele ele admitiu q **na vdd** fazia empadao. E ai etc ela se apaixonou por ele e começou a ir de vez em qnd ajudar ele a fazer empadao (picar alho, cebola e etc) ++ (*X*)

Esse dado se assemelha ao (4) por haver retificação no nível metadiscursivo. Em (4), põe-se atenção para o complemento do predicador "estar de olho"; em (5), para o complemento do verbo "fazer", negando-se estatuto de verdade da proposição anterior codificada pelo complemento "medicina". Assim, construção reavalia o estatuto epistêmico das proposições.

b) <u>Oposição</u>

Há usos em que a reavaliação do estatuto epistêmico parece se dar de forma mais intensa, não apenas negando a validade da proposição anterior como expressando o seu oposto. Perceba, "fazer empadão" não é o oposto de "fazer medicina". Já em (6),

> (6) As eleições nacionais no próximo mês dão ao Brasil a chance de começar de novo. No entanto, se tudo parece possível, a vitória vai para Jair Bolsonaro, para populistas de direita, eles correm o risco de tornar tudo pior. Sr. Bolsonaro, cujo nome do meio é Messias, ou "Messias", promete a salvação; **Na verdade**, sou uma ameaça para o Brasil e para a América Latina. (*Corpus* do Português, Diário Centro do Mundo)

há uma relação de antonímia entre "salvação" e "ameaça". Esse subtipo, de oposição, foi categorizado, principalmente, com base nas relações semânticas estabelecidas entre itens do contexto, como construções conjuntivas, a coocorrência de antônimos, como no dado anterior, e a possibilidade de mapeamentos metafóricos entre sentidos e funções referenciais.

Como exemplo de usos opositivos com construção conjuntiva, temos (7), com a construção "ao contrário de". A função contrastiva dessa construção é reforçada por "na verdade" e também pela antonímia entre as proposições codificadas por "desestruturar a família" e "contribuir para que a família não seja desestruturada".

> (7) Na hora que se faz uma lei e diz " eles existem ", fica mais fácil para a família aceitar. Então, ao contrário do que diz a Igreja, que vai desestruturar a família, vai, **na verdade**, contribuir para que a família do homossexual não seja desestruturada, porque é isso que ocorre hoje. Eu acho que o projeto também pode diminuir a homofobia. (*Corpus* do Português, Portal)

Os dados categorizados como de oposição são frequentemente atravessados por outros sentidos. No dado (7) abaixo, além da oposição, pode-se entender que há relações de conclusividade, em que *na verdade* ressaltaria a função da construção "então", que encabeça a porção discursiva em que está inserida. Dado que a conclusão do argumento se *opõe* à ideia inicial, entende-se que há uma superposição entre os sentidos de oposição e conclusão. Além disso, pode-se argumentar que a presença do constituinte "ao contrário de" já prevê uma retificação, isto é, uma negação; assim, *na verdade* estabeleceria, em último plano, uma explicação e/ou uma corroboração dessa negação anterior.

Apesar de ser um valor que frequentemente se superpõe a outros, o valor de oposição se sobrepõe nos dados anteriores e também pode ocorrer sozinho, como em:

> (8) É muito bom fingir que não sabe de nada, quando **na verdade** sabe de tudo. (*X,* @UmFilosofoCitou*)*

> (9) Você acha que a disciplina te aprisiona. Mas, na realidade ela te liberta. A falta de disciplina é aprisionadora. Você acha que a disciplina te enrijece e te obriga, mas, **na verdade** ela te fortalece, dá um norte e gera autorresponsabilidade. A disciplina não é linear, é cíclica. (*X,* @astrodica)

Neles, percebemos as relações de antonímia entre: as palavras "nada" e "tudo", em (8), e entre as conotações negativas de "enrijecer" e "obrigar" opostas às de "fortalecer" e "nortear", em (9). Os dados são ainda um exemplo em que é possível prever mapeamentos metafóricos de sentidos referenciais. Em (8), o verbo "fingir" projeta uma

realidade performativa, oposta a outra onde não se finge; em (9), o verbo "achar", um estado epistêmico subjetivo oposto a um objetivo.

c) Especificação

No dado abaixo, a construção *na verdade* operacionaliza uma retificação com atenção metadiscursiva, em que as proposições se relacionam metonimicamente.

> (10) Para evitar o isolamento, o PT fala em fazer oposição programática e compartilhar o protagonismo de o bloco. " Acredito que eles (PSB, PDT e PCdoB) têm a intenção de atuar de maneira articulada dentro de a casa. A gente respeita. Estes partidos juntos representam quase 150 votos (**na verdade**, 136**)** e podem ser decisivos para qualquer coisa. Cabe a os partidos discutir as estratégias, Não queremos que o PT seja o protagonista único de este movimento ", disse ele. (*Corpus* do Português, O povo)

O escopo da construção é a proposição "quase 150 votos", predicativo de "Estes partidos". Pode-se entender que essa proposição serve de argumento para a tese de que a atuação "articulada" entre os partidos pode ter resultados decisivos. Retifica-se, assim, a generalidade expressa por "quase" por meio da especificação da informação. Pode-se pensar nesse movimento em termos de metonímia, em que "quase" amplifica o domínio-matriz que projeta seu complemento, enquanto "na verdade" delimita um subdomínio, codificado por "136". Esse movimento é motivado pragmaticamente.

d) Agravamento e atenuação

A retificação pode ser usada para guiar interpretações. Esse uso permite que percebamos outros padrões em que a retificação reavalie o grau de importância de uma informação do contexto. No exemplo abaixo a construção expressa, a partir da retificação, um agravamento da importância:

> (11) "Há tempos tentavam avançar com essa proposta, sob a frágil justificativa de impedir abusos de juízes e promotores. **Na verdade**, o que se pretende, é dificultar a atuação de esses agentes públicos em o

> combate a os crimes de corrupção e de colarinho branco ", afirma. (*Corpus* do Português, Política Estadão)

A construção sucede uma proposição de uma percepção subjetiva acerca do motivo de uma dada proposta. O caráter subjetivo da "justiicativa" é, ainda, avaliado negativamente, através do adjetivo "frágil". Essa avaliação se mostra ancorada em um dado avaliado positivamente, de que "o que se pretende é dificultar a atuação de esses agentes públicos no combate aos crimes de corrupção e de colarinho branco". Assim, o falante utiliza *na verdade* não apenas para retificar o estatuto de verdade da proposição anterior, como também para indicar que ela mascara uma intenção real, eticamente errante e prejudicial à esfera pública. A proposição introduzida por *na verdade* opera em favor de uma tese já pré-estabelecida, ou de uma conclusão concluída argumentativamente, conferindo importância (agravando) a um aspecto da realidade previamente negligenciado, salientando-o.

Esse movimento permite tanto que se aumente o grau de importância de um aspecto da proposição (11), como também que se o atenue, a fim de uma outra direção argumentativa.

> (12) "Esse concerto em o final de o ano teve como objetivo popularizar a sonoridade de a orquestra que, por vezes, é mal interpretada. As pessoas acham que é um tipo de som só para pessoas ricas ou elitizadas. **Na verdade**, é pouco divulgada. Mostramos a o público que a orquestra está em qualquer coisa, em uma novela, um desenho, um filme, um game ", explica o maestro, que sonha se apresentar para o elenco original de Chaves. (*Corpus* do Português, Notícias UOL)

Em (12), a primeira proposição é avaliada negativamente como subjetiva, o que se codifica pelo verbo "acham", entendendo-se que o gênero orquestra é é lido, pelo discurso popular, como elitista. A construção é utilizada para mudar essa leitura, antes justificando-a: é lida assim porque ela é pouco divulgada, e isso faz com que ela não seja consumida em massa e popularizada. Esse aspecto da realidade, ou, ainda, esse outro ângulo pelo qual se constrói uma ideia, atenua a relevância, ou a direcionalidade argumentativa, do aspecto "impopular" do gênero orquestra: antes por ser excludente, agora por ser pouco comentada.

Os usos de agravamento-atenuação têm a gestão de face como característica relevante.

> (13) Eu fui rever o vídeo do olho/entidade e acho que entendi (posso ter confundido tudo **na vdd**) mas enfim, ele fala que se o time amaldiçoado perder, todo mundo morre e os ovinhos tbm, mas se qualquer outro time ganhar ele pode escolher alguns. E foi o que aconteceu kk (*X*)

Enquanto em (12) tem-se um maestro, entendedor de música, que, a partir do estatuto epistêmico implicado à sua posição, traz informações que buscam reconceptualizar o gênero orquestra, em (13), tem-se o desvencilhamento com alguma posição epistêmica privilegiada, assumindo-se que a própria interpretação pode estar errada. Assim, para além da reavaliação do grau de importância (e, com isso, o redirecionamento da atenção do interlocutor) das informações do contexto, os usos desse subtipo veiculam estratégias de gestão de face, ora construindo faces ancoradas em posições epistêmicas privilegiada e ora em posições desprivilegiadas. Essa flutuação serve para atenuação ou agravamento de determinados aspectos do *construal*.

e) <u>Contraexpectativa</u>

Há usos em que *na verdade* serve à necessidade de anular ou guiar as pressuposições e inferências engatilhadas por proposições. Esse subtipo, assim como o de oposição (b) foi categorizado principalmente com base na análise das relações semânticas dos itens do cot(n)texto, enfocando o papel dos gatilhos de pressuposição e das inferências. Vejamos no exemplo:

> (14) DCH - Esses aspectos técnicos não compete à Igreja decidir. O Congresso é quem tem que definir qual o caminho melhor e mais eficaz. O que a Igreja quer é a apuração desse e de tantos outros escândalos que vieram à tona, mas, **na verdade**, não deram em nada. (*Corpus* do Português, Folha de São Paulo)

Aqui, percebemos que *na verdade* aparece em uma oração coordenada adversativa introduzida por *mas*. Isso evidencia tanto seu caráter contrastivo quanto a emergência de relações sequenciais entre outras construções. *Na verdade* introduz uma quebra na ideia

engatilhada pelo sintagma "que vieram à tona": a de que, tendo "vindo à tona", haveria alguma consequência. Contudo, não há, o que se codifia por "não deram em nada".

Esse subtipo foi muito encontrado no *X.* Suponho que essa tendência se justifique pela natureza narrativa e emotiva dos textos, já que neles se contam histórias que tematizam a interpelação ideológica e as surpresas do cotidiano:

> (15) Como assim descubro que meu primo sertanejo **na verdade** gosta de Beatles e brit pop e escutou Oasis mais que eu ano passado 😱 (X)

Acima, percebemos que o adjetivo "sertanejo", atribuído a "meu primo", faz com que seja esperado como consequência ou acarretamento de que o sujeito não gosta de Beatles ou *brit-pop* e que não tenha ouvido (tantas vezes) a banda Oasis. Há, assim, uma retificação da predicação/conceptualização do "primo". Ainda, ao utilizar a construção, o falante expressa a rejeição de uma expectativa: a de que o "primo sertanejo" goste de gêneros mais comumente ouvidos por sertanejos. Sendo assim, entendemos que, nesse dado, o falante utiliza da retificação para marcar a *quebra na expectativa* estabelecida pela origem do primo.

f) <u>Reformulação</u>

A retificação pode ser usada para saciar uma necessidade comunicativa de elaborar de maneira mais eficaz uma informação já dada, havendo assim uma reformulação. Nesses usos, a avaliação negativa da proposição anterior é mais branda, referindo-se mais à sua codificação do que a seu valor de verdade. Esses usos começam a demonstrar como *na verdade* apresenta, também, funções menos contrastiva, introduzindo uma nova interpretação ancorada em um novo modo de dizer, sem considerar o anterior como inválido. Em (16), primeiramente, o falante ressalta a versatilidade dos jeans; depois, ele a reforça, chamando-o de "curinga" e dando as características que reforçam a interpretação do jeans como versátil.

> (16) Quem trabalha em escritório sabe como é difícil manter o estilo diariamente com criatividade. É em esses momentos que o jeans é um salvador de a pátria. A peça, além de quase sempre elegante, combina com quase tudo e rende looks para todos os estilos. **Na verdade**, o jeans

> é um curinga que muda de cara de acordo com os complementos ou com a modelagem (veja aqui os jeans em alta em o momento). (*Corpus* do Português, Pure People)

O mesmo ocorre em (17): "sempre soube que mais cedo ou mais tarde pedra vulcânica faria isso estou zero surpresa **na verdade**" (X). Nele, usa-se *na verdade* na margem direita da oração "estou zero surpresa", que diz com outras palavras a ideia da oração "sempre soube que…", assim reforçando a sua ideia.

g) Explicação

Assim como nos usos de reformulação, nos de explicação, *na verdade* é recrutada pela necessidade de elaborar uma proposição anterior. Essa proposição, geralmente, é uma estrutura negativa. Assim, em vez de invalidar o estatuto de verdade dela, *na verdade* o explica. Cria-se uma relação sequencial particular: [[uma oração negativa (com a presença de "não")] + [uma oração introduzida por *na verdade* que explica a afirmação negativa]]:

> (18) Kant lança mão de outra distinção muito importante, qual seja: o homem não pode ser visto simplesmente como uma criatura totalmente racional nem como um animal que se orienta por seus próprios instintos, paixões e interesses particulares. # **Na verdade**, segundo o filósofo, o homem participaria de dois mundos: o mundo sensível, em o qual ele segue suas paixões, e o mundo inteligível ou racional, em o qual, de acordo com o princípio de a autonomia e de a liberdade de a vontade, ele dá fins para si mesmo, podendo aperfeiçoar- se moralmente e não agir simplesmente com base em seus instintos. (*Corpus* do Português, Jornal GGN)

Nesse dado, estabelecem-se duas negações: de que o homem não é puramente racional tampouco puramente instintivo. A proposição introduzida por *na verdade* não as anula, mas as explica. Além disso, percebe-se que há uma lógica dialética no dado: estabelece-se uma tese, a da não racionalidade pura, uma antítese, a da não instintividade pura; *na verdade*, então, introduz a síntese desse processo: de que o homem pertencente simultaneamente a dois planos ontológicos, o sensível e o inteligível, cuja tensão define sua própria condição moral.

No dado abaixo, também se identifica a relação com estruturas negativas. Temos a afirmação de que Clara *não havia sido a única a sofrer alucinações.* Diante da necessidade de sustentar essa afirmação (negativa), talvez para satisfazer a tipologia ou o objetivo do texto, utiliza-se *na verdade* para introduzir uma explicação para essa afirmação negativa.

> (19) Só isso já seria meio perturbador, mas tem mais: Clara não foi a única a ter alucinações em aquele dia. **Na verdade**, quatro outras pessoas demonstraram os mesmos sintomas – e todas tiveram contato com a enfermeira. (*Corpus* do Português, Exame)

Já em (20), percebemos um outro padrão dos textos jornalísticos (da aba NoW) que pode ser entendido como uso explicativo. Há uma proposição do autor do texto, seguida de um discurso direto encabeçado por *na verdade*, que valida e explica a afirmação anterior. Há, assim, a articulação de perspectivas como estratégia epistêmica.

> (20) Especialmente explosivo foi o debate sobre a manutenção ou não de o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) em o Ministério de a Justiça. Isso ameaçou nada menos que uma derrota em a votação de a Medida Provisória (MP) 870, que poderia mergulhar o governo em um caos administrativo absoluto. # "**Na verdade**, Bolsonaro criou um grande problema para ele mesmo com aquela manifestação ", opina Rocha de Barros. (*Corpus* do Português, Notícias UOL)

Conforme se verá na Tabela 2, esses usos foram mais expressivos no *Corpus* do Português. Postulo que essa preferência se dê pelo apego à função referencial da linguagem nos textos encontrados nesse *corpus*, que fazem com que eles se voltem à clareza, à informatividade e à veracidade, por meio de estratégias argumentativas.

h) <u>Conclusão</u>

A construção também pode expressar o encerramento de um raciocínio, seguido de considerações oriundas da experiência que servem de argumento para ele. Categorizamos esses usos como conclusivos.

> (21) Eu acho que **na verdade** todos nós morremos em 2019 e tudo que aconteceu de lá pra cá é a gente no purgatório. (X)

Aqui, a construção é utilizada para propor uma conclusão a partir de (possivelmente) uma série de experiências dadas como "absurdas" desde o ano de 2019. Como forma de justificar a "absurdez" dos eventos, ele propõe uma conclusão igualmente absurda: a de que tudo que aconteceu depois de 2019 é parte de um purgatório.

Encontramos, ainda, dados em que o sequenciamento conclusivo de informações que se dá de forma explícita.

> (22) Adiantando um pouco sobre a novela, Thaïs conta que Alberto está prestes a ir à falência, ao mesmo tempo em que enfrenta uma doença terminal. "A perspectiva dele muda quando conhece a sonhadora Paloma (Grazi Massafera), costureira, mães de três filhos e moradora do bairro carioca de Bonsucesso. Ela o ensina a redescobrir os prazeres da vida. **Na verdade**, a novela aborda o viver, a celebração da vida, a valorização de cada dia, de cada momento". (*Corpus* do Português, Estado de Minas)

Nesse dado, a falante apresenta alguns fatos sobre a narrativa de sua personagem. E então conclui, a partir desses fatos, sua perspectiva sobre o tom que seguirá a novela. Essa conclusão depende dos fatos apresentados, que servem como evidências ou argumentos.

i) <u>Corroboração</u>

Encontramos dados que demonstram que o valor de retificação abre espaço para usos em que *na verdade* introduz informações que, ao invés de de contrastarem, reforçam ou corroboram a proposição anterior. No dado abaixo, percebemos que a informação inicial é uma ideia abstrata, potencialmente subjetiva (caráter codificado pelo verbo "perceber"), enquanto a seguinte, introduzida por *na verdade*, "comprova" a primeira, trazendo informações objetivas que a corroboram: "muitas pessoas" é, depois, corroborado por dados mais concretos, "cerca de 55% dos funcionários" e "65%".

> (23) [...] muitas pessoas vão perceber, depois de um determinado tempo, que o chefe vai deixar de cumpriras promessas iniciais. **Na verdade**, cerca de 55% de os funcionários relatam que o chefe quebrou

> as promessas em os primingiros dois anos de emprego e 65% dizem ter tido uma promessa quebrada em o último ano (*Corpus* do Português, Notícias ao Minuto)

Há, ainda, dados, em que esse movimento parte de um interlocutor. Em (24), temos um uso de *na verdade* veiculando troca de turnos, mantendo uma implicação pragmática de retificação ainda que seja mantida a direção argumentativa no nível discursivo. Em (24), abaixo na primeira proposição (24.1), o usuário propõe, sem fundamento, que há alguma relação entre as mudanças climáticas e os itens de NFT.

> (24.1) não tenho como provar mas tenho certeza que aqueles macacos nft têm alguma relação com esse calor brutal (*X*)

Na segunda, o interlocutor corrobora essa ideia, outrora abstrata, hipotética e infundamentada, trazendo uma informação objetiva.

> (24.2) **na vdd** os comoutadores com super processadores que são usados pra essas criptomoeadas com especulação financeira e etc são mega poluentes pela quantidade de energia que consomem (*X*)

No dado, *na verdade* introduz o enunciado como confirmação de uma hipótese**.** Assim, uma possível relação sequencial do subtipo de corroboração é a de [porção discursiva subjetiva/negável + *na verdade* oração objetivamente ancorada].

j) <u>Adição</u>

Nos usos prototípicos de *na verdade*, percebe-se que a segunda informação apresenta alguma dependência semântica em relação à primeira. Afinal, a segunda é uma retificação da primeira. Contudo, identificamos usos em que essa dependência é tão fraca que não é possível identificar com precisão as informações em relação de retificação, estando elas em níveis subliminares da consciência. Vejamos no dado abaixo:

> (25) […] em o começo, nós estávamos indo para manter o cabelo curto, mas ela era como,' Você sabe, seria muito interessante ter- la crescer o cabelo longo.' Há uma história por trás de o porquê Carol tem cabelo curto, e **na verdade**, temos uma cena que fala sobre isso em algum

> momento de a temporada ", explanou Kang. (*Corpus* do Português, Tv e Brasil)

Percebemos que a construção é usada para retificar uma ideia que não é dada, nem explicitamente, nem por processos de inferência: a de que não havia uma cena que fala sobre a história por trás do cabelo curto da personagem. Ela é tida como informação desconhecida. Sendo assim, *na verdade* é utilizada com objetivo de adicionar uma informação relevante, ainda que não contrastante ou faltante. No dado abaixo, temos um relato dado pela vocalista de uma banda que tinha um disco recém-lançado. Nele, ela diz que não apenas a obra *This Is Why* foi lançada como o primeiro trabalho em cinco anos, como também foi lançado uma versão com remixes desse trabalho:

> (26) Este ano lançamos nosso primeiro álbum em 5 anos, é chamado This Is Why, e **na verdade**, mais recentemente, lançamos um companheiro para ele, que é um álbum de remixes feitos por amigos e artistas que amamos e com os quais nos importamos [...]. (X)

Sendo assim, percebemos que a implicatura de retificação serve, aqui, como "pano de fundo" para veicular de adição de informações. Postula-se que esses usos projetam efeitos epistêmicos de surpresa, revelação, novidade, autoridade, entre outros, mas que não configuram subtipos. Esses efeitos, por sua vez, estão relacionados à face social dos falantes e à sua posição epistêmica.

A alta produtividade desses usos é interessantes para postular que as funções de adição de informações e de retificação podem ser funções mais básicas de *na verdade*, pois, afinal, para se retificar algo, adiciona-se outro; inversamente, ao adicionar-se algo, infere-se uma retificação.

Interseções

Entende-se que as categorias cognitivo-linguísticas são emergentes nas situações comunicativas, e são determinadas por diversos processos, como de atenção, rotinização e analogização, de modo que são negociadas na interação. Isso posto, deve-se admitir que, no uso, há superposição e ambiguidades de sentido.

O dado (12), por exemplo, foi categorizado como *de atenuação.* Esse subtipo expressa uma direção argumentativa contrária à da primeira proposição, atenuando a importância dada a um aspecto da primeira. Contudo, pode-se argumentar que o verbo "achar" indica, de antemão, que o falante discorda com essa proposição, projetando uma negação; por isso, no encadeamento discursivo, é possível perceber uma inferência explicativa desse uso. Assim, nesse dado, pode-se considerar que há sobreposição com o sentido de *explicação*.

O dado (27), abaixo, é outro exemplo de interseção de subtipos. Entendemos que seu sentido mais saliente é o *de oposição*, visto que há um contraste forte entre "não haver ação subsequente" e ser "largamente recompensado". Essa relação é ainda reforçada pelo sintagma "o contrário". Contudo, para além da oposição, o dado também apresenta uma inferência de agravamento, já que, ao expor que houve recompensa, expõe-se a gravidade do descaso da justiça para com o crime ocorrido na empresa.

> (27) — Havia evidências substanciais de assédio sexual em o Google e, ainda assim, não houve ação subsequente (por parte de a empresa) —, afirmou Louise Renne, uma de as advogadas que representa Martin. — **Na verdade**, aconteceu o contrário, os assediadores foram largamente recompensados. (*Corpus* do Português, Extra).

Neste estudo, não se debruçou quantitativamente sobre a interação dos subtipos no discurso. Considera-se que essas sobreposições revelam que *na verdade* atua em diversos níveis cognitivos, negociando sentidos entre o nível proposicional, o nível interacional e o nível metalinguístico, tendo suas funções licenciadas por complexos mapeamentos metafóricos.

A tabela abaixo se refere à frequência *token* dos subtipos discursivo-pragmáticos identificados nos dados da aba NoW do *Corpus do Português* e da rede social *X*.

Tabela 2 – Quantificação dos subtipos de *na verdade* nos *corpora*

SUBTIPO	NoW	X (Twitter)	TOTAL
RETIFICAÇÃO	**36 (18,1%)**	**44 (22,1%)**	**80 (20,1%)**
OPOSIÇÃO	**19 (9,5%)**	**23 (11,6%)**	**42 (10,6%)**
ESPECIFICAÇÃO	**10 (5,0%)**	**7 (3,5%)**	**17 (4,3%)**
REFORMULAÇÃO	**10 (5,0%)**	**8 (4,0%)**	**18 (4,5%)**
AGRAVAMENTO	**15 (7,5%)**	**14 (7,0%)**	**29 (7,3%)**
ATENUAÇÃO	**11 (5,5%)**	**14 (7,0%)**	**25 (6,3%)**
CONTRAEXPECTATIVA	**15 (7,5%)**	**30 (15,1%)**	**45 (11,3%)**
EXPLICAÇÃO	**24 (12,1%)**	**10 (5,0%)**	**34 (8,5%)**
CORROBORAÇÃO	**16 (8,0%)**	**15 (7,5%)**	**31 (7,8%)**
CONCLUSÃO	**12 (6,0%)**	**12 (6,0%)**	**24 (6,0%)**
ADIÇÃO	**31 (15,6%)**	**22 (11,1%)**	**53 (13,3%)**
TOTAL (100%)	**199**	**199**	**398**

Fonte: Autoria própria, adaptado de Caldas Barbosa (2025).

Foram identificados onze sentidos produtivos de *na verdade*. O sentido de retificação foi o mais frequentemente expresso pela construção no total dos dois *corpora*, seguido do subtipo de adição. Isso corrobora a hipótese de que o valor de retificação pertence ao nível do significado da construção, e fomenta outra de que o valor de adição integra o polo funcional da construção no nível do significado, enquanto os outros se situam no nível do sentido, por serem negociações contextuais rotinizadas. Em Caldas Barbosa (2025), a expressividade quantitativa do sentido de adição resultou na hipótese de uma macrofunção discursivo-pragmática incorporada ao pareamento, de modo que *na verdade*, para retificar uma informação, adiciona outras, veiculando, assim, uma *adição retificadora.* Não se buscou, neste artigo, testar essa hipótese.

Conforme comentado, alta frequência do subtipo de explicação no *Corpus* do Português chama atenção para a relação entre os subtipos e a natureza tipológica/genérica dos dados. Destaca-se ainda o subtipo de contraexpectativa como mais característico do *X*, podendo-se postular que esse subtipo esteja associado a textos que expressam maior emotividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo mapear os diversos sentidos expressos pela construção *na verdade* no século XXI. Partiu-se de um incômodo de ordem social acerca do uso "exacerbado" dessa construção para reflexão inicial acerca de sua alta produtividade. Tal produtividade se revelou alta em dois aspectos: em frequência *token*, a qual a convivência com a construção como falantes do português já nos confirma; e em frequência *type*, na medida em que foram identificadas 11 subfunções da construção. Postulou-se uma diferenciação entre os níveis do significado e do sentido de *na verdade*, o que se mostrou produtivo para as análises, que mostraram que o valor retificador atravessa todos os usos de *na verdade*, fazendo parte do significado da construção, o qual, ao interagir com aspectos co(n)textuais, licencia os outros sentidos.

Em relação às hipóteses norteadoras, em i), vê-se que *na verdade* tem usos modalizadores em sua maioria. Há, contudo, certos usos em que se podem recuperar mapeamentos metafóricos entre sentidos mais referenciais e mais procedurais (de circunstância e de qualidade), ao passo que a analisabilidade da construção é influenciada por aspectos co(n)textuais, como pela coocorrência com verbos como "fingir", "dizer" e "parecer" e "criar", nos quais se projetam duas realidades cognitivas: uma discursiva e uma objetiva. Esses usos tensionam a compreensão de *na verdade* como um *chunk* cristalizado.

Entre os usos modalizadores, identificou-se que há também sentidos com maior função pragmática (atuando, por exemplo, na gestão de face dos interlocutores, como nos usos de atenuação-agravamento e de adição) e outros com maior valor discursivo (nos quais se estabelece relações sequenciais com outras construções, como o de explicação), ressaltando a granularidade entre esses níveis de análise.

Quanto à hipótese ii) pôde-se observar que há uma função contrastiva comum entre todos os usos de *na verdade*, a qual, no nível discursivo-pragmático, é concebida em termos de retificação. A quantificação dos dados mostrou ser relevante, ainda, a alta frequência do subtipo de adição, que quase se assemelha quantitativamente ao de retificação, especialmente na aba NoW. Isso permite que se postule a hipótese de uma macrofunção discursivo-pragmática rotinizada, a *adição retificadora* (cf. Caldas Barbosa,

2025) Essa macrofunção justificaria a emergência de usos em que a implicatura de retificação opera na gestão de face para criar efeitos epistêmicos e não à retificação metalinguística/discursiva das proposições. Mais estudos acerca da integração do valor aditivo ao polo funcional da construção são necessários. Além disso, a alta frequência do sentido de contraexpectativa no *X* e de explicação na *NoW* sugere que alguns sentidos tendem a ocorrer mais em determinados gêneros e domínios discursivos.

Quanto à hipótese iii), pode-se confirmar que os sentidos identificados nos dados são atravessados pela função de retificação, essa integrando o nível do significado da construção. Além disso, pôde-se aproveitar os postulados de Conceição; Plag (2019) e confirmar que *na verdade* é, de fato, um marcador polifuncional, passeando entre dois polos de um *continuum* de funções discursivo-pragmáticas: um de *continuidade* e um de *descontinuidade*.

a) *Polo da descontinuidade:* São os usos mais prototípicos. Neste polo distribuem-se os usos em que há maior contraste entre a proposição inicial e a adicionada/retificada. A construção veicula uma alteração na direção argumentativa do discurso e/ou uma pausa em sua progressão. Corresponde aos usos de oposição, contraexpectativa agravamento/atenuação, retificação e especificação.

b) *Polo da continuidade*: São usos menos prototípicos. Neste polo distribuem-se os usos de menor contraste entre as informações, em que se estabelecem relações de gestão de face e progressão discursiva. Mantém-se a direção argumentativa e a progressão no nível discursivo, ainda que pragmaticamente se infira uma alteração. Corresponde aos usos de reformulação, explicação, conclusão, corroboração e adição.

Assim, este trabalho se pôs a enriquecer o *continuum* proposto pelas autoras, trazendo novas funções e novos níveis de análise à baila, além de articular tais noções de (des)continuidade argumentativa às noções de direção argumentativa (Ducrot, 1987; Koch; Elias, 2016), bem como aos conceitos funcionais-cognitivos em que se baseiam a LFC/GCB-U, como de rotinização, extensão de sentido e mapeamento metafórico, a fim de compreender a natureza da multifuncionalidade de *na verdade*.

Por fim, quanto aos processos cognitivos envolvidos no comportamento de *na verdade*, temos que a construção funciona como um *chunk*, no qual as fronteiras entre as partes (*na* e *verdade*) são indefinidas, conferindo uma função idiossincrática à construção — a de retificação. Esse estatuto de *chunk*, por outro lado, se desestabiliza nos poucos

usos ambíguos e em circunstâncias co(n)textuais que modulam sua analisabilidade. Esses usos, por sua vez, sugerem a atuação de processos de analogia e metaforização, que cooperam para que as fronteiras entre os sentidos identificados sejam gradientes. Além disso, sugerem que os usos modalizadores possam emergir (tanto sincrônica quanto diacronicamente) de mapeamentos metafóricos entre sentidos de circunstância, qualidade e modalidade. Esses serão investigados em futuros passos da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CALDAS BARBOSA, Caio. *Estudo diacrônico de "na verdade" sob perspectiva baseada no uso*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras: Português e Literaturas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

CARAPINHA, Conceição; PLAG, Cornelia. Tradução de marcadores discursivos portugueses para alemão: "na verdade", o que se ganha e o que se perde?. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, n. 8, p. 12-41, 2019. DOI: 10.21747/21833958/red8a1.

DIESSEL, Holger. *The grammar network*: how linguistic structure is shaped by language use. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions at work*: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, Ester. *Com certeza na diacronia*: uma análise centrada no uso. 2021. 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ILARI, Rodolfo et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. *In*: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do português falado: a ordem*. São Paulo: Editora da UNICAMP; FAPESP, 1990. v. 1. p. 63-141.

JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. *In*: JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 118-162.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

KÖLLN, Lucas. Semântica: a espantosa presunção dos "na verdade". *Outras Palavras*, 14 out. 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/poeticas/semantica-a-espantosa-presuncao-dos-na-verdade/. Acesso em: 14 nov. 2025.

MORAES PINTO, Deise Cristina de; CASTANHEIRA, Dennis. Adverbiais modalizadores. *In*: CEZARIO, Maria Maura da Conceição; MARQUES, Priscilla Mouta; CASTANHEIRA, Dennis (org.). *Pesquisas funcionalistas e aplicações ao ensino superior*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. p. 107-135.

MORAES PINTO, Deise C.; ALONSO, Karen Sampaio Braga. Construcionalização no português: diálogo com a obra de Maria Maura Cezario. *In*: CASTANHEIRA, Dennis; SÁ, Érika Ilogti de; FREITAS JUNIOR, Roberto de; SILVA, Thiago dos Santos (org.). *Discurso, gramática & funcionalismo*: uma homenagem a Maria Maura Cezario. Campinas: Pontes Editores, 2024. p. 37-52.

ROSA, Flávia Saboya da Luz; OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Competição interna na hierarquia construcional: um estudo do princípio da não sinonímia. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 22-49, 2020.

Recebido em: 30/06/2026
Aceito em: 03/08/2026

Caio Matheus Caldas Barbosa: mestrando em Linguística (Uerj-CNPq); ex-bolsista PIBIC-CNPq e mestrando (UFRJ).

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.97887

A abordagem da figuratividade em atividades didáticas à luz da Teoria da Metáfora Conceptual

The approach to figurativity in didactic activies in the light of Conceptual Metaphor Theory

Camila Bento de Almeida
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
camihalmeida31@gmail.com
https://orcid.org/0009-0000-6150-0453

Fernanda Carneiro Cavalcanti
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
cavalcanti7fernanda@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4660-1026

RESUMO
O artigo objetiva discutir a importância de abordar a figuratividade na linguagem na educação básica. Para tal, examinamos, à luz da Teoria da Metáfora Conceptual, expressões idiomáticas ligadas ao corpo em atividades elaboradas pelos autores da coleção *Araribá – Conecta Português*, destinada ao segundo segmento do ensino fundamental, a partir de uma metodologia de caráter descritivo-interpretativista. Dessa forma, coletamos quatro tirinhas contendo as expressões idiomáticas (EI) pé-de-meia, livro que prende o leitor, conversa sem pé nem cabeça e não estamos falando a mesma língua. A análise evidencia que as partes do corpo presentes nessas EIs são licenciadas por metáforas e metonímia conceptuais e que as atividades propostas pelos autores não promovem uma compreensão sistemática da figuratividade.

Palavras-chave: expressões idiomáticas; material didático; Metáfora Conceptual; multimodalidade.

ABSTRACT
This article aims to discuss the importance of addressing figurativity in language in basic education. To this end, we examine, in light of Conceptual Metaphor Theory, body-related idiomatic expressions found in activities developed by the authors of the collection *Araribá – Conecta Português*, intended for the second segment of elementary education, based on a descriptive-interpretive methodology. Thus, we collected four comic strips

containing the idiomatic expressions (IEs) pé-de-meia, a book that keeps the reader engaged, conversation with no beginning or end, and we are not speaking the same language. The analysis shows that the body parts present in these IEs are licensed by conceptual metaphors and metonymies and that the activities proposed by the authors do not promote a systematic understanding of figurativity.

Keywords: idiomatic expressions; teaching materials; Conceptual Metaphor; multimodality.

INTRODUÇÃO

De acordo com os estudiosos da metáfora como Lakoff e Johnson (1980 [2002]) e Gibbs (1994), a figuratividade seria prevalente em nossa comunicação diária, sendo, inclusive, mais recorrente do que a não figuratividade. Tal evidência leva autores como Littlemore e Low (2006) a defenderem a abordagem da competência metafórica dentre as demais competências – linguística, textual e sociolinguística – no âmbito escolar.

Por outro lado, para pesquisadores que discutem os materiais didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) como Souza (2018), os critérios que norteiam a análise desses materiais voltados para língua portuguesa estão relacionados com:

> o modo como ela [língua portuguesa] contempla a leitura, a oralidade, a análise linguística, a literatura, a produção textual e a abordagem no manual do professor. Tornou-se mister utilizar as teorias acerca dos gêneros e tipologias textuais nesses manuais, mas é importante verificar a coerência entre a discussão teórica e as atividades propostas, ou seja, o que o professor vai dispor ao aluno para contribuir com a sua aprendizagem (Souza, 2018, p. 504).

Nessa perspectiva, consideramos relevante abordar como se dá a relação entre discussão teórica e as atividades voltadas para a figuratividade na linguagem, no caso a língua portuguesa do Brasil, em materiais didáticos aprovados pelo PNLD. Para tal, o presente artigo discute atividades elaboradas pelos autores dos quatro volumes da coleção *Araribá – Conecta Português*, destinada ao segundo segmento do ensino fundamental, contendo quatro tirinhas que apresentam expressões idiomáticas (EIs) ligadas ao corpo tais como pé-de-meia, livro que prende o leitor, conversa sem pé nem cabeça e não estamos falando a mesma língua.

Destacamos, conforme já assinalado, que, para a análise de nossos dados, adotamos a Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 1980 [2002], Gibbs,1994; Littlemore; Low, 2006; Batoréo, 2018), ainda que saibamos que estudiosas das metáforas, a exemplo de Cameron (2003) e Vereza (2013), se valham dos conceitos de metáfora sistemática e de metáfora situada, respectivamente. Isso porque o nível de análise que aqui adotamos é aquele que parte do cognitivo/conceptual, ou ainda do pensamento metafórico (Gibbs, 1994) para o linguístico e não o contrário, assim como o fazem as estudiosas acima citadas.

Assim sendo, dividimos o presente artigo em quatro partes além desta introdução em que na primeira parte, abordamos os conceitos de metáfora conceptual, de competência metafórica, de expressões idiomáticas e de multimodalidade; na segunda parte, apresentamos os nossos procedimentos metodológicos, na terceira parte, nossa análise e, por fim, discutimos os nossos resultados e suas possíveis contribuições para o campo da educação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Metáfora Conceptual

O conceito de Metáfora Conceptual é abordado na obra *Metaphors We Live By*, de George Lakoff e Mark Johnson, lançada em 1980. Nela, os autores contrariam a visão de metáfora como ornamento retórico recorrentemente professada em estudos voltados para figuras de linguagem. Argumentam esses autores que a metáfora estaria inserida em nossas trocas linguísticas cotidianas por ela ser recurso de pensamento que estruturaria nossas ações no mundo e o significado de expressões linguísticas, como o significado das expressões idiomáticas ligadas ao corpo.

Dessa forma, os autores definem metáfora como recurso cognitivo que opera a partir da correspondência entre um domínio mais abstrato, domínio-alvo, e um domínio mais experiencial, domínio-fonte. Segundo Sardinha (2007), por exemplo:

> As metáforas são um recurso natural de qualquer língua. Muitas não são apreendidas formalmente, e mesmo assim são adquiridas. Assim como aprendemos nossa língua materna antes de ir para a escola e de termos aulas de português, as metáforas são usadas desde a mais tenra infância pelos pais

> ao falarem com os seus filhos e até mesmo pelas crianças (Sardinha, 2007, p. 16).

Visto que, para autores como Sardinha (2007), as metáforas estariam presentes em nossa linguagem cotidiana, nos perguntamos no presente artigo por que elas não o estariam no cotidiano escolar, em especial nos materiais didáticos adotados em sala de aula? Tal pergunta é igualmente levantada por autores como Littlemore e Low (2006) e Batoréo (2018) ao ponderarem sobre a necessidade de abordarmos o que chamam de competência metafórica no âmbito escolar. Segundo os primeiros autores, a competência metafórica e/ou habilidade do aluno em entender e estabelecer relação entre figuratividade e recursos de pensamento como a metáfora deveria integrar as atividades trabalhadas em sala de ensino e aprendizagem de línguas para além da competência linguística, textual e sociolinguística.

Batoréo (2018) ressalta, igualmente, a importância de abordarmos a competência metafórica no processo de aprendizagem de língua não materna com base, inclusive, em expressões idiomáticas ligadas ao corpo e suas partes à luz da metáfora conceptual O CORPO É CONTENTOR DAS EMOÇÕES. A título de exemplo, a autora discute as expressões idiomáticas tenho a cabeça em água e tenho a barriga a dar horas, usadas em português europeu, diferentemente do português do Brasil, para transmitir a ideia de extremo cansaço e da necessidade premente de se comer algo, respectivamente.

Tais tipos de expressões idiomáticas, conclui a autora, são prevalentes nas diversas línguas. Assim, para que discutamos sua compreensão em sala de aula, ainda segundo a autora em questão, seria necessário, primeiramente, observarmos quais são as partes do corpo e as experiências corporificadas que os falantes de uma dada língua privilegiam para motivar metáforas como O CORPO É CONTENTOR DAS EMOÇÕES para que, em seguida, possamos trabalhar a competência metafórica dos alunos com base em padrões de uso dessas expressões.

Expressões idiomáticas

Gibbs, em sua obra *The Poetics of Mind*, afirma que o significado das expressões idiomáticas (EIs) estaria relacionado ao modo como os falantes interpretam essas expressões em seus diferentes contextos. Essa interpretação e/ou variação evidenciaria a

ocorrência de um pensamento de natureza metafórica, já que seria necessário pensarmos figurativamente para, de um lado, entendermos as novas e diferentes relações que uma dada EI estabelece com variados contextos; e de outro, determinarmos ou não a adequação do uso de uma EI em um determinado contexto.

Nesse sentido, Siqueira *et al*. (2017) estimam que, de acordo com os postulados da Linguística Cognitiva, as EIs são vistas como fenômenos linguístico-conceptuais, que refletem a estrutura e o funcionamento de nosso sistema conceptual. Tal visão se distinguiria daquelas mais tradicionalmente aceitas para as quais as EIs podem ser definidas como unidades linguísticas indecomponíveis, dado o seu caráter de fixidez e cristalização.

Para teorias como da Metáfora Conceptual, as EIs seriam construções figuradas convencionalizadas cujo significado pode estabelecer relação entre suas partes com base em um *continnum* que vai do mais transparente ao mais opaco. Além da importância dessa relação para a compreensão de uma EI, Siqueira *et al*. (2017) acrescentam que é preciso levar em consideração a relação como idade do falante/usuário da língua, sua familiaridade com a EI, o contexto na qual esta ocorre e a metaforicidade.

Por outro lado, no presente artigo, abordamos as EIs no âmbito de quatro tirinhas, as quais são assim definidas por Mendonça (2002):

> As tiras são um subtipo de HQ; mais curtas (até 4 quadrinhos) e, portanto, de caráter sintético. Podem ser sequenciais (capítulos de narrativas maiores) ou fechadas (um episódio por dia). Quanto às temáticas, algumas tiras também satirizam aspectos econômicos e políticos do país, embora não sejam tão "datadas" como a charge. Dividimos as tiras fechadas em dois subtipos: a) tiras-piadas, em que o humor é obtido por meio das estratégias discursivas utilizadas nas piadas de um modo geral, como a possibilidade de dupla interpretação, sendo selecionada pelo autor a menos provável; b) tiras episódio, nas quais o humor é baseado especificamente no desenvolvimento da temática numa determinada situação, de modo a realçar as características das personagens (Mendonça, 2002, p. 199).

Nessa perspectiva, classificamos as quatro tirinhas analisadas no presente artigo como tiras-piadas, já que podemos observar que seus respectivos autores trabalham o seu humor por meio da dupla interpretação de sentido, ao deslocar a natureza dos significados das expressões idiomáticas ligadas ao corpo pé-de-meia, livro que prende o leitor, conversa sem pé nem cabeça e não estamos falando a mesma língua, estabelecendo, para tanto, tensão entre significado figurado e não figurado.

Dito de outra forma, para além da relevância dos aspectos discutidos por Gibbs (1994) e Siqueira *et al* (2017), devemos levar em conta o característico teor cômico e multimodal das tirinhas para compreensão de seus significados, em especial das EIs pé-de-meia, livro que prende o leitor, conversa sem pé nem cabeça e não estamos falando a mesma língua que integram as quatro tirinhas aqui analisadas.

Multimodalidade

Se a metáfora conceptual é abordada por Lakoff e Johnson (1980, [2002]) no âmbito verbal, para Forceville (2009), ela deve ser abordada no âmbito multimodal. Assim, segundo o autor, a metáfora deve ser discutida a partir do que define como modo, isto é, um sistema de signos interpretável baseado em nossos cinco sentidos, pictórico e/ou visual, auditivo, olfativo, gustativo e tátil.

Nessa perspectiva, Forceville (2009) estabelece a distinção entre metáforas monomodais, aquelas em que os domínios – fonte e alvo – estão situados em apenas um modo, como por exemplo, o caso das expressões linguísticas cujo significado é mapeado por uma metáfora que emerge apenas no âmbito verbal; e metáforas multimodais, aquelas em que os domínios – fonte e alvo – estão situados em modos semióticos distintos, como por exemplo, o caso das tirinhas cujos significados podem emergir com base em mapeamentos metafóricos de domínios de diferentes modos semióticos, não-verbal e verbal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme assinalado, o objetivo do presente artigo é o de examinar, à luz da Teoria da Metáfora Conceptual, a compreensão de expressões idiomáticas ligadas ao corpo em tirinhas por parte dos autores dos quatro volumes da coleção *Araribá Conecta – Português*, especificamente, os respectivos manuais do professor. Para tal, selecionamos quatro tirinhas nas quais constam as expressões idiomáticas pé-de-meia, livro que prende o leitor, conversa sem pé nem cabeça e não estamos falando a mesma língua.

Os Dados

Necessário informar que os dados aqui apresentados foram discutidos na pesquisa de mestrado feita pela primeira autora, na qual foram analisadas oito tirinhas com expressões idiomáticas ligadas ao corpo encontradas na coleção *Araribá – Conecta Português*. Para o presente artigo, abordamos quatro dentre essas oito tirinhas, retiradas de cada um dos quatro volumes da referida coleção para que, assim, possamos demonstrar, com base na análise desses quatro volumes, como a figuratividade na linguagem é tratada em cada um dos quatro anos que compõem o segundo segmento do ensino fundamental.

Com efeito, a coleção *Araribá – Conecta Português* é um material didático que foi publicado em 2022 pela editora Moderna e disponibilizado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Conforme já assinalado, essa coleção é composta por quatro volumes a serem trabalhados nos quatro anos do segundo segmento do ensino fundamental, 6º ao 9º ano. O volume 1 é constituído por 288 páginas; o volume 2, por 312 páginas; o volume 3, por 304 páginas e o volume 4, por 320 páginas. Cada um desses volumes é composto de oito unidades que abordam seis tópicos. Esses tópicos são responsáveis por estruturar todo o conteúdo trabalhado em cada volume da coleção a partir de uma temática; e são organizados em torno das atividades ilustradas no Quadro 1.

Quadro 1 – Tópicos da coleção *Araribá – Conecta Português*.

1- Leitura (discussão a respeito dos diferentes gêneros textuais)
2- Estudo do texto (práticas de interpretação de texto e análise dos recursos de linguagem)
3- Conhecimentos linguísticos e gramaticais (dividida em três etapas: análise e reflexão, sistematização e prática, incluindo também o subtópico "questões da língua" que trabalha ortografia e acentuação.)
4- Produção de texto (produção de texto do gênero estudado)
5- Oralidade (desenvolvendo aspectos da língua falada)

6- Projeto (trabalho em equipe sobre um tema explorado no volume)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Vale destacar que para avaliação dos livros a serem adotados na escola, o PNLD conta com pareceres emitidos por comissões técnicas constituídas pelo Ministério da Educação (MEC), a cada quatro anos. No caso da coleção *Araribá – Conecta Português*, seu período de vigência está atual, considerando que sua avaliação foi realizada em 2023.

Para coleta de dados

Para coleta de nossos dados, procuramos, inicialmente, nos quatro volumes da mencionada coleção por expressões idiomáticas em diversos gêneros textuais tais como contos, crônicas, charges e tirinhas. Percebemos, assim, que havia a predominância de expressões idiomáticas em tirinhas. A partir daí, fizemos o levantamento do quantitativo dessas tirinhas para, em seguida, analisarmos o quantitativo de expressões idiomáticas ligadas ao corpo constantes nessas tirinhas. Após realizados ambos os levantamentos, observamos a forma como essas tirinhas se encontravam apresentadas aos alunos, isto é, em qual tipo de atividade, unidade e volume.

Tal qual ilustra o Quadro 2, encontramos no volume 1, destinado ao 6º ano do ensino fundamental, 50 tirinhas, das quais três apresentavam EIs relacionadas ao corpo; no volume 2, voltado para o 7º do ensino fundamental, encontramos 59 tirinhas, dentre as quais duas apresentavam EIs ligadas ao corpo. No volume 3, voltado para o 8º ano, encontramos 55 tirinhas, dentre as quais uma apresentava EI ligada ao corpo; e no volume 4, destinado ao 9º ano, foi possível encontrar 52 tirinhas em que duas continham EIs ligadas ao corpo. Assim, foram encontradas ao todo 8 tirinhas com 10 expressões idiomáticas ligadas ao corpo.

Quadro 2 – Levantamento de tirinhas contempladas na coleção *Araribá Conecta –Português*.

Volume da coleção *Araribá – Conecta Português*	Total de tirinhas encontradas	Total de tirinhas com expressões idiomáticas encontradas	Total de tirinhas com expressões idiomáticas ligadas ao corpo encontradas
Volume 1	50	5	3

Volume 2	59	5	2
Volume 3	55	4	1
Volume 4	52	5	2

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para análise

Como procedimento de análise, estabelecemos, com base em Cardoso e Xavier (2019), níveis de discussão do contexto no qual ocorrem as quatro tirinhas, a saber: o externo, relativo ao contexto pedagógico em que se encontravam as quatro tirinhas, a exemplo do volume, da unidade e das atividades elaboradas e discutidas pelos autores da coleção em questão; e interno relativo aos elementos constitutivos das tirinhas como temática, quantidade de quadros, personagens, intencionalidade do autor e o que é dito.

ANÁLISE DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

EI pé-de-meia

A expressão idiomática pé-de-meia foi encontrada no tópico *Conhecimentos Linguísticos e Gramaticais*, em especial sobre formação de palavras, da unidade 7, na página 239, do volume 1 da coleção *Araribá – Conecta Português*, voltado para os estudantes do 6º ano. O tópico em questão se encontra dividido em etapas como análise e reflexão da língua.

A tirinha, no que tange a seu contexto interno, é composta por três quadrinhos, nos quais constam dois personagens, Armandinho e sua mãe, conforme mostra a Figura 1. Armandinho se caracteriza por ser um menino crítico no que diz respeito às convenções sociais, em especial o comportamento dos adultos. Nas palavras de Alexandre Beck, seu autor, Armandinho teria surgido como um menino de cabelo azul em 2009 para cumprir

com o seu objetivo de ilustrar uma reportagem do caderno de economia do Diário Catarinense. Com o tempo, o personagem foi ganhando fama e espaço em jornais, livros e nas redes sociais, conquistando leitores de diferentes faixas etárias, devido ao seu teor crítico e irônico em relação ao comportamento dos adultos e da sociedade em geral.

Nessa tirinha, em particular, o autor o apresenta como alguém que interpreta a figuratividade na linguagem de forma não figurada, estabelecendo um tom crítico e irônico, sobretudo ao expor os automatismos da linguagem adulta representada, nesse caso, pela fala da mãe.

Figura 1 – Tirinha com a expressão pé-de meia.

Fonte: *Araribá Conecta – Português*, 6º ano, página 239.

Para tal, o autor promove uma tensão contextual em torno do entendimento da EI pé-de-meia, a partir da qual leva, de um lado, Armandinho a compreender pé-de-meia como uma peça usada para proteger os pés; e, de outro lado, a personagem da mãe a compreendê-la como reserva financeira. Tal tensão pode ser observada no primeiro quadrinho no qual a mãe comenta sobre a necessidade de constituir uma reserva financeira, pé-de-meia, para fazer frente a situações emergenciais; e no segundo quadrinho no qual Armandinho lhe responde mostrando que o pé-de-meia pode cobrir a situação emergencial na qual se encontra porque sente frio no pé.

É igualmente possível observarmos tal tensão por meio do ruído de comunicação entre a mãe, um adulto que possui regras sociais e linguísticas convencionalizadas, e o filho, uma criança que ainda não possui tais regras por não ter tido oportunidade para interagir de forma plena na sociedade em que vive, como demonstra o último quadrinho, no qual o personagem aparece usando um cobertor para aquecer o corpo e apenas uma meia em um de seus pés

Ao fazer uso intencional dessa tensão e/ou ironia, o autor deseja apontar para a relevância em se discutir a figuratividade em diferentes contextos e graus de convencionalização como familiaridade e idade dos falantes, apontados por Siqueira *et al*. (2017). Em relação à familiaridade, sabemos que a EI pé-de-meia goza de alto grau de circulação nas trocas linguísticas realizadas em nossa sociedade, a exemplo do atual programa do Ministério da Educação intitulado *Pé-de-Meia* com base no qual o governo busca reduzir as altas taxas de evasão dos estudantes de ensino médio com a promoção de política de auxílio, ou ainda uma reserva econômica para os alunos e alunas do ensino médio que cumprirem determinadas metas.

Além disso, de acordo com o dicionário *Online de Português*, a expressão pé-de-meia teria surgido na Europa em período não mencionado no qual muitas pessoas não confiavam nos bancos e preferiam guardar dinheiro em casa, usando meias costuradas e guardadas em locais considerados seguros pelo dono. No que pese, até onde se sabe, tal comportamento não ter sobrevivido aos tempos atuais, a expressão pé-de-meia é entendida na atualidade como sinônimo de guardar dinheiro.

Em conformidade com Gibbs (1994), tal familiaridade apontaria para o caráter convencionalizado do pensamento metafórico. Isso porque, assim como assinala o autor, não seria necessário que, como falantes, nos valêssemos de elementos históricos a partir dos quais tal expressão foi criada para compreendê-la, o que nos leva a apontar para o fato de essa EI ser entendida com base na metáfora conceptual RESERVA ECONÔMICA É PÉ DE MEIA, conforme ilustra o Quadro 3. Entendemos a EI em questão a partir da metonímia PARTE PELO TODO em que corpo é entendido em termos de pé para que possamos conceptualizar pé em termos de bem valioso e meia como reserva econômica.

Quadro 3 – Metáfora Conceptual: RESERVA ECONÔMICA É PÉ DE MEIA

PÉ	**ECONOMIA**

MEIA	RESERVA ECONÔMICA
PÉ	BEM VALIOSO

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ademais, percebemos que é baseado nesse pensamento metafórico convencionalizado que o próprio autor da tirinha promoveu o deslocamento do caráter figurado para o não figurado do significado da EI pé-de-meia. Nesse sentido, podemos ponderar que Alexandre Beck considera Armandinho ingênuo – e por que não crítico? – em relação ao sistema de crenças e valores da sociedade da qual faz parte a sua mãe, o que demonstra, de alguma forma, a sua visão intuitiva acerca de figuratividade. É importante ressaltar que, conforme assinalam Siqueira *et al*. (2017), a idade dos falantes seria relevante para o desenvolvimento de nossa capacidade em entender significados idiomáticos e/ou figurados.

Por último, vale destacar que ao lançar mão do efeito de incoerência e de quebra de rotina cognitiva na compreensão do significado da EI pé-de-meia por parte de Armandinho, o autor Alexandre Beck trabalha o característico teor humorístico e multimodal que constitui o gênero tirinha, demonstrando, assim, como operamos com a convencionalidade dos significados idiomáticos.

No que tange ao contexto externo e/ou pedagógico em que se encontra essa tirinha, em especial as atividades elaboradas pelos autores do volume 1 da coleção *Araribá Conecta – Português*, notamos que o primeiro conjunto de atividades, tal qual mostra a Figura 1, está relacionado com a compreensão dessa tirinha e, consequentemente, com o uso e significado da EI pé-de-meia pelos seus dois personagens. Essa perspectiva contribuiria, em alguma medida, para o desenvolvimento da competência metafórica dos alunos, já que permitiria que fosse estabelecida, por parte desses alunos, a relação entre o funcionamento de nosso corpo, o contexto e a intencionalidade do autor na produção de sentido da EI em questão, conforme avalia Gibbs (1994).

Contudo, contraditoriamente, ao orientarem o professor a discutir o significado da EI pé-de-meia a partir da distinção entre derivação e composição, os autores adotam perspectiva tradicional acerca do funcionamento do significado idiomático, de acordo com Siqueira *et al*. (2017). Além disso, propõem que a questão c - Por que ocorreu a

confusão? - seja abordada com base no conceito de metáfora, sem, no entanto, explicitarem a definição preconizada.

Assim sendo, inferimos que esses autores adotam a definição de metáfora como figura de linguagem, visto que, por um lado, essa é a definição ampla e tradicionalmente professada; e, por outro lado, a orientação dada ao professor é a de explicar formação e funcionamento da EI pé-de-meia à luz de processo de formação de palavras como composição, justaposição e aglutinação.

Dessa forma, observamos que os autores do volume 1 não trabalham com visão sistemática acerca da figuratividade, embora proponham atividades voltadas para intepretação e compreensão da EI pé-de-meia que possam desenvolver, em alguma medida, a competência metafórica dos alunos aos moldes de Batoréo (2018) e Littlemore e Low (2006). A análise dessa atividade indica que os autores abordam a figuratividade de forma periférica e/ou episódica, visto que estão interessados, de fato, em discutir processos de formação de palavras como composição, justaposição e aglutinação. Para tal lançam mão, inclusive, de exemplos como pernalta (perna+alta), beija-flor (beija+flor).

EI Livro que prende o leitor

Na página 36 do volume 2 do material didático destinado ao 7º ano, no tópico *Conhecimentos Linguísticos e Gramaticais*, da unidade 1, encontra-se em uma seção destinada à coesão textual, uma tirinha que apresenta a expressão idiomática livro que prende o leitor, assim como podemos observar na Figura 2.

Figura 2 – Tirinha com a expressão livro que prende o leitor.

Fonte: *Araribá Conecta – Português*, 7º ano, página 36.

No que tange ao contexto interno da tirinha, de autoria de Fernando Gonsales, podemos perceber, assim como demonstra a Figura 2, três quadrinhos nos quais comparecem dois personagens – um leitor e a barata *Fliti* – que estariam provavelmente em um ambiente de leitura, como uma biblioteca ou uma sala de leitura pública ou privada.

Isso posto, podemos observar que no 1º quadrinho, temos a personagem barata *Fliti* caminhando pelas páginas do livro e comentando "Que livro interassante". No quadro seguinte, observamos a personagem do leitor fechando o livro, e fazendo o barulho "Blam". No último quadrinho, temos a imagem do livro já na estante, e o comentário "É um livro que prende o leitor" por parte da barata *Fliti*, por se ver presa dentro desse livro. Assim, o efeito de humor da tirinha surge por meio do duplo sentido da expressão livro que prende o leitor, que, inicialmente, remete à ideia de um livro interessante, mas, no desfecho, ganha sentido não figurado, ao mostrar a personagem presa dentro do tal livro que poderia ser interessante.

Desse modo, observamos que o autor da tirinha cria uma tensão contextual entre o significado figurado e o não figurado da EI livro que prende o leitor. Tal quebra na rotina cognitiva de um falante do português do Brasil, representado, no caso, pela personagem da barata *Fliti*, nos faz perceber a importância do contexto para a produção de sentido metafórico dessa EI. Em outras palavras, o sentido idiomático da expressão

em análise, que diz respeito ao fato de um leitor manter os olhos voltados para o livro do começo ao fim visto o seu caráter motivador, resultaria da projeção da metáfora conceptual LIVRO É PRISÃO. Tal metáfora se estrutura com base em um conjunto de correspondências entre os domínios conceptuais, demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4 – Metáfora conceptual: LIVRO É PRISÃO

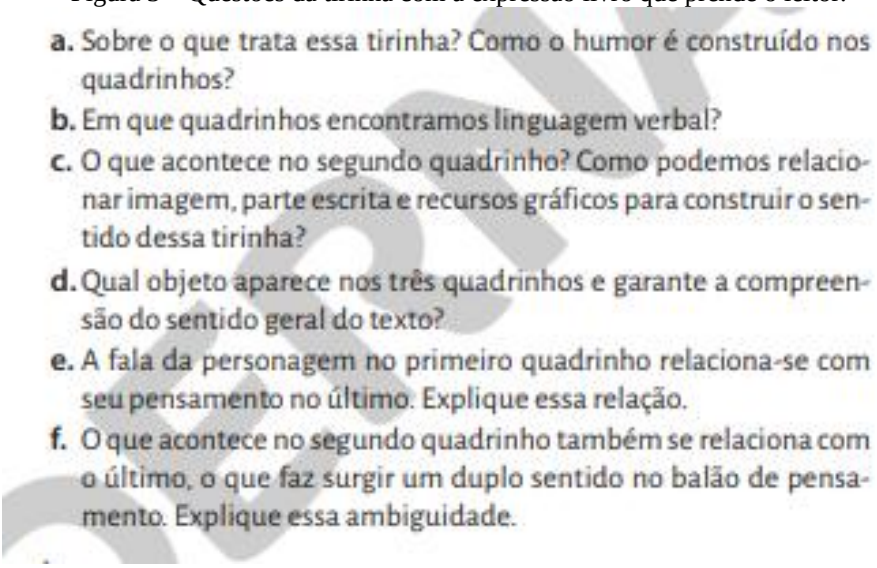
PRISÃO	**LEITURA**
ATO DE PRENDER	ATO DE LER
PRISIONEIRO	OLHOS
PRISÃO	LIVRO

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Além disso, com base nessa metáfora, seria possivel inferir que os olhos são entendidos metonimicamente como a parte do corpo que representa o ato de leitura. Sabemos, no entanto, que não são apenas os olhos que estão envolvidos no ato de leitura, já que devemos, para tal, contar com a participação de órgãos como o cérebro, as mãos, os ouvidos e até a postura corporal. Contudo, atribuimos aos olhos o elemento protagonista e/ou saliente em nossas atividades de leitura. Dessa forma, em consonância com Lakoff (1987) e Radden e Kövecses (2007), a metonímia PARTE PELO TODO ou ainda OLHOS PELA LEITURA embasaria a metáfora conceptual LIVRO É PRISÃO.

Em relação ao contexto externo à tirinha, as questões propostas pelos autores e suas respectivas respostas, como ilustrado nas Figuras 3 e 4, contribuem para as reflexões dos discentes acerca do duplo sentido da EI em questão. Com isso, observamos que essa abordagem colabora, em alguma medida, para o desenvolvimento da competência metafórica dos estudantes, sobretudo porque a tirinha está em um capítulo destinado à coesão textual e multimodalidade.

Figura 3 – Questões da tirinha com a expressão livro que prende o leitor.



a. Sobre o que trata essa tirinha? Como o humor é construído nos quadrinhos?

b. Em que quadrinhos encontramos linguagem verbal?

c. O que acontece no segundo quadrinho? Como podemos relacionar imagem, parte escrita e recursos gráficos para construir o sentido dessa tirinha?

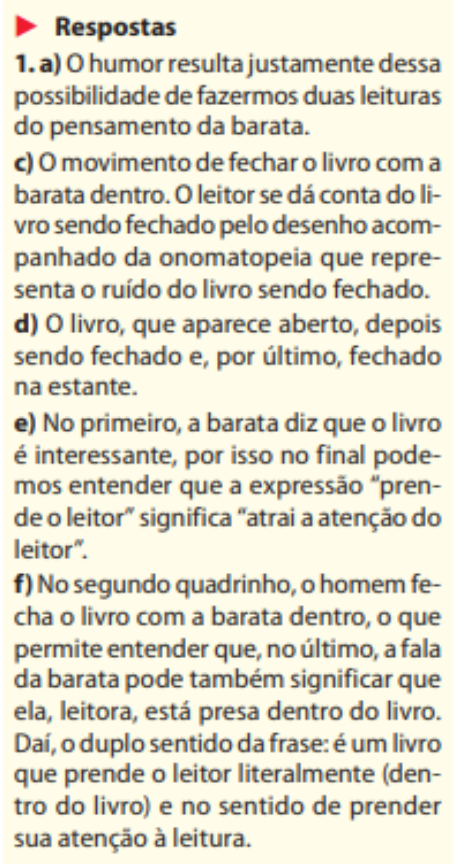
d. Qual objeto aparece nos três quadrinhos e garante a compreensão do sentido geral do texto?

e. A fala da personagem no primeiro quadrinho relaciona-se com seu pensamento no último. Explique essa relação.

f. O que acontece no segundo quadrinho também se relaciona com o último, o que faz surgir um duplo sentido no balão de pensamento. Explique essa ambiguidade.

Fonte: *Araribá Conecta – Português*, 7º ano, página 36.

Figura 4 – Respostas das atividades da tirinha como a expressão livro que prende o leitor.



Respostas

1. a) O humor resulta justamente dessa possibilidade de fazermos duas leituras do pensamento da barata.

c) O movimento de fechar o livro com a barata dentro. O leitor se dá conta do livro sendo fechado pelo desenho acompanhado da onomatopeia que representa o ruído do livro sendo fechado.

d) O livro, que aparece aberto, depois sendo fechado e, por último, fechado na estante.

e) No primeiro, a barata diz que o livro é interessante, por isso no final podemos entender que a expressão "prende o leitor" significa "atrai a atenção do leitor".

f) No segundo quadrinho, o homem fecha o livro com a barata dentro, o que permite entender que, no último, a fala da barata pode também significar que ela, leitora, está presa dentro do livro. Daí, o duplo sentido da frase: é um livro que prende o leitor literalmente (dentro do livro) e no sentido de prender sua atenção à leitura.

Fonte: *Araribá Conecta – Português*, 7º ano, página 36.

Assim, a abordagem multimodal adotada pelos autores é um fator importante para a análise linguística e textual da tirinha e para a compreensão do significado da EI livro que prende o leitor. Percebemos, com isso, que os autores do volume 2 da coleção *Araribá – Conecta Português* abordam a expressão em análise com o intuito de incentivar o professor a realizar reflexões junto a seus discentes sobre a relação entre significado figurado e não figurado em textos multimodais, como as tirinhas.

Contudo, ainda que tal abordagem demonstre sensibilidade para com o desenvolvimento da competência metafórica dos discentes desse segmento, os autores do volume em questão não discutem a figuratividade como sistemática, como algo recorrente e estruturador de nossa linguagem cotidiana.

EI Conversa sem pé nem cabeça

Na página 259 do volume 3, em seção sobre figuras de linguagem, do tópico *Conhecimentos Linguísticos e Gramaticais*, encontramos a tirinha, de autoria de Fernando Gonsales, com a expressão idiomática conversa sem pé nem cabeça.

No que tange ao contexto interno dessa tirinha, de acordo com a Figura 5, percebemos que ela é composta de 5 quadrinhos em que o humor é construído pelo autor através da dupla interpretação da EI conversa sem pé nem cabeça. Isso porque, no primeiro quadrinho, observamos a frase "Uma girafa conversa com seus pés", instalada no que poderia ser a cabeça desse animal, proferida, provavelmente, pelo animal.

No segundo quadrinho, a imagem da girafa aparece novamente, nesse caso, sem frase. No terceiro quadrinho, temos a mesma imagem do primeiro quadrinho acompanhada da frase "vocês andam muito distantes!", proferida pela cabeça da girafa a seus pés. No quadrinho seguinte, temos a mesma imagem do primeiro quadrinho sem frase alguma. No último quadrinho, essa imagem ganha sentido através do comentário "Uma conversa sem pé nem cabeça", proferido pelos pés do animal.

Figura 5 – Tirinha com a expressão conversa sem pé nem cabeça.

Fonte: *Araribá Conecta – Português*, 8º ano, página 259.

Dessa forma, notamos que o autor da tirinha constrói o sentido da EI conversa sem pé nem cabeça por meio de fatores contextuais, como a relação entre linguagem verbal e não verbal, a intencionalidade do autor e a evidência do pensamento metafórico, conforme aponta Gibbs (1994). Assim, as imagens permitem identificar que o autor tem como objetivo o estabelecimento de uma tensão entre o significado figurado e o não figurado da expressão em análise.

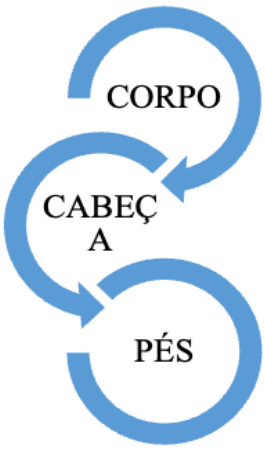
Tal estratégia se inicia na compreensão da frase "vocês andam muito distantes", considerando, já que podemos aí observar diferentes significados e formas de entendimento. Assim, tal frase pode ser entendida, de forma não figurada, como a grande distância real entre a cabeça e os pés da girafa. Ela pode, ainda, ser entendida, de forma figurada, com base em situações que desejamos indicar que não vemos alguém há muito tempo.

A tensão seguinte ocorre quando a frase "uma conversa sem pé nem cabeça" se refere, de forma não figurada, à conversa da cabeça da girafa com os seus pés a partir da imagem na qual o animal se encontra representado sem cabeça e sem pé; de forma figurada quando se refere a seu significado figurado com base no qual indicamos que algo que foi dito ou conversado não faz sentido, que é ilógico e incoerente.

Vale ressaltar que o autor busca, por meio de recursos multimodais, construir o característico efeito humorístico de uma tirinha, no caso de uma tira-piada (Mendonça, 2002). Isso ocorre porque, conforme aponta Mendonça (2002), uma das principais características do humor desse tipo de tirinha está justamente na produção de duplo sentido.

Assim sendo, observarmos que o significado dessa EI é estruturado com base na metonímia CABEÇA E PÉS PELO CORPO, motivada pela nossa experiência de que a cabeça e os pés são fundamentais para a existência e o bom funcionamento do nosso corpo. Esse tipo de construção de sentido, em conformidade com Gibbs (1994), aponta para o fato de que o nosso pensamento opera metafórica e metonimicamente, por ser motivado pela nossa interação com o mundo físico e cultural, pelo contexto em que essa interação ocorre e pela intencionalidade de seus interactantes.

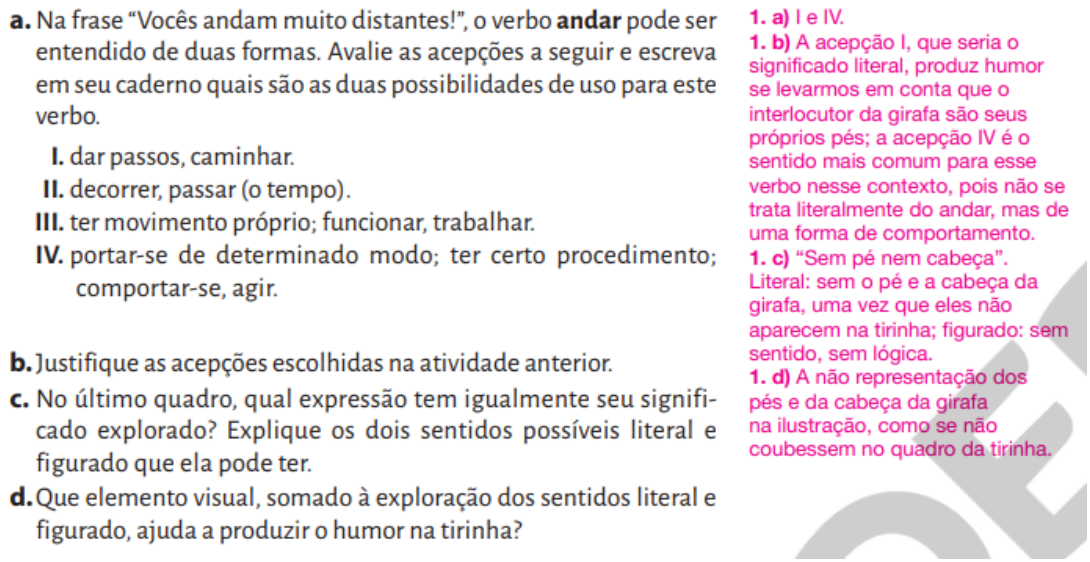
Figura 6 – Metonímia Conceptual: CABEÇA E PÉS PELO CORPO



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Em relação ao contexto externo à tirinha em análise, as questões, as respectivas respostas e observações elaboradas pelos autores no manual do professor relativo ao terceiro volume da coleção *Araribá – Conecta Português*, tal qual ilustra a Figura 7, colaboram para reflexões sobre o duplo sentido da EI conversa sem pé nem cabeça.

Figura 7 – Questões referentes à tirinha com a EI conversa sem pé nem cabeça.



a. Na frase "Vocês andam muito distantes!", o verbo **andar** pode ser entendido de duas formas. Avalie as acepções a seguir e escreva em seu caderno quais são as duas possibilidades de uso para este verbo.

I. dar passos, caminhar.
II. decorrer, passar (o tempo).
III. ter movimento próprio; funcionar, trabalhar.
IV. portar-se de determinado modo; ter certo procedimento; comportar-se, agir.

b. Justifique as acepções escolhidas na atividade anterior.
c. No último quadro, qual expressão tem igualmente seu significado explorado? Explique os dois sentidos possíveis literal e figurado que ela pode ter.
d. Que elemento visual, somado à exploração dos sentidos literal e figurado, ajuda a produzir o humor na tirinha?

1. a) I e IV.
1. b) A acepção I, que seria o significado literal, produz humor se levarmos em conta que o interlocutor da girafa são seus próprios pés; a acepção IV é o sentido mais comum para esse verbo nesse contexto, pois não se trata literalmente do andar, mas de uma forma de comportamento.
1. c) "Sem pé nem cabeça". Literal: sem o pé e a cabeça da girafa, uma vez que eles não aparecem na tirinha; figurado: sem sentido, sem lógica.
1. d) A não representação dos pés e da cabeça da girafa na ilustração, como se não coubessem no quadro da tirinha.

Fonte: *Araribá Conecta – Português*, 8º ano, página 259.

Assim sendo, estimamos que os autores do volume 3 da coleção em questão demonstram sensibilidade em desenvolver a competência metafórica dos estudantes. No entanto, ao analisarem a distinção entre os diferentes siginficados pela perspectiva da metáfora como figura de linguagem, esses autores acabam ignorando além do papel da metáfora como recurso sistemático de pensamento, o seu caráter motivador e estruturante da figuratividade na linguagem, o que compromete, em alguma medida, o desenvolvimento consistente da competência metafórica desse público-alvo.

Em suma, notamos que os autores desse volume não discutem o caráter sistemático da figuratividade na linguagem no âmbito de uma seção voltada para figuras de linguagem, ainda que proponham atividades que levem os estudantes do 8º ano a pensarem sobre as ambiguidades e os sentidos em contextos de uso.

EI Não estamos falando a mesma língua

A expressão não estamos falando a mesma língua está localizada na página 156 do volume 4, destinado ao 9º ano, no tópico *Conhecimentos linguísticos e gramaticais*, em seção sobre colocação pronominal que objetiva trabalhar as regras gramaticais desse tipo de colocação.

No que tange ao contexto interno da tirinha em análise, ela é composta por quatro quadrinhos e apresenta um diálogo entre Calvin, personagem criança, e a sua mãe. No

primeiro quadrinho, o protagonista lança a pergunta “Estou com fome, posso comer alguma coisa?” a sua mãe, que se encontra no sofá lendo um jornal. No segundo quadrinho, a mãe, que aparece, de novo, no sofá, responde “Claro, sirva-se”. No terceiro quadrinho, temos apenas a voz da mãe dizendo “pode pegar uma maçã ou uma laranja na geladeira” e a figura de Calvin com um pote de biscoito nas mãos. No quadrinho seguinte, Calvin, ainda com um pote de biscoitos nas mãos, afirma: “Embora usemos o mesmo idioma, não estamos falando a mesma língua”.

Figura 8 – Tirinha com a expressão não estamos falando a mesma língua.

3. Leia a tirinha de Calvin.

WATTERSON, Bill. *Calvin e Haroldo: Yukon-Ho*. São Paulo: Conrad, 2008. p. 4.

a. Por que, segundo o menino, ele e sua mãe não estão falando a mesma língua?
b. No segundo quadrinho, há uma ocorrência de ênclise. Identifique-a.
c. Você acha que a mãe de Calvin segue ou não essa regra? Justifique sua resposta.

Fonte: *Araribá Conecta – Português*, 9º ano, página 156.

Com base nesses quatro quadrinhos, é possível perceber que Calvin e a sua mãe estão em casa, já que nos dois primeiros quadrinhos a mãe se encontra deitada no sofá lendo jornal e o filho aparece dizendo que está com fome. Nesse cenário, o autor Bill Watterson tenciona pôr em perspectiva os automatismos linguísticos que nos fazem compreender a expressão com base em seu sentido metafórico. Tal efeito é alcançado porque o autor explora a polissemia da palavra língua que diz respeito tanto a idioma quanto a órgão responsável pelo paladar.

O jogo feito pelo autor com a polissemia da palavra língua pode ser observado a partir dos diálogos entre Calvin e sua mãe, em torno da fome do menino e o que ele poderia comer, e as imagens dos dois últimos quadrinhos nas quais o menino aparece com um pote de biscoitos em suas mãos afirmando não falar a mesma língua que a mãe. Nessa perspectiva, observamos que a tensão contextual estabelecida pelo autor em torno da

polissemia da palavra língua e da familiaridade que os falantes adultos do português brasileiro têm com a referida EI configuram-se como elementos fundamentais para a interpretação do significado dessa expressão. Por outro lado, ao construir Calvin, como criança, o autor vale-se, ironicamente, dessa condição para permitir uma interpretação literal da palavra língua, ligada ao paladar, tal como ocorre com o personagem Armandinho na tirinha com a expressão pé-de-meia.

Consideramos, nesse sentido, que o fator metaforicidade, ou ainda a metáfora conceptual COMUNICAÇÃO É LÍNGUA estaria licenciando o significado da expressão não estamos falando a mesma língua, conforme ilustra o Quadro 5. Além disso, é importante destacar que seria, com base no pensamento metafórico convencionalizado, tal qual pondera Gibbs (1994), que o autor desloca, com base no característico teor humorístico e irônico de uma tirinha, assim como assinala Mendonça (2002), a natureza do significado dessa EI, construindo a tensão contextual entre significado figurado e não figurado.

Quadro 5 – Metáfora conceptual: COMUNICAÇÃO É LÍNGUA

LÍNGUA	COMUNICAÇÃO
ÓRGÃO ARTICULADOR DA FALA	IDIOMA
ÓRGÃO LIGADO AO PALADAR	EXPRESSIVIDADE
SER HUMANO	FALANTE

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No que tange ao ambiente externo da tirinha, observamos que, a partir da pergunta "Por que, segundo o menino, ele e sua mãe não estão falando a mesma língua?", os autores do material didático discutem a compreensão do caráter metafórico da EI em questão. Tal pergunta evidencia que, para esses autores, a compreensão dessa expressão idiomática depende da relação entre as trocas linguísticas entre mãe e filho em torno da fome e do funcionamento da palavra língua e o contexto multimodal, assim como preconizam Gibbs (1994) e Siqueira *et al*. (2017). Dessa forma, seria possível percebermos que os autores

contribuem, em alguma medida, para o desenvolvimento da competência metafórica dos estudantes desse segmento.

Contudo, mais uma vez, verificamos que tal contribuição não se dá de forma sistemática, pois, o objetivo da seção na qual se encontra essa EI é voltado para discussão de conteúdo gramatical relativo à colocação pronominal, isto é, discutir questões formais como da colocação pronominal, tal qual ilustra a pergunta b, "no segundo quadrinho, há ocorrência de ênclise. Identifique"; e a pergunta c, "Você acha que a mãe de Calvin segue ou não essa regra. Justifique a sua resposta", constantes na Figura 8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, objetivamos analisar a abordagem da figuratividade na linguagem em atividades didáticas à luz da Teoria da Metáfora Conceptual. Para tal, discutimos atividades voltadas para compreensão de quatro tirinhas ligadas ao corpo, pé-de-meia, livro que prende o leitor, conversa sem pé nem cabeça e não estamos falando a mesma língua, constantes nos quatro volumes do material didático *Araribá – Conecta Português*, destinado aos estudantes do 6º ano ao 9º ano,

Para discutirmos esses nossos dados, estabelecemos dois níveis de análise, externo, relativo ao contexto pedagógico no qual as tirinhas coletadas se encontram como volume, unidade e atividades elaboradas e discutidas pelos autores da coleção mencionada; e interno relativo aos elementos constitutivos das quatro tirinhas como temática, quantidade de quadros, personagens, intencionalidade do autor e o que é dito.

Percebermos, assim, que as EIs pé-de-meia, livro que prende o leitor e não estamos falando a mesma língua podem ser compreendidas por meio das metáforas conceptuais RESERVA ECONÔMICA É PÉ DE MEIA, LIVRO É PRISÃO e COMUNICAÇÃO É LÍNGUA, respectivamente, considerando que os autores das respectivas tirinhas promovem tensão contextual de modo que seja possível para os seus personagens atribuírem dois tipos de significados, figurado e não figurado, às EIs em questão.

Percebermos, igualmente que a EI conversa sem pé nem cabeça pode ser compreendida por meio da metonímia conceptual CABEÇA E PÉS PELO CORPO a partir, novamente, do estabelecimento da tensão entre significado figurado e não figurado.

Além disso, observamos que as metonímias PÉ PELO CORPO e OLHOS PELA LEITURA constituem a base das metáforas conceptuais RESERVA ECONÔMICA É PÉ DE MEIA, LIVRO É PRISÃO, respectivamente.

Avaliamos, assim, que os autores das quatro tirinhas, ao estabelecerem tais tensões, produziram evidências acerca do funcionamento do nosso pensamento metafórico, tal como assinala Gibbs (1994).

Ademais, observamos que as quatro tirinhas constam em atividades cujos autores abordam, sobretudo, questões gramaticais e/ou textuais, ainda que tenham elaborado questões relativas à figuratividade na linguagem. Isso nos levou a concluir que, como o objetivo central dessas atividades não seria a abordagem da figuratividade na linguagem, esta não é discutida de forma sistemática; ou ainda com base no desenvolvimento da competência metafórica dos alunos e alunas que cursam os anos finais do ensino fundamental.

Diante das considerações aqui apresentadas, acreditamos que o presente artigo possa, ainda que modestamente, contribuir para o estudo da compreensão da figuratividade em ambiente escolar à luz da Teoria da Metáfora Conceptual. Apostamos, nesse sentido, numa formação dos professores da educação básica que contemple a importância em se trabalhar a competência metafórica dos alunos (Littlemore; LOW, 2006) e (Batoréo, 2018), em articulação com as demais competências, linguística, textual e sociolinguística, sempre abordadas.

Por fim, estimamos ser relevante que realizemos, como desdobramentos do estudo aqui feito, uma abordagem da relação entre os documentos norteadores do processo de ensino e aprendizagem, como a BNCC e o PNLD, e a competência metafórica no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Camila. *A linguagem figurada no âmbito escolar*: uma análise sobre expressões idiomáticas ligadas ao corpo em tirinhas à luz da teoria da metáfora conceptual. 2024. 99f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

BATORÉO, Hanna. Aquisição/aprendizagem da competência metafórica no contexto do Português Língua Não Materna: importância da reestruturação conceptual na expressão de emoções e valores. *In*: BARROSO, Henrique (org.). *O Português na Casa do Mundo Hoje*. Braga: Humus, Universidade do Minho, 2018. p. 53-79.

CAMERON, Lynne. *Metaphors in educational discourse*. Londres: Continuum. 2003.

CARDOSO, Eveline; XAVIER, Glayci Kelli. Tempo e narrativa no gênero charge: condensar para potencializar. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n. 31, p. 155–174, jan./jun. 2019.

DICIONÁRIO POPULAR. *"Pé de meia"*. Disponível em: https://www.dicionariopopular.com/pe-de-meia/. Acesso em: 03 jun. 2024.

FORCEVILLE, Charles. Non-verbal and multimodal metaphor in a cognitivist framework: agendas for research. *In:* FORCEVILLE, Charles; URIOS-APARISI, Eduardo (orgs.). *Multimodal metaphor.* New York: De Gruyter Mouton, 2009. p. 19-44.

GIBBS, Raymond. *The poetics of mind*: Figurative thought, language, and understanding. Nova York: Cambridge University Press, 1994.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things:* what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by.* Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana.* Coord. de tradução: Mara Sophia Zanotto e Vera Maluf. Campinas: Mercado de Letras: EDUC, 2002.

LITTLEMORE, Jeanette; LOW, Graham'. Metaphoric competence, second language learning and communicative language ability. *Applied Linguistics*, [*s. l.*], v. 27, n. 2, p. 268-294, 2006.

MENDONÇA, Maria Regina. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. *In:* DIONISIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e Ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 194-207.

NÍQUEL Náusea. *Terra*, [s.d.]. Disponível em: https://www.terra.com.br/niquel/autor/. Acesso em: 10 set. 2024.

PAIVA, Andressa Munique. *Araribá Conecta – Português: 6º ano: manual do professor.* São Paulo: Editora Moderna, 2022. E-book. Disponível em: https://pnld.moderna.com.br/wp content/uploads/2023/05/EDIT-Ararib%C3%A1-Conecta-Portugu%C3%AAs-6-ano-.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

PAIVA, Andressa Munique. *Araribá Conecta – Português: 7º ano: manual do professor.* São Paulo: Editora Moderna, 2022. E-book. Disponível em:

https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/2023/05/EDIT-Ararib%C3%A1-Conecta-Portugu%C3%AAs-7-ano-.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

PAIVA, Andressa Munique. *Araribá Conecta – Português: 8º ano: manual do professor.* São Paulo: Editora Moderna, 2022. E-book. Disponível em: https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/2023/05/EDIT-Ararib%C3%A1-Conecta-Portugu%C3%AAs-8-ano-.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

PAIVA, Andressa Munique. *Araribá Conecta – Português: 9º ano: manual do professor.* São Paulo: Editora Moderna, 2022. E-book. Disponível em: https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/2023/05/EDIT-Ararib%C3%A1-Conecta-Portugu%C3%AAs-9-ano-.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

RADDEN, Günter; KÖVECSES, Zoltán. Towards a theory of metonymy. *In:* EVANS, Vyvyan; BERGEN, Benjamin; ZINKEN, Jörg. (orgs.). *The Cognitive Linguistics Reader.* London: Equinox, 2007. p. 335-359.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora.* São Paulo: Parábola, 2007.

SIQUEIRA, Maity. et al. Compreensão de expressões idiomáticas em período de aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 52, n. 3, p. 391-400, 2017. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/29371. Acesso em: 23 fev. 2024.

SOUZA, Laeiguea Bezerra de. PNLD/2018 e o livro didático de língua portuguesa: uma análise. *In:* SEMINÁRIO FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA, 4., 2018, São Cristóvão/SE. *Anais* [...]. São Cristóvão: UFS, 2018. p. 503-516.

VEREZA, Solange. Metáfora é que nem...: cognição e discurso na metáfora situada. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, p. 2-21, jul./dez. 2013. DOI: 10.17058/signo.v38i65.4543. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/signo/article/view/4543/3204. Acesso em: 1 ago. 2026.

Recebido em: 04/04/2026
Aceito em: 09/08/2026

Camila Bento de Almeida: professora de Língua Portuguesa. Mestre em Linguística – UERJ.

Fernanda Carneiro Cavalcanti: professora associada no departamento de estudos da linguagem da UERJ. Doutora em Linguística - UFC.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.98758

Metáfora como operador semântico na capoeira: uma abordagem sociocognitiva de práticas afro-brasileiras

Metáfora como operador semántico en la capoeira: un enfoque sociocognitivo de prácticas afrobrasileñas

Davidson Martins Viana Alves
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
davidsonalves@ufba.br
https://orcid.org/0000-0003-2160-8851

Luanda da Silva Gustavo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
luanda.uerj@hotmail.com
https://orcid.org/0009-0000-3103-9782

RESUMO
Este trabalho objetiva estabelecer uma proposta de estudo da linguagem que propicie a importância das metáforas presentes na linguagem corporal da Capoeira, como transmissoras de cultura e de história de determinados períodos do Brasil. Tomam-se como base teórica os pressupostos da metáfora conceptual, de Lakoff e Johnson (2003 [1980]), e da mesclagem conceptual, de Fauconnier e Turner (2002), a fim de compreender como surgiram os pensamentos mais criativos que levaram à criação das metáforas denominadoras de alguns movimentos-ações da Capoeira. A partir da análise de termos metafóricos encontrados nessa manifestação cultural, usam-se métodos de observação e de descrição que se caracterizam como imprescindíveis procedimentos para a construção do pensamento e conceptualização da metáfora.

Palavras-chave: mesclagem conceptual; metáforas; capoeira.

RESUMEN
Este trabajo busca establecer una propuesta de estudio del lenguaje que resulte a la importancia de analizar las metáforas presentes en el lenguaje corporal de la *Capoeira*, como transmisoras de la cultura y de la historia de ciertos periodos de Brasil. Se toman como base teórica los supuestos de metáfora conceptual, de Lakoff y Johnson (2003 [1980]), y de mezcla conceptual, de Fauconnier y Turner (2002), con el fin de entender

cómo surgieron los pensamientos más creativos que llevaron a la creación de metáforas denominadoras de algunos movimientos-acciones de la *Capoeira*. A partir del análisis de términos metafóricos encontrados en esta manifestación cultural es necesario recurrir a métodos de observación y de descripción que se caracterizan como importantes procedimientos a la construcción del pensamiento y conceptualización de la metáfora.

Palabras clave: mezcla conceptual. metáforas. capoeira.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, objetiva-se analisar processos de conceptualização metafórica que emergem da linguagem corporal da capoeira, tomando como foco o termo "macaco" enquanto unidade semântico-discursiva inscrita em práticas culturais afro-brasileiras. Parte-se da premissa de que a linguagem não constitui um sistema autônomo, sendo indissociável dos mecanismos de construção de sentido que operam na cognição humana, os quais, por sua vez, são profundamente ancorados na experiência corpórea e na interação social. Nesse contexto, a capoeira é compreendida como um domínio privilegiado de produção simbólica, no qual se articulam corporalidade, memória histórica e imaginação sociocultural, configurando um espaço de emergência de significados complexos e dinamicamente estruturados.

A escolha do termo "macaco" revela um ponto de tensão semântica particularmente produtivo. No plano social mais amplo, trata-se de um signo historicamente associado à violência simbólica do racismo, funcionando como operador de desumanização de sujeitos negros. No contexto da capoeira, esse mesmo item lexical é integrado a uma rede de significação distinta, na qual passa a designar um movimento acrobático que envolve força, coordenação e domínio técnico. Esse deslocamento deve ser compreendido como resultado de operações cognitivas mais profundas, que reorganizam estruturas conceptuais a partir da experiência situada dos sujeitos. Tal fenômeno pode ser interpretado como um caso de integração conceptual, em que diferentes espaços mentais são articulados, produzindo uma estrutura emergente dotada de novos valores semânticos e culturais, como descrito por Fauconnier e Turner (2002).

Sob a ótica da Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 2003 [1980]; Kövecses, 2002, 2017), observa-se que o corpo em movimento na capoeira atua como domínio-fonte, projetando propriedades sensório-motoras para a construção de

significados mais abstratos, relacionados à luta, à resistência e à identidade. Essa projeção ocorre através da mediação de *frames* culturais e modelos cognitivos idealizados (MCIs) que organizam o conhecimento compartilhado pelos praticantes. Em diálogo com Alves (2025b), entende-se que a criação léxico-semântica em contextos socialmente marcados, como a favela ou a capoeira, expõe a agência dos sujeitos na produção de sentidos, uma vez que tais comunidades operam ativamente sobre o léxico, reconfigurando-o conforme suas experiências históricas.

A teoria da mesclagem conceptual aprofunda essa compreensão ao demonstrar que a construção de sentido envolve a integração de múltiplos espaços mentais, nos quais relações vitais como identidade, analogia, parte-todo e causa-efeito são comprimidas para produzir significados em escala humana. No caso da metáfora "macaco", observa-se a articulação entre o domínio do animal e o domínio do corpo do capoeirista, gerando uma estrutura emergente que não se reduz a nenhum dos *inputs* isoladamente.

Aqui, a capoeira pode ser compreendida, no âmbito da Linguística Cognitiva (LC), como um domínio sociocultural no qual a construção de sentido emerge da articulação entre corpo, experiência e práticas históricas compartilhadas. Assim, a partir da discussão formulada por Alves (2025a, p. 414), é possível entender os mecanismos de análise das metáforas, com a subdivisão de seus domínios e com o entendimento dessa categoria constitutiva da experiência do pensamento humano corporificado:

> Para a LC, a metáfora desempenha papel fundamental na mente humana, exercendo a função de permitir que o falante conceba uma figura abstrata a partir de suas experiências com entidades ou situações ontológicas mais básicas e concretas. Essa teoria é composta de dois instrumentos: os domínios e as projeções entre eles. Os domínios dividem-se em fonte e alvo. A fonte é aquele mais familiar devido a experiência corpórea, pois as pessoas usam o conhecimento que mais dominam para então aprender novas coisas e o alvo, por sua vez, é o que se deseja compreender através do domínio fonte. Desta forma noções básicas como o amor, a causa, o ódio, o tempo e outras, são compreendidas metaforicamente pela mente humana, já que esta é inerentemente corporificada (Alves, 2025a, p. 414).

Dessa maneira, é possível delimitar a metáfora como uma manifestação de performance, tratando-se de um sistema semiótico complexo, no qual linguagem verbal e corporal operam conjuntamente como gatilhos para processos de conceptualização. Essa perspectiva aproxima-se da noção de que o significado resulta de operações cognitivas profundas, amplamente inconscientes, que integram percepção, memória e

imaginação, bem como pensar a centralidade da integração conceptual na produção de sentido. Assim, a roda de capoeira configura-se como um espaço de ativação de redes conceptuais dinâmicas, nas quais se atualizam *frames* culturais, modelos cognitivos idealizados e esquemas imagéticos da experiência afro-brasileira.

Os movimentos corporais que compõem esse universo funcionam como sequências motoras e unidades simbólicas que condensam conhecimento cultural e histórico. A nomeação desses movimentos por meio de metáforas revela o papel estruturante da metáfora conceptual na organização do pensamento, segundo delimitação de Lakoff e Johnson (2003 [1980]) e aprofundamento de Kövecses (2002, 2017). A metáfora, nesse contexto, atua como mecanismo de mapeamento entre domínios, no qual propriedades de experiências mais concretas e corporificadas são projetadas para a compreensão de práticas complexas. Croft e Cruse (2008) reforçam essa concepção ao situarem o significado como fenômeno enciclopédico e perspectivado, dependente de redes de conhecimento e de enquadramentos contextuais.

O termo "macaco" representa um caso exemplar dessa dinâmica. No espaço social mais amplo, esse signo participa de um *frame* historicamente associado à injúria racial e à desumanização de sujeitos negros. No domínio da capoeira, entretanto, ocorre uma reconfiguração conceptual que pode ser descrita em termos de integração conceptual. Dois espaços de entrada são ativados: um relacionado ao animal, com propriedades como agilidade, elasticidade e destreza, e outro relacionado ao corpo do capoeirista em movimento. A partir dessas projeções seletivas, constrói-se um espaço mescla no qual emerge uma nova estrutura de sentido, que não se reduz a nenhum dos *input*s isoladamente, incorporando valores técnicos, estéticos e identitários. Esse processo envolve compressões de relações vitais como analogia e parte-todo, que permitem a construção de significado em escala humana.

Diante desse quadro, objetiva-se analisar as metáforas corporais da capoeira, buscando compreender como essas unidades metafóricas funcionam como operadores semânticos que condensam experiências corporificadas, memórias sociais e práticas culturais. Ao discutir a complexidade desses processos, pretende-se contribuir para o reconhecimento da capoeira como espaço de produção de conhecimento, no qual a linguagem atua como instrumento de resistência, reconfiguração identitária e elaboração simbólica. Sendo assim, nesta perspectiva, passa-se à apresentação do desenho

metodológico desta investigação, a fim de compreender detalhadamente as etapas, os mecanismos e os procedimentos utilizados para analisar e descrever o referido objeto de pesquisa.

DESENHO METODOLÓGICO

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza interpretativista, exploratório-descritiva e orientada por um estudo de caso semântico-cognitivo. Seu objeto se constitui na compreensão de processos de conceptualização pelos quais experiências corporais, conhecimentos culturais, memórias históricas e posicionamentos sociais são integrados na construção dos significados de movimentos da capoeira. Adota-se, portanto, uma perspectiva sociocognitiva da linguagem, segundo a qual as unidades linguísticas não possuem sentidos inteiramente autônomos ou previamente estabilizados, pois são interpretadas a partir dos usos situados, dos *frames* culturais, das experiências corporificadas e dos modelos de conhecimento compartilhados pelos sujeitos.

No âmbito da Sociolinguística Cognitiva, considera-se que a variação não se limita à alternância entre formas linguísticas, podendo envolver diferentes maneiras de perspectivar, categorizar e conceptualizar uma mesma experiência. As denominações, os sentidos e as configurações gestuais da capoeira são, assim, examinados como fenômenos simultaneamente cognitivos e socialmente indexados. Essa orientação permite observar como determinados movimentos podem assumir valores técnicos, estéticos, identitários e históricos distintos em função das comunidades de prática, das linhagens de mestres, dos espaços de circulação e das vertentes em que são realizados.

Desse modo, as diferenças entre a Capoeira Angola, associada à preservação de fundamentos tradicionais e ritualísticos; a Capoeira Regional, marcada pela sistematização técnico-pedagógica e por uma dimensão mais explicitamente marcial; e a Capoeira Contemporânea, caracterizada pela combinação e pela reelaboração de elementos provenientes de diferentes estilos, são consideradas como variáveis socioculturais relevantes para a interpretação dos dados, sem que essas vertentes sejam tomadas como categorias absolutamente homogêneas ou rigidamente delimitadas.

O *corpus* analítico possui natureza multimodal, sendo constituído por unidades verbais, visuais, corporais e histórico-documentais. Integram-no, em primeiro lugar, as denominações linguísticas de movimentos e golpes da capoeira, com destaque para o item lexical "macaco", tomado como unidade central do estudo, além de formas como "rabo de arraia", "meia-lua", "meia-lua de compasso", "ginga", "armada", "aú" e "floreio", mobilizadas comparativamente. Em segundo lugar, consideram-se as descrições verbais desses movimentos, os enunciados convencionalmente empregados para explicá-los e os registros imagéticos selecionados no artigo. Em terceiro lugar, incorporam-se os conhecimentos corporais e culturais decorrentes da observação-participante e da experiência dos pesquisadores com o universo da capoeira. O *corpus* corresponde, portanto, a um conjunto articulado de materialidades semióticas por meio das quais o corpo em movimento é nomeado, representado e interpretado.

A constituição e a interpretação desse material de dados também recorrem à pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo estudos científicos sobre a capoeira (Rego, 1968; Carneiro, 1977; Silva, 1995; Decanio Filho, 1997; Capoeira, 1999 [1981]; Rector, 2002; Anjos, 2003; Iphan, 2007; Fonseca, 2008). Obras, glossários, registros patrimoniais e estudos socio-históricos são mobilizados para contextualizar as denominações dos movimentos, as transformações das práticas e os valores atribuídos às diferentes vertentes. Esse procedimento possibilita relacionar a materialidade linguística e corporal às condições históricas de emergência e circulação da capoeira, considerando sua formação no contexto da diáspora africana, da escravização, da repressão estatal, da resistência negra, da patrimonialização e de sua posterior inserção em academias, projetos culturais, escolas e universidades.

Os procedimentos de análise desenvolvem-se em etapas articuladas. Inicialmente, identificam-se as unidades lexicais e gestuais relevantes, descrevendo-se as características básicas dos movimentos nomeados e os contextos socioculturais de sua circulação. Em seguida, examinam-se os domínios conceptuais ativados, os esquemas imagéticos, os *frames* culturais, as propriedades sensório-motoras e os modelos cognitivos idealizados associados a cada unidade. Na análise da metáfora conceptual, são delimitados os domínios-fonte e os domínios-alvo, bem como as correspondências estabelecidas entre eles. Na análise da integração conceptual, são reconhecidos os espaços de entrada, o espaço genérico, as projeções seletivas, as relações vitais e a estrutura

emergente produzida no espaço mescla. Por fim, esses resultados são interpretados à luz das condições históricas, étnico-raciais e cognitivo-culturais da capoeira, evitando-se reduzir a análise a uma simples comparação formal entre o movimento humano e a entidade evocada em sua denominação.

A observação-participante constitui outro componente relevante do percurso metodológico deste artigo. Os autores ocupam uma posição situada em relação ao objeto investigado: são pesquisadores negros, conhecedores da capoeira e vinculados, por suas trajetórias familiares, culturais e ancestrais, a práticas e saberes afro-brasileiros. A autora pratica capoeira desde a infância, tendo construído conhecimentos corporais sobre os modos de jogar e nomear os movimentos. Já o autor, além de possuir familiaridade com a capoeira, atuou como consultor em projetos de documentários sobre o tema, experiência que lhe permitiu acompanhar processos de pesquisa, registro, descrição e representação das vertentes Angola, Regional e Contemporânea.

Essas trajetórias possibilitam uma compreensão mais profunda de categorias, aproximando o estudo da autoetnografia, na medida em que experiências pessoais e trajetórias socioculturais são tomadas como vias legítimas de acesso a processos coletivos de significação. Em diálogo com a proposta da tambolinguística de Alves (2025b), essa opção metodológica também questiona a pretensão de uma neutralidade desencarnada e reconhece territórios, corpos, ancestralidades e saberes negros como dimensões epistemicamente relevantes para o estudo da linguagem.

A validade interpretativa da investigação apoia-se, portanto, na triangulação entre diferentes fontes e procedimentos: análise léxico-semântica, descrição dos movimentos, observação-participante, experiência autoetnográfica, registros imagéticos e pesquisa bibliográfico-documental. Essa triangulação tem por finalidade conferir maior consistência às interpretações e explicitar os diferentes níveis de construção dos dados. O estudo assume o movimento “macaco” como um caso analítico intensivo, por meio do qual se investigam mecanismos mais amplos de conceptualização, ressignificação e integração entre linguagem, corpo, cultura e história, por isso é o movimento elegido como central na análise.

Desse modo, teoria e metodologia são concebidas como instâncias aliadas da pesquisa científica, as categorias do sociocognitivismo orientam a seleção e a interpretação dos dados, enquanto a experiência, a observação e a contextualização

permitem avaliar como essas categorias funcionam em uma prática cultural concreta. É a partir dessa articulação entre método, empirismo e construção sociocognitiva do conhecimento que se aprofunda, na sequência, a discussão dos pressupostos teóricos estruturantes do aparato cognitivo dos sujeitos participantes da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O sistema conceptual humano pode ser descrito, à luz da Linguística Cognitiva, como uma rede altamente dinâmica de construção de significados, na qual operações mentais básicas, como identidade, integração e imaginação, desempenham papel estruturante na produção de sentido.

> *Identidade*: o reconhecimento da identidade, da semelhança, da equivalência — A = A —, que é dado como certo nas abordagens formais, é, na verdade, um produto espetacular de um trabalho complexo, imaginativo e inconsciente. Identidade e oposição, semelhança e diferença, são apreensíveis na consciência e, por isso, têm servido de ponto de partida natural para as abordagens formais. Mas identidade e oposição são produtos acabados fornecidos à consciência após um trabalho elaborado; não são pontos de partida primitivos, seja cognitiva, neurobiológica ou evolutivamente.
>
> *Integração*: Encontrar identidades e oposições faz parte de um processo muito mais complicado de integração conceitual, que possui propriedades estruturais e dinâmicas elaboradas e restrições operacionais, mas que normalmente passa totalmente despercebido, uma vez que funciona rapidamente nos bastidores da cognição.
>
> *Imaginação*: Identidade e integração não podem explicar o significado e seu desenvolvimento sem o terceiro I da mente humana, a imaginação. Mesmo na ausência de estímulos externos, o cérebro pode realizar simulações imaginativas. Algumas delas são óbvias: histórias ficcionais, cenários hipotéticos, sonhos, fantasias eróticas. Mas os processos imaginativos que detectamos nesses casos aparentemente excepcionais estão, na verdade, sempre em ação, mesmo na mais simples construção de significado. Os produtos da fusão conceitual são sempre imaginativos e criativos (Fauconnier e Turner, 2002, p. 6, tradução nossa).

Nesse esquema dos três Is, como Fauconnier e Turner (2002) chamam, a significação não decorre de correspondências diretas entre forma e conteúdo, sendo resultado de processos complexos de integração conceptual que operam de maneira amplamente inconsciente. Os autores ainda argumentarem que o pensamento humano cotidiano depende de mecanismos de *blending* que organizam e projetam estruturas de diferentes domínios em novas configurações emergentes.

Dessa maneira, a consolidação da metáfora como objeto central de investigação linguística e cognitiva também pode ser compreendida a partir de um diálogo com diferentes tradições teóricas que contribuíram para seu deslocamento de uma perspectiva meramente estilística para um estatuto epistemológico mais robusto. Em uma vertente ainda vinculada à filosofia da linguagem, Black (1962) propõe a metáfora como modelo interacional, no qual o significado emerge da tensão entre sistemas semânticos distintos, antecipando, em certa medida, a ideia de projeção entre domínios posteriormente desenvolvida na Linguística Cognitiva. Já no âmbito empírico, Deignan (2005) amplia o alcance analítico da metáfora ao incorporar metodologias baseadas em *corpus*, demonstrando como padrões metafóricos se estabilizam no uso real da língua, o que reforça a importância de considerar a materialidade linguística na análise de práticas discursivas como a capoeira.

Por sua vez, Gibbs (2008) sistematiza um amplo conjunto de estudos que registram o papel da metáfora no pensamento, na cognição e na ação, consolidando sua centralidade nos processos mentais e aproximando-a de abordagens experimentais e psicolinguísticas. Em uma direção crítica, Haser (2005) problematiza a tradição experiencialista de Lakoff e Johnson, questionando seus pressupostos universalizantes e propondo uma revisão que incorpore maior rigor filosófico e metodológico, especialmente no que tange à validação empírica das hipóteses cognitivas. A articulação dessas perspectivas permite compreender que a metáfora se instaura em um campo interdisciplinar, no qual diferentes enfoques convergem para constatar sua complexidade teórico-metodológica, reforçando a necessidade de abordagens que integrem cognição e uso social, aspecto primordial para a análise de fenômenos como as metáforas corporais na capoeira e as metáforas da favela.

No contexto da capoeira, essa dinâmica torna-se particularmente evidente, uma vez que a linguagem corporal e verbal mobiliza constantemente processos de integração que articulam experiência sensório-motora, memória histórica e práticas culturais afro-brasileiras. A capacidade de propor relações de similaridade e diferença entre entidades constitui um nível inicial desse funcionamento cognitivo. A identificação de correspondências entre domínios constrói sentidos e considera o papel central da imaginação enquanto força operatória que permite a criação de cenários, simulações e projeções que ultrapassam os dados imediatos da experiência. Destaca-se que mesmo as

formas mais simples de pensamento dependem de processos imaginativos sofisticados, responsáveis por integrar múltiplos espaços mentais em estruturas coerentes.

No caso da capoeira, essa capacidade imaginativa é mobilizada na própria nomeação dos movimentos, como ocorre com a metáfora corporal "macaco", na qual diferentes domínios são articulados para produzir um significado que condensa propriedades físicas, valores culturais e experiências históricas. A mesclagem conceptual, nesse sentido, se configura no principal mecanismo explicativo para a análise desses fenômenos. Segundo Fauconnier e Turner (2002), esse processo envolve, minimamente, quatro espaços mentais: dois espaços de entrada (*input* 1 e *input* 2), que contêm estruturas conceptuais distintas; um espaço genérico, responsável por armazenar as propriedades compartilhadas e um espaço mescla, no qual ocorre a integração seletiva de elementos dos *input*s, gerando uma estrutura emergente dotada de novos significados. Essa estrutura, marcada na figura 1, é o resultado de operações como composição, completamento e elaboração, que permitem a criação de novos sentidos em escala humana.

De maneira didática, a figura 1 apresenta o esquema básico de integração conceptual, sintetizando um dos modelos centrais da Linguística Cognitiva para a compreensão da construção de sentido. Ao detalhar um pouco as funções de cada espaço supramencionado na dinâmica da experiência e uso linguístico, chega-se a um processo ativo de seleção, projeção e transformação conceptual. Inicialmente, têm-se os *input*s, ou espaços de entrada, que correspondem aos domínios de conhecimento que são ativados no processo de construção de sentido. O *input* 1 e o *input* 2 contêm estruturas conceptuais relativamente independentes, cada uma organizada por seus próprios *frames* e modelos cognitivos.

No caso da capoeira, por exemplo, um *input* pode ser associado ao domínio do corpo humano em movimento, enquanto o outro pode corresponder ao domínio do animal "macaco". Esses espaços armazenam propriedades, relações e conhecimentos culturalmente construídos, que serão parcialmente projetados para a integração. É importante destacar que essa projeção é sempre seletiva, o que significa que nem todos os elementos dos *inputs* participam da construção da mescla, sendo priorizados aqueles que são relevantes para o contexto interpretativo.

Por sua vez, o *espaço genérico* desempenha uma função de abstração e organização, reunindo as propriedades comuns aos *input*s. Trata-se de um nível mais

esquemático, no qual se identificam correspondências estruturais entre os domínios ativados, como categorias gerais, relações básicas e padrões compartilhados. Esse espaço funciona como uma espécie de "ponte conceptual", permitindo que os elementos dos *input*s sejam alinhados e integrados de maneira coerente. No exemplo da capoeira, o espaço genérico pode incluir noções como movimento corporal, ação no espaço e interação com o ambiente, que são comuns tanto ao ser humano quanto ao animal.

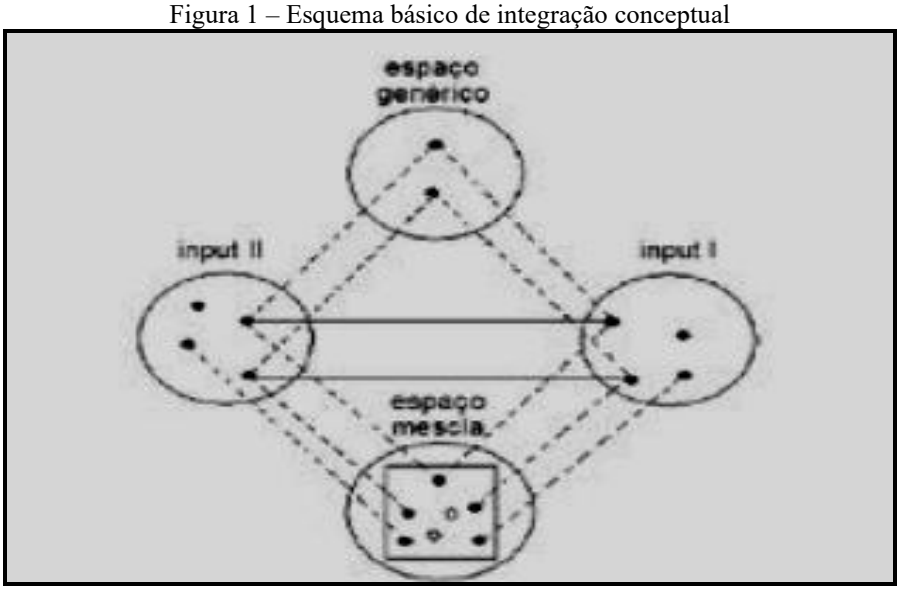
Em continuidade, o *espaço mescla* é o núcleo do processo de integração conceptual, o *locus* onde ocorre a construção do significado emergente. Nesse espaço, elementos selecionados dos *inputs* são projetados e reorganizados, dando origem a uma nova estrutura conceptual que não existia previamente em nenhum dos domínios de origem. Essa estrutura emergente é resultado de operações como composição, completamento e elaboração, que permitem a criação de sentidos mais complexos. No caso da metáfora "macaco" na capoeira, a mescla produz uma conceptualização na qual o corpo do capoeirista é interpretado a partir de propriedades associadas ao animal, gerando um significado que integra técnica corporal, estética do movimento e valores culturais.

Além disso, a teoria da integração conceptual enfatiza o papel das chamadas relações vitais, como identidade, analogia, parte-todo, causa-efeito e mudança, que são comprimidas no espaço mescla para tornar os significados cognitivamente manejáveis. Essas compressões permitem que estruturas complexas sejam reduzidas a configurações interpretáveis em tempo real, processo fundamental para a interação linguística e corporal na capoeira. A noção de "escala humana", central na teoria de Fauconnier e Turner (2002), propõe que a cognição organiza os significados de modo a torná-los operáveis na experiência cotidiana, o que explica a eficácia comunicativa e performática das metáforas corporais nesse contexto.

Outro aspecto relevante diz respeito à tipologia das redes de integração conceptual, especialmente as redes de duplo escopo, nas quais *inputs* com *frames* distintos ou mesmo conflitantes são combinados para gerar estruturas altamente criativas. A metáfora "macaco" pode ser interpretada como resultado desse tipo de integração, uma vez que articula um domínio historicamente marcado por estigmatização racial e um domínio técnico-performático valorizado no interior da capoeira. A estrutura emergente, assim, produz um novo *frame* no qual o signo passa a indexar habilidade, estética e

resistência. Esse tipo de criatividade cria uma das características mais marcantes da cognição humana, estando na base de produções culturais complexas como arte, linguagem e rituais.

Figura 1 – Esquema básico de integração conceptual



Fonte: Rev. Bras. Educ. v. 15, n. 44, Rio de Janeiro, May/Aug. 2010.

A figura 1 apresenta, portanto, que a construção de sentido envolve um processo dinâmico de articulação entre diferentes níveis de abstração, no qual os espaços mentais interagem continuamente. Esse modelo permite compreender como a cognição humana opera de maneira criativa e flexível, capaz de integrar informações de diferentes domínios para produzir novos significados. No contexto da capoeira, essa dinâmica revela-se fundamental para a análise das metáforas corporais, uma vez que tais metáforas dependem da integração entre experiência corpórea, conhecimento cultural e memória histórica, demonstrando o caráter profundamente sociocognitivo da linguagem.

Sob uma perspectiva sociocognitiva, esses processos não podem ser dissociados dos contextos culturais e históricos nos quais os sujeitos estão inseridos. A integração conceptual mobiliza conhecimento enciclopédico, *frames* culturais e experiências compartilhadas, que orientam tanto a seleção quanto a projeção de elementos nos espaços mentais. No caso do fenômeno estudado neste artigo, isso implica reconhecer que as metáforas corporais são construídas a partir de uma memória coletiva marcada pela escravidão, pela resistência e pela reexistência negra. A linguagem, assim, funciona como

prática sociocognitiva, na qual os significados são continuamente negociados e reconfigurados.

Dessa forma, a análise da metáfora do movimento/golpe denominado "macaco" estabelece que a construção de sentido na capoeira depende de uma rede complexa de operações cognitivas que integram percepção, ação e cultura. A mesclagem conceptual, ao explicar como diferentes domínios são combinados para produzir novas estruturas de significado, oferece um modelo observacional sobre a dimensão semântico-cognitiva dessas práticas. ao mesmo tempo, a articulação com a teoria da metáfora conceptual permite constatar como esses processos se ancoram na experiência corporificada, reafirmando o papel do corpo como eixo central da cognição e da significação.

No âmbito da metáfora conceptual, segundo formulação de Lakoff e Johnson (2003 [1980]) e desenvolvido por Kövecses (2002, 2017), o significado se constrói a partir de mapeamentos entre domínio-fonte e domínio-alvo, nos quais experiências mais concretas e corporificadas estruturam a compreensão de domínios mais abstratos. Na capoeira, o corpo em movimento representa um domínio-fonte privilegiado, a partir do qual se organizam esquemas de interpretação que permitem compreender práticas de luta, jogo e performance.

A metáfora "macaco" exemplifica esse processo ao projetar propriedades do domínio animal para o domínio do movimento humano, verificando o caráter corporificado da cognição. Assim, Kövecses (2017), ao discutir os níveis de metáfora, destaca que esses processos operam em diferentes camadas, desde esquemas imagéticos básicos até configurações culturais mais amplas, o que permite compreender a complexidade das metáforas corporais na capoeira. A abordagem de Croft e Cruse (2008) reforça a ideia de que o significado é enciclopédico e perspectivado, dependente de redes de conhecimento e de *frames* que organizam a experiência.

Esses *frames* correspondem a estruturas cognitivas que integram conhecimentos e expectativas compartilhadas, sendo fundamentais para a interpretação das metáforas. No caso da capoeira, os *frames* culturais incluem elementos como a roda, a musicalidade, a oralidade e a história da resistência negra, que orientam a compreensão dos movimentos e de suas nomeações. A noção de modelos cognitivos idealizados (MCIs), como discutida por Lakoff (1987), complementa essa análise ao propor que as categorias são organizadas a partir de expectativas culturais e experiências situadas. Assim, cabe citar:

> Quando as coisas não são claramente distintas ou delimitadas, ainda assim as categorizamos como tal, por exemplo, montanhas, esquinas, sebes, etc. (...) Assim como as experiências básicas de orientação espacial humana dão origem a metáforas orientacionais, nossas experiências com objetos físicos (especialmente nossos próprios corpos) fornecem a base para uma variedade ampla de metáforas ontológicas, formas de ver eventos, atividades, emoções, ideias como entidades e substâncias. As metáforas ontológicas servem a diversos propósitos e os vários tipos de metáforas existentes refletem os tipos de propósitos a que servem (Lakoff e Johnson, 2003 [1980], p. 26).

Moura (2005) contribui para essa discussão sobre categorização das coisas na relação entre forma e significado ao enfatizar a passagem da metáfora enquanto figura retórica para a metáfora enquanto operação conceptual, destacando sua centralidade na organização do pensamento. Sweetser (1990), por sua vez, demonstra que as estruturas semânticas são profundamente influenciadas por fatores culturais e pragmáticos, o que reforça a necessidade de considerar o contexto sociocultural na análise dos processos metafóricos.

Já foi discutido aqui que a cognição humana se desenvolve em contextos de cooperação e compartilhamento de intenções, o que permite compreender a roda de capoeira como um espaço privilegiado de negociação simbólica, no qual *frames* culturais e estruturas metafóricas são ativados, ajustados e estabilizados na dinâmica do jogo. Nesse horizonte, a metáfora corporal "macaco" emerge como um caso exemplar da convergência entre metáfora conceptual e mesclagem conceptual, na medida em que articula mapeamentos entre domínios distintos e, simultaneamente, produz uma estrutura emergente de sentido que não se reduz à soma de seus componentes.

Tal articulação demonstra que a linguagem da capoeira resulta em um espaço de produção semântico-cognitiva densamente situado, no qual corpo, movimento e nomeação operam como dispositivos de inscrição de memória em consonância com o reconhecimento institucional de sua relevância como patrimônio cultural (IPHAN, 2007). É a partir dessa discussão teórica e dessa compreensão da metáfora como operador central da experiência que se passa, na sequência, à análise dos dados, focalizando o funcionamento das metáforas corporais na capoeira e, em especial, os processos de conceptualização implicados no movimento denominado "macaco".

ANÁLISE DOS DADOS

A afirmação de Lakoff e Johnson de que a metáfora, conforme se detalha na citação abaixo, é um mecanismo central de construção do significado, capaz de organizar a experiência e produzir realidade, tensiona diretamente os pressupostos objetivistas da ciência moderna e encontra forte ressonância em abordagens teórico-metodológicas como a tambolinguística e a autoetnografia (Alves, 2025a, 2025b):

> Concentramo-nos na metáfora pelas quatro razões a seguir: Na tradição objetivista, a metáfora tem, na melhor das hipóteses, um interesse marginal e é totalmente excluída do estudo da semântica (significado objetivo). É vista como apenas marginalmente relevante para uma explicação da verdade. No entanto, descobrimos que a metáfora é onipresente, não apenas em nossa linguagem, mas em nosso sistema conceitual. Parece-nos inconcebível que qualquer fenômeno tão fundamental para nosso sistema conceitual não possa ser central para uma explicação da verdade e do significado. Observamos que a metáfora é um dos mecanismos mais básicos de que dispomos para compreender nossa experiência. Isso não se coadunava com a visão objetivista de que a metáfora tem apenas um interesse periférico em uma explicação do significado e da verdade e que desempenha, na melhor das hipóteses, um papel marginal na compreensão. Descobrimos que a metáfora pode criar novos significados, criar semelhanças e, assim, definir uma nova realidade. Tal visão não tem lugar na imagem objetivista padrão do mundo (Lakoff e Johnson, 2003 [1980], p. 210-211).

Ao reconhecer que a metáfora constrói o pensamento, abre-se espaço para compreender que o conhecimento pode se produzir por experiências simbólicas. Nesse sentido, a tambolinguística propõe uma virada epistemológica ao deslocar o foco da análise linguística para territórios pretos afrodiaspóricos, nos quais linguagem, corpo, espiritualidade e memória coletiva se articulam como formas legítimas de produção de saber, rompendo com modelos investigativos eurocêntricos, cartesianos e positivistas.

A autoetnografia legitima a experiência do pesquisador como dado, assumindo que toda produção científica é atravessada por subjetividades, trajetórias e posicionamentos, o que converge com a crítica de que a pretensa neutralidade científica encobre relações de poder e exclusão epistemológica. A adoção de metodologias que privilegiam a subjetividade, a centralidade do sujeito e da experiência sociocognitiva na produção do conhecimento implica rigor e ampliação do conceito de cientificidade, sobretudo em contextos do Sul Global, onde as epistemologias afro-indígenas e de povos originários demandam centralidade analítica e política. Nessa perspectiva, a metáfora

torna-se um dispositivo epistemológico que estabelece que conhecer é também interpretar e ressignificar o mundo a partir de posições historicamente marcadas.

A análise dos dados evidencia que a linguagem da capoeira compõe um sistema semântico-pragmático estruturado por processos sociocognitivos de conceptualização, nos quais a metáfora conceptual e a mesclagem conceptual operam como mecanismos centrais de construção de sentido. Parte-se aqui da observação direta e da interpretação situada desses dados, assumindo a hipótese de que os movimentos são unidades simbólicas densamente carregadas de significado, cuja interpretação depende da ativação de redes de conhecimento compartilhado. Assim, o movimento denominado "macaco" emerge como um ponto de condensação analítica particularmente produtivo, pois permite observar, de forma articulada, o funcionamento dos espaços mentais, dos *frames* culturais e das relações vitais que estruturam a cognição.

Figura 2 – Movimento da Capoeira denominado "macaco"

Fonte: http://www.nupep.org/capoeiramistica/capoeira_curso.htm

A figura 2, que apresenta o movimento da capoeira denominado "macaco", representa um dado empírico fundamental para esta análise, pois materializa visualmente a dimensão corporal da metáfora. Na imagem, observa-se um corpo em ação que se projeta para trás, apoiando-se nas mãos e impulsionando-se em um movimento acrobático que exige domínio técnico. Esse gesto é interpretado pelos capoeiristas a partir de um conjunto de saberes compartilhados como a noção de floreio, de estratégia de jogo e de expressividade corporal. O movimento, nesse sentido, já se apresenta como uma forma de linguagem, na medida em que expressa intenções, posicionamentos e possibilidades de ação dentro da roda. A análise desse dado permite afirmar que a corporeidade, na capoeira, funciona como um domínio estruturante da significação, no qual o corpo enuncia o discurso.

Figura 3 – Movimento de um macaco, em analogia à figura anterior.

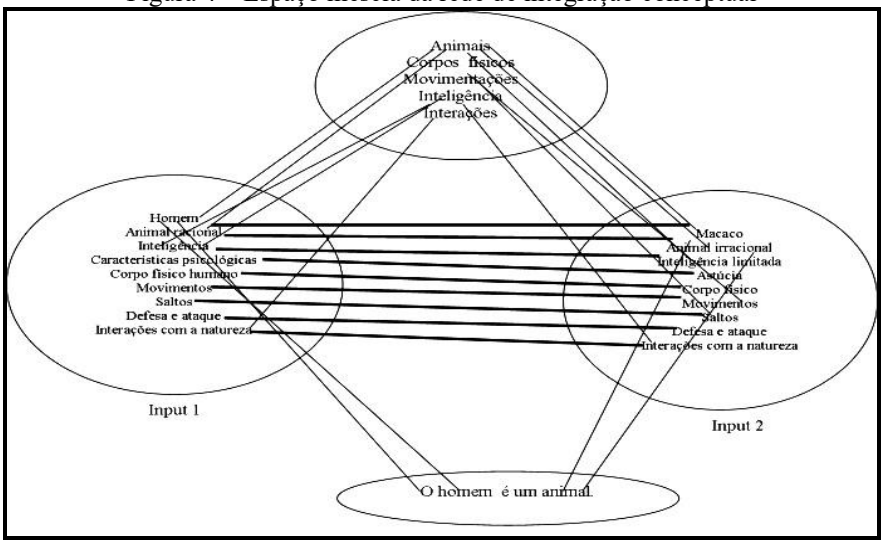
Fonte: http://coisaquenaoseveemnenhumoutroblog.blogspot.com.br/2011/05/especial-macacos.engracados.html

Por sua vez, a figura 3 introduz um segundo domínio de referência ao apresentar o movimento de um macaco em situação análoga ao gesto humano. Essa imagem deve ser compreendida como um elemento que indica a ativação de um segundo *input* na rede de integração conceptual. O primata, enquanto entidade biológica e culturalmente construída, mobiliza um conjunto de propriedades como agilidade, impulsão, astúcia e adaptabilidade, que são projetadas para a interpretação do movimento humano. A relação entre as figuras 2 e 3 mostra, portanto, o funcionamento da analogia enquanto relação vital, permitindo que o observador estabeleça correspondências entre domínios sociocognitivos distintos. Essa correspondência é construída cognitivamente a partir de experiências corporificadas e de conhecimentos culturalmente situados.

A articulação entre essas duas imagens (figuras 1 e 2) encontra sua formalização analítica na figura 4, que representa o espaço mescla da rede de integração conceptual. Nesse esquema, observa-se a projeção seletiva de elementos dos *inputs* para a construção de uma estrutura emergente, na qual o movimento humano passa a ser interpretado como uma manifestação das propriedades associadas ao animal. O *input* 1, estruturado pelo *frame* HOMEM/CAPOEIRISTA, inclui capacidades como inteligência, controle corporal e intencionalidade estratégica. O *input* 2, organizado pelo *frame* MACACO/PRIMATA, ativa propriedades como salto, flexibilidade e comportamento instintivo. O espaço genérico reúne elementos comuns, como movimento e interação com o ambiente, enquanto o espaço mescla integra esses elementos em uma nova configuração semântica,

na qual o capoeirista é conceptualizado como um corpo que performa qualidades atribuídas ao primata.

Figura 4 – Espaço mescla da rede de integração conceptual



Fonte: Imagem criada pelos autores.

Essa estrutura emergente produz um sentido que articula técnica, estética e história, haja vista que a metáfora MACACO apresenta um processo de REPRESENTAÇÃO, no qual o corpo humano encena o animal, e de ANALOGIA, na medida em que estabelece correspondências entre ações humanas e comportamentos animais. Ao mesmo tempo, observa-se a compressão da relação de SINGULARIDADE, pois homem e animal passam a ser percebidos como uma unidade conceptual no interior da mescla. Esse processo implica em um resultado de operações cognitivas complexas que reorganizam os domínios de origem em função das necessidades interpretativas do contexto. Do ponto de vista sociocognitivo, essa análise ganha ainda mais densidade quando se considera o histórico semântico do termo "macaco" no contexto social brasileiro. Trata-se de um signo que, fora da capoeira, frequentemente opera como marcador de injúria racial, associado à desumanização de corpos negros.

No interior da prática da capoeira, entretanto, esse signo é reinscrito em uma rede de significação distinta, na qual passa a indexar habilidade, criatividade e domínio técnico. Essa reconfiguração reorganiza os sentidos anteriores em uma nova estrutura conceptual, evidenciando o papel da linguagem como espaço de resistência. A mesclagem conceptual, nesse caso, integra domínios e transforma valores, produzindo um deslocamento semântico que reposiciona o signo no campo social.

A análise do movimento MACACO permite, ainda, ampliar a discussão para outros movimentos da capoeira que operam por mecanismos metafóricos semelhantes. Movimentos como AÚ, RABO DE ARRAIA, MEIA-LUA e ARMADA também indicam a projeção de domínios distintos para a conceptualização do corpo em movimento. No caso do RABO DE ARRAIA, por exemplo, observa-se a ativação de um domínio animal que projeta propriedades de ataque e velocidade para o movimento do capoeirista. Na MEIA-LUA, há uma projeção geométrica que organiza o movimento a partir de um esquema espacial curvo. Esses exemplos reforçam a ideia de que a linguagem da capoeira é profundamente metafórica e se estrutura por processos de mapeamento e integração que articulam corpo, espaço e cultura.

A partir dessa leitura, torna-se possível afirmar que os dados analisados revelam um sistema de significação no qual a metáfora corporal é um princípio organizador da experiência. A capoeira, enquanto prática sociocultural, organiza um espaço de produção semântico-pragmática no qual os sujeitos mobilizam conhecimentos para construir sentidos que ultrapassam a dimensão imediata do movimento. A análise do MACACO, articulada às figuras 2, 3 e 4, demonstra que a construção de significado depende da integração entre diferentes níveis de cognição, registrando o papel central da mesclagem conceptual na organização do pensamento e da linguagem.

A ampliação da análise das metáforas da capoeira, à luz do modelo sociocognitivo mobilizado neste trabalho e em diálogo direto com Fauconnier e Turner (2002), permite compreender que os movimentos corporais refletem experiências sensório-motoras e organizam cognitivamente o mundo por meio de projeções metafóricas estruturais, tal como ocorre nas metáforas da favela analisadas por Alves (2025a). Assim como em "FAVELA É GUERRA", em que o domínio-fonte GUERRA estrutura um campo semântico amplo com *frame*s como CONFLITO, SOBREVIVÊNCIA e TERRITÓRIO, na capoeira observamos que movimentos como RABO DE ARRAIA ou MEIA-LUA DE COMPASSO mobilizam domínios-fonte ligados à animalidade e à geometria, projetando atributos como força, circularidade, precisão e ataque sobre o domínio-alvo "corpo em movimento". Esses movimentos não são nomeações arbitrárias, sendo formas de conceptualizar a ação corporal a partir de esquemas de experiência profundamente enraizados na cognição e na cultura.

A metáfora MACACO, já discutida, insere-se nesse mesmo padrão de organização conceptual, podendo ser compreendida como uma metáfora estrutural do tipo CORPO HUMANO É ANIMAL, na qual o domínio-fonte ANIMALIDADE fornece uma estrutura interpretativa para o domínio-alvo MOVIMENTO CORPORAL. Essa estrutura, consoante se observa na análise anterior, ativa *frame*s como AGILIDADE, ASTÚCIA, FLEXIBILIDADE e ADAPTABILIDADE, que orientam a execução do movimento e sua interpretação dentro da roda. De modo análogo ao que o autor aponta para a FAVELA, em que a metáfora descreve e produz simbolicamente o espaço social, a metáfora MACACO produz uma forma específica de perceber o corpo do capoeirista, como um corpo que performa habilidades específicas, reconhecidas e valorizadas em seu grupo específico de atuação, seu quilombo.

Ao expandir essa leitura para outros movimentos, observa-se que a capoeira opera por meio de um sistema metafórico coerente e altamente produtivo. O movimento AÚ, por exemplo, embora aparentemente mais neutro, pode ser interpretado como uma metáfora baseada em ESQUEMAS IMAGÉTICOS de equilíbrio e inversão, nos quais o corpo se reorganiza espacialmente, invertendo sua orientação habitual. Já o "RABO DE ARRAIA" mobiliza um domínio animal mais específico, no qual o ataque do animal é projetado sobre o movimento humano, ativando *frame*s de DEFESA, PERIGO e IMPACTO. Esse tipo de projeção é análogo ao funcionamento de metáforas como "FAVELA É GUERRA", em que atributos do domínio-fonte organizam a interpretação do domínio-alvo. Em ambos os casos, a metáfora funciona como um mecanismo de organização do pensamento, permitindo que experiências complexas sejam compreendidas e comunicadas de forma estruturada.

Outro ponto relevante diz respeito à possibilidade de identificar metáforas concorrentes dentro da própria capoeira, assim como ocorre no caso da favela, em que metáforas como "FAVELA É RESISTÊNCIA" e "FAVELA É CULTURA" reconfiguram o domínio-alvo a partir de valores positivos e identitários. Na capoeira, movimentos como FLOREIO, GINGA e JOGO podem ser interpretados como metáforas que ativam domínios de DANÇA, ARTE e INTERAÇÃO, deslocando o foco da luta para a expressividade, a criatividade e a estética. Nesse sentido, a capoeira passa de um entendimento constitutivo inicial de luta à concepção mais ampla de performance dialogada entre arte, jogo e cultura, o que propõe a pluralidade de metáforas que

estruturam essa prática. Essa multiplicidade metafórica reforça a ideia de que o significado é continuamente negociado e reconfigurado pelos sujeitos em interação.

A metáfora GINGA, por exemplo, pode ser compreendida como um esquema organizador do próprio sistema da capoeira, funcionando como base para a construção de outros movimentos. Trata-se de um movimento contínuo, rítmico e adaptativo, que pode ser conceptualizado a partir de domínios como DANÇA, ONDA ou FLUIDEZ, ativando *frame*s de MOVIMENTO CONSTANTE, EQUILÍBRIO e PREPARAÇÃO. Essa metáfora começa descrevendo um gesto e prossegue organizando cognitivamente a lógica do jogo, orientando a percepção e a ação dos capoeiristas. Ainda, tem-se GINGA que atua como princípio estruturador da experiência corporal na capoeira, funcionando como um esquema que guia tanto a execução quanto a interpretação dos movimentos.

Do ponto de vista sociocognitivo, compreende-se que, assim como o léxico da favela reflete a experiência acumulada de uma comunidade e sua capacidade de ressignificação, o repertório metafórico da capoeira traduz formas de pensar, sentir e agir que também emergem da experiência afro-brasileira. A nomeação dos movimentos é parte de um processo coletivo de construção de significado, no qual os sujeitos atuam como agentes cognitivos e culturais.

Além disso, é possível observar que essas metáforas cumprem funções cognitivas específicas, organizando diferentes dimensões da experiência. Movimentos associados ao ataque e à defesa, como RABO DE ARRAIA e MEIA-LUA, ativam *frame*s de CONFRONTO e ESTRATÉGIA, enquanto movimentos de floreio, como o próprio MACACO, mobilizam *frame*s de EXIBIÇÃO, ESTÉTICA e PERFORMANCE. Essa diferenciação funcional é análoga à observada nas metáforas da favela, em que diferentes domínios-fonte estruturam diferentes aspectos da experiência social, como violência, resistência, cultura e sonho. Em ambos os casos, a metáfora atua como um mecanismo de organização da experiência, permitindo que os sujeitos articulem diferentes dimensões de sua realidade de forma coerente.

À luz do percurso analítico desenvolvido até aqui, sistematizam-se os principais achados da investigação, de modo a evidenciar, de forma integrada, como os diferentes domínios conceptuais, *frames*, elementos e materialidades linguísticas se articulam na constituição das metáforas corporais da capoeira. O quadro a seguir configura-se como um dispositivo analítico-sintético que organiza, em rede, as relações estabelecidas entre

corpo, linguagem e cognição. Trata-se de uma representação esquemática em que a capoeira se estrutura como um sistema semântico-pragmático orientado por processos de conceptualização metafórica e integração conceptual.

Quadro 1 – Conceptualização das metáforas corporais da capoeira: domínios, *frame*s, elementos e materialidade linguística

DOMÍNIOS	**METÁFORAS CORPORAIS DA CAPOEIRA**			
	ANIMALIDADE	**ESPACIALIDADE**	**LUTA**	**ARTE**
FRAMES	Agilidade, instinto, adaptação, astúcia, imprevisibilidade, mobilidade.	Circularidade, rotação, eixo, equilíbrio, inversão, amplitude, direção.	Ataque, defesa, estratégia, esquiva, reação, tempo de ação.	Estética, expressividade, ritmo, fluidez, improviso, jogo.
ELEMENTOS	Macaco (salto), arraia (golpe de cauda), cobra (movimento sinuoso), pulo do gato (flexibilidade).	Meia-lua (trajetória semicircular), compasso (eixo rotacional), giro, plano corporal, deslocamento no espaço.	Golpes (rabo de arraia, martelo), esquivas (negativa, rolê), antecipação.	Ginga (ritmo), floreio (estética), jogo (interação), musicalidade, teatralidade.
MATERIALIDADE LINGUÍSTICA	“Aplicar um macaco para sair do eixo do jogo”, “O golpe vem como rabo de arraia”, “O corpo responde com a agilidade de um animal”.	“Executar uma meia-lua de compasso”, “O corpo gira em torno do próprio eixo”, “A movimentação desenha círculos na roda”.	“Entrar no jogo e responder ao ataque”, “Esquivar e contra-atacar no tempo”, “O corpo lê a intenção do adversário”.	“A ginga conduz o jogo”, “O floreio é a beleza do movimento”, “O jogo se constrói no ritmo do berimbau”.

Com o quadro 1, constata-se que as metáforas corporais da capoeira constroem um sistema integrado no qual diferentes domínios, como ANIMALIDADE, ESPACIALIDADE, LUTA e ARTE, se complementam na construção de sentidos. Essa organização evidencia que o corpo do capoeirista é um agente motor e um operador cognitivo que ativa e articula *frames*, mobilizando conhecimentos enciclopédicos, experiências sensório-motoras e repertórios culturais historicamente marcados na sociedade. Nesse sentido, o movimento “macaco”, anteriormente analisado, passa a ser compreendido como parte de um padrão mais amplo de conceptualização, no qual a metáfora é concebida através de um princípio estruturador da experiência humana, organizando tanto a execução quanto a interpretação dos movimentos na roda.

Desse modo, ao integrar análise empírica e fundamentação teórica, o presente estudo evidencia a potência explicativa da abordagem sociocognitiva para a compreensão da linguagem da capoeira. Reforça-se a tese de que a capoeira é um espaço indissociável de linguagem e cognição, extrapolando os limites semântico-pragmáticos da corporeidade. Assim, abre-se caminho às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as metáforas corporais da capoeira a partir de uma perspectiva sociocognitiva da linguagem, tomando o termo "macaco" como ponto de entrada privilegiado para a compreensão dos processos de conceptualização que articulam corpo, cognição e cultura. Partindo da premissa de que a linguagem não se dissocia da experiência corpórea nem das práticas socioculturais, a investigação demonstrou que a capoeira se configura como um domínio complexo de produção de sentidos, no qual a metáfora atua como mecanismo estruturante do pensamento e da ação.

Na seção de contextualização temática, evidenciou-se que a capoeira deve ser compreendida como um espaço sociocultural no qual se integram memória histórica, resistência e produção simbólica afro-brasileira, sendo a linguagem um elemento central na organização dessas experiências. Em seguida, a fundamentação teórico-metodológica permitiu estabelecer o enquadramento analítico do trabalho, mobilizando a teoria da metáfora conceptual e a teoria da mesclagem conceptual como instrumentos para a compreensão dos processos de construção de significado. Nesse âmbito, destacou-se o papel das operações cognitivas de identidade, integração e imaginação, bem como a relevância dos espaços mentais e das relações vitais na emergência de estruturas conceptuais complexas.

A análise dos dados confirmou a hipótese central do estudo ao demonstrar que os movimentos da capoeira funcionam como unidades simbólicas organizadas por processos metafóricos e de integração conceptual. O exame do movimento "macaco", articulado às representações imagéticas e ao modelo de rede de integração, evidenciou como diferentes domínios (humano e animal) são projetados e integrados, produzindo uma estrutura emergente que condensa valores técnicos, estéticos e históricos. Além disso, a ampliação

da análise para outros movimentos, como "rabo de arraia", "meia-lua" e "ginga", permitiu identificar a existência de um sistema metafórico coerente, no qual diferentes domínios e frames se articulam na organização da experiência corporal e na construção de sentido.

Por fim, os resultados apontam que as metáforas corporais da capoeira nomeiam movimentos e, sobretudo, propõem dispositivos de memória e reconfiguração identitária, especialmente no que se refere à ressignificação de signos socialmente marcados por estigmatização, como o termo "macaco". Nesse sentido, o estudo contribui para a ampliação das discussões no campo da Linguística Cognitiva e epistemologias afro-brasileiras na análise da linguagem, reafirmando a capoeira como um espaço legítimo de produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Davidson Martins Viana. Metáforas da favela: um estudo sociocognitivo da criação léxico-semântica do Complexo da Maré (RJ). *A Cor Das Letras*, Feira de Santana, v. 26, n. especial, p. 406–428, 2025a.

ALVES, Davidson Martins Viana. Tambolinguística e autoetnografia: possibilidade teórico-metodológica para o estudo das línguas de territórios pretos afrodiaspóricos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 64, p. 119-133, e025014, 2025b.

ANJOS, Eliane Dantas dos. *Glossário terminológico ilustrado de movimentos e golpes da capoeira*: um estudo término-linguístico. 2003. 224 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BLACK, Max. *Models and metaphors*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1962.

BRASIL. IPHAN. *Dossiê, Inventário para Registro e Salva-guarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do* Brasil. Brasília, 2007.

CAPOEIRA, Nestor. *Capoeira*: pequeno manual do jogador. RJ: Record, 1999 [1981].

CARNEIRO, Edison. *Capoeira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1977.

CROFT, William; CRUSE, D. Alan. *Lingüística cognitiva.* Madrid: Akal, 2008.

DECANIO FILHO, Angelo A. *A herança de Mestre Bimba*. 2. ed. Edição própria. 1997.

DEIGNAN, Alice. *Metaphor and Corpus Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think conceptual blending and the mind`s hidden complexiti*es. New York: Basis Books, 2002.

FONSECA, Vivian Luiz. A capoeira contemporânea: antigas questões, novos desafios. *Recorde - Revista de História do Esporte*, [*S. l.*], v. 1, n. 1, 2008.

GIBBS, Raymond W. Jr. *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HASER, Verena. *Metaphor, metonymy and experientialist philosophy*: challenging cognitive semantics. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor*: a practical introduction. New York: Oxford University Press, 2002.

KÖVECSES, Zoltán. Levels of metaphor. *Cognitive Linguistics*, Berlin, v. 2, n. 28, p. 321-347, 2017.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2003 [1980].

LAKOFF, George. *Women, Fire and Dangerous Things*. Chicago: UC, 1987.

MOURA, Heronides. Metáfora: das palavras aos conceitos. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 139, p. 51-69, 2005.

RECTOR, Monica. Capoeira: a linguagem silenciosa dos gestos. DeSignis: *Publicación de la Federación Latinoamericana de Semiótica*, Barcelona, n. 3, p. 53-68, 2002.

REGO, Waldeloir. *Capoeira angola*: ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapoã, 1968.

SILVA, Gladson de Oliveira. *Capoeira*: do engenho à universidade. 2 ed. São Paulo, 1995.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Recebido em: 07/05/2026
Aceito em: 23/07/2026

Davidson Martins Viana Alves: professor do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vice-coordenador do colegiado do curso de Letras/LE, representante de área do espanhol no Colegiado, representante suplente de Grupo de Pesquisa na Coordenação Acadêmica de Pesquisa e Inovação (CAPI-UFBA) e membro do projeto de extensão permanente "Galeríngua", de divulgação científica, diversidade linguística e educação. Doutor em Línguas e Culturas em Contato pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Linguística pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Pós-graduado em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), em Ensino de Espanhol pelo Colégio Pedro II (CPII), Licenciado em Letras: Português/Espanhol (UFRJ) e em História e Pedagogia pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Possui 12 anos de experiência na educação básica, lecionando português e espanhol, nas redes pública e privada. É líder do NELCC (Núcleo de Estudos de Línguas e Culturas em Contato), grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, e membro de diversas associações de pesquisa da área (ABRALIN, ALAB, ABH, APEEBA e ABPN). Áreas de interesse: Teoria e Análise Linguística (Fonologia e Léxico) e Sociolinguística/Dialetologia. Pesquisa a gramática e o ensino do espanhol, do português e do francês em contato e a diversidade etnolinguística do Sul Global, sobretudo a relação sociohistórica e glotopolítica de línguas europeias com línguas afro-ameríndias.

Luanda da Silva Gustavo: graduação em Licenciatura e Bacharelado em letras/ italiano pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2008 - 2015); Iniciação Científica de atuação voluntária na área de Linguística Cognitiva na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013-2015); Mestrado em Linguística (Estudos da Linguagem) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2016 - 2019); Especialização em Educação Inclusiva e Inovação Tecnológica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRRJ (2023 - 2025); Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2025 - continua). Atuação docente: Professora de Língua Portuguesa na Prefeitura de São João de Meriti (2021 - 2023); Professora de Língua Portuguesa na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (2023 - continua). Interesse de pesquisa: Linguística Aplicada; Estudos de raça, de gênero,

outras interseccionalidades e a Linguística Aplicada; Racismo afetivo; Pensadoras feministas negras; Educação Inclusiva e Educação para as relações de étnico-raciais.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.98518

Do mental ao digital: a formação de sentido através do *blending* nas gírias das redes sociais no português brasileiro

From mental to digital: the formation of meaning through blending in social media slang in brazilian Portuguese

Eduardo Alves da Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
eduardo.silva@unilab.edu.br
https://orcid.org/0000-0001-7626-1504

RESUMO

A formação de sentido na linguagem digital é um fenômeno dinâmico que pode ser compreendido à luz da teoria dos Espaços Mentais (Fauconnier, 1986) e da Integração Conceptual (Fauconnier; Turner, 2002). Este artigo tem como objetivo investigar como as gírias utilizadas nas redes sociais, tais como Facebook e Instagram, emergem de processos de *blending* cognitivo, combinando elementos conceituais distintos de frames (Fillmore, 1976, 1982) particulares para gerar novos significados. Estudos sobre cognição linguística indicam que o uso de gírias digitais reflete adaptações cognitivas à comunicação rápida e multimodal, promovendo economia linguística e reforçando laços sociais (Evans; Green, 2006). Com base nesses referenciais, este artigo tem como objeto as operações de *blending* (Integração Conceptual) na criação e construção de sentido das gírias das redes sociais digitais, demonstrando que esses processos discursivos são manifestações da plasticidade cognitiva e da construção coletiva de sentido. Utilizamos a visão indiciária de Ginzburg (1989) como procedimento metodológico na tabulação de indícios textuais.

Palavras-chave: gíria; Espaços Mentais; Integração Conceptual; frames.

ABSTRACT

The construction of meaning in digital language is a dynamic phenomenon that can be understood under the light of the Mental Spaces theory (Fauconnier, 1986) and Conceptual Blending (Fauconnier; Turner, 2002). This paper aims to investigate how slang used on social networks, such as Facebook and Instagram, emerges from cognitive blending processes, combining distinct conceptual elements from particular frames (Fillmore, 1976, 1982) to generate new meanings. Studies on linguistic cognition indicate

that the use of digital slang reflects cognitive adaptations to rapid and multimodal communication, promoting linguistic economy and reinforcing social ties (Evans; Green, 2006). Based on these references, this article focuses on blending operations (Conceptual Blending) in the creation and construction of meaning in slang on digital social networks, demonstrating that these discursive processes are manifestations of cognitive plasticity and the collective construction of meaning. We used Ginzburg's (1989) evidentiary approach as a methodological procedure in the tabulation of textual evidence**.**

Keywords: slang; Mental Spaces; Conceptual Blending; frames.

INTRODUÇÃO

Neste artigo estudamos os processos de construção de sentido por meio da Integração Conceptual, ou *blending*, conforme entendido por Fauconnier e Turner (2002), utilizando como *corpus* expressões polissêmicas encontradas nas redes sociais em português brasileiro. Parte-se do pressuposto de que tais expressões não constituem meros ornamentos discursivos nem desvios ocasionais do sistema linguístico, mas, antes, manifestações altamente sistemáticas de operações cognitivas que articulam, comprimem e projetam significados em contextos de interação intensificada. A polissemia que caracteriza essas formas não é um efeito colateral da linguagem digital, mas um índice privilegiado de sua eficiência comunicativa, permitindo a condensação de múltiplas camadas semânticas em unidades mínimas de expressão.

A escolha do ambiente digital como *locus* de investigação não é fortuita. As redes sociais instauram condições específicas de produção discursiva, marcadas pela velocidade, pela multimodalidade e pela constante negociação de sentidos entre sujeitos (Kress; Van Leeuwen, 2001, Santaella, 2007). Nesse contexto, expressões linguísticas circulam, transformam-se e estabilizam-se em ritmos acelerados, evidenciando processos cognitivos em funcionamento quase simultâneo à interação. As gírias e construções polissêmicas que emergem nesses espaços operam como artefatos semióticos complexos, cuja interpretação exige a ativação de conhecimentos partilhados, inferências contextuais e mecanismos de integração conceptual. Tal cenário exige uma abordagem teórica capaz de dar conta dessa complexidade, ultrapassando modelos estritamente formais ou descritivos.

O referencial teórico que sustenta esta investigação ancora-se, primeiramente, na noção de Espaços Mentais, proposta por Fauconnier (1986), segundo a qual o significado é construído dinamicamente a partir da ativação de domínios cognitivos locais, organizados conforme as demandas do discurso. Esses espaços não correspondem a representações estáticas, mas a estruturas em constante atualização, que permitem ao sujeito estabelecer relações, projetar inferências e construir coerência interpretativa. A linguagem, nesse enquadramento, deixa de ser compreendida como um sistema fechado de signos e passa a ser concebida como um processo emergente, dependente da interação entre conhecimento, contexto e cognição (Duque. 2017).

A Teoria da Integração Conceptual aprofunda esse modelo ao descrever o *blending* (ou emergência de sentido através da integração conceptual) como mecanismo central na produção de sentido. Conforme argumentam Fauconnier e Turner (2002), o processo de integração envolve a seleção e projeção de elementos de diferentes espaços mentais (Fauconnier, 1986) para a formação de uma estrutura emergente, dotada de propriedades próprias. Essa estrutura não se reduz à soma de seus componentes, mas apresenta novos significados que resultam da compressão e reorganização dos *inputs*[1] (ou entradas informacionais dos *frames*). No contexto das redes sociais, esse mecanismo torna-se particularmente evidente, uma vez que os usuários frequentemente combinam referências culturais, experiências pessoais e elementos linguísticos para produzir enunciados de alta densidade semântica.

A noção de *frames*, cara e indispensável para compreensão da teoria do *blending,* conforme elaborada por Fillmore (1976, 1982), complementa esse arcabouço ao enfatizar o papel do conhecimento enciclopédico na interpretação linguística. *Frames* constituem estruturas cognitivas organizadas que permitem ao sujeito compreender uma expressão a partir de um conjunto de expectativas e experiências associadas. No ambiente digital, esses *frames* são constantemente mobilizados e reconfigurados, permitindo que expressões aparentemente simples ativem redes complexas de significado. A polissemia

[1] Tal atributo é chamado por Fauconnier e Turner (2002) de "relações vitais'. Elas constituem os vínculos fundamentais que organizam os mapeamentos entre os espaços mentais no processo de integração conceptual. Trata-se de conexões como identidade, tempo, espaço, causa-efeito, parte-todo, representação, mudança, intencionalidade, entre outras, que permitem alinhar elementos dos *inputs* e garantir coerência à mescla. No *blending*, essas relações não são apenas preservadas, mas frequentemente comprimidas, isto é, reduzidas a escalas cognitivamente manejáveis no espaço de mescla.

observada nas gírias das redes sociais decorre, em grande medida, da sobreposição e da interação entre múltiplos *frames*, que são acionados simultaneamente durante o processamento interpretativo.

A fim de ampliar a viabilidade teórica desta investigação, incorporam-se incidentalmente contribuições da Linguística Cognitiva em sentido mais amplo, conforme sistematizada por Evans e Green (2006), que concebem a linguagem como parte integrante da cognição geral. Nessa perspectiva, o significado não é arbitrário, mas motivado por estruturas conceptuais que emergem da experiência humana. Tal concepção encontra respaldo na teoria da metáfora conceptual de Lakoff e Johnson (1980), segundo a qual o pensamento abstrato é estruturado por metáforas enraizadas na experiência corporal. Mesmo em ambientes digitais, nos quais a interação se dá por meio de interfaces tecnológicas, os usuários continuam a recorrer a essas estruturas para construir e interpretar significados. Da mesma maneira, a noção de cognição corporificada (Wilson, 2002, Barsalou, 2008, Wilson; Golonka, 2013 entre outros), reforça essa perspectiva ao afirmar que os processos cognitivos estão profundamente ancorados nas experiências sensório-motoras. Assim, mesmo as expressões mais abstratas presentes nas redes sociais mantêm vínculos com esquemas imagéticos[2] derivados da interação física com o mundo (Lakoff, 1987, Johnson, 1987). Essa ancoragem contribui para a compreensão da eficácia comunicativa das gírias digitais, que frequentemente evocam experiências compartilhadas de forma implícita.

A análise da polissemia nas redes sociais também se beneficia das contribuições da semiótica social, especialmente nos trabalhos de Kress (2010), que enfatiza a natureza multimodal da comunicação contemporânea. Nas plataformas digitais, o significado é construído por meio da integração de diferentes modos semióticos, incluindo texto, imagem, som e movimento. Essa multimodalidade intensifica os processos de *blending*, uma vez que amplia o número de recursos disponíveis para a construção de sentido.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa insere-se no campo qualitativo, conforme delineado por Silverman (2000), privilegiando a interpretação detalhada dos dados e a compreensão dos processos de significação em contexto. A abordagem qualitativa permite explorar a complexidade dos fenômenos linguísticos sem reduzi-los a

[2] Esquemas imagéticos são estruturas cognitivas básicas, derivadas da experiência corporal e sensório-motora, que organizam e dão suporte à construção de significados abstratos (cf. Johnson, 1987; Lakoff, 1987).

categorias pré-estabelecidas, favorecendo uma análise sensível às nuances do *corpus*. Adota-se, ainda, o método indiciário (Ginzburg, 1989), que consiste na identificação e interpretação de indícios aparentemente marginais como pistas para a compreensão de estruturas mais amplas. Tal procedimento mostra-se particularmente adequado para a análise de dados digitais, nos quais pequenas variações linguísticas podem revelar padrões cognitivos e sociais significativos.

O *corpus* desta pesquisa é composto por expressões polissêmicas coletadas em ambientes digitais, cuja análise busca identificar os mecanismos de integração conceptual subjacentes à sua construção. A investigação concentra-se no objetivo da descrição dos processos de *blending*, na identificação dos espaços mentais envolvidos e na análise dos *frames* ativados durante a interpretação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Frames

Noção integrante do pensamento fauconnieriano e expediente clássico da Linguística Cognitiva, apresentamos a noção de *frames*. Não podemos entender a Teoria da Integração Conceptual ou as noções de Espaços Mentais sem antes internalizar esse conceito. Apesar das várias abordagens sobre o tema (Goffman, 1974, Minsky, 1974, Lakoff, 2004) nos concentramos em Fillmore (1976, 1982) por sua consonância já clássica nos Estudos da Linguagem em linguística teórica e descritiva.

Na formulação de Fillmore (1976, 1982), *frames* constituem estruturas cognitivas esquemáticas que organizam o conhecimento enciclopédico associado a experiências recorrentes, operando como matrizes de interpretação que estruturam a relação entre forma linguística e significado. Segundo Fillmore:

> Com o termo "frame" entendo qualquer sistema de conceitos relacionados de tal forma que, para compreender qualquer um deles, é preciso compreender toda a estrutura na qual ele se encaixa; quando um dos elementos dessa estrutura é introduzido em um texto ou em uma conversa, todos os outros se tornam automaticamente acessíveis (Fillmore, 1982, p. 111, tradução nossa)[3].

[3] *By the term 'frame' I have in mind any system of concepts related in such a way that to understand any one of them you have to understand the whole structure in which it fits; when one of the things in such a structure is introduced into a text, or into a conversation, all of the others are automatically made available.*

Cada *frame* delimita um domínio conceptual no qual entidades, papéis e relações são definidos de maneira interdependente, estabelecendo condições de inteligibilidade para as expressões linguísticas que o evocam. O acesso ao significado, nessa perspectiva, depende da ativação de um *frame* específico, o que implica reconhecer que a compreensão linguística é um processo inferencial ancorado em conhecimento previamente estruturado.

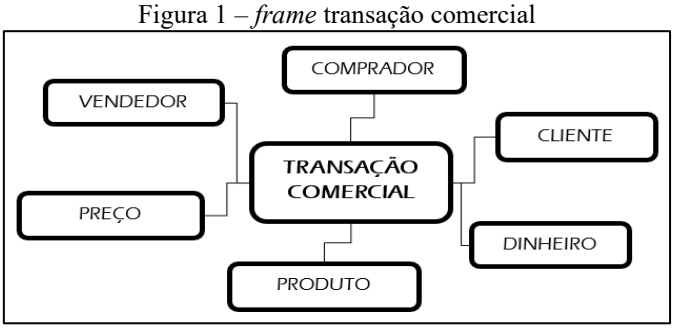
Do ponto de vista formal, os *frames* apresentam uma organização interna os quais correspondem aos participantes e às circunstâncias relevantes de um determinado cenário. Esses elementos não são independentes, mas articulam-se em uma rede relacional na qual a interpretação de cada componente depende da configuração global e da interação interpessoal do *frame*. Sobre tal fato, Duque (2015a) ensina que:

> *Frames* são mecanismos cognitivos através dos quais organizamos pensamentos, ideias e visões de mundo. Novas informações só ganham sentido se forem integradas a *frames* construídos por meio da interação ou do discurso (Duque, 2015a, p. 26).

Dessa forma, a evocação de um item lexical ativa essa rede de relações, permitindo a reconstrução do cenário conceptual correspondente mesmo quando parte das informações permanece implícita no enunciado.

O *frame* de [TRANSAÇÃO COMERCIAL], descrito por Fillmore (1976, 1982), exemplifica de modo paradigmático essa estrutura (figura 1). Trata-se de um modelo conceptual que envolve papéis como comprador, vendedor, mercadoria e dinheiro, além de relações como transferência de posse e equivalência de valor. Unidades lexicais como comprar, vender, pagar e custar perfilam diferentes aspectos desse mesmo frame, focalizando elementos distintos da estrutura global.

Figura 1 – *frame* transação comercial



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao enunciar, por exemplo, que "João comprou um livro", projeta-se um recorte específico do *frame*, no qual o foco recai sobre o comprador e o ato de aquisição, enquanto outros elementos permanecem latentes, porém cognitivamente disponíveis. A interpretação plena do enunciado exige a ativação do *frame* completo, ainda que parcialmente instanciado na superfície linguística.

Essa propriedade evidencia o caráter perspectivador da linguagem, no qual diferentes expressões linguísticas selecionam e salientam aspectos específicos de um mesmo domínio conceptual. A variação lexical não implica mudança de *frame*, mas reconfiguração do ponto de vista a partir do qual o cenário é conceptualizado. Esse mecanismo revela a natureza dinâmica da significação, que se constrói por meio da interação entre estruturas cognitivas e escolhas linguísticas.

No âmbito dos Espaços Mentais (Fauconnier, 1986), noção trabalhada na seção seguinte, os *frames* funcionam como fontes de estruturação conceptual que são projetadas em domínios locais de processamento. Os espaços mentais operam como construções temporárias nas quais elementos são introduzidos e relacionados conforme as exigências do discurso. A ativação de um frame fornece o conteúdo enciclopédico necessário para a organização desses espaços, permitindo a construção de inferências e a manutenção da coerência interpretativa como vemos a partir de agora. A Integração Conceptual (Fauconnier; Turner, 2002) atua sobre esses espaços ao promover a combinação seletiva de elementos provenientes de diferentes *frames*, gerando estruturas emergentes que não se reduzem aos inputs originais.

No contexto da linguagem das redes sociais, esse funcionamento adquire especial relevância. Expressões polissêmicas frequentemente resultam da compressão de múltiplos *frames* em estruturas linguísticas reduzidas, exigindo do intérprete a ativação simultânea de diferentes domínios conceptuais. A economia formal dessas expressões contrasta com a densidade cognitiva dos processos envolvidos em sua interpretação. A polissemia, nesse cenário, decorre da sobreposição e da interação entre *frames*, cuja ativação depende de conhecimentos compartilhados e de pistas contextuais específicas.

A dinâmica de circulação dessas expressões intensifica a estabilização de determinados *frames* e a emergência de novos padrões de associação conceptual. A repetição em larga escala, característica dos ambientes digitais, contribui para a

convencionalização de usos que, inicialmente, dependem de inferências contextuais mais complexas. Esse processo evidencia a plasticidade dos sistemas cognitivos na adaptação a novas condições de interação e na reorganização de estruturas de conhecimento.

A articulação entre frames, espaços mentais e integração conceptual permite descrever, em termos técnicos, os mecanismos subjacentes à construção de sentido em práticas discursivas contemporâneas. Os *frames* fornecem a base enciclopédica, os espaços mentais organizam a informação em tempo real e o *blending* opera a síntese que resulta em novos significados. Essa tríade teórica configura um modelo analítico capaz de apreender a complexidade da linguagem em uso, particularmente em contextos caracterizados por alta densidade semântica e rápida circulação de enunciados.

Espaços Mentais

Uma vez estabelecido que os *frames* alimentam a construção dinâmica de sentido, impõe-se compreender o funcionamento dos Espaços Mentais, tal como propostos por Fauconnier (1986). Esses espaços podem ser definidos como domínios cognitivos dinâmicos, construídos *ad hoc* ao longo da atividade mental e discursiva, à medida que os sujeitos pensam, agem e interagem em contextos interpessoais e interdiscursivos. Não se trata de estruturas fixas ou previamente determinadas, mas de configurações provisórias que emergem no curso da interpretação e da produção linguística, organizando informações de maneira local e funcional. Para os autores espaços mentais são

> [...] pequenos pacotes conceituais construídos à medida que pensamos e falamos, para fins de compreensão e ação locais. Espaços mentais estão conectados a conhecimentos esquemáticos de longo prazo chamados "*frames*" (Fauconnier; Turner, 2002, p.40, tradução nossa)[4].

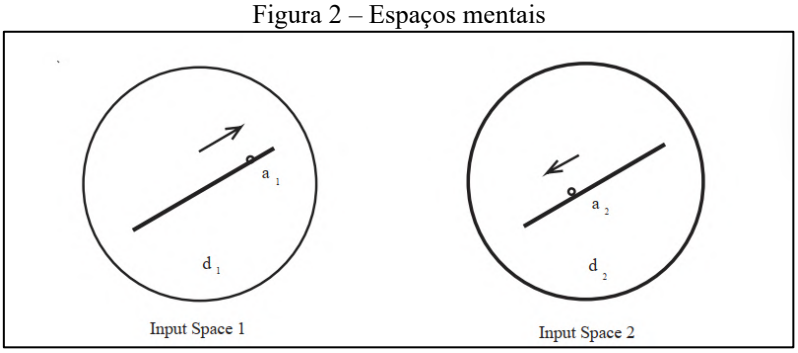
Os Espaços Mentais operam como unidades de processamento que permitem a segmentação e a organização do conteúdo conceptual em tempo real. Cada espaço constitui um domínio parcial de representação, no qual entidades, relações e propriedades são introduzidas conforme as exigências do discurso e que vão além dele. Segundo Fauconnier, os espaços mentais são tão únicos que se configuram em "constructos

[4] *Mental spaces are small conceptual packets constructed as we think and talk, for purposes of local understanding and action. Mental spaces are connected to long-term schematic knowledge called "frames".*

distintos das estruturas linguísticas, mas construídos em qualquer discurso de acordo com as diretrizes fornecidas pelas expressões linguísticas" (Fauconnier, 1986. p. 16, tradução nossa)[5].

A construção de Espaços Mentais ocorre por meio de pistas linguísticas específicas, como expressões temporais, modais, condicionais e referenciais, que sinalizam a abertura de novos domínios de interpretação. Ao introduzir um novo espaço, o sujeito estabelece um cenário no qual certas condições são válidas, permitindo a exploração de hipóteses, a representação de eventos não realizados ou a construção de perspectivas alternativas (figura 2).

Figura 2 – Espaços mentais



Fonte: Adaptado de Fauconnier e Turner (2002, p. 41).

Na figura 2, os círculos representam dois espaços mentais dentro dos quais contrafactuais *a1* e *d1* do espaço de input 1 (*input space 1*) podem se projetar e mapear correspondências no espaço de input 2 (*input space 2*) nos contrafactuais *a2* e *d2*, o que dá início a uma integração conceptual. Em termos exemplares, tomemos como ilustração o verbo "sexting", *blend* usado para construir sentido quando alguém tecla com alguém na internet com conotações sexuais. Nesse caso, há dois *input spaces* sendo um [TEXT] e o outro [SEX], que através de seus análogos (a1, d1, a2, d2 ou quaisquer outros) se unem para formar sentido no mapeamento desses dois espaços mentais.

Como visto no exemplo, no contexto da linguagem das redes sociais, essa dinâmica torna-se particularmente evidente. A interpretação de expressões polissêmicas e condensadas socioculturalmente exige a ativação e a coordenação de múltiplos Espaços Mentais, nos quais diferentes domínios de conhecimento são mobilizados de forma

[5] *constructs distinct from linguistic structures but built up in any discourse according to guidelines provided by the linguistic expressions.*

simultânea. Os usuários constroem rapidamente esses espaços, estabelecendo conexões entre referências culturais, experiências pessoais e convenções linguísticas compartilhadas. Esses espaços são conectados por meio de relações de correspondência, permitindo a projeção de elementos entre diferentes domínios e a construção de inferências complexas, o que posteriormente resultará numa integração conceptual.

Integração Conceptual

Agora que se delinearam as noções de *frames* e Espaços Mentais, há de se tratar da Integração Conceptual. Trata-se de uma teoria derivada da Teoria dos Espaços Mentais e sua consequência natural, uma vez que, ao admitir a construção dinâmica de domínios cognitivos locais, torna-se necessário explicar como esses domínios interagem, combinam-se e produzem novas estruturas de sentido. Nesse quadro, Fauconnier e Turner defendem que tal mecanismo constitui um dos pilares do desenvolvimento cognitivo humano, estando na base de diversas formas de criatividade, raciocínio e produção cultural.

> A mesclagem conceptual fundamenta e possibilita toda essa diversidade de realizações humanas, que são responsáveis pelas origens da linguagem, arte, religião, ciência e outras proezas humanas singulares, e que é tão indispensável para o pensamento cotidiano básico quanto para o artístico e habilidades científicas (Fauconnier; Turner, 2002. p.6, tradução nossa)[6].

A Integração Conceptual configura-se, portanto, como uma espécie de válvula mestra da criatividade humana, responsável por permitir a emergência de significados inéditos a partir da articulação de domínios distintos.

O processo inventivo de integração configura-se como um processo cognitivo de alta complexidade, no qual múltiplos espaços mentais são articulados de modo dinâmico, possibilitando a emergência de estruturas semânticas inéditas. Em sua configuração mais elementar, esse processo envolve, inicialmente, dois espaços mentais de entrada, *input space 1 e input space 2,* cada qual estruturado por *frames* específicos, portadores de entidades, relações e esquemas próprios. Tais espaços não operam de forma isolada, mas

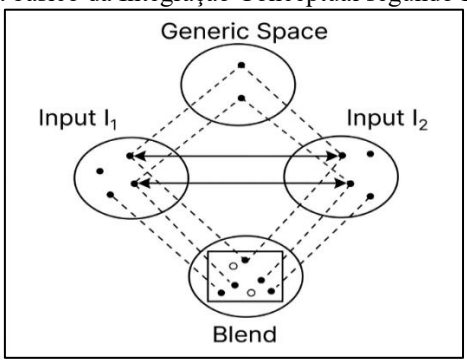
[6] *Conceptual blending underlies and makes possible all these diverse human accomplishments, that it is responsible for the origins of language, art, religion, science, and other singular human feats, and that it is as indispensable for basic everyday thought as it is for artistic and scientific abilities.*

são colocados em correspondência por meio de mapeamentos parciais, estabelecidos com base em analogias estruturais e funcionais entre seus elementos constitutivos. Essas correspondências são, por sua vez, ancoradas em um terceiro domínio, denominado espaço genérico, cuja função é abstrair e condensar as propriedades compartilhadas entre os *inputs*. Trata-se de um nível de organização mais esquemático, que viabiliza o alinhamento interespacial ao fornecer uma matriz comum de interpretação.

A partir desse arranjo, efetua-se a projeção seletiva de elementos provenientes dos espaços de entrada para um quarto domínio, o espaço de mescla (*blended space*). É nesse espaço que se consuma o processo integrativo propriamente dito: os elementos projetados não apenas se justapõem, mas são submetidos a operações de compressão, composição e elaboração, resultando na constituição de uma estrutura emergente dotada de coerência própria. Assim, o significado produzido na mescla transcende a mera soma de seus insumos, configurando-se como uma entidade conceptual nova, inventiva e semanticamente enriquecida.

Esse funcionamento pode ser descrito, em termos mínimos, conforme sugerido pela chamada "figura 3": dois espaços de entrada (*inputs* 1 e 2), um espaço genérico responsável pelo mapeamento abstrato entre eles e, por fim, o espaço de mescla, no qual se materializa o produto da integração.

Figura 3 – diagrama básico da Integração Conceptual segundo Fauconnier e Turner



Fonte: Adaptado de Fauconnier e Turner (2002, p. 46).

Importa salientar, contudo, que essa arquitetura quadripartite constitui apenas uma representação simplificada do fenômeno. Em contextos cognitivos mais sofisticados, podem emergir redes de integração consideravelmente mais amplas e complexas, envolvendo múltiplos espaços mentais interconectados, em função da densidade e da natureza da demanda conceptual em jogo.

Ademais, a tipologia das integrações conceptuais não é homogênea, variando conforme os tipos de *frames* mobilizados nos espaços de entrada e as relações estabelecidas entre eles. Diferentes configurações estruturais dão origem a distintos tipos de redes de integração. Todavia, em virtude dos limites deste estudo e por não constituir o foco específico da presente investigação, não nos deteremos na descrição pormenorizada dessas tipologias[7].

Para que a integração conceptual ocorra, é necessário considerar aquilo que Fauconnier e Turner (2002) denominam de "os três Is": identidade, integração e imaginação. Em primeiro lugar, a identidade não deve ser entendida como algo simples ou dado de forma imediata. Aquilo que percebemos como igualdade, equivalência ou oposição (como a ideia de que "A é A") é, na verdade, resultado de um processo cognitivo complexo, automático e inconsciente. Ou seja, reconhecer semelhanças e diferenças não é um ponto de partida, mas sim um produto final de operações mentais sofisticadas. Em seguida, a integração diz respeito ao processo mais amplo no qual essas relações de identidade e oposição são organizadas. Trata-se de um mecanismo altamente estruturado e dinâmico, que opera segundo certas restrições e princípios, articulando diferentes informações para produzir sentido. Apesar de sua complexidade, esse processo ocorre de maneira rápida e geralmente fora do alcance da consciência, nos bastidores da cognição. Por fim, a imaginação constitui o terceiro elemento indispensável. Nem a identidade nem a integração, isoladamente, são suficientes para explicar a construção do significado. A mente humana é capaz de criar simulações, mesmo sem estímulos externos, como em narrativas fictícias, hipóteses, sonhos ou fantasias. No entanto, esses processos imaginativos não são exceções: eles estão presentes em todas as formas de construção de sentido, inclusive nas mais simples. Assim, os resultados da integração conceptual são sempre, em alguma medida, criativos e imaginativos.

METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DE CORPUS

Corpus

[7] Segundo Fauconnier e Turner, as redes de integração conceptual dividem-se em quatro tipos: as Simplex projetam apenas valores de identidade; as Espelho compartilham um único frame entre os inputs; as Simples operam com frames distintos em projeções de domínios (como metáforas); e as Duplas fundem frames conflitantes para gerar novas construções inventivas. Para maiores informações *cf.* Fauconnier e Turner (2002).

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e de natureza interpretativa, tendo como objeto de análise o uso de gírias de origem ou influência inglesa em contextos digitais. O *corpus* foi constituído a partir da coleta de ocorrências de STALKEAR, DAR SPOILER, SHIPPAR, CRUSH e TBT, selecionadas por apresentarem deslocamentos ou ampliações de sentido em relação às suas formas de origem. A coleta foi realizada em plataformas digitais de ampla circulação, considerando ocorrências públicas disponíveis no período definido para a pesquisa, e os dados foram selecionados segundo sua relevância para a identificação de processos de integração conceptual. Foram consideradas dez ocorrências, provenientes das redes sociais Instagram, Facebook e sites análogos, excluindo-se conteúdos de caráter privado e preservando-se a identidade dos usuários e demais dados pessoais eventualmente associados às publicações. A análise fundamenta-se na Linguística Cognitiva, articulados ao método indiciário, entendido como procedimento de investigação orientado pela identificação de pistas e sinais aparentemente particulares que permitem reconstruir processos mais amplos de construção de sentido. Assim, o método indiciário orientou a seleção dos dados e a análise de marcas recorrentes nas ocorrências, como alterações semânticas, relações entre domínios conceptuais, adaptações morfológicas e contextos de uso, permitindo reconhecer, a partir desses indícios, os mecanismos envolvidos na formação e convencionalização das gírias analisadas. A análise parte das ocorrências concretas para identificar os padrões conceptuais que sustentam seus usos, relacionando as formas linguísticas aos frames e às experiências sociocognitivas mobilizadas em cada caso.

Quadro 1 – Arrolamento dos excertos de análise

I - GIRIA	II - MOTIVAÇÃO PRAGMÁTICA ORIGINAL	III - CONOTAÇÃO INTEGRADA
a) STALKEAR	To stalk (seguir furtivamente)	Xeretar perfil da rede social
b) DAR SPOILER	To spoil (estragar, arruinar)	Revelar detalhes ou o final de uma trama
c) SHIPPAR	Relation**ship** (relacionamento)	Desejar o relacionamento de um dado casal
d) CRUSH	To crush (amassar, apertar)	Ter uma queda, ser um paquera etc
e) TBT	Throwback thrusday: a quinta feira que volta, e inglês. A escolha é feita por aliteração sonora e nada além	Revivar uma recordação através de uma foto nas redes sociais

Fonte: Elaboração autoral.

Um esclarecimento importante sobre os fenômenos linguísticos de empréstimo lexical, construção com verbo-suporte sobre item importado, polissemia, ou efeitos de extensão metafórica.

Os fenômenos incidentais encontrados no estudo tais quais empréstimo lexical com adaptação morfológica (*stalkear*, *shippar*), construção com verbo-suporte sobre item importado (*dar spoiler*) e polissemia lexical (*crush*), são, de fato, fenômenos linguísticos específicos e não devem ser tomados como sinônimos de Integração Conceptual. Contudo, a distinção entre o fenômeno linguístico observado e o processo cognitivo que pode participar de sua constituição é fundamental. Fauconnier e Turner (2003, p. 276) afirmam que "estender ou modificar o uso de uma palavra é [...] um subproduto da operação de integração conceptual[8]", isto é, a extensão ou modificação do uso de uma palavra pode constituir um subproduto da integração conceptual. Os autores acrescentam que fenômenos convencionalmente denominados "extensão, esvaziamento semântico, analogia, metáfora ou deslocamento[9]", por exemplo, podem resultar dessa operação (Fauconnier; Turner, 2003, p. 276) e, de maneira ainda mais explícita, caracterizam a polissemia como um subproduto padrão da integração e pouco percebido pela maioria[10] (Fauconnier; Turner, 2003, p. 276). Portanto, reconhecer *stalkear*, *shippar*, *dar spoiler* e *crush* como empréstimo, adaptação morfológica, construção com verbo-suporte ou polissemia não exclui sua participação em processos de integração conceptual; trata-se de níveis analíticos distintos. Essa participação, ademais, não se restringe ao nível lexical. Ao discutirem as construções linguísticas, Fauconnier e Turner (2003, p. 371) identificam explicitamente *syntactic blends*, definidos como padrões gramaticais que "combinam conteúdos conceptuais díspares em uma única forma linguística compacta[11]". Os autores também observam que "uma estrutura emergente, tanto conceptual quanto formal, pode surgir por meio da integração conceptual[12]" (Fauconnier; Turner, 2003, p. 382), mostrando que a integração pode produzir estruturas tanto conceptuais quanto formais. Assim, a análise não pretende recategorizar esses fenômenos linguísticos como se fossem exclusivamente mesclas, mas evidenciar que o *blending* pode participar de sua

[8] *extending or modifying the use of a word is [...] a by-product of the operation of conceptual integration.*
[9] *extension, bleaching, analogy, metaphor, displacement.*
[10] *"Polysemy"—the fact that a single word seems to have "many meanings"—is a very common phenomenon, a standard by-product of conceptual blending, but noticed in only a fraction of cases.*
[11] *[...] combine disparate conceptual contents in a single, compact linguistic form.*
[12] *emergent structure—both conceptual and formal—can arise through conceptual integration.*

constituição e interpretação, inclusive em níveis construcionais e formais, conforme previsto pelo próprio modelo.

Procedimento de análise

No que se refere ao procedimento de análise, adota-se uma abordagem qualitativa, nos termos de Silverman (2000), privilegiando a interpretação dos dados em detrimento de generalizações estatísticas. Os exemplos foram coletados nos critérios de usabilidade ampla nas redes sociais e internet e que atendessem semanticamente a visualização do fenômeno da integração conceptual. Ademais, recorre-se ao método venatório (ou indiciário), conforme proposto por Ginzburg (1989), uma vez que se parte do pressuposto de que os sentidos emergentes podem ser mais adequadamente apreendidos a partir da observação de indícios textuais do que da imposição prévia de hipóteses rígidas. O percurso analítico será desenvolvido em etapas sucessivas, organizadas da seguinte maneira:

A) Inicialmente, a expressão selecionada será apresentada, seguida de uma análise de sua motivação pragmática original. Em seguida, proceder-se-á à descrição de sua conotação integrada, culminando na explicitação da gíria enquanto produto do processo de integração conceptual, isto é, o *blending* propriamente dito.

B) Na sequência, será elaborado um grafo de integração conceptual, com vistas a explicitar os mapeamentos estabelecidos entre os *frames* envolvidos, evidenciando o percurso cognitivo que conduz à emergência do novo significado.

ANÁLISE

Excerto a: Stalkear.

Quadro 2 – Stalkear

Blending	*STALKEAR*
Frames	*[PERSEGUIÇÃO FURTIVA] × [INTERAÇÃO DIGITAL]*
Papéis e elementos	*Perseguição: perseguidor, alvo, observação, acompanhamento. Interação digital: usuário, perfil, stories, postagens, aplicativo.*
Relações vitais (Fauconnier; Turner, 2002	*Analogia: perseguição ↔ observação digital; Espaço: físico ↔ digital; Mudança: perseguição → prática digital.*
Critérios e período	*Uso verbal adaptado (stalkear) com sentido digital não equivalente ao domínio-fonte. Fev.–mar. 2026.*

Exemplo figura 4	*"Pare de stalkear", com referência explícita à prática de observar perfis no Instagram. Plataforma: Instagram.*

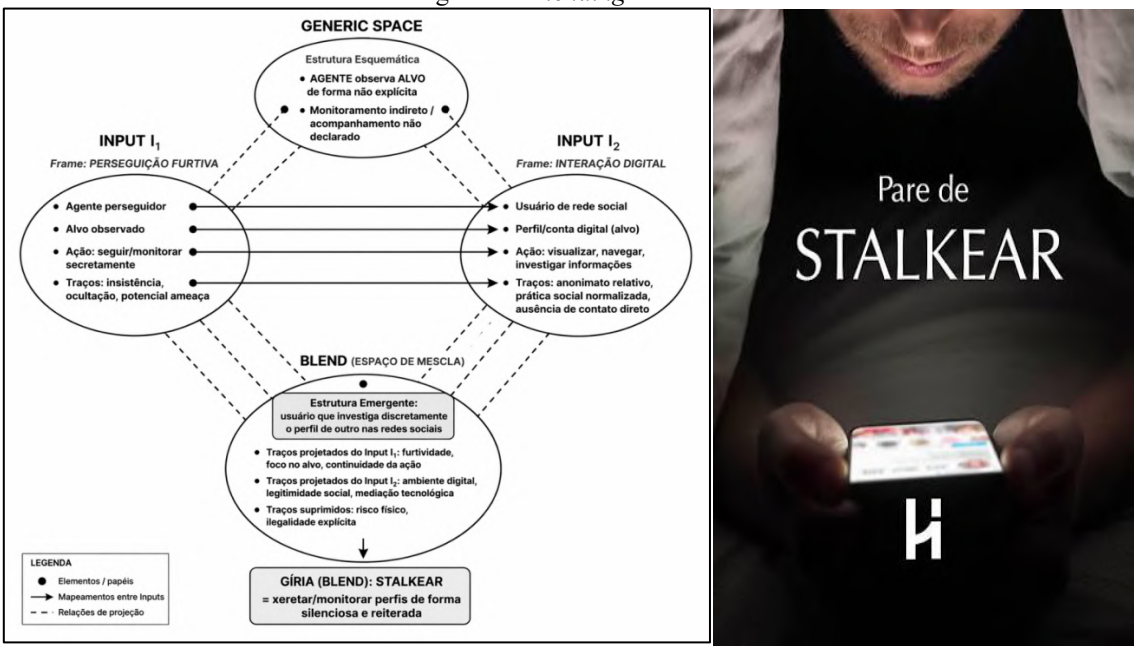
Fonte: Elaboração autoral.

A expressão *stalkear* (figura 4) configura-se como um caso paradigmático de integração conceptual resultante da adaptação lexical de origem inglesa (*to stalk*) ao português brasileiro, com reconfiguração semântico-pragmática orientada pelo contexto digital. No domínio de origem, o verbo *to stalk* ativa um *frame* associado à perseguição furtiva, frequentemente vinculada a comportamentos obsessivos ou ameaçadores. Esse *frame* envolve outros acionamentos conceptuais como agente perseguidor, alvo e ação reiterada de monitoramento encoberto. No contexto das redes sociais, tal estrutura é projetada para um novo domínio de experiência, no qual o monitoramento não implica presença física nem ameaça concreta, mas sim a navegação silenciosa por perfis digitais. Opera-se, assim, a articulação entre dois espaços de entrada: (I) o *frame* [PERSEGUIÇÃO FURTIVA], oriundo do inglês, e (II) o *frame* [INTERAÇÃO DIGITAL], caracterizado por práticas como visualização de perfis, consumo de postagens e rastreamento de informações públicas.

Nesse sentido, o excerto constitui efetivamente um caso de *blending* porque a estrutura emergente de *stalkear* não se encontra integralmente disponível em nenhum dos espaços de entrada: ela resulta da combinação seletiva de elementos da perseguição furtiva e da interação digital, produzindo uma configuração conceptual nova. A integração não se sustenta apenas pelo sistema linguístico do português, uma vez que a adaptação morfológica de *stalkear* explica sua incorporação formal, mas não explica a construção do novo significado; é a operação de integração entre os espaços mentais que permite compreender essa emergência semântica.

A integração ocorre por meio de mapeamentos parciais entre esses espaços, nos quais o elemento "seguir furtivamente" é preservado, enquanto aspectos como risco físico ou ilegalidade são atenuados ou suprimidos. O espaço genérico abstrai a noção de "acompanhamento não declarado de um alvo", permitindo a compatibilização estrutural entre os *inputs*. No espaço de mescla, emerge uma nova configuração semântica: *stalkear* passa a designar a ação de investigar ou observar o perfil de alguém de forma discreta, sem necessariamente implicar intenção nociva.

Figura 4 – *Blending* Stalkear



Fonte: instagram.com/p/DBMwbaVq4sR/

Esse processo evidencia operações de compressão e seletividade típicas do *blending* (Fauconnier; Turner, 2002), nas quais apenas determinados traços dos *frames* originais são projetados, resultando em uma estrutura emergente funcionalmente adequada ao ambiente digital. A polissemia do termo decorre da manutenção de traços residuais do *frame* de perseguição, como a ideia de insistência ou curiosidade intensificada, combinados com práticas socialmente normalizadas de navegação em redes.

Adicionalmente, observa-se a adaptação morfológica ao sistema verbal do português, por meio da adição do sufixo *-ear*, o que reforça sua integração ao léxico da língua e evidencia um processo de convencionalização (Evans; Green, 2006). Tal incorporação formal acompanha a estabilização do uso, impulsionada pela circulação reiterada em ambientes digitais. Sob a perspectiva dos *frames* (Fillmore, 1976, 1982), a interpretação de *stalkear* exige a ativação simultânea de estruturas enciclopédicas distintas, cuja sobreposição gera uma leitura específica ao contexto sociotécnico. Os espaços mentais (Fauconnier, 1986) são construídos em tempo real, articulando conhecimento linguístico, práticas culturais e experiências mediadas por interfaces digitais.

Excerto b: Dar Spoiler.

Quadro 3 – Dar spoiler

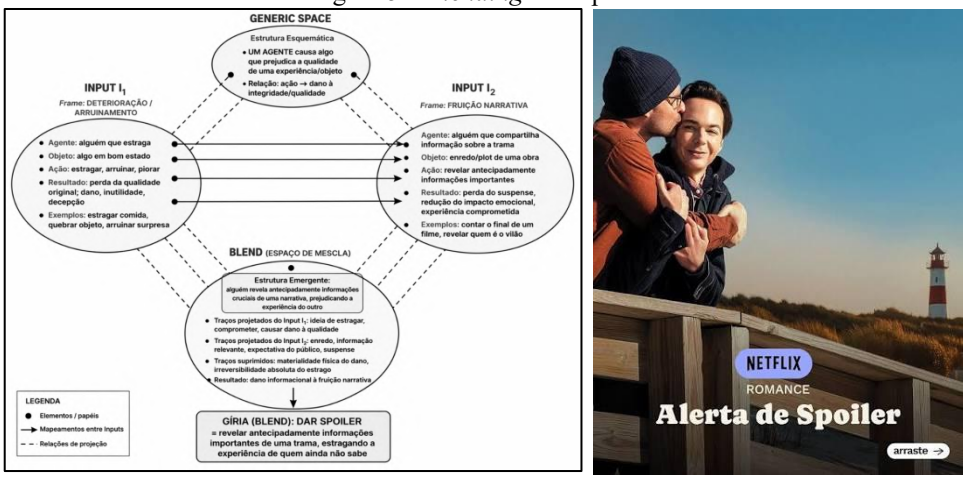
Blending	*DAR SPOILER*
Frames	*[DETERIORAÇÃO/ARRUINAMENTO] × [FRUIÇÃO NARRATIVA]*
Papéis e elementos	*Arruinamento: agente, objeto afetado, dano, deterioração. Fruição narrativa: revelador, informação, enredo, suspense, espectador.*
Relações vitais (Fauconnier; Turner, 2002	*Causa–Efeito: revelação → perda da fruição; Tempo: informação antecipada; Mudança: integridade → comprometimento.*
Critérios e período	*Construção com verbo-suporte (dar) + item importado (spoiler), com significado estabilizado no português digital. Fev.–mar. 2026.*
Exemplo figura 4	*"Dar spoiler" em contexto de discussão sobre conteúdo narrativo. Plataforma: Instagram.*

Fonte: Elaboração autoral.

A expressão *dar spoiler* (figura 5) resulta de uma integração conceptual que articula o *frame* de [DETERIORAÇÃO/ARRUINAMENTO], associado ao inglês *to spoil*, com o *frame* de [FRUIÇÃO NARRATIVA], típico do consumo de produtos midiáticos. No primeiro, há um agente que compromete a integridade de um objeto; no segundo, organiza-se a experiência interpretativa baseada em suspense e progressão informacional.

A configuração constitui efetivamente um *blending* porque o sentido de *dar spoiler* não está integralmente presente em nenhum dos dois espaços de entrada, emergindo da combinação seletiva entre a noção de "estragar" e a experiência de consumo narrativo. A integração própria do português, por sua vez, não se sustenta como explicação suficiente, pois a construção morfossintática com o verbo leve "dar" explica apenas a incorporação formal da expressão, enquanto o novo sentido decorre da integração conceptual entre os espaços mentais.

Figura 5 – *Blending* Dar Spoiler



Fonte: instagram.com/p/DGybdVsRzaW/

Os mapeamentos estabelecem correspondência entre "estragar" e "revelar antecipadamente", bem como entre "objeto afetado" e "enredo narrativo". O espaço genérico abstrai a relação causal entre ação e perda de qualidade da experiência. No espaço de mescla, emerge o sentido de *dar spoiler* como a ação de antecipar informações cruciais, comprometendo a fruição do interlocutor. O processo envolve projeção seletiva e compressão (Fauconnier; Turner, 2002): preserva-se o efeito negativo, mas elimina-se a materialidade do "estrago", reconfigurando-o como dano informacional. A construção evidencia ainda adaptação morfossintática via verbo leve "dar", integrando o item ao sistema do português.

Falando de acionamento de *frames* conforme Fillmore (1976, 1982) e dos Espaços Mentais (Fauconnier, 1986), a interpretação exige a ativação simultânea de conhecimentos sobre narrativa e normas socioculturais de consumo, resultando em uma unidade de alta densidade pragmática estabilizada no discurso digital.

Excerto c: Shippar.

Quadro 4 – Shippar

Blending	*SHIPPAR*
Frames	[RELACIONAMENTO AFETIVO] × [INTERAÇÃO FANDOM/DIGITAL]
Papéis e elementos	Relacionamento: parceiros, casal, vínculo amoroso. Fandom/digital: fãs, personagens, pessoas observadas, comunidades, redes sociais.
Relações vitais (Fauconnier; Turner, 2002	Identidade: indivíduos → casal; Analogia: vínculo existente ↔ vínculo projetado; Intencionalidade: desejo dos fãs.
Critérios e período	Verbo adaptado do inglês + uso em práticas de fandom; atenção às fusões onomásticas. Fev.–mar. 2026.
Exemplo figura 4	"Brumar", fusão de Bruna + Neymar, exemplifica a integração conceptual e formal em práticas de fandom. Plataforma: Instagram.

Fonte: Elaboração autoral.

A expressão *shippar* emerge de um processo de integração conceptual que articula o *frame* de [RELACIONAMENTO AFETIVO], oriundo de *relationship*, com o *frame* de [INTERAÇÃO FANDOM/DIGITAL], no qual usuários projetam expectativas sobre vínculos entre personagens ou pessoas reais (figura 6). No primeiro, configuram-se papéis como parceiros, vínculo amoroso e desenvolvimento relacional; no segundo, há sujeitos que observam, interpretam e avaliam dinâmicas interpessoais a partir de indícios narrativos ou sociais. Os mapeamentos alinham "relacionamento" a "possibilidade

desejada de união" e "participantes do vínculo" a "indivíduos observados (personagens ou pessoas reais)". O espaço genérico abstrai a estrutura de dois elementos conectados por um laço afetivo potencial. No espaço de mescla, *shippar* passa a significar o ato de torcer, apoiar ou desejar que dois indivíduos formem um casal, independentemente de confirmação factual.

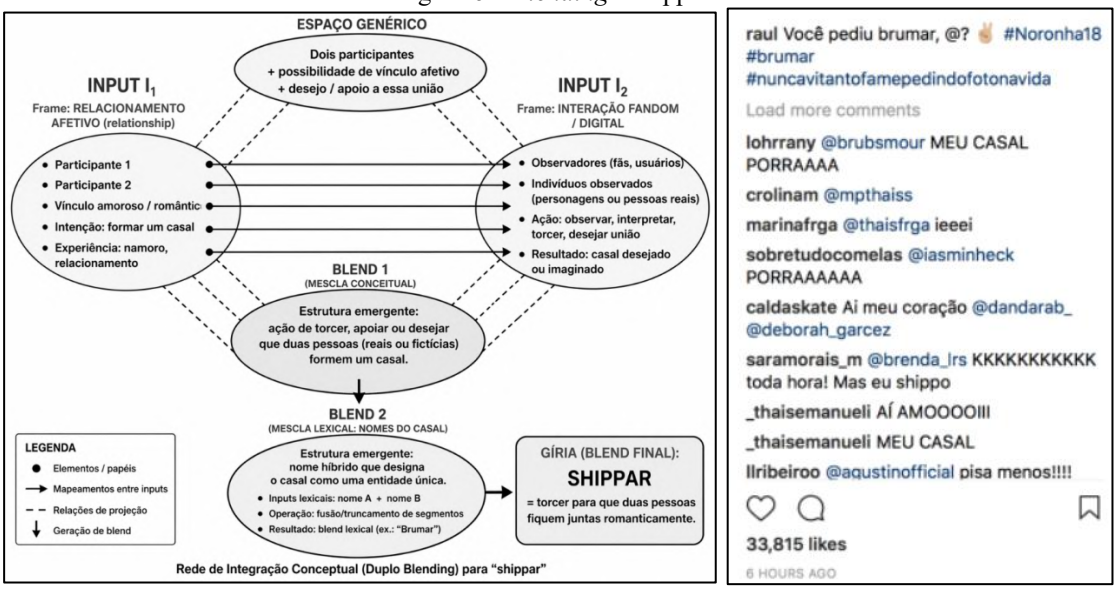
Nesse sentido, trata-se efetivamente de um *blending* porque o significado de *shippar* não está integralmente contido em nenhum dos espaços de entrada, mas emerge da integração seletiva entre a estrutura de [RELACIONAMENTO AFETIVO] e as práticas de [INTERAÇÃO FANDOM/DIGITAL]. A integração própria do português também não se sustenta como explicação suficiente, pois a adaptação morfológica de *ship* ao padrão verbal português, com a formação de *shippar*, explica sua incorporação formal, mas não explica a emergência do sentido de desejar ou projetar um relacionamento; esta decorre da integração conceptual entre os espaços mentais.

O processo envolve, como já indicado nos outros excertos, projeção seletiva, na qual se preserva a estrutura relacional do vínculo amoroso, mas se suspende sua realização concreta, deslocando-o para o plano hipotético e projetivo. Trata-se, portanto, de uma construção fortemente ancorada na imaginação e na inferência, frequentemente baseada em pistas mínimas que são amplificadas interpretativamente.

Numa outra senda, um desdobramento relevante desse fenômeno parece residir na criação de *blendings* lexicais derivados dos nomes dos indivíduos envolvidos, prática recorrente em comunidades digitais. Nesses casos, ocorre uma integração adicional no nível morfológico, em que segmentos dos nomes próprios são fundidos (por exemplo, combinações do tipo *Brangelina*, *Brumar*[13]etc.), produzindo unidades lexicalizadas que designam o casal enquanto entidade conceptual única. Tais formações evidenciam um duplo processo de *blending*: conceptual (na projeção do relacionamento) e lexical (na fusão dos nomes).

[13] "Brangelina" e "Brumar" são exemplos de integração de nomes no *blending* de "Shippar". O Primeiro de Brad Pitt + Angelina Jolie e o último de Bruna Marquezine + Neymar, celebridades.

Figura 6 – *Blending* "Shippar"



Fonte: capricho - https://l1nq.com/0QPZFB1.

Sob a ótica frameística e seus acionamentos e dos Espaços Mentais, a interpretação de *shippar* demanda a ativação simultânea de estruturas relativas a relacionamentos afetivos e práticas de engajamento digital, resultando em uma construção semântica que condensa desejo, projeção e participação discursiva. Trata-se, assim, de um caso indiciário de como a integração conceptual opera não apenas na construção de sentido, mas também na expansão criativa do léxico em ambientes digitais.

Excerto d: Crush.

Quadro 5 – Crush

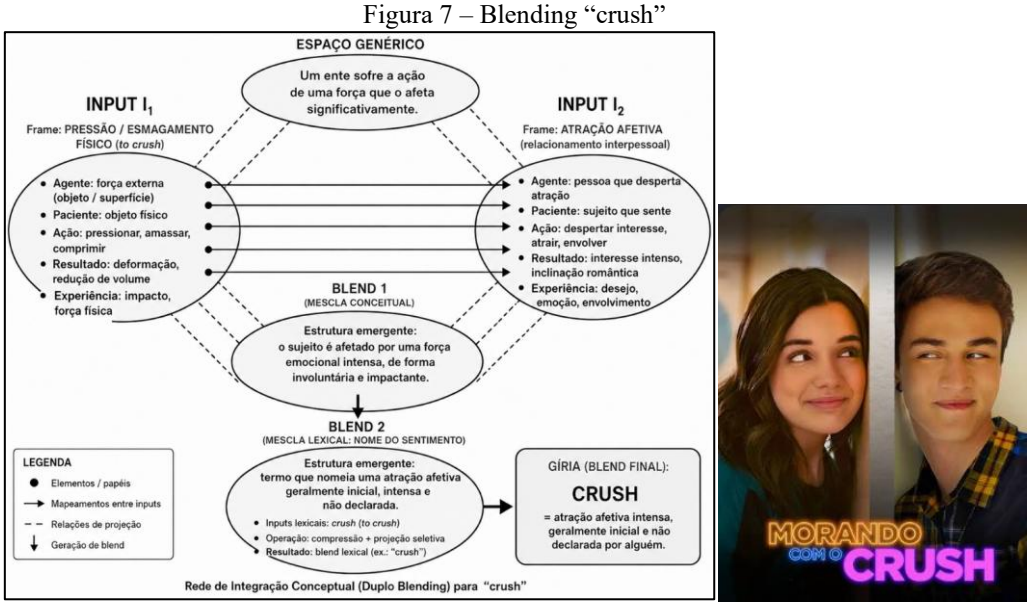
Blending	*CRUSH*
Frames	*[PRESSÃO/ESMAGAMENTO FÍSICO] × [ATRAÇÃO AFETIVA]*
Papéis e elementos	*Pressão física: agente, objeto, força, impacto. Atração afetiva: sujeito, pessoa desejada, desejo, interesse amoroso.*
Relações vitais (Fauconnier; Turner, 2002	*Causa–Efeito: pressão → impacto; Analogia: força física ↔ intensidade afetiva; Mudança: estado físico → estado emocional.*
Critérios e período	*Item lexical polissêmico empregado com sentido afetivo em contexto digital. Fev.–mar. 2026.*
Exemplo figura 4	*"Meu crush", em referência a uma pessoa por quem se sente atração afetiva. Plataforma: Instagram.*

Fonte: Elaboração autoral.

A expressão *crush* constitui um caso de integração conceptual que articula o *frame* de [PRESSÃO/ESMAGAMENTO FÍSICO], oriundo do inglês *to crush* ("amassar,

comprimir"), com o *frame* de [ATRAÇÃO AFETIVA], próprio das relações interpessoais (figura 7). No primeiro domínio, há forças físicas exercidas sobre um objeto, resultando em deformação; no segundo, organizam-se estados emocionais como interesse, desejo e inclinação romântica. Os mapeamentos não se limitam à correspondência estrutural entre elementos dos *frames*, mas operam também por transferência metafórica baseada em experiências sensório-motoras. É como Duque (2015b), ensina ao levantar claramente um atributo de corporificação (*embodiement*) quando a construção de sentido acontece "na interação organismo-ambiente e a maneira como atribuímos sentidos ao mundo depende sobremaneira dos recursos biológicos e físicos fornecidos pelo ecossistema do qual fazemos parte" (Duque, 2015b, p. 55).

Figura 7 – Blending "crush"



Fonte: https://www.adorocinema.com/filmes/filme-1000001222/.

Nesse sentido, o excerto constitui efetivamente um *blending* porque o significado de *crush* no domínio afetivo não se encontra integralmente disponível em nenhum dos espaços de entrada, emergindo da integração seletiva entre a experiência de pressão física e a experiência de atração afetiva. A integração própria do português não se sustenta como explicação suficiente, pois, neste caso, a incorporação do item inglês ocorre sem uma adaptação morfológica que, por si só, pudesse explicar a emergência do novo significado; é a projeção entre os espaços mentais, associada à transferência metafórica, que possibilita a construção do sentido afetivo. A ideia de ser pressionado ou afetado por uma

força externa é projetada para o domínio emocional, no qual o sujeito passa a ser impactado por sentimentos intensos em relação à outra pessoa. O espaço genérico abstrai a noção de um ente que sofre a ação de uma força que o afeta significativamente.

No espaço de mescla, *crush* emerge como a designação de uma atração afetiva geralmente inicial, intensa e, muitas vezes, não declarada. O processo envolve compressão (Fauconnier; Turner, 2002), na medida em que uma dinâmica física complexa é reduzida a um estado emocional pontual, e projeção seletiva, preservando-se a intensidade e o caráter involuntário da experiência, enquanto se elimina a materialidade do contato físico.

Diferentemente de outros casos, observa-se aqui de forma mais evidente a atuação da cognição corporificada (*embodiment*). A base semântica do termo ancora-se em esquemas imagéticos (Lakoff, 1987, Johnson, 1987) derivados da experiência física de pressão e impacto, que são metaforicamente reconfigurados no domínio afetivo. Assim, o sentimento amoroso é conceptualizado como uma força que "atinge" ou "pressiona" o sujeito, evidenciando a continuidade entre ação corporal e construção de significado.

Sob a perspectiva dos frames (Fillmore, 1976, 1982) e dos Espaços Mentais (Fauconnier, 1986), a interpretação de *crush* exige a ativação simultânea de estruturas físicas e emocionais, cuja integração produz um sentido altamente econômico e expressivo. Trata-se, portanto, de um caso em que o *blending* não apenas combina domínios distintos, mas também revela de forma explícita o papel das experiências corporais na organização do significado em contextos digitais.

Excerto e: *TBT*

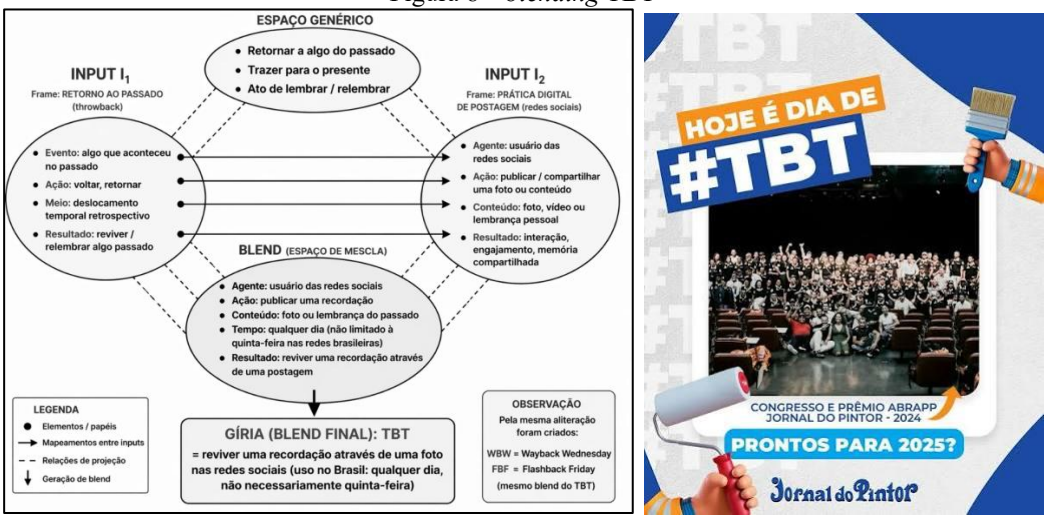
Quadro 6 – TBT

Blending	*TBT*
Frames	*[DETERIORAÇÃO/ARRUINAMENTO] × [FRUIÇÃO NARRATIVA]*
Papéis e elementos	*Retorno ao passado: rememorador, evento passado, memória, fotografia. Postagem digital: usuário, publicação, legenda, hashtag, rede social.*
Relações vitais (Fauconnier; Turner, 2002	*Tempo: passado ↔ presente; Identidade: evento passado ↔ registro atual; Representação: experiência ↔ fotografia/postagem.*
Critérios e período	*Sigla incorporada à prática de publicação de memórias e fotografias antigas. Fev.–mar. 2026.*
Exemplo figura 4	*Publicação de fotografia/memória antiga acompanhada de #TBT. Plataforma: Instagram.*

Fonte: Elaboração autoral.

A expressão *TBT* (*Throwback Thursday*) configura-se como um caso de integração conceptual que articula o *frame* de [RETORNO AO PASSADO] com o *frame* de [PRÁTICA DIGITAL DE POSTAGEM]. No primeiro, *throwback* evoca deslocamento retrospectivo; no segundo, organiza-se a dinâmica das redes sociais, centrada na publicação de conteúdos, sobretudo imagéticos (figura 8).

Figura 8 – *blending* TBT



Fonte: https://www.instagram.com/p/DEmsciSxXRt/

Nesse sentido, o excerto constitui efetivamente um *blending* porque o significado de *TBT* não está integralmente contido em nenhum dos espaços de entrada, mas emerge da integração seletiva entre a noção de retorno ao passado e a prática contemporânea de postagem digital. A integração própria do português não se sustenta como explicação suficiente, uma vez que a expressão é preservada em sua forma inglesa e sua abreviação não decorre de adaptação morfológica ao português; o sentido emerge, portanto, da integração conceptual entre os espaços mentais e da nova configuração discursiva resultante dessa mescla.

Os mapeamentos alinham retornar a relembrar e evento passado a conteúdo compartilhado. O espaço genérico abstrai a estrutura de acesso a experiências pretéritas por meio de uma ação presente. No espaço de mescla, *TBT* emerge como a prática de publicar uma recordação, reativando simbolicamente o passado no fluxo interacional atual. O processo envolve compressão temporal, relação vital clássica das integrações conceptuais (Fauconnier; Turner, 2002), integrando passado e presente em uma única

cena discursiva. A forma *TBT* decorre de aliteração sonora (*Throwback Thursday*), o que favorece sua circulação e fixação.

No entanto, no contexto das redes sociais brasileiras, observa-se um deslizamento funcional relevante: o marcador deixa de estar rigidamente vinculado à quinta-feira e passa a designar, de modo mais amplo, qualquer evocação de memória, independentemente do dia. Tal reconfiguração evidencia o caráter altamente individualizado da integração conceptual, na medida em que os usuários flexibilizam os constrangimentos formais do *input* original e priorizam a função pragmática da mescla — a reatualização do passado.

Outras formações como *WBW* (*Wayback Wednesday*) e *FBF* (*Flashback Friday*) replicam o mesmo padrão aliterativo, mas não apresentam o mesmo grau de difusão, reforçando que a estabilização de *TBT* decorre menos de sua forma original e mais da força da integração conceptual que sustenta seu uso.

CONCLUSÕES

Neste artigo, através de uma metodologia qualitativa e indiciária propomos analisar a formação de sentido na linguagem digital a partir da teoria da Integração Conceptual (Fauconnier; Turner, 2002), tomando como objeto expressões polissêmicas oriundas das redes sociais em português brasileiro.

Inicialmente, elencamos um referencial teórico que articula *frames*, espaços mentais e *blending*, com o intuito de evidenciar, ainda que de forma indiciária, os mecanismos cognitivos subjacentes à construção de significado (Fillmore, 1976, 1982; Fauconnier, 1986; Fauconnier; Turner, 2002). Em seguida, procedemos à análise de excertos extraídos de práticas discursivas digitais, demonstrando como tais expressões não são aleatórias ou meramente estilísticas, mas resultam de operações sistemáticas de compressão, projeção e emergência de sentido.

As análises realizadas permitem observar que as gírias digitais operam como índices cognitivos, nos quais diferentes domínios de experiência, físicos, sociais, culturais e tecnológicos, são integrados dinamicamente. Seja na reconfiguração de ações (como em *stalkear*), na transposição de efeitos (como em *dar spoiler*), na projeção imaginativa de vínculos (*shippar*), na ancoragem corporal do afeto (*crush*) ou a compressão temporal

da memória (*TBT*), evidencia-se uma percepção da integração conceptual como mecanismo estruturante da significação (Fauconnier; Turner, 2002). Ademais, tais processos corroboram a perspectiva de que o significado emerge da interação entre estruturas cognitivas e experiência enciclopédica (Fillmore, 1976, 1982), bem como de dinâmicas locais de construção conceptual (Fauconnier, 1986).

Contudo, importa reconhecer que os fenômenos aqui descritos representam apenas a superfície visível de um processo muito mais amplo e complexo. As expressões analisadas configuram-se como a ponta do *iceberg* de Fauconnier como uma atividade cognitiva incessante, na qual múltiplas integrações conceptuais operam simultaneamente, muitas vezes de forma automatizada e inconsciente. O que emerge no plano linguístico (a gíria, o meme, a construção polissêmica) é apenas o resultado final de uma arquitetura mental profundamente sofisticada.

A linguagem das redes sociais, com sua velocidade, criatividade e densidade semântica, revela-se, portanto, não como um empobrecimento da expressão, mas como um laboratório vivo da cognição. E talvez seja justamente nesse fluxo contínuo, instável e inventivo que possamos entrever, com maior nitidez, os limites, e sobretudo as potencialidades do mar da capacidade humana de construir sentido.

REFERÊNCIAS

BARSALOU, Lawrence W. Grounded cognition. *Annual Review of Psychology*, v. 59, p. 617-645, 2008.

DUQUE, Paulo Henrique. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames. *Revista da ANPOLL***.** Florianópolis, v.1, n.39, p. 25-48. 2015a

DUQUE, Paulo Henrique. Por uma abordagem ecológica da linguagem. *Pontos de Interrogação*. Alagoinhas, v. 5, n.1 p. 55-78. 2015b.

DUQUE, Paulo. De perceptos a frames: cognição ecológica e linguagem. *Scripta*, v. 21, n. 41, p. 21–45, 2017. DOI: https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2017v21n41p2

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive linguistics:* an introduction. 1. ed. London: Routledge, 2006. DOI: https://doi.org/10.4324/9781315864327

FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces:* aspects of meaning construction in natural language. Cambridge: MIT Press, 1986.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

FILLMORE, Charles J. Frame Semantics. *In:* The Linguistic Society of Korea (Ed.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982.

FILLMORE, Charles. Frame semantics and the nature of language. *In*: HARNARD, Steven R.; STEKLIS, Horst D.; LANCASTER, Jane. (eds.) *Origins and evolution of language and speech*. New York: New York Academy of Sciences, 1976.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis***.** New York: Harper & Row, 1974.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

KRESS, Gunther. *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*. London: Routledge, 2010.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Multimodal discourse:* the modes and media of contemporary communication. London: Arnold, 2001.

LAKOFF, George. *Don't think of an elephant!:* know your values and drame the debate: the essential guide for progressives. White River Junction: Chelsea Green Pub. Co., 2004.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

MINSKY, Marvin. *A framework for representing knowledge.* Cambridge: Massachusetts Institute of Technology A.I. Laboratory, 1974.

SANTAELLA, Lúcia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

SILVERMAN, David. *Doing qualitative research:* a practical handbook. London: Sage, 2000.

WILSON, Andrew; GOLONKA, Sabrina. Embodied Cognition is Not What You Think It Is. *Frontiers in Psychology*. USA, v.4, art.58, p.1-13. 2013.

WILSON, Margaret. Six views of embodied cognition. *Psychonomic Bulletin & Review*. Madison, v.9, n.4, p.625–636.2002.

Recebido em: 24/04/2026
Aceito em: 03/08/2026

Eduardo Alves da Silva: professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), onde atua na área de Linguística e Língua Inglesa. É diretor do Núcleo de Estudos em eXpressão, Usos e Sentidos (NEXUS/UNILAB) e pesquisador do Grupo de Estudos em Linguística e Práticas Culturais – Cognição e Linguagem (GELP-COLIN Ceará/UFC). Desenvolve pesquisas em Linguística Cognitiva com ênfase nos processos de construção de sentido, humor e multimodalidade em contextos digitais.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.99014

A família construcional das resultativas perifrásticas do PB como operação de integração conceptual: espaços mentais, mesclagem e estrutura emergente

The constructional family of periphrastic resultatives in Brazilian Portuguese as conceptual integration: mental spaces, blending and emergent structure

Hanna Ferreira da Silva
Universidade Federal Fluminense (UFF)
hannaferreira@id.uff.br
https://orcid.org/0000-0002-0368-5784

RESUMO

Este artigo investiga as três construções resultativas perifrásticas do Português Brasileiro (PB), a saber: [SV_{TRANS} + *até ficar* + SAdj], SUB-E 1 [SV_{INTR} + *até ficar* + SAdj] e [SV_{INTR} + *até* + SV_{INF}], sob o prisma da teoria dos espaços mentais (Fauconnier, 1985, 1994) e da integração conceptual (Fauconnier; Turner, 1998, 2002. Argumenta-se que as três construções são instâncias de diferentes configurações de mesclagem conceptual: a construção transitiva realiza uma mesclagem diádica de causação externa; a construção intransitiva emergente (doravante SUB-E 1) realiza uma mesclagem reflexiva, em que o agente da ação mapeia para o paciente do estado resultante; e a construção intransitiva realiza uma mesclagem evento-evento, com telicidade pontual em vez de gradiente. Em todos os três casos, a estrutura emergente, isto é, a telicidade composicional, não está presente em nenhum dos espaços de entrada, mas surge do *blend*. Esse resultado explica o que a Gramática de Construções descreve como não-composicionalidade: o significado resultativo é uma emergência cognitiva da integração conceptual. Os dados provêm do *corpus pttenten23_fl6* (plataforma *Sketch Engine*), com 1.266 ocorrências confirmadas da construção transitiva, 67 da SUB-E 1 e 38 da construção intransitiva verbal.

Palavras-chave: espaços mentais; integração conceptual; mesclagem; construções resultativas; Português Brasileiro.

ABSTRACT

This article investigates three periphrastic resultative constructions in Brazilian Portuguese (BP), namely: [SV_{TRANS} + até ficar + SAdj], SUB-E 1 [SV*INTR* + até ficar + SAdj], and [SV_{INTR} + até + SV_{INF}], under the framework of Mental Spaces Theory (Fauconnier, 1985, 1994) and Conceptual Integration Theory (Fauconnier; Turner, 1998, 2002). It is argued that the three constructions instantiate different configurations of conceptual blending: the transitive construction involves a dyadic causative blending with external causation; the emerging intransitive construction (hereafter SUB-E 1) involves a reflexive blending, in which the agent of the action maps onto the patient of the resulting state; and the verbal intransitive construction involves an event-event blend, with punctual telicity rather than gradient telicity. In all three cases, the emergent structure, that is, the compositional telicity, is not present in any of the input spaces, but rather emerges from the blend. This result explains what Construction Grammar describes as non-compositionality: resultative meaning is a cognitive emergence arising from conceptual integration. Data from the ptTenTen23 corpus f16 (Sketch Engine platform), comprising 1,266 confirmed occurrences of the transitive construction, 67 of SUB-E 1, and 38 of the verbal intransitive construction, support the analysis.

Keywords: mental spaces; conceptual integration; blending; resultative constructions; Brazilian Portuguese.

INTRODUÇÃO

Quando um falante do Português Brasileiro (PB) lê a instrução *bata o creme de leite até ficar firme*, o resultado cognitivo, ou seja, a compreensão de que uma ação causativa deve prosseguir até que um estado verificável seja atingido, não está disponível em nenhum dos elementos isolados da construção. O verbo *bater* não implica um estado final; o adjetivo *firme* não implica uma ação causativa; e o nódulo *até ficar* não especifica nem a ação nem o estado. É somente na integração dos três, ou seja, na construção [SV_{TRANS} + *até ficar* + SAdj] como um todo, que o significado resultativo emerge. Essa emergência não é trivial: ela desafia a composicionalidade e exige uma explicação cognitiva para além da descrição estrutural.

A Gramática de Construções Baseada no Uso (Goldberg, 1995; Goldberg; Jackendoff, 2004; Bybee, 2010) identifica esse problema com precisão ao postular que construções são pareamentos forma-significado cujo significado não é estritamente derivável das partes componentes. Identificar o problema, porém, não é o mesmo que explicar o mecanismo pelo qual a emergência ocorre. Como, exatamente, o processador humano integra o espaço do processo causativo com o espaço do estado resultante para produzir uma representação mental coesa do evento resultativo? Que operações

cognitivas estão envolvidas? E por que o PB desenvolveu três configurações construcionais distintas (a transitiva prototípica, a intransitiva emergente (SUB-E 1) e a construção intransitiva) que realizam a mesma função resultativa de formas cognitivamente diferentes?

Este artigo propõe que a teoria dos espaços mentais (Fauconnier, 1985, 1994) e a teoria da integração conceptual (Fauconnier; Turner, 1998, 2002) oferecem uma explicação cognitiva complementar às descrições já consolidadas pelos estudos anteriores sobre a resultatividade no PB, evidenciando os mecanismos cognitivos subjacentes à não composicionalidade por eles identificada. Sob esse quadro, as três construções da família resultativa perifrástica são instâncias de diferentes configurações de mesclagem conceptual (*conceptual blending*), cada uma com espaços de entrada, mapeamentos entre espaços e estrutura emergente específicos. Em todos os três casos, a telicidade composicional não está em nenhum espaço de entrada: ela é estrutura emergente do *blend*.

Os dados empíricos provêm do *corpus ptTenTen23* (*Sketch Engine*), do qual foram coletadas 3.000 ocorrências (1.500 ocorrências da transitiva prototípica e outras 1.500 ocorrências da intransitiva) das construções resultativas perifrásticas do PB, com 1.266 ocorrências confirmadas da construção transitiva prototípica, 67 do SUB-E 1 e 38 da construção intransitiva verbal. O presente artigo não reaplica os procedimentos metodológicos e quantitativos dessa pesquisa; utiliza seus dados, exemplos e resultados como evidência empírica para a análise cognitiva aqui proposta.

O artigo se organiza da seguinte forma: a seção 1 apresenta os fundamentos da teoria dos espaços mentais e da integração conceptual, incluindo as propriedades de redes bem-formadas e o mecanismo de compressão de relações vitais; a seção 2 descreve a família construcional das resultativas perifrásticas do PB e formula o problema da estrutura emergente; a seção 3 desenvolve a análise das três construções como configurações de mesclagem, com as redes de integração visualizadas nas Figuras 1, 2 e 3; a seção 4 discute a família como rede de mesclagens relacionadas e suas implicações para o constructicon e para a diacronia construcional; e as considerações finais sintetizam as contribuições e apontam perspectivas.

ESPAÇOS MENTAIS E INTEGRAÇÃO CONCEPTUAL

A teoria dos espaços mentais, formulada por Fauconnier (1985) e desenvolvida em Fauconnier (1994), propõe que o significado linguístico não é construído sobre representações semânticas fixas, mas sobre espaços mentais: estruturas cognitivas parciais, dinâmicas e interligadas, que são montadas durante o processamento discursivo para representar domínios de realidade, ficção, hipótese ou plano. Espaços mentais são conjuntos de elementos e relações que refletem como os falantes conceptualizam parcialmente uma situação específica em determinado momento do processamento; eles emergem em resposta a marcadores linguísticos, os chamados construtores de espaço (*space builders*), e se conectam por mapeamentos que preservam estruturas selecionadas e suprimem outras.

Diferentemente das abordagens semânticas que postulam um único domínio de referência para cada sentença, Fauconnier (1985) demonstra que o processamento linguístico é fundamentalmente multiespacial: o falante opera, simultaneamente, sobre múltiplos espaços cujas relações são parcialmente especificadas pelo texto e parcialmente construídas pela inferência. Fauconnier e Turner (2002, p. 97) ilustram esse princípio com o exemplo do ator em cena: quando dizemos "Ricardo II está na prisão", mantemos ativos dois espaços mentais separados: o espaço de realidade, em que há um ator num palco, e o espaço ficcional, em que há um rei medieval encarcerado, e os comprimimos num único elemento no *blend*. Não confundimos o ator com o personagem, mas tampouco os separamos completamente: a frase só faz sentido porque os dois espaços estão simultaneamente ativos e mapeados entre si. Esse princípio multiespacial é central para a compreensão das construções resultativas: o falante que processa *bata o creme de leite até ficar firme* não está operando sobre um único espaço de eventos, mas sobre pelo menos dois: o espaço da ação e o espaço do estado resultante, cujo acoplamento produz o significado resultativo.

A teoria da integração conceptual (Fauconnier; Turner, 1998, 2002) estende o modelo dos espaços mentais ao propor que a mente humana opera, de forma onipresente, por meio de uma operação chamada mesclagem conceptual (*conceptual blending*): a integração de estruturas conceptuais parciais provenientes de múltiplos espaços de entrada num espaço novo, o *blend*, que herda estrutura seletivamente de cada espaço de entrada e produz uma estrutura emergente, ou seja, uma nova estrutura não disponível em nenhum dos espaços de entrada. A rede de integração conceptual é composta por quatro

espaços em interação, a saber: (a) os espaços de entrada (*input spaces*), que fornecem estrutura parcial; (b) o espaço genérico (*generic space*), que reflete as propriedades abstratas comuns a ambos os espaços de entrada; (c) o *blend*, que integra seletivamente estruturas dos espaços de entrada; e (d) a estrutura emergente, que surge das operações de composição, completude e elaboração no *blend*.

Fauconnier e Turner (2002) identificam quatro propriedades que caracterizam redes de integração bem-formadas. A propriedade de integração (*integration*) exige que o *blend* constitua uma unidade coesa e manipulável como *gestalt* cognitiva. A propriedade de topologia (*topology*) exige que as relações no *blend* correspondam, tanto quanto possível, a relações nos espaços de entrada, o que significa que a rede deve preservar a estrutura relacional dos espaços de origem. A propriedade de teia (*web*) exige que o *blend* mantenha conexões interpretativas com os espaços de entrada, de modo que manipular o *blend* equivalha a manipular os espaços conectados. Finalmente, a propriedade de descompressão (*unpacking*) exige que, dado o *blend*, o interlocutor possa recuperar os espaços de entrada, os mapeamentos entre eles e o espaço genérico. Construções gramaticais convencionalizadas são especialmente eficientes nessa propriedade: a construção [SV_{TRANS} + *até ficar* + SAdj] fornece, ao mesmo tempo, a instrução de integração e os ganchos para a descompressão, ou seja, o verbo transitivo especifica IS1, o sintagma adjetival especifica IS2, e o nódulo *até ficar* especifica o tipo de mapeamento entre eles.

Coulson e Oakley (2000, p. 175) observam que a mesclagem conceptual está "onipresente na linguagem e na cognição humana, operando em todos os níveis do processamento linguístico, da morfologia ao discurso". Construções gramaticais, sob essa perspectiva, são padrões de instruções para integração conceptual que se convencionalizam porque produzem, de forma estável e recorrente, configurações de mesclagem cognitivamente eficientes. A construção resultativa perifrástica do PB é, nesse sentido, uma instrução convencionalizada para a construção de um *blend* causativo télico: [SV_{TRANS} + *até ficar* + SAdj] especifica dois espaços de entrada (processo e estado), o operador de integração (*até ficar*) e o tipo de estrutura emergente (telicidade causativa). Turner (2014) argumenta que essa capacidade de instruir a mesclagem é precisamente o que distingue as construções gramaticais das simples listas de palavras: uma construção

não apenas combina itens lexicais, mas instrui o processador sobre como construir a rede de espaços mentais que produzirá o significado.

AS RESULTATIVAS PERIFRÁSTICAS DO PB: O PROBLEMA DA ESTRUTURA EMERGENTE

As três construções resultativas perifrásticas do PB analisadas neste artigo são organizadas em torno do operador até como elemento invariante e derivadas, por herança parcial de propriedades, de um esquema-mãe abstrato [SV + operador de limite escalar + predicado resultante]. Os dados empíricos provêm do *corpus ptTenTen23* (*Sketch Engine*), *corpus* de referência do PB contemporâneo com aproximadamente 9 bilhões de palavras, constituído por textos coletados da web até 2023. Cabe registrar que a grande maioria das ocorrências analisadas apresenta o verbo de IS1 no modo imperativo, o que reflete a natureza predominantemente instrucional dos gêneros mais representados no *corpus* (receitas, tutoriais e manuais técnicos); embora a análise cognitiva aqui proposta independa do modo verbal, essa composição genérica pode ter implicações para a generalização dos resultados a gêneros com maior presença de sequências narrativas, ponto retomado nas considerações finais. A metodologia combina busca por padrões estruturais via CQL (*Corpus Query Language*), triagem manual de ocorrências e análise de propriedades semânticas e construcionais. O Quadro 1 sintetiza as propriedades formais e a frequência das três construções:

Quadro 1 – A família construcional das resultativas perifrásticas do PB

Construção	Exemplo	N confirmadas	% da amostra
(i) SV_{TRANS} + até ficar + SAdj	*Bata o creme até ficar firme*	1.266	84,4%
(ii) SV_{INTR} + até ficar + SAdj	*Cantou até ficar rouco*	67	4,5%
(iii) SV_{INTR} + até + SV_{INF}	*Bebeu até cair*	38	2,5%

Fonte: Elaboração própria.

A construção (i) é a mais prototípica: 1.266 ocorrências confirmadas (84,4%) e alta produtividade (299 *types* verbais, 234 *types* adjetivais; distribuição zipfiana, com

TTR verbal de 0,236 e TTR adjetival de 0,185)[1]. Nela, um agente externo realiza uma ação transitiva sobre um objeto que, ao final do processo, atinge o estado descrito pelo adjetivo: *bata o creme de leite até ficar firme*, *cozinhe a vagem até ficar macia*. A construção (ii), é uma construção emergente identificada durante a triagem dos dados da construção transitiva e não prevista inicialmente: compartilha a estrutura [*até ficar* + SAdj] com a construção (i), mas com verbo intransitivo e adjetivo predicado sobre o sujeito: *cantou até ficar rouco*, *trabalhou até ficar exausto*. A construção (iii) é a mais periférica da família: apresenta frequência resultativa baixa (2,5%; 38 ocorrências confirmadas) e produtividade tipológica comparativamente reduzida (cf. seção 4). Nela, um sujeito único realiza uma ação intransitiva durativa que é interrompida por um evento pontual, tipicamente de colapso físico ou perda de controle, que funciona como limite extremo do processo: *bebeu até cair*, *correu até desmaiar*. Essa baixa frequência coexiste, no *corpus*, com um número consideravelmente maior de ocorrências da mesma sequência formal com valor de finalidade ou consequência escalar (cf. seção 4); é esse padrão de concorrência funcional, e não a frequência isoladamente, que tomamos como indício mais relevante do estágio inicial de convencionalização da construção na função resultativa estrita, interpretação assumida aqui como hipótese analítica, não como conclusão definitiva.

A Gramática de Construções Baseada no Uso descreve adequadamente o fato de que as construções resultativas têm significado não-composicional: o valor resultativo não está no verbo transitivo, nem no adjetivo, nem em *até ficar* isoladamente. Afirmar que "o significado emerge do padrão como um todo" (Goldberg, 1995, p. 4) é, porém, uma descrição precisa do fenômeno, ainda que não constitua, por si só, uma explicação dos mecanismos cognitivos responsáveis por essa emergência, lacuna complementar, e não concorrente, que a integração conceptual busca preencher. A questão que permanece em aberto é: que operações específicas o falante realiza para integrar o espaço do processo causativo com o espaço do estado resultante e produzir a representação mental coesa de

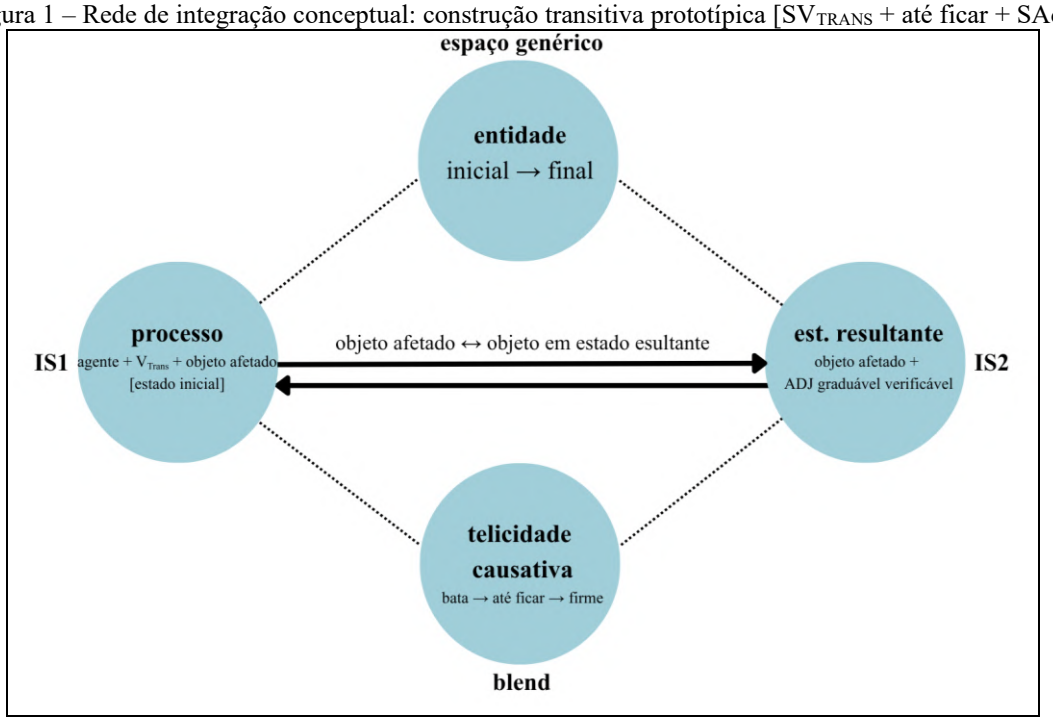
[1] A distribuição zipfiana descreve o padrão em que poucos itens lexicais concentram a maior parte das ocorrências e uma grande variedade de itens raros contribui com ocorrências isoladas, um padrão recorrente em dados de *corpus* naturais (Zipf, 1935). O TTR (*Type-Token Ratio*) é uma medida de diversidade lexical que expressa a razão entre o número de *types* (formas distintas) e o número total de *tokens* (ocorrências individuais): valores próximos de 1 indicam alta diversidade; valores mais baixos indicam maior concentração em poucos itens recorrentes. Os TTRs de 0,236 (verbal) e 0,185 (adjetival) confirmam produtividade construcional moderadamente alta: a construção não está cristalizada em torno de itens fixos, mas tampouco apresenta diversidade lexical irrestrita.

um evento télico? Em termos mais técnicos: como a construção realiza a coerção aspectual (Michaelis, 2003; Goldberg, 1995) de verbos atélicos (*activities*, na tipologia de Vendler, 1957) para a classe dos *accomplishments* causativos? A hipótese que desenvolvemos nas seções seguintes é que o mecanismo é o da integração conceptual: a coerção aspectual é a consequência do *blend*, ou seja, quando *IS1.processo atélico* é integrado com *IS2.estado pontuado*, o *blend* produz, como estrutura emergente, um evento télico que não estava disponível em nenhum dos espaços de entrada.

TRÊS CONFIGURAÇÕES DE MESCLAGEM CONCEPTUAL

A construção [SV_{TRANS} + *até ficar* + SAdj] realiza o que denominamos mesclagem diádica com causação externa: uma rede de integração em que o espaço do processo causativo (IS1) e o espaço do estado resultante (IS2) são integrados num *blend* que tem como estrutura emergente a telicidade causativa. A Figura 1 apresenta a rede de integração conceptual correspondente:

Figura 1 – Rede de integração conceptual: construção transitiva prototípica [SV_{TRANS} + até ficar + SAdj]



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Fauconnier e Turner (2002).

- Espaço de entrada 1 (IS1) — O processo: IS1 é estruturado pelo verbo transitivo e seu argumento interno. Ele contém um agente (o executor da instrução), uma ação

causativa (*bater*, *cozinhar*, *lixar*, *filtrar*, *misturar* etc.), um objeto afetado e o estado inicial do objeto. IS1 é, por si só, um evento atélico: o processo pode se prolongar indefinidamente sem que se possa dizer que foi ou não completado;

- Espaço de entrada 2 (IS2) — O estado resultante: IS2 é estruturado pelo sintagma adjetival e pelo verbo *ficar*. Ele contém o objeto afetado (o mesmo que em IS1), um estado adjetival graduável que esse objeto pode exibir (*firme*, *macia*, *lisa*, *uniforme*, *homogêneo*) e a verificabilidade sensorial desse estado. IS2 é, por si só, uma representação estática: descreve o objeto em estado, sem implicar causa ou processo;

- Espaço genérico: Reflete as propriedades comuns a IS1 e IS2: uma entidade que existe em condições diferentes em momentos diferentes, com estrutura temporal de antes e depois.

A Figura 1 representa a rede de integração conceptual da construção transitiva prototípica [SV_{TRANS} + até ficar + SAdj]. O espaço genérico (topo) contém a estrutura abstrata comum aos dois espaços de entrada: uma entidade que transita de um estado inicial para um estado final. O espaço de entrada IS1 (esquerda) é estruturado pelo verbo transitivo e seu argumento interno, contendo o agente, a ação causativa e o objeto afetado em seu estado inicial. O espaço de entrada IS2 (direita) é estruturado pelo sintagma adjetival e pelo verbo *ficar*, contendo o mesmo objeto afetado agora exibindo o estado adjetival graduável e sensorialmente verificável. As linhas tracejadas representam as projeções de estrutura de cada espaço de entrada para o *blend* (base) e para o espaço genérico. As setas bidirecionais entre IS1 e IS2 representam o mapeamento cross-espacial crítico: IS1.objeto(afetado-pela-ação) ↔ IS2.objeto(em-estado-resultante), indicando que a mesma entidade é mapeada entre os dois espaços de entrada. O espaço interno do *blend* representa a estrutura emergente, ou seja, a telicidade causativa, que não está disponível em nenhum dos espaços de entrada isoladamente, mas surge da integração.

No *blend*, o processo de IS1 e o estado de IS2 são conectados pela relação vital de causa-efeito, isto é, a ação do agente é a causa que produz o estado do objeto. O mapeamento cross-espacial crítico é IS1.objeto(afetado-pela-ação) ↔ IS2.objeto(em-estado-resultante). A estrutura emergente, ou seja, a telicidade causativa, não está em IS1 nem em IS2 isoladamente, mas surge da integração: no *blend*, a ação é delimitada pelo

estado, criando um evento com ponto de chegada verificável e com uma relação de monitoramento. Em outras palavras, o agente verifica IS2 como critério de conclusão de IS1. É essa relação de monitoramento que explica, em termos cognitivos, a coerção aspectual descrita por Michaelis (2003): o verbo atélico adquire, no *blend*, a estrutura temporal de um *accomplishment* causativo, porque o *blend* como um todo tem um ponto de chegada (o estado de IS2) que o verbo isolado não tem.

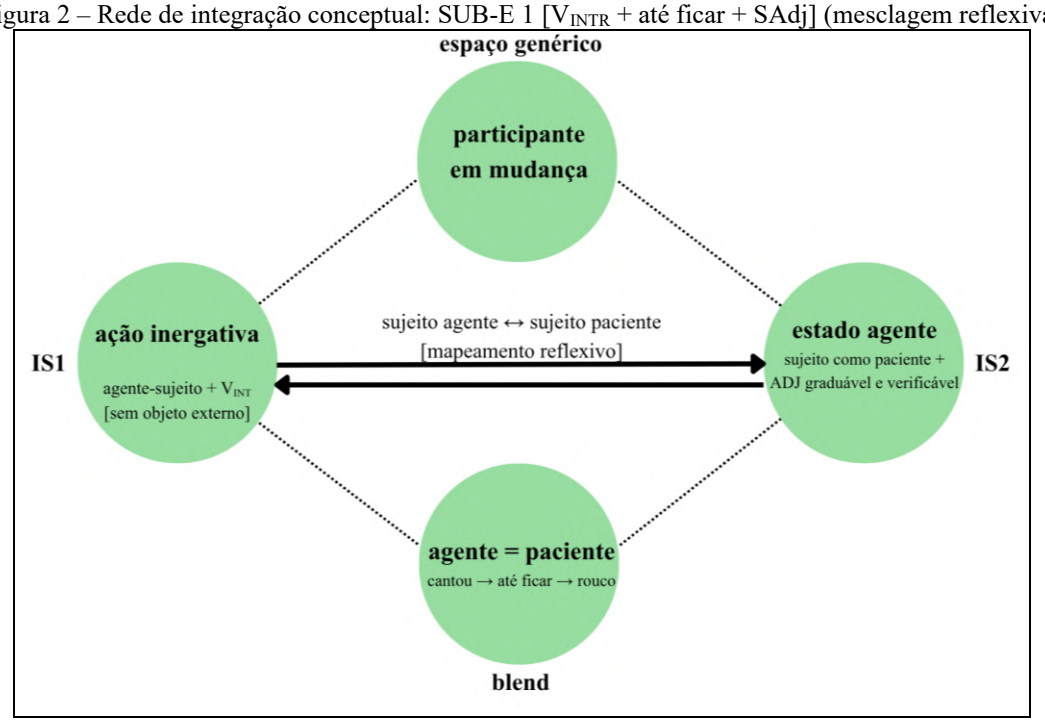
O nódulo *até ficar* é o operador linguístico que instrui a construção da rede. *Até* marca a fronteira escalar, pois ele sinaliza que IS1 deve prosseguir até o ponto-limite. O verbo *ficar*, e não outros verbos, como *ser* ou *estar*, materializa o mapeamento entre IS1.objeto e IS2.estado, especificando que IS2 é um estado de transição verificável, não uma propriedade estável. Os exemplos (1) – (4) ilustram a construção em domínios instrucionais variados:

(1) *Bata o creme de leite fresco bem gelado com o açúcar na batedeira até ficar firme (ponto de chantilly).*
(2) *Cozinhe a vagem com 2 xícaras de água e uma pitada de sal por 10 minutos ou até ficar macia.*
(3) *Lixe a madeira até ficar lisa antes de aplicar a tinta.*
(4) *Espalhe a base com auxílio de uma esponjinha ou pincel até ficar uniforme.*

Os dados confirmam a produtividade dessa configuração: 299 *types* verbais e 234 *types* adjetivais foram documentados, todos instanciando a mesma rede. Do total de ocorrências, 74,8% concentram-se no domínio culinário, o que descrevemos como nicho de incubação da construção, mas os 25,2% restantes distribuem-se por domínios como marcenaria, costura, dermocosméticos e instrução técnica em geral: *lixe o reboco até ficar liso*, *fermente a massa até ficar aerada*, *aplique a estufa até ficar nivelada*. Essa extensão interdominial é cognitivamente prevista pela teoria da mesclagem: a configuração de IS1 (processo causativo) + IS2 (estado graduável verificável) é suficientemente abstrata para acomodar qualquer domínio em que um agente executa uma ação monitorando um estado-alvo.

O subesquema emergente [SV_{INTR} + *até ficar* + SAdj] realiza o que denominamos mesclagem reflexiva: uma configuração em que a entidade que ocupa o papel de agente em IS1 mapeia para a entidade que ocupa o papel de paciente em IS2. A Figura 2 apresenta a rede de integração correspondente:

Figura 2 – Rede de integração conceptual: SUB-E 1 [V_{INTR} + até ficar + SAdj] (mesclagem reflexiva)



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Fauconnier e Turner (2002).

A Figura 2 representa a rede de integração conceptual do subesquema intransitivo emergente SUB-E 1 [SV_{INTR} + até ficar + SAdj]. A configuração geral dos quatro espaços é análoga à da Figura 1, mas com diferenças estruturais decisivas. O espaço genérico (topo) contém um participante em mudança, sem distinção de agente e paciente. O espaço de entrada IS1 (esquerda) é estruturado por um verbo inergativo: contém o agente-sujeito e a ação intransitiva, sem objeto externo afetado. O espaço de entrada IS2 (direita) contém o mesmo sujeito, agora no papel de paciente, exibindo o estado adjetival resultante. O mapeamento cross-espacial entre IS1 e IS2, indicado pelas setas bidirecionais e pelo rótulo sujeito-agente ↔ sujeito-paciente, é o que distingue fundamentalmente esta configuração da anterior: trata-se de um mapeamento reflexivo, em que a mesma entidade ocupa o papel de agente em IS1 e de paciente em IS2. O espaço interno no *blend* representa a estrutura emergente específica desta configuração: a fusão de papéis temáticos (agente = paciente), que produz a causação reflexiva e a escalação implícita característicos do subesquema.

Os exemplos (5)–(8) ilustram o subesquema:

(5) *Cantou até ficar rouco.*

(6) *Trabalhou até ficar exausto.*
(7) *Gritou até ficar sem voz.*
(8) *Correu até ficar vermelho.*

IS1 é estruturado por um verbo inergativo, ou seja, verbo de ação agentiva intransitiva: *cantar*, *trabalhar*, *gritar*, *correr*. A distinção entre verbos inergativos e inacusativos (Levin; Rappaport Hovav, 1995) é relevante aqui: verbos inergativos têm sujeito agentivo e sem objeto externo; verbos inacusativos têm sujeito com papel temático de paciente/tema (*chegar*, *cair*, *morrer*). O SUB-E 1 é licenciado apenas por inergativos, não por inacusativos, porque a mesclagem reflexiva requer que o sujeito de IS1 seja agente: é o agente que, ao exercer a ação de IS1, causa a si mesmo o estado de IS2. Com inacusativos, o sujeito já é semanticamente afetado em IS1, o que bloquearia a estrutura emergente de causação reflexiva no *blend*. IS2 é estruturado pelo adjetivo resultante predicado sobre o sujeito: o mesmo agente de IS1, agora exibindo um estado físico.

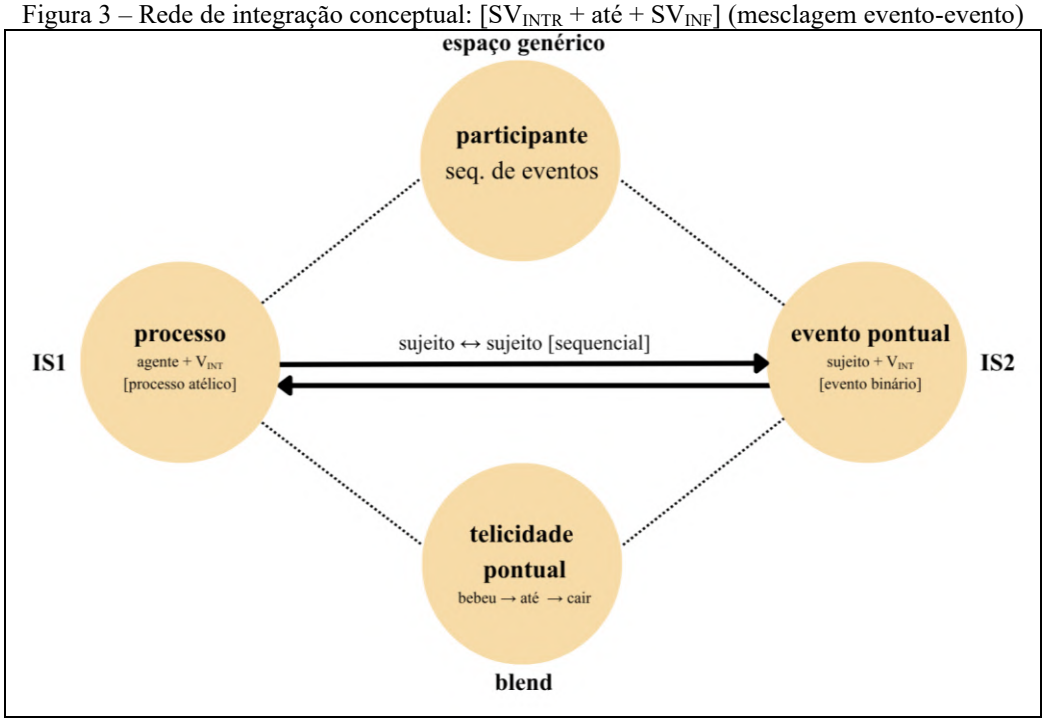
O mapeamento crítico entre IS1 e IS2 é reflexivo: IS1.sujeito-agente ↔ IS2.sujeito-paciente. A mesma entidade que exerce a ação em IS1 é a entidade que exibe o estado em IS2, o que é uma distinção fundamental em relação à construção transitiva, em que agente e paciente são entidades distintas. A estrutura emergente do *blend* do SUB-E 1 tem três componentes: (a) causação reflexiva, ou seja, o próprio ato de agir é a causa da mudança do agente; o agente não causa a mudança num objeto externo, mas causa, pelo excesso ou duração de sua própria ação, uma mudança em si mesmo; (b) escalação implícita, isto é, *cantou até ficar rouco* implica que o cantar foi tão intenso ou prolongado que produziu o estado, implicatura que não está em IS1 nem em IS2 isoladamente, mas emerge do *blend*; (c) fusão de papéis temáticos, ou seja, a compressão de agente e paciente numa única entidade, estrutura que não existe em nenhum dos espaços de entrada.

Sob o prisma da integração conceptual, a emergência incidental do SUB-E 1 durante a triagem dos dados da construção transitiva é previsível: os falantes aplicaram, por extensão analógica, a mesma instrução de mesclagem a verbos inergativos, produzindo um *blend* com a mesma função resultativa mas com configuração reflexiva. A emergência analógica a partir de um padrão já convencionalizado é exatamente o processo que Traugott e Trousdale (2013) associam à construcionalização por analogia. Para esses autores, a construcionalização, entendida como o processo pelo qual novos pares forma-significado se convencionalizam na gramática de uma língua, não ocorre

exclusivamente por pressões comunicativas ou por gramaticalização de itens lexicais isolados: ela pode ser desencadeada pela extensão de uma instrução de mesclagem já estável a novos contextos de uso. Nesse processo, o falante não cria uma construção do zero, mas reconhece a adequação funcional de um padrão existente a uma nova configuração de espaços de entrada e o aplica por semelhança estrutural. O resultado não é uma cópia da construção-fonte, mas uma nova construção com identidade própria: mesma instrução de integração, espaços de entrada diferentes, estrutura emergente diferente. Traugott e Trousdale (2013) enfatizam que esse tipo de construcionalização produz subesquemas que, num primeiro momento, coexistem com a construção-fonte numa relação de herança parcial, compartilhando o espaço genérico e o operador invariante, mas diferindo nas propriedades dos espaços de entrada e na natureza do *blend*, e que somente com o aumento de frequência e de *entrenchment* adquirem o estatuto de nós independentes no *constructicon*. É precisamente esse estágio intermediário, de subesquema funcionalmente identificável, mas ainda em processo de convencionalização, que os dados de frequência do SUB-E 1 (67 ocorrências confirmadas frente a 1.266 da construção transitiva) permitem diagnosticar.

A construção [SV_{INTR} + *até* + SV_{INF}] realiza o que denominamos mesclagem evento-evento: uma configuração em que os dois espaços de entrada são espaços de eventos, e não de processo e estado graduável. A Figura 3 apresenta a rede de integração:

Figura 3 – Rede de integração conceptual: [SV_{INTR} + até + SV_{INF}] (mesclagem evento-evento)



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Fauconnier e Turner (2002).

Os exemplos (9)–(11) ilustram a construção:

(9) *Bebeu até cair.*
(10) *Correu até desmaiar.*
(11) *Trabalhou até morrer.*

IS1 é estruturado por um verbo inergativo atélico: representa um processo durativo sem limite inerente. IS2 é estruturado por um verbo no infinitivo que denota uma mudança de estado discreta e pontual: *cair*, *desmaiar*, *morrer*. Diferentemente do IS2 das construções anteriores, que era um estado adjetival graduável, aqui IS2 é um evento pontual. Na terminologia de Vendler (1957), é um *achievement*, ou seja, ocorre ou não ocorre, num ponto do tempo, sem graus intermediários. *Cair* não é um estado em escala; é um evento que acontece instantaneamente num ponto e produz uma transição irreversível. O Quadro 2 sistematiza a diferença estrutural entre os IS2 das três construções:

Quadro 2 – Comparação dos espaços de entrada IS2 e do tipo de telicidade emergente

Construção	IS2	Tipo de IS2	Tipo de telicidade
[SV_{TRANS} + até ficar + SAdj]	firme, macia, lisa	Estado graduável	Gradiente
SUB-E 1 [SV_{INTR} + até ficar + SAdj]	rouco, exausto, sem voz	Estado graduável	Gradiente reflexiva
[SV_{INTR} + até + SV_{INF}]	cair, desmaiar, morrer	Evento pontual	Pontual

Fonte: Elaboração própria.

Essa diferença estrutural explica por que a construção [*até* + SV_{INF}] não usa *ficar*: quando IS2 é um evento pontual (*achievement*), a cópula de transição é desnecessária, pois o próprio verbo de IS2 já lexicaliza a transição. A inserção de *ficar* antes do infinitivo pontual resulta em agramaticalidade: **bebeu até ficar cair* é agramatical porque *cair* no infinitivo não é um estado predicável por cópula. Note-se, contudo, que *bebeu até ficar caindo* é gramatical no PB, mas com leitura estruturalmente distinta: nesse caso, *ficar* + *gerúndio* forma uma perífrase de estado progressivo durativo, em que IS2 não é o *achievement* pontual *cair*, mas o estado de instabilidade contínua, configuração que se aproxima do IS2 graduável das construções (i) e (ii) e que não instancia a mesclagem evento-evento analisada aqui. Sob o prisma da integração conceptual, *ficar* é o item que materializa o mapeamento entre IS1.entidade-em-processo e IS2.entidade-em-estado quando IS2 é graduável; quando IS2 é um *achievement* pontual, esse mapeamento é realizado pelo próprio verbo de IS2, tornando *ficar* estruturalmente redundante. A estrutura emergente do *blend* desta construção é a telicidade pontual: o processo em IS1 é delimitado pelo evento em IS2, que funciona como *endpoint* binário, tipicamente de colapso físico ou perda de controle (*cair*, *desmaiar*, *morrer*), implicando que IS1 foi levado ao extremo absoluto. A frequência resultativa baixa (2,5%) é consistente com a análise, embora, isoladamente, não seja suficiente para sustentá-la: a mesclagem evento-evento é estruturalmente mais distante da configuração prototípica, e a concorrência com a leitura de finalidade/consequência escalar (cf. seção 4) constitui indício adicional, ainda que não conclusivo, de que o padrão se encontra em estágio inicial de convencionalização na função resultativa estrita.

A FAMÍLIA COMO REDE DE MESCLAGENS

As três construções compartilham *até* como elemento invariante. Sob o prisma da integração conceptual, *até* é o conector cross-espacial que, em todas as três construções, estabelece a relação vital de causa-efeito entre IS1 e IS2 e instrui o processador a construir a fronteira escalar entre os dois espaços. A diferença entre os usos espacial (*chegou até a cidade*), temporal (*trabalhou até as três horas*) e resultativo (*bateu até ficar firme*) de *até* não é arbitrária: trata-se de extensão metafórica progressiva do mesmo esquema de fronteira escalar. Em todos os casos, *até* marca um ponto-limite numa escala: espacial, temporal ou processual-aspectual. A escala resultativa é a extensão mais abstrata: o limite não é um ponto no espaço ou no tempo, mas um estado ou evento que marca a conclusão do processo. Essa extensão é cognitivamente motivada pelo mesmo esquema de chegada ao limite que organiza os demais usos, o que a torna o elemento ideal para exercer a função de conector cross-espacial nas três configurações de mesclagem.

A presença de *ficar* nas duas primeiras construções e sua ausência na terceira reflete a diferença na natureza de IS2. Quando IS2 é um estado graduável (construções i e ii), *ficar* é necessário: ele lexicaliza a transição para esse estado e materializa o mapeamento entre IS1.entidade e IS2.estado. *Ficar* como cópula de mudança de estado no PB, diferentemente de *ser* (propriedade estável) e *estar* (estado já estabelecido), é o único candidato adequado para essa posição, pois é o único que especifica que IS2 é um estado alcançado por transição, não inerente ou prévio. Quando IS2 é um evento pontual (construção iii), o próprio verbo de IS2 já lexicaliza a mudança de estado, tornando *ficar* redundante e agramatical. A distribuição complementar de *ficar* nas três construções é, portanto, a materialização lexical das diferenças nas configurações de mesclagem: cada construção usa o item lexical que adequadamente especifica o tipo de IS2 que integra.

A análise desenvolvida nas seções anteriores permite descrever a família construcional das resultativas perifrásticas do PB como uma rede de mesclagens relacionadas: três configurações de integração conceptual que compartilham o mesmo espaço genérico (entidade em processo de mudança orientado a ponto de chegada) e o mesmo operador de fronteira escalar (*até*), mas diferem na configuração dos espaços de entrada e na natureza da estrutura emergente.

Enquanto a GCBU descreve a rede taxonômica hierárquica das três construções (esquema-mãe e subesquemas), a teoria da integração conceptual descreve as operações cognitivas que produzem os significados específicos de cada construção a cada instância

de processamento. As duas perspectivas são mutuamente informativas: a rede construcional organiza a representação das construções no *constructicon*; a rede de mesclagens explica como os significados são construídos. A implicação mais relevante para a teoria é que o *constructicon* não é apenas uma rede de pares forma-significado, mas sim uma rede de instruções para mesclagem. Cada nó construcional é, do ponto de vista cognitivo, um padrão convencionalizado de integração conceptual. A hierarquia entre as três construções, ou seja, prototipicidade, emergência e perifericidade, reflete o grau em que cada configuração de mesclagem está convencionalmente estabilizada e medido, nos termos de Bybee (2010), pelo *entrenchment*.

A teoria da integração conceptual lança luz também sobre a diacronia das construções resultativas perifrásticas. Traugott e Trousdale (2013) propõem que a construcionalização, ou seja, o processo pelo qual novos pares forma-significado se convencionalizam, envolve dois mecanismos principais: construcionalização analógica, em que um padrão existente é estendido a novos contextos por extensão de semelhança formal; e construcionalização metafórica, em que um domínio conceptual é mapeado sobre outro. Sob o prisma da integração conceptual, ambos os mecanismos podem ser redefinidos como tipos de extensão de redes de mesclagem.

A emergência do SUB-E 1 [SV_{INTR} + *até ficar* + SAdj] a partir da construção transitiva prototípica é um caso preciso de construcionalização analógica via extensão de mesclagem: os falantes aplicaram a instrução de mesclagem da transitiva (IS1 + IS2 → *blend* causativo télico) a uma nova configuração de espaços de entrada (ação inergativa sem objeto + estado do agente), produzindo um *blend* com a mesma função resultativa mas com configuração reflexiva. A emergência incidental durante a triagem dos dados é coerente com o estágio de gradiência: o SUB-E 1 está em processo de convencionalização, com frequência de *type* (67 ocorrências) ainda baixa em relação à construção prototípica (1.266), mas já com evidência de produtividade incipiente.

A construção [SV_{INTR} + *até* + SV_{INF}] está, por sua vez, em estágio anterior de construcionalização: apenas 38 ocorrências confirmadas com função resultativa estrita, frente a um número muito maior de ocorrências com valor de finalidade ou consequência escalar geral. A perspectiva da integração conceptual sugere que a convencionalização desta construção na função resultativa depende da estabilização de uma nova configuração de mesclagem, isto é, evento-evento, em vez de processo-estado, que ainda

coexiste, em competição cognitiva, com a leitura de finalidade, em que IS2 não é um evento-limite mas um evento-alvo. O processo de estreitamento semântico (*semantic narrowing*) da construção para a função resultativa corresponde, diacronicamente, ao processo de estabilização de uma instrução de mesclagem específica como a configuração padrão associada à forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs uma análise das três construções resultativas perifrásticas do PB ([SV_{TRANS} + *até ficar* + SAdj], SUB-E 1 [SV_{INTR} + *até ficar* + SAdj] e [SV_{INTR} + *até* + SV_{INF}]), sob o prisma da teoria dos espaços mentais (Fauconnier, 1985, 1994) e da integração conceptual (Fauconnier; Turner, 1998, 2002). A tese central é que as três construções são instâncias de diferentes configurações de mesclagem conceptual, cada uma produzindo estrutura emergente específica: telicidade causativa externa (construção transitiva), telicidade reflexiva com escalação implícita (SUB-E 1) e telicidade pontual com escalação extrema (construção transitiva), como sistematizado nas Figuras 1, 2 e 3.

A contribuição principal da análise é de ordem explicativa. A Gramática de Construções Baseada no Uso identifica com precisão que o significado resultativo é não-composicional; a teoria da integração conceptual, de modo complementar, propõe um mecanismo cognitivo para essa emergência: a estrutura emergente do *blend*, ou seja, a telicidade composicional, não está em nenhum espaço de entrada; ela surge das operações de composição, completude e elaboração que integram IS1, IS2 e o espaço genérico. As quatro propriedades de redes bem-formadas (integração, topologia, teia e descompressão) são todas satisfeitas pelas três construções, o que explica sua estabilidade cognitiva e sua produtividade no PB.

A análise também ilumina a coerência interna da família construcional: as três construções são cognitivamente distintas porque realizam diferentes configurações de mesclagem, mas constituem uma família porque compartilham o espaço genérico (entidade em processo de mudança orientado a ponto de chegada), o operador de fronteira escalar (*até*) e a estrutura emergente genérica (telicidade composicional). A hierarquia de prototipicidade (transitiva como prototípica, SUB-E 1 como emergente e intransitiva como periférica) reflete o grau de convencionalização de cada configuração de

mesclagem, que por sua vez correlaciona com a frequência tipo, o *entrenchment* e o estágio de construcionalização.

Sob o prisma da integração conceptual, o *constructicon* é mais do que uma rede de pares forma-significado: é uma rede de instruções para mesclagem, em que cada nó construcional é um padrão convencionalizado de construção de redes de espaços mentais. Essa redefinição aproxima a Gramática de Construções e a Linguística Cognitiva de Fauconnier e Turner (1998), sugerindo que as duas perspectivas são, em profundidade, dois aspectos complementares da mesma abordagem cognitiva da gramática: a perspectiva construcional descreve a representação enquanto a perspectiva da mesclagem descreve o processamento.

Cabe reconhecer, por fim, as limitações do presente estudo e as possibilidades de expansão que delas decorrem. A análise aqui desenvolvida é predominantemente qualitativa, apoiada em dados de frequência que, para o SUB-E 1 e para a construção [SV_{INTR} + até + SV_{INF}], não foram sistematicamente explorados no nível dos *types* verbais e adjetivais; um tratamento quantitativo mais fino dessas duas construções é um passo necessário para consolidar, ou revisar, a hierarquia de prototipicidade proposta. Some-se a isso a composição genérica do *corpus*, majoritariamente instrucional, que privilegia o modo imperativo e pode não representar igualmente a construção resultativa em gêneros narrativos ou conversacionais. Finalmente, a proposta aqui apresentada restringe-se à família das resultativas perifrásticas com até no Português Brasileiro; sua extensão a outras construções resultativas do PB, como as resultativas sintéticas ou outras perífrases de télicos, e a construções aparentadas em outras línguas constitui uma direção promissora para pesquisas futuras, com potencial de testar a generalidade do modelo de mesclagem conceptual proposto para além do caso aqui analisado.

REFERÊNCIAS

BYBEE, Joan. *Language, Usage and Cognition.* Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

COULSON, Seana; OAKLEY, Todd. Blending Basics. *Cognitive Linguistics*, v. 11, n. 3-4, p. 175-196, 2000.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*: Aspects of Meaning Construction in Natural Language. Cambridge: MIT Press, 1985.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*: Aspects of Meaning Construction in Natural Language. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. Conceptual Integration Networks. *Cognitive Science*, v. 22, n. 2, p. 133-187, 1998.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The Way We Think*: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities. New York: Basic Books, 2002.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions*: A Construction Grammar Approach to Argument Structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E.; JACKENDOFF, Ray. The English Resultative as a Family of Constructions. *Language*, v. 80, n. 3, p. 532-568, 2004.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT HOVAV, Malka. *Unaccusativity*: At the Syntax-Lexical Semantics Interface. Cambridge: MIT Press, 1995.

MICHAELIS, Laura A. Type Shifting in Construction Grammar: An Integrated Approach to Aspectual Coercion. *Cognitive Linguistics*, v. 14, n. 1, p. 1-67, 2003.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TURNER, Mark. *The Origin of Ideas*: Blending, Creativity, and the Human Spark. Oxford: Oxford University Press, 2014.

VENDLER, Zeno. Verbs and Times. *The Philosophical Review*, v. 66, n. 2, p. 143-160, 1957.

Recebido em: 18/05/2026
Aceito em: 26/08/2026

Hanna Ferreira da Silva: atualmente é doutoranda bolsista em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É mestre em Estudos da Linguagem pela UFF e pós-graduada em Língua Portuguesa para Estrangeiros, também pela mesma universidade. Além disso, possui pós-graduação em Neurociência Pedagógica, pela

Universidade Cândido Mendes. Possui duas licenciaturas, ambas pela UFF: Letras - Português e Inglês, e Letras - Português e Francês. Atua como professora de língua inglesa há mais de 10 anos, já tendo trabalhado no Programa de Língua Estrangeiras Modernas da Universidade Federal Fluminense (PROLEM/UFF), como bolsista da Fundação Euclides da Cunha (FEC/UFF), e no programa do Ministério da Educação, Idiomas Sem Fronteiras (IsF), como bolsista da CAPES. Possui o certificado de C2 em língua inglesa pela University of Cambridge.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.98599

Entre *cortar* e *cortar fora*: um caso de partícula com valor aspectual em português brasileiro

Between cortar *and* cortar fora*: a case of a particle with aspectual value in Brazilian Portuguese*

Heronides Moura[1]
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
heronides@uol.com.br
https://orcid.org/0000-0002-8087-6998

Alcione Alves Hulse[2]
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
alcione_brito@yahoo.com.br
https://orcid.org/0009-0006-7123-8894

RESUMO

O artigo investiga o contraste semântico entre o verbo simples *cortar* e a construção verbo-partícula *cortar fora* no português brasileiro, com foco nas partes corporais inalienáveis em sentido literal. Busca-se verificar se o verbo *cortar* implica aspecto completivo – compreendido como a realização completa da ação, com separação da parte em relação ao todo – ou se esse valor emerge apenas na construção *cortar fora*. A análise revela que, enquanto o aspecto completivo está sempre presente em *cortar fora*, que denota sistematicamente remoção, em *cortar,* ele pode ou não ocorrer, admitindo leituras de incisão/ferimento. Os resultados indicam que as formas correspondem a *construals* distintos e que a partícula *fora* não é redundante nem pleonástica: ela contribui com valor aspectual e com a explicitação do resultado do evento.

Palavras-chave: construção verbo-partícula; *construal*; aspecto verbal; português brasileiro.

ABSTRACT

The article investigates the semantic contrast between the simple verb *cortar* (“to cut”) and the verb-particle construction *cortar fora* (“to cut off”) in Brazilian Portuguese,

[1] Bolsista de produtividade CNPQ.
[2] Bolsista CAPES.

focusing on inalienable body parts in their literal sense. It seeks to determine whether the verb *cortar* entails completive aspect – understood as the full realization of the action, with separation of the part from the whole – or whether this value emerges only in the construction *cortar fora*. The analysis shows that, while completive aspect is always present in *cortar fora*, which systematically denotes removal, in *cortar* it may or may not occur, allowing for incision/injury readings. The results indicate that the forms correspond to distinct construals and that the particle *fora* is neither redundant nor pleonastic: it contributes aspectual value and makes the result of the event explicit.

Keywords: verb-particle construction; construal; verbal aspect; Brazilian Portuguese.

INTRODUÇÃO

Em um fórum de discussão de idiomas do *WordReference*, intitulado *Verbos cortar e cortar fora*, foi questionado se, no português, existe diferença de sentido entre as expressões *cortar a mão* e *cortar a mão fora*, a exemplo do que ocorre no inglês, com o uso, respectivamente, de *cut* ("fazer incisão/ferir") e *cut off* ("decepar/arrancar/remover"). Trata-se de uma pergunta espontânea que, ao refletir uma dúvida intuitiva sobre o uso de *cortar* e *cortar fora*, fazendo uma comparação explícita entre as duas línguas envolvidas, remete ao seguinte problema de pesquisa: em se tratando de partes corporais inalienáveis, o verbo *cortar* implica, por si só, aspecto completivo ou esse valor emerge apenas com a construção verbo-partícula *cortar fora*?

A ocorrência de construções verbo-partícula em línguas românicas tem sido analisada como um caso de variação intratipológica (Hijazo-Gascón; Ibarretxe-Antuñano, 2013). As línguas românicas são tipicamente classificadas como línguas com *frame* no verbo (*verb framed*); não obstante, algumas línguas dessa família apresentam construções verbo-partícula, típicas de línguas com *frame* no satélite (*satellite framed*). O italiano, por exemplo, exibe numerosos padrões desse tipo – conhecidos como *verbi sintagmatici* –, isto é, combinações verbo + partícula como *andare via* ("ir embora"), *portare via* ("levar embora"), *trascinare via* ("arrastar para fora", "remover"), *uscire fuori* ("sair para fora"), *saltare fuori* ("saltar para fora"), entre muitas outras (Iacobini, 2009; Hijazo-Gascón; Ibarretxe-Antuñano, 2013). Em consequência, o italiano pode ser visto como tipologicamente híbrido, combinando propriedades de línguas com *frame* no verbo e línguas com *frame* no satélite. Em contrapartida, o espanhol e o francês apresentam mais prototipicamente o padrão de línguas com *frame* no verbo, embora o francês apresente

alguns usos de construção verbo-partícula, tais como *Il court dehors* (“ele corre pra fora”) e *Je lui cours après* (“Eu corro atrás dele; eu o persigo”) (Porquier, 2003).

O português brasileiro tem sido menos estudado quanto a essa característica, mas diversos autores apontam a existência de construções verbo-partícula também nessa língua (Moura, 2025; Queriquelli; Moura, 2021; Santos Filho, 2017; Viaro, 2002). Entre inúmeros exemplos ilustrativos, podem-se mencionar: *passar para trás* (“enganar”); *dar em cima* (“paquerar”); *cair fora* (“sair; fugir”); *cair para trás* (“ficar espantado”); *ir para frente* (“progredir”); *dar para trás* (“desistir”). Assim, o português brasileiro, à semelhança da língua italiana, mostra variação intratipológica, ainda que nosso objetivo neste artigo não seja abordar especificamente a questão tipológica.

Considerando que construções verbo-partícula fazem parte do sistema do português brasileiro, buscamos analisar se o contraste entre *cortar* e *cortar fora*, no contexto de partes corporais inalienáveis em sentido literal/físico, nessa língua, decorre de diferenças de *construal*, particularmente no perfilamento do resultado e na marcação do aspecto completivo. Nossa hipótese é que a oposição entre *cortar* e *cortar fora* instancia *construal*s distintos: enquanto *cortar* pode perspectivar o evento a partir do processo e do resultado, *cortar fora* o faz apenas a partir do resultado, implicando sempre o aspecto completivo. Logo, em consonância com essa formulação, nossa tarefa é caracterizar o contraste semântico entre *cortar* e *cortar fora* e identificar, como consequência disso, o aporte semântico de cada *construal*.

A construção verbo-partícula no português brasileiro, exemplificada aqui por *cortar fora*, mesmo introduzindo nuances semânticas e comunicativas próprias, não é reconhecida na gramática da língua. As gramáticas normativas do português brasileiro, em geral, condenam as construções verbo-partícula, especialmente quando elas representam os chamados pleonasmos. Cegalla (2000) considera “viciosas” expressões pleonásticas como *descer para baixo*, *entrar para dentro* e *subir para cima*. Bechara (2009), por sua vez, adota uma posição menos radical. Ele reconhece o valor expressivo dessas construções, mas ainda assim desaconselha seu uso. Mesmo gramáticas descritivas tendem a desconsiderar tais padrões. Castilho (2014) apresenta o exemplo *sair fora*, mas analisa *fora* como advérbio dêitico, e não como parte de uma unidade verbo-partícula. Além disso, as gramáticas normativas costumam preferir formas sintéticas às analíticas;

as construções verbo-partícula são analíticas e, como tal, são desfavorecidas em registros formais (Viaro, 2001).

Concentraremos a análise em uma única oposição: *cortar* vs. *cortar fora*. Ao fazê-lo, buscamos mostrar que a principal crítica formulada pelas gramáticas normativas é infundada. Essas gramáticas afirmam que a construção verbo-partícula é pleonástica, implicando que a partícula nada acrescenta ao significado da expressão, o que supostamente ocorreria também em *descer para baixo* e *subir para cima*.

Em oposição a esse posicionamento, mostramos que *cortar fora*, quando relacionado a uma parte corporal inalienável, contribui claramente com um significado adicional, acrescentando ao verbo, de forma inequívoca, valor aspectual completivo. Argumentamos que a rejeição de tais expressões carece de fundamento semântico, cognitivo ou estrutural no português brasileiro; ela reflete, antes, um processo de estigmatização linguística.

Escolher *cortar fora* em vez de *cortar* implica a seleção de um *construal* específico, em lugar do *construal* propiciado pela construção de verbo simples (*cortar*). Nossa proposta é que a construção verbo-partícula está ligada à escolha de um dos possíveis modos de representar uma dada cena, mesmo nos usos considerados "pleonásticos". *Cortar fora* oferece um exemplo claro de conceptualização distinta em relação ao verbo simples (*cortar*); de forma semelhante, expressões como *descer para baixo* e *subir para cima* parecem se acomodar plenamente aos padrões construcionais e ao *construal* em jogo.

O *CONSTRUAL* DA CONSTRUÇÃO VERBO-PARTÍCULA: COMPARAÇÃO ENTRE O INGLÊS E O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Considere o seguinte par em português brasileiro:

(1) Arranquei o vestido.

(2) Arranquei o vestido fora.

Com base em Langacker (1987) e Talmy (2000), esse contraste de significado corresponde a dois *construals* distintos (i e ii). Na sentença (1), o *construal* (i) coloca em primeiro plano a ação ("arrancar o vestido"), ao passo que, em (2), o *construal* (ii) destaca

o resultado (fora, isto é, "ficar nua"). No último caso, "[…] a partícula perfila o ponto terminal, marcando a conclusão do evento, e a ação passa a constituir o meio para alcançar esse ponto terminal" (Moura, 2025, p. 11, tradução nossa). Esses dois *construals* (i) e (ii) não são sinônimos: eles criam perspectivas distintas sobre uma mesma cena.

Examinemos agora o *construal* (ii) – a construção verbo-partícula – em inglês e em português brasileiro. Do ponto de vista cognitivo, a construção é semelhante em ambas as línguas; entretanto, no português brasileiro, sua significação social é mais forte, implicando uma oposição implícita a variantes mais formais, dada a sua rejeição nas gramáticas normativas. Mesmo na língua inglesa, em que esse tipo de construção é reconhecido como um traço tipológico marcante, tal estrutura é associada comumente ao registro informal, como apontado por Celce-Murcia e Larsen-Freeman (1999), o que resulta, conforme Machonis (2009), no desencorajamento de seu uso em textos mais formais, como os acadêmicos.

A construção verbo-partícula – combinação de um verbo com um ou mais elementos não verbais (preposições, advérbios ou ambos) (Celce-Murcia; Larsen-Freeman, 1999; Hart, 2017; Workman, 2000) – é amplamente associada à gramática da língua inglesa e geralmente designada como *phrasal verb*. Ao longo deste artigo, adotamos o termo construção verbo-partícula, embora alguns autores citados empreguem a designação mais tradicional *phrasal verb*.

Embora o fenômeno também exista em outras línguas germânicas (por exemplo, alemão e holandês), sua produtividade no inglês faz dele um traço onipresente e idiossincrático nessa língua (Celce-Murcia; Larsen-Freeman, 1999; Thim, 2012). Inicialmente vinculado ao campo semântico do movimento no espaço, o uso de construções verbo-partícula no inglês desenvolveu gradualmente significados idiomáticos e valores aspectuais (Brinton; Akimoto, 1999; Thim, 2012). Essa riqueza expressiva, como pode ser verificado na marcação aspectual (Machonis, 2009; Workman, 2000), também contribui para a complexidade de sua aquisição por falantes não nativos (Celce-Murcia; Larsen-Freeman, 1999; Hart, 2017).

Celce-Murcia e Larsen-Freeman (1999) e Hart (2017) observam que, embora sejam expressões de múltiplas palavras, as construções verbo-partícula codificam um único significado; os componentes formam conjuntamente uma unidade lexical complexa, cujo sentido não é plenamente composicional. Em um *continuum* de

composicionalidade/opacidade semântica, costuma-se dividir essas construções (Celce-Murcia; Larsen-Freeman, 1999; Thim, 2012) em composicionais e não composicionais, como ilustrado a seguir:

(3) *The Rabbit went out by the back door.*

(3.1) O coelho saiu pela porta de trás.

(4) *He threw up*.

(4.1) Ele vomitou.

Em (3), o significado de *went out* é facilmente derivado a partir do verbo *went* e da partícula *out*. Em (4), ao contrário, a combinação de *threw* + *up* não conduz de modo transparente ao sentido "vomitar". Jackendoff (2002) e Thim (2012) diferenciam, ainda, as partículas em dois tipos: direcionais/espaciais e aspectuais. As primeiras permitem interpretações literais de movimento no espaço, como em (3); as segundas codificam o contorno temporal interno do evento, determinando a sua duração (acabada ou não acabada) e assinalando as suas fases (inicial, medial, final) (Fossile, 2012), como ocorre em (5):

(5) *He used our supplies up*. (Fonte: Thim, 2012, p. 17.)

(5.1) Ele usou todos os nossos suprimentos.

Comparado a (6), abaixo, a presença de *up* em (5) conduz a uma interpretação de uso total dos suprimentos, isto é, de completude da ação:

(6) *He used our supplies*. (Fonte: Thim, 2012, p. 17.)

(6.1) Ele usou nossos suprimentos.

Observa-se contraste semelhante entre *cut* e *cut off*: o primeiro uso pode denotar a realização de uma incisão (um ferimento), sem necessariamente implicar separação da parte em relação ao todo, ao passo que o segundo uso codifica necessariamente a completude da ação, culminando nessa separação. De acordo com Comrie (1976), tem-se, no último caso, a expressão do aspecto completivo, que corresponde à conceptualização do evento como concluído, ou seja, com a ação levada até o seu término.

Nesse mesmo sentido, Pinker (2008) se refere ao chamado efeito holístico, que ocorre quando a forma linguística induz a interpretação do evento como uma totalidade fechada, bloqueando leituras parciais. No caso em questão, o referido efeito, assim como o aspecto completivo, é desencadeado pela partícula: sem *off*, obtém-se apenas parte da ação; com *off*, a ação é conceptualizada como completa. A partícula contribui, portanto,

com conteúdo aspectual adicional (Machonis, 2009; Workman, 2000). Reconhecendo tais valores aspectuais, Celce-Murcia e Larsen-Freeman (1999) e Thim (2012) propõem uma terceira classe – construções verbo-partícula aspectuais –, que pode ser em desdobrada em uma série de subclasses, tais como, inceptiva, durativa e completiva.

Tanto partículas direcionais/espaciais quanto aspectuais podem surgir de modo pleonástico com cognatos de origem latina – por exemplo, *finish up*, *return back* –, em que completude ou trajetória já se encontram codificadas no verbo (Thim, 2012). As partículas direcionais/espaciais relacionam-se à tipologia de Talmy: línguas com *frame* no satélite (línguas-S) vs. línguas com *frame* no verbo (línguas-V) (Talmy, 2000, 2016). Em línguas-S, a trajetória é marcada por satélites; em línguas-V, pelo verbo. Compare (3) e (3.1): em (3), a trajetória é expressa por *out* (um satélite); em (3.1), ela é codificada no verbo *saiu*. Slobin (1996) identifica, adicionalmente, padrões retóricos distintos: o inglês (língua-S) tende a expressar trajetória e modo, enquanto o espanhol (língua-V) tende a expressar localizações/direções e deixa a trajetória para ser inferida ou expressa por meio de estrutura subordinada.

Do ponto de vista diacrônico, as construções verbo-partícula do inglês remontam ao século IX (Meyer, 1975), quando, inicialmente, prefixos marcavam direção literal com verbos de movimento intransitivos (*go*, *come*, *ride*) e com verbos transitivos envolvendo movimento (*strike*, *cut*, *dig*). Com o tempo, os significados direcionais concretos (indicando movimento no espaço) foram enfraquecendo e leituras aspectuais/idiomáticas se estabilizaram (Bolinger, 1971; Brinton, 1985; Brinton; Akimoto, 1999; Thim, 2012). Bybee e Dahl (1989, p. 81, tradução nossa) descrevem um passo essencial nesse processo: "Estar localizado espacialmente numa atividade é também estar localizado temporalmente numa atividade, de modo que, desde o início, o significado de tais construções tem implicações temporais".

Não surpreende, assim, que partículas com valor aspectual completivo frequentemente se correlacionem com a mudança de um *construal* atélico (como *drink*) para um *construal* télico (como *drink up*).

Em suma, as construções verbo-partícula no inglês relacionam-se a: (1) movimento literal com trajetória especificada; (2) deslocamentos idiomáticos em relação ao verbo simples; e (3) marcação aspectual. Todas essas propriedades convergem nas

características do *construal* (ii), citado acima: a partícula introduz um ponto terminal esquemático.

Colocando em questão tanto as gramáticas normativas quanto a tipologia talmyana, diversos estudos atestam a existência de construções verbo-partícula em línguas românicas – italiano (Iacobini, 2009; Hijazo-Gascón; Ibarretxe-Antuñano, 2013), trentino (Cordin, 2011), romanche (Viaro, 2001) e português brasileiro (Moura, 2025; Queriquelli; Moura, 2021; Santos Filho, 2017; Viaro, 2002). O próprio latim parece ter exibido um padrão verbo-partícula prototípico (Queriquelli; Moura, 2021; Santos Filho, 2017), sendo um estágio híbrido sugerido para o romance antigo, entre os séculos XII–XV (Iacobini, 2009). Embora o romance tenha se padronizado predominantemente na direção das formas sintéticas de verbos simples, a forma analítica da construção verbo-partícula não lhe é estranha.

No caso específico do português, Viaro (2002) observa que construções analíticas como *cair fora* são frequentes em textos renascentistas e barrocos, mas, a partir do século XVIII, passam a ser estigmatizadas e restritas à fala, como se não pertencessem à língua. O autor argumenta que a condenação do analiticismo e do pleonasmo levou as gramáticas normativas a ignorar e mesmo condenar esses fenômenos. O autor propõe ainda que construções verbo + advérbio no português surgiram endogenamente no Brasil (e não por efeito de contato linguístico), como reação à gramaticalização de certos prefixos: para recuperar o conteúdo locativo esvaziado, o prefixo teria sido recategorizado como advérbio locativo pós-verbal.

Quanto às funções semânticas no português brasileiro, a literatura identifica tanto construções verbo-partícula literais (Queriquelli; Moura, 2021; Santos Filho, 2017; Viaro, 2002) quanto idiomáticas (Viaro, 2002). Santos Filho (2017) destaca a redundância pleonástica em itens como *subir pra cima*, *entrar p(a)ra dentro* e *avançar p(a)ra frente*, fenômeno igualmente observado no inglês. Queriquelli e Moura (2021) atribuem tais padrões a pressões expressivas (esgotamento semântico de verbos que codificam trajetória; reativação da composicionalidade), em consonância com a visão de Viaro (2002), segundo a qual o uso dessa estrutura no português brasileiro é motivado expressivamente, e não por influência externa.

Uma terceira função – a marcação aspectual –, frequentemente atribuída às construções verbo-partícula do inglês, não foi, até onde sabemos, tratada de modo

sistemático no português brasileiro. Sustentamos que função análoga está presente nessa língua. Considere dois exemplos retirados da plataforma X:

(7) Corre fora Diego chega de spa chega de mi mi mi (Fonte: https://x.com/vida31enigma/status/1909316149902262411.)

(8) Vários textos eu rasguei fora da apostila e os professores que reclamaram ouviram um, 'ensina mais e doutrina menos' (Fonte: https://x.com/guigoerlmartin/status/1534917802959716353.)

Em (7), provavelmente em referência a um programa de televisão com eliminações públicas, *correr fora* significa "sair", "ser eliminado". Ou seja, a construção verbo-partícula introduz telicidade, transformando um verbo atélico (*correr*) em uma ação télica (*eliminar*). Em (8), *rasgar fora* denota remoção completa (excisão) de parte em relação ao todo (textos de uma apostila), com valor aspectual completivo.

Na seção intitulada *Distinção aspectual entre cortar e cortar fora*, examinaremos a oposição aspectual entre as variantes *cortar* e *cortar fora*, no contexto de partes corporais inalienáveis.

METODOLOGIA

Coletamos ocorrências do verbo simples *cortar* e da construção verbo-partícula *cortar fora* em postagens da plataforma de mídia social X (antigo *Twitter*), por meio de uma ferramenta de extração de dados denominada *TwSearchExporter* (*ToolMagic*).

O processo envolveu dois passos. O primeiro deles foi a busca das formas investigadas, contemplando todas as pessoas do discurso e os seguintes tempos verbais do indicativo: presente, pretérito perfeito e futuro do presente. No caso do tempo futuro, optamos pelo perifrástico (ir + *cortar/cortar fora*), por ser essa a forma mais comum na atualidade, especialmente em situação de fala não monitorada, como no X. De modo semelhante, por acreditarmos serem tempos verbais menos produtivos no registro informal, não contemplamos na pesquisa o futuro do pretérito, o pretérito mais que perfeito e o pretérito imperfeito. Assim, a busca envolveu 24 variantes, sendo elas 12 para o verbo simples e 12 para a construção verbo-partícula, todas entre aspas para garantir o retorno de ocorrências exatas. Em se tratando de *cortais fora*, *cortaste fora* e *cortastes fora*, a busca não resultou em nenhuma postagem, o que já era esperado, dado o fato de

tais conjugações não serem comuns na fala coloquial. Mesmo para o verbo simples, foram encontradas pouquíssimas ocorrências delas em português brasileiro.

O segundo passo correspondeu à extração propriamente dita, que se deu para cada item pesquisado, a partir do *link* da busca copiado da barra de navegação, que, quando colado no *TwSearchExporter*, retornava um arquivo no formato CSV para *download*, contendo, além dos *posts* disponíveis na data da coleta (03/02/2026)[3], vários metadados a eles relacionados, tais como: nome e usuário do autor, data e hora de publicação, URL do tuíte e língua em que ele foi escrito.

Feitos esses procedimentos de busca e extração para todas as variantes, a ferramenta gerou 21 arquivos, com um total de 3.063 postagens, sendo 1.738 relacionadas ao verbo simples *cortar* e 1.325 à construção verbo-partícula *cortar fora*.

Uma vez coletados, os *posts* foram analisados individualmente, com o objetivo de selecionar apenas aqueles em português brasileiro, nos quais *cortar* e *cortar fora* referiam-se a uma parte corporal inalienável em sentido literal/físico, o que resultou em um *corpus* com 526 ocorrências: 39 para *cortar* e 487 para *cortar fora*. Esse procedimento demandou leitura contextual cuidadosa, para garantir a exclusão das postagens que:

• estavam redigidas em outras línguas ou em outras variantes do português;[4]

• não apresentavam as formas buscadas (seja pela ausência das palavras pesquisadas, seja pelo fato de elas não estarem relacionadas a uma parte corporal inalienável);

• não continham informação suficiente para identificar, de forma explícita ou por inferência pragmática, se a entidade cortada correspondia a uma parte corporal inalienável;

• especificamente no caso do verbo simples, continham a construção verbo-partícula, em vez da forma buscada (o verbo simples).

Um aspecto importante a ser destacado refere-se ao conceito de parte corporal inalienável, campo conceitual escolhido para testar, com maior controle, a possível diferença aspectual e de *construal* entre o uso de *cortar* e de c*ortar fora*. Neste estudo, consideram-se partes corporais inalienáveis aquelas que integram a estrutura estável do

[3]Foi utilizada a versão gratuita da ferramenta, que possui limite de *posts* a serem extraídos. Isso significa que, no caso de algumas flexões das formas buscadas, havia mais postagens do que foi possível extrair.
[4]A busca retornou *posts* em outras línguas que não continham a forma investigada, mas, no caso específico do verbo simples *cortar*, foram encontradas muitas ocorrências, especialmente em espanhol.

corpo humano/animal e que apresentam baixo grau de separação em relação ao todo, como mão, braço, perna, cabeça, rabo e patas. Seguindo essa linha de raciocínio, elementos como gordura, unha, pinta, dente e cabelo, embora pertencentes ao corpo, não foram considerados como inalienáveis, por apresentarem maior grau de destacabilidade e variabilidade. Essa distinção se aproxima da oposição entre posse inalienável e alienável descrita na literatura (Chappell; McGregor, 1996; Heine, 1997) e pode ser compreendida, no âmbito da Linguística Cognitiva, em termos de relações parte-todo mais ou menos integradas na estrutura conceptual do corpo (Langacker, 1987, 2008).

Cabe ressaltar que, em determinadas postagens, embora o nome da parte cortada não tenha sido explicitamente mencionado, foi possível inferir, com alto grau de confiabilidade e com base no contexto lexical, que se tratava de uma parte corporal inalienável. É o que ocorre, por exemplo, em *Necrosou, pode cortar fora* (Quadro 3), em que o verbo *necrosar* ativa um *frame* médico (Fillmore, 1982) que pressupõe a deterioração de um tecido corporal, permitindo a inferência de que a entidade em questão corresponde a uma parte corporal inalienável. O mesmo ocorre em *O meu eu tive por oito dias e aí o rabino cortou fora* (Quadro 3), em que está implícita a informação de que se trata da remoção do prepúcio. Ainda nesse sentido, foi recorrente no *corpus* – e considerado como referência a uma parte corporal inalienável – o uso de apelidos para designar as genitálias masculina e feminina, tais como bilola, bolinha e pirikita, como em *Cortaram fora a bolinha do meu gato* (Quadro 3).

Para uma melhor compreensão acerca da aplicação dos critérios de seleção/filtragem adotados, disponibilizamos, nos quadros 1 e 2, exemplos de *posts* excluídos e, no Quadro 3, exemplos de *posts* mantidos.

Quadro 1 – Exemplos de *posts* excluídos – *cortar*

***Posts* excluídos**	**Motivo da exclusão**
@lyze_camuflada Essa semana eu ouvi um relato de uns amigos do trabalho que **cortaram** e em uma semana quase enlouqueceram	Não foi possível identificar se a entidade cortada é parte corporal inalienável.
não acredito que **cortaram**	Não foi possível identificar se a entidade cortada é parte corporal inalienável.
meu aniversário ta chegando e quem quiser me presentear fica ai uma dica pq estou	Não foi possível identificar se a entidade cortada é parte corporal inalienável.

***Posts* excluídos**	**Motivo da exclusão**
apaixonada nessa marca nunca mais me **cortei**	
eu reclamo q o connor **cortou** o cabelo mas eu amo ele curtinho tbm...	Não se trata de parte corporal inalienável.
@Aika_ralh0 @centralreality eles mandam cortador de unha e os próprios **cortam**	Não se trata de parte corporal inalienável.
Esse dia aqui **cortou** meu coração, a Saory falando que no jogo não tinha ninguém para defender ela, mas aqui fora sim. E cada dia mais fico feliz que nós fãs estamos a todo tempo defendendo ela e o Dudu de todos que ousam machucar. A Tropa SaDu unida não tem para ninguém.	Não se trata de parte corporal inalienável em literal/físico, e sim metafórico.
@Dantinhas Ninguém dá moral para ela, já **cortou** as asinhas dela kkk	Não se trata de parte corporal inalienável em literal/físico, e sim metafórico.
se dói tanto assim ter uma r*** gigante é só **cortar** fora, p****	Não se trata de cortar, e sim de cortar fora.
@DTransferencias @sachatavolieri **Cortaram** as pernas ao miudo	Não é português brasileiro, e sim europeu.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Exemplos de *posts* excluídos – *cortar fora*

***Posts* excluídos**	**Motivo da exclusão**
se alguem me manda um trem desse eu **corto fora** com uma tesoura e ainda gravo	Não foi possível identificar se a entidade cortada é parte corporal inalienável.
ele literalmente **cortou fora** a única qualidade	Não foi possível identificar se a entidade cortada é parte corporal inalienável.
sera q se eu **corta fora** eu paro de faze isso	Não foi possível identificar se a entidade cortada é parte corporal inalienável.
Ai vc vai no cabeleireiro cortar as pontas finas e **cortam fora** metade do seu cabelo	Não se trata de parte corporal inalienável.
cortei fora um pedaço da minha unha que tava encravada e agora meu dedo tá inflamado	Não se trata de parte corporal inalienável.
Eu literalmente **cortei fora** meus chifres hoje. E a dor fisicamente emocional agora é uma dor só física mesmo, pq tá	Não se trata de parte corporal inalienável em literal/físico, e sim metafórico.

***Posts* excluídos**	**Motivo da exclusão**
atrapalhando dormir.	
uma pena q n vão **cortar fora** esse rabo de cavalo feio do aether.	Não se trata de parte corporal inalienável.
@gothots Se não gostares do teu nariz também o **cortas fora**? Que argumento bom	Não é português brasileiro, e sim europeu.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 – Exemplos de *posts* mantidos – *cortar* e *cortar fora*

***Posts* mantidos - cortar**	***Posts* mantidos - cortar fora**
@anappaulab @v1_jju E quando colam a boca do sapo e **cortam** as patas? Vc acha que eles tbm não sofrem não,ou acha de bom grado alguém colar tua boca e arrancar tuas mãos já que é algo tão suave.	quero **corta fora** cada dedo meu com um alicate
@clarinhaEli22 @v1_jju voces **cortam** membros, costuram a boca de anfibios se fazem o mesmo e até pior com outros tipos de animais. Religião que permite tortura com seres inocentes deveria ser perseguida até cada um de vocês estar na cadeia e essa merda finalmente ser extinta.	acho q meu caso é de amputação msm, **corta fora** meu pescoço que resolve
eu vou **cortar** minha garganta pra você olhar pra mim	Que vontade de **corta fora** as pernas
E vai ser esta pessoa a ser Presidente da Republica 😳 Vou ali já **cortar** os pulsos ... 😳 Quem vai votar no xuxa desnorteado, deveriam de indemnizar mais á frente quem terá obrigatoriamente de levar com um Biden 2 Mas esta gente está bem ?	pode **cortar fora** meu ombro

***Posts* mantidos - cortar**	***Posts* mantidos - cortar fora**
@AndreaRibeiroM @TumultoBR Faço coisas q posso dizer q foi sem querer. Um tempo atrás tava na piscina do condomínio e um menino autista estava cuspindo em mim. Eu conversei com o pai dele e o pai na fez nada, esperei o pai do menino se distrair e mergulhei, chutei a cabeça dele. Ele bateu a cabeça e **cortou**	Necrosou, pode **cortar fora**
balu: cuidado pra não **cortar** o dedo do rubinho se não vai metade dele 🤣🤣🤣😂🤣😂 arthur: é..... ele realmente é pequeno.....	minha orelha ta queimando vou **cortar fora**
no dia que eu largar a mão da marciele eh pq **cortaram**	esse punho aqui eu vou **cortar fora**
@SaladaFlores69 **Cortaram** a cabeça do Patrick	Eu odeio como o ciclo menstrual muda o meu corpo vou **cortar fora** o útero
@Norlen_ sem contar nos outros dois que sobreviveram!! Eles afogaram um caramelo se nao me engano e **cortaram** o pescoço de outro!	o cheiro de peixe tá impregnado na minha mão vou ter que **cortar fora**
@jmgirlfnd **Cortaram** a bochecha dele afinaram o rosto	o pior é q aq tem até um ponto pq é muito difícil ver cachorro dessa raça com o rabo grande já que a maioria dos donos **cortam fora**
Comprei essa navalha **cortei** a cara toda,cavanha ficou maneiro tropa?fala aí?	**cortaram fora** a bilola do Crazy Frog
Aí @BaianoDoIfood **cortei** meu pezinho inho inho inho.	**Cortaram fora** a bolinha do meu gato
fui pegar o louro no dedo e esse kpt me bicou que **cortou** meu dedo	O meu eu tive por oito dias e aí o rabino **cortou fora**
@FelipeEmanuelsS O cara que **cortou** as pernas do cavalo tbm tá impune	O cara é tão patriota que **cortou fora** o braço esquerdo

Fonte: Elaboração própria.

Concluída a etapa de filtragem, procedemos à análise semântica de cada postagem constante do *corpus* e, por meio dela, atribuímos um sinônimo para cada ocorrência de

cortar e *cortar fora*, com o objetivo de captar o seu significado. A seleção dos sinônimos foi orientada pelos sentidos dicionarizados de *cortar* (o único listado lexicograficamente, uma vez que não há entrada para *cortar fora*) no Dicionário Michaelis on-line, que apresenta 44 acepções distintas do verbo. Esses significados fundamentaram, então, a análise desenvolvida à luz do nosso enquadramento teórico, cujos resultados são apresentados na seção seguinte.

DISTINÇÃO ASPECTUAL ENTRE *CORTAR* E *CORTAR FORA*

A Tabela 1 apresenta os resultados da análise semântica realizada nas postagens. Nela, observa-se que, das 39 ocorrências do verbo simples *cortar*, 9 foram empregadas no sentido de *fazer incisão/ferir* e 30 no de *decepar/arrancar/remover*. Em contraste, no caso da construção verbo-partícula *cortar fora*, todas as 487 ocorrências denotaram *decepar/arrancar/remover*.

Tabela 1 – Significados atribuídos a *cortar* e *cortar fora*

Verbo/Construção	**Total de ocorrências**	**Significado: Fazer incisão/ferir**	**Significado: Decepar/arrancar/remover**
cortar	39	9	30
cortar fora	487	0	487

Fonte: Elaboração própria.

Do ponto de vista do valor aspectual, o significado *fazer incisão/ferir* não expressa o aspecto completivo, pois apenas ocasiona um ferimento, sem levar à separação da parte ferida em relação ao todo, como demonstrado nos seguintes tuítes: *eu vou cortar minha garganta pra você olhar pra mim*; *[...] cortei meu pezinho inho inho inho*; *fui pegar o louro no dedo e esse kpt me bicou que cortou meu dedo* (Quadro 3). Já o significado *decepar/arrancar/remover* codifica necessariamente a completude da ação, culminando na separação das partes envolvidas no ato de *cortar*/*cortar fora*, como exemplificado em: *no dia que eu largar a mão da marciele eh pq cortaram*; *Cortaram a cabeça do Patrick*; *minha orelha ta queimando vou cortar fora*; *O cara é tão patriota que cortou fora o braço esquerdo* (Quadro 3).

À luz da Linguística Cognitiva, os resultados sugerem que *cortar* e *cortar fora* são *construals* distintos. Enquanto *cortar* perfila tanto o processo quanto o resultado, *cortar fora* perfila sempre o resultado. Dessa forma, como *cortar* não exige, por si só, que a ação tenha sido levada até o fim, permitindo leituras parciais (no caso concreto, *fazer incisão/ferir*), o efeito holístico não é obrigatório. Isso faz com que o seu uso possa gerar ambiguidade na interpretação, o que não acontece com *cortar fora*, para o qual a partícula – ao introduzir um ponto terminal esquemático – bloqueia leituras parciais e ativa, obrigatoriamente, o efeito holístico. Logo, se na cena conceptualizada com *cortar,* a separação da parte em relação ao todo pode ou não ocorrer, na cena conceptualizada com *cortar fora*, essa separação é necessariamente realizada.

Além disso, é possível considerar que os dados revelam uma tendência significativa no uso das duas construções. Quando o objetivo do falante é perspectivar o evento como concluído, há preferência pela construção verbo-partícula: no *corpus* analisado, foram registradas 487 ocorrências de *cortar fora*, em contraste com 30 ocorrências de *cortar* com o mesmo valor semântico. Esse padrão parece indicar que *cortar fora* funciona como um recurso linguístico preferencial para expressar a completude do evento.

CONCLUSÃO

Apesar de o *corpus* do estudo ser moldado pelo viés algorítmico da plataforma X, ele ilustra usos autênticos e não monitorados tanto de *cortar* quanto de *cortar fora*, que permitem observar como escolhas linguísticas distintas revelam modos diferenciados de enquadrar cognitivamente uma mesma experiência. Além disso, a partir dos dados coletados, é possível identificar um padrão no uso da construção *cortar fora*.

Em primeiro lugar, é importante destacar que esse uso exibe uma característica típica do funcionamento das construções gramaticais: construções emergem de padrões lexicais frequentes (Bybee, 2010). No caso da expressão *cortar fora*, o padrão lexical consiste em o objeto do verbo pertencer, com alta frequência, à classe de partes corporais inalienáveis. A construção é utilizada para indicar a realização completa da ação, quando o objeto é uma parte corporal inalienável. Nesse contexto específico, a construção verbo-partícula emerge como alternativa construcional, acrescentando de modo claro um

significado adicional – um valor aspectual – que pode não estar contemplado no uso do verbo simples (*cortar*).

Esse uso de uma construção analítica que incorpora um novo item lexical (o advérbio *fora*) à estrutura pode ser situado no que Langacker (2008, p. 77) denomina "*construal* objetivo". Trata-se, segundo o autor, de um modo de conceptualização que, "[…] concebido com máxima objetividade, é o objeto focal da atenção: a entidade que uma expressão coloca em cena e perfila. Assim, o *construal* objetivo correlaciona-se com o perfilamento e com a menção explícita" (Langacker, 2008, p. 77, tradução nossa). Isso significa que a construção verbo-partícula implica a expressão do resultado da ação ou, mais precisamente, do efeito holístico da ação realizada. Nesse caso, a interpretação de "decepar/arrancar/remover uma parte do corpo" emerge como a única possível.

O *construal* associado à construção verbo-partícula corresponde, portanto, a um perfilamento "objetivo" do resultado do evento na cena verbal. Esse segmento pode estar apenas implícito no verbo simples, mas a construção verbo-partícula o torna sempre explícito ou, nas palavras de Langacker (2008, p. 77, tradução nossa), "coloca-o em cena", deixando claro, e sem margem para dúvidas, o valor aspectual completivo nele implicado. No *construal* do verbo simples *cortar*, o fato de ser possível que tal valor aspectual – correspondente ao sentido de decepação/remoção completa – se encontre em segundo plano, torna a comunicação passível de ambiguidade, levando o interlocutor a não identificar, com precisão, que esse é o significado pretendido pelo falante.

Tendo isso em vista, os resultados mostram que a partícula *fora* não é redundante nem pleonástica. Ao contrário, ela altera a estrutura conceptual do evento, introduzindo um ponto terminal esquemático que perfila o resultado da ação. Com isso, a interpretação torna-se não ambígua: o evento é necessariamente conceptualizado como completo, implicando a separação da parte cortada em relação ao todo.

Nessa perspectiva, o estudo evidencia que as construções verbo-partícula não só integram o uso real do português brasileiro, mas também introduzem nuances semânticas e comunicativas próprias, como a expressão de valores aspectuais. Longe de constituírem formas pleonásticas ou desvios da norma, elas participam de um sistema expressivo que permite aos falantes selecionar diferentes *construals* para representar um mesmo evento.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOLINGER, Dwight. *The phrasal verb in English*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

BRINTON, Laurel J. Verb particles in English: aspect or aktionsart?. *Studia Linguistica*, v. 39, n. 2, p. 157-168, 1985.

BRINTON, Laurel J.; AKIMOTO, Minoji. Introduction. *In*: BRINTON, Laurel J.; AKIMOTO, Minoji (org.). *Collocational and idiomatic aspects of composite predicates in the history of English*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999. p. 1-19.

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, Joan L.; DAHL, Östen. The creation of tense and aspect systems in the languages of the world. *Studies in Language*, v. 13, n. 1, p. 51-103, 1989.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 42. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2000.

CELCE-MURCIA, Marianne; LARSEN-FREEMAN, Diane. *The grammar book*: an ESL/EFL teacher's course. 2. ed. Boston: Heinle & Heinle, 1999.

CHAPPELL, Hilary; MCGREGOR, William (org.). *The grammar of inalienability*: a typological perspective on body part terms and the part-whole relation. Berlin: Mouton de Gruyter, 1996.

COMRIE, Bernard. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CORDIN, Patrizia. From verbal prefixes to direction/result markers in Romance. *Linguistica*, v. 51, n. 1, p. 201-216, 2011.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics. *In*: The Linguistic Society of Korea (org.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982. p. 111-137.

FOSSILE, Dieysa Kanyela. Valores aspectuais do português brasileiro e do alemão: uma proposta de síntese. *In*: MOURA, Heronides; MOTA, Mailce Borges; SANTANA, Ana Paula (org.). *Cognição, léxico e gramática*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 47-93.

HART, Carl W. *The ultimate phrasal verb book*. Hauppauge: Barron's Educational Series, 2017.

HEINE, Bernd. *Possession*: cognitive sources, forces, and grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

IACOBINI, Claudio. The role of dialects in the emergence of Italian phrasal verbs. *Morphology*, v. 19, p. 15-44, 2009.

HIJAZO-GASCÓN, Alberto; IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide. Same family, different paths: intratypological differences in three Romance languages. *In*: GOSCHLER, Juliana; STEFANOWITSCH, Anatol (org.). *Variation and change in the encoding of motion events*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2013. p. 39-54.

JACKENDOFF, Ray. English particle constructions, the lexicon, and the autonomy of syntax. *In*: DEHÉ, Nicole; JACKENDOFF, Ray; MCINTYRE, Andrew; URBAN, Silke (org.). *Verb-particle explorations*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2002. p. 67-94.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar*. v. 1: Theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald W. *Cognitive grammar*: a basic introduction. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MACHONIS, Peter. Compositional verb-particle constructions with up: direction, aspect, intensity. *Lingvisticæ Investigationes*, v. 32, n. 2, p. 253-264, 2009.

MEYER, George A. *The two-word verb*: a dictionary of the verb-preposition phrases in American English. The Hague; Paris: Mouton, 1975.

MICHAELIS. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/. Acesso em: 10 maio 2025.

MOURA, Heronides. Telicity, trajectory, and phrasal verbs in Brazilian Portuguese. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 67, n. 00, e025029, 2025. DOI: 10.20396/cel.v67i00.8679884. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8679884. Acesso em: 6 fev. 2026.

QUERIQUELLI, Luiz Henrique Milani; MOURA, Heronides. Path marking on the satellite in Latin, old Portuguese, and vernacular Brazilian Portuguese. *Fórum Linguístico*, v. 18, n. 2, p. 6124-6136, 2021.

PINKER, Steven. *Do que é feito o pensamento*: a língua como janela para a natureza humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PORQUIER, Rémy. “Gli corro dietro” / “Je lui cours après”: à propos d'une construction verbale spécifique en italien et en français. *In*: MARCELLESI, Mathée; ROCCHETTI, Alvaro (org.). *Il verbo italiano*: studi diacronici, sincronici, contrastivi, didattici. Roma: Bulzoni, 2003. p. 491-500.

SANTOS FILHO, Dorival Gonçalves. O padrão de lexicalização do português brasileiro: evento de movimento. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli*, v. 5, n. 2, p. 103-123, 2017.

SLOBIN, Dan I. From “thought and language” to “thinking for speaking”. *In*: GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. (org.). *Rethinking linguistic relativity*. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 70-96.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TALMY, Leonard. Properties of main verbs. *Cognitive Semantics*, v. 2, n. 2, p. 133-163, 2016.

THIM, Stefan. *Phrasal verbs*: the English verb-particle construction and its history. Berlin; Boston: De Gruyter Mouton, 2012.

VIARO, Mário Eduardo. *A construção verbo+advérbio de lugar no romanche*: herança latina ou decalque germânico?. 2001. Tese (Doutorado em Letras Clássicas – Filologia Românica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VIARO, Mário Eduardo. Para uma abordagem sintático-semântica da projeção adverbial nos verbos portugueses do tipo jogar fora. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 5, p. 143-176, 2002.

WORKMAN, Graham. *Phrasal verbs and idioms*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Recebido em: 28/04/2026
Aceito em: 02/07/2026

Heronides Moura: professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi professor visitante na Charles Cook University e na Central Queensland University, ambas na Austrália. Foi Presidente da ANPOLL (2012-2014) e Coordenador da Pós-

Graduação em Linguística da UFSC por três mandatos. Seu último livro foi O vírus bandido (Editora da UNICAMP, 2023). É pesquisador do CNPQ. Atua nas áreas de Semântica, Pragmática e Linguística Cognitiva.

Alcione Alves Hulse: doutoranda em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina, mestra em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018), especialista em Educação, Comunicação e Tecnologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2008) e bacharela em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001), com licenciatura plena em Biologia pela Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (2004). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Tecnologia, e atua como técnica em assuntos educacionais na Secretaria de Educação a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.97855

Projeções metafóricas e metonímicas na construção modalizadora [V1AUX + Prep + V2INF]

Metaphoric and metonymic projections in the modalizing construction [V1AUX + Prep + V2INF]

Líneker Trajano dos Santos
Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC/RN)
prof.linekertrajano@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4401-2076

RESUMO
Este artigo descreve as projeções metafóricas e metonímicas subjacentes à construção modalizadora [V1AUX + Prep + V2INF] do português brasileiro, que licencia os subesquemas *ter de*, *haver de*, *estar para* e *ficar de* + infinitivo. Analisam-se 3.650 construtos do Corpus do Português (seção Web/Dialetos), à luz da Gramática de Construções e das Teorias Conceptuais da Metáfora e da Metonímia. Identificam-se duas metáforas primárias, TEMPO É ESPAÇO e ESPAÇO É META, que sustentam a extensão de *estar* e *ficar* e ancoram os valores modal e aspectual, e metáforas secundárias dependentes do *slot* V2. No eixo metonímico, sobressaem INSTITUIÇÃO-PESSOA e INSTRUMENTO-UTILIZADOR. Os dois processos são estratificados: a metonímia organiza os participantes; a metáfora, o modo como a ação é conceptualizada.

Palavras-chave: Gramática de Construções; metáfora conceptual; metonímia; modalização; português brasileiro.

ABSTRACT
This paper describes the metaphoric and metonymic projections underlying the Brazilian Portuguese modalizing construction [V1AUX + Prep + V2INF], which licenses the subschemas *ter de*, *haver de*, *estar para*, and *ficar de* + infinitive. The study analyzes 3,650 constructs from the Corpus do Português (Web/Dialects section), drawing on Construction Grammar and the Conceptual Theories of Metaphor and Metonymy. Two primary metaphors, TIME IS SPACE and SPACE IS GOAL, extend *estar* and *ficar* and ground the construction's modal and aspectual values, plus secondary metaphors on the *slot* V2. On the metonymic axis, INSTITUTION-PERSON and INSTRUMENT-USER stand out. The two are stratified: metonymy organizes participants; metaphor structures how the action is conceptualized.

Keywords: Construction Grammar; conceptual metaphor; metonymy; modality; Brazilian Portuguese.

INTRODUÇÃO

As abordagens cognitivo-funcionais contemporâneas tomam a gramática como um repositório atualizável de construções, isto é, de pareamentos convencionalizados de forma e função (Goldberg, 1995). Um fenômeno particularmente produtivo para a descrição do português brasileiro (doravante PB) é a modalização veiculada por perífrases verbais compostas de auxiliar, preposição e infinitivo. Sua configuração esquemática pode ser representada como [V1AUX + Prep + V2INF]. Essa construção licencia subesquemas como *ter de*, *haver de*, *estar para* e *ficar de* + infinitivo, que exprimem obrigação, necessidade, compromisso e volição (Santos, 2023).

A complexidade semântico-pragmática desses padrões não se esgota na descrição de suas propriedades formais. É preciso examinar as operações cognitivas de domínio geral que atuam em suas instâncias de uso. Entre elas, a metáfora e a metonímia conceptuais ocupam lugar central, pois constituem mecanismos por meio dos quais experiências abstratas são conceptualizadas em termos de experiências concretas e corporificadas (Lakoff; Johnson, 2002). Observe-se a ocorrência a seguir:

> **(1)** "AS CASAS BAHIA **ficou de enviar** o produto correto e até agora nada!" (Corpus do Português. Disponível em: http://www.reclameaqui.com.br/16216959/casas-bahia-loja-virtual/. Acesso em: 30 dez. 2015).

Em (1), *ficar* não veicula mais a ideia de permanência em determinado local, sentido que lhe é básico. Ao integrar a construção *ficar de* + infinitivo, seu sentido foi metaforizado. Parte-se do domínio do espaço — não sair de um lugar, permanecer — em direção a um domínio mais abstrato, o de compromisso assumido em dado momento para posterior realização de uma atividade. Esse mapeamento se representa pela metáfora conceptual TEMPO É ESPAÇO (Santos, 2017; Bispo; Santos, 2019). Simultaneamente, subjaz ao dado a projeção metonímica INSTITUIÇÃO-PESSOA: o sujeito gramatical

designa uma instituição comercial, mas as ações são executadas pelas pessoas que a representam.

Considere-se, ainda, uma instância de outro subesquema:

> **(2)** "[...] como o trojan nao funciona no linux, eu apenas sei que **tenho de reconfigurar** o modem novamente."
> (Corpus do Português. Disponível em: https://linhadefensiva.org/2012/03/20/criminosos-alteram-dns-de-modems-usando-falha-para-realizar-fraudes/. Acesso em: 24 jul. 2021).

Em (2), o falante emprega *ter de* + infinitivo para exprimir necessidade imposta por circunstâncias externas. O verbo *ter*, esvaziado do sentido pleno de posse, opera como auxiliar modal. A base experiencial que subjaz ao padrão envolve a conceptualização da obrigação como algo que se possui, o que remete à metáfora OBRIGAÇÕES SÃO POSSES (Sweetser, 1990). As duas ocorrências evidenciam, desde já, que os sentidos modais da construção repousam sobre processos cognitivos que cumpre explicitar.

Diante disso, este artigo tem por objetivo descrever as projeções metafóricas e metonímicas atuantes nas instâncias de uso dos quatro subesquemas, a partir de dados reais do Corpus do Português (seção Web/Dialetos). A investigação se fundamenta na Gramática de Construções (Goldberg, 1995, 2006; Croft, 2001; Traugott; Trousdale, 2013), articulada às Teorias Conceptuais da Metáfora e da Metonímia (Lakoff; Johnson, 1980; Lakoff; Turner, 1989; Taylor, 1992), no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013).

O texto se organiza em cinco seções. Na seção 2, sintetizam-se os fundamentos teóricos, com atenção à interface entre modalidade e aspectualidade na construção sob análise. Na seção 3, detalham-se os procedimentos metodológicos, os parâmetros de busca e os critérios de categorização das projeções. Na seção 4, procede-se à análise dos dados. Na seção 5, discutem-se as implicações teóricas dos resultados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A construção modalizadora [V1AUX + Prep + V2INF]: modalidade e aspectualidade

A Gramática de Construções (doravante GC) toma a construção como unidade básica da gramática, definida como pareamento convencionalizado de forma e função (Goldberg, 1995). Léxico e sintaxe não se separam rigidamente: constituem um *continuum* de construções que variam em complexidade e abstração (Croft, 2001). Nesse *continuum*, há construções plenamente especificadas e construções parcialmente esquemáticas, com *slots* abertos a preenchimento lexical variável.

A construção modalizadora [V1AUX + Prep + V2INF] é parcialmente esquemática, de alta produtividade e composicionalidade intermediária (Santos, 2023). O *slot* V1 é preenchido por *ter*, *haver*, *estar* e *ficar*, verbos que perderam propriedades de predicador pleno e adquiriram funções de auxiliar modal. A preposição funciona como elo, e o *slot* V2 acolhe verbos de tipos semânticos diversos, responsáveis por boa parte da variabilidade de sentidos do padrão.

Goldberg (1995) sustenta que as construções se associam a uma família de sentidos afins, e não a um sentido único e fixo. Traugott e Trousdale (2013) tratam desses elos polissêmicos, que ligam o sentido prototípico de uma construção a suas extensões, no nível dos subesquemas. Tal concepção é decisiva aqui, porque a construção sob análise não veicula um valor modal homogêneo. Além disso, a organização em rede permite a ativação quase simultânea de nós próximos, mecanismo conhecido como expansão de ativação (Hudson, 2010 *apud* Traugott; Trousdale, 2013). Daí a proximidade, na rede, entre *ter de* e *haver de*, de um lado, e entre *ficar de* e *estar para*, de outro, estes últimos aproximados pela noção espacial que lhes é imanente.

Cumpre, neste ponto, explicitar uma questão frequentemente elidida nas descrições construcionistas da modalização: a interface entre valor modal e valor aspectual. Modalidade e aspectualidade não constituem compartimentos estanques na construção aqui investigada. O caso mais evidente é o de *estar para* + infinitivo, tradicionalmente descrito como perífrase aspectual ligada ao aspecto não começado, isto é, à projeção do estado de coisas para um momento posterior (Santos, 2023). Também *ficar* integra rede em que valores aspectual e modal coexistem, conforme já apontavam Herculano de Carvalho (1984) e Lehmann (2008) a propósito de sua auxiliarização.

Como se demonstrará na seção 4, o valor aspectual de iminência e o valor modal de volição não competem: imbricam-se. E imbricam-se justamente porque repousam sobre a mesma base metafórica. A metáfora TEMPO É ESPAÇO, que sustenta a leitura

modal de compromisso, é a mesma que ancora a leitura aspectual de iminência, uma vez que ambas conceptualizam a proximidade temporal em termos de proximidade espacial. Reconhecer essa imbricação é condição para descrever adequadamente o subesquema *estar para* + infinitivo, cujo pertencimento simultâneo à rede modal e à rede aspectual constitui, ele próprio, um argumento a favor da concepção reticular da gramática (Traugott; Trousdale, 2013).

2.2 Metáfora e metonímia conceptuais

A Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 1980, 2002; Lakoff, 1987) desloca a metáfora do domínio da retórica para o da cognição. Metáforas não são ornamentos estilísticos, mas mecanismos por meio dos quais conceitos abstratos são compreendidos em termos de experiências concretas. Formalmente, envolvem mapeamento sistemático entre um domínio fonte, mais concreto e diretamente experienciável, e um domínio alvo, mais abstrato. Na metáfora TEMPO É ESPAÇO, a experiência sensório-motora de deslocamento é projetada sobre a noção de tempo.

A corporificação (*embodiment*) constitui pilar dessa teoria. Gallese e Lakoff (2005) defendem que a simulação de determinadas ações só se alcança a partir dos conceitos básicos da experiência humana, ancorados nas capacidades sensório-motoras do sistema corpo-cérebro. Sweetser (1990), por sua vez, mostra que sentidos modais deônticos com frequência se originam de metáforas que partem do domínio sociofísico. A obrigação, nessa chave, é compreendida como força que compele o agente a agir. Ambas as formulações são diretamente operacionalizáveis na análise que se segue.

A metonímia, por seu turno, opera dentro de um mesmo domínio. Estabelece conexões entre entidades que coocorrem numa dada estrutura conceitual (Taylor, 1992), permitindo chegar a uma entidade com base em outra, via contiguidade (Lakoff; Turner, 1989). Essa contiguidade não é necessariamente espacial: pode ser temporal, causal ou conceptual. As metonímias conceptuais abrangem relações como continente pelo conteúdo, causa pelo efeito, instrumento pelo agente e parte pelo todo, muitas delas ancoradas em esquemas imagéticos (Silva, 1997). Para os funcionalistas, a metonímia é ainda corresponsável pelo processo de reanálise, na medida em que a contiguidade conceitual e estrutural entre componentes linguísticos favorece a emergência de novos

padrões gramaticais (Hopper; Traugott, 2003). Cabe destacar, com Duque e Costa (2012), que a metonímia, como toda atividade de produção de sentido, implica fatores interacionais, sociais e culturais.

Taylor (1992, p. 124) sustenta que a metonímia é um dos processos mais fundamentais de extensão de sentidos, talvez mais básico do que a própria metáfora. A asserção é produtiva aqui, pois as projeções metonímicas com frequência precedem e fundamentam as metafóricas. Goossens (1990) e Barcelona (2000) demonstram que os dois processos interagem: uma metonímia pode servir de base a uma projeção metafórica posterior, e uma mesma instância pode acionar simultaneamente ambos os mecanismos. É essa interação que a seção 4 procura sistematizar.

Por fim, a seleção de um sujeito metonímico não é fortuita: resulta de perspectivação conceptual (*construal*). Conforme Langacker (1987, 1991, 2008) e Silva (2008), o significado de uma expressão não se caracteriza apenas pelas propriedades do objeto de conceptualização, mas também pelo sujeito que conceptualiza. Toda cena admite múltiplos arranjos de visão, e a escolha construcional do falante instaura um desses arranjos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 O *corpus*, os parâmetros de busca e a constituição do banco de dados

Convém, de saída, desfazer uma ambiguidade terminológica. O *corpus* de referência desta pesquisa é o Corpus do Português, seção Web/Dialetos (Davies; Ferreira, 2016), com um bilhão de palavras. Criado em 2016, é um *corpus* sincrônico que reúne textos de páginas da *web* em português europeu, português brasileiro, angolano e moçambicano. O acesso à variedade brasileira se faz pela ferramenta "Seções" do próprio *corpus*. O *banco de dados* analisado, por sua vez, não se confunde com o *corpus*: é o subconjunto de construtos dele extraído mediante coleta parametrizada, cujos critérios se descrevem a seguir.

Igualmente convém desfazer uma dicotomia. A pesquisa é qualiquantitativa, e não meramente qualitativa. Análise qualitativa não prescinde de quantidades: as propriedades linguísticas aqui descritas se alicerçam em dados numéricos obtidos por coleta sistemática

(Martelotta, 2009). O tratamento interpretativo das projeções conceptuais pressupõe, portanto, a base quantitativa que se explicita adiante.

A coleta seguiu dois procedimentos complementares. No primeiro, de base *token*, realizou-se busca por cada flexão verbal isoladamente — *fiquei de*, *ficaste de*, *ficaram de*, *ficamos de*, e assim sucessivamente para os quatro verbos[1]. Em seguida, descartaram-se todas as ocorrências que não instanciavam o padrão [V1AUX + Prep + V2INF], tais como *fiquei de cara*, *estava de boa*, *tinha de mais* e *houve de fato*. Após o descarte, selecionou-se um número de *tokens* equivalente a 10% do total por flexão, com teto de 100 construtos para as flexões de altíssima frequência. A forma *tem de*, por exemplo, gerou 36.420 *tokens*; registraram-se, dela, os 100 primeiros construtos, uma vez que 10% desse total corresponderiam a 3.642 ocorrências apenas dessa flexão.

No segundo procedimento, de base *type*, empregou-se a ferramenta de listagem do próprio *corpus*, que retorna os 100 padrões mais recorrentes para a busca realizada. O código utilizado foi do tipo [tem de + v*]. Os dois procedimentos são complementares: o primeiro parametriza a seleção de ocorrências; o segundo permite flagrar rapidamente os *types* mais produtivos de cada subesquema.

Com base nesses parâmetros, obteve-se o seguinte banco de dados: 1.798 construtos de *ter de* + infinitivo, 960 de *haver de* + infinitivo, 540 de *estar para* + infinitivo e 352 de *ficar de* + infinitivo, perfazendo 3.650 ocorrências dos quatro padrões construcionais. É sobre esse conjunto que incide a análise das projeções conceptuais desenvolvida na seção 4.

Cabe explicitar uma limitação relevante quanto à composição do *corpus*. Por reunir gêneros textuais heterogêneos — matérias jornalísticas, comentários de publicações, trechos de obras literárias, receitas culinárias, letras de canções, poemas, entre outros —, não foi possível diagnosticar um padrão discursivo dominante nem, por conseguinte, controlar as ocorrências por gênero. Esse fato tem consequência direta sobre os achados: a alta incidência de matérias jornalísticas e de comentários sobre política e serviços pode favorecer a emergência de determinados tipos de metonímia, notadamente aqueles que envolvem sujeitos institucionais. As generalizações apresentadas na seção 4 devem, portanto, ser lidas como descrições dos padrões atestados neste banco de dados,

[1]Foram consideradas as 32 flexões número-pessoais do modo indicativo em seus seis tempos simples, excluídas as formas homônimas. Não foram considerados os modos subjuntivo e imperativo.

e não como extrapolações estatísticas para o conjunto do *corpus*. O controle sistemático por gênero constitui desdobramento necessário desta investigação.

3.2 Critérios de identificação e categorização das projeções

A identificação das projeções conceptuais obedeceu a um protocolo em quatro etapas, aplicado a cada construto.

Na primeira etapa, delimitou-se o sentido modal veiculado pela instância de uso — obrigação, necessidade, compromisso, volição ou iminência —, com base no co(n)texto imediato e nas pistas linguísticas deixadas pelo escrevente. Na segunda, examinou-se a natureza semântica do sujeito gramatical. Sujeitos animados e agentivos foram apartados de sujeitos inanimados, institucionais ou abstratos, uma vez que estes últimos constituem o contexto favorecedor por excelência das projeções metonímicas. Registrou-se, para cada caso, a natureza da entidade tomada como sujeito e a natureza da entidade efetivamente responsável pela ação.

Na terceira etapa, procedeu-se à categorização das metonímias. Adotou-se como critério a identificação da relação de contiguidade que licencia a substituição conceptual, seguindo a tipologia de Silva (1997). A projeção só foi computada quando a entidade designada pelo sujeito e a entidade responsável pela ação pertenciam a um mesmo domínio conceitual e mantinham entre si relação de contiguidade verificável — por exemplo, uma instituição e as pessoas que a integram. Casos ambíguos, em que a contiguidade não pôde ser estabelecida sem recurso a inferências não sustentadas pelo co(n)texto, foram excluídos da categorização.

Na quarta etapa, investigaram-se as projeções metafóricas. Tomou-se como critério a existência de mapeamento entre domínios distintos, aferida pelo contraste entre o sentido básico do item verbal — o mais concreto, corporificado e historicamente anterior — e o sentido contextual efetivamente atualizado. Quando o sentido contextual não podia ser derivado do sentido básico sem projeção interdominial, computou-se a metáfora. Distinguiram-se, ainda, as metáforas primárias, que decorrem da extensão semântica do próprio V1 e perpassam o subesquema como um todo, das metáforas secundárias, dependentes do preenchimento lexical do *slot* V2 e, portanto, restritas a

microconstruções específicas. As projeções são representadas na notação DOMÍNIO ALVO É DOMÍNIO FONTE (Lakoff; Johnson, 1980).

Registre-se, por transparência, que não se procedeu a um levantamento exaustivo da frequência de cada tipo de projeção no conjunto dos 3.650 construtos. Por essa razão, as afirmações da seção 4 quanto à distribuição das projeções são de natureza qualitativa: dizem respeito ao fato de determinada projeção ser atestada em todos os subesquemas ou apenas em alguns, e não a seu peso estatístico relativo. A quantificação sistemática das projeções conceptuais permanece como agenda de pesquisa, e seus resultados poderão confirmar ou refutar as tendências aqui descritas.

4 PROJEÇÕES METAFÓRICAS E METONÍMICAS NA CONSTRUÇÃO MODALIZADORA

Esta seção analisa as projeções conceptuais atestadas nos subesquemas da construção modalizadora. A exposição se organiza em três partes. A primeira trata das projeções metonímicas, que constituem a base cognitiva sobre a qual operam, frequentemente, as metafóricas. A segunda aborda as metáforas conceptuais, com atenção aos esquemas imagéticos subjacentes e à interface modal-aspectual. A terceira sistematiza a interação entre os dois mecanismos.

4.1 Projeções metonímicas: contiguidade conceptual e perspectivação

Um traço recorrente nos dados é o tratamento de instituições e entidades inanimadas como agentes das ações expressas pelos subesquemas. Tal estratégia se ancora em projeções metonímicas que envolvem contiguidade conceptual entre a entidade nomeada e os agentes humanos que efetivamente atuam. Observem-se os dados:

> **(3)** "A SEE informou que este pagamento será feito. A dúvida é se isto ocorrerá até o final deste mês ou no início do próximo, pois depende de tratativas com a Secretaria da Fazenda. Quanto aos professores da 'categoria O' que tiveram seus contratos prorrogados e que também enfrentam problemas para receberem suas férias, a SEE **ficou de estudar** a questão em busca de uma solução[...]." (Corpus do Português. Disponível em: http://apeoesp.wordpress.com/. Acesso em: 05 abr. 2021).

> **(4)** "Jornalista: Porque o Brasil cresceu menos que os outros países do Brics? Presidenta: Olha, o Brasil **teve de fazer** seu ajuste. Nós, esse ano, estamos meio na contracorrente."
> (Corpus do Português. Disponível em: http://renatorabelo.blog.br/2013/03/28/dilma-critica-manipulacao-inadmissivel-de-entrevista/. Acesso em: 28 ago. 2021).
>
> **(5)** "[...] A Internet é um assunto de âmbito mundial e como tal **há de trazer** problemas, como já está trazendo."
> (Corpus do Português. Disponível em: http://www1.serpro.gov.br/publicacoes/tema/155/T151_10_c.htm. Acesso em: 30 out. 2021).
>
> **(6)** "O David acabou de postar sobre a versão 1.2.4 que eu disse que **estava para sair** nos posts anteriores. Esta versão é para corrigir bugs e principalmente para adicionar avisos de depreciação [...]"
> (Corpus do Português. Disponível em: http://www.akitaonrails.com/Rails/3?locale=en. Acesso em: 14 ago. 2021).

Nos dados (3) a (6), os sujeitos gramaticais — "SEE", "o Brasil", "a Internet" e "a versão 1.2.4" — são entidades inanimadas ou institucionais, incapazes de executar ações por si mesmas. A seleção desses sujeitos aciona projeções metonímicas que se discriminam a seguir.

Em (3), a Secretaria Estadual de Educação é tomada como sujeito de "ficou de estudar". Quem se compromete, na realidade, são os gestores e servidores que compõem a instituição. Trata-se da metonímia INSTITUIÇÃO-PESSOA, pela qual a instituição é conceptualizada por contiguidade com as pessoas que a integram (Santos, 2023). Essa projeção cumpre dupla função. De um lado, confere concretude à agência institucional. De outro, apaga os responsáveis individuais — efeito pragmático que, como lembram Duque e Costa (2012), remete a fatores interacionais e culturais, e não a mero automatismo cognitivo.

O dado (4) apresenta variação dessa projeção: PAÍS-GOVERNANTE. Ao afirmar que "o Brasil teve de fazer seu ajuste", a então chefe de Estado projeta sobre a entidade "Brasil" uma ação que cabe aos governantes. Subjaz ainda, conforme Santos (2023), a metonímia PARTE-TODO: "ajuste" remete a uma área específica — a econômica — dentre as diversas esferas da administração pública. Não são todas as áreas que fizeram ajuste. Duas projeções, portanto, se superpõem num mesmo construto.

Em (5), o subesquema *haver de* + infinitivo toma "a Internet" como sujeito de "há de trazer problemas". Opera aqui a metonímia INSTRUMENTO-UTILIZADOR, ou

OBJETO-USUÁRIO, visto que não é a internet que traz problemas, mas o uso que dela fazem seus usuários. Ademais, há generalização desse lugar virtual como forma de abarcar todos os eventos nele possíveis, o que permite identificar também a metonímia LUGAR-EVENTO (Santos, 2023).

No dado (6), relativo a *estar para* + infinitivo, "a versão 1.2.4" é sujeito de "estava para sair". A metonímia INSTRUMENTO-UTILIZADOR se faz presente: a versão do *software* não sai por si só, mas por obra de quem a elabora e programa sua execução. Soma-se a ela a metonímia PARTE-TODO, dado que a entidade-parte VERSÃO sustenta a entidade-todo PROGRAMA (Santos, 2023).

A análise conjunta desses dados autoriza uma generalização de natureza qualitativa. A metonímia INSTITUIÇÃO-PESSOA é atestada nos quatro subesquemas investigados, o que sugere não se tratar de propriedade de um padrão isolado, mas de mecanismo disponível no nível do esquema. Essa disponibilidade não é fortuita. A modalização envolve atribuição de obrigações, compromissos e expectativas, e tal atribuição recai com naturalidade sobre entidades coletivas cujas ações são, de fato, executadas por agentes humanos. Ressalve-se, contudo, que a composição do *corpus* — rica em textos jornalísticos e em comentários sobre política e serviços — pode favorecer esse tipo de projeção, conforme se apontou na seção 3.1. A perspectivação conceptual (Langacker, 1987, 2008; Silva, 2008) desempenha papel central no processo: ao selecionar um sujeito metonímico, o falante instaura um arranjo de visão específico, com consequências pragmáticas mensuráveis.

4.2 Projeções metafóricas: mapeamentos interdominiais na modalização

Conforme Taylor (1992), projeções metonímicas com frequência fundamentam projeções metafóricas subsequentes. Os dados confirmam essa interação. Examinam-se, a seguir, as metáforas conceptuais atestadas.

4.2.1 TEMPO É ESPAÇO e ESPAÇO É META: a interface modal-aspectual

Uma metáfora primária perpassa os subesquemas com *ficar* e *estar*: TEMPO É ESPAÇO. Ambos os verbos guardam, em sua base etimológica, sentidos ligados à

permanência ou à situação em determinado lugar. Embora os padrões construcionais já não veiculem essa noção espacial, é possível mapear as projeções decorrentes dessa conceptualização originária. Considerem-se:

> **(7)** "Bruno CMF, muito obrigado pelo review! **Estou para comprar** este carro, e a avaliação me fez dar um passo a mais em esse sentido."
> (Corpus do Português. Disponível em: http://autoentusiastas.blogspot.com/2013/03/hyundai-hb20s-o-seda-para-completar.html. Acesso em: 14 jan. 2021).
>
> **(8)** "[...] Oi Karen! Adorei o post! [...] Mas só comprei a base, pq mac é caro né? hehehe **Fiquei de comprar** o corretivo depois [...]"
> (Corpus do Português. Disponível em: http://macmaniaca.blogspot.com/2011/08/dica-importante-o-enigma-do-corretivo.html. Acesso em: 11 maio 2021).

Em (7) e (8), os sentidos de ambos os padrões envolvem a conceptualização do tempo (domínio alvo) em termos de espaço (domínio fonte). *Ficar de* e *estar para* remetem a compromisso assumido em dado momento, ou ao desejo de realizar determinada ação, para posterior execução da atividade — comprar o carro e o corretivo, respectivamente. O tempo é conceptualizado como espaço, possivelmente em virtude de sua delimitação, à maneira dos contêineres. Em (8), há inclusive demarcação do lugar em que o falante esteve, a loja da MAC. Essa demarcação reforça a acepção de permanência em local determinado em momento anterior, que serve de base experiencial à extensão metafórica (Santos, 2023).

A extensão semântica de *estar* e *ficar* — da acepção lexical de permanência em lugar físico para a indicação de volição e compromisso — envolve, portanto, a metáfora primária TEMPO É ESPAÇO. No processo de extensão, esses verbos passam a se ligar diretamente a uma ação a ocorrer em momento posterior, como em *estou na loja para comprar um produto* > *estou para comprar um carro*, ou em *ficar interessado em comprar o corretivo* > *ficar de comprar o corretivo*.

De forma análoga opera a segunda projeção primária, ESPAÇO É META. Os sentidos mais proeminentes de volição ou iminência (7) e de compromisso (8) advêm da ideia concreta de estar em algum lugar para realizar algo, que constitui o domínio fonte. Esses sentidos se abstratizaram e passaram a indicar estar no desejo, ou na iminência, de fazer alguma coisa, bem como comprometer-se com sua realização — o domínio alvo, aqui, é a meta (Santos, 2023).

É neste ponto que se torna necessário retomar a questão da aspectualidade, anunciada na seção 2.1. As descrições tradicionais tratam *estar para* + infinitivo como perífrase estritamente aspectual, ligada ao aspecto não começado. Os dados, contudo, mostram que valor aspectual e valor modal se imbricam. Observe-se:

> **(9)** "Vou te dar um exemplo aqui do nosso lado, o Peru aqui do nosso lado que é vizinho nosso, ainda não importa carne do Brasil [...] nós **estamos para abrir** esse mercado. Nós temos o Vietnã que eu estou indo lá no mês de maio, que nós também estamos tentando abrir esse mercado [...] Eu estou indo no Japão no dia 10 de maio, para uma reunião do G20, mas também vamos conversar sobre a abertura de mercado para a carne brasileira."
> (Corpus do Português. Disponível em: https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/04/07/em-entrevista-ministra-tereza-cristina-fala-sobre-a-reabertura-do-mercado-de-carnes-nos-eua.ghtml. Acesso em: 03 ago. 2020).

À primeira vista, "nós estamos para abrir esse mercado" indicaria apenas aspecto não começado: a ação tem grandes chances de ocorrer em futuro próximo. O co(n)texto, porém, oferece pistas que ampliam essa leitura. Após empregar a construção, a falante enumera ações concretas em curso — ir ao Vietnã negociar, conversar sobre a abertura do mercado no G20. Tais evidências linguísticas confirmam que "estamos para abrir" denota mais do que ação provável: denota algo almejado, que ocorrerá não por acaso, mas em decorrência de atividades deliberadamente dirigidas a esse fim (Santos, 2023). Há, pois, imbricamento entre valor aspectual e valor modal.

O ponto teórico que daí se extrai é o seguinte. Esse imbricamento não é acidente descritivo, mas consequência da base metafórica comum aos dois valores. Tanto a leitura aspectual de iminência quanto a leitura modal de volição derivam da mesma projeção TEMPO É ESPAÇO: em ambas, a proximidade temporal do evento é conceptualizada como proximidade espacial em relação a uma meta. A metáfora ESPAÇO É META, por sua vez, é o que permite que a proximidade se converta em orientação intencional — e é precisamente a orientação intencional que constitui o núcleo do valor modal. Vale dizer: o valor modal de *estar para* + infinitivo não se acrescenta ao valor aspectual de fora, como camada externa. Emerge da mesma matriz conceptual que o sustenta. Essa constatação oferece um argumento cognitivo para o pertencimento simultâneo do subesquema à rede modal e à rede aspectual (Traugott; Trousdale, 2013).

4.2.2 MUDAR DE ASSUNTO É FUGIR e ESFORÇAR-SE É LUTAR

Os subesquemas com *ter de* e *haver de* + infinitivo apresentam projeções metafóricas vinculadas à base sensório-motora dos verbos que preenchem o *slot* do infinitivo. Observem-se:

> **(10)** "[...] Ai, coitadinho do Passos! Já **teve de fugir** à pergunta três vezes e a diabólica da Judite ainda insistiu mais uma vez... ai, que pena que nós temos de Passos Coelho: é que fugir às perguntas dá mesmo muito trabalho!"
> (Corpus do Português. Disponível em: http://cidadaniaverticalidades.wordpress.com/category/joao-lemos-esteves/. Acesso em: 30 out. 2021).

Em (10), subjaz ao uso "teve de fugir à pergunta" a metáfora MUDAR DE ASSUNTO É FUGIR (ESCAPAR). O domínio fonte é o ato de fugir, ancorado nas experiências sensório-motoras de retirar-se de algo concreto no espaço físico para escapar de pessoa, lugar ou situação ameaçadora. O domínio alvo é o comportamento de desviar o foco, desconversar, hesitar diante de tema desconfortável. Assim, um uso concreto de *fugir*, como em *fugir do prédio*, abstratizou-se por analogia e passou a figurar em instâncias como *fugir da pergunta*. A pergunta, aqui, funciona como ameaça — o que favorece o uso —, sem que haja qualquer ideia de deslocamento físico (Santos, 2023).

> **(11)** "[...] Se tiverem paciência para ouvir-nos, **havemos de lutar** para corrigir-nos [...]"
> (Corpus do Português. Disponível em: http://espacoastrologico.org/2013/02/06/shakespeare-e-a-astronomia-a-visao-de-sua-epoca/. Acesso em: 18 ago. 2021).

Em (11), o sentido subjacente indica que alguém se esforçará para retificar um erro. O falante recorre a *lutar*, verbo que guarda em sua base conceptual ideias ligadas ao uso do corpo em combate. Opera, portanto, a metáfora ESFORÇAR-SE É LUTAR. Como a luta corporal exige esforço físico, é essa ideia concreta que se simula, de modo mais abstrato, no ato de corrigir-se. O dado ratifica a tese da base corporificada da linguagem: a simulação de ações, conforme Gallese e Lakoff (2005), só se alcança a partir dos conceitos básicos da experiência humana.

4.2.3 PROCESSOS/AÇÕES LEGAIS SÃO RECIPIENTES e SOLICITAR É ENTRAR

Outra projeção identificada relaciona-se ao esquema imagético do CONTÊINER, na oposição dentro/fora (Lakoff, 1987). Analisem-se as ocorrências:

> **(12)** "Ola. Trabalhei quase 11 anos e **estou para dar entrada** no seguro desemprego, porém preciso de tempo livre pois estou terminando a Faculdade [...]"
> (Corpus do Português. Disponível em: http://3xtrinta.blogspot.com/. Acesso em: 14 ago. 2021).
>
> **(13)** "[...] Todo mundo sumiu [...], e eu fiquei só e recebendo as críticas. Pedia ajuda. **Tive de entrar** com uma ação no Ministério Público para conseguir ajuda da minha irmã [...]"
> (Corpus do Português. Disponível em: http://montesclaros.com/mural/cronistas.asp?cronista=Alberto%20Sena. Acesso em: 30 out. 2021).

Em (12) e (13), a metáfora primária PROCESSOS/AÇÕES LEGAIS SÃO RECIPIENTES opera de modo que determinadas entidades e eventos são tomados como contêineres. Em relação a eles, algo pode estar dentro ou fora, perto ou longe; neles algo pode entrar, ou deles pode sair (Santos, 2023). A ela se soma a metáfora secundária SOLICITAR É ENTRAR, constituída a partir do mesmo esquema imagético[2]. O Seguro Desemprego e a ação judicial se associam à ideia de recipiente, segundo a qual categorizamos eventos e processos como dotados de contornos definidos, entradas e saídas.

Ao enviar documentação, ou ao dirigir-se a determinado lugar para solicitar benefício, o falante conceptualiza a ação como "dentro" ou "entrada". O oposto — o encerramento da tarefa — conceptualiza-se como "fora" ou "saída", em construtos como *ficar de fora*, *ser excluído* e *dar baixa* (Santos, 2023). A projeção evidencia como o esquema do CONTÊINER, de natureza pré-linguística e corporificada, estrutura a compreensão de processos institucionais e jurídicos.

4.3.4 ANALISAR É VER e APOIO É AJUDA FINANCEIRA

[2] Admite-se a leitura, mais econômica, que toma o *Ministério Público* como recipiente e a *ação* como trajetor. A análise proposta não a exclui: no plano do evento, porém, o que se conceptualiza é o ingresso em um *processo*, leitura sustentada pela ocorrência (12) e pela família de construtos correlatos, em que o contêiner é sempre o processo, jamais a instituição.

Nos dados de *ficar de* + infinitivo, identificam-se projeções em que verbos de percepção sensorial e termos abstratos são empregados em acepções metaforizadas:

> **(14)** "[...] E eu já enviei seu caso pra BAND quando tinha 10 meses do teu atentado, **ficaram de ver**, e pelo visto, NECAS, vou cobrar de novo que eles pelo menos façam barulho pra apurar isso, grande abraço."
> (Corpus do Português. Disponível em: http://ricardogama.blogspot.com/2012/05/blogueiro-ricardo-gama-tera-que-fazer.html. Acesso em: 14 maio 2021).

O dado (14) veicula projeção sancionada pelo mapeamento ANALISAR É VER. O uso de *ver* parte da ideia de que é preciso olhar, observar algo para perceber-lhe as nuances, o que remete à percepção sensorial. Parte-se do domínio fonte (*ver*) em direção ao domínio alvo (*analisar*) por analogia, resultando no sentido de comprometimento em analisar o material enviado. Simultaneamente, subjaz ao dado a metonímia INSTITUIÇÃO-PESSOA: "a BAND" é tomada como grupo de pessoas que se comprometeram a apreciar o caso. A sobreposição de metáfora e metonímia num mesmo construto confirma a interação postulada por Goossens (1990) e Barcelona (2000).

> **(15)** "A situação da saúde em ilhéus, cadê o apoio do estado, que **ficou de enviar**? Estamos acompanhando uma inversão de VALORES E RESPONSABILIDADES [...]"
> (Corpus do Português. Disponível em: http://www.israelnunes.com.br/v1/2011/01/25/. Acesso em: 14 ago. 2021).

Em (15), faz-se presente a metáfora APOIO É AJUDA FINANCEIRA. O domínio fonte é o suporte, a base que sustenta ou ampara alguém; o domínio alvo é o recurso financeiro necessário a esse amparo. Transmite-se, assim, a ideia de que a cidade carece de investimento na área da saúde. Ademais, a metonímia INSTITUIÇÃO-PESSOA opera novamente: não é "o estado" que envia investimento, mas o governador, detentor da prerrogativa de direcionar recursos (Santos, 2023).

4.3 A interação metáfora-metonímia: sistematização dos dados

A análise permite sistematizar os achados em dois eixos complementares. No eixo metonímico, as projeções organizam a relação entre os participantes do evento e a construção modalizadora. Sujeitos institucionais, instrumentais ou abstratos são

conceptualizados por contiguidade com os agentes humanos que efetivamente executam as ações. Esse eixo se manifesta nas projeções INSTITUIÇÃO-PESSOA, PAÍS-GOVERNANTE, INSTRUMENTO-UTILIZADOR, LUGAR-EVENTO e PARTE-TODO, atestadas nos quatro subesquemas.

No eixo metafórico, as projeções sustentam a extensão semântica dos verbos que compõem a construção. Aqui se impõe uma distinção de nível. As metáforas TEMPO É ESPAÇO e ESPAÇO É META são primárias: decorrem da extensão semântica do próprio V1, perpassam os subesquemas com *ficar* e *estar* como um todo e fundamentam, conforme se demonstrou em 4.2.1, tanto o valor modal quanto o aspectual. Já as metáforas vinculadas ao infinitivo — MUDAR DE ASSUNTO É FUGIR, ESFORÇAR-SE É LUTAR, ANALISAR É VER, PROCESSOS LEGAIS SÃO RECIPIENTES, SOLICITAR É ENTRAR, APOIO É AJUDA FINANCEIRA — são secundárias: dependem do preenchimento lexical do *slot* V2 e, portanto, situam-se no nível das microconstruções, não no dos subesquemas.

Essa estratificação tem consequência teórica. Ela mostra que a produtividade da construção modalizadora em sancionar projeções metafóricas diversas não é propriedade do esquema em si, mas resulta da interação entre o esquema e o material lexical que o preenche. O esquema fornece a matriz conceptual — a projeção do espaço sobre o tempo e a meta —; o preenchimento do *slot* V2 introduz projeções adicionais, herdadas da base experiencial de cada verbo.

A interação entre os dois eixos é particularmente visível em (14) e (15), em que metonímia e metáfora coocorrem. A metonímia organiza a relação entre os participantes — quem se compromete, quem deve agir. A metáfora estrutura o modo como a ação comprometida é conceptualizada. Confirma-se, no âmbito dos dados do PB, a perspectiva de Goossens (1990) e Barcelona (2000) sobre a complementaridade dos dois processos, bem como a asserção de Taylor (1992) de que a metonímia serve de base a projeções metafóricas subsequentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo descreveu as projeções metafóricas e metonímicas atuantes nas instâncias de uso da construção modalizadora [V1AUX + Prep + V2INF], com base em

banco de dados de 3.650 construtos extraídos do Corpus do Português. Cabe agora explicitar as implicações teóricas dos achados, que excedem a mera descrição do fenômeno.

A primeira implicação diz respeito aos estudos de modalização. A análise mostrou que os sentidos modais veiculados pela construção não são primitivos semânticos, nem se explicam por traços abstratos autônomos. Eles se ancoram em bases experienciais concretas e corporificadas, acessíveis pela via metafórica. A obrigação é conceptualizada como posse; o compromisso, como permanência num ponto do espaço-tempo; a iminência, como proximidade espacial de uma meta. Disso decorre que uma descrição adequada da modalidade no PB não pode prescindir do exame das operações cognitivas que a sustentam. Descrições que se limitem a rotular valores modais — deôntico, epistêmico, volitivo — capturam o produto, mas não o processo.

A segunda implicação incide sobre a relação entre modalidade e aspectualidade, tradicionalmente tratadas como domínios distintos. Demonstrou-se, em 4.2.1, que o valor aspectual de iminência e o valor modal de volição de *estar para* + infinitivo derivam da mesma matriz conceptual, a saber, das metáforas TEMPO É ESPAÇO e ESPAÇO É META. O valor modal não se sobrepõe ao aspectual como camada externa: ambos emergem da mesma projeção. Essa constatação oferece fundamento cognitivo — e não meramente distribucional — para o pertencimento simultâneo do subesquema à rede modal e à rede aspectual. Mais amplamente, sugere que a fronteira entre TAM (tempo, aspecto, modo) e modalidade seja menos nítida do que supõem as descrições categoriais, e que a metáfora conceptual possa fornecer o critério para reconhecer, na rede construcional, elos que a análise puramente formal não capta.

A terceira implicação toca os estudos de gramaticalização e de construcionalização. A metonímia, conforme Hopper e Traugott (2003), é corresponsável pela reanálise. Os dados aqui examinados mostram que ela permanece ativa não apenas na emergência histórica do padrão, mas em sua operação sincrônica: cada uso que toma uma instituição por seus membros reativa a contiguidade conceptual que, em outro momento, terá licenciado a mudança. A distinção entre metáforas primárias, ligadas ao V1 e ao nível subesquemático, e metáforas secundárias, ligadas ao V2 e ao nível microconstrucional, sugere ainda que os processos cognitivos se distribuem de modo

diferenciado pelos níveis da rede. Essa hipótese, se confirmada em outros domínios, teria alcance que ultrapassa o objeto aqui descrito.

Reconhecem-se, por fim, os limites deste estudo, que apontam para desdobramentos futuros. O primeiro é a ausência de quantificação sistemática das projeções conceptuais no conjunto do banco de dados, conforme se explicitou em 3.2. Um levantamento exaustivo permitiria aferir o peso relativo de cada projeção e testar estatisticamente as tendências qualitativas aqui descritas. O segundo é a impossibilidade de controle por gênero textual, dada a heterogeneidade do *corpus*: a hipótese de que a composição genérica enviesa os tipos de metonímia atestados merece verificação em *corpora* estratificados. O terceiro é a natureza sincrônica dos dados; um estudo diacrônico permitiria observar a emergência histórica das projeções e sua relação com o processo de auxiliarização. Some-se a isso a possibilidade de cotejo sistemático entre a rede modal e a rede aspectual formalmente homônimas, bem como de validação experimental dos mapeamentos propostos junto a falantes.

Espera-se, com este trabalho, ter contribuído para a descrição de padrões forma-sentido do PB em perspectiva baseada no uso, explicitando como operações cognitivas de domínio geral atuam na estabilização, na generalização e na reconfiguração de construções gramaticais.

REFERÊNCIAS

BARCELONA, Antonio (ed.). *Metaphor and metonymy at the crossroads*: a cognitive perspective. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000.

BISPO, Edvaldo Balduino; SANTOS, Líneker Trajano dos. Fatores semânticos, sociointeracionais e cognitivos da construção modalizadora com *ficar de* + infinitivo. *Odisseia*, Natal, v. 4, n. especial, p. 111-131, 2019.

CROFT, William. *Radical construction grammar*: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. *Corpus do português*: Web/Dialetos. [*S. l.*], 2016. Disponível em: https://www.corpusdoportugues.org/web-dial/. Acesso em: 10 jul. 2026.

DUQUE, Paulo Henrique; COSTA, Marcos Antonio. *Linguística cognitiva*: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências. Natal: EDUFRN, 2012.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. *In*: CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (org.). *Linguística centrada no uso*: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013. p. 13-39.

GALLESE, Vittorio; LAKOFF, George. The brain's concepts: the role of the sensory-motor system in conceptual knowledge. *Cognitive Neuropsychology*, Hove, v. 22, n. 3-4, p. 455-479, 2005.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions*: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions at work*: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOOSSENS, Louis. Metaphtonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. *Cognitive Linguistics*, Berlin, v. 1, n. 3, p. 323-340, 1990.

HERCULANO DE CARVALHO, José Gonçalo. Ficar em casa/ficar pálido: gramaticalização e valores aspectuais. *In*: HERCULANO DE CARVALHO, José Gonçalo; SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (ed.). *Estudos de linguística portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984. p. 57-75.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things*: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

LAKOFF, George; TURNER, Mark. *More than cool reason*: a field guide to poetic metaphor. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1989.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar*: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar*: descriptive application. Stanford: Stanford University Press, 1991. v. 2.

LANGACKER, Ronald W. *Cognitive grammar*: a basic introduction. New York: Oxford University Press, 2008.

LEHMANN, Christian. Auxiliarização de ficar: linhas gerais. *In*: ALMEIDA, Maria Clotilde; BERND, Susanne; BERNARDO, Ana Maria (ed.). *Questions on language change*. Lisboa: Colibri, 2008. p. 9-26.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Funcionalismo e metodologia quantitativa. *In*: OLIVEIRA, Mariangela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa do (org.). *Pesquisa em linguística funcional*: convergências e divergências. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2009. p. 1-20.

SANTOS, Líneker Trajano dos. *A construção modalizadora [(SUJ) + FICAR DE + INFINITIVO] sob o viés funcionalista*. 2017. 89 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SANTOS, Líneker Trajano dos. *Abordagem funcional centrada no uso da construção modalizadora [V1AUX + Prep + V2INF]*. 2023. 233 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SILVA, Augusto Soares da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v. 1, p. 59-101, 1997.

SILVA, Augusto Soares da. O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, v. 24, p. 227-244, 2008.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics*: metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAYLOR, John R. *Linguistic categorization*: prototypes in linguistic theory. Oxford: Clarendon Press, 1992.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Recebido em: 02/04/2026
Aceito em: 23/07/2026

Líneker Trajano dos Santos: doutor em Estudos da Linguagem, área de Linguística Teórica e Descritiva, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui mestrado na mesma área (2017) e é graduado em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas (2014), pela mesma instituição. Integra o grupo de pesquisa Discurso & Gramática, cujos trabalhos e discussões têm como enfoque a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Atualmente, leciona nas redes pública e privada de ensino na cidade do Natal (RN). Entre suas áreas de interesse estão: linguística funcional centrada no uso, gramática de construções e estudos sobre modalização.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.98996

"Dentro" e "fora" do lugar comum: uma análise cognitivo-social das metáforas em construções verbo-partículas no Português Brasileiro

"Inside" and "outside" the commonplace: a social cognitive analysis of metaphors in verb-particle constructions in Brazilian Portuguese

Ludiani Retka Trentin
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
trentinludiani@protonmail.com
https://orcid.org/0000-0003-2389-6762

RESUMO
Este artigo investiga como as construções [V + fora] e [V + dentro] materializam metáforas conceptuais que estruturam a cognição social, à luz da Gramática de Construções e da Teoria da Metáfora Conceptual. Partimos da premissa de que essas partículas mantêm seu valor locativo, ativando esquemas imagéticos corporificados (Johnson, 1987), notadamente o esquema do RECIPIENTE, mesmo em contextos metafóricos. Analisamos ocorrências dessas construções coletadas em postagens da rede social X, articulando a projeção do esquema espacial a domínios relacionais abstratos. Os resultados indicam que tais construções mobilizam esquemas conceptuais que orientam a interpretação e a navegação em cenários sociais, evidenciando a participação ativa da gramática do PB na construção de modelos culturais de sociabilidade.

Palavras-chave: Linguística Cognitiva; metáforas conceptuais; português brasileiro; *embodiment*; cognição social.

ABSTRACT
This paper investigates how the constructions [V + fora] and [V + dentro] materialize conceptual metaphors that structure social cognition, drawing on Construction Grammar and Conceptual Metaphor Theory. We start from the premise that these particles retain their locative value, activating embodied image schemas (Johnson, 1987), notably the CONTAINER schema, even in metaphorical contexts. We analyze occurrences of these constructions collected from posts on the social network X, articulating the projection of the spatial schema onto abstract relational domains. The results indicate that such constructions recruit conceptual schemas that guide the interpretation and navigation of

social scenarios, evidencing the active participation of Brazilian Portuguese grammar in the construction of cultural models of sociability.

Keywords: Cognitive Linguistics; conceptual metaphors; Brazilian Portuguese; embodiment; social cognition.

INTRODUÇÃO

Uma breve visita a ambientes de interação virtual, como a rede social X, torna evidente o desejo de muitos internautas de "cair fora da cidade", "cair fora de um emprego" ou até mesmo "cair dentro de uma briga". Essas expressões, de uso marcadamente coloquial (Viaro, 2002; Queriquelli; Moura, 2021; Moura, 2025), são mobilizadas em contextos diversos, o que aponta para sua consolidação no português brasileiro (PB). O que elas têm em comum é a combinação do verbo base [cair] com as partículas [dentro] e [fora] para expressar ações sociais de engajamento e de desengajamento, respectivamente, em vez de movimento em espaço físico.

Essa projeção do espaço físico para domínios sociais ancora-se na experiência corporificada (*embodiment*) de estar dentro ou fora de espaços físicos (Johnson, 1987). De acordo com a Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 2002 [1980]), domínios concretos da experiência servem como modelo cognitivo para a compreensão de domínios abstratos, como pertencimento e exclusão de espaços sociais de interação. Na Linguística Cognitiva, essa extensão semântica é explicada pela projeção de esquemas imagéticos (Johnson, 1987), em particular o esquema do RECIPIENTE, que organiza nossa compreensão a partir da lógica da contenção.

Construções como essas são bastante produtivas no português brasileiro, conforme já demonstrou Moura (2025). Apesar disso, ainda são escassos os estudos linguísticos dedicados a esse fenômeno, sobretudo porque tais construções permanecem frequentemente associadas ao pleonasmo (Queriquelli; Moura, 2021; Viaro, 2001), o que leva à negligência de sua riqueza semântica. Exemplo disso é que as gramáticas do PB ainda se referem aos usos de construções dessa natureza como "condenáveis" (Cegalla, 2000) ou assumem que podem ter um "valor negativo" (considerado erro de gramática) (Bechara, 2009).

Além disso, pesquisas sobre metáforas conceituais tendem a privilegiar sistemas mais estáveis, perspectiva que vem sendo questionada pela linguística cognitivo-discursiva, a qual destaca a necessidade de investigar as ativações *online* das metáforas no discurso (Vereza, 2013), com foco na dinamicidade contextual de sua emergência em situações reais de interação. Diante dessa lacuna, esta pesquisa tem como objetivo analisar ocorrências das construções [cair dentro] e [cair fora] em um *corpus* de postagens da rede social X, investigando como essas construções projetam metaforicamente o esquema do recipiente em domínios sociais.

A escolha do *corpus* de pesquisa decorre da característica desses ambientes de interação, uma vez que são espaços de uso espontâneo e não monitorado da língua, mostrando-se propícios para a coleta e observação de variantes do discurso coloquial. Essas interações tendem a revelar, de forma precoce, tendências e expansões que ainda estão emergindo, mas que já começam a se consolidar no uso linguístico cotidiano.

Este estudo mostra-se relevante diante da crescente centralidade das redes sociais na construção de novas formas de comunicação, bem como no estabelecimento de comportamentos linguísticos que transpassam as telas e contribuem para a consolidação de modos de compreensão na cognição social. Buscamos demonstrar que a gramática do PB não está desvinculada da produção de sentido, na medida em que formas emergentes de expressão podem estar associadas a comportamentos igualmente emergentes.

Na próxima seção, apresentaremos o referencial teórico desta pesquisa. Inicialmente, serão abordados a Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 2002) e o esquema imagético do RECIPIENTE (Johnson, 1987). Na sequência, será apresentada a Gramática de Construções (Goldberg, 1995), com o objetivo de demonstrar que o significado das construções verbo-partículas não é composicional, mas emerge da unidade semântica entre verbo e partícula, e sua relação com a Cognição Social (Croft, 2009). Adicionalmente, trazemos exemplos de seu funcionamento no PB, ainda que tais construções recebam pouca atenção nos estudos formais.

A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados para a coleta e análise do *corpus*. Na quarta seção, realizamos a análise dos dados, organizada em três subseções: i) a projeção de domínios sociais por meio do esquema do RECIPIENTE (Johnson, 1987); ii) a incidência semântica da partícula na agentividade do sujeito; e, por fim, iii) a assimetria de usos entre as construções [cair fora], mais produtiva, e [cair

dentro], menos convencionalizada, conclusão contrastada com dados do *corpus Portuguese* NOW (*News on the Web*), plataforma que reúne textos veiculados em contextos jornalísticos.

Buscamos, com este estudo, fazer uma ponte entre gramática, cognição e práticas discursivas contemporâneas. Reconhecemos, no entanto, que o recorte empírico adotado apresenta limitações que não esgotam a complexidade do fenômeno. Apesar disso, esperamos fornecer subsídios para pesquisas futuras sobre a dinamicidade das construções linguísticas no PB, principalmente em contextos de interação mediados por tecnologias.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na tradição linguística, em decorrência da herança da concepção aristotélica, a metáfora foi compreendida por muito tempo como um fenômeno de linguagem e retórica, sendo vista principalmente como um desvio da linguagem usual e com função poética ou persuasiva (Vereza, 2007; 2013).

No entanto, a partir da década de 1970, essa concepção tradicional passou por uma reformulação significativa a partir da influência da Teoria da Metáfora Conceptual, de George Lakoff e Mark Johnson, apresentada na obra *Metáforas da Vida Cotidiana*, que passou a entender as metáforas como o mecanismo cognitivo que nos permite "compreender e experienciar uma coisa em termos de outra" (Lakoff; Johnson, 2002, p. 48). Esse processo opera, fundamentalmente, por meio da projeção de domínios mais concretos e diretamente ligados à experiência corporal (domínios-fonte) sobre domínios mais abstratos e complexos (domínios-alvo), estruturando nossa forma de conceptualizar o mundo. Devido a essa ancoragem na experiência corporal, a metáfora possui um caráter motivado (não arbitrário), o que significa que as projeções entre domínios não são aleatórias, mas se originam a partir de padrões de interação com o mundo.

Essa perspectiva fundamenta-se na noção de corporificação (*embodiment*). Para Johnson (1987), essa ideia parte do princípio de que a racionalidade não é um sistema de padrões lógicos abstratos, autônomos e independentes de nossa experiência corporal. Pelo contrário, a experiência sensório-motora do corpo no mundo exerce um papel estruturante

na cognição, uma vez que é a partir da interação física com o espaço, com objetos e com forças que emergem esquemas imagéticos básicos e recorrentes (Johnson, 1987).

Desse modo, as categorias, conceitos e formas de raciocínio são moldados pelo nosso sistema perceptivo e motor, bem como pelas interações que estabelecemos com o ambiente físico e social. A esse sistema de organização dos conceitos a partir de uma relação espacial, Lakoff e Johnson (2002) nomeiam metáforas orientacionais. Como um exemplo dessas metáforas, é possível mencionar a compreensão de que FELIZ É PARA CIMA, que ilustra claramente a ancoragem corporal. Ela reflete a estrutura de nossa experiência física, pois quando estamos saudáveis, dispostos ou emocionalmente positivos, nosso corpo tende a uma postura mais ereta (Lakoff; Johnson, 2002). Similarmente, o sorriso, expressão de contentamento, eleva os cantos da boca. Essa associação espontânea entre “bom” e “para cima” expande-se para outros domínios da experiência cultural e simbólica, devido à sistematicidade externa que liga essas metáforas. É o que se observa em gestos como o polegar levantado para indicar aprovação ou na própria conceptualização religiosa do céu (o bem) como um espaço situado acima de nós, em contraste com o inferno (o mal) concebido nas profundezas (Lakoff; Johnson, 2002).

É nesse contexto que Mark Johnson (1987) propõe a noção de esquemas imagéticos: padrões recorrentes e compartilhados que surgem da interação do indivíduo com o mundo e que permitem a construção de conceitos mais abstratos. Esses padrões operam como estruturas organizadoras de nossa experiência e compreensão no nível da percepção e do movimento corporal.

Para ilustrar isso, o autor parte da percepção mais imediata que temos: a de nosso próprio corpo. O ser humano compreende seu corpo como um recipiente tridimensional, no qual é possível introduzir algumas substâncias (água, alimento, ar) e extrair outras (sangue, suor, lágrimas, excrementos). Ademais, o corpo pode ser deslocado para dentro e para fora de outros espaços delimitados, bem como pode manipular objetos, colocando-os dentro ou retirando-os de recipientes de todos os tipos. Em cada uma dessas experiências, repetidas incontáveis vezes ao longo da vida, emergem padrões espaciais e temporais recorrentes (Johnson, 1987).

Johnson (1987) identifica diversos esquemas imagéticos, entre os quais se destacam TRAJETÓRIA, EQUILÍBRIO, FORÇA e, particularmente relevante para esta

pesquisa, o esquema do RECIPIENTE. Esse esquema emerge da experiência corporal concreta de contenção em um espaço delimitado. Dessa experiência elementar origina-se um mapeamento que pode ser projetado para estruturar a compreensão de realidades mais abstratas, como a de pertencer a um grupo social. Sua lógica interna organiza-se em torno de cinco elementos essenciais: interior, exterior, limite, portal e conteúdo, que

> organiza o nosso entendimento da seguinte relação espacial: um contêiner possui limites que separam seu interior de seu exterior, sendo possível acessar o interior por meio de um portal; e o conteúdo de um contêiner se encontra em seu interior (Rodrigues; Duque, 2025, p. 461).

A partir dessa estrutura básica, outras inferências podem ser derivadas: o que está dentro pode ser contido, protegido ou aprisionado; o que cruza o limite pode ser incluído ou excluído; o conteúdo de um mesmo recipiente pode interagir, misturar-se ou conflitar.

Nessa perspectiva, a noção de dentro e fora revela-se particularmente produtiva para a compreensão do esquema do RECIPIENTE, na medida em que mobiliza orientações físicas claras no espaço, as quais exigem o estabelecimento de relações, seja entre entidades físicas, seja entre entidades ou eventos abstratos. Essa apreensão dos elementos essenciais do esquema está ancorada na orientação espacial do próprio corpo, pois é por meio de movimentos corporais, manipulações e experiências recorrentes que construímos o senso de orientação dentro–fora.

Considerando que é constitutivo da cognição humana estender metaforicamente esquemas do domínio físico para o não físico, um esquema básico como FORA pode ser elaborado e projetado figurativamente, permitindo que seus papéis relacionais – o de ponto de referência (marco) e o de elemento que se move (trajetor) – sejam preenchidos por entidades que já não são estritamente físicas ou espaciais, no sentido prototípico (Johnson, 1987). É precisamente essa projeção que possibilita, por exemplo, que uma pessoa seja conceptualizada como estando "dentro" de um relacionamento ou que possa "cair fora" de uma situação problemática, o que evidencia a conceptualização metafórica do espaço social como um RECIPIENTE. No entanto, antes de prosseguirmos por esse caminho, convém investigar como essa extensão metafórica é projetada por meio da tessitura textual da construção verbo-partícula.

Construções verbo-partículas

Projeções metafóricas podem convencionalizar-se na língua, dando origem a padrões estáveis que vão desde itens lexicais até construções gramaticais mais complexas. Considerando que o significado das palavras e expressões emerge de experiências de interação contextualmente situadas, essa convencionalização ocorre a partir de um processo social sustentado pela coordenação entre falantes de uma mesma comunidade linguística e pela repetição de estruturas comunicativas bem-sucedidas (Croft, 2009).

Devido a esse caráter social e reiterativo, a convencionalização confere estabilidade às formas, associadas a um significado próprio e não intercambiável. Nesse sentido, a tradição da Linguística Cognitiva já apontou que diferenças na forma estão ligadas a diferenças em significado (Fillmore, 1968; Anderson, 1971; Wierzbicka, 1988), conclusão que se estende também ao plano sintático (Bolinger, 1968; Langacker, 1991). É nesse contexto que se insere a Gramática das Construções, que compreende as construções como "correspondências entre forma e significado que existem independentemente de verbos específicos" (Goldberg, 1995, p. 1).

Dentre os diversos tipos abarcados por essa teoria, esta pesquisa se concentra no padrão de construção verbo-partícula, uma estrutura sintática que combina um verbo com uma partícula (advérbio, preposição ou ambos) para formar uma unidade lexical e semântica integrada (Jackendoff, 2002). Assim, seu significado não está diretamente relacionado à soma de seus itens lexicais, mas apresenta uma semântica própria, com significado construcional (Goldberg, 1995), ou seja, seu sentido não é inteiramente composicional.

No PB, algumas pesquisas já apontam a existência de construções dessa natureza (Queriquelli; Moura, 2021; Moura, 2025; Viaro, 2002; Spaziani, 2008), como [cair dentro] e [cair fora], objetos desta análise, embora Talmy (2000) considere que esse padrão não seja típico para as línguas *V-framed*, como o português. Viaro (2002), por outro lado, defende que essas construções sempre estiveram presentes nas línguas românicas, mas foram proscritas por influência da norma culta. Do ponto de vista gramatical, ele argumenta que as Construções Verbo-Advérbio de lugar são derivadas de uma projeção adverbial, "um fenômeno de reação à gramaticalização dos prefixos, uma transformação de elementos morfológicos em lexicais" (Viaro, 2002, p. 151). Em outras palavras, as informações adverbiais que eram anteriormente expressas por um prefixo

adicionado ao verbo – por exemplo, o prefixo *ex* (como em expelir, expulsar e verbos semelhantes), que codifica um movimento para fora – foi projetada para depois do verbo, gerando construções como [cair fora] (Viaro, 2002).

Apesar de serem bastante produtivas no português coloquial, essas expressões são marginalizadas em registros formais da língua. Isso se deve à tradição normativa que tende a considerar essas construções como pleonásticas, desencorajando seu uso em contextos formais de comunicação (Cegalla, 2000; Bechara, 2009; Cunha; Cintra, 2017). No âmbito na Linguística Cognitiva, pesquisas também apontam para o estigma associado a essas construções (Queriquelli; Moura, 2021; Moura, 2025).

Numa perspectiva social-cognitiva, compreende-se que a marginalização dessa forma é resultado de uma negociação de prestígio entre comunidades de prática (Croft, 2009). Tal negociação apresenta uma dimensão histórica, uma vez que a expertise compartilhada por uma comunidade constitui um processo histórico sustentado tanto por transmissão direta quanto indireta (Croft, 2009). Desse modo, a tradição normativa e a tradição vernacular constituem duas linhagens de uma mesma natureza histórica, distinguindo-se apenas pelo grau de coesão de sua cadeia de transmissão, não por sua legitimidade. Apesar do estigma normativo, a permanência dessas construções em um repertório compartilhado se justifica pela historicidade vernacular, sustentada pela reprodução cotidiana dessas construções entre diferentes comunidades de fala, o que se confirma, no caso das construções verbo-partícula, pelo percurso já apontado por Viaro (2002).

No entanto, Viaro (2002) sugere que o pleonasmo e a redundância podem ser entendidos como elementos de clareza que facilitam a comunicação, atuando como um elemento desambiguizador. Nos usos efetivos, a partícula não é um acréscimo descartável, mas pode incidir sobre o aspecto, a direcionalidade e a intensidade das ações (Machonis, 2009), sendo, portanto, significativas para a construção do significado composicional.

Apesar da marginalização normativa dessas construções no PB, é notável que algumas delas já tenham sido inseridas em dicionários formais. Esse é o caso de [cair fora], que figura no Houaiss e no Michaelis em verbetes específicos, ora marcada como "expressões" (Michaelis, 2026), ora como "locuções" (Houaiss, 2026). Nesses dicionários, que incorporam significados mobilizados no discurso popular, a expressão

[cair fora] é definida como: “1. sair, ir embora; dar o fora; mandar-se, retirar-se; 2. fig. fugir; escafeder-se” (Houaiss, 2026, n.p.) e “ir-se embora, mandar-se, dar o fora, partir” (Michaelis, 2026, n.p.), sendo atribuída à categoria de informalidade, conforme já apontam Viaro (2002), Queriquelli e Moura (2021) e Moura (2025). Em ambos os materiais, não foi localizado registro da construção [cair dentro], ausência que corrobora sua baixa produtividade, o que será detalhado na seção de análise dos dados.

Interessa destacar que essas definições apresentadas atestam a centralidade semântica da partícula, que mantém seu valor locativo mesmo nas extensões metafóricas. Isso porque o verbo base [cair] é prototipicamente télico, ativando um esquema de movimento vertical (Talmy, 1988) em que o chão é o ponto final inerente. Ao adicionar a partícula [fora] (e estendemos essa compreensão, por oposição lógica, para a partícula [dentro]), ocorre a adição de uma dimensão horizontal a esse movimento, ancorando-o aos limites de um recipiente em relação ao qual há um movimento para fora ou para dentro. Assim, a partícula reconfigura o limite do evento, permitindo que seu funcionamento como um operador de direção que projeta o esquema do RECIPIENTE. Essa reconfiguração amplia o sentido do verbo base, atribuindo o sentido de pertencimento ou de desengajamento.

Isso ocorre porque as noções espaciais costumam sobrepor-se (Viaro, 2002). Por exemplo, o verbo [emergir] refere-se tanto ao movimento para cima (da água) quanto para fora, o que pode acionar o sentido de superficialidade, ampliando seu potencial metafórico (Viaro, 2002). Esse mesmo princípio de sobreposição pode ser observado nas construções [cair dentro] e [cair fora]. A noção de pertencimento não advém do valor de verticalidade, mas da ideia de interioridade associada à projeção adverbial. Com isso, relações concretas de contenção conceptualizam sentidos abstratos, o que permite expressões como *cair fora de um relacionamento* ou *cair dentro de uma discussão*, acionando um sentido metafórico.

De acordo com Goldberg (1995), construções gramaticais apresentam um sentido prototípico que, por meio de um processo de extensão, pode ampliar o domínio de origem para novas interpretações, o que aponta para a existência de categorias radiais (Lakoff, 1990 [1987]) também no âmbito das construções verbo-partículas. Esse mecanismo responde à tendência cognitiva de

> interpretar o novo ou menos familiar com referência ao que já está bem estabelecido, e pela pressão de adaptar um inventário limitado de unidades convencionais à sequência interminável e sempre variável de situações que requerem expressões linguísticas (Langacker, 1991, p. 295, tradução nossa).

Considera-se necessário evidenciar que esse repertório de unidades convencionais é coletivo e continuamente recalibrado pela interação entre falantes, que o validam no uso recorrente em uma comunidade de fala (Croft, 2009). É justamente essa recorrência de uso que favorece a extensão metafórica das construções em análise, a qual se soma ao fato de o significado do verbo ser conhecido e a partícula manter um significado locativo (Rudzka-Ostyn, 2003), facilitando a compreensão da construção mesmo em contextos menos comuns.

Desse modo, construções como [cair fora] e [cair dentro] acionam o potencial semântico das partículas [fora] e [dentro], que ativam o esquema do RECIPIENTE, base da arquitetura teórica adotada nesta pesquisa. Como pareamentos convencionalizados entre forma e significado (Goldberg, 1995), [cair fora] está prototipicamente associado ao desengajamento, enquanto [cair dentro] associa-se ao engajamento. À medida que essas construções se consolidam pelo uso recorrente em uma comunidade de fala, seu potencial semântico se amplia, ainda que permaneçam marginalizadas pela norma culta. É esse repertório compartilhado, construído pela prática reiterada dos falantes, que possibilita seu emprego em diversos contextos sociais. Tal processo está em consonância com o argumento de Croft (2009), segundo o qual o *construal* não se limita a uma conceptualização mental individual, mas está a serviço da comunicação, atividade intrinsecamente social.

O caráter comunicativo e compartilhado do *construal* sustenta a projeção metafórica, uma vez que o esquema do RECIPIENTE, de natureza pré-conceptual e corporal, é projetado sobre domínios sociais, de modo que os limites do recipiente passam a conceptualizar fronteiras de engajamento e de desengajamento. A metáfora conceptual que daí emerge revela a articulação entre a universalidade do esquema imagético e a particularidade do PB, materializada nos usos convencionais de [cair fora] e [cair dentro].

METODOLOGIA

Visando garantir a análise da metáfora em uso (Vereza, 2013), em contextos autênticos de interação social, o *corpus* desta pesquisa é composto por postagens públicas da rede social X. Esse ambiente propicia o registro do PB em sua modalidade coloquial e espontânea, crucial para o estudo de construções verbo-partículas no registro informal.

Foram coletadas 206 ocorrências da construção [cair fora] e 183 de [cair dentro], provenientes de postagens realizadas entre os meses de junho e outubro de 2025, por meio da ferramenta de busca TwSearchExporter. Optou-se pela busca na forma infinitiva, visando captar não apenas os usos isolados da construção, mas também seus usos como núcleo de complemento em perífrases verbais, como em [deve cair fora], [quero cair dentro], entre outras. Ademais, embora a busca por formas conjugadas do verbo base seja relevante para pesquisas futuras, ela delimitaria um escopo sintático mais restrito, razão pela qual não foi incorporada nesta pesquisa.

Considerando a utilização de dados disponíveis publicamente na plataforma X, os quais, nos termos da legislação brasileira, "se encontram disponíveis sem restrição ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, não estando sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso" (Brasil, 2016, Art. 2º, VI), este estudo foi dispensado de submissão e avaliação por um Comitê de Ética em Pesquisa no Brasil. Apesar disso, adotaram-se alguns procedimentos éticos para salvaguardar a privacidade dos usuários, dentre eles: i) os identificadores das postagens foram suprimidos; ii) selecionaram-se conteúdos que não mobilizassem discursos de ódio; e iii) nenhuma informação pessoal sensível (Brasil, 2018) foi extraída ou armazenada. Por fim, todos os dados foram utilizados estritamente para fins acadêmicos.

Após a coleta, procedeu-se a uma triagem manual. A primeira etapa excluiu ocorrências em que a construção não estava presente no texto do tuíte coletado, mas no tuíte que o respondia ou citava. Isso ocorreu porque a ferramenta de coleta, ao fazer a busca, recuperava toda a conversação, incluindo a postagem original que motivou a resposta. Dessa forma, foram eliminados os casos que não constituíam usos ativos da construção, mas apenas contexto adjacente capturado pela ferramenta.

Em seguida, aplicaram-se os seguintes critérios de exclusão: i) ocorrências em língua estrangeira ou em Português Europeu (PE); ii) ocorrências em que a construção [cair + fora/dentro] não apresentava uma unidade semântica. Este foi o critério mais relevante e excluiu, principalmente: a) usos estritamente locativos, nos quais dentro ou

fora indicavam posição espacial literal (ex.: “e eu que deixei meu celular cair dentro do uber [...]”); e b) ocorrências em que [dentro] ou [fora] assumiam outra classificação sintática, como interjeição (ex.: “@SaoPauloFC Público zero até o imbecil cair. Fora casares. Suma do SPFC.”); por fim, foram excluídas iii) ocorrências em que a construção se referia a domínios corporais literais ou hiperbólicos (ex.: “queimei meu dedo... acho q ele vai cair fora” e “[...] até minha mandíbula cair fora”), por não constituírem projeções para domínios sociais ou relacionais, que são o foco desta pesquisa.

Após a aplicação desses critérios, foram validadas 173 ocorrências de [cair fora] e 24 ocorrências de [cair dentro], que constituem o objeto de análise deste estudo. A partir da análise qualitativa das ocorrências, os tuítes foram agrupados em categorias semânticas que refletem os contextos sociais acionados em cada postagem. Essas categorias foram definidas a partir da classificação progressiva dos elementos, seguindo o procedimento por acervo, conforme proposto por Laurence Bardin (2010). O critério de granularidade adotado buscou evitar categorias amplas demais, que inviabilizariam a análise temática, e categorias específicas demais, que multiplicariam classificações com poucos exemplares representativos.

Com isso, os tuítes que mobilizam a construção [cair fora] foram segmentados em seis categorias semânticas: a) Saída de relacionamento afetivo; b) Desligamento profissional; c) Eliminação de jogo ou concorrência; d) Abandono de compromisso ou atividade; e) Expulsão de círculo social; e f) Atribuição de traço comportamental evasivo. Diferentemente das categorias anteriores que tratam de eventos específicos de afastamento, a categoria f) concentra os tuítes que generalizam o comportamento de desengajamento como traço disposicional do sujeito. No que se refere à construção [cair dentro], devido ao menor número de exemplares, a segmentação foi realizada em apenas três categorias: a) Engajamento em atividade ou consumo; b) Engajamento em situação de risco ou conflito; e c) Ingresso metafórico em domínio diverso, categoria residual que reúne os exemplares que não se encaixavam nos domínios anteriores. Em ambos os conjuntos, algumas postagens não apresentavam contexto suficiente para classificação e foram, portanto, catalogadas como “sem contexto”, não sendo incluídas na análise das categorias semânticas por não permitirem inferir com segurança o domínio da construção ou aprofundar interpretações.

Diante da assimetria de produtividade entre as duas construções – considerando a exclusão da maioria das postagens coletadas com [cair dentro] (que validou apenas 13% do total), bem como sua ausência de registro nos dicionários formais – realizou-se uma busca complementar no *corpus Portuguese* NOW, plataforma que reúne textos jornalísticos de fontes diversas. A busca, realizada em março de 2026, utilizou a *string* "cair dentro" e recuperou 273 entradas. Aplicando-se os mesmos critérios de validação anteriormente mencionados, apenas cinco ocorrências foram identificadas como construções, conforme detalhado na seção de análise.

A diversidade de categorias evidencia a produtividade das construções em análise no PB, bem como a abrangência do esquema do RECIPIENTE na conceitualização de experiências sociais, o que será detalhado na próxima seção.

ANÁLISE DE DADOS

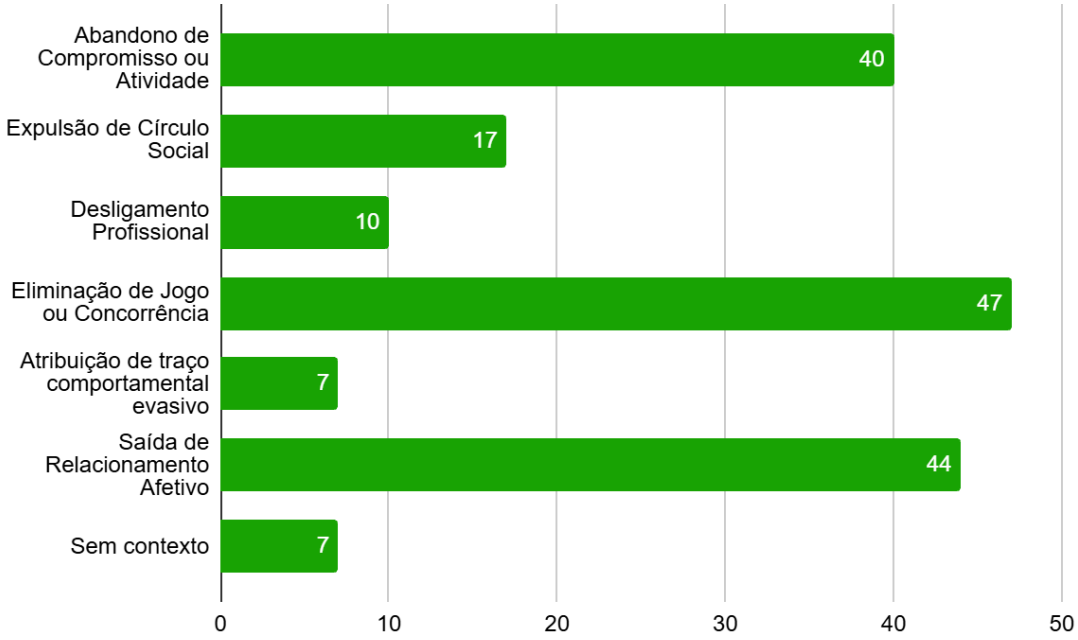
Conforme foi possível observar na fundamentação teórica, as construções [cair fora] e [cair dentro] são compreendidas a partir de sua unidade semântica (Goldberg, 1995), entendendo que a adição das partículas é constitutiva do significado, e não um acréscimo descartável. Nesse sentido, elas incidem sobre o aspecto e sobre a intensidade do verbo base, ao mesmo tempo que acionam um sentido metafórico ao projetar o esquema do RECIPIENTE para domínios sociais abstratos.

A partir da análise das postagens selecionadas, esta seção concentra-se em três aspectos de grande relevância para compreender a produtividade dessas construções e seus usos cotidianos. Para isso, será subdividida em: i) Projeção metafórica dos domínios sociais, que apresenta as categorias de uso identificadas para cada construção; ii) Agentividade dos sujeitos envolvidos, subseção na qual se analisa os papéis assumidos pelos falantes; e iii) assimetria no uso das construções, na qual se contrasta a alta produtividade de [cair fora] e a baixa frequência de [cair dentro].

Projeção metafórica dos domínios sociais: a mobilização do esquema do RECIPIENTE na conceptualização de relações sociais

A análise das 173 postagens com a construção [cair fora] evidenciou a produtividade e a riqueza semântica dessa construção no PB. Foi possível identificar seis domínios recorrentes: i) Saída de relacionamento afetivo; ii) Desligamento profissional; iii) Eliminação de jogo ou concorrência; iv) Abandono de compromisso ou atividade; v) Expulsão de círculo social; e vi) Atribuição de traço comportamental evasivo. A frequência de uso associada a cada construção pode ser observada no gráfico 1.

Gráfico 1 – Categorias semânticas de [cair fora]



Fonte: Elaborado pela autora.

Embora organizadas em diferentes categorias, as ocorrências revelam um padrão semântico comum, ligado ao desengajamento social, que mobiliza o esquema do RECIPIENTE para a conceptualização de domínios sociais abstratos. Independentemente do domínio acionado, é possível identificar a mobilização dos cinco elementos do esquema e o processo de projeção metafórica. Para demonstrar esse padrão, analisaremos um exemplo representativo das categorias *Eliminação de jogo ou concorrência*, por ser a mais produtiva, e *Abandono de Compromisso ou Atividade*, por mobilizar o contexto político, bastante representativo nas redes sociais, limitação que se justifica pela extensão deste trabalho.

O contexto mais frequentemente mobilizado nessas postagens é o da *Eliminação de jogo ou concorrência*, que corresponde a 27,2% das publicações (47 tuítes), exemplificada na postagem a seguir:

(1) "Brasil toma 'olé' de Marrocos, perde e pode cair fora do Mundial Sub-20 ainda na primeira fase https://t.co/T2N9JVqsmx"

Na sentença (1), a competição esportiva é conceptualizada como um recipiente. O interior é ocupado pelas seleções que permanecem na disputa; o exterior, por aquelas já eliminadas. O limite que separa essas duas posições é definido pelas regras do torneio (nesse caso o Mundial sub-20), que configuram um limite abstrato, mas cognitivamente operante. Ultrapassar esse limite provoca a eliminação dos participantes e sua consequente expulsão do recipiente que antes os abrigava.

É nesse ponto que a partícula [fora] desempenha seu papel central, orientando o movimento em relação ao limite, demarcando a passagem do interior para o exterior. Sua adição ao verbo [cair] atualiza o sentido do verbo, que deixa conceptualizar um acontecimento acidental e passa a expressar uma exclusão deliberada, de acordo com regras previamente estabelecidas. Assim, a partícula [fora] materializa a expulsão da entidade (a seleção brasileira) dessa organização social abstrata.

Nessa categoria, o portal opera apenas no sentido da exclusão, pois as entidades que participam dessas competições são definidas previamente, seja por um processo de seleção (como nos *reality shows*), seja por critérios de mérito (como nas competições esportivas). Com isso, não ocorre a inserção de novos competidores no recipiente após o início da competição.

Outro domínio social recorrente se refere ao *Abandono de compromisso ou atividade*, com 40 tuítes, que representam 23,1% do total de postagens selecionadas. Essa categoria reúne ocorrências em que [cair fora] expressa o abandono ou desligamento de um compromisso, atividade ou vínculo que, embora de naturezas distintas – consumo, lazer, instituições, afiliações políticas –, são igualmente conceptualizados como recipientes dos quais o sujeito pode se retirar, seja por insatisfação, por decisão estratégica ou por desistência.

(2) “Xiiii.... já começou a fazer mer.... A direita precisa cair fora do PL!”

No caso da sentença (2), é na atuação político-partidária que se materializa o abandono do domínio social acionado. No contexto político, o esquema do RECIPIENTE está largamente difundido no imaginário popular, principalmente pela noção de “bolhas”, uma metáfora já popularizada que se vale desse esquema para representar um espaço de contenção ideológica. Com isso, estar dentro desses recipientes implica a concordância com as ideias defendidas pelos partidos, assim como a discordância promove a exclusão dos possíveis eleitores dessa estrutura política. Os limites, nessa situação, não são regulamentados, como no exemplo (1), mas são ideológicos e relacionais, representados principalmente pelas opiniões expressas, tendo em vista que a simples discordância pode levar à percepção de desvinculação do grupo.

Nesse sentido, o esquema faz mais do que delimitar pertencimento ou exclusão, mas também atua como uma estratégia de posicionamento ideológico e de afiliação. A psicologia social tem amplamente estudado a afiliação partidária e a identificação com grupos políticos, destacando o papel do pertencimento grupal na construção da identidade e na polarização afetiva. Nessa perspectiva, Tajfel e Turner (2004 [1986]) demonstram que os indivíduos criam categorias sociais que estruturam seu pertencimento na sociedade.

O pertencimento a um grupo (endogrupo) desencadeia a percepção de um outro grupo (exogrupo). Para se diferenciar, o endogrupo frequentemente desenvolve preconceitos contra o exogrupo. A discriminação intergrupal não exige grandes estímulos para se manifestar. Segundo os autores, ela existe mesmo “em condições de afiliação grupal mínima, anonimato da pertença ao grupo, ausência de conflitos de interesse e ausência de hostilidade prévia entre os grupos” (Tajfel; Turner, 2004, p. 278, tradução nossa), evidenciando o poder da categorização social na percepção de “nós” e “eles”.

No contexto político, essa percepção e a busca pelo afastamento em relação a sujeitos do exogrupo são ainda mais marcadas, principalmente pela competitividade na ocupação dos espaços de poder (Mason, 2018). No Brasil, a polarização política intensificou-se a partir de 2018, com a formação de identidades partidárias antagônicas e a consolidação de grupos sociais rivais (Fuks; Marques, 2020). Esse contexto torna a

divisão em grupos políticos quase palpável, visto que o pertencimento está intrinsecamente associado à reprodução dos ideais do grupo ao qual se está afiliado.

Por se tratar de um contexto especialmente subjetivo, o portal pelo qual as pessoas podem ser aceitas ou expulsas desse recipiente é bastante variável, podendo ser um ato institucionalizado ou atos mais individuais que demarcam o (não) pertencimento ao domínio. Portanto, essa sentença evidencia como o esquema do RECIPIENTE é mobilizado para conceptualizar a afiliação partidária como um espaço de contenção ideológica. Na situação (2), [cair fora] demarca a discordância e o desejo de afastamento simbólico por meio de um ato institucionalizado.

Os exemplos (1) e (2) demonstram que, mesmo em domínios sociais distintos, a lógica da contenção, própria do esquema do RECIPIENTE é mobilizada de forma semelhante para projetar metaforicamente ações de desengajamento de um espaço simbólico. Em ambos os casos analisados, a partícula [fora] opera como marcadora da passagem do interior para o exterior, reconfigurando a orientação vertical do evento (Talmy, 1988) e introduzindo um vetor horizontal, no qual o movimento se orienta em relação a um limite.

Outrossim, é possível observar que a projeção metafórica dessa construção está fundamentada na experiência corporificada de estar dentro e sair de espaços físicos, vivida cotidianamente como marcador de pertencimento e de proteção. Nesse sentido, Pinker (2008, p. 64) observa que:

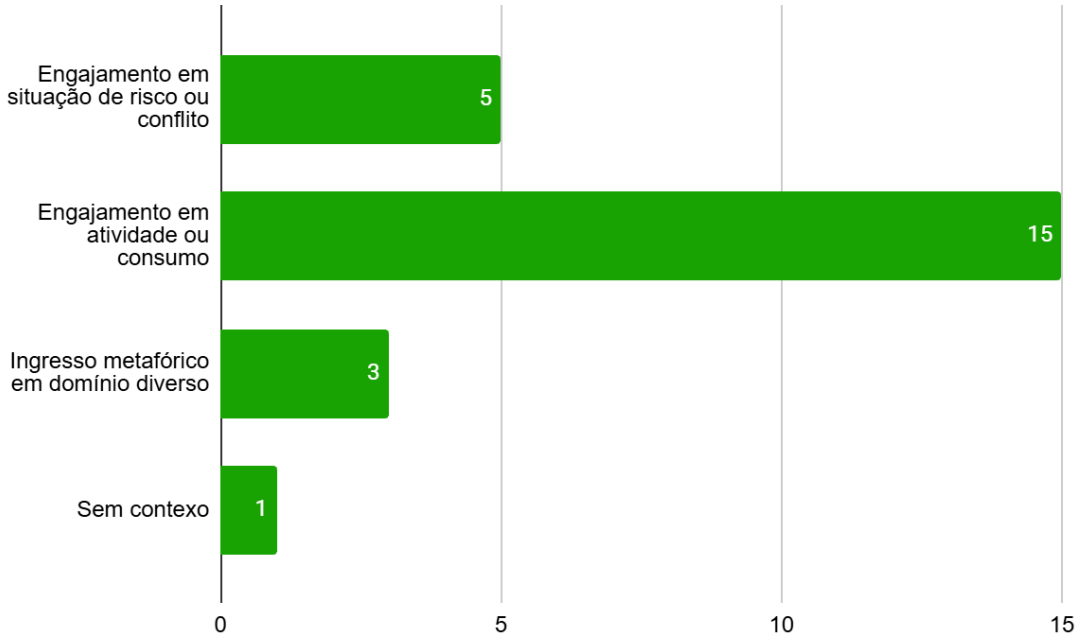
> [...] a língua trata uma entidade que muda de estado do mesmo modo como trata uma entidade que muda de lugar [...]. O estado é concebido como uma localização em um espaço de estados possíveis, e a mudança de estado é comparada à mudança de um lugar para o outro nesse espaço-estado.

Na sentença (1), o fato de a seleção brasileira ocupar o espaço interior do recipiente, que é o Mundial Sub-20, coloca-a na categoria de *estar participando*. Sua eliminação, por sua vez, representaria uma mudança de estado, representada por um movimento de dentro para fora. A partir dessa analogia, a partícula [fora] deixa de descrever um movimento literal para codificar uma transição entre estados sociais. Similarmente, o exemplo (2) mobiliza a experiência cotidiana de sair voluntariamente de espaços que não nos fazem bem. Nesse caso, deixar o partido político é conceptualizado

como um movimento voluntário de afastamento, que visa à mudança de estado de concordância para posicionamento crítico em relação às decisões do partido.

Essas mesmas características estão presentes nas postagens validadas com a construção [cair dentro]. Embora com frequência reduzida – e possivelmente em decorrência disso – essa construção apresentou usos mais restritos, concentrados em três categorias semânticas: i) Engajamento em atividade ou consumo; ii) Engajamento em situação de risco ou conflito; e iii) Ingresso metafórico em domínio diverso.

Gráfico 2 – Categorias semânticas de [cair dentro]



Fonte: Elaborado pela autora.

Enquanto [cair fora] se consolidou como marcador de desengajamento em contextos diversos, sua contraparte [cair dentro] atua como marcador de engajamento ou pertencimento. A predominância dessa noção fica evidente no Gráfico 2, no qual as categorias *Engajamento em atividade ou consumo* e *Engajamento em situação de risco ou conflito* concentram 20 ocorrências, correspondendo a 83,3% do total de usos da construção. Esse dado demonstra a centralidade da noção de engajamento na semântica de [cair dentro]. Cabe notar, ainda, que a categoria residual também envolve, em sua base, uma forma de imersão em uma situação social, embora não tenha alvo semântico único.

Portanto, é possível argumentar que as três categorias são realizações distintas para a entrada em um espaço de experiência, seja ele de lazer, de confronto ou de risco. Em decorrência da menor produtividade de [cair dentro] em relação a [cair fora], bem como a predominância da categoria *Engajamento em atividade ou consumo*, traremos apenas um exemplo ilustrativo dessa construção.

(3) “parece que digimon story tem um minigame de cartas extremamente viciante. IHUUUL vou cair dentro”

Na postagem (3), de forma semelhante aos exemplos anteriores, a adição da partícula [dentro] orienta um movimento horizontal, que demarca uma trajetória, transformando o evento (prototipicamente não-agentivo) em uma ação deliberada. Essa dinâmica revela que o engajamento não é passivo ou acidental, mas uma escolha ativa e entusiástica, marcada pelo tom de empolgação (“IHUUUL”), que constrói uma afiliação afetiva (Tajfel; Turner, 2004) com outros jogadores que compartilham da mesma experiência. A escolha por essa construção, em vez de um verbo simples como “aderir”, funciona como uma estratégia discursiva de posicionamento social, pois sinaliza entrega total e ainda reforça um vínculo do falante com outros fãs que reconhecem e compartilham o mesmo entusiasmo (Croft, 2009).

Valendo-se da experiência corporificada, a partícula [dentro] não apenas projeta a mudança de estado, mas posiciona o falante como agente que deliberadamente adentra o espaço de experiência. Essa incidência sobre a agentividade dos sujeitos envolvidos será o foco da subseção seguinte.

Entre cair e cair fora: a agentividade dos sujeitos envolvidos

Devido à noção de verticalidade comumente atribuída ao verbo [cair], codificando um movimento descendente, prototipicamente acidental ou não planejado, seus usos metafóricos tendem a conceptualizar situações negativas, em consonância com a metáfora RUIM É PARA BAIXO (Lakoff; Johnson, 2002). Os exemplos abaixo ilustram esse padrão:

(4) “Quando esse velho horrendo cair no paredão, eu vou travar o gshow #BBB26”

(5) “se vai cair bomba nuclear no oriente médio eu n sei, mas está prestes a cair uma na república brasileira”

Essas sentenças foram selecionadas por mobilizarem os domínios sociais esporte e política, contrastando com os exemplos (1) e (2). Os tuítes (4) e (5) mobilizam o verbo [cair] para eventos em que o controle é exercido por antagonistas, que impõem sua força sobre os agonistas (Talmy, 1988). Em seu sentido metafórico, [cair] está relacionado à falta de sustentação para uma pessoa ou posição, o que promove sua queda por forças gravitacionais. O movimento descendente associa-se à perda de controle e à destruição, reafirmando a metáfora conceptual mencionada.

No entanto, essa dinâmica de forças não necessariamente se mantém quando se adicionam as partículas [fora] ou [dentro]. No exemplo (1), a construção [cair fora] ainda se refere a uma eliminação não desejada, contexto em que o sujeito (a seleção brasileira) é afetado por forças externas. Logo, a exclusão é conceptualizada como algo que acontece com o sujeito, aproximando-se da dinâmica do verbo base. Já no exemplo (2) o sujeito (a direita) é apresentado como agonista, cujo abandono do partido parte de sua própria decisão de se desvincular de posicionamentos políticos com os quais não mais se alinha. De modo semelhante, o exemplo (3) evidencia um sujeito agonista, cuja adesão ao jogo Digimon Story depende exclusivamente de sua volição.

Tal diferença evidencia que a adição da partícula contribui para a ressignificação do verbo base, podendo, entre outras coisas, atuar sobre a agentividade do sujeito. Enquanto em (1) a exclusão permanece um evento sofrido, em (2) e (3) ela se torna uma ação deliberada de desengajamento e engajamento, respectivamente.

A reconfiguração agentiva, no entanto, não ocorre como uma regularidade, mas é um traço conferido pela relação da construção com o domínio social acionado e com o recorte discursivo mobilizado. Isso porque os domínios sociais podem apresentar limites mais rígidos ou mais fluidos dentro dos quais o sujeito pode agir, atribuindo diferentes graus de agentividade em cada enunciação específica.

Para evidenciar essa interação, os tuítes (6) e (7), categorizados no domínio *Saída de relacionamento afetivo*, segunda categoria mais produtiva, ilustram com clareza esse

padrão. Nessas situações, o evento que demarca o rompimento é prototipicamente de iniciativa dos sujeitos.

(6) “Aquele momento que alguém te trata mal e você não entende se foi na implicância, mas prefere ignorar até ver se isso se repete para cair fora.”

(7) “O erro do Zé felipe foi não fazer igual o Rezende cair fora da alpinista social que arruma homem pra subir na vida o tempo inocentado o Rezende”

Outra questão particularmente relevante é que, nessas ocorrências de [cair fora], o falante não é neutro. Os padrões avaliativos posicionam o sujeito em relação ao rompimento, veiculando a construção tanto a avaliações positivas quanto negativas. Uma análise do *corpus* dessa categoria demonstrou que, prototipicamente, quando o internauta se coloca como agente da situação, predomina um sentimento de alívio e autopreservação, que legitima a necessidade do rompimento e classifica o ato como saudável. Nesses casos, pode-se afirmar que a partícula [fora] neutraliza a negatividade do verbo base [cair]. Por outro lado, quando o rompimento é atribuído a terceiros, a avaliação pode oscilar entre a crítica, se a saída for vista como nociva, e a aprovação, se o ato for benéfico para o agente, especialmente em casos de relacionamento por interesse, como no exemplo (7).

Essa variação evidencia que a agentividade não é traço característico do verbo, mas emerge da construção como um todo (Goldberg, 1995). Isso porque as partículas [fora] e [dentro] não reconfiguram apenas o movimento, mas tem o potencial de reposicionar o sujeito, abrindo espaço para outras avaliações sociais.

Essa reconfiguração é possível na medida em que:

> [...] uma preposição típica ou outro termo espacial especifica um relacionamento entre uma figura e um lugar que é definido por algum objeto de referência. Em geral o objeto de referência é maior e mais proeminente, e a figura se move ou tem sua localização definida em relação a ele (Pinker, 2008, p. 65).

Nessa direção, as partículas definem a posição do sujeito em relação ao recipiente, conceptualizando o último como o objeto de referência, que representa um fundo estável, a partir do qual o sujeito é tratado como uma figura movente.

No domínio *Saída de relacionamento afetivo*, o sujeito é prototipicamente conceptualizado como agente da ação. Conforme demonstra a tabela 1 (abaixo), das 44 postagens classificadas nessa categoria, em 38 ocorrências o sujeito é apresentado como a figura que se move em relação ao recipiente. O outro, nessas postagens, é prototipicamente conceptualizado como paciente, cuja relação com o recipiente é definida pela intenção do sujeito.

Esses dados contrastam com a categoria *Eliminação de jogo ou concorrência*, em que a exclusão é prototipicamente sofrida. Essa assimetria decorre da existência de regras institucionalizadas de inclusão e exclusão, caso em que a saída não depende exclusivamente da vontade dos sujeitos, mas do cumprimento (ou não) dessas regras.

Tabela 1 – Comparação da agentividade nas categorias

Domínio	**Suj. agente**	**Suj. paciente**	**Agente terc.**	**Total**
Saída de relacionamento afetivo	**38 (86,4%)**	4 (9,1%)	2 (4,5%)	44
Eliminação de jogo ou concorrência	4 (8,5%)	**40 (85,1%)**	3 (6,4%)	47

Fonte: Elaborada pela autora.

Com isso, é possível afirmar que a agentividade pode estar associada à flexibilidade dos limites do domínio e ao recorte discursivo, pois quando os limites são mais institucionalizados, eles tendem a subjugar o sujeito às regras, resultando em uma conceptualização do evento como algo sofrido. Em domínios mais subjetivos, os limites são fluidos e dependem da volição, favorecendo a agentividade. Nessas situações, o discurso dos internautas opta pelo destaque da agência do sujeito em relação aos demais envolvidos.

A mesma dinâmica é também perceptível nas ocorrências da construção [cair dentro], como expresso no exemplo (8).

(8) “‘Eu sou faixa preta’ E eu tarja preta, vai cair dentro mesmo?”

O envolvimento no conflito não é conceptualizado como um evento em que o sujeito sofre a ação, mas o posiciona como agonista que escolhe participar e ainda convida seu oponente para entrar no jogo, cuja participação também depende de sua escolha. Diferente do sentido prototípico do verbo base [cair], em que o sujeito é vencido por forças externas, essas situações de engajamento pressupõem um ato deliberado do sujeito, que se assume enquanto o agonista que controla os eventos descritos.

Em suma, as construções analisadas não apenas projetam o esquema do recipiente para domínios sociais, como também têm o potencial de reconfigurar a agentividade do sujeito, o que se realiza de forma desigual a depender da flexibilidade dos limites do domínio social acionado e do recorte discursivo.

Para finalizar, é preciso ainda discorrer sobre a assimetria na produtividade dessas construções, o que será aprofundado na próxima subseção.

Assimetria no uso das construções

A análise dos dados coletados apontou para uma direção interessante de ordem quantitativa: a frequência de uso dessas construções é marcadamente desigual. A construção [cair fora] mostrou-se mais produtiva: das 206 ocorrências coletadas, 173 foram validadas como unidade semântica, o que corresponde a cerca de 85% do *corpus* inicial. Já [cair dentro] apresentou produtividade significativamente menor, sendo que, das 183 postagens coletadas, apenas 24 foram validadas, correspondendo a 13% do total.

Esses dados são corroborados pela ausência de acepções para [cair dentro] nos dicionários pesquisados, o que aponta para a baixa consolidação dessa construção no uso cotidiano.

Para testar essa hipótese, contrapomos esse resultado com buscas no *corpus Portuguese NOW* (*News on the Web*)[1], que coleta notícias publicadas em sites do Brasil, de Portugal, de Angola e de Moçambique. Das 273 entradas, em apenas cinco ocorrências [cair dentro] representava uma unidade semântica, mobilizando em todas o sentido de engajamento, o que se alinha aos apontamentos deste texto. Adicionalmente, todos os casos se tratavam de publicações em PB, o que demonstra que essa construção está ainda bastante restrita a esse contexto.

[1] https://www.corpusdoportugues.org/now/.

Dessas cinco ocorrências, uma se repetiu em três entradas, reduzindo o *corpus* a três ocorrências distintas, que mobilizam *atividade esportiva* (“Se me colocarem para jogar mais à frente, vou cair dentro”), *autocuidado* (“Agora é cair dentro da dieta”) e *estudos* (“cair dentro da Medicina”), itens que podem ser inseridos no domínio *Engajamento em atividade ou consumo*, anteriormente mapeado.

Outro aspecto fundamental é que, em todas essas ocorrências, a construção foi mobilizada em discursos diretos transcritos em reportagens, ou seja, situações que reproduzem a fala coloquial. Isso demonstra que essa construção ainda não conquistou espaço, mesmo que tímido, nos contextos de comunicação que exigem maior grau de formalidade.

Portanto, argumentamos que a combinação de [cair] e [dentro] não aciona prototipicamente o sentido da construção, sendo mobilizada majoritariamente em contextos literais de domínio locativo.

Por outro lado, [cair fora] apresenta-se como uma construção já incorporada ao uso, sendo mobilizada em contextos sociais variados e com acepções registradas em dicionários formais, o que evidencia o reconhecimento de sua produtividade. Essa assimetria identificada demonstra, neste *corpus*, que ações de desengajamento e exclusão foram reproduzidas com mais recorrência que ações de engajamento, o que suscita um questionamento acerca dos motivos dessa disparidade e de sua possível relação com uma ênfase cultural no desengajamento social. Tal leitura, contudo, extrapolaria o alcance de um *corpus* restrito a um período de poucos meses e a uma única plataforma digital, razão pela qual essa hipótese é apresentada como indagação para investigações futuras, sobretudo no que se refere à investigação desse padrão em dinâmicas específicas das redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou como as construções [cair fora] e [cair dentro] projetam o esquema do RECIPIENTE, ancorado na experiência corporificada, para domínios sociais abstratos. A partir da análise das 197 postagens da rede social X validadas – 173 exemplos de [cair fora] e 24 de [cair dentro] –, foi possível observar a diversidade de domínios sociais mobilizados, o que demonstra que as construções apresentam um

significado estável de desengajamento e de engajamento que permite sua extensão metafórica para novos contextos sem prejuízo de compreensão. A diversidade de domínios sociais acionados revela que, no PB, o esquema do RECIPIENTE não está restrito a usos locativos, mas é um operador cognitivo de categorização social que permeia diferentes esferas da experiência.

Além disso, sua estabilidade semântica indica que o PB dispõe de um repertório construcional produtivo que, embora frequentemente marginalizado pela norma culta, é central para a expressão de posicionamentos afetivos e relacionais na interação cotidiana.

Evidenciou-se, ainda, que a adição da partícula ao verbo base reconfigura a dinâmica do evento, incidindo sobre a agentividade dos sujeitos, especialmente quando mobilizada em domínios de limites mais abstratos e menos institucionalizados, como os relacionamentos afetivos. Dessa forma, é possível destacar que a agentividade é uma propriedade emergente da construção, pois a mesma base verbal pode codificar eventos não-agentivos ou agentivos, a depender da partícula e do domínio social acionado. Nesse sentido, o escopo descritivo das construções verbo-partículas no PB não se limita à composicionalidade, mas participa da construção de diferentes modos de agência social.

Observou-se, igualmente, uma assimetria significativa entre os usos reais das duas construções, já que [cair fora] se mostrou mais consolidada, com alta produtividade e registro em dicionários formais (Houaiss; Michaelis), enquanto [cair dentro] apresentou baixa frequência e permanece restrita aos registros coloquiais. Essa baixa produtividade foi corroborada por dados do *corpus Portuguese NOW* que apontam para a inexistência de registros formais com essa construção.

Apesar de significativa, essa assimetria deve ser interpretada com cautela, principalmente pelas limitações do *corpus* (restrito a tuítes, com recorte temporal de quatro meses) e pelos vieses algorítmicos inerentes à coleta em plataformas digitais. Reconhecidas essas limitações, questionam-se as possíveis causas dessa assimetria, levantando a hipótese de que não se trata de um fenômeno exclusivamente linguístico, e indagando se ações de desengajamento são mais salientes nas redes sociais do que ações de engajamento, especialmente à luz da crescente polarização e das dinâmicas afetivas que orientam a comunicação nesses espaços digitais (Papacharissi, 2015). Estudos futuros são necessários para aprofundar essa relação, bem como para investigar se o padrão observado se estende a outras construções do PB.

Os achados desta pesquisa contribuem para a perspectiva da Cognição Social (Croft, 2009), que investiga como os modelos culturais orientam a interpretação e a navegação em cenários sociais. As construções analisadas materializam o esquema do RECIPIENTE, que estrutura a conceptualização de engajamento e desengajamento, demonstrando que a relação entre forma e conteúdo, central na Gramática das Construções (Goldberg, 1995), é também central na conceptualização dos eventos e das experiências compartilhadas. Em suma, esta análise evidenciou que a gramática não é neutra, mas projeta metáforas conceptuais a partir de esquemas corporificados e atua diretamente na construção da cognição social.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Stephen R. On the role of deep structure in semantic interpretation. *Foundations of Language*, n. 7, p. 387-396, 1971. Disponível em: https://linguistics.berkeley.edu/~syntax-circle/syntax-group/spr08/anderson.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.

BECHARA, Evanido. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1, p. 44-46.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BOLINGER, Dwight. *Aspects of language*. New York; Chicago; San Francisco; Atlanta: Hardcourt, Brace & World, Inc., 1968.

CEGALLA. Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 42. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2000.

CROFT, William. Towards a Social Cognitive Linguistics. *In*: EVANS, Vyvyan; POURCEL, Stéphanie (eds.). *New Directions in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009. p. 395-420.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FILLMORE, Charles J. The case for case. *In:* BACH, Emmon; HARMS, Robert T. (ed.). *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968. p. 1-88.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro. Afeto ou ideologia: medindo polarização política no Brasil. *12º Encontro da ABCP*, 2020. Disponível em: https://www.abcp2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjMwNjUiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiOTRmOWRmMjY4NjMxMjdhNWJlYjY2NWIxOGJmZDAyNjQiO30%3D. Acesso em: 16 ago. 2026.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions*: a construction grammar approach to argument structure. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1995 [1992].

HOUAISS, Antônio (ed.). Cair. *In*: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2026. Disponível em: https://houaiss.online/houaisson/apps/www2/v9-1/html/index.php. Acesso em: 28 fev. 2026.

JACKENDOFF, Ray. English Particle Constructions, the Lexicon, and the Autonomy of Syntax. *In:* DEHE, Nicole; JACKENDOFF, Ray; MCINTYRE, Andrew; URBAN, Silke (eds.). *Verb-particle Explorations*. New York: Mouton de Gruyter, 2002. p. 67-94.

JOHNSON, Mark. *The Body in the mind*: the bodily basis of Meaning, Imagination, and Reason. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de Grupo de estudos da indeterminação e da metáfora (GEIM). Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things*: what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1990 [1987].

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. 2: Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

MACHONIS, Peter. Compositional verb-particle constructions with up: direction, aspect, intensity. *Lingvisticæ Investigationes*, v. 32, n. 2, p. 253-264, 2009. Disponível em: https://hal.science/hal-01016670v1. Acesso em 20 mar. 2026.

MASON, Lilliana. Identity-Based Democracy. *In:* MASON, Lilliana. *Uncivil Agreement*: How Politics Became our Identity. London: The University of Chicago Press, 2018. p. 1 - 16.

MICHAELIS. Cair. *In*: *Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2026. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cair/. Acesso em: 28 fev. 2026.

MOURA, Heronides. Telicity, trajectory, and phrasal verbs in brazilian portuguese. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 67, n. 00, p. e025029, 2025. DOI: 10.20396/cel.v67i00.8679884. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8679884. Acesso em: 21 mar. 2026.

PAPACHARISSI, Zizi. *Affective publics*: sentiment, technology, and politics. New York: Oxford University Press, 2015.

PINKER, Steven. *Do que é feito o pensamento*: a língua como janela para a natureza humana. Tradução Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

QUERIQUELLI, Luiz Henrique; MOURA, Heronides. Trajectory marking on the satellite in Latin, old Portuguese, and vernacular Brazilian Portuguese. *Fórum Linguístico*, v. 18, n. 2, p. 6124-6136, 2021. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8075336.pdf. Acesso em: 21 mar. 2026.

RODRIGUES, Marcos Victor Pires; DUQUE, Paulo Henrique. Frames emulados sobre ENTRAR_EM/PARA. *Entreletras*, [*S. l.*], v. 16, n. 1, p. 457-482, 2025. DOI: 10.70860/ufnt.entreletras.e19548. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/19548. Acesso em: 14 fev. 2026.

RUDZKA-OSTYN, Brygida. *Word Power*: Phrasal Verbs and Compounds. A Cognitive Approach. Berlin; New York, Mouton de Gruyter, 2003.

SPAZIANI, Lídia. *A gramaticalização do item fora no Português do Brasil*: a unidirecionalidade do processo. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TALMY, Leonard. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science*, [*S. l.*], v. 12, n. 1, p. 49-100, jan. 1988. DOI: 10.1207/s15516709cog1201_2. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1207/s15516709cog1201_2. Acesso em: 14 mar. 2025.

TALMY, Leonardo. *Toward a cognitive semantics*. v. 2. Cambridge: MIT Press, 2000.

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. The Social Identity Theory of Intergroup Behavior. *Political Psychology*, [*S. l.*], p. 276-293, 2004. DOI: 10.4324/9780203505984-16. Disponível em: https://www.christosaioannou.com/Tajfel%20and%20Turner%201986.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

VEREZA, Solange Coelho. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. *Linguagem em (Dis)Curso*, [*S. l.*], v. 7, n. 3, p. 487-506, dez. 2007. DOI: 10.1590/1982-4017-07-03-08. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ld/a/6Z5rBHBwkKzs8vRL7bTFPPn/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 fev. 2026.

VEREZA, Solange. Entrelaçando frames: a construção do sentido metafórico na linguagem em uso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 55, v. 1, p. 109 - 124, 2013. DOI: 10.20396/cel.v55i1.8636598. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326787782_Entrelacando_frames_a_construcao_do_sentido_metaforico_na_linguagem_em_uso. Acesso em: 08 jan. 2026.

VIARO, Mário Eduardo. *A construção verbo + advérbio de lugar no romanche*: herança latina ou decalque germânico?. 2001. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VIARO, Mário Eduardo. Para uma abordagem sintático-semântica da projeção adverbial nos verbos portugueses do tipo jogar fora. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [*S. l.*], n. 5, p. 143-176, 2002. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v0i5p143-176. Disponível em: https://revistas.usp.br/flp/article/view/59703. Acesso em: 21 mar. 2026.

WIERZBICKA, Anna. *The semantics of grammar*. Amsterdam: John Benjamin Publishing Company, 1988.

Recebido em: 18/05/2026
Aceito em: 03/08/2026

Ludiani Retka Trentin: doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos Semânticos (NES), grupo de pesquisa de perspectiva cognitivista que se dedica à coleta e à investigação de construções verbo-partícula. Possui mestrado em Letras e graduação em Letras Português-Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.98887

O uso modela a gramática: a frequência das construções com SE

Usage shapes grammar: frequency of SE-constructions

Luisa Godoy
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
luisa.godoy@ufvjm.edu.br
https://orcid.org/0000-0001-5370-136X

Diogo Pinheiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
diogopinheiro@letras.ufrj.br
https://orcid.org/0000-0003-2403-5040

RESUMO

O objetivo do trabalho é explorar a hipótese de que o uso linguístico modela a gramática. Apresentamos como evidência o caso das construções com SE, cuja rede gramatical proposta em Godoy e Pinheiro (2023) pode ter sido moldada pelo uso. O estudo é feito com a observação da frequência de *type* e *token*. As construções com SE são seis e se organizam em três domínios (reflexivo-recíproco, médio e impessoal). Enquanto as construções reflexivas têm baixa frequência de *type* e *token*, as construções médias têm alta frequência de *type* (cx. dinâmica) e de *token* (cx. cognitiva e incoativa). Cada constatação sobre frequência recebe uma interpretação em termos gramaticais. Baixa frequência de *type* e *token* indica pouco uso e maior composicionalidade e transitividade. Alta frequência de *type* indica estabilidade, produtividade e menor composicionalidade. Alta frequência de *token* indica *chunking* de sequências específicas de palavras, lexicalização e baixa composicionalidade.

Palavras-chave: uso linguístico; Gramática de Construções; construções com SE; frequência de *type*; frequência de *token*.

ABSTRACT

The aim of the work is to explore the hypothesis that linguistic use shapes grammar. We present as evidence the SE-constructions phenomenon in Portuguese. The network of SE-constructions presented in Godoy and Pinheiro (2023) might have been shaped by the

constructions use. The study is done by observing type and token frequency. Six constructions are categorized into three domains (reflexive-reciprocal, middle and impersonal). Reflexive constructions show low type and token frequency, whereas middle constructions show high type frequency (dynamic cx.) and high token frequency (cognitive and inchoative cx.). Each observation on frequency is interpreted as some grammatical aspect. Low type and token frequency indicates reduced use, higher compositionality and transitivity. High type frequency indicates stability and productivity, as well as a higher degree of compositionality. High token frequency indicates chunking of specific word sequences, lexicalization, and even lower compositionality.

Keywords: linguistic use; Construction Grammar; SE-constructions; type frequency; token frequency.

INTRODUÇÃO

Enquanto a linguística hegemônica do século XX se caracteriza por um movimento de dissociação entre conhecimento (*langue*, competência) e uso (*parole*, desempenho), a empreitada que tem sido referida como Linguística Baseada no Uso – ou, alternativamente, Modelos Baseados no Uso, ou ainda Linguística Funcional Centrada no uso –, cuja ascensão pode ser localizada na primeira década do século XXI, tem investido fortemente na ideia de que o conhecimento linguístico é modelado, em última instância, pela experiência linguística do falante (Barlow; Kemmer, 2000; Bybee, 2001, 2016). Na esteira desse movimento, a Gramática de Construções Baseada no Uso – variante cognitivo-funcional da Gramática de Construções (GC) –, ao mesmo tempo em que adota o princípio eminentemente construcionista de que o conhecimento linguístico deve ser representado como uma rede construcional, tem procurado demonstrar que essa rede é moldada pela estrutura do *input* a que o falante tem acesso, o que inclui fatores como frequência de ocorrência (frequência "token"), frequência de tipo (frequência "type"), frequência de coocorrência e variabilidade / coerência do *input* (Barddal, 2008; Suttle; Goldberg, 2011; Perek, 2015; Pinheiro, 2016; Diessel, 2019; Pinheiro; Soares da Silva; Freitas Jr., 2023).

Este artigo busca mostrar como essa perspectiva ajuda a compreender um tema clássico nos estudos das línguas românicas: as "construções com *se*", família construcional bastante heterogênea que inclui, tipicamente, as reflexivas, recíprocas, médias, impessoais e passivas (Afonso; Soares da Silva, 2024; Godoy; Pinheiro, 2023;

Armstrong; MacDonald, 2021; Lewandowski, 2021; Soares da Silva *et al*., 2021; Godoy, 2009; Kemmer, 1993; Maldonado, 1999). Tomando como ponto de partida a análise construcionista (mas não baseada no uso) desenvolvida por Godoy e Pinheiro (2023), este artigo busca identificar correlações entre a estrutura do *input*, de um lado, e as propriedades gramaticais das construções reflexivas/recíprocas e médias do PB. Com isso, o objetivo último é evidenciar a importância de se investigar os padrões estatísticos presentes no *input* a fim de explicar a estrutura gramatical.

Para isso, analisamos quantitativamente, com foco sobre as frequências de ocorrência (*token*) e de tipo (*type*), os dados que respaldaram a rede construcional proposta em Godoy e Pinheiro (2023). Com base nessa análise, argumentaremos que as frequências de ocorrência e de tipo ajudam a explicar diferenças importantes entre os domínios reflexivo/recíproco, de um lado, e médio, de outro, no que se refere a parâmetros como grau de transitividade, lexicalização e composicionalidade. Em particular, mostraremos que a menor transitividade, maior grau de composicionalidade e menor grau de lexicalização das construções reflexivas/recíprocas, em comparação com as construções médias, podem ser relacionados à estrutura do *input* experienciado pelo falante.

Em essência, portanto, o esforço empreendido aqui consiste em *motivar* a rede postulada em Godoy e Pinheiro (2023) com base em diferenças quantitativas referentes ao uso das construções em questão. Para isso, o artigo está estruturado como segue. Na próxima seção, revisamos o problema das construções com SE na gramática do PB. Depois, reportamos nosso estudo quantitativo sobre frequências em um *corpus* dessas construções. Em seguida, chegamos ao ponto principal deste estudo, que consiste em *interpretar* esses resultados quantitativos no que se refere à estrutura da rede construcional, à luz da perspectiva da Gramática de Construções Baseada no Uso. Na última seção, encerramos o texto com as considerações finais.

AS CONSTRUÇÕES COM *SE* E A GRAMÁTICA

A língua portuguesa apresenta usos bastante diversos do chamado “clítico SE”, como se vê nos exemplos abaixo:

(1) A mulher se olhou no espelho (sentido reflexivo)

(2) Eles se abraçaram (sentido recíproco)

(3) Eu não me lembro disso (sentido psicológico ou "cognitivo")

(4) Navios se despedaçam após tempestade (sentido passivo ou "incoativo")

Trata-se de um fenômeno muito amplo e a princípio disperso, pois alcança múltiplas dimensões linguísticas. Na literatura sobre o PB, de fato, encontramos trabalhos que o discutem da perspectiva da morfossintaxe, do léxico, da semântica/pragmática, da fonética, da variação e mudança etc (Nunes, 1995; Camacho, 2003; Godoy, 2009; Soares da Silva; Afonso, 2021; Godoy; Pinheiro, 2023; Afonso; Soares da Silva, 2024; dentre outros).

A descrição da gramática tradicional não aborda integralmente o complexo fenômeno do sincretismo do SE; ele é encontrado nas explicações sobre vozes verbais, sobre tipos de pronomes, sobre verbos pronominais ou reflexivos, dentre outros. A abordagem das vertentes formais da linguística, como na perspectiva do gerativismo, também apresenta muitas limitações, devido, principalmente, à divisão modular da gramática entre léxico e regras de combinação/ gerativas.

Godoy (2012), por exemplo, explora o aspecto semântico da reflexivização. Porém, não tem outra opção senão a de separar tipos diferentes de construções reflexivas (de um lado, as construções reflexivas "propriamente ditas", como *Ela se ama*, e de outro as construções "médias dinâmicas", como *Ela se sentou*) em componentes gramaticais diferentes (sintaxe e léxico, respectivamente), pois adota uma concepção de gramática de viés gerativista. Assim, a descrição se apresenta fragmentada, compartimentalizada. Mesmo quando é percebida uma relação semântica entre construções similares em forma, o modelo de gramática adotado não é capaz de abarcar e representar de modo mais integrado e compreensivo as relações entre as construções com SE.

As abordagens funcionalistas e cognitivistas do fenômeno, como a de Camacho (2003), Soares da Silva *et al* (2021) e Afonso e Soares da Silva (2024) parecem ser mais adequadas para o tratamento desse fenômeno gradiente e produtivo (ainda assim, gramatical). Em Camacho (2003), temos uma defesa da categoria semântica de voz média em PB, com uma descrição funcionalista dos tipos de ocorrências com o *se*. Em Soares da Silva et al (2021) e em Afonso e Soares da Silva (2024), adota-se o princípio

construcionista. As construções com e sem o SE no PB e no PE (português europeu) são investigadas em *corpus* de língua em uso e comparadas semanticamente. Em Godoy e Pinheiro (2023), também se adota uma perspectiva construcional, propondo uma tipificação (semântica) das construções com SE no PB e um desenho da rede gramatical dessas construções. Nessas abordagens, há espaço teórico-descritivo para a representação das relações (de forma e sentido, de semelhança e diferença) entre as diferentes construções.

Em Godoy e Pinheiro (2023), um *corpus* de notícias escritas foi montado para o estudo das diferentes construções com SE no PB. As ocorrências foram classificadas em seis tipos de construções, relacionadas polissemicamente e dispostas em uma rede gramatical. Caracterizando o SE como clítico anafórico, as buscas foram feitas pela combinação de pronome reto mais clítico (ex.: "ela se"), de modo a incluir também as formas de primeira pessoa ("eu me" e "nós nos"), conforme a seguinte tabela:

Eu	me
Você	se
Ele	se
Ela	se
Nós	nos
Vocês	se
Eles	se
Elas	se
Isso	se
Isto	se
Aquilo	se
A gente	se

Foram coletados 281 dados de notícias contendo a combinação de pronome reto mais clítico. Os dados foram analisados e organizados em seis categorias semânticas, de acordo com o verbo (ou a acepção do verbo, no caso de polissemia) que preenche a estrutura mais abstrata de forma [N se V][1]. Temos abaixo, um exemplo de cada uma das construções categorizadas no referido estudo:

[1]Para mais detalhes sobre a coleta, os dados e as classificações, remetemos o leitor ao referido trabalho. Vale dizer que a coleta dos dados com o pronome *a gente* foi feita posteriormente à publicação do artigo, e rendeu mais algumas dezenas de ocorrências.

(5) Eles se amam (recíproca)

(6) Ela se ama (reflexiva)

(7) Eu me sentei (média dinâmica)

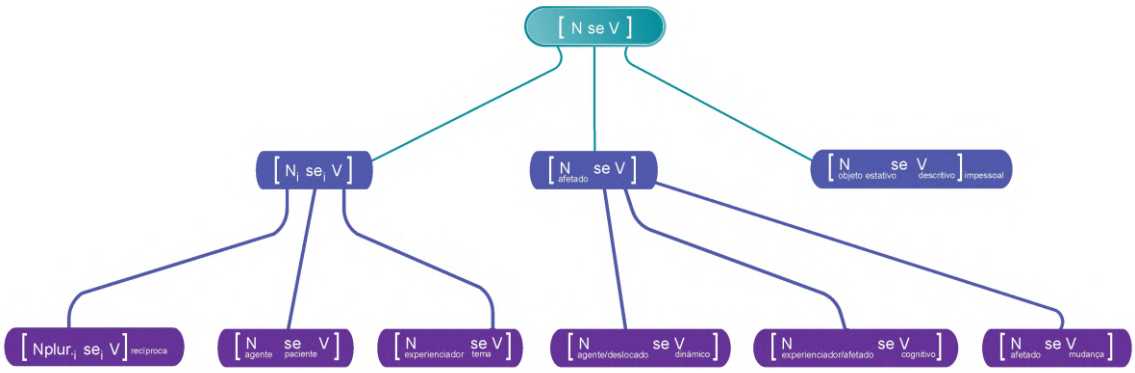
(8) A gente se esqueceu (média cognitiva)

(9) Você se feriu no acidente (média incoativa)

(10) Isso se relaciona àquilo (impessoal)

As seis categorias então serviram para delinear uma proposta de desenho de rede gramatical para a polissemia da macro construção abstrata [N se V]. A rede proposta foi representada graficamente da seguinte maneira:

Gráfico 1 – Rede gramatical das construções com SE



Fonte: Godoy e Pinheiro (2023).

Além da macro construção, representada pelo nó mais alto, e das seis construções representadas por nós mais baixos, também foram propostos três domínios intermediários: o domínio reflexivo-recíproco e o domínio médio, cada um com três construções, e o domínio impessoal, que não foi explorado no trabalho[2]. Os três domínios intermediários são mais abstratos que as construções especificamente, mas contêm mais significado que a macro construção.

[2]Observe-se que na listagem das seis construções, incluímos a impessoal, mas na rede, a construção impessoal é representada como um domínio que não foi explorado (não representamos as suas subdivisões). Contudo, representamos ali duas construções reflexivas: a reflexiva dinâmica, com Agente e Paciente (*Ele se cortou propositalmente*) e a reflexiva cognitiva, com Experienciador e Tema (*Ela se ama*). Para os fins deste artigo, essa distinção entre as duas reflexivas não será relevante; por isso, trataremos da "construção reflexiva" de modo geral.

Cada domínio contém um traço semântico que o caracteriza. Conforme se pensa a organização gramatical em rede, as construções hierarquicamente submetidas a cada nó herdam os seus traços formais e semânticos (Diessel, 2019). O domínio reflexivo-recíproco contém correferencialidade entre os argumentos construcionais N e SE. Há nesse domínio: i) uma construção com argumento N plural e marcada para a reciprocidade ("construção recíproca"); ii) uma construção cujos argumentos correferenciais são Agente e Paciente ("construção reflexiva dinâmica"); e iii) uma construção cujos argumentos correferenciais são Experienciador e Tema ("construção reflexiva cognitiva").

O domínio médio se caracteriza pelo traço de afetação no seu argumento N. Não há correferencialidade, pois SE nesse domínio não é argumental. Há nesse domínio: i) uma construção em que o N Afetado é também Agente, sendo o verbo de sentido dinâmico ("construção média dinâmica"); ii) uma construção em que o N Afetado é também Experienciador e o verbo é de sentido cognitivo ("construção média cognitiva"); e iii) uma construção em que o argumento N é apenas Afetado (sem agentividade ou experiencialidade) e o verbo é de mudança ("construção média incoativa").

Por fim, o domínio impessoal se caracteriza por um N com papel de Objeto Estativo e um verbo descritivo. Esse domínio não foi explorado como os outros dois, daí não haver construções submetidas hierarquicamente no desenho da rede (são necessários mais trabalhos acerca da construção impessoal).

Vale observar que o traço semântico que caracteriza o domínio reflexivo-recíproco é de natureza lógica (a correferencialidade). Ele determina a distribuição dos papeis temáticos entre os participantes/ referentes da eventualidade, e não tem a ver com o conteúdo dos papeis em si. Já o traço semântico que caracteriza o domínio médio é de natureza temática. Trata-se de um traço de sentido do papel temático do argumento N – a afetação. Além disso, há no domínio reflexivo-recíproco dois argumentos construcionais (N e SE), e apenas um no domínio médio (N), bem como no domínio impessoal (N).

A ideia dos domínios intermediários ajuda a vislumbrar o fenômeno de modo mais integrativo, alocando-o por inteiro em uma gramática da língua que parta da unidade básica chamada "construção". Essa organização das construções com SE em três níveis mostra-se coerente com a análise da frequência, de que falaremos a seguir. Em outras

palavras, a observação da frequência respalda a diferenciação proposta entre os domínios reflexivo e médio.

FREQUÊNCIA DE *TYPE* E *TOKEN* DAS CONSTRUÇÕES COM *SE* NO *CORPUS* DE NOTÍCIAS

Em Godoy e Pinheiro (2023), os objetivos da análise do *corpus* de notícias de construções com SE foram: i) o de classificar semanticamente os tipos de construções (investigar a polissemia) e ii) o de esboçar uma rede gramatical. O estudo pretendia se limitar a ser qualitativo; contudo, na contagem dos dados, algumas questões de ordem quantitativa chamaram a atenção. Apresentamos a seguir alguns números que se mostraram salientes na análise do *corpus* de construções com SE e que podem indicar efeitos de frequência. Essas observações sobre frequência poderiam sugerir ideias para a compreensão da relação entre uso e gramática.

Vamos considerar um *type* (tipo) cada verbo com uma acepção diferente. A polissemia é determinada pela acepção do verbo, combinada com a sua instanciação em mais de uma construção. Por exemplo, o verbo *chamar* ocorre tanto na construção recíproca quanto na impessoal:

(11) Eles se chamam de irmãos
(12) Aquilo se chama tortura

Assumimos, assim, que *chamar* é polissêmico[3], sendo contabilizado como dois *types*.

Vamos considerar um *token* (ocorrência) cada dado coletado da forma [N se V]. Assim, um mesmo verbo (*type*) pode ocorrer mais de uma vez (*tokens*) nesse *corpus* de notícias. Foram coletadas:

- 281 construções com *se (tokens);*

[3]Seria bastante razoável, contudo, atribuir toda a diferença de sentido às construções nas quais o verbo ocorre. Assim, a polissemia seria das construções e não dos verbos individuais, conforme, inclusive, se propõe em Godoy e Pinheiro (2023). Trata-se de uma perspectiva pertinente ao conceito de construções. Neste trabalho, porém, não vamos debater acerca da polissemia, bastando assumir que haveria não um, mas dois (ou mais) *types* de verbos que ocorrem em mais de uma construção.

- 142 formas verbais diferentes;
- 151 verbos com acepções diferentes (*types*).

Isso significa que, das 142 formas verbais, temos 9 que foram analisadas como sendo polissêmicas. Isto é, há 9 verbos que ocorrem em diferentes construções com SE; são eles: *chamar*, *reconectar*, *reunir*, *separar*, *juntar*, *encontrar*, *apresentar*, *colocar* e *dar*. A lista completa dos verbos (*types*) que ocorrem em cada construção está no quadro abaixo. Os verbos polissêmicos são marcados com as letras A e B, indicando sentidos diferentes, e sendo listados em mais de uma coluna:

Quadro 1 – Listagem dos *types* por construção

	Cx recíproca	Cx reflexiva	Cx média dinâmica	Cx média cognitiva	Cx média incoativa	Cx impessoal
1	Abraçar	Aceitar	Afastar	Acalmar	Acidentar	Aplicar
2	Amar (4)	Apresentar A	Agarrar	Apaixonar (3)	Afetar	Assemelhar (3)
3	Articular	Colocar A	Alimentar (3)	Concentrar	Ampliar	Chamar B (2)
4	Autodenominar	Convencer (2)	Antecipar (2)	Dar A (conta) (2)	Cegar	Conectar
5	Chamar A	Cuidar (2)	Aposentar	Decepcionar	Deixar (levar)	Confirmar
6	Completar (2)	Defender	Apresentar B (4)	Divertir (4)	Descompatibilizar	Dar B (bem/mal) (3)
7	Conhecer (5)	Demitir	Aproximar (3)	Emocionar (3)	Desenvolver (2)	Destacar
8	Ligar (2)	Imaginar	Assumir (2)	Esquecer (3)	Livrar	Dever (3)
9	Parecer	Julgar (2)	Camuflar	Fiar	Machucar (2)	Encontrar B (2)
10	Reconectar A	Manter	Casar (5)	Inspirar (2)	Perder (2)	Explicar (2)
11	Reunir A	Matar	Colocar B	Interessar	Politizar	Localizar
12	Separar A (2)	Perceber (2)	Comportar	Lembrar (3)	Popularizar	Mostrar (3)
13	Juntar A	Permitir	Comprometer	Preocupar	Provar	Referir
14	Falar (2)	Proporcionar	Dedicar (2)	Revoltar (2)	Reconectar B	Refletir (3)
15	Olhar	Reconhecer	Deitar	Sentir (30)	Recuperar (2)	Relacionar
16	Entender (3)	Ver (2)	Desconectar	Solidarizar	Reintegrar	Repetir (2)
17	Encontrar A (3)	Blindar	Dirigir	Contentar	Salvar	Revelar
18	Quebrar	Enxergar	Dividir (3)	Surpreender	Tornar (18)	Sair (3)
19		Desafiar	Divorciar	Desequilibrar	Transformar (3)	Traduzir
20			Dizer	Resolver		
21			Encaixar			
22			Encarnar			
23			Enquadrar			
24			Entregar (2)			
25			Esforçar (2)			
26			Espernear			
27			Estender			
28			Fechar			
29			Fixar			
30			Formar			

31			Identificar			
32			Inclinar			
33			Inteirar			
34			Jogar			
35			Juntar B (2)			
36			Levantar (2)			
37			Manifestar			
38			Mexer (2)			
39			Misturar			
40			Mover (2)			
41			Negar			
42			Omitir			
43			Perguntar (3)			
44			Arrastar			
45			Pronunciar			
46			Propor (2)			
47			Reapresentar			
48			Render			
49			Reunir B			
50			Separar B			
51			Teletransportar			
52			Trancar			
53			Vestir (2)			
54			Organizar			
55			Virar			
56			Preparar (3)			

Fonte: Elaboração própria.

Sintetizamos, na tabela abaixo, a contagem de verbos com acepções diferentes (*types*) em relação às construções em que ocorrem:

Construções	Número de verbos / *types*
Recíproca	18
Reflexiva	19
Média dinâmica	56
Média cognitiva	20
Média incoativa	19
Impessoal	19
Total	151

Fica evidente a maior concentração de *types* no domínio médio, em especial na construção média dinâmica, que ocorre com uma grande variedade de verbos.

Retomando o Quadro 1 acima, assinalamos, na frente de cada verbo (*type*), entre parênteses, o seu número de ocorrências (*tokens*). Os verbos que ocorrem apenas uma vez no *corpus* são simplesmente listados sem os parênteses. Em relação à frequência de ocorrência ou de *token*, temos uma concentração ainda maior no domínio médio e na construção média dinâmica:

Construções	Número de ocorrências / *tokens*
Recíproca	33
Reflexiva	24
Média dinâmica	84
Média cognitiva	63
Média incoativa	42
Impessoal	35
Total	281

Enquanto é previsível que a construção média dinâmica tenha o maior número de *tokens*, proporcional ao seu grande número de *types*, as construções média cognitiva e média incoativa apresentam número de *tokens* bastante mais elevado que o de *types*. Isso se explica pela frequência de verbos específicos. *Sentir* (na construção média cognitiva) e *tornar* (na construção média incoativa) ocorrem muito mais vezes que os demais verbos. Em outras palavras, a frequência de *token* desses verbos é muito maior.

Abaixo, organizamos, em ordem decrescente, os verbos de maior frequência de *token* em nosso *corpus* de notícias:

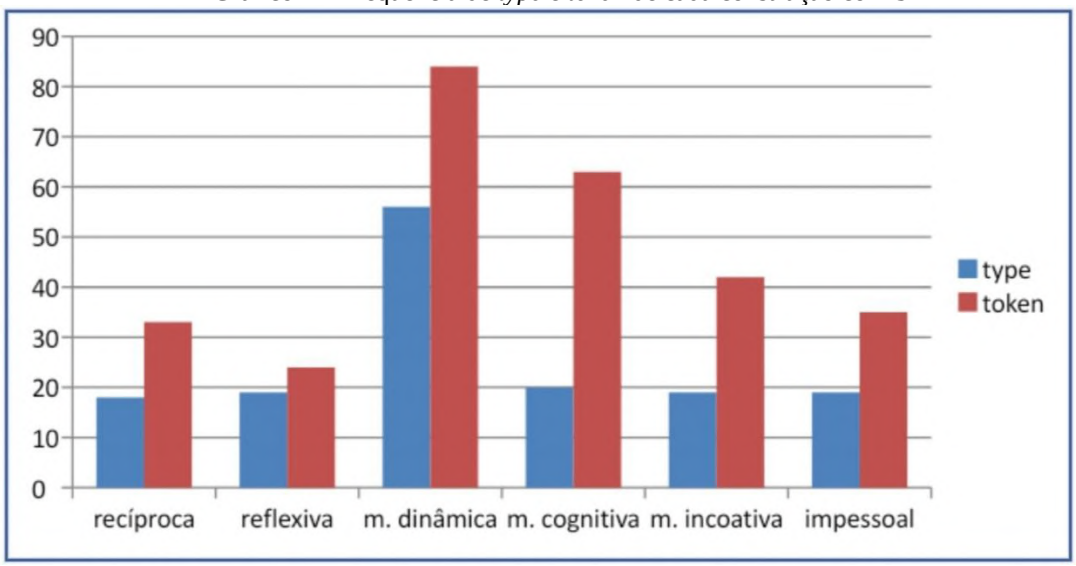
- *Sentir* (construção média cognitiva) = 30 *tokens*
- *Tornar* (construção média incoativa) = 18 *tokens*
- *Apresentar*, *casar*, *conhecer*, *dar* = 5 *tokens* cada
- *Divertir, amar* = 4 *tokens* cada
- 18 verbos = 3 *tokens*
- 31 verbos = 2 *tokens*
- 94 verbos = 1 *token*

Se excluirmos os dois verbos que têm a maior frequência de *token* (*sentir* e *tornar*), calculamos uma média de 1,57 *tokens* por *type*. Ou seja, 1,57 é o número médio de vezes que cada verbo ocorre no *corpus*. Temos, portanto, uma grande diferença entre

a frequência média de ocorrência dos 149 verbos (1,57) e a frequência total de ocorrência de dois verbos, *sentir* (30) e *tornar* (18).

No gráfico abaixo, representamos visualmente as diferenças de frequência de *type* e *token* para cada construção:

Gráfico 2 – Frequência de *type* e *token* de cada construção com SE



Fonte: Elaboração própria.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O que as observações quantitativas apresentadas na seção anterior podem significar para a perspectiva da Gramática de Construções Baseada no Uso?

A baixa frequência de *type* e *token* das construções no domínio reflexivo-recíproco indica que a semântica da reflexividade/reciprocidade é pouco usada em um *corpus* de notícias. Talvez o sentido de reflexividade/reciprocidade seja menos usado na narração de fatos e acontecimentos. Podemos também pensar que a semântica reflexiva/recíproca dispõe de outras construções para sua expressão linguística, tais como *si mesmo*, *si próprio*, *ela/ele mesmo*, *um ao outro* (ou *com*, *de*, *para* e outras preposições), além dos próprios adjetivos *reflexivo*, *recíproco*, *mútuo*, que servem para compor o significado reflexivo ou recíproco de uma sentença.

A construção com SE não é, portanto, a única maneira de se expressar reflexividade e reciprocidade em português. Como vimos, o SE nessas construções é anafórico e correferencial, ou seja, trata-se de um argumento. Assim sendo, as

construções do domínio reflexivo-recíproco são as mais composicionais. Bybee (2016) define composicionalidade a partir de Langacker (1987), como sendo "uma medida semântica [que] se refere ao grau de previsibilidade do sentido do todo a partir do sentido das partes que o compõem" (p. 79). O grau de composicionalidade nas construções reflexiva e recíproca com SE é similar ao grau de composicionalidade na formação de outras sentenças de sentido reflexivo e recíproco com expressões anafóricas, tais como *si/ela mesma* e *um ao outro*.

O Gráfico 2 mostra uma diferença significativa de frequência quando passamos do domínio reflexivo-recíproco ao domínio médio. No domínio médio, as frequências são bastante superiores. As construções médias têm, no geral, um conteúdo semântico mais fixo, preenchido, que as construções reflexiva e recíproca (cujo traço semântico comum é de natureza lógica e não temática, como vimos). A construção média dinâmica, em específico, tem um participante que é afetado, ao mesmo tempo em que carrega agentividade sobre a própria afetação, e realiza uma ação. Parece haver uma grande variedade de verbos que ocorrem nessa construção: verbos que expressam movimento físico (como *mover*), mudança de postura (como *deitar*), movimento abstrato (como *encaixar*), mudança de status social (como *aposentar*), cuidados corporais (como *vestir*), fala e comunicação (como *pronunciar*), dentre outros. Contudo, o sentido mais abstrato da construção dinâmica se preserva em todas as instanciações.

Podemos pensar que, em um contínuo léxico-sintaxe no qual as diferentes construções com SE se disporiam, a construção média dinâmica estaria no centro. Trata-se de uma construção de dimensão sintática, porém menos composicional que as construções recíproca e reflexiva. Poderíamos entender a construção média dinâmica como uma típica construção de estrutura argumental (Goldberg, 1995), com papel construcional (Agente/Afetado) e *slot* verbal bem definidos, sendo compatível com verbos dinâmicos de diferentes classes semânticas.

A alta frequência de *token* da construção média dinâmica decorre da sua alta frequência de *type*. Conforme mostrado no Quadro 1, há vários verbos que ocorrem mais de uma vez nessa construção. O verbo que ocorre mais vezes é *casar* (5 vezes). Somadas, todas essas ocorrências perfazem um número alto de *tokens*, porém não é na construção média dinâmica que ocorrem os verbos que têm o maior número de *tokens* de todo o *corpus*.

São as construções média cognitiva e média incoativa que contêm os verbos com a maior frequência de *token* do *corpus* – *sentir* e *tornar*, respectivamente. A fim de enfatizar como essas frequências de *token* são salientes, comparamos anteriormente o número médio de ocorrências dos demais verbos em relação a *sentir* e *tornar*. Como vimos, enquanto *sentir* tem 30 e *tornar* 18 ocorrências, os outros 149 verbos do *corpus* têm uma média de 1,57 ocorrências.

Objetivando verificar se essa diferença de frequência de *token* se comprova em outro *corpus*, fizemos uma busca no Corpus do Português[4] (aba NOW) por verbos específicos, instanciando quatro construções: reflexiva, média dinâmica, média cognitiva e média incoativa. Pegamos de nossa listagem os verbos com maior número de ocorrências em cada uma dessas construções – *cuidar* (reflexiva), *alimentar* e *casar* (média dinâmica), *sentir* (média cognitiva) e *tornar* (média incoativa) – e buscamos pela composição de SE mais o verbo na terceira pessoa do pretérito perfeito, para homogeneizar a busca. A tabela abaixo expõe o número de ocorrências encontradas para cada uma dessas composições, no Corpus do Português (aba NOW):

	Reflexiva	**Dinâmica**	**Cognitiva**	**Incoativa**
Token	"se cuidou" 78	"se alimentou" 258 "se casou" 4762	"se sentiu" 7288	"se tornou" 69314

Desconfiamos que o tempo verbal poderia influenciar o número de ocorrências de combinações específicas de SE mais verbo. Por exemplo, é possível que "se cuida" seja mais frequente que "se cuidou". Assim, fizemos uma nova busca, com todos os verbos na terceira pessoa do presente. Os números encontrados foram:

	Reflexiva	**Dinâmica**	**Cognitiva**	**Incoativa**

[4] https://www.corpusdoportugues.org/

Token	"se cuida" 693	"se alimenta" 2242 "se casa" 1294	"se sente" 20664	"se torna" 23277

Percebe-se que o tempo presente é de fato mais frequente para as construções com SE dos verbos *cuidar*, *alimentar* e *sentir*, e o pretérito perfeito é mais frequente para *casar* e *tornar*. Independentemente das flexões de tempo, observamos que no geral as diferenças de frequência de *token* apontadas na análise de nosso *corpus* de notícias se mantêm no Corpus do Português, mesmo que não na mesma exata proporção. Em outras palavras, há uma ordem crescente na frequência de *token*, da construção reflexiva às construções média cognitiva e média incoativa, sendo a ocorrência dos verbos *sentir* e *tornar* significativamente mais frequente que a dos outros verbos, em ambos os corpora.

Conforme Bybee (2016), a alta frequência está relacionada a *chunking*, uma propriedade da cognição humana e, portanto, da linguagem. Segundo a autora, "quando duas ou mais palavras são frequentemente usadas juntas, elas também desenvolvem uma relação sequencial" (p. 64). Ainda de acordo com Bybee, "quanto mais uma sequência de morfemas ou palavras é usada junta, mais forte a sequência se torna como uma unidade" (p. 84).

É possível que isso tenha ocorrido ou esteja ocorrendo com a sequência composta pelo clítico SE mais os verbos *sentir* e *tornar*. A alta frequência dessas sequências pode indicar um processo de *chunking* do verbo com o clítico. Assim, *se sentir* (ou *sentir-se*) e *se tornar* (ou *tornar-se*) poderiam vir a ser encarados como "verbos pronominais[5]", para usar uma classificação da gramática tradicional.

A classificação e a nomenclatura tradicional não nos interessam aqui. Contudo, cabe pensarmos em um processo de lexicalização desses *chunks*. Se os *chunks se sentir* e *se tornar* são representados como itens lexicais, é possível que as construções média

[5]Aqui poderíamos fazer uma comparação entre as ocorrências de próclise (*se tornar*) e ênclise (*tornar-se*). Como todas as buscas foram pela próclise, neste trabalho, assumimos uma notação proclítica dos chamados "verbos pronominais", ou, melhor dizendo, dos *chunks* compostos de clítico + verbo. Para uma argumentação sobre a preferência por dados de próclise, remetemos o leitor ao trabalho de Godoy e Pinheiro (2023).

cognitiva e média incoativa estejam mais próximas do polo lexical em um contínuo sintaxe-léxico das construções com SE. Se o clítico é um morfema verbal nesses casos, a transitividade da construção [N se V] seria baixa. Assim, a composicionalidade das construções média cognitiva e média incoativa seria menor que na construção média dinâmica (que, por sua vez, é menor que nas construções reflexiva e recíproca, como vimos), pois aqui o clítico estaria mais aderido ao verbo.

Faz sentido, portanto, pensarmos que o eixo horizontal da rede de construções com SE (Gráfico 1) representa esse contínuo de transitividade/ composicionalidade, desde o polo sintático (mais à esquerda) até o polo lexical (mais à direita). Entre a média cognitiva e a média incoativa, podemos encarar a segunda como menos transitiva que a primeira, por uma razão semântica. A construção média cognitiva contém o traço de experienciador em seu sujeito, juntamente com o traço de afetação, enquanto a média incoativa contém apenas afetação no sujeito N, mesmo quando esse argumento é animado (como argumentado em Godoy e Pinheiro, 2023).

As diferentes construções com SE analisadas se dispõem, assim, na seguinte escala de composicionalidade (da mais à menos composicional): Construções reflexiva e recíproca > Construção média dinâmica > Construção média cognitiva > Construção média incoativa[6].

Façamos mais algumas reflexões acerca dos verbos, ou melhor dizendo, dos *chunks* [*se sentir*] e [*se tornar*]. Eles são *types* das construções média cognitiva e média incoativa, respectivamente, cuja forma representamos como [N se V]. Essas construções são intransitivas (pois SE não é argumental). Porém, os verbos especificamente são transitivos. Poderíamos considerá-los predicativos.

De fato, *tornar-se* é considerado predicativo em algumas listagens de verbos que introduzem o predicativo do sujeito (como em sites gratuitos sobre gramática normativa). Mas não encontramos *sentir-se* listado como verbo predicativo. Entretanto, observando nosso *corpus*, vemos que ambos os verbos realizam funções predicativas similares, como nos exemplos abaixo:

(13) ...ele se sentiu realmente livre pela primeira vez...

[6]A construção impessoal, provavelmente, se encaixa na escala de transitividade em uma posição mais à direita, similar ao que foi proposto no Gráfico 2. Porém, são necessários mais estudos sobre essa construção.

(14) ...eu me senti um lixo...

(15) ...me senti julgada...

(16) ...você se sente como se tivesse sido sequestrado...

(17) ...aquilo se torna mais prazeroso...

(18) ...aquilo se torna uma constante...

(19) ...mais tarde, ela se tornou parte do trio musical...

(20) ...o público ainda está entendendo que ela se tornou adulta...

Conforme argumentado em Godoy e Pinheiro (2023), adotamos a diferenciação entre argumento da construção e argumento do verbo (Goldberg, 1995). Assim, apesar de as construções médias [N se V] serem intransitivas, os *types se sentir* e *se tornar* não o são, contribuindo com um argumento a mais, o predicativo do sujeito. De fato, em todas as instâncias dos dois verbos no *corpus* de notícia, há um complemento predicativo.

É necessário um estudo mais aprofundado sobre a propriedade de "verbo predicativo" do *type se sentir* (e *sentir-se*). Aqui, porém, podemos aventar uma hipótese de por que os *types sentir* e *tornar* se destacam dos demais *types* em suas respectivas categorias construcionais (média cognitiva e média incoativa), em termos de frequência de *tokens*. Se são verbos predicativos, eles têm um sentido mais "vazio", neutro ou abstrato, similar aos verbos de ligação, que simplesmente conectam semanticamente um predicado atributivo ao sujeito sentencial.

Essa abstração ou neutralidade presente no significado de *se sentir* e *se tornar* parece com a neutralidade do sentido comum das categorias "construção média cognitiva" e "construção média incoativa". Ou seja, o sentido dos verbos é análogo ao sentido da própria construção. *Se sentir* informa o próprio significado da construção média cognitiva, e *se tornar* carrega o significado abstrato da construção média incoativa. Segundo Goldberg (2006), "os sentidos dos verbos mais frequentes usados em construções de estrutura argumental específicas carregam uma semelhança impressionante com os sentidos independentemente postulados para tais construções de estrutura argumental[7]" (p. 78).

[7]"*...the meanings of the most frequent verbs used in particular argument structure constructions bear a striking resemblance to the meanings independently posited for those argument structure constructions."*

Talvez esses verbos sejam prototípicos das construções que os contêm. Ou talvez eles tenham derivado o sentido das categorias às quais pertencem (as construções de estrutura argumental média cognitiva e média incoativa). Kay (1996), citado por Goldberg (2006, p. 78), observa que "é possível pensar nos padrões de estrutura argumental de alguma maneira 'derivados' da semântica dos seus verbos mais neutros[8]". O caso dos *types se sentir* e *se tornar*, enfim, parece demonstrar a ideia da relação entre a frequência de *token*, a neutralidade semântica e o sentido da classe – a construção de estrutura argumental.

RESUMO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sintetizamos, no seguinte quadro, a questão quantitativa das frequências de *type* e *token* das cinco construções analisadas nas seções anteriores (recíproca, reflexiva, média dinâmica, média cognitiva e média incoativa). O símbolo – indica baixa frequência e o símbolo + indica alta frequência:

	Recíproca	**Reflexiva**	**Dinâmica**	**Cognitiva**	**Incoativa**
Type	-	-	+	-	-
Token	-	-	+ -	+	+

Três áreas ficam nítidas: a área com baixa frequência de *type* e de *token* (recíproca e reflexiva), a área intermediária com alta frequência de *type* e frequência de *token* mais ou menos alta (dinâmica) e a área com baixa frequência de *type* e alta frequência de *token* (cognitiva e incoativa).

Na seção de discussão dos resultados, buscamos engendrar hipóteses explicativas para essas constatações. Resumimos abaixo essas hipóteses:

- A menor frequência de *type* e *token* (recíproca e reflexiva) indica maior composicionalidade, que se relaciona a uma transitividade também maior;

[8]"*..it is possible to think of the argument structure patterns as in some sense 'derived from' the semantics of their most neutral verbs."*

- A maior frequência de *type* (média dinâmica) reforça as relações sintagmáticas da construção sintática e seu sentido recorrente, revelando uma típica e produtiva construção de estrutura argumental;
- A maior frequência de *token* (média cognitiva e média incoativa) gera *chunking* das sequências de itens específicos, que leva à lexicalização e coincide com o significado mais neutro de toda a categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumimos que a gramática tem plasticidade e se organiza em rede. Ela está a todo momento se estabilizando e se modificando, conforme princípios gerais da cognição humana (Diessel, 2019). A representação do conhecimento gramatical acerca das construções com SE foi proposta em um trabalho anterior (Godoy; Pinheiro, 2023). Neste artigo, visamos mostrar evidências de como o uso moldou e está neste momento moldando essa gramática plástica e radial das construções com SE. Para a observação do uso linguístico, elegemos a noção de frequência de *type* e *token*. Associamos à observação objetiva dessas frequências uma interpretação de cunho teórico e hipotético.

Tomemos, por exemplo, o conceito gramatical de transitividade. Em nosso estudo, observamos que faz sentido corroborar a ideia de que a transitividade verbal está relacionada à composicionalidade, a qual está relacionada a *chunking*, que por sua vez tem relação com a frequência. Quanto mais frequente a sequência de SE e verbo, menos composicional a relação clítico-verbo, e o oposto ocorre para a menor frequência – a relação entre clítico e verbo é de maior composicionalidade. Decorre que a transitividade das construções parece ser gradual.

De modo consequente, a distinção hermética entre léxico sintaxe, proposta nas abordagens mais tradicionais da linguística, também é colocada à prova. Parece haver gradiência na relação entre as construções mais sintáticas às mais lexicais. Por fim, também percebemos escalaridade semântica, observando a agentividade na posição de sujeito das construções e na relação semântica entre elas.

Ademais, verbos chamados tradicionalmente de pronominais ou "reflexivos" poderiam ser explicados pela frequência, assim como mostramos uma tendência de

fixação da sequência de clítico mais verbo nos casos de *se sentir* e *se tornar*. Seria necessário um levantamento e um estudo específico desses verbos.

Por fim, a diacronia do *se* também poderia se encaixar na rede gramatical por meio da frequência. Kemmer (1993) explica que as categorias semânticas representadas pelas construções do domínio médio já existiam no latim. Os verbos eram marcados pelo morfema sufixal –R. Na passagem às línguas românicas modernas, o que mudou foi a marca. Conforme a autora, o SE reflexivo começou a ser usado para marcar as "situações médias".

A observação da construção que chamamos de média dinâmica poderia ser a chave para um futuro estudo diacrônico das construções com SE em uma perspectiva da GCBU. A construção média dinâmica abarca uma gama muito grande de verbos, como vimos, e parece configurar uma categoria de transição entre a reflexiva propriamente dita (pois tem agentividade e uma natureza mais sintática) e as outras construções médias (pois o SE não é argumento). Um estudo diacrônico da frequência poderia nos ajudar a determinar como a construção com SE reflexiva "ganha" novos sentidos polissêmicos com o seu uso nas construções que chamamos de médias.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Susana; SOARES DA SILVA, Augusto. Null and overt se constructions in Brazilian Portuguese and the network of se constructions. *Linguistics Vanguard*, v. 10, n. 1, p. 63-74, 2024.

ARMSTRONG, Grant; MACDONALD, Jonathan E. (eds.). *Unraveling the complexity of se*. Springer Verlag, 2021.

BARDDAL, Jóhanna. *Productivity*: Evidence from case and argument structure in Icelandic. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne (eds.) *Usage-based models of language*. Stanford: CSLI Publications, 2000.

BYBEE, Joan. *Phonology and language use*. Cambridge: University Press, 2001.

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. São Paulo: Cortez, 2016.

CAMACHO, Roberto Gomes. Em defesa da categoria de voz média no português. *DELTA*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 91-122, 2003.

DIESSEL, Holger. *The grammar network* – How linguistic structure is shaped by language use. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GODOY, Luisa. O status argumental do clítico reflexivo *se* em português. *In*: Congresso Internacional da Abralin, 6., 2009, João Pessoa. *Anais do VI Congresso Internacional da Abralin*. João Pessoa: Idéia, 2009.

GODOY, Luisa. *Reflexivização no português brasileiro e a decomposição semântica de predicados*. 2012. 161f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GODOY, Luisa; PINHEIRO, Diogo. A rede gramatical das construções com *se* no português brasileiro. *SOLETRAS*, n. 45, p. 123-150, 2023.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions*: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions at work*: The Nature of Generalization in Language. New York: Oxford University Press, 2006.

KAY, Paul. *Argument structure*: Causative ABC Constructions. University of California, Berkeley, 1996. Manuscrito não publicado.

KEMMER, Suzanne. *The middle voice*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1993.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar* – Vol. I. Stanford: University Press, 1987.

LEWANDOWSKI, Wojciech. Constructions are not predictable but are motivated: Evidence from the Spanish completive reflexive. *Linguistics*, v. 59, n. 1, p. 35-74, 2021.

MALDONADO, Ricardo. *A media voz*: Problemas conceptuales del clítico se. Universidad Nacional Autónoma de México, 1999.

NUNES, Jairo. Ainda o famigerado SE. *DELTA*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 201-240, 1995.

PEREK, Florent. *Argument structure in usage-based construction grammar*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2015.

PINHEIRO, Diogo. Um modelo gramatical para a linguística funcional-cognitiva: da Gramática de Construções para a Gramática de Construções Baseada no Uso. *In:* ALVARO, Patricia Teles; FERRARI, Lilian (orgs.). *Linguística Cognitiva*: dos bastidores da cognição à linguagem. Campos: Brasil Multicultural, 2016. p. 20-41.

PINHEIRO, Diogo Oliveira R.; SILVA, Augusto Soares da; FREITAS JUNIOR, Roberto de. Gramática de Construções Baseada no uso. *Soletras*, Rio de Janeiro, n. 45, 2023.

SOARES DA SILVA, Augusto; AFONSO, Susana. Construções reflexiva, recíproca e média de clítico nulo no português brasileiro: reconceptualização de eventos e emergência de uma nova construção. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 1, p. 151-186, 2021.

SOARES DA SILVA, Augusto; AFONSO, Susana; PALÚ, Dafne; FRANCO, Karlien. Null *se* constructions in Brazilian and European Portuguese: Morphosyntactic deletion or emergence of new constructions?. *Cognitive Linguistics*, v. 32, n. 1, p. 159-193, 2021.

SUTTLE, Laura; GOLDBERG, Adele E. The partial productivity of constructions as induction. *Linguistics*, v. 49, n. 6, p. 1237-1269, 2011.

Recebido em: 14/05/2026
Aceito em: 30/06/2026

Luisa Godoy: Professora Associada do Curso de Letras da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da UFVJM.

Diogo Pinheiro: Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.98768

Construções de desacordo por escalaridade a partir de uma abordagem construcionista da gramática

Disagreement constructions through scalarity from a gramar constructionist approach

Marcos Luiz Wiedemer
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
mlwiedemer@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-0924-1030

Luiza Maia Assis
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
luizamaia156@gmail.com
https://orcid.org/0009-0009-2639-2042

RESUMO

Este artigo investiga as Construções de Contraste por Desacordo por Escalaridade no português brasileiro, à luz da Gramática de Construções Baseada no Uso. O estudo analisa o padrão [Verbo$_{(gerúndio)}$ + Advérbio$_{mente}$], demonstrando que essa construção não apenas expressa desacordo, mas permite sua graduação escalar no discurso. Com base em dados do Corpus do Português (NOW), a pesquisa combina abordagem quantitativa e qualitativa para descrever propriedades formais, semântico-pragmáticas da construção. Os resultados indicam que o gerúndio projeta a discordância como processo em desenvolvimento, enquanto os advérbios atuam como operadores de delimitação de domínio ou intensificação do contraste. Propõe-se que a escalaridade organiza-se em um *continuum* entre valores parciais e totais, estruturado pelos eixos de domínio e intensidade.

Palavras-chave: contraste; escalaridade; Gramática de Construções; português brasileiro.

ABSTRACT

This paper investigates Scalar Disagreement Contrast Constructions in Brazilian Portuguese, within the framework of Usage-Based Construction Grammar. The study analyzes the pattern [Verb ($_{gerund}$) + -ly $_{adverb}$], showing that this construtction not only expresses disagreement but also allows for its scalar gradation in discourse. Based on data from the Corpus do Português (NOW), the research combines quantitative and qualitative

approaches to describe the formal and semantic-pragmatic properties of the construction. The results indicate that the gerund projects disagreement as an ongoing process, while adverbs function as operators of domain delimitation or contrast intensification. It is proposed that scalarity is organized along a continuum between partial and total values, structured by the axes of domain and intensity.

Palavras-chave: contrast; disagreement; scalarity; Construction Grammar; Brazilian Portuguese.

INTRODUÇÃO

No português brasileiro (PB), a expressão do desacordo constitui um recurso central na organização da argumentação em diferentes práticas discursivas. Entre as estratégias linguísticas mobilizadas para esse fim, destacam-se as construções de contraste por desacordo, empregadas quando o falante busca refutar, corrigir ou apresentar uma perspectiva divergente em relação a um enunciado anterior. Expressões como *pelo contrário*, *não é bem assim* e *na verdade* ilustram esse tipo de operação discursiva, ao introduzirem uma ruptura com expectativas previamente estabelecidas. Assim, a construção de contraste por desacordo pode ser definida como "expressar discordância ou opinião diferente que pode resultar na correção de uma afirmação anterior ou suposição convencional (considerada errônea pelo falante) com fatos novos, reais e verificáveis" conforme Erviti (2015, 2021) e Wiedemer (2023).

No interior desse domínio, observa-se um padrão específico de construção que associa um verbo de desacordo na forma de gerúndio a um advérbio terminado em *-mente*, como em *contradizendo parcialmente*, *contestando tecnicamente* ou *contrariando totalmente*. Esse padrão, que denominamos Construção de Contraste por Desacordo por Escalaridade[1] (CCDE), caracteriza-se por não apenas marcar a discordância, mas também por graduar sua intensidade, situando o contraste em diferentes pontos de uma escala que pode variar entre valores parciais e totais,

A CCDE pode ser representada, de forma esquemática, pelo construção: $_{\text{função}}$[X contrasta em desacordo por escalaridade de Y] <=> $_{\text{forma}}$[Verbo$_{(\text{gerúndio})}$ +

[1] A escalaridade se refere à ideia de que certos elementos linguísticos podem ser ajustados ou graduados para expressar diferentes intensidades, qualidades ou quantidades de uma característica. Essa propriedade é essencial para transmitir variações sutis de significado. Dessa forma, permite expressar nuances e gradações nas qualidades e quantidades. Ela se manifesta de diversas formas, como adjetivos, advérbios, intensificadores, comparativos e superlativos.

Advérbio$_{mente}$]$_{CCDE}$, no qual o verbo projeta o gesto enunciativo de oposição, enquanto o advérbio atua como operador de escalaridade, delimitando o modo e a intensidade do desacordo. Assim, diferentemente de outras construções de contraste, a CCDE permite ao falante modular sua posição discursiva, ajustando o grau de rejeição do enunciado anterior conforme o contexto argumentativo, conforme se observa no exemplo (01).

(01) "*O vice-presidente e o restante do gabinete permanecerão em exercício de suas funções, sem alterações, mesmo depois de 10 de janeiro, quando formalmente termina um período presidencial e começa outro.* ***Contradizendo parcialmente*** *o governo - que disse que a posse era um mero " formalismo " -, a magistrada disse que a cerimônia " é um formalismo necessário ", porém " não determinante " para a continuidade do novo período constitucional por se tratar de uma reeleição*".
Fonte: http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2013-01-09/prorrogacao-de-posse-de-chavez-e-legal-diz-suprema-corte-da-venezuela.html. Acesso em: 28 mar. 2025.

No enunciado (01), o contraste emerge da divergência entre o governo e a magistrada acerca da posse presidencial, sendo o advérbio *parcialmente* responsável por situar a discordância em um ponto intermediário da escala, entre refutação total e concordância plena. A construção projeta, assim, uma escalaridade do desacordo, na qual o gerúndio *contradizendo* marca a oposição, enquanto o advérbio a atenua, introduzindo uma nuance concessivo-adversativa. Desse modo, configura-se um valor adversativo atenuado, em que a discordância é modulada em termos de intensidade. Assume-se, portanto, que a CCDE mobiliza o Esquema Imagético de escala (EI), estruturando o contraste como um fenômeno gradiente no plano argumentativo.

Partindo dessa observação, este artigo tem como objetivo descrever e analisar a construção de desacordo por escalaridade no português brasileiro, identificando suas propriedades formais, semântico-pragmáticas e discursivas. Especificamente, busca-se (i) caracterizar o padrão construcional [Verbo$_{(gerúndio)}$ + Advérbio$_{mente}$]; (ii) examinar o papel dos verbos de desacordo na construção do contraste; (iii) analisar a função dos advérbios em *-mente* na graduação da discordância; e (iv) distinguir os diferentes níveis escalares de contraste, particularmente entre valores parciais e totais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise foi realizada com base em dados extraídos do Corpus do Português (https://www.corpusdoportugues.org/web-dial/), especificamente na amostra *NOW* (2012–2019), composta por textos contemporâneos do português brasileiro, predominantemente de natureza jornalística e digital. A escolha do corpus se justifica por sua representatividade do uso escrito atual, especialmente em contextos argumentativos, embora apresente limitações quanto à ausência de fala espontânea e à predominância de registros formais e argumentativos.

A investigação foi organizada em quatro etapas. Na primeira, selecionaram-se ocorrências de verbos com valor semântico contrastivo na forma de gerúndio, resultando em um total de 11.333 ocorrências. Na sequência, procedeu-se a identificação das ocorrências que instanciam o padrão construcional [Verbo$_{(gerúndio)}$ + Advérbio$_{mente}$], os quais totalizam 67 ocorrências, constituindo o recorte analítico desta pesquisa. Na terceira etapa, analisou-se o papel dos advérbios em -mente na ativação de uma escala de intensidade do desacordo, responsável por graduar o contraste (total ou parcial) e explicitar o posicionamento do falante. Por fim, a quarta etapa consistiu na interpretação da CCDE, com foco nas propriedades formais, semântico-pragmáticas e discursivas da construção.

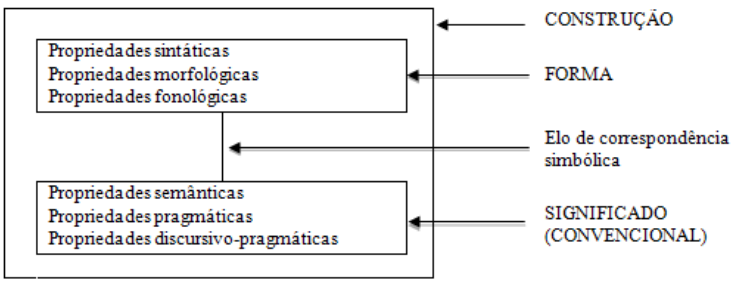
Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativo-quantitativa, de caráter descritivo e interpretativo, fundamentada em dados empíricos extraídos de corpus linguístico. Do ponto de vista quantitativo, a investigação realiza o levantamento, a seleção e a delimitação das ocorrências que instanciam o padrão construcional em análise, permitindo dimensionar sua frequência e produtividade relativa no uso da língua. Já no âmbito qualitativo, a pesquisa assume um viés interpretativista, ao examinar as propriedades formais, semântico-pragmáticas e discursivas da construção, com ênfase no papel dos advérbios em *-mente* na modulação do desacordo. Metodologicamente, o estudo ancora-se em uma abordagem baseada no uso, típica das vertentes funcionalistas e da linguística cognitiva, ao considerar a língua como um sistema emergente das práticas discursivas, privilegiando a análise contextualizada dos dados e a relação entre forma, significado e uso.

BASE TEÓRICA: A GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES BASEADA NO USO

Na atualidade, a Gramática de Construções abarca um conjunto de teorias linguísticas que convergem a partir de princípios fundamentais: a existência independente de construções como unidades simbólicas (Goldberg, 2006); a representação uniforme da informação gramatical (Croft, 2001; Fried & Östman, 2004; Goldberg, 2013); e a organização taxonômica das construções na linguagem (Goldberg, 1995; Langacker, 2000; Croft, 2007; Diessel, 2023). Assim, à luz dessa teoria, o conceito de "construção" adquire o status teórico de unidade básica do conhecimento linguístico, que representa uma relação simbólica de pares de forma<=>significado, bem como é um constructo mental (Gestalt), que se estabelece na comunidade linguística e é armazenado nas mentes dos falantes como estruturas holísticas (Goldberg, 2013, 2019). Isso resulta na composição da linguagem por meio de um sistema de construções interconectadas e armazenadas no constructicon (Goldberg, 1995), estruturando-se em redes taxonômicas.

Assim, as generalizações linguísticas são representadas em construções, que são representadas em diferentes graus de abstração, incluindo morfemas, palavras, expressões idiomáticas, padrões parcialmente preenchidos lexicalmente e padrões linguísticos totalmente gerais. Dessa forma, qualquer padrão linguístico é reconhecido como uma construção desde que algum aspecto de sua forma ou função não seja estritamente previsível a partir de suas partes componentes ou de outras construções reconhecidas como existentes. Além disso, as construções são unidades que combinam informações sintáticas e fonéticas (forma) com informações semânticas, contextuais ou discursivas (função), conforme a representação oferecida por Croft (2001),

Figura 1 – Esquema da construção



Fonte: Croft (2001, p. 18).

De acordo com Goldberg (2006), a principal vantagem da abordagem construcionista é sua "adequação descritiva", que permite abranger tanto generalizações

linguísticas quanto idiossincrasias. Sob essa perspectiva, a língua é vista como uma entidade holística na qual nenhum dos níveis da linguagem é autônomo ou "nuclear"; em vez disso, todos os níveis operam simultaneamente em uma construção.

A concepção de uma rede de construções organizadas hierarquicamente dentro de uma estrutura em um "*constructicon*", em que as construções são distribuídas a partir das propriedades de esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A esquematicidade é vista pelo grau de abstração e generalização, ou seja, da convencionalidade do paramento forma-sentido da construção, onde esta assume um significado mais geral ou específico. Já a produtividade está relacionada ao grau de generalidade, regularidade e extensibilidade (Barðdal, 2006); e a composicionalidade, relacionada à associação transmodal entre a forma e função. Essas propriedades são avaliadas em *match/mismatch* entre a correspondência entre forma<->função. Além disso, os processos de analogização e neoanálise são mecanismos que atuam na mudança linguística (cf. Traugott & Trousdale, 2013), os quais são capturados em relações de herança.

CONTRASTE POR DESACORDO E O PAPEL DA ESCALARIDADE

O contraste refere-se às diferenças perceptíveis entre dois ou mais níveis, elementos ou aspectos de uma propriedade ou propriedades, qualidades e características. Ele se manifesta em diversos domínios, incluindo experiências sensoriais, linguagem, música, arte, entre outros, atuando como um mecanismo de saliência, ao destacar diferenças, orientar a atenção e produzir efeitos de ênfase. Em sua forma mais básica, refere-se às diferenças perceptíveis observadas entre os níveis de experiências sensoriais (cf. Raykowski, 2023).

As construções de desacordo são usadas para expressar discordância ou opinião diferente que pode resultar na correção de uma afirmação anterior ou suposição convencional (considerada errônea pelo falante) com fatos novos, reais e verificáveis (cf. de Erviti (2015, 2021) e Wiedemer (2023). Esse tipo de construção não se limita à presença de um item lexical contrastivo isolado, mas emerge da configuração construcional do enunciado, na qual diferentes elementos linguísticos atuam conjuntamente na projeção do contraste.

No âmbito da Linguística Cognitiva, esse fenômeno pode ser analisado à luz do EI de escala, que permite conceptualizar o contraste não como uma oposição estritamente binária, mas como um fenômeno gradiente. O EI ESCALA organiza-se como uma estrutura contínua, orientada e cumulativa, na qual diferentes valores se distribuem ao longo de um continuum, podendo assumir configurações abertas ou fechadas (Duque; Costa, 2012).

Nessa perspectiva, o contraste pode ser interpretado em termos de graus, variando entre polos de oposição total e formas intermediárias de discordância. Essa distinção aproxima-se das noções de contraste absoluto/total e relativo/parcial (Raykowski, 2023): no primeiro caso, há cancelamento pleno de uma posição; no segundo, o contraste se distribui escalarmente, admitindo gradações. Assim, o contraste deixa de ser concebido como uma relação discreta entre X e Y e passa a ser compreendido como sua distribuição em uma mesma dimensão escalar, isto é, como uma relação de aninhamento[2] em um *continuum* argumentativo.

Nesse quadro, a CCDE permite ao falante posicionar a discordância em diferentes pontos de uma escala argumentativa, variando entre valores de oposição total (*totalmente*, *radicalmente*) e formas atenuadas ou delimitadas de contraste (*parcialmente*, *tecnicamente*, *politicamente*). Desse modo, o contraste deixa de operar de forma binária e passa a ser conceptualizado como um fenômeno gradiente.

Assim, o contraste por desacordo pode ser compreendido como uma operação discursiva relacional, na qual o falante não apenas nega ou diverge de um conteúdo anterior, mas o reconfigura à luz de novos enquadramentos interpretativos. Essa perspectiva permite compreender essas construções como unidades funcionais na organização da argumentação, servindo de base para a emergência de padrões mais específicos, como as CCDE.

Do ponto de vista funcional, a CCDE articula três propriedades centrais: (i) um verbo de desacordo no gerúndio, que sinaliza um gesto enunciativo de oposição em curso;

[2] No esquema sensorial, o aninhamento refere-se à disposição hierárquica em que níveis mais altos contêm níveis mais baixos, como se fossem camadas sucessivas dentro de um mesmo sistema. Essa estrutura implica a ideia de contenção e uma sensação de confinamento, ou seja, cada nível está circunscrito em outro, sem perder sua integridade. Diferentemente de estruturas aditivas, como as que envolvem extensão ou acúmulo de camadas, o aninhamento é regido pelo princípio da idempotência, segundo o qual adicionar uma entidade a si mesma não altera o seu estado ou valor (ex.: "a" + "a" continua sendo "a"). Essa característica destaca a não-aditividade do aninhamento e reforça sua ligação com a experiência sensório-motora interna e estável (cf. Raykowski, 2023).

(ii) um advérbio em *-mente*, responsável pela modulação escalar; e (iii) a relação entre duas proposições (X e Y), interpretadas como incompatíveis em uma mesma dimensão temática. Essa configuração permite não apenas a expressão do desacordo, mas sua graduação em termos de intensidade e domínio, contribuindo para a organização argumentativa do discurso.

DISTRIBUIÇÃO E PRODUTIVIDADE DA CCDE

Ao analisarmos a distribuição dos dados, observamos que, embora o total de ocorrências dos verbos no gerúndio seja de 11.333 no corpus investigado, apenas 67 instancia, o padrão construcional [Verbo$_{(gerúndio)}$ + Advérbio$_{mente}$]. A baixa frequência absoluta da CCDE sugere que se trata de uma construção especializada e marcada discursivamente, e não um padrão produtivo geral do PB. Essa raridade relativa indica que a CCDE tende a emergir em contextos fortemente argumentativos, nos quais o falante/escritor necessita não apenas discordar, mas graduar o desacordo.

À luz de Givón (1995), a baixa frequência da construção [Verbo$_{(gerúndio)}$ + Advérbio$_{mente}$] pode ser interpretada como um indício de seu caráter marcado, uma vez que a marcação resulta da interação entre fatores sociais, cognitivos e discursivos. Considerando que o gerúndio já desempenha, no português em uso, funções relevantes na codificação de valores aspectuais e circunstanciais, sua coorrência com um advérbio em *-mente* introduz uma dupla camada de codificação: aspectual (via gerúndio) e escalar (via advérbio), o que tende a elevar o grau de complexidade estrutural e o custo de processamento cognitivo da construção. Desse modo, os dados sugerem que a construção parece funcionar como um recurso marcado, acionado em situações discursivas específicas, particularmente aquelas que exigem a modulação fina do grau de discordância**,** o que reforça a importância de analisá-la não apenas em termos de frequência, mas também à luz de seus valores semântico-pragmáticos e de seu papel na organização do discurso.

A partir dos resultados da análise, é possível afirmar que alguns lexemas verbais apresentam maior produtividade de uso do que outros, **o** que sugere que o papel dos verbos de desacordo na construção não é homogêneo, mas sensível a propriedades semântico-pragmáticas específicas. Essa distribuição é apresentada no gráfico (01), o

qual permite visualizar diferenças de frequência e identificar padrões de uso associados a cada lexema verbal, servindo de base para a análise do papel desses verbos na construção do contraste.

Gráfico 01 – Distribuição dos lexemas verbais na CCDE

Fonte: Adaptado de Assis (2025).

O gráfico 01 evidencia que certos verbos apresentam maior frequência de coocorrência com a construção, o que parece indicar que a participação desses lexemas na CCDE não é aleatória, mas sistematicamente motivada por padrões de uso. A recorrência com que determinados verbos surgem associados a advérbios terminados em **-** *mente* sugere que o papel dos verbos de desacordo na construção do contraste é sensível a restrições semântico-pragmáticas**,** especialmente no que diz respeito à projeção de diferentes tipos de oposição discursiva.

Diante desse cenário, torna-se pertinente propor uma categorização dos verbos analisados com base em sua frequência absoluta de ocorrência na construção-alvo, com o objetivo de identificar graus diferenciados de produtividade e especialização construcional**.** Para tanto, dividimos os verbos em três faixas, conforme sua distribuição quantitativa, o que permite observar não apenas diferenças de frequência, mas também tendências de convencionalização do uso, conforme detalhada na tabela (01).

Tabela 01 – Distribuição dos verbos por frequência absoluta

Alta frequência (10 ou mais ocorrências)		**Média frequência (5 ou 9 ocorrências)**		**Baixa frequência (1 a 4 ocorrências)**	
Lexema verbal	%	Lexema verbal	%	Lexema verbal	%
Opondo	17,91%	Contestando	11,94%	Contradizendo	5,97%
Discordando	16,42%	Destoando	11,94%	Rebatendo	4,48%
Contrariando	14,93%	Refutando	7,46%	Contrapondo	4,48%
				Divergindo	4,48%
Total	48,54%		30,87%		19,41%

Fonte: Adaptado de Assis (2025).

Ao examinarmos a correlação entre os lexemas verbais e adverbiais que compõem a construção, buscamos identificar padrões de coocorrência mais específicos. A hipótese subjacente é que determinadas combinações verbo–advérbio não apenas se mostram mais recorrentes, mas também revelam graus distintos de convencionalização e especialização funcional no corpus**.** Parte-se, assim, do pressuposto de que a associação entre verbo de desacordo e advérbio em -mente é sensível a restrições semântico-pragmáticas, especialmente no que se refere à modulação escalar da discordância. Os resultados dessa correlação são apresentados na tabela (02) a seguir.

Tabela 02 – Frequência das construções mais produtivas

	Alta frequência (48,54%)			Média Frequência (30,87%)			Baixa Frequência (19,41%)				
	Opondo	**Discordando**	**Contrariando**	**Contestando**	**Destoando**	**Refutando**	**Contradizendo**	**Rebatendo**	**Contrapondo**	**Divergindo**	**Total**
totalmente		1	5			1	1	1		1	10
fortemente	3	1		1				1			6
completamente		1			5						6
radicalmente	2				1		1				4
principalmente				1					2		3
diretamente	1		1	1							3
parcialmente							1	1			2
tecnicamente				1				1			2
politicamente	1				1						2
frontalmente		2									2
veementemente						2					2

Fonte: Adaptado de Assis (2025).

Esses elementos promovem uma modificação do lexema verbal ao qual se associam, ao projetarem o modo de realização do contraste no enunciado. Além disso, contribuem para a ativação de um eixo escalar (EI escalar), responsável por dimensionar o grau do contraste instaurado, o qual se distribui ao longo de um *continuum* que varia entre valores parciais e totais.

Os dados utilizados como ocorrências de análise para a presente pesquisa caracterizam-se como lexemas verbais de desacordo, que projetam a noção de contraste nos enunciados dos quais fazem parte. Além disso, todos os lexemas verbais examinados assumem a forma nominal de gerúndio, a qual veicula a ideia de uma ação em curso ou

não concluída, configurando um valor aspectual de simultaneidade e processualidade, relevantes para os efeitos discursivos da CCDE.

Nesse sentido, a combinação do gerúndio com advérbios intensificadores ou especificadores potencializa a marcação escalar do contraste, permitindo que o falante module o grau de discordância — parcial ou total — ao longo da interação. A CCDE, portanto, articula valores aspectuais, semânticos e pragmáticos, funcionando como um recurso expressivo particularmente adequado à construção da discordância argumentativa em processo, que passamos a examinar.

O PAPEL DO GERÚNDIO NA CCDE: DISCORDÂNCIA COMO PROCESSO DISCURSIVO

Do ponto de vista aspectual, o gerúndio projeta a discordância como um evento em curso, permitindo concebê-la não como um ato pontual, mas como um processo discursivo em desenvolvimento. Nessa perspectiva, a oposição instaurada pela CCDE configura-se como um movimento argumentativo dinâmico, no qual o falante negocia sentidos, reposiciona-se enunciativamente e introduz novas informações no fluxo do discurso. Para ilustrar esse funcionamento da CCDE, apresenta-se o exemplo (02).

(02) "*A sentença condenatória do caso Triplex, em julho de 2017, provocou revolta na comunidade jurídica, que reagiu com uma enxurrada de artigos* ***contestando tecnicamente*** *o veredito nos mais diversos aspectos e chamando a atenção para o comportamento acusatório e seletivo do magistrad*o"
Fonte: https://www.esmaelmorais.com.br/2018/11/associacao-de-juristas-pela-democracia-vai-representar-contra-sergio-moro-no-cnj/

Em (02), a construção *contestando tecnicamente* estabelece o contraste entre a comunidade jurídica (X) e a atuação do magistrado (Y), evidenciando uma discordância ancorada em critérios especializados e institucionalmente legitimados. O gerúndio *contestando* contribui para a progressão discursiva ao encadear a reação dos juristas como desdobramento da sentença condenatória, configurando a discordância como parte de uma sequência argumentativa em desenvolvimento. Desse modo, o contraste não se configura como uma ruptura pontual, mas como um processo que se constrói no interior do discurso.

Adicionalmente, o advérbio *tecnicamente* delimita o domínio da discordância, situando-a no campo jurídico e afastando-a de uma interpretação meramente opinativa. Tal combinação evidencia o funcionamento escalar da CCDE: o contraste não é formulado de maneira absoluta, mas circunscrito a um domínio específico de validade, o que resulta em uma discordância qualificada e situada, e não totalizante.

De modo geral, a CCDE articula o valor aspectual do gerúndio, responsável por construir a discordância como processo, ao valor escalar do advérbio, que modula sua intensidade e seu domínio de incidência. A construção não apenas expressa oposição entre posicionamentos, mas também orienta sua interpretação em termos de grau, extensão e enquadramento, reforçando seu papel na organização argumentativa do discurso.

Esse funcionamento aproxima-se do que apontam Duarte, Pinto e Rodrigues (2022) acerca das orações gerundivas de valor contrastivo, nas quais o gerúndio atua como operador discursivo capaz de promover a construção gradual, e, por vezes, atenuada, da oposição. No caso da CCDE, esse recurso contribui para a configuração de uma discordância processual e graduável, articulada ao EI de escala.

O PAPEL DE ANCORAGEM SEMÂNTICA DO ADVÉRBIO EM ‘MENTE’

O advérbio terminado em *-mente* desempenha papel central na ancoragem semântica do contraste na CCDE. Embora os verbos de desacordo já projetem, por si, um gesto enunciativo de oposição, seu potencial interpretativo tende a permanecer relativamente aberto quanto ao modo, à intensidade ou ao domínio em que o contraste se realiza. Nesse contexto, o advérbio atua como operador de delimitação, reduzindo a indeterminação semântica e orientando a interpretação do desacordo.

Ao selecionar um recorte específico do gesto contrastivo, o advérbio fixa parâmetros como intensidade (*radicalmente*, *categoricamente*) ou domínio (*tecnicamente*, *politicamente*, *parcialmente*), configurando o espaço em que a oposição se inscreve. Desse modo, não apenas qualifica o verbo, mas atua como operador escalar, posicionando o enunciado em diferentes pontos do *continuum* de contraste.

No exemplo (03), o advérbio *descaradamente* intensifica a ruptura ao situá-la em um polo elevado da escala, projetando a discordância como fortemente marcada. A base

adjetival (*descarado*) introduz um valor de violação normativa que, ao ser recategorizado como advérbio, passa a operar como modo de realização do contraste, reforçando sua dimensão avaliativa.

(03) "*Fizeram de as nossas instituições palanques políticos partidários com o único objetivo de angariar fundos e criar altos salários para cargos comissionados em o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, assim como punir e perseguir profissionais que não são coniventes com seu viés ideológico,* ***contrariando descaradamente*** *nossos estatutos, passando uma imagem a a sociedade de que os arquitetos fazem parte de uma classe exclusiva de esquerdopatas*".
Fonte:jornaldacidadeonline.com.br/noticias/12295/a-decadencia-das-instituicoes-de-arquitetura-no-brasil-carcomidas-pelo-vies-ideologico. Acesso em: Fev. 2026

Na CCDE, o advérbio em *-mente*, a ancoragem semântica não recai apenas sobre o modo da ação, mas sobre um domínio avaliativo e enunciativo. Em "*descaradamente*", a base adjetival (*descarado*) projeta um conteúdo semântico ligado à violação de norma, falta de recato e exposição ostensiva, que é reconfigurado pelo sufixo *-mente* como modo de realização discursiva. Nesse sentido, o advérbio não apenas intensifica o contraste, mas posiciona em ponto elevado da escala de desacordo, reforçando a leitura de intensificação avaliativa e intersubjetivamente marcada.

CONSTRUÇÕES DE DESACORDO POR ESCALARIDADE

Em consonância com a abordagem construcionista (Goldberg, 2013, 2019; Diessel, 2023), a CCDE pode ser entendida como uma unidade simbólica cuja significação emerge do uso, sendo o EI de escalaridade um componente central na organização conceptual da construção. A ativação reiterada desse esquema reforça a convencionalização do contraste como fenômeno gradiente, permitindo ao falante posicionar o desacordo ao longo de um *continuum* interpretativo. Vejamos um exemplo.

(04) "*O G1 ainda informou que Bolsonaro visitou o Centro Mundial de Memória de o Holocausto, que fica localizado em Jerusalém. Lá, eles explicam que o nazismo é de direita,* ***contrariando totalmente*** *a fala de Jair Bolsonaro: "Junto a intransigente resistência e alertas sobre a crescente ameaça do comunismo, criou solo fértil para o crescimento de grupos radicais de direita em a Alemanha, gerando entidades como o Partido Nazista", afirma o museu*".
Fonte: https://diarioprime.com.br/politica/jair-bolsonaro-afirma-que-o-nazismo-e-de-esquerda/

Em (04), o contraste se estabelece entre as falas proferidas por Jair Bolsonaro e a posição institucional do Museu de Memória do Holocausto, a respeito do viés político

seguido pelo nazismo. De um lado, Bolsonaro afirma que o nazismo era de esquerda. Enquanto do outro lado, o museu afirma que o nazismo era de direita. O contraste, portanto, organiza-se em torno de: (i) tópico em discussão: posicionamento ideológico sobre o nazismo; e (ii) pontos de vista assumidos. A seguir, procuramos representar essa estrutura de contraste no quadro (01):

Quadro 01 – Pontos de vistas assumidos

Propriedade X **Elemento A (posição do museu)**:	**Propriedade Y** **Elemento B (fala de Jair Bolsonaro)**:
O museu afirma que o nazismo é de direita, uma posição amplamente reconhecida no campo historiográfico e educacional internacional. Essa afirmação aparece como um enunciado institucional, com verdade histórica e autoridade epistemológica.	O presidente associa o crescimento do nazismo ao comunismo, atribuindo-lhe causas associadas à esquerda política, o que é historicamente controverso. Ele insere a ascensão do nazismo em um contexto de reação ao comunismo, o que relativiza ou desloca a responsabilidade dos próprios movimentos de extrema-direita.

Fonte: A autora.

O contraste resulta de uma comparação entre palavras, termos, períodos e ideias opostas. Para que ocorra o contraste, é necessário haver dois elementos em pareamento, que estejam sendo confrontados em aspectos contrários. É possível compreender essa definição de contraste no quadro acima, por haver dois elementos divergentes sendo comparados. A posição do museu (elemento A), está em comparação com a fala de Jair Bolsonaro (elemento B). Os elementos apresentam ideias adversas, visto que o elemento A afirma que o partido nazista seguiu o viés político de direita, enquanto o elemento B afirma que o nazismo era de esquerda. Além das construções “direita” e “esquerda” possuírem um antagonismo semântico universal, a argumentação utilizada pelas partes envolvidas desenvolve uma conceptualização da construção de um sentido contrastivo, gerando uma incompatibilidade e a tensão entre as duas entidades em comparação.

O núcleo do contraste está na construção “contrariando totalmente”, em que o advérbio “totalmente” atua como intensificador escalar de grau máximo, projetando uma oposição categórica e absoluta entre os dois enunciados. Como já vimos, a escalaridade pode ser parcial ou total, neste caso, trata-se de uma escalaridade total, que indica ausência completa de convergência interpretativa entre os polos discursivos. Retomando a noção de absoluto/total de Raykowski (2023), esse tipo de contraste

implica cancelamento pleno de uma das posições em confronto, configurando uma relação de exclusão interpretativa.

Além disso, temos uma sequência linear [Evento A], [contrariando totalmente Evento B], onde temos: Evento A: "eles explicam que o nazismo é de direita"; e Evento B: "a fala de Jair Bolsonaro". O evento 1 representa uma proposição com autoridade institucional/histórica (fala do museu). O evento 2 representa uma proposição política (fala de Bolsonaro). "Totalmente" atua como um slot preenchido por um intensificador escalar.

Do ponto de vista construcional, o foco analítico não recai sobre X ou Y isoladamente, mas sobre a relação que se estabelece entre ambos, evidenciando uma construção de natureza relacional, escalar e epistêmica. Isso significa que não se trata apenas de opor termos ou ideias, mas de organizar discursivamente uma forma de contraste que opera como negação validada, isto é, uma negação que se ancora em critérios compartilhados de verdade, relevância ou legitimidade. A dimensão epistêmica aparece justamente nesse processo de negociação e validação do conhecimento, em que os termos em contraste não apenas se excluem, mas contribuem para a delimitação do que pode ser tomado como verdadeiro, aceitável ou pertinente em determinado contexto. Assim, o contraste deixa de ser apenas uma operação lógica e assume o papel de operador argumentativo e cognitivo, produzindo efeitos de sentido e posicionamento dentro de uma determinada ordem do discurso. A construção [X contrariando totalmente Y] é argumentativamente marcada, pois instrui o ouvinte/leitor a reinterpretar o conteúdo de Y como inválido, falso ou ideologicamente enviesado.

O EI de Escalaridade atua, nesse caso, acentua o grau de oposição entre os dois enunciados, marcando: (i) incompatibilidade interpretativa (o que o museu afirma *vs*. o que Bolsonaro afirma); (ii) desacordo entre fontes de autoridade (uma instituição memorial reconhecida *vs.* uma figura política nacional); e (iii) disputa de sentidos na esfera pública, típica de debates ideológicos contemporâneos.

No que concerne ao item (i), a incompatibilidade interpretativa se dá entre o que o museu alega, o partido nazista seguir o viés político de direita, e o que é comunicado por Bolsonaro, o nazismo seguir o viés político de esquerda. Essa disparidade interpretativa ocorre pelo fato de o contraste atingir um nível total, ou seja, os elementos que estão pareados não possuem nenhum ponto de convergência, eles se opõem em todos

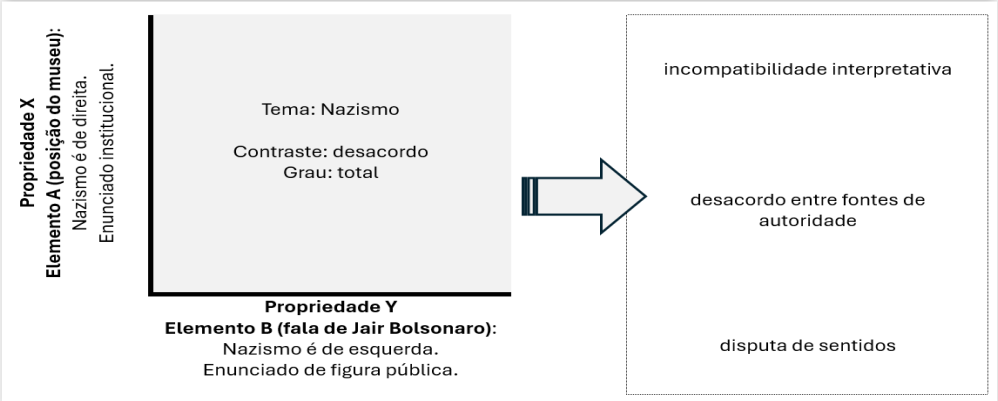
os quesitos. Essa escalaridade total pode ser justificada por a posição assumida pelo museu ter uma propriedade científica reconhecida, em que de fato o partido nazista era de direta, sendo algo legitimado historicamente. Enquanto a declaração de Jair Bolsonaro se opõe a isso, alegando que o nazismo era de esquerda, em uma tentativa de se desassociar da ideologia, por o ex-presidente ser uma figura central da extrema direita do Brasil. Além disso, o que ele declara não possui credibilidade histórica. Portanto, as duas propriedades contrastivas não possuem nenhuma compatibilidade interpretativa.

Em relação ao item (ii), há um desacordo entre as duas figuras de autoridade que fazem parte do enunciado, de um lado há uma instituição memorial reconhecida, e do outro uma figura política nacional, que estão em discordância a respeito do posicionamento político adotado pelo partido nazista. Essas figuras de autoridade são consideradas as fontes que geram o desacordo na construção. Como já apresentado, as construções de contraste por desacordo (CCD) são usadas para expressar discordância ou opinião diferente que pode resultar na correção de uma afirmação anterior ou suposição convencional (considerada errônea pelo falante) com fatos novos, reais e verificáveis. Em (18), a construção é caracterizada como uma CCDE por apresentar uma discordância entre as propriedades envolvidas (as figuras políticas), essa discordância corrige uma afirmação anterior (a fala do ex-presidente que afirmava que o nazismo era de esquerda), e por o slot da construção ser preenchido com o advérbio "totalmente", há a dimensão do nível em que esse contraste está ocorrendo, assumindo o cancelamento total do objeto em comparação.

O contraste é aplicado como uma ferramenta argumentativa e retórica, para construir a argumentação do enunciado há a seguinte estratégia, o enunciado começa anunciando a visita de Jair Bolsonaro ao museu memorial do holocausto, em sua passagem por Jerusalém. Essa informação é utilizada para contextualizar o leitor do foco central do enunciado. Em seguida, o enunciado apresenta a informação de que, durante a visitação do museu, é falado que o nazismo era de direita. Essa informação é utilizada para introduzir o debate ideológico. A partir da posição adotada pelo museu, o enunciado introduz a declaração feita por Jair Bolsonaro, que discorda do que é proferido pelo museu. Dessa forma, é elaborado todo um processo argumentativo que conduz a interpretação do interlocutor a respeito da temática abordada. O enunciado é construído

a partir de uma organização das informações e dos pontos de vista divergentes. No quadro abaixo, procurarmos resumir o desenvolvimento discursivo.

Figura 02 – EI de Escalaridade e desenvolvimento discursivo



Fonte: Adaptado de Assis (2025).

Do ponto de vista sintático-discursivo, a construção realiza-se por meio de uma oração reduzida de gerúndio com valor adverbial, que estabelece uma relação de contraste com a oração principal. O gerúndio (“contrariando”) introduz um processo simultâneo ou sobreposto à ação principal, favorece a leitura de encadeamento lógico/discursivo, não sendo apenas cronológico.

Por se tratar de um contexto jornalístico, que envolve discursos jornalísticos ou de denúncia, a estrutura gerundiva atua como comentário editorial implícito, ainda que mantido em estilo noticioso, ou seja, a construção mobiliza diferentes vozes discursivas: do G1 (narrador); voz do museu (fonte institucional) e voz de Bolsonaro (enunciado citado e contestado). Assim, o gerúndio “contrariando” funciona como marcador de conflito discursivo, com um alinhamento claro do narrador com a voz institucional. Discursivamente: serve como dispositivo argumentativo e polifônico para refutar, contestar ou desautorizar a voz de um sujeito social, com apoio de uma fonte mais legitimada. Ainda sobre o enunciado, este exemplifica a noção da argumentação de contestação ou refutação, difundida por Garcia (2010), em que há uma oposição total aos argumentos apresentados em contraposição. Assim, o advérbio “totalmente” não apenas marca oposição, mas atua como um marcador de alinhamento ideológico no discurso do G1, sugerindo que a fala do museu não apenas diverge, mas corrige o discurso presidencial. Soma-se, ainda, que a presença do verbo “contrariar” com um complemento

direto de conteúdo (“a fala de Jair Bolsonaro”) implica deslegitimação da versão presidencial.

A CCDE NO QUADRO DAS CONSTRUÇÕES DE CONTRASTE

Ao observarmos os resultados empreendidos até aqui, é possível distinguir dois comportamentos adverbiais complementares no funcionamento da CCDE, sendo: (i) *advérbios que delimitam o domínio do contraste*; e (ii) *advérbios que operam na dimensão da intensidade do contraste*. Essa distinção revela que a escalaridade na CCDE não é unidimensional, mas envolve diferentes parâmetros de organização do desacordo. Passamos a explorá-los.

Compreendemos como *advérbios que delimitam o domínio do contraste*, os advérbios como *tecnicamente*, *politicamente*, *juridicamente* e *administrativamente*, que atuam na delimitação do escopo a partir do qual a discordância é formulada. Esses advérbios não aumentam necessariamente o grau do contraste, mas especificam o campo de validação do desacordo. Assim, quando o falante afirma que alguém está “contestando tecnicamente” ou “discordando politicamente”, sinaliza que a oposição se ancora em um domínio institucional, epistêmico ou normativo específico. Dessa forma, a discordância: (i) não se estende a todos os aspectos do enunciado anterior, ou seja, especificam o campo da discordância/contraste; (ii) não implica uma negação absoluta do conteúdo, favorecem leituras de contraste parcial; e (iii) reforçam a legitimidade argumentativa.

Na CCDE, esse tipo de advérbio favorece uma leitura de contraste parcial, permitindo a coexistência de posições divergentes sem a anulação total do ponto de vista oposto. Além disso, reforça o caráter argumentativo da construção, funcionando como estratégia de legitimação do dizer ao ancorá-lo em saberes especializados ou instâncias institucionais reconhecidas. Do ponto de vista do esquema imagético de ESCALA, trata-se de uma escalaridade de caráter multidimensional, na qual o contraste é localizado, e não intensificado. Conforme veremos no exemplo a seguir.

(05) "*A autora destaca, que desde outubro de 2012, é vítima de fraude, pois estão sendo realizados empréstimos consignados, saques com recibos, saques avulsos e com folhas de cheques em sua conta corrente. # Maria Helena Queiroz alega que mesmo relatando as ações fraudulentas a as autoridades competentes e* ***contestando administrativamente*** *todos os lançamentos indevidos junto a o réu, os débitos estão a suceder em sua conta corrente*".
Fonte: https://ambitojuridico.com.br/ Acesso em: fev. 2026

Em (05), há um contraste entre as ações tomadas pela autora e a continuidade dos débitos em sua conta corrente. O advérbio *administrativamente* delimita o domínio do desacordo, indicando que a discordância ocorre no âmbito institucional. Desse modo, o contraste não se configura como negação total da situação, mas como discrepância localizada entre expectativa e resultado, o que reforça a leitura de contraste parcial e legitimado.

Por outro lado, temos os *advérbios que operam na dimensão da intensidade do contraste***,** como *radicalmente*, *totalmente*, *completamente* e *veementemente*, que operam na dimensão da intensidade. Em vez de delimitar o domínio do desacordo, esses itens: (i) dimensionam o grau de oposição; (ii) reforçam a polarização entre os enunciados em confronto; e (iii) orientam a interpretação para uma leitura de negação categórica. Por exemplo, ao afirmar que alguém está "*contradizendo radicalmente*" outro enunciador, o falante apresenta a discordância como extrema, profunda e incompatível com qualquer forma de conciliação interpretativa. Assim, elimina-se a possibilidade de uma leitura atenuada ou parcial do desacordo, construindo a oposição como total.

Na CCDE, esses advérbios acionam o eixo escalar em seu ponto máximo/alto/baixo, contribuindo para a construção de um posicionamento enunciativo mais enfático e avaliativo, frequentemente associado a contextos de conflito discursivo mais acentuado. Trata-se, portanto, de casos de escalaridade graduativa, nos quais o contraste é intensificado ao longo de um continuum. No exemplo em (06), observa-se esse funcionamento.

(06) "*Enquanto que, em a Alemanha, se estabeleceu uma postura cautelosa em relação a o cunho positivo de o mínimo existencial, em nosso país, que importa teses jurídicas,* ***destoando, completamente****, sua originalidade, já vemos a aplicação inadequada de o princípio de o existencial mínimo. Torcemos para que esse referido princípio, não se torne tão universal como o princípio de a dignidade de a pessoa humana, que como cediço, abarca diversos tipos de casos concretos, em face de a sua amplitude subjetiva*".
Fonte: https://www.conjur.com.br/2015-mai-08/direitos-fundamentais-assim-chamado-direito-minimo-existencial/. Acesso em 10 de fevereiro de 2026.

Em (06), a comparação é feita entre a postura adotada na Alemanha e a maneira como o princípio do mínimo existencial é aplicado no Brasil. Nesse contexto, o advérbio *completamente* tem um papel importante ao reforçar essa diferença. Ao modificar o verbo "destoando", esse advérbio intensifica a ideia de que a divergência é total e absoluta. Assim, o afastamento do modelo considerado adequado não é visto como algo parcial ou temporário, mas como uma diferença completa e definitiva.

Diferente os advérbios de domínio, que restringem o escopo do desacordo, aqui há expansão máxima da oposição, resultando em uma leitura de contraste absoluto. O afastamento entre os polos discursivos é construído como irreconciliável, o que reforça a força argumentativa do enunciado. Do ponto de vista argumentativo, o uso de *completamente* fortalece a posição de quem fala, ao apresentar a divergência como algo incompatível com qualquer tentativa de entendimento ou reconciliação. A prática criticada é vista como totalmente distante do que seria considerado o jeito certo de fazer, o que dá mais força à argumentação apresentada.

Essa distinção evidencia que os advérbios, na CCDE, não desempenham apenas um papel acessório, mas constituem elementos centrais na modulação do contraste, seja por meio da delimitação de seu escopo, seja pela intensificação de sua força argumentativa.

Ao compreender como intensidade e extensão se combinam dentro dos elementos do EI de escalaridade, podemos obter *insights* mais profundos sobre os processos cognitivos subjacentes ao uso da linguagem.

O significado de intensidade e extensão reside no fato de que eles representam duas intuições distintas, embora intimamente relacionadas. A intensidade captura o aspecto aninhado de propriedades, enquanto a extensão exemplifica a repetição de unidades que contêm essas propriedades. Diversas combinações ilustram essa relação, como intensidade com extensão, aninhamento com concatenação, valor com intervalo, magnitude com multiplicidade, qualidade com quantidade, amplitude com período, classificação com intervalo, grau com escopo, passo com duração, aumento com execução, velocidade com tempo, densidade com volume, força com deslocamento, pressão com área, massa com velocidade, cardeais com ordinais e, mais amplamente, níveis com camadas ou recipientes.

Tais combinações permitem modelar cognitivamente a percepção graduada de propriedades e processos, projetando um atributo de cada vez e, quando integradas, criando a sensação de um objeto ou evento completo. Quando associadas à CCDE, essas combinações tornam-se funcionalmente relevantes na linguagem: o contraste entre diferentes níveis e gradações evidencia desacordo, hierarquiza valores e organiza significados de forma sistemática, permitindo que intensidade e extensão sejam codificadas e expressas verbalmente em padrões recorrentes, refletindo a experiência sensorial e cognitiva de forma articulada.

O exame da CCDE revela como experiências sensoriais e cognitivas são representadas de forma graduada. Assim, essas expressões mostram-se organizadas em padrões de contraste, nos quais o desacordo entre níveis ou gradações evidencia a dinâmica das interações entre intensidade e extensão, que vão de um grau escalar de baixo>>>médio>>>alto>>>máximo/absoluto, conforme sistematizado no quadro (02).

Quadro 02 – Graus de escalaridade da CCDE

Grau escalar	**Tipo de contraste**	**Advérbios típicos**	**Efeito discursivo**
Baixo	Atenuação do desacordo	*parcialmente, pontualmente, ocasionalmente*	Minimiza o desacordo; preserva convergência
Médio	Delimitação do escopo do desacordo	*tecnicamente, politicamente, juridicamente, administrativamente*	Localiza o desacordo em domínio específico
Alto	Intensificação do desacordo	*fortemente, profundamente, significativamente*	Polariza posições, mas ainda mantém certa reversibilidade
Máximo/Absoluto	Intensificação categórica do desacordo	*totalmente, completamente, veementemente*	Oposição total entre posições

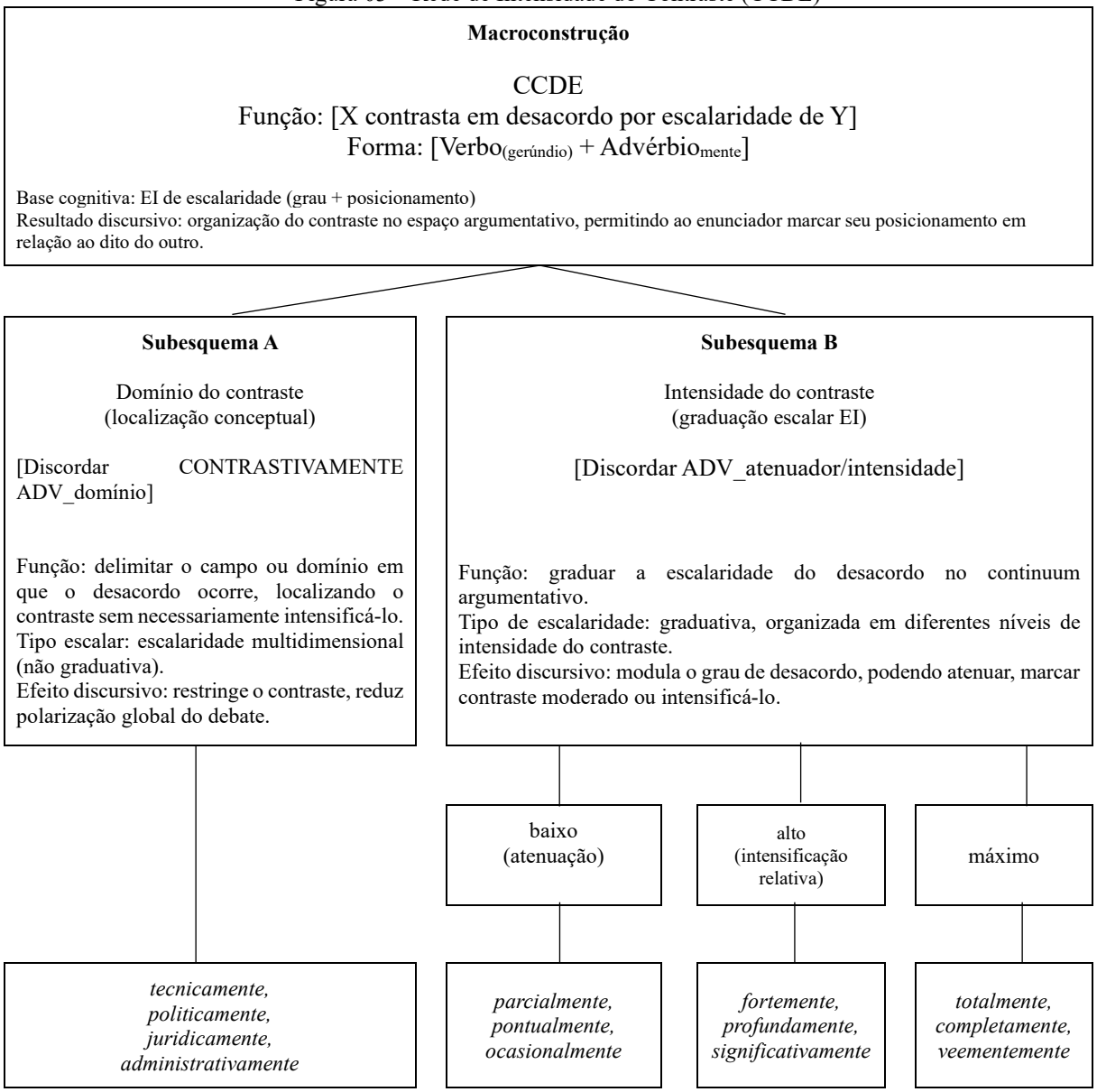
Fonte: Adaptado de Assis (2025).

A tabela evidencia que o EI de escalaridade permite conceber a discordância como um movimento progressivo ao longo de uma escala de intensidade, em que diferentes níveis representam gradações de propriedades ou valores. Nesse contexto, o advérbio em *-mente* desempenha um papel crucial ao selecionar o ponto em que o contraste se posiciona, sinalizando a intensidade relativa do desacordo em relação a outros possíveis valores.

Por fim, propõe-se que a CCDE se organiza em uma rede construcional, comporta por dois suesquemas principais: (i) Subesquema A (domínio): delimitação do escopo do

contraste (não graduativo); e (ii) Subesquema B (intensidade): graduação escalar do desacordo (graduativo).

Figura 03 – Rede de Intensidade do Contraste (CCDE)



Fonte: Os autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo descrever e analisar a CCDE no português brasileiro, considerando suas propriedades formais, semântico-pragmáticas e discursivas. Os resultados indicam que se trata de uma construção de baixa frequência,

porém altamente especializada**,** mobilizada em contextos argumentativos nos quais o desacordo é graduado**.**

A análise do padrão [Verbo(gerúndio) + Advérbio em -mente] evidenciou que os verbos de desacordo projetam o gesto enunciativo de oposição como processo em desenvolvimento**,** enquanto os advérbios atuam como operadores de ancoragem e parametrização escalar**,** responsáveis por delimitar o domínio ou intensificar o contraste.

Além disso, verificou-se que a escalaridade na CCDE organiza-se de forma gradiente**,** variando entre valores parciais e totais. Propõe-se, nesse sentido, que a construção articula dois eixos complementares: domínio e intensidade, os quais estruturam a parametrização do desacordo no plano discursivo.

Do ponto de vista teórico, os resultados reforçam a perspectiva construcionista e evidenciam o papel do esquema imagético de ESCALA na organização do contraste. Assim, a CCDE configura-se como um recurso linguístico que permite não apenas expressar discordância, mas posicioná-la de forma graduada no espaço argumentativo**,** contribuindo para a compreensão do contraste como fenômeno contínuo e discursivamente orientado.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Luiza Maia. *Discordando para argumentar: construções de desacordo por escalaridade a partir de uma abordagem construcionista da gramática*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) — Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2025.

BARÐDAL, Jóhanna. Predicting the Productivity of Argument Structure Constructions. *BSL 32*, n. 1, p. 467-478, 2006.

CROFT, William. *Radical Construction Grammar*: Syntactic Theory in Typological Perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, William. Construction Grammar. *In*: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (eds.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 463–508.

DIESSEL, Holger. *The Constructicon*: Taxonomies and Networks. (Cambridge Elements). Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

DUARTE, Isabel Margarida; PINTO, Alexandra Guedes; RODRIGUES, Sónia Valente. *Contraste, concessão e contra-argumentação em textos académicos*: uma análise exploratória. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto, v. 2, n. especial, p. 149-176, 2022.

DUQUE, Paulo Henrique; COSTA, Marcos Antonio. *Linguística Cognitiva*: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências. Natal: EDUFRN, 2012.

ERVITI, Aneider Iza. Discourse constructions in English: the case of complementary-contrastive constructions. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 212, p. 261 – 265, 2015.

ERVITI, Aneider Iza. *Discourse Constructions in English*: meaning, form, and hierarchies. Yearbook of Corpus Linguistics and Pragmatics. Cham: Springer, 2021.

FRIED, Mirjam; ÖSTMAN, Jan-Ola. Construction Grammar: a thumbnail sketch. *In*: FRIED, Mirjam; ÖSTMAN, Jan-Ola (eds.). *Construction Grammar in a cross-language perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004. p. 11-86.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins Publishing Company; Jonh Benjamins North América, 1995.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions*: A Construction Grammar Approach to Argument Structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions at work*: The Nature of Generalization in Language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele E. Constructionists Approaches. *In*: HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme (eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 15-31.

GOLDBERG, Adele E. *Explain Me This*: Creativity, Competition, and the Partial Productivity of Constructions. Princeton: Princeton University Press, 2019.

LANGACKER, Ronald W. A dynamic usage-based model. *In*: BARLOW, Michael ; KEMMER, Suzanne (eds.). *Usage Based methods of language*. Stanford: CSLI Publications, 2000. p. 1-63.

RAYKOWSKI, Wes. Cognitive Semantics: From sensations to Contrast, Opposition and Numbers. *Frontiers*, p. 1-47, 2023. (preprint).

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and Constructional change*. Oxford University Press: Oxford, 2013.

WIEDEMER, Marcos Luiz. *Construções de contraste no português brasileiro: uma abordagem socioconstrucionista*. Projeto de pesquisa apresentado ao Programa Prociência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023. (mimeo).

Recebido em: 07/05/2026
Aceito em: 29/06/2026

Marcos Luiz Wiedemer: professor adjunto (linguística) da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, atuando no curso de Letras (Português/Inglês) e no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Procientista (UERJ/Faperj) e Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Doutor em Estudos Linguísticos (UNESP), com bolsa sanduíche na Erfurt Universität, Alemanha; Mestre em Linguística pela UFSC e licenciado em Letras (Português/Inglês) pela FURB. Pós-doutor em Língua Portuguesa (UFRJ). Foi Coordenador Geral do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPLIN), gestão 2016-2018/2018-2020. Membro (pesquisador) dos grupos de pesquisa *Discurso & Gramática* (UFRJ) e *Estudos Sociofuncionalistas* (UFMS); líder do grupo de pesquisa *Gramática de Construções e Interfaces linguísticas* (UERJ). Foi membro do Conselho da ANPOLL (Estudos Linguísticos) e coordenou a Comissão – Linguística e Cognição da Abralin. De 2018 a 2021 coordenou, com Marcia dos Santos Machado Vieira, o GT de *Sociolinguístic*a da ANPOLL. Foi Membro do Corpo de Embaixadores da Olimpíada de Linguística. Atuou como Vice-Presidente da ANPOLL. Coordenador do Laboratório de Formação Permanente em Letras: ações coletivas, docência e ensino (LABLETRAS/UERJ). http://lattes.cnpq.br/4237755696513203.

Luiza Maia Assis: mestre em Estudos Linguísticos (UERJ); Licenciada em Letras (UFF). Professora de Língua Portuguesa e Redação.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.100179

Oralidade e escrita: uma análise construcional diassistêmica

Orality and writing: a constructional diasystematic analysis

Matheus Esteves Leite
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
matheusesteves@letras.ufrj.br
https://orcid.org/0000-0002-5027-4910

RESUMO

Este artigo propõe uma reanálise dos dados apresentados por Leite e Nascimento (2024) sobre a ditongação em sílabas com coda preenchida por /S/ e /l/ no português do Brasil à luz dos pressupostos da Gramática de Construções Diassistêmica. Argumenta-se que as ocorrências podem ser compreendidas como resultado da interação entre modalidades linguísticas integradas em uma mesma rede construcional, refletindo a ativação de esquemas fonológico-grafemáticos entrincheirados. Propõe-se o compartilhamento de modalidades em representações relacionais diassistêmicas. Os resultados sugerem que os chamados "desvios ortográficos" consideram a atuação de mecanismos cognitivos de domínio geral sobre representações fonológico-ortográficas ainda em processo de consolidação, mobilizando a interação entre fonologia, ortografia e uso.

Palavras-chave: Gramática de Construções Diassistêmica; oralidade; escrita; diaconstruções.

ABSTRACT

This article proposes a reanalysis of the data presented by Leite and Nascimento (2024) on diphthongization in syllables with /S/ and /l/ codas in Brazilian Portuguese in light of the assumptions of Diasystematic Construction Grammar. It is argued that these occurrences can be understood as the result of the interaction between linguistic modalities integrated within the same constructional network, reflecting the activation of entrenched phonological-graphemic schemas. It is proposed the sharing of modalities in diasystematic relational representations. The results suggest that so-called *orthographic deviations* consider the operation of domain-general cognitive mechanisms on phonological-orthographic representations that are still undergoing consolidation, thereby indicating the interaction among phonology, orthography, and language use.

Keywords: Diasystematic Construction Grammar; orality; writing; diaconstructions.

INTRODUÇÃO

A relação entre oralidade e escrita constitui um tema recorrente em diferentes campos da Linguística, tendo recebido especial atenção nos estudos desenvolvidos no âmbito da Linguística Textual, da Linguística Interacional e dos estudos do discurso. Mais recentemente, essa relação também tem sido investigada sob uma perspectiva cognitiva, especialmente em pesquisas voltadas para a representação e o processamento da linguagem (Perfetti, 2007; Treiman, 2017; Morais; Kolinsky, 2015).

Embora oralidade e escrita possam, em instâncias outras, constituir modalidades distintas de realização da linguagem em diferentes frentes de investigação, organizadas segundo convenções e restrições próprias, estudos em Psicolinguística têm demonstrado que ambas não operam de forma totalmente independente. Ao contrário, compartilham representações fonológicas e ortográficas e mobilizam mecanismos cognitivos parcialmente comuns durante o processamento linguístico, preservando, contudo, suas especificidades funcionais e estruturais (Goody, 1986; Olson, 1994; Ong, 1982). Sob essa perspectiva, fala e escrita não se configuram como sistemas rigidamente autônomos, mas como manifestações complementares de um repertório linguístico — no sentido sociolinguístico de modalidades e registros — continuamente moldado pelas experiências ricas de uso dos falantes[1].

No âmbito do português brasileiro (PB), as produções escritas que incorporam traços fonético-fonológicos característicos da oralidade constituem um dos contextos em que a interação entre fala e escrita se torna mais visível, sem que isso implique restringir essa interação às chamadas grafias não convencionais. Entre esses fenômenos, destacam-se os casos de representação gráfica da ditongação em sílabas cuja coda é preenchida por /S/ ou /l/, observáveis em registros como *treis* (cf. <três>), *nois* (cf. <nós>), *feis* (cf. <fez>), *mau* (cf. <mal>) e *auto* (cf. <alto>).

Tradicionalmente, tais ocorrências são classificadas como desvios em relação às convenções ortográficas da língua, uma vez que não correspondem às formas prescritas pelo sistema ortográfico vigente. Essa classificação, entretanto, não impede que sejam

[1] Embora a linguagem humana possa desenvolver-se independentemente da escrita, a experiência com práticas letradas passa a integrar o conhecimento linguístico dos indivíduos alfabetizados, favorecendo interações contínuas entre representações fonológicas e ortográficas.

analisadas sob uma perspectiva linguística, como manifestações de processos fonético-fonológicos e cognitivos que orientam a produção escrita. Assim, o reconhecimento de seu estatuto normativo não exclui a investigação dos mecanismos que motivam sua emergência.

Apesar de os avanços proporcionados pelas abordagens sociolinguísticas e psicolinguísticas para a compreensão das relações entre oralidade e escrita, permanece pouco explorada a possibilidade de modelar essas interações como parte de uma única rede de representações linguísticas. Nesse contexto, o presente trabalho propõe uma reanálise dos dados apresentados por Leite e Nascimento (2024)[2], buscando reinterpretá-los à luz de uma perspectiva cognitivo-funcional[3], mais especificamente da Gramática de Construções Diassistêmica (GCD) (Höder, 2012; 2014; 2018; 2019).

Fundamentada no paradigma da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) (Goldberg, 1995; 2006; Diessel, 2019; Hilpert, 2019; Hoffmann, 2022), essa abordagem parte do pressuposto de que o conhecimento linguístico é organizado em uma única rede construcional, na qual diferentes línguas, variedades, registros e modalidades coexistem e estabelecem relações de compartilhamento estrutural. Em consequência, nessa perspectiva, fenômenos tradicionalmente compreendidos como interferências ou desvios são reinterpretados como manifestações da interação entre construções (mais ou menos compartilhadas) pertencentes a um *constructicon* diassistêmico.

Como justificativa, a este trabalho, optou-se por incorporar a conjuntura teórica da GCD, porque essa teoria se encarrega de oferecer às análises construcionais um aparato interessante de representação sobre como construções pertencentes a modalidades experienciais distintas permanecem parcialmente compartilhadas e específicas dentro de um único *constructicon*. Desse modo, o interesse da investigação consiste em uma tentativa de representar como conhecimentos associados à oralidade e à escrita podem coexistir em uma única rede construcional sem perder suas especificidades experienciais.

Partindo dessa premissa, argumenta-se que as ocorrências de ditongação registradas na escrita dos dados aqui analisados (cf. seção 3) não emergem meramente em evidências de inadequação ortográfica *per se*, mas, contrariamente, possam evidenciar uma ativação de esquemas fonológico-grafemáticos entrincheirados, resultantes da

[2] A pesquisa dos autores é oriunda de um Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado pelo primeiro autor e orientado pelo segundo.
[3] No manuscrito original, os autores se valeram de uma análise sociolinguística.

experiência linguística acumulada pelos falantes, inclusive com a escrita. Entende-se, assim, a emergência dessas formas como efeito natural da articulação entre padrões associados à oralidade e a convenções próprias da escrita, ambos representados em uma mesma arquitetura cognitiva.

O objetivo deste artigo, portanto, consiste em investigar em que medida os dados podem ser reinterpretados à luz da Gramática de Construções Diassistêmica. Para tanto, realiza-se uma análise qualitativa dos registros reunidos por Leite e Nascimento (2024), procurando lançar luz a como a relação dessas duas modalidades linguísticas toma parte da constituição dos padrões observados, no sentido de evidenciarem a dinamicidade da mente no tocante à estocagem de informações linguísticas, em especial advindas da escrita. Ao fazê-lo, pretende-se, adicionalmente, contribuir para uma compreensão centrada no uso da interface entre oralidade e escrita, bem como para o aprofundamento das discussões acerca do papel da experiência linguística na organização do conhecimento gramatical.

Por isso, além desta introdução, o artigo apresenta, a seguir, uma discussão sobre o *continuum* entre fala e escrita; posteriormente, discorre sobre os fundamentos teóricos da Gramática de Construções Diassistêmica. Desenha, em seguida, os procedimentos metodológicos adotados, analisando os dados reexaminados; e, por fim, tece as considerações finais decorrentes da investigação.

O *CONTINUUM* FALA E ESCRITA

Historicamente, a relação entre oralidade e escrita evoca-se como um contraste entre duas modalidades distintas de realização da linguagem. Caminhando em uma direção oposta, estudos contemporâneos no âmbito da Psicolinguística têm demonstrado que essa oposição contundente não descreve adequadamente o funcionamento linguístico, uma vez que fala e escrita imbricam-se em relações contínuas de influência mútua e compartilham diversos recursos cognitivos e comunicativos (Perfetti, 2007; Treiman, 2017; Morais; Kolinsky, 2015). Nesse sentido, mais do que modalidades linguísticas, ambas constituem práticas sociais e linguísticas interligadas, que se organizam de acordo com as demandas comunicativas dos diferentes contextos de uso.

Para Marcuschi (2007; 2010), é inadequado conceber fala e escrita como sistemas dicotômicos, mas, sim, como manifestações de uma mesma competência linguística que se distribuem ao longo de um *continuum* de práticas comunicativas. Essa perspectiva, então, abre espaço para reconhecer que muitos textos escritos apresentam características associadas à oralidade, enquanto determinados eventos de fala incorporam propriedades convencionalmente relacionadas à escrita, sobrepondo-se umas às outras, revelando a gradualidade permeável das "fronteiras" entre essas modalidades.

É importante destacar, dentro desse viés, que a fala constitui a forma mais imediata de interação linguística e resulta dos processos de socialização natural do indivíduo em uma comunidade de fala. Logo, a aquisição típica da linguagem falada ocorre espontaneamente, sem necessidade de instrução formal, por meio da exposição contínua aos usos linguísticos presentes no ambiente social (Bortoni-Ricardo, 2006). Antagonicamente, a escrita corresponde a uma invenção tecnológica cultural, cuja apropriação depende da circunscrição a processos de escolarização e letramento, ou seja, seu domínio demanda do indivíduo não apenas o conhecimento das convenções ortográficas, mas também a compreensão de princípios discursivos, textuais e normativos que regulam sua utilização em diferentes gêneros e situações comunicativas (Mollica; Loureiro, 2008).

Kato (2004) propõe que a relação contínua entre fala e escrita seja compreendida como um processo dinâmico de influências recíprocas. Isso porque, nos estágios iniciais da alfabetização, a escrita tende a refletir de maneira mais direta aspectos da fala, uma vez que o aprendiz busca representar graficamente aquilo que percebe auditivamente. À medida que o letramento se desenvolve, os indivíduos tendem a construir representações ortográficas progressivamente mais estáveis e a ampliar seu conhecimento das convenções da escrita. Esse processo pode favorecer uma distinção mais consistente entre as propriedades fonéticas da fala e as convenções ortográficas da língua, embora essa competência seja desenvolvida em graus variados entre os falantes e não implique uma separação completa entre representações fonológicas e ortográficas, que continuam a interagir durante o processamento linguístico. Por conseguinte, a escrita convencional passa também a exercer, nos grupos sociolinguísticos que experimentam instrução formal, influência sobre determinadas práticas de oralidade, sobretudo em contextos mais monitorados.

Sob essa perspectiva, toda essa interação relacional indica que a escrita não constitui uma simples transcrição da fala: embora o sistema alfabético latino estabeleça relações entre sons e letras, a ortografia do PB não foi pensada para representar fielmente todas as variações fonéticas presentes na língua, visto que a correspondência entre letra e som não é unicamente objetiva (Lemle, 1982). Ao contrário, seu funcionamento fundamenta-se predominantemente em princípios convencionalmente fonêmicos, cujo objetivo é garantir relativa estabilidade gráfica diante da ampla diversidade de pronúncias existentes entre regiões do território nacional.

Nesse cenário, muitos fenômenos fonético-fonológicos presentes na oralidade não encontram, recorrentemente, correspondência direta na escrita padrão. Como consequência, é comum que indivíduos com menor grau de letramento – mas não somente – produzam registros gráficos que refletem padrões fonéticos característicos de suas variedades linguísticas, configurando desvios de ortografia diante da norma-padrão. No entanto, vale a pena refletir que essas ocorrências não devem ser interpretadas única e exclusivamente como falhas ou desvios, mas como possíveis evidências do modo como os falantes estabelecem, cognitivamente, relações entre os conhecimentos fonológicos internalizados e as convenções ortográficas adquiridas, ao longo de sua experiência, da língua em particular – que, no caso desta investigação, é o PB.

Sob uma perspectiva dos modelos baseados no uso (MBU), é plausível pensar que essa aproximação entre fala e escrita resulta da interação entre experiências linguísticas acumuladas pelos falantes ao longo de sua trajetória, via memória rica (Bybee, 2010). Se é assim, as representações linguísticas, portanto, emergem da frequência de uso e da exposição recorrente a diferentes padrões estruturais. Melhor dito, formas fonéticas tendem a influenciar processos de escrita, especialmente, quando as convenções ortográficas ainda não se encontram plenamente consolidadas.

Nessa esteira, a passagem da modalidade oral para a escrita envolve, desse modo, operações cognitivas complexas que solicitam do falante, experiente com a escrita ou não, a articulação entre diferentes níveis de representação linguística, formando uma relação cujos domínios de representação interagem frequentemente. Dado que, para escrever de acordo com as convenções da língua, torna-se necessário reconhecer que os sons percebidos na fala não correspondem necessariamente às formas gráficas estabelecidas pela ortografia vigente: esse processo demanda o desenvolvimento gradual de

conhecimentos aprofundados sobre as relações entre fonemas, grafemas e padrões convencionais de escrita (Morais, 1991; Scliar-Cabral, 2023).

Cumpre salientar, ademais, que, no âmbito deste artigo, a discussão assume certo protagonismo, tendo em vista que os dados analisados apontam justamente a interposição de processos fonético-fonológicos na representação gráfica de palavras do PB. Em outras palavras, registros como a inserção de [j] em contextos de ditongação relacionados ao arquifonema /S/ ou a vocalização de /l/ por [w] em posição de coda ilustram como determinadas características da fala projetam-se para a escrita[4]. Em virtude disso, essas ocorrências revelam o entrecruzamento constante entre as duas modalidades e demonstram que a produção escrita constitui um espaço privilegiado para observar a interação entre conhecimento fonológico e convenções ortográficas, ambos mediados pela experiência linguística.

Trocando em miúdos, compreender a relação integrada entre fala e escrita implica reconhecer não apenas suas diferenças estruturais (formais) e funcionais, mas também os mecanismos de interação que as aproximam. Por esta razão, a análise dessas relações pode contribuir para explicar a emergência de formas gráficas influenciadas pela oralidade, fornecendo alguns subsídios para a compreensão dos processos envolvidos na aquisição e no desenvolvimento da escrita no PB.

Considerando, ainda, que os fenômenos investigados envolvem a coexistência e a interação entre as muitas variedades e modalidades da língua(gem), faz-se relevante recorrer a um modelo baseado no uso de representação linguística capaz de integrar, em uma mesma rede arquitetônica, os aspectos de variação e uso de diferentes modalidades linguísticas, a saber, a Gramática de Construções Diassistêmica. Desse modo, a próxima seção dedica-se à apresentação dos seus fundamentos, destacando seus principais conceitos e suas contribuições para a análise dos dados aqui examinados.

A GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES DIASSISTÊMICA

[4] Embora se trate de processos fonético-fonológicos distintos, ambos são reunidos, neste trabalho, porque compartilham a projeção de padrões fonológicos recorrentes da oralidade sobre representações ortográficas ditongadas.

A Gramática de Construções Diassistêmica (GCD) constitui um corolário da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) (Goldberg, 1995; 2006; Diessel, 2019; Hilpert, 2019; Hoffmann, 2022). Desenvolvida por Höder (2012; 2014; 2018; 2019), este modelo emerge com o objetivo de descrever fenômenos relacionados ao contato linguístico, apostando na coexistência de uma única rede formulada a partir de entradas, a princípio e no nível da experiência, distintas. Diferentemente de abordagens que concebem as línguas como sistemas autônomos e independentes (Weinreich, 1964), a GCD parte do pressuposto de que o conhecimento linguístico dos falantes é organizado em um único *constructicon*, no qual se integram construções oriundas de diferentes línguas, variedades, registros e modalidades linguísticas.

Como modelo baseado no uso, a GCD compartilha a concepção de que a gramática surge da experiência linguística e da atuação de processos cognitivos de domínio geral (PCDG), a saber, categorização, analogia, abstração, generalização, associação transmodal, entrincheiramento, entre outros (Langacker, 1987; Bybee, 2010). Nessa perspectiva, a língua(gem) não é entendida como um sistema pré-determinado por princípios inatos[5] específicos — conforme postulam os modelos formalistas —, mas como um conhecimento construído gradualmente a partir das experiências de uso vivenciadas contextual e comunicativamente pelos falantes.

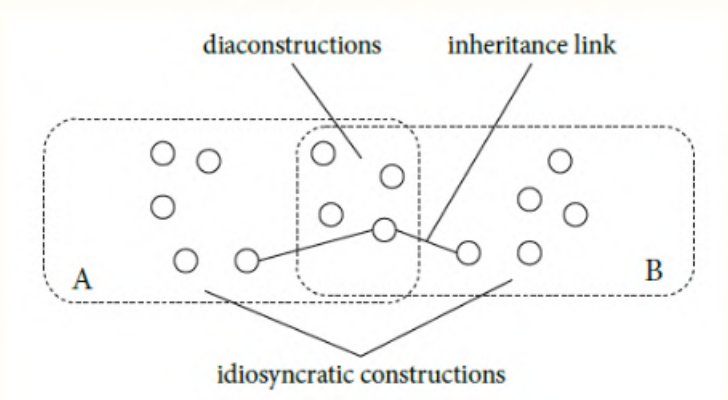
A principal contribuição da GCD consiste, portanto, em levar às últimas consequências a premissa baseada no uso de que toda experiência linguística participa da constituição da gramática. Assim, se os falantes estão constantemente expostos a muitas variedades, registros, modalidades e línguas (Freitas Jr. *et al*., 2022), a teoria aposta na ideia de que tais conhecimentos sejam armazenados em compartimentos independentes. Por conseguinte, a gramática deve ser concebida como um sistema integrado e dinâmico, continuamente remodelado pelas experiências linguísticas acumuladas ao longo da vida (Höder, 2012).

Um dos princípios centrais da GCD é a noção de *constructicon* multilíngue. Segundo Höder (2018), os falantes organizam todo o seu conhecimento linguístico em uma única rede construcional, independentemente das fronteiras tradicionalmente estabelecidas entre as línguas, rompendo com perspectivas que assumem a existência de gramáticas separadas para cada uma. Além disso, defende também que as construções são

[5] Não se trata, nesse caso, de um modelo inatista tal qual proposto pela gramática gerativa.

armazenadas em um repertório comum, cuja organização decorre da similaridade percebida e dos processos de abstração promovidos pela cognição humana, conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 1 – Arquitetura do *construction* multilíngue



Fonte: Höder, 2014, p. 20.

Nessa concepção, as categorias linguísticas não são delimitadas por critérios estritamente estruturais, mas se manifestam das regularidades identificadas pelos falantes em suas experiências de interação. Consequentemente, construções provenientes de diferentes línguas, variedades — ou modalidades, conforme defende este artigo — podem estabelecer relações de proximidade e compartilhamento dentro da mesma rede cognitiva, abarcando, também, "práticas letradas que se aproximam de suas contrapartes no âmbito da fala" (Freitas Jr. *et al.*, 2022, p. 615). Essa organização do *constructicon* multilíngue resulta, portanto, da atuação dos PCDG, os quais permitem que os falantes reconheçam tanto semelhanças quanto especificidades entre diferentes padrões linguísticos e as representem ou categorizem. Desse modo, a gramática passa a refletir a heterogeneidade naturalmente inerente às experiências linguísticas dos indivíduos, incluindo a oralidade e a escrita.

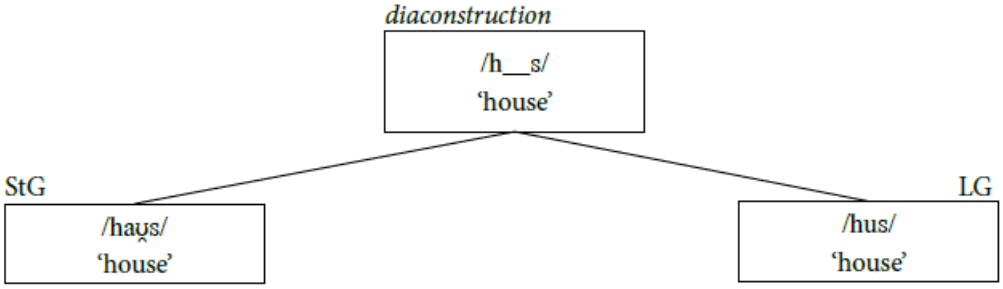
Para explicar a coexistência entre padrões compartilhados e específicos no *constructicon* multilíngue, a GCD propõe a distinção entre diaconstruções e idioconstruções. As idioconstruções, primeiramente, correspondem às realizações mais específicas e convencionalizadas de construções linguoespecíficas, apresentando, intrinsicamente, propriedades formais e funcionais particulares, vinculadas a determinados contextos de uso, comunidades linguísticas ou práticas comunicativas. Em

outras palavras, as idioconstruções carregam informações que permitem aos falantes associar determinados padrões linguísticos a contextos sociais específicos.

As diaconstruções, por sua vez, correspondem a esquemas construcionais inespecíficos, abstraídos por generalizações cognitivas construídas a partir da identificação de regularidades recorrentes entre diferentes experiências linguísticas. Em função de seu elevado grau de esquematicidade, as construções diassistêmicas neutralizam/opacificam associações convencionais a contextos sociocomunicativos particulares.

Höder (2014, 2018, 2019) ilustra o conceito de diaconstrução com o par *Haus* (alemão padrão) e *Hus* (baixo-alemão). Essas formas correspondem a idioconstruções distintas, cada uma convencionalizada em sua respectiva variedade, mas que podem ser integradas por uma diaconstrução mais esquemática, responsável por capturar as correspondências formais e funcionais percebidas pelo falante multilíngue. A diaconstrução não substitui as idioconstruções nem elimina suas especificidades, mas representa um nível de abstração que permite modelar, em uma única rede construcional, o conhecimento compartilhado entre diferentes línguas ou variedades, conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 2 – Diaconstrução do alemão baixo (LG) e do padrão (StG)



Fonte: Höder, 2014, p. 21.

Nesse contexto da GCD, tanto as idioconstruções quanto as diaconstruções coexistem em uma gramática integrativa e não modular, relacionando-se por meio de *links* de herança — ou diassistêmico, em termos da própria teoria. Novamente, enquanto as primeiras representam padrões com instanciações específicas, as segundas correspondem a construções inespecíficas. Essa organização conexionista em rede abre um potencial espaço para explicar simultaneamente a existência de convergências e divergências entre

diferentes sistemas ou modalidades linguísticas, sem recorrer à hipótese rigidamente contundente de gramáticas independentes.

A GCD assume, assim, que a variação linguística, longe de um elemento periférico da gramática, constitui uma consequência natural da diversidade de experiências linguísticas que moldam o *constructicon,* dentre elas, o contato com a escrita, mais especificamente, os "usos típicos da modalidade oral que são transpostos para a escrita na mesma língua" (Freitas Jr. *et al.*, 2022, p. 615). Nesse viés, estão abarcados fenômenos tradicionalmente interpretados como interferência/transferência, passando a ser compreendidos como próprios reflexos da interação entre construções presentes em uma mesma rede cognitiva – configurando, *a posteriori*, possíveis processos de supergeneralização (Freitas Jr. *et al*, 2022; Soares, 2018).

Sob essa perspectiva, produções que divergem das convenções esperadas não representam necessariamente, em um primeiro olhar, falhas de aquisição ou desvios em relação a um sistema idealizado. Antes, é possível que emerjam como evidências empíricas fortemente viáveis para supor o modo como diferentes construções interagem, competem e se reorganizam no repertório linguístico dos falantes. Nessa mesma direção, ao enfatizar a integração entre experiência linguística, cognição e uso, a GCD propõe uma visão dinâmica da gramática, segundo a qual o conhecimento linguístico está em constante processo de reorganização, isto é, a gramática surge como resultado das múltiplas experiências vivenciadas pelos falantes em diferentes contextos sociocomunicativos.

Os pressupostos da GCD caracterizam uma posição central à análise desenvolvida neste trabalho, porque, partindo da assunção de que os fenômenos investigados envolvem a relação entre oralidade e escrita, bem como a influência de padrões fonético-fonológicos sobre a representação gráfica das palavras, a utilização de um modelo que abarca a descrição da interação entre diferentes formas de experiência linguística torna-se um tanto quanto exequível. Nessa perspectiva, as ocorrências de ditongação em contextos de coda preenchida por /S/ e /l/, refletidas em produções escritas, podem ser interpretadas como manifestações da interação entre construções associadas a diferentes práticas de uso da língua, pois, em vez de serem tratadas exclusivamente como desvios ortográficos, essas manifestações são hipotetizadas como evidências da atuação de um *constructicon* heterogêneo, no qual conhecimentos relacionados à oralidade e às convenções

ortográficas da escrita coexistem e estabelecem relações de aproximação e competição (Freitas Jr. *et al*., 2022; Goldberg, 2019).

A adoção da GCD pode permitir, desse modo, analisar esses fenômenos a partir de uma perspectiva cognitivo-funcional, fornecendo um aparato teórico capaz de explicar como diferentes padrões fonológicos e ortográficos se articulam em uma mesma rede construcional.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza descritivo-interpretativa, cujo objetivo consiste em reanalisar os dados apresentados por Leite e Nascimento (2024) sobre a representação gráfica da ditongação em sílabas com coda preenchida por /S/ e /l/ no PB[6]. Diferentemente do trabalho original, fundamentado predominantemente em pressupostos sociolinguísticos, a presente investigação busca interpretar tais ocorrências à luz da GCD, enfatizando as relações entre oralidade, escrita e experiência linguística no processo de convencionalização de padrões construcionais.

O *corpus* aqui analisado é constituído por dezessete (17) dados reunidos pelos autores, os quais são, quanto à ditongação de /S/, “mas”, “pôs”, “três”, “fez”, “desfez”, “nós” e “vós”; em relação a /l/, “mal”, “alto”, “salgadinho”, “estatal”, “revoltas”, “solte”. Esse conjunto contempla ocorrências coletadas em diferentes contextos da língua em uso, incluindo publicações em redes sociais, mensagens veiculadas em ambientes digitais e produções escritas de indivíduos pertencentes a distintos níveis de escolarização, quais sejam, o Ensino Fundamental (1 (um) dado) e Ensino Superior (1 (um) dado). O estudo original tinha como propósito investigar o impacto de processos fonético-fonológicos sobre a escrita não padrão do PB, focalizando a inserção da letra <i> em sílabas travadas pelo arquifonema /S/ e a representação gráfica do fonema /l/ por meio da letra <u>, em contextos suscetíveis à ditongação.

Segundo os autores, o *corpus* foi construído a partir de ocorrências extraídas de produções que circularam no domínio virtual, bem como por textos produzidos por um

[6] O objetivo deste estudo não consiste em demonstrar quantitativamente a produtividade dos padrões analisados, mas em investigar sua plausibilidade como evidências compatíveis com uma interpretação construcional diassistêmica.

aluno do 6º ano do Ensino Fundamental e por uma graduanda em Letras[7]. Os dados foram descritos com base em três variáveis principais: (i) gênero textual, (ii) extensão do vocábulo e (iii) tonicidade da sílaba em que se encontravam os segmentos /S/ e /l/, conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 1 – Dados do *corpus*

Gênero do texto-base	**Quantidade de textos**	**Ocorrências de ditongação na escrita**	
		Diante de /S/em coda	**Diante de /l/ em coda**
Textos de um aluno do 6° ano do Ensino Fundamental	6	3	5
Textos de uma aluna do Ensino Superior	1	1	-
Anúncios	1	1	-
Status/Conversas da rede social *Whatsapp*	3	-	3
Publicações na rede social *Facebook*	2	2	-
Publicações na rede social *Instagram*	2	1	1
Total		8	9

Fonte: Leite e Nascimento (2024, p. 145).

Embora as variáveis propostas pelos autores permaneçam relevantes para a contextualização dos dados, o foco analítico aqui recai sobre a maneira como os registros escritos podem refletir a interação entre as modalidades de fala e de escrita. Parte-se, assim, do pressuposto de que as formas observadas podem ser interpretadas como manifestações fiéis de relações estabelecidas por aquelas modalidades, o que permite viabilizar o argumento de que as ocorrências de ditongação registradas na escrita são possíveis evidências desta interação: padrões fonéticos relacionados às convenções ortográficas da escrita.

A análise dos dados foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, baseada na identificação e interpretação dos esquemas fonológicos subjacentes às ocorrências registradas. Para tanto, buscou-se verificar a hipótese de que os padrões fonológicos associados à ditongação possam, em alguma medida, ser compreendidos como construções ou como partes de construções armazenadas na rede linguística dos falantes e como essas representações influenciam a produção escrita, assumindo que fala e escrita sejam amostras que entram em contato na experiência dos falantes.

[7] Os protocolos éticos de pesquisa foram atentamente seguidos, sendo os informantes submetidos ao TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

A reanálise foi conduzida em quatro etapas sucessivas. Inicialmente, procedeu-se à identificação dos contextos fonológico-ortográficos em que se verificavam representações gráficas compatíveis com processos de ditongação descritos para o português brasileiro. Em seguida, esses registros foram comparados às descrições fonético-fonológicas presentes na literatura especializada, buscando verificar a existência de padrões recorrentes entre realização fonética e representação gráfica. Na terceira etapa, esses padrões foram reinterpretados à luz da Gramática de Construções Diassistêmica, mediante a identificação de propriedades formais compartilhadas passíveis de motivar esquemas construcionais mais abstratos. Por fim, propôs-se uma representação hipotética dessas relações por meio de redes diassistêmicas, cuja função consiste em explicitar os possíveis vínculos entre representações fonológicas e ortográficas armazenadas no *constructicon*.

A metodologia adotada, longe de quantificar a frequência das ocorrências ou estabelecer correlações estatísticas entre variáveis, visa compreender os mecanismos construcionais que regulam a emergência dos padrões observados. O interesse central, portanto, está para a interpretação da relação entre oralidade e escrita como resultado da interação entre construções pertencentes a diferentes níveis de abstração e vinculadas a distintas experiências de uso da língua.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados analisados apontam que a representação gráfica da ditongação em sílabas com coda preenchida por /S/ e /l/ não configura um fenômeno aleatório, tampouco exclusivamente pela insuficiência de apropriação das convenções ortográficas. Ao contrário, as ocorrências outrora identificadas pelos autores responsáveis sugerem a atuação de padrões fonológicos recorrentes na experiência linguística dos falantes, os quais emergem na escrita sob a forma de registros que refletem características da oralidade.

Dos 17 (dezessete) dados examinados, 8 (oito) apresentam a ditongação da coda /S/, e 9 (nove), a vocalização de /l/. No primeiro grupo, manifestam-se itens lexicais monossilábicos (com exceção de <desfez>), como *mais* ([ˈmajʃ]), *pois* ([ˈpojʃ]), *feis* ([ˈfejʃ]), *desfeiz* ([diʃˈfejʃ]), *nois* ([ˈnɔjʃ]), *vois* ([ˈvɔjʃ]) e, por duas vezes, *treis* ([ˈtɾejʃ]),

distribuindo-se pelos seguintes gêneros: i) publicações nas redes sociais *Facebook* (2) e *Instagram* (1); ii) anúncio (1); e iii) textos produzidos por um aluno do 6° ano do Ensino Fundamental (3) e por uma discente do Ensino Superior (1)[8].

No segundo grupo, as grafias se apresentaram nos gêneros: i) textos produzidos por um aluno do 6° ano do Ensino Fundamental (5); ii) *status* e conversa da rede social *Whatsapp* (3); e iii) publicação na rede social *Instagram* (1), identificadas como *auto* ([ˈawtʊ]), *salgadinho* ([sawgaˈdʒĩɲʊ]), *estatal* ([iʃtaˈtaw]), *revoltas* ([xeˈvɔwtajʃ]), *mau* ([ˈmaw]) – ocorrendo duas vezes –, e *soute* ([ˈsɔwtʃɪ]) – ocorrendo três vezes –, às quais são incorporados elementos fonéticos frequentemente presentes na fala. Em todos esses casos, verifica-se a inserção gráfica de segmentos que correspondem a realizações amplamente difundidas em variedades do PB. Assim, o fato de tais registros ocorrerem em diferentes contextos e gêneros textuais sugere, adicionalmente, a existência de regularidades cognitivas subjacentes – e não de desvios episódicos e casuais.

Sob a perspectiva utilizada por esta pesquisa, essas ocorrências parecem emergir como possíveis efeitos da interação entre diferentes construções armazenadas no *constructicon* dos falantes. Isso se dá devido ao fato de que a produção escrita mobiliza e recruta, simultaneamente, conhecimentos relacionados às convenções ortográficas e padrões fonológicos fortemente entrincheirados pela experiência de uso. Quando tais padrões entram em competição, formas associadas à oralidade podem condicionar, em alguma medida, a representação gráfica dos vocábulos.

Nessa perspectiva, a análise dos dados lança mão da observação de que os registros escritos podem viabilizar, em maior ou menor grau, experiências linguísticas acumuladas ao longo da trajetória dos usuários da língua. Em variedades do PB, especialmente naquelas em que a palatalização de /S/ em coda é produtiva — como o dialeto carioca —, a sequência formada por vogal seguida de fricativa em final de sílaba frequentemente apresenta realização fonética acompanhada de um *glide* ([j]) (Seara; Nunes; Lazzarotto-Volcão, 2015). Na mesma direção, sílabas cuja coda constitui-se de uma lateral alveolar (/l/) se manifestam, foneticamente, com a semivogal labiovelar [w], impactando, igualmente, a sua transposição para a escrita.

Nesse contexto, formas como *três* e *estatal* são constantemente produzidas na fala com configurações fonéticas que favorecem a percepção de um ditongo. Quando o falante

[8] Os números em parênteses se relacionam à quantidade de vezes em que o dado ocorreu no gênero textual.

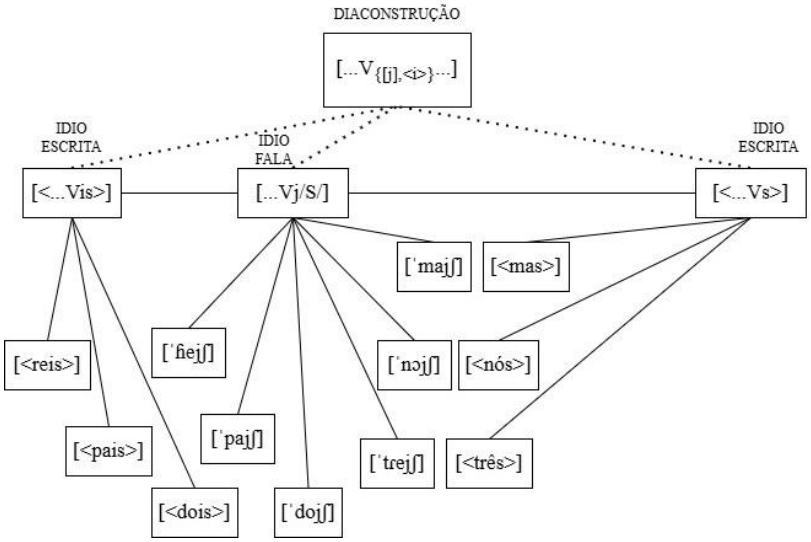
busca representar graficamente essas palavras, pode, ocasionalmente, recorrer a padrões fonológicos que fazem parte de sua experiência linguística imediata. Em decorrência disso, o resultado é a emergência de grafias como *treis* e *estatau*, que expressam relações estabelecidas entre diferentes níveis de representação linguística.

Do ponto de vista da teoria sobre a qual este trabalho se debruça, essas realizações podem pôr em evidência que a escrita do falante alfabetizado não se desenvolve, *a priori*, de maneira independente da oralidade. Paralelamente, ambas integram um mesmo repertório linguístico, constituído por construções que surgem do uso e se organizam em uma rede cognitiva compartilhada. Além disso, a literatura sociolinguística (Callou, 2009; Leiria, 2000; Mello, 1994) aponta elevada frequência da ditongação diante de /S/ em determinadas variedades do PB, o que permite hipotetizar representações fortemente entrincheiradas (Bybee, 2010).

Não obstante, os resultados também corroboram a ideia de que embora fala e escrita constituam, *a priori*, modalidades distintas de realização da linguagem, elas compartilham parcialmente representações linguísticas. Conforme discutido anteriormente, a escrita do PB fundamenta-se em princípios predominantemente fonêmicos, e não fonéticos — entendendo-se, em última instância, que sua organização é motivada pelo princípio da economia representacional, segundo o qual um conjunto limitado de grafemas representa unidades fonológicas abstratas, em vez de registrar toda a variabilidade fonética da fala. Em consequência, muitas realizações da fala não encontram correspondência direta na ortografia convencional.

Essa análise culmina no fato de que as ocorrências analisadas tornam visível um espaço de tensão entre os dois domínios: de um lado, a ortografia prevê formas como *três*, *nós*; *mal* e *revoltas*; de outro, a experiência com o detalhe fonético dos falantes favorece realizações como *treis*, *nois*; *mau* e *revoutas*. Isso posto, a emergência dessas grafias parece demonstrar que a escrita é atravessada por diferentes conhecimentos linguísticos, os quais podem ser ativados simultaneamente durante a produção textual, como se observa na figura a seguir.

Figura 3 – Proposta de diassistema de /S/[9]



Fonte: Elaboração própria.

Sob um olhar *top-down*, no topo da rede, encontra-se uma macroconstrução, isto é, um esquema mais abstrato, representado por [...V$_{\{[j],<i>\}}$...], que configura, conforme se argumenta, uma diaconstrução, capturando os pontos em comum das propriedades compartilhadas pelas realizações linguísticas, isto é, pelas questões fonéticas (oralidade) e o sistema de escrita (ortografia). Nesse caso, a generalização parece envolver sequências fonológicas VS (vogal + /S/) em posição final de sílaba.

Abaixo desse nível mais abstrato, aparecem construções intermediárias (ou mesoconstruções): [<...Vis>]$_{\text{ESCRITA}}$, [...Vj/S/]$_{\text{FALA}}$ e [<...Vs>]$_{\text{ESCRITA}}$. Cada uma delas representa um padrão parcialmente esquemático que organiza diferentes exemplares. Cumpre frisar que o aspecto mais interessante é que esses nós fazem a mediação entre a representação escrita, indicada pelos parênteses angulares, e a representação fonética, indicada pelos colchetes.

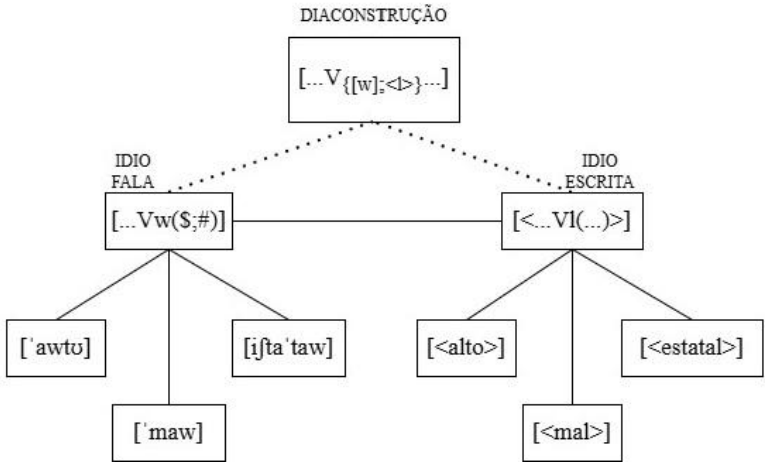
Nos níveis inferiores, encontram-se os construtos, isto é, os itens específicos, como <reis>, <pais>, <dois>, <nós>, <três>, <mas> (formas gráficas); ['hejʃ], ['pajʃ], ['dojʃ], ['nɔjʃ], ['trejʃ], ['majʃ] (formas fonéticas). Desse modo, a rede põe em evidência o fato de que palavras graficamente distintas podem convergir para padrões fonológicos

[9] Embora reconheça-se que a forma ortográfica faça parte, também, da face formal das construções, adota-se, neste trabalho, uma separação desses atributos, o que permite, em última instância, basear o argumento analítico aqui arrolado.

semelhantes. Por exemplo, em diversas variedades do PB[10], palavras como *mas*, *três*, e *nós* apresentam realizações com ditongo decrescente seguido de uma fricativa pós-alveolar ([ʃ]), incorrendo os falantes a estabelecimentos analógicos entre palavras que compartilham características fonológicas, mesmo quando suas representações ortográficas são diferentes.

De mesmo modo, a figura a seguir contempla as ocorrências envolvendo a vocalização do fonema /l/ em posição de coda silábica (seja em fronteira de sílaba ($) ou em final de vocábulo (#)), ilustrando, portanto, a organização diassistêmica dessas relações constructionais entre o campo fonético e ortográfico ao estabelecerem vínculos analógicos e compartilhamento de propriedades.

Figura 4 – Proposta de diassistema de /l/



Fonte: Elaboração própria.

Importa mencionar, em complementariedade, que as construções mais abstratas propostas neste trabalho não correspondem a construções sintático-lexicais dotadas de significado referencial próprio, mas a construções fonológico-grafemáticas. Nessa perspectiva, o polo funcional não corresponde à expressão de um conteúdo semântico específico, mas à convencionalização de um padrão de correspondência entre representações fonológicas e grafemáticas mobilizadas durante a produção escrita. Em outras palavras, já que "os esquemas fonológicos podem instanciar [...] uma função estrutural-organizacional" (Leite; Soares, 2026, p. 8), a função dessas construções

[10] Tendo em mente que a hipótese aqui sustentada deriva de uma noção construcional diassistêmica, certifica-se, é claro, que os falantes do estudo têm influência de experiências (socio)linguísticas com outros dialetos, o que aponta para a riqueza de detalhes e entradas de dados para o *constructicon*.

consiste em licenciar um modo recorrente de representar oral e graficamente determinadas sequências fonológicas. Assim, a relação entre forma e função permanece preservada, embora a função seja compreendida em termos de realização ortográfica, e não de conteúdo proposicional.

De um ponto de vista analítico e epistemológico da interação entre oralidade e escrita, as figuras sintetizam, didaticamente, um princípio central da GCD: a não compartimentalização do conhecimento linguístico. Isso porque as experiências de leitura e escrita fortalecem determinadas conexões na rede, ao mesmo tempo em que os padrões da fala influenciam a forma como os falantes categorizam e processam sequências gráficas. Dito de outra forma, as palavras encontradas pelos autores em análise relacionam-se na rede devido à proximidade de suas realizações fonéticas em determinadas variedades — ou analogia, em termos teóricos.

Além disso, o mapeamento arquitetônico aponta para a premissa de que a escrita, não sendo uma simples transcrição da fala, constitui uma modalidade de construções que interage constantemente com as construções fonológicas. As linhas que conectam os diferentes nós mostram esse compartilhamento de informação entre os níveis gráfico e fonológico, o que é compatível com a proposta da GCD de uma gramática multidimensional, na qual diferentes variedades, modalidades e sistemas de representação coexistem em uma mesma arquitetura cognitiva.

No cerne da discussão aqui apresentada[11], sinaliza-se que os padrões ortográficos e fonológicos são armazenados em uma rede única de construções a partir da experiência contínua dos falantes para com a língua, via memória rica, sendo compatíveis com uma hipótese de organização diassistêmica das representações fonológico-grafemáticas. Desse modo, o impacto fonético-grafemático, aqui reanalisado, é resultante de associações construídas pelo acúmulo de experiência frequente, não só com a língua falada, como também com a língua escrita ao longo do uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[11] As redes propostas pretendem demonstrar a existência de representações diassistêmicas ao propor uma hipótese compatível com os padrões observados no *corpus* e com os pressupostos da Gramática de Construções Diassistêmica.

À luz da esteira analítica da GCD, os dados reforçam a premissa teórico-analítica de uma abordagem baseada no uso, segundo a qual as experiências adquiridas pelos falantes impactam as representações cognitivas por eles abstraídas, o que, conforme argumenta-se, pode mobilizar os reflexos da oralidade nas práticas de escritas, sobretudo em estágios ainda incipientes. Por isso, a perspectiva construcional diassistêmica adotada neste trabalho entende que esses fenômenos resultam da interação construcional competitiva, os quais se subjazem pela qualidade e quantidade de experiência com o *input*.

A GCD, enquanto arcabouço teórico, permite aos linguistas um novo olhar para (re)interpretar os dados para além das explicações tradicionalmente associadas à interferência fonética, compreendendo os padrões observados como manifestações de relações estabelecidas entre construções presentes em um único *constructicon*.

Esta análise, desse modo, permite hipotetizar que as formas convencionais da escrita e as realizações associadas à oralidade podem ser concebidas, conforme se propõe, como idioconstruções vinculadas a diferentes contextos de uso, mas relacionadas por esquemas mais abstratos compartilhados capturados pela macroconstrução (diaconstrução). Dessa maneira, a coexistência de grafias como *três* e *treis* não representa simplesmente a oposição entre forma correta e forma incorreta. Trata-se, também, da coexistência de padrões associados a experiências linguísticas probabilisticamente distintas, mas cognitivamente (inter)conectadas.

Essa interpretação vai ao encontro do entendimento do porquê de determinadas ocorrências surgirem de maneira relativamente sistemática em diferentes falantes, contextos e práticas sociocomunicativas. Esse processo tem suas raízes fincadas no fato de que, em vez de serem encaradas apenas como desvios ortográficos estanques, elas assumem um papel de evidências da heterogeneidade constitutiva da gramática internalizada e do papel desempenhado pela experiência linguística na organização do conhecimento dos usuários da língua.

Embora o *corpus* utilizado seja reduzido e derivado de uma investigação sociolinguística prévia, as discussões aqui arroladas podem fornecer, eventualmente, subsídios interessantes para a noção de que os fenômenos fonético-fonológicos observados na escrita, como é o caso da ditongação, parecem refletir a interação entre gramática e uso. A análise desenvolvida sugere, despretensiosamente, que as ocorrências

configuram manifestações fiéis dos PCDG, os quais atuam com, sobre e para linguagem; melhor dito, para as construções armazenadas e advindas de diferentes entradas (oral ou escrita) em uma única rede linguística integrada.

Além de contribuir para a compreensão da interface entre oralidade e escrita no PB, os resultados apresentados abrem caminhos para investigações futuras. Estudos posteriores poderão ampliar o escopo empírico da análise por meio da incorporação de *corpora* mais extensos e diversificados, contemplando diferentes faixas etárias, níveis de escolarização, variedades dialetais e contextos de letramento, verificando, possivelmente, em que medida os padrões aqui identificados se mantêm estáveis ou variam em função de fatores sociolinguísticos e experiencialmente motivados.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Métodos de alfabetização e consciência fonológica: o tratamento de regras de variação e mudança. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 201-220, 2006.

BYBEE, Joan. [2010]. *Língua, Uso e Cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

CALLOU, Dinah Maria Isensee. Um perfil da fala carioca. *In*: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; COSTA, Sônia Bastos Borba; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). *Dos sons às palavras*: nas trilhas da Língua Portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 130-152.

DIESSEL, Holger. *The grammar network*: How linguistic structure is shaped by language use. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

FREITAS JR., Roberto de; SOARES, Lia Abrantes Antunes; NASCIMENTO, João Paulo da Silva; SILVEIRA, Vitor Luiz Vieira da. A gramática de construções diassistêmica: um modelo aquisicional baseado no uso. *Revista de Estudos Linguísticos (RELIN)*, v. 2, 2022.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions*: A construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions at work*: The nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele E. *Explain me this*: creativity, competition and the partial productivity of constructions. Princeton: Princeton University Press, 2019.

GOODY, Jack. *The Logic of Writing and the Organization of Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

HILPERT, Martin. *Construction Grammar and Its Application to English*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

HÖDER, Steffen. Multilingual constructions: a diasystematic approach to common structures. *In*: BRAUNMÜLLER, Kurt; GABRIEL, Christoph (orgs.). *Multilingual individuals and multilingual societies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2012. p. 241–258.

HÖDER, Steffen. Constructing diasystems: grammatical organisation in bilingual groups. *In*: ÅFARLI, Tor A.; MÆHLUM, Brit (orgs.). *The sociolinguistics of grammar*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 137–152.

HÖDER, Steffen. Grammar is community-specific: background and basic concepts of Diasystematic Construction Grammar. *In*: BOAS, Hans C.; HÖDER, Steffen (org.). *Constructions in contact: constructional perspectives on contact phenomena in Germanic languages*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2018. p. 37–70.

HÖDER, Steffen. Phonological schematicity in multilingual constructions: a diasystematic perspective on lexical form. *Word Structure*, v. 12, p. 334–352, 2019.

HOFFMANN, Thomas. *Construction Grammar*: The structure of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

KATO, Mary Aizawa. *No mundo da escrita*: uma perspectiva psicolinguística. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar*: Theoretical prerequisites. Stanford: University Press, 1987.

LEIRIA, Lúcia Lovato. *A ditongação variável em sílabas tônicas finais travadas por /S/*. Porto Alegre: Organon, 2000.

LEITE, Matheus Esteves; NASCIMENTO, Fabiane de Mello Vianna da Rocha T Rodrigues do. Da fala à escrita: a ditongação em sílabas com coda preenchida por /S/ ou /l/. *Democratizar*, v. XVII, n. 2, p. 136-151, jul./dez. 2024.

LEITE, Matheus Esteves; SOARES, Lia Abrantes Antunes. Fonologia Construcional? Para além de uma unilateralidade formal. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 20, n. 45, p. 1–31, 2026.

LEMLE, Miriam. *Guia Teórico do Alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1982.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONISIO, Angela Paiva. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MELLO, Vera Helena Dentee de. *Formação de ditongo em sílaba travada por /S/ na linguagem coloquial gaúcha*. 1994. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

MOLLICA, Maria Cecilia de Magalhães; LOUREIRO, Fernando. Aportes sociolinguísticos à alfabetização. *In*: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (org.). *Português brasileiro II*: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008. p. 223–228. Disponível em: http://www.stellabortoni.com.br. Acesso em: 15 maio 2026.

MORAIS, José. Phonological Awareness: A Bridge Between Language and Literacy. *In*: SAWYER, Diane J.; FOX, Barbara J. (eds.). *Phonological Awareness in Reading*. vol 28. New York: Springer, 1991. p. 31-71.

MORAIS, José; KOLINSKY, Régine. Psicolinguística e leitura. *In*: MAIA, Marcus. *Psicolinguística, psicolinguísticas*: uma introdução. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 129-141.

OLSON, David R. *The World on Paper*: The Conceptual and Cognitive Implications of Writing and Reading. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ONG, Walter J. *Orality and Literacy*. Londres: Routledge, 1982.

PERFETTI, Charles A. Reading ability: Lexical quality to comprehension. *Scientific Studies of Reading*, v. 11, n. 4, p. 357–383, 2007.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. *Princípios do Sistema Alfabético do Português Brasileiro*. Florianópolis: Editora Lili, 2023.

SEARA, Izabel Christine de; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZZAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. *Para conhecer*: Fonética e Fonologia do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

SOARES, Lia Abrantes Antunes. *A emergência de um sistema de competidores*: um estudo cognitivo-funcional dos processos mentais subjacentes ao desenvolvimento do PBL2 em surdos universitários. 2018. 160 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

TREIMAN, Rebecca. Learning to spell: Phonology and beyond. *Cognitive Neuropsychology*, v. 34, n. 3-4, p. 83-93, 2017.

WEINREICH, Uriel. *Languages in contact*: Findings and problems. 3. ed. Berlin: Mouton, 1964.

Recebido em: 29/06/2026
Aceito em: 29/07/2026

Matheus Esteves Leite: mestrando em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.100033

Compostos fraseológicos no português brasileiro: uma abordagem construcional e semântico-cognitiva

Phraseological compounds in Brazilian Portuguese: a constructional and cognitive-semantic approach

Natival Almeida Simões Neto
Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
nativalneto@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-7972-2396

Cecília Cunha Cerqueira dos Santos
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
ceciliacunhacs@gmail.com
https://orcid.org/0009-0006-4373-097X

Wívia Ananda Souza Santos Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
wiviasouza@gmail.com
https://orcid.org/0009-0001-2361-9530

RESUMO
Neste artigo, analisamos padrões de palavras compostas do português brasileiro (PB) cujas realizações foram obtidas em pesquisas desenvolvidas na interface entre Dialetologia e Fraseologia (Paim; Sfar; Mejri, 2018), tais como *mão de vaca, língua solta, lenço atrás, barra bandeira, racha peito* e *raspa de tacho*. O referencial teórico articula a noção de composição, de Ribeiro e Rio-Torto (2016) e Villalva (2020), com a de unidades fraseológicas, de Monteiro-Plantin (2017). Os compostos selecionados foram classificados em morfossintáticos e sintagmáticos/sintáticos. Após essa classificação, foram analisados conforme os pressupostos da Morfologia Construcional e da Semântica Cognitiva. Os resultados destacam a maior produtividade dos compostos sintagmáticos e a relevância da metonímia e da metáfora para a composição no PB.

Palavras-chave: compostos; unidades fraseológicas; morfologia construcional; semântica cognitiva; variação dialetal do português brasileiro.

ABSTRACT
In this article, we analyze patterns of compound words in Brazilian Portuguese (BP) attested in a study conducted at the interface between Dialectology and Phraseology (Paim; Sfar; Mejri, 2018), including *mão de vaca*, *língua solta*, *lenço atrás*, *barra bandeira*, *racha peito*, and *raspa de tacho*. The theoretical framework combines approaches to compounding proposed by Ribeiro and Rio-Torto (2016) and Villalva (2020) with the notion of phraseological units developed by Monteiro-Plantin (2017). The selected compounds were classified as morphosyntactic and syntagmatic/syntactic and subsequently analyzed within the frameworks of Construction Morphology and Cognitive Semantics. The results reveal the greater productivity of syntagmatic compounds and highlight the role of metonymy and metaphor in the formation of Brazilian Portuguese compounds.

Keywords: compounds; phraseological units; construction morphology; cognitive semantics; dialectal variation of Brazilian Portuguese.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um produto de dois trabalhos de conclusão de curso (TCCs) defendidos na graduação em Letras/Língua Portuguesa, na Universidade Estadual de Feira de Santana. Esses TCCs descreveram a formação de palavras compostas em dados obtidos em pesquisas semântico-lexicais desenvolvidas pelo mais conhecido projeto brasileiro de Dialetologia, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), utilizando como arcabouço teórico-analítico a Morfologia Construcional (Booij, 2010; Gonçalves, 2016; Soledade, 2018; Simões Neto, 2022), a Semântica Cognitiva (Lakoff; Johnson, 2002) e as categorias de compostos utilizadas por Villalva (2003; 2020) e Ribeiro e Rio-Torto (2016), a saber compostos morfossintáticos e compostos sintagmáticos/sintáticos. Os dados analisados constam no livro "Nas trilhas da Fraseologia a partir de dados orais de natureza geolinguística", de Paim, Sfar e Mejri (2018), que descreve fraseologismos que apareceram em respostas ao questionário semântico-lexical do referido projeto. Os TCCs originalmente descreveram os compostos morfossintáticos e sintagmáticos separadamente. Neste artigo, além da descrição individual, apresentamos também um cotejo entre os padrões.

A pesquisa semântico-lexical desenvolvida no ALiB não tem como foco a análise morfológica. Assim, os TCCs dos quais este artigo deriva procuraram contribuir para essa

lacuna, apontando possíveis desenvolvimentos dessa articulação. Nem mesmo o livro de Paim, Sfar e Mejri (2018), do qual os dados foram extraídos, tem essa envergadura. Entretanto, a partir de estudos sobre a composição em português, como os desenvolvidos por Villalva (2003, 2020), Santos (2009), Ribeiro e Rio-Torto (2016) e Simões Neto (2022), assumimos, neste artigo, que realizações como *mão de vaca* 'pessoa avarenta'*, língua solta* 'pessoa que fala demais'*, lenço atrás* 'brincadeira em que crianças se sentam em círculo e uma em pé coloca o lenço atrás de uma das sentadas'*, barra bandeira* 'brincadeira em que uma criança corre para tocar nas outras, antes de chegar a um ponto combinado', *racha peito* 'cigarro não industrializado, mais artesanal que o convencional' e *raspa do tacho* 'filho que nasce por último' possam ser consideradas exemplos de compostos do português, ao mesmo tempo que são exemplos de fraseologismos. Por isso, investimos na nomenclatura *compostos fraseológicos*, entendendo que as realizações mencionadas contemplam tanto o que Ribeiro e Rio-Torto (2016) chamam de compostos quanto o que Monteiro-Plantin (2017) chama de unidades fraseológicas.

Nos termos de Ribeiro e Rio-Torto, compostos são unidades multilexicais que

> • são constituídas por um conjunto fixo de palavras e/ou de radicais;
> • assentam numa forte coesão formal interna (ordem imutável, opacidade interna acentuada, total ou intensa, com grande dificuldade de inserção de novas unidades no seu interior, escassa possibilidade de extensão ou de redução do conjunto);
> • exibem forte unicidade semântica, sendo tipicamente portadoras de um sentido unitário/holístico, umas vezes composicional, outras lexicalizado/cristalizado em graus variáveis (Ribeiro; Rio-Torto, 2016, p. 462).

Em relação a unidades fraseológicas, Monteiro-Plantin (2017) as define como

> combinações de unidades léxicas, relativamente estáveis, com certo grau de idiomaticidade, formadas por duas ou mais palavras, que constituem a competência discursiva dos falantes, utilizadas convencionalmente em contextos precisos, ainda que muitas vezes de forma inconsciente. Incluímos nessa categoria as parêmias ou sentenças proverbiais, expressões idiomáticas, colocações, pragmatemas, estereótipos e clichês, bordões, slogans [...] (Monteiro-Plantin, 2017, p. 1-2).

As unidades fraseológicas, segundo Monteiro-Plantin (2017), são caracterizadas pelos seguintes aspectos: (a) *multilexicalidade*, ou seja, a presença de, pelo menos, dois itens lexicais agrupados; (b) *fixação/cristalização*, que diz respeito à imobilidade e impossibilidade de substituição dos itens lexicais agrupados; (c) *idiomaticidade*, relacionada à não composicionalidade, assim, o significado da unidade fraseológica não

é a soma do significado das suas partes e (d) *convencionalidade/frequência de uso*, que diz respeito à sua produção, adoção e circulação.

Podemos notar que multilexicalidade, fixação estrutural, cristalização, não composicionalidade e idiomaticidade são aspectos que se fazem presentes tanto na conceituação de palavras compostas quanto na de unidades fraseológicas. Logo, entendemos que há convergência entre os dois conceitos, então a determinação de se uma estrutura multilexical é um composto ou um fraseologismo depende muito mais da vinculação teórico-metodológica dos pesquisadores que se debruçam sobre as formações. Apesar de tantas convergências, há diferenças entre os dois conceitos. Nos termos de Ribeiro e Rio-Torto (2016), *chutar o pau da barraca* e *camarão que dorme a onda leva* não são considerados compostos, da mesma maneira que, nos termos de Monteiro-Platin (2017), *cardiopatia* e *camelódromo* não devem ser considerados unidades fraseológicas. Diante disso, reforçamos que o que estamos chamando de *compostos fraseológicos*, neste artigo, são os casos que podemos tratar como compostos e unidades fraseológicas ao mesmo tempo. Além dos exemplos já mencionados, outros casos observados são: *bate bunda* "brincadeira de gangorra", *sobe desce* "brincadeira de gangorra", *corno cururu* "homem que sofre infidelidade", *ponta de rama* "filho que nasce por último", *pé inchado* "pessoa que ingere bebidas alcoólicas em demasia" e *matador de aluguel* "pessoa que é paga para matar alguém".

Após essas considerações iniciais, o trabalho apresenta as seguintes seções de títulos autoexplicativos: (a) A composição em português: os padrões morfossintáticos e sintagmáticos; (b) Morfologia Construcional: conceitos básicos; (c) A metáfora e a metonímia na Semântica Cognitiva: o estudo da formação de palavras; (d) Caminhos metodológicos, (e) Análise dos dados; (f) Considerações finais e (g) Referências.

A COMPOSIÇÃO EM PORTUGUÊS: OS PADRÕES MORFOSSINTÁTICOS E SINTAGMÁTICOS

Nas tradições gramatical e linguística, a composição é um dos mais conhecidos fenômenos de formação de palavras, ficando atrás apenas da derivação. Entretanto, como observou Simões Neto (2022), "quando se analisa a história dos estudos de formação de palavras em língua portuguesa, é possível notar que a composição foi um alvo menor de

explicações, principalmente se comparada à derivação" (Simões Neto, 2022, p. 195). Uma das possíveis razões para isso já tinha sido sugerida por Santos (2009), que explicou que, durante um longo período dos estudos morfológicos, a morfologia buscou se estabelecer como disciplina autônoma da linguística, com suas próprias regras e processos. Diante disso, "adveio a separação categórica entre processos morfológicos e processos sintáticos, tornando 'necessária' para uma efetiva liberdade de atuação da morfologia" (Santos, 2009, p. 46). Por consequência, houve maior enfoque nos estudos de derivação, uma vez que demandava uma integração menor entre morfologia e sintaxe, quando comparada à composição.

No que tange às pesquisas que investigam os padrões de formação das palavras compostas, nota-se que ainda persiste a visão da tradição gramatical, que reduz a classificação dos compostos a justapostos e aglutinados. Essa perspectiva não captura o fenômeno enquanto processo ativo e disponível para a formação de novas palavras, visto que a aglutinação advém de uma trajetória diacrônica e consiste em perdas fonético-fonológicas que acontecem ao longo do tempo, não sendo um mecanismo produtivo pelo qual um falante contemporâneo do português possa combinar diretamente palavras e ter como resultado um composto aglutinado. Em suma, todo composto é inicialmente justaposto e pode ou não passar por perdas fonológicas e vir a se caracterizar como aglutinado. Mesmo em casos mais recentes, como *alquingel,* a partir de *álcool em gel*, há um percurso diacrônico de curto tempo que faz com que a forma justaposta se transforme na aglutinada na fala de algumas pessoas.

Além disso, trabalhos como o de Simões Neto, Lima e Santos (2025), sobre o tratamento da composição em livros didáticos de língua portuguesa para Ensino Fundamental II e Ensino Médio, destacam que a ortografia é um aspecto bastante considerado no tratamento da composição na abordagem da gramática tradicional que repercute nos livros escolares. Isso recai significativamente sobre o uso do hífen na grafia dos compostos, a ponto de a presença da hifenização fazer com que estruturas formalmente iguais recebam tratamentos diferentes por terem ou não hífen[1]. Nesse sentido, *pé de moleque* (doce) e *copo-de-leite* (planta), embora sejam estruturas com padrão "nome + preposição + nome" e que cumprem os mesmos requisitos, recebem

[1] Formas bastante conhecidas, como *girassol* e *passatempo*, sempre figuram como exemplos clássicos de compostos não hifenizados.

classificações diferentes na visão tradicional: a forma hifenizada é tratada como composto, enquanto a não hifenizada é uma expressão similar a um composto que também enriquece o léxico da língua.

Assim, entendendo que a divisão tradicional é insuficiente para caracterizar a amplitude do processo de composição, optamos pela classificação de autoras como Villalva (2003, 2020) e Ribeiro e Rio-Torto (2016), que dividem os compostos do português em três tipos: morfológicos, morfossintáticos e sintagmáticos/sintáticos. Os morfológicos são compostos que envolvem a articulação de, pelo menos, um elemento preso. São exemplos: *aracnofobia*, *cleptomania*, *homozigoto*, *uxoricídio*, *luso-brasileiro* e *hispano-falantes*. Esses compostos, como dito na introdução, não se enquadram como *compostos fraseológicos*, não aparecendo entre os dados analisados. Por isso, dispensamos maior tratamento desse tipo de composto no artigo. Centrar-nos-emos nos tipos morfossintáticos e sintagmáticos, que são criados a partir da combinação de palavras já existentes, e que consequentemente poderiam ocorrer numa frase de forma independente, e não de radicais como acontece com os compostos morfológicos.

Na formação dos compostos morfossintáticos se "juntam palavras que não poderiam ocorrer na posição em que ocorrem na frase [...] e se sucedem umas às outras numa grasse sem um elemento de ligação gramatical, uma conjunção ou uma preposição [...]" (Villalva, 2020, p. 3154). São exemplos dessa categoria: *escola-modelo*, *claro-escuro*, *vaivém*, *couve-flor*, *surdo cego*, *bomba-relógio*, *saca-rolhas*, *limpa-vidros*, *sofá-cama, ator-apresentador, passivo-agressivo* e *outono-inverno*.

Em contrapartida, os compostos sintagmáticos (Ribeiro; Rio-Torto, 2016) ou sintáticos (Villalva, 2020), seguem os padrões das estruturas sintáticas da língua, ou seja, dos princípios gramaticais do português. "Podem resultar de sequências sintáticas que, pela frequência do uso, adquirem um elevado grau de coesão estrutural e semântica [...]" (Vilalva, 2020, p. 3195). Alguns exemplos dessa categoria são: *alta-tensão, radicais livres, sangue azul, má-fé, extrema-esquerda, fim de semana* e *lua de mel.*

Devido à semelhança entre compostos sintagmáticos e estruturas sintáticas livres, é válido lembrar que:

> [...] as fronteiras entre compostos sintagmáticos e estruturas sintáticas não são consensuais, sobretudo porque, superficial e aparentemente, estamos perante construções muito semelhantes, como [mala azul], um grupo nominal vs. o composto [saco azul]$_N$ ou [primeiro neto], um grupo nominal vs. o composto [primeiro-ministro]$_N$ (Ribeiro; Rio-Torto, 2016, p. 462).

Por esta razão, Ribeiro e Rio-Torto (2016) destacam que a principal característica categórica para definição dos compostos é "a sua opacidade interna (lexical e sintática), dado que os compostos são unidades impermeáveis a qualquer alteração/inserção no seu interior, sendo marcados pela impossibilidade de alterar a ordem dos elementos compositivos ou de os substituir por outros" (Ribeiro; Rio-Torto, 2016, p. 463). Seguindo a linha das autoras citadas, as condições de adjetivação também são um importante teste para distinguir um sintagma livre de um composto sintagmático, visto que, a adjetivação é sempre aplicável ao todo, nunca podendo ter foco apenas sobre um dos elementos compositivos. Observemos os exemplos a seguir:

a. Eles sairão no [fim de semana]
b. Eles tiveram um fim *ótimo de semana
c. Eles tiveram um fim de semana *agitada

A estrutura [a] apresenta um exemplo regular com uso da sequência [fim de semana]. Na estrutura [b], a tentativa de inserção de um novo constituinte [ótimo] no interior do composto [fim de semana] conduz a perda de fixidez, o que torna a estrutura agramatical, não funcionando como composto. Já na estrutura [c], a agramaticalidade ocorre porque o adjetivo contempla apenas um constituinte [semana], e não o composto como um todo. Além disso, há uma tentativa de concordância com o elemento não nuclear do composto. Assim, nota-se que, o alto grau de coesão formal implica rigidez interna e sentido holístico, por isso, os compostos se comportam como uma unidade, não aceitando modificações em sua estrutura, nem a supressão de apenas um dos seus constituintes, ao contrário do que seria possível se fossem simples sequências nominais não lexicalizadas.

Com base no que foi apresentado, podemos assumir que os compostos morfossintáticos e sintagmáticos se diferenciam pela (a)tipicidade da organização em relação aos padrões sintáticos da língua, uma vez que os compostos morfossintáticos não resultam da lexicalização de estruturas, mas sim de uma violação ou reanálise da estrutura sintática na construção de uma unidade lexical, de uma palavra.

O exemplo "o *sofá* e a *cama* chegaram, mas o *sofá-cama* nem saiu para entrega", revela que o composto *sofá-cama* caracteriza a acumulação de função desses dois objetos e não permite inserção de constituintes sem que haja um rompimento do significado atribuído a essa unidade lexical, ou seja, o acréscimo de um novo elemento altera a fixidez

e o sentido holístico, fazendo com que a estrutura não funcione como composto. Dessa forma, sabendo que a concatenação de duas palavras que não seguem os padrões sintáticos típicos constitui a formação de compostos morfossintáticos, os quais possuem estrutura interna fixa e sentido unitário, pode-se diferenciar estes compostos de estruturas sintáticas prototípicas. Os compostos sintagmáticos ou sintáticos "são, em rigor, expressões sintáticas formadas de acordo com as regras e princípios da gramática da língua" (Villalva, 2020, p. 3195).

Longe de sermos exaustivos, apresentamos o Quadro 1, com os padrões formais conhecidos de compostos morfossintáticos e sintagmáticos.

Quadro 1 – Compostos morfossintáticos e sintagmáticos: padrões e exemplos

Tipos de compostos	**Padrões formais**	**Exemplos**
Morfossintáticos	Nome-nome (NN)	sofá-cama, couve-flor
	Adjetivo-adjetivo (AA)	claro-escuro, passivo-agressivo
	Verbo-verbo (VV)	vaivém, bate-volta
	Verbo-nome (VN)	puxa-saco, saca-rolhas
Sintagmáticos/Sintáticos	Nome-preposição-nome (NprepN)	copo-de-leite, pé de moleque
	Nome-preposição-verbo (NprepV)	goma de mascar, máquina de lavar
	Nome-Adjetivo (NA)	mesa redonda, bilhete único
	Adjetivo-Nome (AN)	alto relevo, má-fé
	Numeral-Nome (NumN)	terceira via, mil folhas

Fonte: Elaborado pelos autores.

MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL: CONCEITOS BÁSICOS

A Morfologia Construcional (MC) é um modelo teórico proposto por Booij (2005, 2010) e também desenvolvido no Brasil, através de aplicações para o português brasileiro feitas por autores como Gonçalves (2016), Soledade (2018) e Simões Neto (2022). A MC propõe que a formação de palavras complexas seja compreendida a partir de esquemas

construcionais, que descrevem padrões léxico-morfológicos esquemáticos ou semiesquemáticos, baseados em palavras já existentes na língua e utilizados na construção de novas unidades linguísticas.

Esse modelo parte da noção de construção defendida na Gramática de Construções (Goldberg, 1995, 2006), ou seja, um pareamento convencionalizado entre forma e significado, o que inclui palavras simples, padrões morfologicamente complexos, expressões idiomáticas, estruturas sintáticas, entre outros. Nessa abordagem, todo o conhecimento do falante acerca das construções da sua língua é listado em um *constructicon*, que se organiza por meio de redes que permitem variadas combinações de construções, desde que essas sejam compatíveis entre si (Simões Neto; Santos; Salvador, 2022, p. 72).

Na MC, postula-se que os esquemas morfológicos representam padrões guiados por abstrações cognitivas sobre como diferentes palavras se articulam de maneira para criar significado. Compreende-se, então, que os esquemas construcionais são armazenados mentalmente pelos falantes, podendo variar e dar origem a novas instanciações. Esses esquemas permitem não apenas descrever formações existentes na língua, mas também orientar a formação de novas ocorrências com base no princípio da generalização linguística. Sobre isso, Soledade, Gonçalves e Simões Neto (2022) pontuam:

> [...] esquemas morfológicos estão relacionados, por um lado, à motivação para a existência de um conjunto relevante de palavras complexas e, por outro, à disponibilização de mecanismos que permitam a expansão desse conjunto. A função motivadora de esquemas tem, portanto, o efeito de reduzir o grau de arbitrariedade das relações forma-significado no léxico. Desse modo, na mente dos falantes, esquemas e palavras constituem a organização hierárquica do léxico, estabelecendo, entre si, redes associativas e relações de herança (que, muitas vezes, envolvem projeções metafóricas e metonímicas). (Soledade; Gonçalves; Simões Neto, 2022, p. 15).

Em linhas gerais, a MC é uma abordagem que analisa a morfologia por meio de esquemas e instanciações, trazendo um avanço relevante, sobretudo no que diz respeito às relações semânticas nos estudos morfológicos, bem como o acionamento de processos cognitivos de domínio geral na organização do conhecimento morfológico, sobretudo por meio da esquematicidade e da analogia, processos cognitivos de domínio geral bastante discutidos na literatura da Linguística Baseada em Uso (Bybee, 2016).

A METÁFORA E A METONÍMIA NA SEMÂNTICA COGNITIVA: O ESTUDO DA FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Nas formações de palavras, o papel da semântica é de grande importância para compreender os sentidos atribuídos na cunhagem de novas unidades lexicais, visto que eles podem se apresentar variáveis de acordo com o contexto social dos falantes. Nesse sentido, a Semântica Cognitiva (SC), incluindo a Teoria da Metáfora e Metonímia Conceptuais, tem se mostrado uma base relevante para complementar a MC, permitindo integrar morfologia e semântica, algo vislumbrado na análise realizada neste trabalho.

Nos estudos da SC, Lakoff e Johnson (2002, p.45) apresentam uma visão cognitivista da metáfora e da metonímia, segundo a qual, elas não atuam somente como figuras de linguagem, mas estão presentes na vida cotidiana, fazendo parte do pensamento e ação dos seres humanos. O uso como figura de linguagem é uma extensão do mecanismo cognitivo de conceptualização, que estabelece uma relação entre a cognição e o contexto social na construção de sentidos. A metáfora e a metonímia se destacam nas análises empreendidas desse modelo e podem ser definidas da seguinte maneira:

> A metáfora é principalmente um modo de conceber uma coisa em termos de outra, e sua função primordial é a compreensão. A metonímia, por outro lado, tem principalmente uma função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para representar outra. Mas metonímia não é meramente um recurso referencial. Ela também tem a função de propiciar o entendimento (Lakoff; Johnson, 2002, p. 92-93).

É importante destacar que "a metonímia tem, pelo menos em parte, o mesmo uso que a metáfora, mas ela permite-nos focalizar mais especificamente certos aspectos da entidade a que estamos nos referindo" (Lakoff; Johnson, 2002, p. 93), consequentemente todo processo metafórico, conjectura um processo metonímico, estando muitas vezes, assim, os dois envolvidos na formação de palavras compostas, ainda que haja a predominância de um deles.

A questão dos significados em compostos é atravessada pela discussão acerca da composicionalidade, "propriedade [...] que define que o significado de uma frase é derivado dos significados das palavras na frase e da relação gramatical que as une, isto é, uma palavra motivada é compreendida a partir da semântica dos seus elementos (morfemas)" (Santos, 2009, p. 41). Essa discussão contribui para compreender como a

metáfora e a metonímia se apresentam na formação dos compostos. Sendo assim, a partir dessa classificação pode-se identificar se o composto é totalmente ou parcialmente composicional, ou ainda, se ele é lexicalizado.

Em *sofá-cama*, por exemplo, temos um composto mais composicional que tem seu significado obtido a partir da junção das definições das palavras que a formam, ou seja, um objeto que possui as características de um sofá e uma cama ao mesmo tempo. Por outro lado, o composto *arranca-rabo*, que denomina uma briga ou confusão, não pode ser entendido diretamente a partir do significado individual e literal das palavras que o formam. Desse modo,

> A não composicionalidade de uma expressão linguística pode resultar de um processo gradual, em que, por questões de frequência de uso, uma expressão pode ir ganhando significados próprios, especializados, ou pode resultar do facto de, na sua formação, se recorrer a processos de metonímia ou metáfora que poderão não ser evidentes para a generalidade dos falantes da língua. (Villalva, 2020, p. 3158).

Uma vez que reconhecemos a metáfora e a metonímia como processos relevantes na formação de palavras, acreditamos que alguns compostos apresentados neste trabalho fornecem evidências para a necessidade de se analisar a semântica no fenômeno de composição, devendo se avaliar essas palavras compostas em termos de composicionalidade.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste estudo é de natureza mista, com predominância qualitativa, e baseou-se na coleta e análise de dados presentes no livro "Nas trilhas da Fraseologia a partir de dados orais de natureza geolinguística", de Paim, Sfar e Mejri (2018), que reúne informações geolinguísticas obtidas por meio de entrevistas guiadas por um questionário semântico-lexical realizado pelo Projeto ALiB na primeira década dos anos 2000. No total, foram entrevistadas 200 pessoas naturais de 25 capitais brasileiras que foram selecionadas obedecendo o perfil estabelecido pelo Projeto.

O questionário aplicado nas entrevistas investigou os termos atribuídos a 14 áreas semânticas específicas: 1. Acidentes geográficos, 2. Fenômenos atmosféricos, 3. Astros e tempo, 4. Atividades agropastoris, 5. Fauna, 6. Corpo humano, 7. Ciclos da vida, 8.

Convívio e comportamento social, 9. Religião e crenças, 10. Jogos e diversões infantis, 11. Habitação, 12. Alimentação e cozinha, 13. Vestuário e acessórios e 14. Vida urbana (Paim, Sfar, Mejri, 2018, p. 47).

As respostas obtidas revelam os fraseologismos veiculados pela língua falada nessas capitais e constituem o repertório lexical compilado no *corpus*. Com entradas organizadas em ordem alfabética, o livro visa a contribuir para a ampliação dos estudos lexicais e fornecer subsídios ao ensino e à aprendizagem da língua portuguesa através dos dados disponibilizados. As informações recolhidas foram inicialmente organizadas em uma planilha do Excel, e constatamos um total de 287 fraseologismos registrados. Em seguida, considerando as definições de Ribeiro e Rio-Torto (2016) e Villalva (2020), 70 expressões foram excluídas da base de dados de investigação por não atenderem aos critérios necessários para serem reconhecidas como compostos, como é o caso de *estar regrada* e *pé de papagaio no arame*[2].

Para a análise, restaram 217 compostos, que foram classificados quanto ao tipo: (i) 189 compostos sintagmáticos; (ii) 28 compostos morfossintáticos e (iii) nenhum composto morfológico. A análise dos compostos atestados incluiu caracterização morfológica, semântica e sintática e elaboração do esquema construcional. Por último, foi feita a análise de aspectos metafóricos e metonímicos atinentes a algumas formações atestadas.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi dividida em duas subseções: a primeira, voltada para os aspectos morfológicos, e a segunda, destinada aos aspectos semânticos.

Aspectos morfológicos

Do ponto de vista morfológico, o primeiro aspecto tratado nesta seção é a diversidade de padrões tanto para compostos morfossintáticos quanto para compostos

[2] Segundo Paim, Sfar e Mejri (2018), essas expressões significam, respectivamente: forma de referir-se ao período em que a mulher está menstruada e forma de referir-se ao indivíduo que não gosta de gastar dinheiro.

sintagmáticos. Começamos a análise pelos morfossintáticos. Sobre esses, os padrões compositivos mais comuns, conforme Ribeiro e Rio-Torto (2016), são: (i) nome + nome (NN); (ii) adjetivo + adjetivo (AA); (iii) verbo + verbo (VV) e (iv) verbo + nome (VN). Esses quatro tipos foram vistos entre os 28 compostos morfossintáticos, como apresentamos na Tabela 1, que traz também o padrão nome + advérbio (NAdv), não mencionado pelas autoras de referência, mas que está, por exemplo, na forma dicionarizada *pé-atrás* 'desconfiança'.

Tabela 1– Frequência dos padrões de composição morfossintática no *corpus*

Padrões	**Frequência no *corpus***	**Exemplos atestados no *corpus* com definições do livro-fonte**
$[NN]_N$	10	*besta fera* 'entidade sobrenatural maligna da tradição cristã' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 67) *bunda canastra* 'brincadeira de criança, que sem esticar os braços, usando a cabeça e as mãos, vira o corpo curvado, dando uma cambalhota, encostando as costas e depois a bunda no chão' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 74) *corno cururu* 'homem que sofre uma infidelidade no relacionamento, que acontece no caso do casamento ou namoro' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 94) *cruz credo* 'entidade sobrenatural maligna da tradição cristã' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 97) *estrela oriente* 'fenômeno luminoso observado quando da passagem de um meteoroide pela atmosfera terrestre' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 122)
$[VV]_N$	9	*esconde-esconde* 'brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as que estão escondidas' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 101) *manja pega* 'jogo constituído por dois tipos de jogadores, os pegadores e os que devem evitar ser apanhados' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 140) *pega-pega* 'brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 194)

		sobe desce ‘tábua apoiada no meio em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe a outra desce’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 204)
$[VN]_N$	7	*barra bandeira* ‘brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 65) *fecha corpo* ‘ato de prevenir-se contra os males e energias negativas de um determinado local ou algo do tipo utilizando magias, rituais, simpatias ou orações’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 126) *corre cotia* ‘brincadeira em que as crianças ficam em círculo, enquanto uma outra vai passando com uma pedrinha, uma varinha ou um lenço que deixa cair atrás de uma delas e esta pega a pedrinha, a varinha ou o lenço e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 96) *papa-ceia* ‘o planeta Vênus, quando aparece do lado do nascente, pouco antes do amanhecer’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 187) *racha peito* ‘cigarro mais artesanal que o convencional, não sendo industrializado, composto, basicamente, de um punhado de tabaco, envolvido por uma palha de milho, podendo haver pequenas modificações’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 201)
$[AA]_N$	1	*lusco-fusco* ‘momento de transição entre o dia e a noite; crepúsculo vespertino; o anoitecer’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 136)
$[NAdv]_N$	1	*lenço atrás* ‘brincadeira em que as crianças ficam em círculo, enquanto outra vai passando com um objeto que deixa cair atrás de uma delas e esta pega o objeto e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 134)

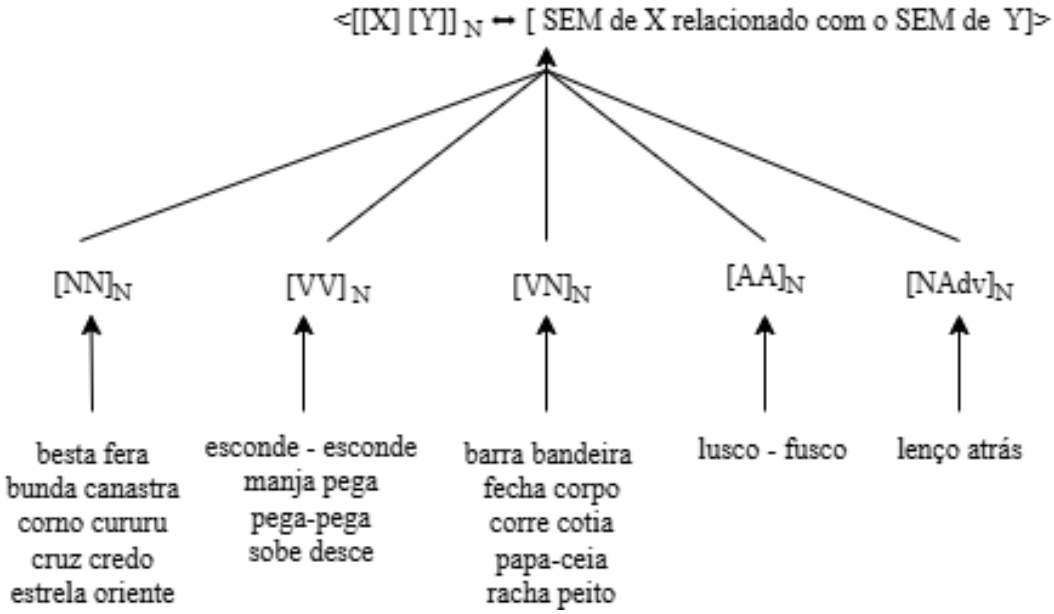
Fonte: Elaborado pelos autores.

Todos os cinco padrões formais destacados na Tabela 1 têm como resultado um nome. Dentre eles, o NN foi o mais frequente, seguido de VV e VN, em ordem decrescente. Com apenas uma realização cada, há os compostos AA e NAdv. Algumas dessas realizações, como *arco-íris*, *esconde-esconde, lusco-fusco* e *pega-pega*, foram vistas no Dicionário Houaiss Eletrônico de Língua Portuguesa (Houaiss; Villar, 2009), mas a maioria delas não figuram como verbetes de palavras compostas desse dicionário,

nem mesmo como locuções dentro de verbetes de palavras simples. Isso pode estar relacionado ao caráter regional e, muitas vezes, menos difundido dessas formações.

Feitas as quantificações, passemos, agora à análise construcional da composição morfossintática. Sugerimos, na Figura 1, a seguir, uma representação esquemática dos compostos fraseológicos morfossintáticos atestados em pesquisas do Projeto ALiB.

Figura 1 – Rede construcional de compostos morfossintáticos em dados do Projeto ALiB



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Figura 1, encontramos uma representação em que, na parte mais baixa, estão as realizações concretas dos compostos, os chamados construtos (Booij, 2010). Por meio de mecanismos de categorização, esses compostos podem ser agrupados conforme a sua estruturação formal. Assim, vemos, no nível intermediário, os padrões $[NN]_N$, $[VV]_N$, $[VN]_N$, $[AA]_N$ e $[NAdv]_N$. No nó mais alto, chegamos a uma abstração ainda maior em que há a combinação de duas variáveis que representam duas palavras combinadas. Do ponto de vista semântico, o fato de serem compostos fraseológicos dificulta precisar um significado geral com algum nível de precisão, por isso optamos por um significado consideravelmente genérico de caráter puramente relacional.

Fora do contexto dos dados analisados, esse significado relacional pode vir a se tornar mais específico, quando se identifica um agrupamento semântico como os agentivos do padrão $[VN]_N$ (Simões Neto; Santos, 2020), ou quando especificamos

parcialmente o padrão construcional do ponto de vista formal, como a construção [maria N]$_N$, um subtipo do padrão [VN]$_N$ (Simões Neto; Oliveira; Santos, 2025).

Terminadas as observações sobre os compostos morfossintáticos, passemos, agora, aos sintagmáticos. Ribeiro e Rio-Torto (2016) destacam, entre os padrões mais compositivos desse tipo, as seguintes configurações: (i) nome + preposição + nome (NPrepN); (ii) nome + prepopsição + verbo (NPrepV); (iii) nome + adjetivo (NA); (iv) adjetivo +nome (AN) e (v) numeral + nome (NumN). Desses cinco esquemas, apenas o último não foi visto em nosso *corpus*. Acrescentamos a esse conjunto o padrão nome + preposição + determinante + nome (NPrepDetN), que pode ser visto em formas consagradas, como *fruta do conde*, *estrela do mar, pôr-do-sol* e *bicho-da-seda* e foi atestado também em nossos dados. Na Tabela 2, fazemos uma síntese similar à que fizemos na Tabela 1.

Tabela 2 – Frequência dos padrões de composição sintagmática no *corpus*

Padrões	**Frequência no *corpus***	**Exemplos atestados no *corpus* com definições do livro-fonte**
[NPrepN]$_N$	93	*ama de leite* ‘mulher que amamenta criança alheia quando a mãe natural está impossibilitada de fazê-lo’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 57) *boca de forno* ‘brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 70) *cu de cana* ‘pessoa que ingere bebidas alcoólicas sem moderação’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 97) *fim de rama* ‘filho que nasceu por último’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 127) *garota de programa* ‘mulher que oferece serviços sexuais em troca de pagamento’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 129) *língua de trapo* ‘pessoa que fala demais’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 135) *mão de vaca* ‘indivíduo que não gosta de gastar dinheiro, que é mesquinho, avarento, sovina’ (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 143)

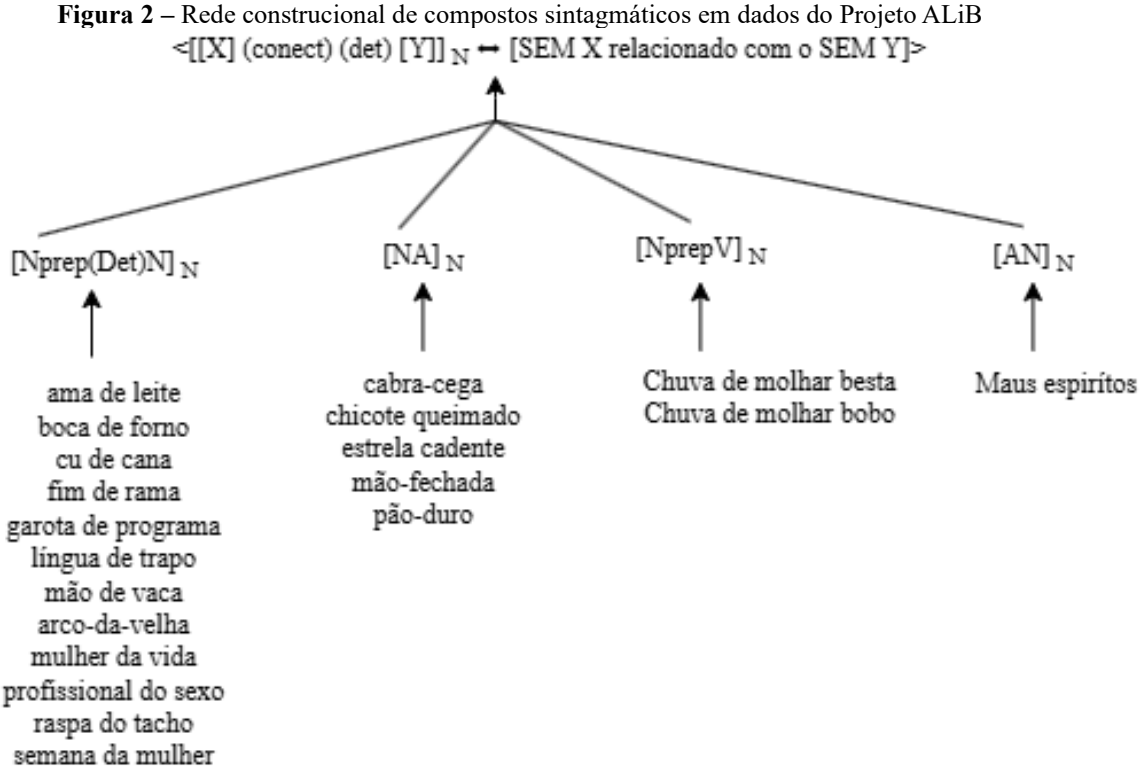
$[NPrepDetN]_N$	47	*arco-da-velha* 'fenômeno óptico e meteorológico que separa a luz do sol em seu espectro' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 60) *mulher da vida* 'mulher que oferece serviços sexuais em troca de pagamento' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 172) *profissional do sexo* 'mulher que oferece serviços sexuais em troca de pagamento' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 198) *raspa do tacho* 'filho que nasceu por último' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 202) *semana da mulher* 'período em que a mulher está menstruada' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 204)
$[NA]_N$	46	*cabra-cega* 'brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 75) *chicote queimado* 'brincadeira em que as crianças ficam em círculo, enquanto outra vai passando com um objeto que deixa cair atrás de uma delas e esta pega o objeto e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 78) *estrela cadente* 'fenômeno luminoso observado quando da passagem de um meteoroide pela atmosfera terrestre' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 116) *mão-fechada* 'indivíduo que não gosta de gastar dinheiro, que é mesquinho, avarento, sovina' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 144) *pão-duro* 'indivíduo que não gosta de gastar dinheiro, que é mesquinho, avarento, sovina' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 186)
$[NPrepV]_N$	2	*chuva de molhar besta* 'chuva bem fininha' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 82) *chuva de molhar bobo* 'chuva bem fininha' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 82)
$[AN]_N$	1	*maus espíritos* '[a]quilo que algumas pessoas dizem já ter visto, à noite, em cemitérios ou em casa, que se diz que é do outro mundo' (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 149)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim como na Tabela 1, na Tabela 2, todos os cinco padrões formais destacados têm como resultado um nome. Dentre eles, o NPreN foi o mais frequente, seguido de NPrepDetN e NA, em ordem decrescente. Com apenas duas realizações, há o NprepV, que optamos por abordar dessa maneira, por entendermos [molhar besta] e [molhar bobo] como sintagmas verbais combinados à estrutura. Por último, com um único exemplo, há o padrão AN. Algumas dessas realizações, como *arco-da-velha*, *cabra-cega*, *mão-fechada* e *pão-duro,* foram vistas no supracitado Dicionário Houaiss Eletrônico de Língua Portuguesa. Outras, como *estrela cadente*, *garota de programa*, *língua de trapo* e *mão de vaca*, aparecem, respectivamente, como locuções associadas aos verbetes *estrela*, *garota*, *língua* e *mão*. Essa diferença no tratamento sugere uma distinção dicionarística entre palavras compostas e expressões multilexicais de outro tipo. Ainda que não concordemos com essa diferenciação, é relevante observarmos como a compreensão da composição, nessa obra lexicográfica, está associada a aspectos ortográficos.

Feitas as quantificações, passemos, agora à análise construcional da composição sintagmática. Sugerimos, na Figura 2, a seguir, uma representação esquemática dos compostos fraseológicos sintagmáticos atestados em pesquisas do Projeto ALiB.

Figura 2 – Rede construcional de compostos sintagmáticos em dados do Projeto ALiB



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Figura 2, voltada para os compostos sintagmáticos, assim como na Figura 1, destinada aos morfossintáticos, encontramos uma representação em que, na parte mais baixa, estão os construtos, os dados concretos de compostos. Esses dados são agrupados e esquematizados, levando-nos ao nível intermediário, onde estão os padrões $[NPrep(Det)N]_N$, $[NA]_N$, $[NPrepV]_N$ e $[AN]_N$. Destacamos que, na representação, optamos pela unificação dos padrões $[NPrepN]_N$ e $[NPrepDetN]_N$, entendendo que esses oriundos de um padrão único em que o determinante pode ou não se concretizar. A posição mais alta da hierarquia esquemática é mais abstrata, com a combinação de, pelo menos, duas variáveis que representam duas palavras combinadas. Para contemplar $[NPrep(Det)N]_N$, representamos o conectivo e o determinante, como elementos passíveis de não realização na estrutura formal dos compostos sintagmáticos. Do ponto de vista semântico, lidamos com a mesma dificuldade vista com os compostos morfossintáticos: o fato de serem idiomáticos dificulta precisar um significado geral que contemple todas as realizações atestadas, levando-nos a optar, mais uma vez.

Assim como no caso dos compostos morfossintáticos, com os sintagmáticos, se formos além dos dados analisados neste trabalho, o significado relacional pode vir a se tornar mais específico, como podemos ver em trabalhos sobre compostos com *síndrome* e *complexo*, subtipos de compostos $[NPrepN]_N$ e $[NPrepDetN]_N$ estudados por Simões Neto (2018), e sobre o padrão $[N\text{-}mor]_N$, subtipo do padrão $[NA]_N$, estudado por Santos e Simões Neto (2020).

Aspectos semânticos

Em relação ao significado dos compostos fraseológicos analisados, entendemos que eles podem variar quanto ao nível de composicionalidade, assumindo que, quando não composicionais, os processos de metáfora e metonímia costumam subjazer a formação dessas palavras. Diante disso, entendemos que alguns compostos apresentados ao longo deste trabalho contribuem para a compreensão de como a metonímia e a metáfora se apresentam no fenômeno de composição. Selecionamos quatro exemplos de compostos morfossintáticos (*sobe desce*, *bate bunda*, *esconde-esconde* e *corno cururu*) e

quatro de compostos sintagmáticos (*pé inchado, boca de álcool, ponta de rama* e *raspa do tacho*) para a análise.

A metonímia, consistindo na utilização de características próprias de um objeto ou ser para dar nome a esta mesma entidade, aparece nos compostos atestados *sobe desce* (VV) e *bate bunda* (VN), que são utilizados com o significado de "forma alternativa de se referir à tábua apoiada no meio em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe a outra desce" (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 204), são formados pelo processo metonímico, o qual, nesse caso, tem como foco a ação em referência ao objeto, uma vez que as ações que ocorrem durante o uso do brinquedo, subir e descer, e a criança bater a bunda no chão quando o brinquedo desce, são utilizadas para nomear o brinquedo em si.

Isso também acontece com o composto *esconde-esconde* (VV), "forma alternativa de se referir à brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as que estão escondidas" (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 102), que apesar de ser formado pelo processo de reduplicação de base verbal, ou seja pela repetição da base resultando em um nome (Gonçalves; Vialli, 2017, p. 115), é utilizado o processo metonímico para construção do termo o qual denomina a brincadeira fazendo uso da ação repetitiva de esconder-se para nomear o evento.

Há também o uso da metáfora, muito produtiva na construção dos significados dos compostos, a exemplo de *corno cururu* (NN), que designa uma "forma alternativa de se referir ao homem que sofre uma infidelidade no relacionamento, que acontece no caso do casamento ou namoro" (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 94). Trata-se de uma instanciação da metáfora conceptual *HOMEM É ANIMAL*, na qual o *corno cururu* é compreendido em termos de *sapo cururu*, isto é, são atribuídas características dos animais para explicar experiências do ser humano.

Pé inchado é um composto com o padrão (NA) que indica uma "forma alternativa de se referir à pessoa que ingere bebidas alcoólicas sem moderação" (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 193). A expressão atribuída a esse significado foi recolhida em cidades das regiões Norte e Centro-Oeste. Nesse contexto, nota-se a presença de uma metonímia do tipo EFEITO PELA CAUSA, visto que o consumo exacerbado de álcool desencadeia a retenção de líquidos e, consequentemente, o inchaço dos pés. Dessa forma, o significado é atribuído através de um processo metonímico da parte pelo todo. Assim, um sintoma

fisiológico gerado pela ação, de ingerir bebidas alcoólicas sem moderação, é deslocado passa a figurar o indivíduo que pratica tal ação.

Na mesma perspectiva, destaca-se *boca de álcool*, composto (NprepN) documentado em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Nesse exemplo, o primeiro órgão do sistema digestivo – boca – é usado para se referir ao hálito, e além de estabelecer relação de proximidade entre a boca e o que é expelido por ela, mais uma vez, o efeito indica a causa, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

Ponta de rama, por outro lado, em sentido denotativo, refere-se às últimas (partes das) folhagens de uma vegetação ou o final de uma safra. O composto do tipo (NprepN), coletado em Aracaju, é registrado como "forma alternativa de se referir ao filho que nasceu por último" (Paim; Sfar; Mejri, 2018, p. 197). Diante disso, ocorre uma transposição de sentidos através da motivação metafórica, e uma expressão comumente adotada no campo agrícola, e, aparentemente distinta, passa a denominar o fim de um ciclo reprodutivo humano.

No mesmo sentido semântico, encontra-se *raspa do tacho* (*NprepdetN)*, composto metaforicamente utilizado para se referir ao filho mais novo em cidades das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. O conceito de sobras da panela, relacionado à alimentação, passa a designar, nesse caso, o final, referindo-se ao filho que nasce por último.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma proposta de abordagem a formação de palavras compostas e de unidades fraseológicas no português brasileiro de uma forma convergente, por meio do conceito de *compostos fraseológicos*, que nada mais são que palavras compostas, nos termos de Ribeiro e Rio-Torto (2016) e Villalva (2020), que podem ser também enquadradas como unidades fraseológicas, nos termos de Monteiro-Plantin (2017). A articulação conceitual se mostrou producente para a análise de formas encontradas em respostas do questionário semântico-lexical do Projeto ALiB, vistas no livro de Paim, Sfar e Mejri (2018).

Quanto ao aporte teórico utilizado, o uso da Morfologia Construcional foi relevante para a compreensão da organização do conhecimento linguístico, através de

redes esquemáticas e hierárquicas. Entretanto, o caráter esquemático dos conjuntos de padrões tratados, em contraposição ao caráter idiomático dos construtos analisados, se mostrou um problema para a generalização com base nesse modelo teórico. Por isso, o acionamento da Semântica Cognitiva se mostrou fundamental para a abordagem das formas atestadas, permitindo-nos entender como a metáfora e a metonímia, enquanto processos cognitivos, atuam na formação de palavras de forma produtiva.

Esperamos que a análise desenvolvida neste artigo inspire novos trabalhos que busquem uma articulação maior tanto entre a Morfologia e a Fraseologia quanto entre a Morfologia Construcional e a Semântica Cognitiva. Mais estudos são necessários.

REFERÊNCIAS

BOOIJ, Geert. Compounding and derivation: evidence for Construction Morphology. *In*: DRESSLER, Wolfgang. et al. (Ed.). *Morphology and its demarcations* Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005. p.109-131.

BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

GOLDBERG, Adele Eve. *Constructions at work*: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele Eve. *Constructions:* a construction Grammar approach to argument structure. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Morfologia construcional*: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório; VIALLI, Luciana Albuquerque Daltio. Abordagem construcional de reduplicação verbal em português. *Acta Semiotica et Linguistica*, João Pessoa, v.22. p.115-138, 2017.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. *Dicionário Houaiss Eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

MONTEIRO-PLANTIN, Rosemeire Selma. ReVEL na Escola: Fraseologia e Paremiologia: para que ensinar, se todo o mundo sabe? *ReVEL*, [sl], vol. 15, n. 29, 2017. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/7e02a7f4cb22a2e4935d77ae89882e69.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2026.

PAIM, Marcela Moura Torres; SFAR, Inès; MEJRI, Salah. *Nas trilhas da Fraseologia a partir de dados orais de natureza geolinguística.* Salvador: Editora Quarteto, 2018.

RIBEIRO, Sílvia; RIO-TORTO, Graça. Composição. *In*: RIO-TORTO, Graça et al. (Ed.). *Gramática derivacional do Português.* 2 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 462-489.

SANTOS, Antonia Vieira dos. *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (sécs. XIII-XVI)*. 190 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Antonia Vieira dos; SIMÕES NETO, Natival Almeida. O esquema construcional [[X]-[mor]]N na história da língua portuguesa. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 18, p. 125-140, 2020.

SIMÕES NETO, Natival Almeida. Compostos com síndrome e complexo no português brasileiro: uma abordagem construcional. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 3373-3394, 2018.

SIMÕES NETO, Natival Almeida. Compostos do português em uma abordagem construcional: perspectivas de análise e desafios teóricos. *In*: SOLEDADE, Juliana; GONÇALVES, Carlos Alexandre.; SIMÕES NETO, Natival. (org.). *Morfologia Construcional*: avanços em língua portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2022, p. 193-236.

SIMÕES NETO, Natival Almeida; OLIVEIRA, Raphael Alves de; SANTOS, Deivid Borges. O esquema [maria N] no português brasileiro contemporâneo: estudo construcional de compostos [NN]. *In*: SIMÕES NETO, Natival Almeida; SANTOS, Deivid Borges; KNOTH, João Vitor. (Org.). *Pesquisas contemporâneas sobre a língua portuguesa*: perspectivas funcionalistas, cognitivistas e construcionais. Salvador: EDUFBA, 2025, p. 53-73.

SIMÕES NETO, Natival Almeida; SANTOS, Antonia Vieira dos. A categoria semântica de agente humano em compostos VN do português: uma leitura orientada pela Morfologia Construcional. *In*: FIGUEIREDO, C. *et al* (Org.). *Língua em movimento*: História e funcionamento das línguas naturais. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 313-330.

SIMÕES NETO, Natival Almeida; SANTOS, Antonia Vieira dos; SALVADOR, Ian Lezan. Compostos com fobia: um estudo construcional em perspectiva histórica. *LinguíStica*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 32-52, 2022.

SIMÕES NETO, Natival Almeida; SANTOS, Cecília Cunha Cerqueira dos; LIMA, Wívia Ananda Souza Santos. Composição e ensino. *In*: CASTANHEIRA, Dennis;

CEZARIO, Maria Maura. (Org.). *Funcionalismo linguístico e ensino*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025, p. 197-218.

SOLEDADE, Juliana. Por uma abordagem cognitiva da Morfologia Construcional. *In*: ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela Santana dos (orgs.). *Linguística Cognitiva*: redes do conhecimento d'aquém e d'além mar. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 345-378.

SOLEDADE, Juliana; GONÇALVES, Carlos Alexandre; SIMÕES NETO, Natival. Morfologia Construcional: outra introdução. *In*: SOLEDADE, Juliana; GONÇALVES, Carlos Alexandre; SIMÕES NETO, Natival (Org.). *Morfologia Construcional*: avanços em língua portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2022, p. 11-32.

VILLALVA, Alina. Composição. *In*: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva et al (org.). *Gramática do português*. Volume 3. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 2020. p. 3153-3210.

VILLALVA, Alina. Formação de palavras: composição. *In*: MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Caminho, 2003. p. 969-983.

Recebido em: 22/06/2026
Aceito em: 01/07/2026

Natival Almeida Simões Neto: doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Assistente do Instituto de Letras da UFBA. Atua como docente permamente no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinC-UFBA) e no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL-UEFS). Líder do Observatório Construcionista e Cognitivo-Funcional do Português (CONPOR). Beneficiário do JOVEMPESQ-UFBA. Lattes: https://lattes.cnpq.br/2978224861970814.

Cecília Cunha Cerqueira dos Santos: mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós -Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e licenciada em Letras- Língua Portuguesa pela mesma instituição. Pesquisadora do Observatório Construcionista e Cognitivo-Funcional do Português – CONPOR/ UFBA, desenvolvendo trabalhos com foco em morfologia, semântica e linguística histórica. Bolsista CAPES - O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil

(CAPES) - Código de Financiamento 001. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4146801561051901.

Wívia Ananda Souza Santos Lima: mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS) e licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela mesma instituição. Integra o Observatório Construcionista e Cognitivo-Funcional do Português (CONPOR). Desenvolve pesquisas em perspectiva cognitivo-funcional com ênfase em morfologia, semântica e linguística histórica. Bolsista Capes - O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1943732040553019.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.98821

Delegação e fusão: construções de autoridade discursiva em discursos digitais do português brasileiro

Delegation and fusion: constructional strategies of discursive authority in Brazilian Portuguese digital discourse

Rebeca Emerich Alvarez
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
rebecaealvarez@gmail.com
https://orcid.org/0009-0003-4978-7174

RESUMO

O artigo investiga a construção de autoridade discursiva em ambientes digitais do português brasileiro, com base na Gramática de Construções Baseada no Uso, em diálogo com propostas sobre intersubjetividade (Verhagen, 2005) e *stance* (Du Bois, 2007). Examinam-se os esquemas [segundo + fonte] e [é + qualificador epistêmico + que] em *corpus* de 100 postagens da plataforma X (2025-2026). Argumenta-se que a autoridade se organiza como tentativa de coordenação intersubjetiva, na qual o falante projeta pontos de ancoragem como partilháveis, com baixa dependência de verificação factual. Propõem-se duas configurações construcionais de *stance*, delegação e fusão, que operam como recursos de enquadramento autoritativo sob condições de alta circulação e visibilidade modulada algoritmicamente.

Palavras-chave: Gramática de Construções; *stance* por delegação; *stance* por fusão; evidencialidade; discurso digital.

ABSTRACT

This article investigates the construction of discursive authority in Brazilian Portuguese digital environments, drawing on usage-based Construction Grammar in dialogue with proposals on intersubjectivity (Verhagen, 2005) and stance (Du Bois, 2007). The schemas [according to + source] and [it is + epistemic qualifier + that] are examined in a *corpus* of 100 posts collected from X between March 2025 and March 2026. Authority is argued to be organized as an attempt at intersubjective coordination whereby the speaker projects anchoring points as shareable, with low dependence on factual verification. Two constructional stance configurations are proposed, delegation and fusion, operating as

resources of authoritative framing under conditions of high circulation and algorithmically modulated visibility.

Keywords: Construction Grammar; stance by delegation; stance by fusion; evidentiality; digital discourse.

INTRODUÇÃO

Ambientes digitais reconfiguram as condições sob as quais enunciados se produzem, circulam e adquirem legitimidade. Plataformas como o X submetem a prática linguística a pressões simultâneas de brevidade, velocidade e visibilidade ampliada, restrições que favorecem a sedimentação de soluções formais específicas. A credibilidade, sob condições dessa ordem, desvincula-se parcialmente das instâncias institucionais de validação e passa a ser fabricada na textura do próprio enunciado, por meio de dispositivos que regulam a interpretação e orientam o alinhamento entre interlocutores.

Entre tais dispositivos, destacam-se construções associadas à modalização e à evidencialidade, cuja produtividade em gêneros digitais sugere consolidação avançada no repertório do português brasileiro contemporâneo. Formulações como “segundo especialistas” e “é fato que” atravessam domínios discursivos heterogêneos com funcionamento relativamente estável, ora transferindo a responsabilidade enunciativa para instância externa, ora apresentando a proposição como dado já consolidado. A frequência com que tais sequências comparecem no uso atesta sua disponibilidade no repertório linguístico, embora careçam de descrição sistemática quanto à organização formal, às funções pragmáticas e ao papel na produção de autoridade discursiva.

A Gramática de Construções Baseada no Uso (doravante GCBU) fornece aparato robusto para caracterizar tais formulações como microconstruções convencionalizadas, cujo estatuto simbólico emerge da estabilização de pareamentos forma-sentido pela frequência em eventos comunicativos situados (Goldberg, 2006; Bybee, 2010). A descrição construcional, embora necessária, parece requerer complementação quando o fenômeno investigado envolve o modo como falantes convocam interlocutores ao alinhamento sobre um ponto de vista, o que exige formulação teórica mais precisa. Propostas sobre intersubjetividade (Verhagen, 2005) e posicionamento (Du Bois, 2007)

oferecem, nesse quadro, pistas produtivas para a análise, ao tratarem construções gramaticais como dispositivos de coordenação cognitiva entre interlocutores. O estudo aqui apresentado explora essa articulação a partir de *corpus* de 100 postagens coletadas no X entre março de 2025 e março de 2026, com foco em dois esquemas construcionais nucleares do português brasileiro contemporâneo: [segundo + fonte] e [é + qualificador epistêmico + que]. A hipótese orientadora é a de que, em uma ecologia comunicativa caracterizada por brevidade imposta pela restrição de caracteres, elevada velocidade de circulação e visibilidade mediada por mecanismos algorítmicos de recomendação, os esquemas [segundo + fonte] e [é + qualificador epistêmico + que] podem ser favorecidos e mobilizados como recursos convencionais de enquadramento autoritativo. A articulação entre dois movimentos complementares, a externalização da fonte e a internalização da certeza, projeta determinados pontos de ancoragem como partilháveis e orienta tentativas distintas de alinhamento intersubjetivo, aqui descritas como *stance* por delegação e *stance* por fusão; da configuração linguística, contudo, decorre uma orientação inscrita na emissão, cuja realização como adesão efetiva do interlocutor exige verificação com dados de recepção.

O artigo oferece três contribuições ao programa cognitivo-funcional baseado no uso. Primeiro, documenta a consolidação de duas famílias construcionais produtivas no discurso digital do português brasileiro, com caracterização formal, funcional e reticular detalhada. Segundo, oferece indícios, situados no plano da produção enunciativa, de que arranjos evidenciais e epistêmicos operam como dispositivos orientados à coordenação intersubjetiva, articulando a descrição construcional com propostas sobre intersubjetividade e *stance*. Terceiro, argumenta que, em ecologia comunicativa marcada por alta circulação e curadoria algorítmica da visibilidade, as construções em exame tendem a operar como recursos de enquadramento autoritativo com baixa dependência de verificação factual, configurando tecnologias discursivas cuja compreensão abre desdobramentos para investigações sobre desinformação, pós-verdade e modulação algorítmica do discurso.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Gramática de Construções, em sua vertente baseada no uso, concebe a língua como sistema dinâmico constituído por pareamentos convencionais de forma e significado, organizados em rede de unidades simbólicas interconectadas. Construções são definidas como unidades fundamentais da gramática quando apresentam propriedades formais ou semânticas imprevisíveis a partir de seus constituintes, o que confere centralidade ao princípio da não composicionalidade (Goldberg, 1995, 2006). A radicalidade da proposta reside em estender o estatuto construcional para além de itens idiomáticos, alcançando padrões argumentais abstratos cujas propriedades semânticas exigem tratamento autônomo.

A gramática recebe, sob esse modelo, estatuto de sistema emergente, estruturado a partir da experiência linguística e da atuação de processos cognitivos de domínio geral, entre os quais categorização, analogia, memória associativa e *chunking*. A organização gramatical decorre da frequência diferencial de eventos de uso, cuja repetição favorece a formação de representações progressivamente mais abstratas e estáveis (Bybee, 2010; Langacker, 1987; Hopper, 1987). Esquemas mais gerais sancionam microconstruções específicas ao longo de um *continuum* de esquematicidade, e a configuração resultante permanece em permanente reconfiguração, sensível aos usos concretos que os falantes dela fazem (Croft, 2001; Diessel, 2019).

A frequência constitui fator fulcral para a consolidação e expansão das construções. A distinção entre frequência de tipo e frequência de ocorrência, formulada por Bybee (2010), permite descrever, de um lado, a extensão de um arranjo, isto é, o número de itens diferentes que preenchem seus *slots*, e, de outro, sua saliência no uso reiterado de uma mesma forma. Os dois mecanismos operam em planos distintos: a frequência de tipo contribui para a produtividade esquemática, ao passo que a frequência de ocorrência favorece o entrincheiramento da sequência como unidade processada holisticamente. Processos de mudança linguística, por seu turno, recebem descrição em termos de micropassos de reanálise e extensão funcional, conforme a noção de construcionalização proposta por Traugott e Trousdale (2013).

A articulação entre GCBU e fenômenos discursivos permite compreender a modalização e a evidencialidade como domínios realizados por meio de construções produtivas distribuídas pela rede. Estudos sobre modalidade e evidencialidade indicam que a expressão do comprometimento do falante com o conteúdo proposicional e a

marcação da fonte de informação ultrapassam o âmbito de categorias gramaticais isoladas (Palmer, 2001; Aikhenvald, 2004; Traugott, 2010). Maldonado (2010), em estudo sobre o marcador espanhol "claro", demonstra trajetória de especialização pela qual um item perceptual se converte em reforço pragmático de atitude epistêmica. O deslocamento descrito transita do domínio da percepção para o da gestão da responsabilidade enunciativa. A pauta é retomada em Maldonado e De la Mora (2020), cuja proposta sobre a determinação léxico-construcional dos evidenciais oferece referência produtiva para a investigação construcional da evidencialidade em línguas românicas. A perspectiva construcional permite descrever, dessa maneira, como valores epistêmicos, evidenciais e ideológicos emergem da interação entre forma, uso e contexto, sem recurso a taxonomias apriorísticas.

A Semântica de Frames (Fillmore, 1982; Fillmore; Baker, 2010) contribui ao esclarecer o componente sociocognitivo das construções em exame. Sequências como "segundo especialistas" e "é fato que" ativam *frames* de autoridade, expertise e factualidade, mobilizando conhecimento compartilhado sobre produção legitimada de saber e divisão social do trabalho cognitivo, ativado mesmo quando a fonte permanece genérica ou o conteúdo proposicional carece de verificação empírica. O *frame* [ESPECIALISTA], a título ilustrativo, opera como pano de fundo sem o qual a microconstrução evidencial perderia seu potencial legitimador.

A descrição construcional e a Semântica de Frames, embora necessárias, não esgotam o fenômeno da autoridade discursiva. Verhagen (2005), em sua proposta sobre a intersubjetividade como dimensão gramaticalmente codificada, argumenta que construções linguísticas ultrapassam a função descritiva do mundo e coordenam pontos de vista entre interlocutores, convidando o ouvinte a compartilhar uma perspectiva sobre um objeto do discurso. Operadores como "é fato que", sob tal ângulo, não funcionam primariamente no plano referencial: operam, no modelo do autor, na coordenação cognitiva entre falante e ouvinte, comprometendo o segundo com a aceitação de um ponto de partida comum. Du Bois (2007), em proposta convergente, descreve o ato de tomada de posicionamento como triângulo articulando avaliação do objeto, posicionamento do sujeito e alinhamento com outro sujeito. Tal formulação permite tratar a autoridade discursiva como ato triplo, irredutível ao efeito unilateral de uma forma. Os dois aportes redefinem o objeto: a autoridade deixa de ser propriedade emanada de uma construção e

passa a ser configurada como operação relacional de coordenação, ancorada em formas convencionais, porém irredutível a elas. A operação relacional em causa, cumpre sublinhar, envolve dois polos: a descrição fundada em dados de emissão alcança o polo do enunciador e a orientação que sua configuração linguística projeta; o polo da recepção, no qual o alinhamento se realiza ou se frustra, requer dados interacionais próprios.

Segundo Silverstein (2003) e Eckert (2008), formas linguísticas adquirem valores sociais por meio de processos de indexação, passando a sinalizar posicionamentos e relações de poder em contextos específicos de uso. A saliência continuada de construções associadas à autoridade em ambientes digitais contribui para a estabilização de valores indexicais de segunda e terceira ordem, no sentido silversteiniano, o que reforça a pertinência de uma GCBU expandida pela teoria da intersubjetividade e do *stance* para a análise de práticas discursivas contemporâneas sensíveis a dimensões socioculturais e ideológicas. A dimensão ecológica completa o quadro: plataformas digitais operam como ambientes seletivos, nos quais restrições de extensão, métricas de engajamento e sistemas de recomendação privilegiam configurações construcionais compactas, reconhecíveis e replicáveis, em consonância com a natureza multimodal das construções digitais descrita por Dancygier e Vandelanotte (2017). A hipótese formulada na introdução incorpora essa seletividade: os esquemas examinados mostram-se particularmente compatíveis com a ecologia da plataforma X, por conjugarem baixo custo de produção, alto valor indexical de autoridade e adequação formal às restrições do ambiente.

METODOLOGIA

A investigação adota o aparato teórico-metodológico da GCBU, fundamentado em dados empíricos autênticos e sensível à frequência, à regularidade e à variabilidade das construções em práticas discursivas situadas (Croft, 2001; Diessel, 2019; Bybee, 2010). O estudo é qualitativo-construcional: análises dessa natureza buscam reconstruir a arquitetura interna dos arranjos linguísticos e suas relações reticulares, tarefa que exige observação fina de cada ocorrência em seu contexto. Bybee (2010) defende que a descrição construcional avança pela análise atenta de casos representativos, uma vez que a identificação de esquemas depende de julgamento interpretativo ancorado na configuração de cada dado, orientação ratificada por Diessel (2019).

O *corpus* reúne 100 postagens públicas coletadas manualmente na plataforma X entre março de 2025 e março de 2026. A localização das ocorrências realizou-se por meio da ferramenta de busca da própria plataforma, com as microconstruções nucleares "segundo especialistas" e "é fato que" empregadas como expressões de pesquisa, complementadas pela inspeção de variações posicionais, lexicais e tipográficas dos dois esquemas. Cada postagem foi registrada com o endereço eletrônico correspondente e a data de acesso, procedimento que favorece a recuperabilidade e permite a verificação enquanto o conteúdo permanece disponível na plataforma. O tamanho do *corpus* foi determinado por critério de saturação analítica: a coleta prosseguiu até que novas ocorrências deixassem de introduzir configurações formais ou funcionais não observadas nos dados já registrados. A seleção considerou critérios de produtividade, representatividade construcional e diversidade temática, com exclusão de ocorrências sem valor modal ou evidencial relevante para os objetivos da pesquisa.

Das 100 postagens que compõem o *corpus*, vinte ocorrências foram selecionadas para exposição detalhada, dez de cada esquema, com o objetivo de representar as principais variações posicionais, lexicais, tipográficas e funcionais identificadas no conjunto dos dados. A seleção orientou-se pela representatividade das configurações reconhecidas no *corpus*, com independência do grau de repercussão dos enunciados. Como o estudo incide sobre a organização linguístico-discursiva das postagens, indicadores de engajamento e respostas dos usuários não foram adotados como evidência de concordância ou de alinhamento efetivo; as funções descritas ao longo da análise correspondem, por conseguinte, a orientações pragmáticas projetadas pelos enunciados, e não a efeitos empiricamente comprovados na recepção.

O protocolo de análise seguiu três etapas. Na primeira, cada ocorrência foi descrita quanto a seis parâmetros: (i) tipo de construção, se evidencial ou epistêmica; (ii) configuração sintática; (iii) presença ou ausência de fonte explícita; (iv) grau de especificidade lexical; (v) posição da construção no enunciado; (vi) função discursiva predominante. Na segunda, ocorrências foram agrupadas por similaridade formal e funcional, o que permitiu identificar microconstruções recorrentes e suas variações sistemáticas. Na terceira, as relações entre microconstruções e esquemas mais abstratos foram modeladas como rede hierárquica, conforme o tratamento canônico da organização reticular em GCBU (Goldberg, 2006; Croft, 2001). A interpretação incorporou, nas três

etapas, a ativação de *frames* sociocognitivos (Fillmore, 1982) e a dimensão intersubjetiva das construções (Verhagen, 2005; Du Bois, 2007).

Cinco ressalvas circunscrevem o alcance das generalizações aqui propostas. A primeira concerne ao algoritmo de recomendação da plataforma: a coleta manual reflete, inevitavelmente, o que foi exposto ao pesquisador, processo mediado por lógica opaca que prioriza engajamento. A segunda decorre da primeira: perfis de grande alcance e formatos virais ficam superrepresentados no *corpus*. A terceira é temporal: a janela de coleta coincide parcialmente com ciclos eleitorais em múltiplos países, o que introduz viés temático em favor do domínio político. A quarta é de escopo: o estudo descreve arranjos construcionais produtivos em uma ecologia discursiva específica; a extensão dos resultados a outros contextos exige triangulação com *corpora* adicionais e métodos complementares. A quinta, decisiva para o alcance interpretativo do estudo, é de natureza enunciativa: a análise incide exclusivamente sobre a emissão, isto é, sobre a materialidade linguística das postagens, sem acesso ao processamento nem à resposta dos interlocutores. Os efeitos descritos nas seções seguintes devem ser lidos, por conseguinte, como orientações pragmáticas inscritas na configuração dos enunciados, tentativas de enquadramento cuja realização na recepção permanece hipótese a ser testada com dados interacionais, entre os quais as respostas às próprias postagens. As ressalvas não invalidam os resultados. Delimitam, antes, o tipo de contribuição aqui pretendido, a saber, a caracterização qualitativa detalhada de duas famílias construcionais centrais para a produção de autoridade no discurso digital contemporâneo.

ANÁLISE DOS DADOS

A exposição das vinte ocorrências organiza-se em duas seções correspondentes às famílias construcionais examinadas, subdivididas em categorias funcionais identificadas na segunda etapa do protocolo analítico. No corpo do texto, comentam-se as quinze amostras mais emblemáticas, numeradas de (1) a (15) na ordem de exposição; cinco ocorrências adicionais, representativas de configurações já contempladas pelos exemplares comentados, encontram-se integralmente analisadas no Anexo A, numeradas de (16) a (20).

***Stance* por delegação: [segundo + fonte] > [segundo especialistas + proposição]**

A autoridade como ponto de entrada interpretativa

Construção (1)

Enunciado:

"Segundo especialistas, genocídio em Gaza e guerra contra o Irã teriam contribuído para mudança na percepção da opinião pública norte-americana." (https://x.com/operamundi/status/2033686390039253489. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Análise geopolítica em perfil jornalístico.

Tipo: Evidencialidade reportativa articulada à modalização epistêmica.

Forma construcional: Marcador evidencial em posição inicial seguido de proposição com modal de incerteza.

Função discursiva: Atribuir a interpretação a uma instância externa e reduzir o grau de comprometimento do enunciador.

Análise:

A construção distribui a responsabilidade enunciativa em duas direções. O segmento "segundo especialistas" projeta uma fonte coletiva indeterminada, suficiente para acionar um repertório de saber técnico, ainda que sem identificação concreta. A forma verbal "teriam contribuído" impede o fechamento categórico da proposição. O resultado é um enunciado que se apresenta como interpretação autorizada, embora sem configurar afirmação plenamente assumida. A força projetada pelo enunciado independe da especificidade da fonte e decorre da familiaridade do arranjo que associa "especialistas" à produção legítima de conhecimento.

Construção (2)

Enunciado:

"SEGUNDO ESPECIALISTAS, o Brasil deve adotar postura cautelosa em relação aos ataques." (https://x.com/infomoney/status/2027938122382692858. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem econômica com destaque gráfico.

Tipo: Evidencialidade reportativa.

Forma construcional: Marcador evidencial destacado tipograficamente.

Função discursiva: Hierarquizar a informação e antecipar a fonte de autoridade.

Análise:

A capitalização projeta o marcador para o plano visual e o posiciona como elemento de destaque na organização do enunciado. A leitura inicia-se pela identificação da fonte, o que reorganiza a dinâmica interpretativa proposta e confere à autoridade a função de ponto de entrada do conteúdo. A construção deixa de atuar apenas como recurso de legitimação e passa a estruturar o percurso de leitura projetado pelo enunciado.

Construção (3)

Enunciado:

"Segundo especialistas em imigração, o principal avanço está na centralização dos pedidos." (https://x.com/infomoney/status/2040037523049656581. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem jornalística de caráter analítico, voltada à interpretação de políticas públicas.

Tipo: Evidencialidade reportativa.

Forma construcional: Marcador evidencial em posição inicial com especificação temática no *slot* da fonte.

Função discursiva: Delimitar o domínio de autoridade e conferir precisão à fonte que sustenta a proposição.

Análise:

O esquema evidencial recebe, no enunciado examinado, preenchimento específico do *slot* da fonte, o que introduz delimitação temática explícita. A referência a "especialistas em imigração" restringe o domínio de validade da proposição e orienta sua interpretação como conhecimento situado, vinculado a uma área de expertise definida. A construção atua, então, na modulação do valor epistêmico do enunciado ao ancorar a interpretação em domínio especializado, o que potencializa o apelo à credibilidade e projeta a leitura como avaliação tecnicamente fundamentada.

Curadoria, validação retrospectiva e manchetes digitais

Construção (4)

Enunciado:

"O hábito diário que faz você ganhar peso sem perceber, segundo especialistas." (https://x.com/JornalOGlobo/status/1941436902545953187. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Manchete jornalística.

Tipo: Evidencialidade reportativa.

Forma construcional: Marcador evidencial em posição final.

Função discursiva: Adicionar credibilidade a uma formulação já construída.

Análise:

A construção aparece como apêndice: o conteúdo principal é estruturado antes, e o marcador atua como selo de validação. O posicionamento adotado revela uso pragmático do arranjo, voltado à circulação e ao engajamento. A autoridade não organiza o enunciado; apenas o legitima retrospectivamente. A análise revela dimensão particular do funcionamento construcional em manchetes digitais: a segmentação prosódica do enunciado, marcada pela vírgula, converte o marcador em elemento autônomo, cuja leitura pode ser processada como *tag* opcional. Tal autonomia formal confere à microconstrução caráter modular, adequada à lógica de composição rápida de títulos jornalísticos em plataformas com restrição de caracteres, o que corrobora a hipótese, formulada na introdução, de que a ecologia digital pode favorecer configurações construcionais de baixo custo de produção e elevado potencial persuasivo.

Construção (5)

Enunciado:

"Por onde começar a ler Machado de Assis, segundo especialistas." (https://x.com/mdassisonline/status/2039717489681068223. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem cultural.

Tipo: Evidencialidade reportativa.

Forma construcional: Marcador final.

Função discursiva: Validar recomendação.

Análise:

O enunciado se apresenta como orientação ao leitor, estruturado sob a forma de pergunta indireta. A inserção do marcador evidencial em posição final desloca a

responsabilidade da recomendação para uma instância especializada, reconfigurando o estatuto do enunciado. A orientação deixa de se apresentar como sugestão aberta e passa a circular como indicação qualificada, projetando efeito de curadoria, no qual a seleção implícita de obras é apresentada como resultado de conhecimento autorizado. A análise evidencia dimensão interessante do funcionamento construcional em contextos culturais: a microconstrução ultrapassa a legitimação do conteúdo ao transferir para a fonte a autoridade de um ato performativo, a saber, o ato de selecionar e hierarquizar. O cânone literário aparece, portanto, como resultado pressuposto de um processo de legitimação prévio, e já não como objeto submetido a avaliação, configurando o que Silverstein (2003) descreveria como terceira ordem indexical: a construção ultrapassa a referência a saber técnico e mobiliza a instituição cultural do especialista como árbitro legítimo do valor estético.

Integração parentética e contestação da autoridade

Construção (6)

Enunciado:

"O país é, segundo especialistas, riquíssimo na diversidade de águas minerais naturais." (https://x.com/Publico/status/2035276552661803294. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem de valorização territorial.

Tipo: Evidencialidade reportativa.

Forma construcional: Inserção parentética do marcador evidencial.

Função discursiva: Sustentar uma avaliação sem interromper a progressão informacional.

Análise:

A posição medial altera o papel do marcador. Em lugar de introduzir a informação, acompanha-a e a reforça. O enunciado organiza-se como afirmação principal, enquanto a evidencialidade aparece integrada, quase como comentário embutido. A construção funciona como mecanismo de naturalização, apresentando a avaliação como conhecimento potencialmente compartilhável. A posição parentética suaviza, ademais, a tentativa de coordenação intersubjetiva: a fonte é convocada sem hierarquizar-se em relação à proposição, o que diminui a saliência do dispositivo de legitimação e amplia,

paradoxalmente, seu potencial de funcionamento, uma vez que o apelo à autoridade opera aqui no modo menos perceptível possível.

Construção (7)

Enunciado:

"Segundo 'especialistas', o Brasil seria mais democrático que os EUA atualmente." (https://x.com/Andre17121979/status/2034362464855298500. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem opinativa com posicionamento crítico em relação a discursos de autoridade.

Tipo: Evidencialidade reportativa com valor irônico.

Forma construcional: Marcador evidencial em posição inicial com modificação gráfica (uso de aspas no *slot* da fonte).

Função discursiva: Acionar e simultaneamente deslegitimar uma fonte de autoridade, produzindo distanciamento em relação ao conteúdo.

Análise:

A construção mantém o esquema evidencial ao introduzir a proposição por meio de uma fonte, embora a inserção de aspas em "especialistas" introduza operação metadiscursiva que incide diretamente sobre a credibilidade da instância mobilizada. O marcador ativa a expectativa de validação associada a saber especializado, ao passo que o recurso gráfico sinaliza distanciamento e suspeição, interrompendo o funcionamento prototípico da construção. A proposição apresenta-se como interpretação atribuída a uma fonte, embora tal atribuição seja marcada como questionável desde o início do processamento. A construção reorganiza o valor pragmático do enunciado ao converter um mecanismo de legitimação em estratégia de problematização, projetando efeito de ironização da autoridade. A ocorrência corrobora a leitura de Maldonado e De la Mora (2020) segundo a qual evidenciais não se restringem à marcação de fonte: operam como dispositivos construcionais de posicionamento, passíveis de reconfiguração ideológica por recursos formais adicionais, inclusive gráficos.

***Stance* por fusão: [é fato que] > [é fato que + proposição]**

Factualização de avaliações e acontecimentos disputados

Construção (8)

Enunciado:

"É fato que Campos Neto não avisa o governo de suas pretensões… Avisa o mercado." (https://x.com/gleisi/status/1791880592822296778. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem política com posicionamento crítico sobre atuação institucional.

Tipo: Modalização epistêmica categórica.

Forma construcional: Construção epistêmica em posição inicial, com operador de certeza seguido de proposição.

Função discursiva: Estabelecer uma base interpretativa apresentada como indiscutível e orientar a progressão do enunciado.

Análise:

O enunciado organiza-se a partir da estabilização imediata de um conteúdo apresentado como indiscutível. O segmento "é fato que" fixa um ponto de partida que orienta a interpretação de toda a sequência, atribuindo à proposição inicial o estatuto de dado já consolidado. A frase subsequente configura-se como desdobramento da base enunciada e funciona como explicitação de um comportamento apresentado como evidente. A construção regula a progressão discursiva ao converter uma avaliação crítica em constatação, o que projeta o conteúdo como dispensado de justificativa e como menos aberto à contestação.

Construção (9)

Enunciado:

"É fato que, em novembro de 2020, em plena pandemia, Bolsonaro celebrou que um dos participantes do estudo clínico da vacina CoronaVac cometeu suicídio e disse 'mais uma que o Bolsonaro ganha'." (https://x.com/ErikakHilton/status/1982895993197842755. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem política em perfil parlamentar, voltada à disputa em torno da memória pública de eventos relativos à pandemia de COVID-19.

Tipo: Modalização epistêmica categórica em função memorial-polêmica.

Forma construcional: Construção epistêmica em posição inicial com expansão por inserções adverbiais (temporal e circunstancial), proposição composta por dois predicados e incorporação de citação direta.

Função discursiva: Reivindicar estabilidade factual para um evento politicamente contestado, em movimento de resistência a contra-narrativas negacionistas.

Análise:

A construção mobiliza um conjunto denso de recursos sintáticos inéditos no *corpus*: inserção adverbial temporal ("em novembro de 2020"), inserção circunstancial ("em plena pandemia"), predicação composta ("celebrou… e disse…") e incorporação de citação direta. A densidade formal acompanha densidade funcional. O operador epistêmico é mobilizado aqui com objetivo específico: reivindicar estabilidade factual sobre evento disputado na arena pública, em vez de apresentar conteúdo novo. A proposição ancorada reporta fala de ator político cuja veracidade e interpretação têm sido objeto de disputa, e o enunciador, ao enquadrá-la com "é fato que", opera movimento metadiscursivo de resistência ao negacionismo. A construção assume, assim, função inversa à das ocorrências anteriores: em lugar de fabricar consenso sobre avaliação subjetiva, busca proteger contra a erosão revisionista uma proposição sustentada por evidência documental. O achado evidencia a versatilidade funcional do esquema epistêmico, capaz de operar tanto como dispositivo de fabricação de certeza (Construções 8, 10 e 20) quanto como dispositivo de fixação de memória em disputa. A incorporação da citação direta, por seu turno, potencializa o efeito de verificabilidade: ao reproduzir *ipsis litteris* a fala reportada, o enunciador transfere a responsabilidade enunciativa para o próprio referente, o que converge com a leitura de Maldonado e De la Mora (2020) sobre o caráter léxico-construcional das estratégias de posicionamento.

Construção (10)

Enunciado:

"É fato que a Heyoon tem um dom enorme para a direção e criação da identidade visual de videoclipes, 'Nobody Fools Me Twice' e 'The Weekend's Here' provam isso muito bem!" (https://x.com/unitersupdate/status/1306990342273671174. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem em perfil de *fandom* musical, voltada à valorização de atributo artístico de um referente.

Tipo: Modalização epistêmica categórica com valor avaliativo-estético.

Forma construcional: Construção epistêmica em posição inicial seguida de proposição de natureza avaliativa, sem explicitação de critérios.

Função discursiva: Converter juízo estético subjetivo em traço estável atribuído ao referente, naturalizando a avaliação como característica dada.

Análise:

O enunciado expressa uma avaliação estética, relacionada a um atributo específico do sujeito referido: a capacidade de direção e criação de identidade visual de videoclipes. A sequência "é fato que" reconfigura esse julgamento ao atribuir-lhe estatuto de propriedade estável, deslocando-o do campo da apreciação para o da constatação. O valor subjetivo da avaliação permanece reconhecível, embora sua apresentação sob forma categórica oriente a leitura como evidência compartilhável. A menção explícita a duas obras ("Nobody Fools Me Twice" e "The Weekend's Here") adiciona camada interessante ao funcionamento do enunciado: o enunciador mobiliza evidência aparentemente empírica para sustentar o juízo, mas a construção "é fato que" antecipa a afirmação como estabilizada antes mesmo que a evidência seja apresentada. A proposição opera, portanto, como operador de objetivação do posicionamento do enunciador, convertendo juízo de valor em traço atribuído ao referente, ao passo que a evidência concreta funciona como ratificação retórica posterior. O efeito projetado consiste na naturalização da avaliação, cujo estatuto factual é fixado pela construção antes de ser ancorado nas obras mencionadas.

<u>Concessão, afetividade e intensificação tipográfica</u>

Construção (11)

Enunciado:

"É fato que Mendoza não fez uma grande partida, mas algo que chama atenção em 2026 é que, toda vez que o colombiano está mais próximo do gol, ele balança as redes." (https://x.com/michel_totii/status/2043363783570043003. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem opinativa em perfil esportivo, voltada à avaliação de desempenho individual de jogador.

Tipo: Modalização epistêmica categórica em estrutura concessiva.

Forma construcional: Construção epistêmica em posição inicial, seguida de proposição avaliativa negativa, articulada por "mas" a uma proposição compensatória com teor valorativo positivo.

Função discursiva: Estabilizar um juízo técnico negativo como ponto de partida indiscutível, a partir do qual o enunciador articula valorização compensatória do referente.

Análise:

A construção converte uma avaliação subjetiva em ponto de ancoragem factual. "não fez uma grande partida" é juízo técnico passível de contestação, cuja estabilização pelo operador epistêmico o projeta como menos aberto à discussão e o institui como base sobre a qual se desenvolve o argumento principal. O movimento retórico articulado pela conjunção adversativa "mas" não refuta a proposição ancorada, antes a acomoda numa economia argumentativa mais ampla, em que a fraqueza reconhecida cede lugar à valorização compensatória do referente ("toda vez que o colombiano está mais próximo do gol, ele balança as redes"). A construção opera, portanto, como dispositivo de concessão assimétrica: cede um ponto de baixa relevância para sustentar, logo em seguida, uma afirmação valorativa cuja aceitação é projetada para o interlocutor. O enunciador transforma avaliação em evidência, e evidência em base projetada como compartilhada, o que exemplifica de modo particularmente produtivo o funcionamento do operador epistêmico como fabricante de pontos de ancoragem intersubjetiva (Verhagen, 2005).

Construção (12)

Enunciado:

"É FATO que a loirinha não dá ponto sem nó!" (https://x.com/taylorswiftbr/status/1359709488694067205. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem em perfil de fã com registro informal e alto grau de engajamento afetivo.

Tipo: Modalização epistêmica categórica com valor expressivo-intensificador.

Forma construcional: Construção epistêmica em posição inicial com modificação tipográfica por capitalização total, seguida de proposição em registro coloquial.

Função discursiva: Amplificar o posicionamento discursivo e converter a afirmação em performance de certeza.

Análise:

A capitalização projeta a construção para o plano visual e intensifica seu valor assertivo, conferindo destaque imediato ao enunciado. A sequência "É FATO que" passa a operar como marca de ênfase que ultrapassa a função epistêmica e incorpora componente expressivo, associado ao engajamento do enunciador. O uso revela expansão funcional do arranjo: a construção migra do domínio epistêmico para o expressivo sem perder sua força assertiva, o que indica que sua fixação no repertório digital a torna disponível para contextos de baixa formalidade e alto engajamento emocional. Recurso tipográfico, registro coloquial e ponto de exclamação operam de modo solidário na produção do efeito performático.

Projeção, interação direta e empilhamento de autoridades

Construção (13)

Enunciado:

"É fato que alguns militares, como quaisquer cidadãos, mantêm armas de porte sob o travesseiro — especialmente em um país onde a segurança parece garantida apenas àqueles que mantêm relações estreitas e, por vezes, íntimas com o Crime Organizado, responsável, segundo a imprensa, por 4% do PIB nacional." (https://x.com/GenPauloChagas/status/1905358352000913742. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem opinativa em perfil militar, voltada à articulação entre prática social (porte de armas) e crítica a arranjos de segurança pública.

Tipo: Modalização epistêmica categórica com empilhamento de marcadores de autoridade.

Forma construcional: Construção epistêmica em posição inicial com expansão por aposição, oração relativa, segunda inserção modal ("segundo a imprensa") e fechamento com dado quantificado.

Função discursiva: Estabilizar afirmação sobre prática social controversa e articulá-la a diagnóstico sociopolítico amplo, ancorado retoricamente em fonte jornalística secundária.

Análise:

A ocorrência apresenta o caso mais sintaticamente denso do *corpus* e expõe operação analiticamente inédita: o empilhamento de marcadores de autoridade em níveis distintos do mesmo enunciado. O operador "é fato que" ancora, em nível macro, a proposição sobre prática social ("alguns militares… mantêm armas de porte sob o travesseiro"); o marcador evidencial "segundo a imprensa", embutido em nível micro, legitima o dado quantificado ("4% do PIB nacional") que sustenta a crítica política incorporada à oração adverbial. A construção opera, então, em dois planos de *stance* simultâneos: estabelece a base factual (fusão epistêmica) e cita fonte externa (delegação evidencial) dentro da própria proposição ancorada. O efeito projetado é a construção de um edifício de autoridade em camadas, no qual a proposição principal se apresenta como evidência direta, e o dado auxiliar, como evidência atribuída. A ocorrência amplia a descrição da rede construcional para incluir o encaixamento hierárquico de marcadores de *stance* no interior de um mesmo enunciado, fenômeno convergente com a proposta de Du Bois (2007) sobre o triângulo de posicionamento.

Construção (14)

Enunciado:

"É fato que os EUA vão tentar interferir de todo modo nas eleições desse ano. Será um bom momento para separarmos, mais uma vez, os patriotas de verdade dos patriotas de mentira." (https://x.com/luizpaulor/status/2036553928842613081. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem opinativa com posicionamento político sobre relações internacionais.

Tipo: Modalização epistêmica categórica com valor prospectivo.

Forma construcional: Construção epistêmica em posição inicial seguida de proposição com perifrástica de futuro imediato ("vão tentar").

Função discursiva: Projetar regime de certeza sobre conteúdo prospectivo, apresentando a projeção como constatação.

Análise:

A proposição remete a evento futuro, formulado como projeção política sobre relações internacionais, apresentado sob forma de constatação. A sequência "é fato que" intervém diretamente sobre esse valor temporal ao enquadrar o enunciado como dado estabilizado, reduzindo a distinção entre previsão e evidência. A perifrástica "vão tentar" preserva a dimensão volitiva e a abertura temporal do evento, embora tal abertura seja neutralizada pelo operador que a enquadra, de modo que o enunciado se apresenta como prognóstico autorizado. O sintagma "de todo modo" intensifica a impressão de inevitabilidade, eliminando retoricamente a possibilidade de ausência de interferência. O segundo período ("Será um bom momento para separarmos, mais uma vez, os patriotas de verdade dos patriotas de mentira") opera sobre o enquadramento construído: a proposição estabilizada pela construção epistêmica é mobilizada como premissa para a formulação de um teste moral dirigido ao interlocutor, o que evidencia que a ancoragem construída por "é fato que" serve propósito discursivo que ultrapassa a descrição. O funcionamento aproxima-se do que Traugott (2010) descreve como reforço subjetivo, pelo qual o enunciador projeta sobre o conteúdo grau de certeza que excede a evidência disponível, operação que pode contribuir para a estabilização de narrativas antecipatórias como base de mobilização política.

Construção (15)

Enunciado:

"@lucasfresno pq vocês nunca absolutamente nunca cantam nenhuma música do sinfonia nos shows? é fato que boa parte dos fãs acredita ser o melhor álbum da banda, inclusive eu, então queria saber se é pq as músicas não combinam com o show ou é apenas uma escolha pessoal da banda?" (https://x.com/darkgalena/status/2047520724097581398. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem em interação direta de fã com vocalista de banda de rock brasileira (Fresno), voltada à solicitação de explicação sobre escolhas de repertório em turnê.

Tipo: Modalização epistêmica categórica em função argumentativo-interativa.

Forma construcional: Construção epistêmica em posição medial, encaixada entre pergunta dirigida e pergunta retórica, com retomada autorreferencial ("inclusive eu").

Função discursiva: Legitimar pergunta dirigida ao interlocutor por meio da invocação de uma coletividade partilhada, fabricada discursivamente pelo operador epistêmico.

Análise:

A ocorrência apresenta configuração funcional inédita no *corpus*. O operador "é fato que" é mobilizado em interação direta com destinatário nomeado (@lucasfresno, vocalista da banda), e não para apresentar conteúdo ao leitor genérico. A função discursiva é ancoragem argumentativa em interação: o enunciador constrói um coletivo de referência ("boa parte dos fãs acredita ser o melhor álbum da banda") e o estabiliza como fato, para com isso legitimar a pergunta que dirige ao interlocutor. Sem a ancoragem oferecida pela construção, a pergunta soaria manifestação de preferência individual; com a construção, projeta-se como demanda coletiva a ser respondida. O adendo autorreferencial "inclusive eu" adiciona movimento intersubjetivo delicado: o enunciador primeiro generaliza, construindo uma coletividade externa, e em seguida se inclui nela, o que fabrica retoricamente a posição de porta-voz de grupo maior. A construção opera, assim, como dispositivo de conversão de opinião em evidência, e de evidência em base dialógica proposta ao destinatário, funcionamento que se aproxima diretamente da noção de coordenação intersubjetiva proposta por Verhagen (2005). A ocorrência evidencia que o esquema epistêmico comporta funções discursivas que excedem a marcação de certeza referencial, alcançando a regulação da relação entre os interlocutores.

Síntese analítica: dois eixos, uma rede, três vetores de *stance*

O exame das vinte ocorrências permite identificar dois eixos estruturantes das construções associadas à autoridade discursiva: um evidencial, alicerçado na atribuição da informação a uma fonte externa, e um epistêmico, alicerçado na apresentação do conteúdo como fato consolidado. No eixo evidencial, o esquema [segundo + fonte] admite variação posicional funcionalmente significativa, com a posição inicial projetando a

autoridade como ponto de entrada interpretativa, a medial integrando a validação ao fluxo informacional e a final operando como selo retrospectivo. O *slot* da fonte admite gradações de especificidade, do preenchimento genérico por "especialistas" à especificação temática em "especialistas em imigração", passando pelo caso marcado da modificação gráfica por aspas, que reverte o funcionamento prototípico do esquema e converte a construção em recurso de ironização (Construção 7). A oscilação entre ordens indexicais diferentes mobilizadas sobre a mesma forma, no sentido silversteiniano, evidencia a sensibilidade contextual do arranjo e converge com a descrição de Maldonado e De la Mora (2020) sobre a determinação léxico-construcional dos evidenciais.

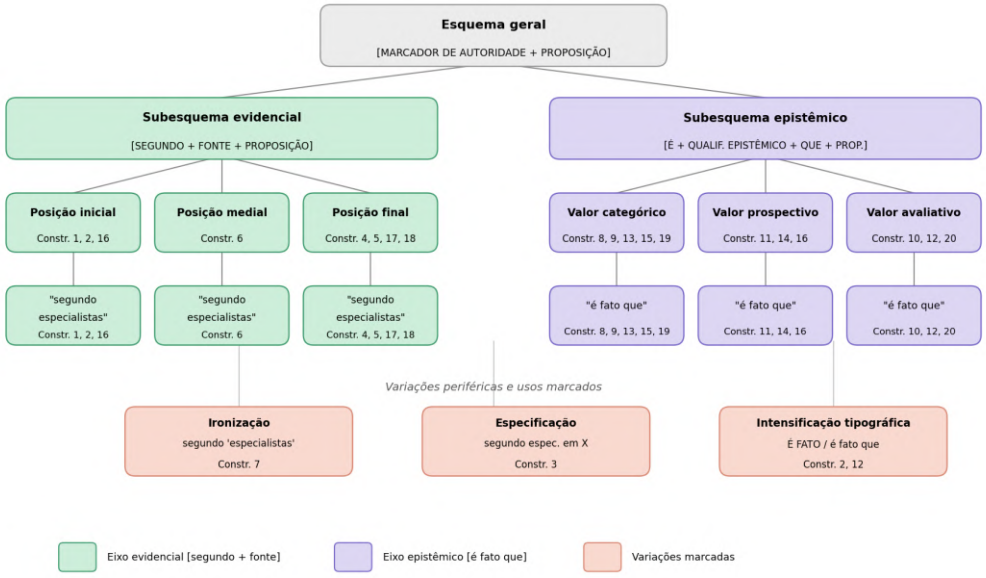
No eixo epistêmico, as construções do tipo [é fato que + proposição] operam pela internalização da autoridade no próprio enunciado. O arranjo ultrapassa a marcação de factualidade empírica. Incide sobre avaliações estéticas (10, 20), estabilização de fatos politicamente disputados (9), diagnóstico sociopolítico com empilhamento evidencial (13), interpretações situacionais (8, 19), projeções futuras (14), estratégias concessivas esportivas (11), argumentação interativa em *fandom* musical (15) e enunciados de alta afetividade (12). A amplitude dos domínios indica funcionamento como operador de factualização de escopo amplo, cujo potencial persuasivo deriva da forma que enquadra o conteúdo, com autonomia relativa em relação à natureza do conteúdo enquadrado. O caso (13) revela possibilidade estrutural adicional, o empilhamento de marcadores de autoridade em níveis distintos do mesmo enunciado, que amplia a descrição da rede construcional.

A descrição construcional e o mapeamento dos parâmetros de variação, embora necessários, não esgotam o funcionamento dos arranjos examinados. Falta a eles a dimensão relacional. A noção de triângulo de posicionamento proposta por Du Bois (2007) permite descrever as construções em três vetores simultâneos de *stance*: a avaliação do objeto do discurso, o posicionamento do sujeito enunciador e o alinhamento com o sujeito interlocutor. As duas famílias construcionais configuram estratégias distintas de *stance*. O esquema [segundo + fonte] desloca o vetor de posicionamento: o enunciador recua do eixo avaliativo ao atribuí-lo a uma fonte externa, configurando o que se pode descrever como *stance* por delegação, em que a autoridade se apoia na figura convocada. O esquema [é fato que + proposição], por sua vez, funde os três vetores: o enunciador ocupa simultaneamente as posições de avaliador e de testemunha da

factualidade, e convoca o interlocutor a alinhar-se com tal posição fundida, configurando *stance* por fusão. A análise evidencia, assim, que os dois eixos construcionais, longe de apenas descrever o mundo, codificam gramaticalmente configurações distintas de coordenação intersubjetiva, no sentido proposto por Verhagen (2005): cada arranjo projeta uma configuração específica de alinhamento e apresenta ao interlocutor determinado ponto de vista como base potencialmente partilhável. A análise permite descrever essa orientação inscrita na materialidade enunciativa, sem pressupor que o alinhamento tenha sido efetivamente realizado na recepção.

A modificação tipográfica por capitalização, observada nas Construções (2) e (12), integra o sistema de modulação da força ilocucionária em ambientes digitais, estendendo o conceito de pareamento forma-sentido a dimensões gráficas, em consonância com propostas sobre a natureza multimodal de construções digitais (Dancygier; Vandelanotte, 2017). A relação entre os dois eixos organiza-se num *continuum* de estratégias de legitimação: num extremo, construções dependentes de fonte externa; no outro, construções produtoras do mesmo efeito a partir da forma linguística. Entre os polos, distribuem-se graus variáveis de explicitação da fonte, precisão do domínio, intensidade do comprometimento epistêmico e densidade de convencionalização. A arquitetura reticular, representada na Figura 1, descreve-se em níveis hierárquicos de abstração. Em nível mais geral, postula-se o esquema [MARCADOR DE AUTORIDADE + PROPOSIÇÃO], que sanciona dois subpadrões: [SEGUNDO + FONTE + PROPOSIÇÃO], com variação posicional e gradação de especificidade no *slot* da fonte, e [É(fato/FATO) + QUE + PROPOSIÇÃO], modulável por recursos tipográficos.

Figura 1 – Rede construcional de autoridade discursiva



Fonte: Elaboração própria com base em Goldberg (2006) e Traugott e Trousdale (2013).

Em torno das microconstruções nucleares “segundo especialistas” e “é fato que”, organizam-se variações posicionais, tipográficas e lexicais que ampliam o alcance funcional das construções sem romper com os esquemas licenciadores. A regularidade observada decorre da estabilização de formas que, pela saliência continuada, passam a operar como recursos socialmente reconhecíveis de produção de legitimidade e, de modo concomitante, como dispositivos orientados à coordenação intersubjetiva, cujo potencial de funcionamento apresenta autonomia relativa em relação ao conteúdo veiculado, em lugar de derivar de regras abstratas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As construções examinadas funcionam como recursos de enquadramento autoritativo orientados a favorecer a adesão, inclusive quando a fonte, a evidência ou a fundamentação não são explicitadas no próprio enunciado. Esta é a tese central a que se chega pelo exame das vinte ocorrências, cuja ancoragem empírica repousa em três observações internas ao *corpus*: a heterogeneidade radical dos domínios enquadrados pela microconstrução “é fato que”, que cobre da projeção geopolítica (C14) e da memória política disputada (C9) à avaliação estética (C10, C20) e à afetividade de *fandom* (C12,

C15), amplitude incompatível com funcionamento estritamente referencial e compatível com funcionamento como molde formal independente do conteúdo; a modificação tipográfica por capitalização e por aspas nas Construções (2), (7) e (12), sinal de que o arranjo é mobilizado performaticamente em registros afetivos e metadiscursivos; e o encaixamento hierárquico de marcadores de *stance* observado na Construção (13), em que dois dispositivos de autoridade ("é fato que" e "segundo a imprensa") operam em níveis distintos do mesmo enunciado, o que evidencia a disponibilidade da construção para configurações complexas de coordenação intersubjetiva. Arranjos como "segundo especialistas" e "é fato que" operam, portanto, como tecnologias discursivas de fabricação de certeza, cujo potencial de funcionamento se amplia em ecologia comunicativa caracterizada por alta circulação, baixa verificabilidade, compressão temporal do processamento interpretativo e visibilidade modulada por mecanismos algorítmicos. A autoridade discursiva, no *corpus* examinado, transcende a presença de fontes institucionais ou a ancoragem empírica do conteúdo: configura tentativa de coordenação intersubjetiva inscrita na materialidade enunciativa, em que o enunciador convoca o interlocutor a compartilhar um ponto de ancoragem, sem necessariamente apresentar fundamentação argumentativa no próprio enunciado. Os resultados permitem descrever essa orientação no plano da produção discursiva; a verificação de que o alinhamento se realiza efetivamente na recepção exige dados interacionais, indisponíveis no desenho adotado.

A análise evidenciou que a operação em questão se realiza por duas estratégias construcionais distintas, porém convergentes. A construção evidencial desloca a origem da proposição para instância externa genérica, cuja força reside na ativação de repertório socialmente reconhecido como legítimo, configurando *stance* por delegação. A construção epistêmica organiza a autoridade no interior do próprio enunciado, fundindo posicionamento do sujeito e apresentação do objeto como factualidade, configurando *stance* por fusão. Ambos os arranjos funcionam como dispositivos de projeção de alinhamento, cujo potencial persuasivo deriva menos da referência ao mundo e mais da codificação gramatical de configurações intersubjetivas (Verhagen, 2005; Du Bois, 2007). O caso da modificação tipográfica por aspas na Construção (7) demonstra que o eixo evidencial, longe de mero marcador de fonte, funciona como dispositivo construcional de posicionamento passível de reconfiguração ideológica (Maldonado; De

la Mora, 2020), o que reafirma o caráter disputável da autoridade discursiva no interior da própria construção e sua natureza relacional.

A microconstrução "é fato que", ao dispensar a ancoragem em fontes e ao atuar sobre conteúdos que vão da projeção geopolítica (14) à disputa sobre memória pública (9) e ao juízo estético (10, 20), configura recurso linguístico especialmente adaptado a regimes discursivos em que a autoridade deriva menos da verificação, mais da disponibilidade formal do arranjo. A forma pode operar como atalho argumentativo, antecipando como factual ou autorizada uma proposição cuja fundamentação permanece ausente do próprio enunciado. Interessa reconhecê-la, portanto, como componente de uma economia discursiva em que a orientação ao alinhamento intersubjetivo precede e por vezes dispensa o acordo factual. A ressalva metodológica anunciada desde a introdução e detalhada na metodologia delimita o alcance do diagnóstico: a descrição formal aqui proposta identifica orientações de coordenação inscritas na emissão, cuja realização como efeito cognitivo a análise de *corpus*, por sua natureza, não verifica no plano da recepção; a confirmação de tais efeitos, por meio de protocolos psicolinguísticos, análises de engajamento real ou exame sistemático das respostas às postagens, constitui desdobramento indispensável do programa aqui esboçado. O diagnóstico apresentado articula descrição construcional e crítica dos usos linguísticos em contextos digitais, e projeta agenda de investigação que inclui a análise das interações suscitadas pelas construções, via privilegiada para aferir o alinhamento na recepção, a produtividade desses arranjos em práticas de desinformação, a variação diatópica e diastrática de suas microvariantes no português brasileiro, e sua circulação intermodal em plataformas textuais, audiovisuais e híbridas. Compreender as construções aqui descritas como tecnologias orientadas à coordenação cognitiva, ainda que epistemicamente frágeis, parece constituir passo necessário para uma linguística cognitivo-funcional à altura das condições comunicativas do presente.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, Alexandra Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BYBEE, Joan L. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CROFT, William. *Radical Construction Grammar*: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DANCYGIER, Barbara; VANDELANOTTE, Lieven. Internet memes as multimodal constructions. *Cognitive Linguistics*, Berlin, v. 28, n. 3, p. 565-598, 2017.

DIESSEL, Holger. *The grammar network*: how linguistic structure is shaped by language use. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

DU BOIS, John W. The stance triangle. *In*: ENGLEBRETSON, Robert (ed.). *Stancetaking in discourse*: subjectivity, evaluation, interaction. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 139-182.

ECKERT, Penelope. Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics*, Hoboken, v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics. *In*: *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin Publishing, 1982. p. 111-137.

FILLMORE, Charles J.; BAKER, Collin. A frames approach to semantic analysis. *In*: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 313-340.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions*: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions at work*: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HOPPER, Paul J. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, v. 13, p. 139-157, 1987.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

MALDONADO, Ricardo. Claro: de objeto perceptible a refuerzo pragmático. *In*: RODRÍGUEZ ESPIÑEIRA, María José (org.). *Adjetivos en discurso*: sobre emociones, posibilidades, certezas y evidencias. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2010. p. 61-107.

MALDONADO, Ricardo; DE LA MORA, Juliana (ed.). *Evidencialidad*: determinaciones léxicas y construccionales. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2020.

PALMER, Frank R. *Mood and modality*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, Amsterdam, v. 23, n. 3-4, p. 193-229, 2003.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Revisiting subjectification and intersubjectification. *In*: DAVIDSE, Kristin; VANDELANOTTE, Lieven; CUYCKENS, Hubert (ed.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010. p. 29-71.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VERHAGEN, Arie. *Constructions of intersubjectivity*: discourse, syntax, and cognition. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ANEXO A - Ocorrências complementares do *corpus*

Apresentam-se, a seguir, as análises integrais das ocorrências (16) a (20), representativas de configurações funcionais já contempladas pelos exemplares comentados no corpo do texto.

Construção (16)

Enunciado:

"Segundo especialistas isso seria uma perda irreparável para a biodiversidade e para as comunidades rurais que dependem do animal." (https://x.com/ForbesBR/status/1937626596954832970. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem de mídia econômica com tema ambiental.

Tipo: Evidencialidade reportativa com valor prospectivo.

Forma construcional: Marcador evidencial seguido de estrutura hipotética.

Função discursiva: Validar uma projeção por meio de autoridade especializada.

Análise:

O valor da construção desloca-se para o campo da antecipação. A forma "seria" introduz dimensão hipotética que, isoladamente, enfraqueceria o enunciado. A presença do marcador evidencial compensa tal efeito ao ancorar a projeção em um saber legitimado, o que exemplifica o funcionamento descrito por Traugott (2010) como reforço subjetivo sob cobertura evidencial: a incerteza permanece morfologicamente

visível, porém ideologicamente neutralizada pela fonte convocada. A construção permite que cenários futuros se apresentem como interpretações autorizadas, configurando estratégia de *stance* por delegação no sentido de Du Bois (2007), em que o enunciador se exime do compromisso com a previsão sem perder a força persuasiva projetada pelo enunciado.

Construção (17)

Enunciado:

"A formação continuada de professores é um grande desafio, segundo especialistas." (https://x.com/camaradeputados/status/2036509034233172208. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem institucional.

Tipo: Evidencialidade reportativa.

Forma construcional: Marcador em posição final.

Função discursiva: Reforçar um diagnóstico já formulado.

Análise:

O enunciado apresenta o problema como informação já disponível e, em seguida, associa a proposição a uma fonte legitimadora, o que desloca o foco da produção do conteúdo para sua validação. A construção opera, dessa maneira, como mecanismo de ancoragem enunciativa retroativa: a instância de validação surge em posição posterior, sem participar da formulação inicial do conteúdo, porém intervindo sobre sua interpretação. O efeito projetado é de reforço retrospectivo, no qual a autoridade estabiliza a leitura proposta e apresenta o diagnóstico como menos aberto à contestação.

Construção (18)

Enunciado:

"Como a Igreja fez parte da engrenagem da escravidão no Brasil, segundo especialistas." (https://x.com/bbcbrasil/status/1922228012767994358. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem jornalística de divulgação histórica, em formato próximo ao de manchete explicativa.

Tipo: Evidencialidade reportativa.

Forma construcional: Marcador evidencial em posição final, associado a um enunciado de caráter explicativo-sintético.

Função discursiva: Respaldar uma interpretação histórica por meio da associação retrospectiva a instância de saber legitimada.

Análise:

O segmento "segundo especialistas" associa retrospectivamente a proposição a um domínio de saber institucionalizado, ativando um *frame* de produção historiográfica legitimada. O enunciado passa a apresentar-se como interpretação respaldada, cuja autoridade deriva menos da apresentação de evidências e mais da indexação a um campo reconhecido de conhecimento. A construção reconfigura o estatuto epistêmico da proposição ao ancorá-la em uma instância legitimadora, o que orienta sua recepção como leitura autorizada e projeta o conteúdo como menos aberto à contestação.

Construção (19)

Enunciado:

"É fato que cada campanha é única, mas a amizade que fizemos com esses amigos de longa data segue até hoje. É respeito, cumplicidade e confiança. E vocês, se lembram dessa época?" (https://x.com/carlossampaio_/status/2032162390922400111. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem política com dimensão memorial e relacional.

Tipo: Modalização epistêmica categórica.

Forma construcional: Construção epistêmica em posição inicial, seguida de enunciado organizado por contraste.

Função discursiva: Estabelecer uma base de consenso e orientar o enquadramento interpretativo do segmento subsequente.

Análise:

A construção ocupa a posição inicial de um enunciado que se organiza por contraste e estabelece, logo na abertura, uma proposição de baixa contestabilidade. O segmento "é fato que cada campanha é única" funciona como ponto de ancoragem discursiva, base projetada como compartilhável a partir da qual o enunciador orienta a interpretação do que se segue. A sequência subsequente desenvolve-se sobre o fundamento estabilizado, ganhando legitimidade por associação com a proposição

apresentada como evidente. O desdobramento valorativo ("é respeito, cumplicidade e confiança") e o engajamento dialógico final ("E vocês, se lembram dessa época?") evidenciam que a construção opera para além do operador epistêmico, funcionando como dispositivo de construção de vínculo interlocutivo. A base fabricada pelo operador epistêmico habilita, retoricamente, o convite à rememoração partilhada dirigido ao leitor.

Construção (20)

Enunciado:

"'É fato que Jon Bon Jovi está perdendo a voz, e não estou tirando sarro', afirma Felipe Andreoli. #Angra #BonJovi #RockBizz" (https://x.com/rockbizzbrasil/status/2041968299869610302. Acesso em: mar. 2026.)

Contexto: Postagem em perfil jornalístico especializado em música.

Tipo: Modalização epistêmica categórica com valor avaliativo-perceptual.

Forma construcional: Construção epistêmica em posição inicial seguida de proposição com aspecto progressivo ("está perdendo").

Função discursiva: Converter percepção avaliativa subjetiva em constatação compartilhável.

Análise:

Uma avaliação baseada em percepção auditiva é apresentada, no enunciado examinado, sob forma de constatação direta, reproduzida como citação de fala de terceiro (Felipe Andreoli, músico brasileiro e integrante da banda Angra). A sequência "é fato que" reconfigura esse julgamento ao atribuir-lhe estatuto de evidência, deslocando-o do campo da interpretação para o da afirmação categórica. O funcionamento é reforçado pela escolha do aspecto progressivo: "está perdendo" descreve processo em andamento, o que pressupõe trajetória observável e confere ao enunciado aparência de verificabilidade empírica. A construção epistêmica e o aspecto verbal operam de modo solidário: o progressivo simula evidência em curso, e o operador "é fato que" converte a simulação em certeza enunciada. O adendo "e não estou tirando sarro" antecipa e refuta a interpretação do enunciado como zombaria, em movimento metadiscursivo de proteção da afirmação. A função da construção epistêmica, nesse contexto, é precisamente sustentar a afirmação contra a leitura desqualificadora antecipada, convertendo juízo avaliativo potencialmente controverso em diagnóstico técnico assumido. A ocorrência evidencia a capacidade da construção de operar sobre conteúdos de natureza avaliativa

em registros de alta sensibilidade interpretativa, ampliando seu domínio de aplicação para além do factual e do político.

Recebido em: 12/05/2026
Aceito em: 03/08/2026

Rebeca Emerich Alvarez: possui graduação em letras pela Universidade Estácio de Sá (2009). Atuou como professsora e supervisora do Ensino Fundamental, Médio, Projeto Autonomia, no qual também foi supervisora, exerceu a função de articuladora de projetos e programas - Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, onde foi membro de equipe da Coordenação de Gestão e Integração da Rede, na Diretoria Regional Pedagógica - Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e hoje é responsável técnica de Linguagens da rede estadual de ensino, instituição na qual responde pelas diretrizes, currículo e orientações curriculares e pedagógicas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física. Atua também como tutora da Universidade Norte do Paraná na área de Letras (literaturas, língua estrangeira inglês e espanhol, linguística, língua portuguesa, teoria literária) e disciplinas Pedagógicas. Professora tutora das disciplinas Português III, Português V, Linguística I, II e III pela UFF- Cederj. Mediadora Acadêmica do curso de pós-graduação da UERJ -BNCC. Participou também da Pós-graduação da UFF como tutora do curso PIGEAD sendo responsável pela disciplina Material Didático Impresso. É professora/tutora do curso de Letras na UEFS. Doutoranda e Mestra em Estudos Linguísticos pela UERJ. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Gramática de Construções Baseada no Uso, Linguística Funcional Centrada no Uso e Linguística Cognitiva.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.99327

Os jogos de perspectivização via metáfora-metonímia em letras de *rap* como forma de reivindicação do protagonismo negro

Games of perspectivization via metaphor-metonymy in rap lyrics as a way of claiming black protagonism

Tayná Miranda de Andrade
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
tay.letras@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-3159-9063

RESUMO

No cenário da Linguística Cognitiva, o presente estudo tem o objetivo de investigar jogos de perspectivização em letras de *rap* brasileiras que recorrem a metáforas e metonímias acerca da pele, do sangue ou das cicatrizes para reivindicar o papel do protagonismo negro na sociedade. Adota-se o aporte teórico de i) Verhagen (2007), em relação ao *construal*; ii) Croft (2022) e Enfield (2022) como a perspectivização; iii); Lakoff (1980) e Barcelona (2003) sobre metáfora e iv) Radden (1999) sobre metonímia. A análise de sete trechos de letras de *rap*s na sociedade contendo a relação metáfora-metonímia, associada aos jogos de perspectivização no *construal*, revelou que, ao envolverem características de pessoas negras em construções não prototípicas, a busca da ressignificação de conceitos, de significados acerca da luta negra no Brasil, nos âmbitos social e cultural, é recorrente nas composições.

Palavras-chave: jogos de perspectivização; metáfora e metonímia; *raps* brasileiros.

ABSTRACT

Within the field of Cognitive Linguistics, this study aims to investigate games of perspectivization in Brazilian rap lyrics that employ metaphors and metonymies involving skin, blood, or scars to assert the role of Black protagonists in society. The theoretical framework draws on: i) Verhagen (2007) regarding *construal*; ii) Croft (2022) and Enfield (2022) regarding perspectivization; iii) Lakoff (1980) and Barcelona (2003) regarding metaphor; and iv) Radden (1999) regarding metonymy. An analysis of seven excerpts from rap lyrics containing the metaphor-metonymy relationship, associated with perspectivization in *construal*, revealed that, by incorporating characteristics of Black people into non-prototypical constructions, the quest to redefine concepts and meanings

related to the Black struggle in Brazil — in both social and cultural spheres — is a recurring theme in these compositions.

Keywords: perspectivization strategies; metaphor and metonymy; Brazilian rap.

INTRODUÇÃO

Com sua origem estadunidense datada de meados de 1970, o *rap* é um estilo musical das periferias, sendo produto do movimento cultural *Hip Hop*. Em tradução livre ritmo e poesia, o *rap* é marcado por poucas variações de ritmo e pela influência nas tradições orais africanas que tornam as interpretações deste gênero, por vezes, semelhantes a conversas cotidianas.

> A canção RAP caracteriza-se basicamente por ser mais uma fala ritmada, de cunho informal, acompanhada, na maioria das vezes, por sons produzidos com as mãos na boca, imitando instrumentos de percussão. A melodia apresenta elementos acústicos e percussivos; mesmo assim, o que prevalece é a voz do rapper, que conta uma história (Farias, 2003, p. 21).

O fato é que este ritmo traz o relato não apenas na voz do cantor, mas também e, principalmente, nas letras, que descrevem o cotidiano de parcelas segregadas da sociedade, bem como as diversas formas de violência que atingem estas populações. No Brasil, o *rap* recebeu bastante adesão, principalmente, a partir da década de 1980, quando surgiu o programa de rádio *RAP Brasil* (Guimarães, 1999) e tem, como primeira banda nacional e grande ícone Racionais MC's, fundada em 1998.

Em documentário lançado em 2020, o *rapper* Emicida afirma que, com sua música, pretende devolver a alma de seus irmãos e irmãs, pois um dos mecanismos de colonização era a crença de que negros não possuíam almas, por isso deveriam ser convertidos em cristãos (Emicida, 2020). Considerando este pensamento, entre essas camadas marginalizadas que usam o *rap* para terem suas denúncias ouvidas, validadas e reverberadas, o presente estudo destaca a voz de resistência negra no *rap* brasileiro, em especial nos *construals* recuperados pelas construções de letras que envolvem os jogos de perspectivização como forma de reivindicação da voz e do protagonismo desta população.

Foram selecionados sete fragmentos de *rap*s brasileiros de cantores/intérpretes negros, estabelecendo, como critério, a presença da relação entre corpo e sujeito gramatical nas letras, de forma que o corpo se transformasse em sujeito e em objeto que falam e passam de uma desumanização à reivindicação do seu reconhecimento enquanto seres humanos. Assim, a constituição do *corpus* ocorreu em duas etapas: a escuta e a análise da canção *AmarElo* (Emicida, 2019), que funcionaram como ponto de partida para a identificação de construções recorrentes de perspectivização por meio de metáforas e metonímias relacionadas ao corpo, à violência e à identidade racial.

O contato com o material suscitou a hipótese de que elementos como pele, carne, sangue e cicatrizes não eram empregados apenas em sua referência corporal literal, mas também como pontos de acesso a experiências sociais, afetivas e políticas em *raps* brasileiros de maneira recorrente. A partir dessa indagação inicial, procedeu-se à seleção de fragmentos de letras de *rap* brasileiro publicadas entre 2014 e 2021, período escolhido por abranger a produção contemporânea examinada e por concentrar discussões recorrentes sobre racismo, violência, identidade, resistência e protagonismo negro.

Considerando que, conforme Croft (2022), as construções gramaticais refletem a representação que o falante faz da situação, e não a situação em si mesma, entendemos que a forma como a perspectivização é estabelecida nas construções pode transmitir discursos opressores ou combatê-los, portanto, são bastante relevantes em vozes de resistência como as do *rap* brasileiro. Sob esta perspectiva, o estudo se situa no âmbito da Linguística Cognitiva que, conforme Ferrari (2022), investiga o significado enquanto construção mental capaz de categorizar e, de certa forma, reordenar o mundo mobilizando fatores cognitivos e socioculturais.

O aporte teórico faz referência à escala de animacidade e discute perspectivização (Croft, 2022), compreendida como uma dimensão específica da operação mais abrangente de *construal* (Verhagen, 2007). Em consonância com os direcionamentos da Linguística Cognitiva, adota-se o *construal* como uma forma de construção de conceitos que seleciona, organiza e apresenta uma situação. A perspectivização corresponde ao posicionamento assumido nessa conceituação, envolvendo o ponto de vista, a distribuição da atenção, a organização figura/fundo, a subjetividade e a objetividade. Desse modo, a perspectivização não é empregada aqui como sinônimo de *construal*, mas como seu

componente analítico relativo à orientação do olhar e à posição discursiva construída linguisticamente.

As análises desenvolvidas mobilizam, ainda, os conceitos de *framing* (Enfield, 2022), metáfora (Lakoff, 1980; Barcelona, 2003), metonímia (Radden, 1999), escala de animacidade (Croft, 2022) e papéis temáticos (Perini, 2024) como diferentes recursos de realização dessa perspectivização no *rap*. O *framing* é agenciado por permitir observar a seleção, o destaque e a conexão entre elementos de uma situação nas formas de enquadramento; as metáforas e metonímias, por possibilitarem a identificação das operações de conceitos que estruturam a experiência e orientam sua interpretação; a escala de animacidade e os papéis temáticos, por permitirem verificar como os participantes são hierarquizados e distribuídos na cena discursiva.

Esses conceitos são evocados, portanto, enquanto instrumentos complementares para descrever os modos pelos quais uma perspectiva é construída. A mobilização dos conceitos baliza, então, um entendimento sobre a materialidade do discurso dos *raps* e a investigação como se revela, por meio deles, o ensejo de ressignificação de *frames* associados à população afrodescendente no Brasil.

As seções seguintes apresentam e analisam o *corpus* do estudo sob a óptica da Linguística Cognitiva (contemplando respectivamente os conceitos de *construal,* perspectivização, *framing* e metáfora-metonímia), enquanto desenvolvem a discussão acerca de como estes resultados podem tornar visível, em termos de construção gramatical, uma estrutura recorrente do discurso negro em *raps* do Brasil, bem como promover mudanças na evocação dos *frames* fruto desses processos.

A PERSPECTIVIZAÇÃO NO *RAP* À LUZ DO *CONSTRUAL E SEUS EFEITOS NOS FRAMINGS*

Para Verhagen (2007), as línguas fornecem subsídios para a materialização destas diferentes formas de compreensão e o termo que define todo este processo seria *construal*, ou, em tradução livre, interpretação. *Construal* é um conceito explicado de formas distintas entre diversos autores, e um ponto de interseção nestas definições envolve justamente a perspectivização.

Conforme Langacker (1987) *apud* Verhagen (2007), *construal* envolve três processos: seleção, perspectiva e abstração. Neste contexto, a perspectivização seriam as "manifestações linguísticas da posição a partir da qual uma situação é vista, e é dividida em quatro subtipos: (i) alinhamento figura/terreno, (ii) ponto de vista, (iii) deixis e (iv) subjetividade/objetividade" (Verhagen, 2007, p. 53 tradução nossa).

De fato,

> [...] o conceito de "construal" foi introduzido para captar aspectos da conceitualização que não podem ser adequadamente analisados em termos adequadamente analisados em termos do objeto de conceituação, mas que exigem referência à percepção, escolha ou ponto de vista de um sujeito. Dessa forma, assumirei que a perspectiva é uma parte central de toda a gama de possíveis relações de construção, de fato um aspecto um aspecto definidor de instâncias prototípicas de interpretação (Verhagen, 2007, p. 58 tradução nossa).

Neste estudo, *framing,* metáfora-metonímia e *construal* são conceitos que se coadunam diretamente com o que denominamos perspectivização e envolvem diretamente questões de subjetividade e de ponto de vista.

Os efeitos deste ponto de vista podem ser traduzidos, na acepção da linguística cognitiva, em uma possibilidade de reordenação conceitual a partir das letras de *raps* brasileiros de resistência negra, pois o uso recorrente das metáforas de força e resistência como "dar o sangue", "ser navalha" e "não se arrebanhar" serve ao ensejo de ressignificação de conhecimentos enciclopédicos, em especial o conhecimento convencional e a característica.

Conforme Langacker (1987) *apud* Ferrari (2022), esta forma de conhecimento diz respeito à informação "amplamente conhecida e compartilhada pelos membros de uma comunidade de fala, que tem, portanto, alta probabilidade de ser mais central para a representação mental de um determinado conceito lexical" (p. 53). Assim, com a ampla reincidência das referidas metaforizações, pensa-se ser possível contribuir para a paulatina ressignificação do conceito do povo negro na sociedade contemporânea em um papel não mais de vítima, mas de protagonista da própria história.

Além disso, vale destacar um deslocamento no *frame* acerca da *característica*. Esta forma de estabelecimento de informações, de acordo com Langacker (1987) *apud* Ferrari (2022), "traz a informação suficiente para identificar o membro de uma classe, dado seu caráter único" (p. 53). Neste sentido, a pele e a cor, que identificam as pessoas

e, por conseguinte, são usadas na tentativa de estigmatizá-las em uma sociedade estruturalmente racista e passam a ser elementos de união e de comprometimento com a causa.

Estabelecidos os entendimentos acerca do *construal* em relação com os demais conceitos mobilizados, as seções seguintes discutem, respectivamente, a perspectivização e o *framing* (dimensões do *construal*) e os mecanismos linguístico-cognitivos por meio dos quais essa orientação de perspectiva se concretiza nas letras de *rap* brasileiro no *corpus* analisado.

A ABORDAGEM COGNITIVA ACERCA DA PERSPECTIVIZAÇÃO

Conforme Langacker (2002), as construções, como os signos, possuem significantes ligados a diferentes significados, por conseguinte, diferentes construções gramaticais constroem significados distintos. Assim, conforme a variação dos focos, as construções gramaticais podem representar o mesmo mundo de diversas formas. Com isso, as funções que as palavras ocupam nos sintagmas mudam quando se altera a posição, e esse processo imprime múltiplos sentidos ao texto. Entendemos que a poesia, em especial a presente nas canções, faz isso consciente e propositadamente, sobretudo quando altera as ordens típicas dos sintagmas e dos elementos sonoros em defesa de pontos de vista específicos frutos do redirecionamento do olhar.

Sabe-se que cada canção tem seus sentidos inscritos em pelo menos duas semioses: a verbal e a musical, no entanto, neste estudo, o tratamento do *corpus* se concentra na parte verbal[1]. Convém, neste sentido, relembrar que, conforme Croft (2022), no entendimento de uma sentença é preciso considerar tanto a classe semântica (a informação em si) quanto os atos proposicionais (formas como a sentença é *empacotada*) pelos quais tal informação é apresentada, organizada para adquirir função referencial, predicativa ou modificativa.

[1] Sabemos que o estudo isolado de uma única semiose não é suficiente para apreender os sentidos mobilizados em canções, mas, pelo recorte teórico e pelo objetivo deste texto, entendemos que os resultados aqui obtidos podem ser associados a análises musicais e contextuais em trabalhos que objetivem debruçar-se mais integralmente às canções, nos quais ele pode configurar uma parte do processo analítico do *corpus* composto por cancioneiro.

Croft (2022) propõe a escala de animacidade, para a qual a ordem de relevância na sentença ocorre tipicamente de forma que pronomes de primeira e segunda pessoa são tratados como mais relevantes nas construções em relação aos de terceira pessoa. Em se tratando dos substantivos, a hierarquia iniciaria nos referentes a pessoas (no topo), seguidos pelos referentes a seres animados e, finalmente, chegando aos referentes a seres inanimados (na base). A escala de animacidade ativaria uma maior recorrência de papeis das categorias gramaticais na linguagem, apontando quais têm mais tendência a apresentar traços de sujeito e traços de objeto. No verso

[1] Permita que eu fale/ Não as minhas cicatrizes (Emicida, 2019).

é possível, por exemplo, pressupor tanto que as cicatrizes (referente inanimado) falariam mais do que o eu-lírico (animado), quanto que há uma reivindicação de uma voz que, possivelmente, traria mais humanização ao sujeito, efeito de sentido possibilitado com sua maior aproximação do topo da escala de animacidade.

Os jogos de construções de sentenças, portanto, movimentando esta organização mais recorrente de caracterização dos sujeitos, conseguem direcionar a atenção do leitor a elementos específicos, por vezes conferindo efeito de protagonismo substantivos inanimados, e este processo acontece não somente nas composições de Emicida, mas em diversos *raps* brasileiros. Com este recurso, passa-se a identificar regularidades que, em defesa de discursos convergentes, materializam as sentenças, também, de forma semelhante.

De fato, as estruturas do conhecimento e sua relação com os aspectos culturais e sociais interessam bastante à linguística cognitiva, inspirada na psicologia e nos aspectos cognitivos, com o diferencial de que, ao linguista, é significativo apenas como os referidos aspectos se materializam na gramaticalização.

A PERSPECTIVIZAÇÃO NO *RAP* À LUZ DOS *FRAMINGS*

Conforme Enfield (2022), a maneira como se constroem os enunciados evidencia uma interpretação do mundo, e a forma como essa explicitação ocorre envolve tanto a cognição quanto as formas e propósitos pelos quais a linguagem é usada. No caso dos

raps, desde a origem do gênero, a interpretação da violência, da miséria e, principalmente, do preconceito racial já estavam em seus temas (Farias, 2003), porém sob o ponto de vista das vítimas deste processo e em favor de um propósito de protesto.

Entre as técnicas utilizadas para capturar a atenção, destacam-se, inicialmente, os *framings*, posto que

> [...] a maneira como vejo uma imagem é um assunto privado, mas a maneira como a rotulo é uma imposição aos outros [...] quando você dá um título a uma obra de arte, você define publicamente os termos de interpretação. Você desenha o mapa em torno do qual deseja que nos organizemos, comprometendo-se com uma das várias visões possíveis, e está efetivamente instruindo os outros a ter apenas essa visão da coisa e a se comprometer com essa visão em detrimento de outras. Isso é enquadrar. Conhecemos esse fenômeno anteriormente com outro nome. Frege o chamou de modo de apresentação. A Estrela da Manhã, a Estrela da Tarde e Vênus são formas alternativas de enquadrar a mesma entidade (Enfield, 2022, p. 113 tradução nossa).

O enquadramento (*framing*), então, por meio da ênfase linguística, é uma forma de influenciar pessoas, consciente ou inconscientemente, e pode acontecer de forma positiva ou negativa em relação à situação. No caso do *rap*, essa influência é tão significativa que os ouvintes e apreciadores do estilo adotam vestimentas e vocabulário próprios, no ensejo de protesto contra o consumismo, dentre outros aspectos (Farias, 2003).

Um *framing* recorrente neste movimento musical deriva do reenquadramento típico de letras que, tematizando a resistência negra, encontram, na palavra, a forma de reconstruir sua história e influenciar a realidade. Para este reordenamento, retomam-se, em *raps*, interpretações típicas de que o negro seria reduzido a vítima de um racismo historicamente vigente – portanto, sua existência se resumiria ao fato de que ele porta cicatrizes– e combate-as com a ideia da força e da reação não pacífica no ensejo de reordenamento tanto da recorrente redução dos afrodescendente às cicatrizes das opressões a que são submetidos quanto da perspectiva das formas sociais de construção de pensamentos que marcam o branco como o lado mais forte.

Assim, o foco de atenção do falante é a causa, e o enquadramento linguístico é a consequência. Vale considerar que os efeitos dos *framings* não estão associados apenas à linguagem, mas também à cognição humana conforme Enfield (2022). Assim, vêm à tona

as questões culturais e os efeitos da comunicação artística desejados, junto com a seleção dos *framings*, nas canções em geral.

Com esta percepção e, sendo o *rap* um estilo específico de seleção de temas e de construções linguísticas, ele possui, entre seus principais *framings* típicos, por exemplo, o protagonismo das comunidades oprimidas, a denúncia e uma resistência com tom de agressividade, como podemos identificar em [1], pois a construção sugere um sujeito que recusa se deixar definir pelas cicatrizes, assumindo-se como um agente humano completo. Neste caso, evoca-se o *frame* (esquema de significação baseado nas experiências humanas) de que agentes humanos são os mais importantes da hierarquia e assume-se combativamente este *frame*, rejeitando a ideia de que não era permitido ao sujeito da canção falar, mas apenas suas quanto que cicatrizes.

Considerando a perspectiva de Perini (2024) para os papéis temáticos, ou seja, os sentidos atribuídos pelo verbo a um argumento (complemento), entende-se que a representação cognitiva de cada complemento do verbo depende de vários fatores e não apenas da valência do verbo, ou seja, a quantidade de complementos que a ele se relacionam. Assim, o agente, por exemplo, estaria ligado prototipicamente ao sujeito gramatical, e o paciente, ao objeto direto. Em se tratando da sentença [1], é possível constatar que as cicatrizes normalmente não têm papel de agente, mas sim de tema, sofrendo a ação do verbo, ou seja, há um jogo de deslocamento no papel semântico prototípico que associa certas relações temáticas preferencialmente com certas funções sintáticas, havendo a flutuação de um argumento entre a posição não prototípica (de agente, nas cicatrizes que falam) e a prototípica (de tema, nas cicatrizes como uma característica do sujeito que age).

Desta forma, o fenômeno ocorrido neste trecho evidencia a polissemia das construções, pois pessoas (agentes) falam (praticam ações) e cicatrizes são efeitos de ações. Com isso, o eu-lírico reivindica essa ação ao somar esta adaptação da estrutura prototípica com a presença do modo imperativo, que denota pedido ou ordem.

Outra forma de identificar os *framings* típicos do *rap* é depreendida dos dois próximos versos:

[2] 80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo (Emicida, 2019).

o sujeito desta sentença são eventos (os tiros, não as pessoas), mas estes eventos revelam e evocam (implicitamente) agentes específicos (como a polícia). Além disso, o jogo de palavras relacionadas a partir da preposição "e" revela que o alerta à sociedade de que a pele branca não é costumeiramente violentada, enquanto a outra, a pele que não é alva, ou seja, a negra (e a indígena) é atingida com tanta frequência a ponto de ser possível associá-la a um alvo.

Soma-se a isso a denúncia de que

[3] Querem que nossa pele seja a pele do crime (Baco Exu do Blues, 2018).

a qual envolve a associação dos negros pela parte dos brancos, que não os enxergam como vítimas dos assassinados, mas de praticantes de crimes. Esta perspectiva pode ser depreendida pela aproximação entre características de um grupo específico (a pele retinta dos afrodescendentes) e da criminalidade, como se ela fosse exclusivamente praticada por pessoas pretas conforme o sujeito do verbo "querem", que seria "eles", ou seja, os não brancos, os que não têm "a nossa pele". Neste exemplo, novamente há a recusa a se deixar reduzir a uma parte do corpos, ou seja, a evocação uma metonímia, bem como a rejeição da redução que ela possa sugerir, de que o sujeito se resume a uma característica específica.

Nas denúncias deste segundo *framing*, é possível identificar uma categorização, que está associada à memória e às formas de organização do mundo (Ferrari, 2022). Esta categorização pode ser apreendida pelas construções prototípicas e pelo contexto. Para Ferrari (2022), uma das acepções do contexto envolve a memória permanente. No Brasil, conforme o CNN Brasil (2021), as pessoas pretas são quase 80% dos alvos de morte por arma de fogo e, de acordo com o G1 (2021), mais de 80% das pessoas presas injustamente por reconhecimento fotográfico também são pretas. Esses dados fazem parte da memória permanente acerca do negro no Brasil, e é isso que o *framing* das denúncias visa combater.

Além disso, um terceiro enquadre tem relação com o discurso agressivo, típico do *rap* e que aparece em letras como

[4] Eu era a carne, agora sou a própria navalha (Racionais MC'S, 2002)

as quais, evocando novamente a recusa de se deixar reduzir a uma parte do corpo, bem como as metáforas de batalhas e a oposição entre a vulnerabilidade da carne e o potencial de machucar da navalha, trazem o enquadre de deixar de ser passível de ser machucado e passar a ser quem atinge.

Os quatro *framings* acima (redução da população negra à história de vitimização; recorrência da violência contra pessoas de pele negra; recorrente associação dos afrodescendentes com a criminalidade e reivindicação de protagonismo) não têm o propósito de apresentar a totalidade de interpretações típicas do *rap*, porque este não é o objetivo do artigo, mas de evidenciar que elas existem e visualizar, nos dados, o desejo e a necessidade de reinterpretação da realidade, de inversão de uma perspectiva que pode ser pressuposta, nas letras, como dominante e opressora. Assim, [1], [2], [3] e [4] trazem, como semelhança, a exposição da urgência de uma forma de olhar a sociedade sob nova perspectiva, praticando ou desejando o jogo de perspectivização.

A PERSPECTIVIZAÇÃO NO *RAP* À LUZ DAS METÁFORAS E METONÍMIAS

Os *framings* estão intimamente relacionados às metáforas e

> Estamos constantemente enquadrando as coisas não apenas em termos do que escolhemos incluir ou omitir, ou qual palavra aparentemente equivalente escolhemos, mas também em termos de quando usar uma metáfora. Metáforas e analogias são formas importantes de categorização e, sem dúvida, indispensáveis para a coordenação de determinadas ideias (Enfield, 2022, p. 118 tradução nossa).

Nos exemplos [1], [2], [3] e [4], o reenquadramento ou a defesa desse ponto de vista do oprimido no *rap* se materializa nas metáforas, sejam elas as cicatrizes, a carne, a pele, a navalha ou o alvo, de forma que, embora estejamos propondo, neste texto, a segmentação dos conceitos a fim de facilitar a compreensão dos movimentos, o fato é que os jogos de perspectivização, bem como os dados aqui analisados, amalgamam todas as definições na sua gramaticalização.

Em uma perspectiva mais específica acerca da metáfora, convém reiterar que, conforme Slobin (1996) a língua, única forma de fala e compreensão mútua, é aprendida, desde a infância como um sistema de orientação subjetiva para a codificação de uma

realidade objetiva, e este processo se reflete na forma como pensamos durante a construção de uma sentença. Como uma dessas formas de imprimir a subjetividade na língua, entende-se que a "essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra" (Lakoff; Johnson, 2002, p. 47-48).

Além dessa impressão de uma experiência que é possibilitada pela forma de construção da sentença, a interpretação via metáfora também se caracteriza, de acordo com Quinn (1991), pela seleção de um determinado significado em meio a um rol de possibilidades, o que necessariamente envolve a exclusão de outras possíveis leituras. Nesse sentido, as metáforas não são escolhidas de forma arbitrária, mas "são normalmente selecionadas para se adequar a um modelo preexistente e culturalmente compartilhado" (Quinn, 1991, p. 60).

Os efeitos da metáfora envolvem o entendimento de que a sua presença sutil pode influenciar as pessoas na resolução de problemas sociais e no entendimento acerca das melhores decisões.

No caso de

[5] Não preciso de capataz, dou meu sangue (Sabotage, 2000).

a metáfora ajuda no enquadre que sugere a pessoa que tem o capataz como alguém que tem a luta menos valiosa, pois não se dedica integralmente à sua causa. A relação de oposição, assim, ao usar a metáfora para intensificar a dedicação a um propósito, auxilia na invalidação da postura de quem depende da opressão de outras pessoas para alcançar seus objetivos.

Além disso, conforme Lakoff & Johnson (1980), a metáfora amalgama a origem conceitual concreta e a experiência abstrata. Assim, o entendimento metafórico acerca das ações humanas é refletido no cotidiano humano, via construções como as canções, nas quais, ao serem materializadas, as metaforizações conduzem à atribuição de sentidos à realidade.

A metáfora também busca transformação do abstrato em palpável, como ocorre em semelhante ocorre em

[6] Minha pele, meu apelo (Negra Li, 2018).

pois, ao associar-se a personificação do indivíduo a (o tom da) sua pele, constitui-se um enquadramento dos sujeitos por uma característica, qual seja o traço fenotípico que mais evidentemente marca as etnias de matriz afro, o tom da pele negra, a qual materializa e é a razão pela qual se busca auxílio e resiste-se.

Essa concretização do abstrato também é notável em

[7] O sistema me marcou, mas não me arrebanha (GOG, 2006).

quando a opressão é associada às marcas com brasa feitas na pele dos bois que, após este processo de violência, tornam-se privados de sua liberdade, pois, enquanto rebanho, passam a ser pertencidos por quem lhes marcou.

O processo cognitivo de compreensão metafórica da realidade, associado aos *framings*, torna-se potente não somente para transcender a dimensão abstrata, mas, principalmente, para imprimir, na sentença, sentidos condizentes com o tema e o discurso adotados e para identificação e influência dos comportamentos de outrem.

No processo de metaforização,

> não é comum que uma única metáfora estruture todo um domínio-alvo, mas apenas alguns aspectos ou subestruturas dele. Isso acontece porque nos apoderamos desses aspectos e metaforicamente "damos sentido" a eles encontrando outro domínio cuja estrutura esquemática de imagem abstrata contenha pelo menos as mesmas subestruturas (Barcelona, 2003, p. 240 tradução nossa).

Todas as metáforas analisadas no *corpus* deste estudo partem, no entanto, claramente de relações metonímicas e, quase todas envolvem partes (cicatriz, pele, carne e ferida) de um todo (sujeito eu-lírico negro). Em sentido mais amplo, Barcelona (2003), afirma que as metáforas sempre se pautam em um conceito metonímico que lhes antecede, ou seja, a metáfora se origina nas projeções da metonímia que é seu pré-requisito conceitual. Isso explicaria a ocorrência de metonímias dentro de metáforas.

A metonímia poderia se situar tanto no domínio-fonte quanto no domínio-alvo da metáfora. Assim, é a relação metonímica presente na fonte ou no alvo que possibilita a metáfora, ainda que o sentido adotado na relação não seja convencionalizado (cristalizado como entendimento do item lexical).

Para categorizar as metonímias em sua relação com as metáforas considerando domínio-fonte e domínio-alvo, adotamos a proposição de Radden (1999), o qual defende que a visão antropocêntrica do mundo, tal qual a interação corporal com objetos e com outros seres humanos, organiza a experiências humanas básicas. Em sua proposta, a metonímia parte–todo inclui relações entre uma entidade física e suas partes da seguinte forma:

> (i) HUMANO SOBRE NÃO-HUMANO: Esse princípio explica os casos padrão das metonímias de produção, controle e posse, a saber: (38) PRODUTOR POR PRODUTO (Tenho um Ford), (41a) CONTROLADOR POR CONTROLADO (Schwartzkopf derrotou o Iraque) e (42a) POSSEIRO POR POSSUÍDO (Tenho um pneu furado).
> (ii) SUBJETIVO SOBRE OBJETIVO: Esse princípio baseia-se em nossa visão subjetiva do mundo e explica a metonímia (30b) PERCEPÇÃO POR COISA PERCEBIDA, como em "Que vista linda" para "coisa vista".
> (iii) CONCRETO SOBRE ABSTRATO: Nossa experiência humana básica se relaciona com objetos físicos concretos. Partes do corpo são objetos particularmente "bons", e nós rotineiramente acessamos vários domínios humanos abstratos por meio de referências ao nosso corpo. Assim, falamos em "ter as mãos em algo" para "controlar algo", "segurar a língua" para "parar de falar", "coração" para "bondade", "cérebro" para "intelecto", "um bom ouvido" para "boa audição", etc. Como os objetos concretos são visíveis, o princípio também implica VISÍVEL SOBRE INVISÍVEL, o que se reflete em metonímias como "salvar a pele" para "salvar a vida". A visibilidade também explica a metonímia padrão (43a) RECIPIENTE PARA O CONTEÚDO, já que os recipientes são visíveis, mas o que está dentro deles, via de regra, não é. O princípio do CONCRETO SOBRE O ABSTRATO também explica as metonímias (1) FORMA PARA O CONCEITO e (47) PALAVRAS PARA OS CONCEITOS QUE ELAS EXPRESSAM, nas quais a forma concreta, visual ou acústica, de um signo representa seu conceito.
> (iv) INTERACIONAL VS. NÃO INTERACIONAL: As entidades com as quais interagimos constituem bons pontos de referência. Frequentemente interagimos com partes de um todo, de modo que esse princípio fornece uma motivação padrão para metonímias do tipo "PARTE POR TODO". Por exemplo, a parte com a qual mais interagimos ao dirigir é o volante, de modo que falamos em "sentar-se ao volante" para nos referirmos a "dirigir". Usamos principalmente as mãos para interagir com o mundo e, por isso, falamos em "demonstração prática"; usamos os dedos para digitar no teclado do computador e, assim, falamos em ter o mundo na ponta dos dedos quando acessamos a Internet. Nossa interação com as coisas também está intimamente relacionada à sua função.
> (v) FUNCIONAL EM DETRIMENTO DO NÃO FUNCIONAL: Conforme demonstrado por Tversky e Hemenway (1984), atribuímos especial destaque a partes funcionais, como o motor e as rodas. Por isso, falamos de uma rodovia e de um caminhão de 24 rodas. Partes que não têm função importante na direção, como as portas, os limpadores de para-brisa ou os para-lamas, são, obviamente, muito improváveis de serem selecionadas como pontos de referência metonímicos para representar o carro (Radden, 1999, p.19)[2].

[2] Tradução livre de: "(i) HUMAN OVER NON-HUMAN: This principle accounts for the default cases of the production, control and possession metonymies, namely (38) PRODUCER FOR PRODUCT (I've got a Ford), (41a) CONTROLLER FOR CONTROLLED (Schwartzkopf defeated Iraq), and (42a)

Assim, analisando as metáforas à luz do domínio-alvo, do domínio fonte, dos pressupostos e das metonímias, é possível compreender os sentidos em letras de *raps*, conforme se identifica no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação metáfora-metonímia em *raps* brasileiros de resistência negra

***Rap*-Exemplo**	**Domínio-Fonte**	**Domínio-Alvo**	**Relação(ões) predominante(s)**	**Princípios predominantes**	**Sentido**
[1] Permita que eu fale, **não as minhas cicatrizes**	Cicatrizes como marcas físicas visíveis	Traumas e dores passadas	Metonímia	Concreto sobre abstrato / Visível sobre invisível.	Reivindicar ao sujeito o papel de agente, não de efeito de ação.
[2] 80 tiros te lembram que existe **pele alva** e **pele alvo**	Alvo, mira, objeto da violência	Grupo social vulnerabilizado pela cor da pele	Metáfora e metonímia	Concreto sobre abstrato; Interacional vs. não interacional; Humano sobre não-humano e Funcional em detrimento do não funcional	Pessoas brancas não são tão vítimas de assassinato a tiros quanto pessoas negras.
[3] Querem que nossa pele seja **a pele do crime**	Crime como prática ou ação social	Pele negra associada à criminalização	Metáfora e metonímia.	Concreto sobre abstrato; visível sobre invisível e Interacional vs. não interacional	Movimento de estigmatização não por ações, mas por características físicas.

POSSESSOR FOR POSSESSED (I have a flat tire). (ii) SUBJECTIVE OVER OBJECTIVE: This principle is based on our subjective view of the world and accounts for metonymy (30b) PERCEPTION FOR THING PERCEIVED, as in What a beautiful sight for 'thing seen'. (iii) CONCRETE OVER ABSTRACT: Our basic human experience relates to concrete physical objects. Body parts make particularly 'good' objects, and we routinely access various abstract human domains by reference to our body. We thus speak of having one's hands on something for 'controlling something', holding one's tongue for 'stopping speaking', heart for 'kindness', brain for 'intellect', a good ear for 'good hearing', etc. Since concrete objects are visible, the principle also entails VISIBLE OVER INVISIBLE, which is reflected in metonymies such as to save one's skin for 'to save one's life'. Visibility also accounts for the default metonymy (43a) CONTAINER FOR CONTENTS, since containers are visible but things in the container are, as a rule, not. The CONCRETE OVER ABSTRACT principle also accounts for the metonymies (1) FORM FOR CONCEPT and (47) WORDS FOR THE CONCEPTS THEY EXPRESS, where the concrete visual or acoustic shape of a sign stands for its concept. (iv) INTERACTIONAL OVER NON-INTERACTIONAL: Entities we interact with form good reference points. We often interact with parts of a whole so that this principle provides a default motivation for PART FOR WHOLE metonymies. For example, the part we interact with most in driving is the steering wheel so that we speak of sitting behind the wheel for 'driving'. We mainly use our hands in interacting with the world and hence speak of hand-on demonstration, we use our fingers in typing on the computer keyboard and thus speak of having the world at our fingertips when we log into the Internet. Our interaction with things is also closely related to their function. (v) FUNCTIONAL OVER NON-FUNCTIONAL: As shown by Tversky and Hemenway (1984), we attach particular salience to functional parts such as the engine and the wheels. We therefore speak of a motorway and a 24-wheeler. Parts that have no important function in driving such as the doors, the windshield wipers, or the fenders are, of course, highly unlikely to be selected as metonymic reference points to stand for the car" (Radden, 1999, p. 19).

[4] Eu era **a carne, agora sou a própria navalha**	Navalha como instrumento de abate	Ameaça (d)e violência	Metonímia	Concreto sobre abstrato e Interação/função	O eu-lírico que foi vitimado passa a atacar.
[5] Não preciso de capataz, **dou meu sangue**	Sangue como substância vital	Comprometimento e sacrifício	Metonímia do concreto pelo abstrato	Concreto sobre abstrato; Interacional vs. não interacional; Humano sobre não-humano	As pessoas que têm senso de pertencimento a uma causa não precisam de capataz, pois são suficientes para vencer suas lutas.
[6] **Minha pele, meu apelo**	Superfície corporal como marca de identidade	Identidade racial, corpo político e denúncia	Metonímia.	Concreto sobre abstrato; Visível sobre invisível; interacional vs. não interacional	Quando se tem a pele negra, é necessário. apelar para a sociedade.
[7] O sistema **me marcou, mas não me arrebanha**	Marcação física e condução por pastor	Estigmatização para controle social	Metáfora e metonímia.	Concreto sobre abstrato; Visível sobre invisível; Marca por experiência ou efeito psicossocial	A sociedade agride um grupo de pessoas que deseja controlar e animalizar.

Fonte: A autora (2024).

As definições propostas permitem identificar principalmente o princípio *Concreto sobre abstrato*, combinado, em vários casos, com *Visível sobre invisível* e *Parte por todo*. O princípio *Interacional vs. não interacional* ajuda a explicar por que partes corporais como *pele*, *carne* e *sangue* funcionam como pontos de acesso à pessoa e à experiência social.

Dos exemplos analisados, é possível inferir, então, que as relações metáfora-metonímia presentes nas letras de *raps* brasileiros de resistência negra não criam relações novas, mas essas associações, que ocorrem no nível extralinguístico, já são pré-existentes, como é o caso de "ser (de) carne", "dar o sangue" e "marcar", que, não frequentemente associados à fala negra, também carregam diferentes sentidos em movimentos de opressão e resistência.

Além disso, as relações de substituições lexicais trazem inclusões de sentidos, refletindo, além da evidenciação de formas comuns de pensar e agir na sociedade, o combate a essas formas e o desejo de estabelecimento de novas formas. Tal processo pode ser evidenciado em [3], pois, sugerindo, pela palavra "carne", a fragilidade e a

vulnerabilidade como construção prototipicamente associada a uma comunidade, busca ressignificar a característica desse povo, atribuindo-lhe, pela escolha lexical "navalha", o potencial de precisão e de agressividade.

Assim, conforme Barcelona (2003), a metonímia possibilita a transição entre conceitos cognitivos que podem ser associados em um mesmo domínio, contribuindo para que um domínio-fonte torne possível o direcionamento mental a um domínio-alvo. Desta forma, a metonímia e as metáforas a ela associadas possibilitam organizar os conhecimentos e as formas de raciocínio pautados em questões físicas e em experiências (Ferrari, 2022).

As canções de resistência negra, selecionadas por trazerem a resistência e a negação da estrutura vigente, marcadas pelas metáforas e metonímias associadas aos aspectos físicos prototipicamente negros, ensejam potencializar sua mensagem adotando recursos cognitivos, linguísticos e socioculturais. Assim, pode-se entender o ensejo dos autores de que as próprias letras de *rap* sejam metaforizadas como instrumentos de denúncia e armas de luta na resistência negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguística cognitiva, ao considerar não apenas o material linguístico, mas a potência da organização, do processamento e da fixação das construções na memória social, configura-se como uma área relevante para a observação de quando há um ensejo de reordenação do mundo via reconstrução de conceitos, como se pode identificar nas letras de *raps* brasileiros de resistência negra.

Os sete fragmentos analisados neste estudo, através da seleção das metáforas e das metonímias em suas letras, ensejam uma modificação na forma dos *frames* e, por conseguinte, dos *construal*s associados à comunidade negra no país, e isso pode ser percebido nas estratégias constituição dos jogos de perspectivização a que elas recorrem.

Dentre estas táticas, destacam-se, por exemplo, os jogos de sentidos obtidos pelo recurso de utilização da escala de animacidade de Croft (2022), com a proposta de que as cicatrizes, objetos, falam mais que sujeitos negros e da associação do ser humano afrodescendente ao gado e a objetos sobre os quais se exerce posse, associada a um *framing* imperativo que reivindica a voz dos povos marcados pela opressão no país.

Além disso, os enquadres da agressividade, da resistência e do comprometimento com a luta também aparecem tanto nas relações metáfora-metonímia que descrevem o povo negro quanto na desqualificação do seu opressor da "pele alva", que precisa de capataz e que não é mais capaz de "arrebanhar" a comunidade negra brasileira, como pode outrora.

Neste sentido, as construções das letras de *rap*, manifestando linguisticamente seu posicionamento de resistência no gênero musical marcam sua subjetividade e reivindicam, além do respeito ao seu povo e à sua luta, o reordenamento da construção do conceito da comunidade negra em uma memória mais permanente da sociedade. Isso é possível nos jogos de perspectivização que promovem a reiterada desconstrução de estigmas associados às suas características e da visão convencionalmente racista a seu respeito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores Marcos Baltar, pelas orientações e pela inspiração aos trabalhos que têm as canções como objeto de estudo; e Heronides Moura, pelos apontamentos e contribuições críticas ao texto ao final da disciplina *Linguagem e Cognição*, os quais foram fundamentais para o aprimoramento desta pesquisa. Meus agradecimentos, também, à CAPES, pelo financiamento concedido, que viabilizou a realização deste trabalho, bem como de todo o meu processo de doutoramento, do qual este estudo é fruto.

REFERÊNCIAS

BACO EXU DO BLUES. Bluesman. *In*: BACO EXU DO BLUES. *Bluesman*. Rio de Janeiro: 999, Altafonte, 2018.

BARCELONA, Antonio. *Metaphor and Metonymy at the Crossroads*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2003.

CROFT, William. *Morphosyntax. Constructions of the world's languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

EMICIDA. AmarElo (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte) part. Majur e Pabllo Vittar (Áudio oficial). *YouTube*, 1 nov. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uJcjV6g5mV8. Acesso em: 31 ago. 2022.

EMICIDA. Amarelo: é tudo pra ontem. *Netflix*, 8 dez. 2020.

EMICIDA. Ismália. *In*: EMICIDA. *AmarElo*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019.

ENFIELD, N. J. *Language vs. reality. Why language is good for lawyers and bad for scientists.* Cambridge: MIT Press, 2022.

Exclusivo: 83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico no Brasil são negros. *G1 Fantástico*. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/02/21/exclusivo-83percent-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros.ghtml. Acesso em: 26 ag. 2024.

FARIAS, Iara Rosa. Elementos de semiótica aplicados à canção RAP. CASA. *Cadernos de Semiótica Aplicada,* v. 1, p.14-34, 2003. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/download/570/491/1574. Acesso em: 17 jul. 2024.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva.* 1 ed. São Paulo: Contexto, 2022.

GOG. Carta à Mãe África. *In*: GOG. *Aviso Às Gerações.* 2006.

GUIMARÃES, Maria Eduarda Araújo. Rap: transpondo as fronteiras da periferia. *In*: ANDRADE, Elaine Nunes (org.). *Rap e educação, rap é educação.* São Paulo: Selo Negro, 1999. p. 39-54.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by.* Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, Ronald. *Concept, Image and Symbol.* The cognitive basis of grammar. 2 ed. Berlin, Nova York: Mouton de Gruyter, 2002.

NEGRA LI. Raízes. *In*: NEGRA LI, *Raízes.* São Paulo: White Monkey Recordings. 2018.

PERINI, Mário Alberto. *Linguagem e Cognição*: Esquemas, gramática e os limites da língua. Rio de Janeiro: Vozes, 2024.

PORTO, Douglas. Negros representam 78% das pessoas mortas por armas de fogo no Brasil. *CNN Brasil*. 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-representam-78-das-pessoas-mortas-por-armas-de-fogo-no-brasil/. Acesso em: 26 ag. 2024.

QUINN, Naomi. The cultural basis of metaphor. *In*: FERNANDEZ, J. W. (org.). *Beyond Metaphor*: The Theory of Tropes in Anthropology. Stanford, Stanford University Press, 1991. p. 56–93.

RACIONAIS MCS. Nego drama. *In*: RACIONAIS MCS. *Nada como um dia após o outro dia.* São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 2002.

RADDEN, Günter; KÖVECSES, Zoltán. Towards a Theory of Metonymy. *In*: PANTHER; Radden (org.). *Metonymy in Language and Thought*. 1999. Disponível em: https://www.slm.uni-hamburg.de/iaa/personen/ehemalige-emeriti/radden-guenter/downloads/radden-koevecses-2007-metonymy.pdf. Acesso em 26 ago. 2024.

SABOTAGE. Incentivando o som. *In*: SABOTAGE. *Rap é compromisso*. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 2000.

SLOBIN, Dan Isaac. Two ways to travel: verbs of motion in English and Spanish. *In*: SHIBATANI, Masayoshi; THOMPSON, Sandra A. (orgs.). *Grammatical constructions*: their form and meaning. Oxford: Clarendon Press, 1996b. p. 195-219.

VERHAGEN, Arie. Construal and perspectivization. *In*: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (eds.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 48–81.

Recebido em: 29/05/2026
Aceito em: 27/08/2026

Tayná Miranda de Andrade: doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGL UFSC), cursansdo doutorado sanduíche na Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3). Mestra em Linguística Aplicada pelo PPGL UFSC. Tem sua área de atuação em Língua Portuguesa, como docente na Educação Básica, no ensino técnico e em cursos pré-vestibulares. Seu interesse concentra-se no ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa na Educação Básica; em gêneros multimodais como objetos interdisciplinares de ensino; na análise e discussão dos documentos paramentrizadores para o ensino em esfera municipal, estadual e federal; e no ensino-aprendizagem de Redação para concursos, vestibulares e ENEM. Atualmente, estuda o gênero canção como objeto multissemiótico de ensino, aprendizagem e desenvolvimento em pesquisa que integra o projeto A canção como um

gênero de discurso multissemiótico de manifestação artística influenciando construções identitárias: da corte na Europa medieval do século XIII à polis do século XX, na França e no Brasil, vinculado ao Núcleo de Linguística Aplicada - NELA - UFSC.

ESTUDOS DE LÍNGUA (TEMA LIVRE)

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.92154

Protagonismo negro no cinema: entre a estereotipia e as estratégias comerciais

Protagonismo negro en el cine: entre la estereotipia y las estratégias comerciales

Breno Freitas
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
brenogustavo003@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-3586-834X

RESUMO
Filiados à Análise de Discurso Materialista enquanto dispositivo teórico-metodológico, analisamos um comentário online acerca do protagonismo negro na adaptação fílmica *A Pequena Sereia* (2023). Nosso objetivo é compreender como o cinema contribui com a (des)naturalização de sentidos sobre o sujeito negro. Para tanto, discutimos sobre como o racismo por denegação (Gonzalez, 1988) é um efeito ideológico (Althusser, 2022 [1970]) cujas práticas materiais que lhe dão sustentação produzem as evidências de uma suposta democracia racial e da naturalização da inferioridade do negro em relação ao branco. Como resultado da análise, concluímos que os sentidos positivados de/sobre os sujeitos negros não serão produzidos fora da ideologia dominante – o capitalismo –, mas contra ela (Pêcheux, 1990 [1982]; Modesto, 2016).

Palavras-chave: Análise de Discurso Materialista; cinema; protagonismo negro; *A Pequena Sereia*; capitalismo.

RESUMEN
Afiliados al Análisis Materialista del Discurso como dispositivo teórico-metodológico, analizamos un comentario en línea sobre el protagonismo negro en la adaptación cinematográfica *La Sirenita* (2023). Nuestro objetivo es comprender cómo el cine contribuye a la (des)naturalización de los sentidos sobre los sujetos negros. Para ello, discutimos cómo el racismo por denegación (Gonzalez, 1988) es un efecto ideológico (Althusser, 2022 [1970]) cuyas prácticas materiales que lo sostienen producen las evidencias de una supuesta democracia racial y de la naturalización de la inferioridad del sujeto negro en relación con el sujeto blanco. Como resultado del análisis, concluimos que los sentidos positivados de/sobre los sujetos negros no serán producidos fuera de la ideología dominante – el capitalismo –, sino contra ella (Pêcheux, 1990 [1982]; Modesto, 2016).

Palabras-clave: Análisis Materialista del Discurso; cinema; protagonismo negro; *La Sirenita*; capitalismo.

INTRODUÇÃO

A presente investigação mobiliza reflexões acerca da produção de sentidos sobre o protagonismo de sujeitos negros em obras adaptadas a partir de comentários online realizados no vídeo intitulado "MEDÍOCRE E ZERO MAGIA! A PEQUENA SEREIA LIVE ACTION CRÍTICA", publicado pelo canal *Linhagem Geek* em 26 de maio de 2023 (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hYv_qghAKXM&t=180s. Acesso em: 01 maio 2025). Como se sabe, o desenho animado *A Pequena Sereia* (1989) foi adaptado, em uma versão live-action (2023), e a atriz que dá vida à personagem Ariel é Halle Bailey, uma mulher negra.

Pelo vídeo, os sujeitos *youtubers* formulam opiniões sobre o protagonismo do sujeito negro na adaptação fílmica mencionada e solicitam que sua audiência comente suas impressões a respeito do filme, da atriz protagonista e/ou da resenha feita pelos próprios *youtubers*. Neste trabalho, nos restringiremos à análise de um comentário que discorda do protagonismo do sujeito negro, pois, de acordo com o que é nele dito, a atriz foi contratada pela Disney exclusivamente pelo seu potencial de gerar lucro para a empresa.

Metodologicamente, o gesto analítico é desenvolvido a partir da descrição-interpretação e de paráfrases de um comentário que significa o protagonismo negro como gerador de lucro. A descrição e a interpretação da materialidade linguística, conforme nos orienta Pêcheux (2008 [1983]), não ocorre em duas fases sucessivas, mas na alternância ou no batimento entre uma coisa e outra. O gesto de descrição-interpretação permite dar visibilidade aos sentidos que são produzidos a partir de determinada formulação linguística, referindo o que é dito ao que não é dito, mas que comparece no discurso do sujeito em certa condição de produção. Esse movimento, nomeado por Lagazzi (1988) como desingtamatização, é o que permite atravessar a superfície linguística e chegar aos efeitos de sentido produzidos pelos processos discursivos – isto é, relação estabelecida entre a língua e o sujeito, a história, a ideologia etc.

No processo de desingtamatização do comentário em análise, operamos com a paráfrase discursiva, cujo funcionamento resgata "o modo como o enunciador se posiciona e se constitui como sujeito historicizado, inscrito em uma particular relação entre o já dito e o que está se dizendo, ou seja, entre o interdiscurso e o intradiscurso, entendidos como constituição do sentido e sua formulação" (Sarti; Chiaretti, 2016, p. 73).

No percurso do texto, então, discutimos, primeiro, sobre como a ideologia é responsável por produzir as evidências de que haveria uma democracia racial e de que o negro é naturalmente inferior ao branco (Althusser, 2022 [1970]). Consideramos que a inferioridade do negro existe enquanto um efeito ideológico produzido por práticas materiais que o significam em condições de inferioridade em relação ao sujeito branco (Carneiro, 2023). Para analisar como essa hierarquização é produzida, tomamos o cinema silencioso e as chanchadas enquanto práticas materiais que contribuíram com a produção de tais evidências.

Em seguida, refletimos sobre os caminhos possíveis para desestabilizá-las. Entendemos que há uma "virada de chave" no modo como os sujeitos negros são significados pelo cinema, em específico, ou nas obras artísticas, em geral. Enquanto no cinema silencioso ou nas chanchadas o estereótipo operava como via de regra, na contemporaneidade essa significação não comparece da mesma maneira. Entendemos que as reivindicações do movimento negro, o acesso à educação formal e as condições regularizadas de trabalho são práticas que contribuem com a positivação de sentidos sobre os sujeitos negros na medida em que se empenham em superar a marginalização do negro e sua significação estereotipada seja nas produções artísticas, nos livros didáticos, nas publicidades etc. (Nascimento, 2016; Carneiro, 2002; Hasenbalg, 2022).

Na análise empreendida, o comentário significa a alteração racial (personagem animada branca para atriz negra) como uma estratégia comercial para gerar lucro. Não é do nosso interesse, dada a perspectiva teórica a qual nos filiamos – Análise de Discurso Materialista –, analisar a motivação para que a atriz negra tenha sido contratada. Nos interessamos, no entanto, por refletir sobre os efeitos que a contratação da atriz negra para o papel de protagonista da obra adaptada pode produzir; pois, ao não confiná-la à reprodução dos estereótipos regulares nas chanchadas ou no cinema silencioso, podemos capturar outros sentidos possíveis para o sujeito racializado como negro.

Como conclusão, assentimos que a produção de sentidos positivados sobre os sujeitos negros não ocorrerá fora do jogo da ideologia dominante – o capitalismo. Nessa perspectiva, concordamos com Pêcheux (2020 [1977]) em seu dizer de que as ideologias dominantes e dominadas não são paradoxalmente (re)produzidas em mundos diferentes. Portanto, é no interior de um mesmo mundo que devemos lutar contra as imagens estereotipadas de/sobre os sujeitos negros, na luta contra a ideologia dominante que o subjuga.

RACISMO POR DENEGAÇÃO: UM EFEITO IDEOLÓGICO

Como ponto de partida, consideramos que as tensões raciais estruturam a sociedade brasileira e têm o potencial de determinar o percurso trilhado pelos sentidos produzidos de/sobre os sujeitos negros protagonistas de obras adaptadas – nesse caso, especificamente, em *A Pequena Sereia* (2023). Dada sua complexidade, o racismo à brasileira, cujo modo de funcionamento ocorre pela negação de sua própria existência, pode irromper na discursividade dos sujeitos ainda que pelos efeitos de silenciamento, paráfrase, metáfora, paródia etc. (Modesto, 2021).

Gonzalez (1988), na década de 80, diria que o racismo em funcionamento no Brasil não estabeleceu uma segregação explícita – em comparação ao *apharteid* estadunidense, por exemplo – onde os sujeitos reforçariam suas identidades raciais para marcar a diferença entre negros e brancos; tampouco se estabelecia que o negro brasileiro seria aquele com "sangue negro nas veias" (Gonzalez, 1988, p. 72). Embora seja possível refletir sobre a consideração de Gonzalez (1988) dada a complexidade das tensões raciais decorrentes das polaridades políticas na contemporaneidade, ainda há em funcionamento o racismo que funciona pela denegação, determinado por uma memória das "'teorias' da miscigenação, da assimilação e da 'democracia racial'" (Gonzalez, 1988, p. 72).

Quando se diz que o racismo à brasileira funciona pela denegação, estamos dizendo que há práticas materiais que, em seu funcionamento, produzem a evidência de que não há racismo. O trabalho de Althusser (2022 [1970]) com o conceito de ideologia nos permite compreender que seu funcionamento não oculta a realidade, mas produz a evidência de que *as coisas são como são* ao mediar a relação imaginária que o sujeito estabelece com suas condições reais de existência. Não há uma ligação direta entre o

sujeito e a realidade sem a ideologia regulando essa relação. A ideologia, assim, não é ocultação da realidade, ela se realiza através de práticas materiais que produzem a evidência de que "x" é "x". Embora não oculte a realidade, um dos efeitos da ideologia é a negação de sua própria existência, "a ideologia nunca diz: eu sou ideológica" (Althusser, 2022 [1970], p. 108). É esse o papel da ideologia: negar a sua existência na relação estabelecida entre o sujeito e o mundo através de práticas que a estabilizem como não existente.

Feita essa consideração, é possível compreender que a negação do racismo é um efeito ideológico produzido por práticas materiais que tornam sua existência possível. O racismo por denegação produz um imaginário cujos sujeitos, independentemente de sua identidade étnico-racial, conviveriam sem conflitos, logo, sem racismo. O que o não reconhecimento desse sistema perverso esconde, pela evidência de que ele não existe, é a ideologia do branqueamento que assegura a 'superioridade dos brancos' pelo modo como as hierarquias na sociedade foram distribuídas (Gonzalez, 1988) – o branco como herdeiro da riqueza dos colonizadores e o negro como herdeiro da pobreza empurrada aos colonizados. Poderíamos dizer das riquezas em termos monetários passadas de geração a geração nas mãos de sujeitos brancos, do favorecimento aos brancos imigrantes no pós-abolição para que a sociedade brasileira fosse embranquecida, das contratações em empresas que privilegiam os brancos (Bento, 2022), sendo essas algumas das práticas materiais que produzem a evidência de que não há racismo e/ou de que o branco é naturalmente superior ao negro; apesar disso, nos restringiremos à superioridade/inferioridade simbólicas que tais sujeitos herdaram em decorrência das práticas materiais que as produziram e as estabilizaram.

Os trabalhos de Kilomba (2019) e Memmi (2023 [1957]) sobre territórios colonizados dizem que, para além da violência física, havia uma violência simbólica que estabelecia a existência de sujeitos evidentemente superiores a outros. Sendo a ideologia realizada através de "atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos, por sua vez, pelo aparelho ideológico material de onde provêm as ideias do dito sujeito" (Althusser, 2022 [1970], p. 102), nos questionamos acerca das práticas materiais que garantiram o estabelecimento da superioridade do branco e a inferioridade do negro. Reconhecemos serem diversas as práticas que constituem o rebaixamento do sujeito negro à condição de inferior – exploração de sua

mão de obra, lotação em subempregos, acesso tardio ao ensino superior, condições precárias de moradia etc. Para os fins deste trabalho, no entanto, nos restringiremos a uma prática: a condição do negro em produções artísticas.

Assentimos que a ideologia não é ocultação, mas produção de evidências (Althusser, 2022 [1970]). É preciso, então, que as práticas materiais, sejam elas quais forem, venham a produzir a evidência de que há uma hierarquização entre tais sujeitos. O gesto de selecionar e distribuir os sujeitos negros em papéis sexualizados e/ou subservientes em obras teatrais, literárias, dramatúrgicas, cinematográficas etc., é uma prática material que produz(iu) a evidência que para esse sujeito não haveria outros sentidos possíveis de lhes serem atribuídos senão o de subalternizado. Isto é, o negro era, naturalmente, o serviçal, a prostituta, o trombadinha, a cozinheira, a faxineira, a trocadora de ônibus, pois foram nesses termos que a dominação colonial o definiu. De tal modo que, para atestar essa sua condição naturalizada, basta ler os jornais, assistir à televisão e ouvir a rádio (Gonzalez, 1984, p. 225-226).

Tomando a introdução do cinema no Brasil como exemplar do que estamos discutindo sobre a inferiorização do negro pelas produções artísticas, vemos que esse período coincide com o processo de marginalização do negro no período da pós-abolição. Clóvis Moura (1992) diz que "o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quatro séculos de escravidão. Em todas as áreas do Brasil eles construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, foram sumariamente excluídos da divisão dessa riqueza" (Moura, 1992, p. 7). Desse modo, não é novidade dizer que após a abolição da escravização não foram projetadas políticas públicas que assegurassem condições dignas de sobrevivência a essa população; ao contrário, foram os negros empurrados aos guetos e às zonas rurais para o desenvolvimento de trabalhos manuais cuja remuneração não lhes permitia o gozo do bem-estar social.

Essa marginalização os excluiu da divisão das riquezas e produziu a inferiorização daquilo que lhes constituía culturalmente, pois a dominação socioeconômica ocorreu paralelamente à dominação cultural: suas festividades, línguas ou religiões foram classificadas como "rústicas" e/ou "folclóricas". Assim, somente "a cultura ocidental cristã tinha o direito de manipular os aparelhos de dominação cultural. Com isso, as manifestações das populações oprimidas, as afro-brasileiras em particular, foram

consideradas como elementos marginais à elaboração do *ethos* nacional" (Moura, 1992, p. 36).

O cinema brasileiro, nesse contexto, participa da marginalização do negro na medida em que, quando não o excluía, o significava de forma subalternizada. Carvalho (2003) faz um levantamento da participação do negro no cinema silencioso – filmes que não possuíam o som acoplado à película – entre 1898-1920. Nos documentários e filmes desse período, o sujeito negro figura lateralmente, "quase sempre nas bordas e no fundo dos enquadramentos e sem nenhuma função dramática" (Carvalho, 2003, p. 162).

No filme *O Progresso da Ciência Médica* (1927), cuja direção é de Octávio Farias, Carvalho (2003) observa a presença de sujeitos negros, entretanto, enquanto o elenco de professores e alunos é formado por brancos, "a grande maioria dos internos do Hospital Psiquiátrico é formada por negros e mestiços" (Carvalho, 2003, p. 163), contribuindo com a discursividade de que esses sujeitos estabeleceriam uma relação sinonímica com doenças e pobreza. Em sua investigação, para além do pobre e do doente, comparece como regularidade a figura do negro carioca como malandro, destacando essa presença nas obras *Capadócios da Cidade Nova* (Antonio Leal, 1908) e *A Quadrilha do Esqueleto* (Eduardo Arouca, 1917).

Noel Carvalho (2003), ao analisar a presença do negro nos filmes *O Segredo do Corcunda* (Alberto Traversa, 1924), *Aitaré da Praia* (Gentil Ruiz, 1925), *Jurando Vingar* (Ary Severo, 1925), *A Filha do Advogado* (Jota Soares, 1926) e *Thesouro Perdido* (Humberto Mauro, 1927), conclui que, quando o negro não é ignorado e/ou adicionado à trama sem alguma relevância para o desenvolvimento da história, o que comparece como significado regular é sua associação ao "grotesco, feio, cômico, rústico, infantil, corruptível, bêbado, viciado, fraco moralmente, próximo da animalidade, incivilizado etc." (Carvalho, 2003, p. 171-712).

Colocar em relação a história do negro brasileiro mobilizada por Clóvis Moura (1992) com a figura do negro no cinema nacional à época do pós-abolição descrita por Noel Carvalho (2003) serve para ilustrar como as produções artísticas, enquanto práticas materiais, produzem a evidência de que o negro é *naturalmente* inferior ao branco. As evidências são, pois, produzidas discursivamente.

Com Orlandi (2022), aprendemos que as condições de produção incidem sobre a constituição, formulação e circulação dos sentidos. Mencionamos brevemente esse

aspecto, pois nos parece central a discussão de que a marginalização do negro na formação social brasileira é a condição de produção (e de possibilidade) para que os sentidos produzidos pelas produções artísticas o signifiquem de modo a atualizar uma memória colonial cuja discursividade produz a inscrição do sujeito negro no âmbito da anormalidade, tornando incompleta a sua humanidade, pois são reduzidos a aspectos naturalizados como intrínsecos à sua identidade racial; ao passo que o branco, enquanto outra face da moeda, circunscreve-se no âmbito da normalidade sendo significado pelos sentidos interditados aos sujeitos negros: os ideais de humanidade, integridade, beleza, moral, civilidade etc. (Carneiro, 2023).

A partir de 1930, o cinema falado invade as telas. Nesse cenário, surgem as chanchadas, gênero popularizado em meados dos anos 1940-1950 e que, embora incluíssem os negros nas narrativas, criaram uma série de arquétipos que se inscrevem no imaginário de/sobre os sujeitos negros (Jefferson De, 2005). Nesse período, tais sujeitos eram mobilizados para alimentar o imaginário de que no Brasil haveria democracia racial, logo, de que não haveria racismo; além disso, os sentidos atribuídos aos negros não divergiam da época do cinema silencioso: "os personagens negros são associados sempre às figuras bufônicas: o cômico, o sambista, o malandro, o moleque, etc. Grande Otelo interpretou vários desses tipos. Já as mulheres são freqüentemente representadas como a mulata 'boazuda', sambistas, dançarinas e as recorrentes empregadinhas intrometidas" (Carvalho, 2022, p. 85).

E isto nos insta a pensar que a inserção do negro em produções artísticas, embora seja importante, não equivale a uma tomada de posição antirracista. De acordo com a compreensão de Almeida (2019), a representatividade política dos sujeitos negros não deve ser resumida à presença do negro em funções do Estado ou atividades político-partidárias. Sua presença deve ser ampliada, isto é, "o que chamamos de representatividade refere-se à participação de minorias em espaço de poder e prestígio social, inclusive no interior dos centros de difusão ideológica como os meios de comunicação e a academia" (Almeida, 2019, p. 67). Sem perder de vista que, embora o sujeito negro possua o compromisso político de promover a alteração do paradigma ao qual seu grupo está confinado, "isso não implica que ele terá o poder necessário para alterar as estruturas políticas e econômicas que se servem do racismo e do sexismo para reproduzir as desigualdades" (Almeida, 2019, p. 70).

Essa leitura se aproxima do que diz bell hooks (2023). De acordo com a autora, protagonistas negros podem ser cinematograficamente formulados como porta-vozes do racismo, pois "a mera escalação de personagens negros em um filme não garante que o filme vá trabalhar seja de forma velada ou ostensiva, para minar o racismo" (Hooks, 2023, p. 128). Assim, não se pode pressupor que o protagonismo negro se reduz à ordem da representação, o que refletiria um sentido intrínseco à identidade racial do sujeito, isto é, sendo a personagem negra, logo, seria um filme antirracista. O protagonismo do sujeito negro, como quaisquer discursos, produz efeitos em determinada condição de produção e está sujeito à falha, ao equívoco, aos deslocamentos.

Feita essa consideração, nos cabe dizer que não é nosso objetivo traçar uma genealogia do negro no cinema, de modo que finalizamos esse breve percurso tocando em um aspecto que nos parece relevante: embora tenhamos apontado para as práticas do cinema brasileiro, elas não são exclusividades desse mercado ou país.

Em diferentes textos, bell hooks (2019; 2020), que pesquisa sobre as tensões raciais nos Estados Unidos, dirá como o cinema e os programas televisivos estadunidenses significaram os sujeitos negros a partir da estereotipia de sua identidade de gênero e racial. A "negra amazona", de força animal sub-humana; a "mãe preta", submissa e responsável pelo zelo, e a "negra Shappire", como uma figura má, foram alguns dos sentidos que se estabilizaram sobre tal sujeito.

Tocamos nesse ponto pois, na contemporaneidade, dada a circulação massiva de filmes estadunidenses nos cinemas e emissoras do/no Brasil, as produções artísticas internacionais contribuem com o imaginário sobre os sujeitos negros. E isso ocorre, pois, enquanto "a produção de Hollywood é bem financiada, prolífica e disseminada internacionalmente, o cinema brasileiro tem dificuldade de encontrar financiamento, é precário e dominado mesmo em seu mercado doméstico, em parte devido à hegemonia de Hollywood sobre a distribuição e a exibição no Brasil" (Stam, 2008, p. 44).

O cinema, então, configura-se como uma das práticas materiais através da qual foram produzidos sentidos sobre o sujeito negro de modo a, primeiro, conservar a estabilidade dos sentidos que o significam naturalizando a negação da existência do racismo, contribuindo com o imaginário de que negros e brancos viviam harmoniosamente; segundo, assegurar a hierarquização tais sujeitos, fixando-os em posições distintas.

Até aqui, pensamos ter estabelecido que as práticas materiais são o que produzem e asseguram tais diferenças, colocando em funcionamento o que Carneiro (2023) denomina de dispositivo da racialidade, isto é, isolar negros e brancos em polos cuja composição os distinguem e os hierarquizam (Carneiro, 2023). Para avançar na discussão sobre o protagonismo dos sujeitos negros, na próxima seção refletimos sobre a seguinte questão: está dado que durante longos anos o cinema, em específico, e as obras artísticas, em geral, contribuíram com a estabilização dos sentidos do negro como inferior. Assim, embora ainda hoje encontremos produções artísticas cuja estereotipia desses sujeitos negros se realize, podemos reconhecer que as adaptações fílmicas – como *A Pequena Sereia* – têm potencial para contribuir com a desnaturalização das evidências produzidas durante e após a abolição da escravização no Brasil?

PROTAGONISMO NEGRO: PELO VIR A SER DA RESISTÊNCIA

Na adaptação selecionada – *A Pequena Sereia* (2023) –, a atriz negra não é protagonista de um papel que se assemelha ao que Carvalho (2003; 2022) identifica como estereótipos racistas no cinema silencioso ou nas chanchadas, ou bell books (2019; 2020) no cinema e programas televisivos estadunidenses. Embora a narrativa não a coloque em papéis caricaturados, sexualizados e/ou subservientes, não significa que estejam isentos de produzir sentidos filiados a uma memória cuja rede de sentidos seria racista ou que reforçaria os papéis estereotipados de gênero; para isso, no entanto, seria necessário fazer uma análise do filme, o que não é nosso objetivo com esta pesquisa.

Não sendo do nosso interesse mobilizar uma análise fílmica, nos interessamos em refletir sobre a convocação da atriz negra para o papel de protagonista na adaptação cujo protagonismo em outro momento fora exercido por um personagem animado possível de ser lido racialmente como branco, pois são as designações de atrizes negras para encenar "personagens brancas" que balizam a produção de sentidos no vídeo do canal *Linhagem Geek* e em seus respectivos comentários.

Sendo as práticas materiais o que produzem a evidência de que o negro é inferior, são através delas que tais sentidos podem ser desnaturalizados. No entanto, nos questionamos sobre que fatores incidem sobre as práticas materiais ao ponto, senão de torná-las outras, ao menos de fissurá-las, desestabilizá-las? Como vimos, de certo havia

um movimento hegemônico no cinema que fazia o negro figurar como inferior ao branco. Essa movimentação, no entanto, não parece ter a mesma solidez na contemporaneidade, dada a vasta produção em que negros comparecem não mais em posições subalternizadas. Considerando que a Ariel não é uma personagem que faz o tipo erótico-exótico-servil, capturamos aí um outro modo de significar os sujeitos negros – e com isso não estamos propondo que essa personagem seja "antirracista" e/ou "revolucionária" e/ou "benevolente à causa negra" e/ou "suficiente para alterar o paradigma ao qual negros foram empurrados", mas serve como flagrante de que tais sujeitos não estão confinados aos estereótipos regulares no cinema silencioso e nas chanchadas.

A pergunta feita no parágrafo anterior, embora a tenhamos mobilizado primeiro, está estritamente relacionada a um outro questionamento: como o negro passa de evidentemente inferior, excluído e secundarizado nas obras artísticas, a sujeito protagonista e possível de ser relacionado a sentidos que o enlaçam a um imaginário que potencialmente o valoriza? Ao formular essa pergunta, reconhecemos haver diferentes caminhos possíveis de serem trilhados para respondê-la. Todas as respostas, no entanto, não excluem umas às outras; ao contrário, encontram um ponto de interseção poderoso o suficiente para desnaturalizar as evidências estereotipadas sobre os sujeitos negros.

O primeiro caminho é a atuação de movimentos sociais de sujeitos negros que produziam e reivindicavam a desconstrução da estereotipia do negro nas produções artísticas. Na década de 40, o Teatro Experimental do Negro reunia empregadas domésticas, favelados, operários, frequentadores de terreiro e toda a gente marginalizada para inspirar e estimular a criação de arte inspirada na experiência afro-brasileira, fazendo com que esse sujeito pudesse ser visto como personagem-herói, não somente em papéis secundários e marginais (Nascimento, 2016).

Segundo Abdias Nascimento (2016), o Teatro Experimental do Negro tomava como objetivos:

> **a.** resgatar os valores da cultura africana, marginalizados por preconceito à mera condição folclórica, pitoresca ou insignificante;
> **b.** através de uma pedagogia estrutura no trabalho de arte e cultura, tentar educar a classe dominante "branca", recuperando-a da perversão etnocentrista de se autoconsiderar superiormente europeia, cristã, branca, latina e ocidental;
> **c.** erradicar dos palcos brasileiros o ator branco maquilado de preto, norma tradicional quando a personagem negra exigia qualidade dramática do intérprete;

> **d.** tornar impossível o costume de usar o ator negro em papéis grotescos ou estereotipados: como moleques levando cascudos, ou carregando bandejas, negras lavando roupa ou esfregando o chão, mulatinhas se requebrando, domesticados Pais Joões e lacrimogêneas Mães Pretas;
> **e.** desmascarar como inautêntica e absolutamente inútil a pseudocientífica literatura que a pretexto de estudo sério focalizava o negro, salvo raríssimas exceções, como um exercício esteticista ou diversionista: eram ensaios apenas acadêmicos, puramente descritivos, tratando de história, etnografia, antropologia, sociologia, psiquiatria, e assim por diante, cujos interesses estavam muito distantes dos problemas dinâmicos que emergiam do contexto racista da nossa sociedade (Nascimento, 2016, p. 161-162, grifos nossos).

O segundo caminho é o acesso à educação universitária por parte da população negra. Guerreiro Ramos observa que "no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro sem por este último ser visto" (Ramos, 1995 [1957], p. 202), e isso passa necessariamente pelas produções acadêmicas questionadoras dos sentidos que significam os sujeitos negros. Somente a partir da década de 90 é que sujeitos negros comparecem, ainda de modo incipiente, às instituições de ensino superior. Em 2002, Sueli Carneiro pontua que "é significativo o crescimento do número de militantes negros adquirindo títulos acadêmicos, resgatando a condição do negro como sujeito do conhecimento, especialmente o conhecimento de si próprio. Passamos de objeto de estudo a sujeitos do conhecimento, fazendo com que a Universidade comece a se constituir como um importante campo estratégico de atuação" (Carneiro, 2002, p. 210). Se voltamos os olhos ao acesso da população negra no período após a implementação da política de cotas, há uma ampliação da presença de negros e número de pesquisas sobre questões raciais (Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/lei-de-cotas-completa-10-anos-e-mostra-se-efetiva-na-promocao-de-diversidade-e-inclusao/. Acesso em: 10 abr. 2025.)

A presença dos negros nas universidades na década de 90 e início dos anos 2000, embora incipiente, foi importante para que, pelas suas teorizações, fossem questionadas a "sedimentação de papéis sociais subalternos protagonizados por personagens negros e a reificação de estereótipos racistas" e a "ausência dos conteúdos ligados à cultura afro-brasileira e à História dos povos africanos no período anterior ao sistema escravista colonial" (Carneiro, 2002, p. 209), seja nos livros didáticos, nos currículos escolares ou nas produções artísticas de modo geral.

O terceiro caminho, enfim, trata do poder de consumo da população negra. As reivindicações dos movimentos negros, ao demandarem melhorias para as condições do negro na sociedade, certamente toca nos outros dois caminhos – daí a interseção, e não a

mútua exclusão entre eles. A regulamentação das condições de trabalho pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ao assegurar direitos para a garantia do bem-estar social, ainda que sejam mínimas e passíveis de melhorias, e a ampliação do acesso da população negra à educação, muito devido aos esforços mobilizados pelos movimentos negros pelo direito às cotas raciais, incidem sobre a mobilidade social possível para tais sujeitos.

Com isso, não estamos propondo que negros e brancos estão em condições de igualdade; ao contrário, dado que a população negra continua sendo maioria pobre no Brasil (IBGE, 2022). O que estamos pautando é que, ao ter sua mão de obra minimamente remunerada e ao ocupar as cadeiras das universidades, o sujeito negro passa a transitar em espaços não guetificados e a consumir produtos e serviços (estéticos, artísticos etc.) de acordo com as suas necessidades, daí vermos sujeitos negros viajando de avião, pagando pelos ingressos de shows, teatros, cinema e musicais, tendo acesso a planos de saúde, comprando produtos e serviços que se adequem às suas necessidades (produtos para cabelo crespo, maquiagem para a pele negra etc.). O acesso à educação formal universitária e a regularização da remuneração profissional contribuem, então, com a formação de um grande grupo de sujeitos que pagam pelos produtos e serviços, logo, que devem ter suas necessidades atendidas para que consumam e façam com que o dinheiro circule.

Atender às necessidades e/ou às expectativas de quem consome é um ponto central para as produções artísticas/cinematográficas: é preciso que o público se interesse pelo que é produzido ao ponto de pagar para assistir, pois uma obra, qualquer que seja, não se realiza sem um financiamento (seja ele público e/ou privado) para pagar funcionários, indumentárias, equipamentos de câmera, luz, som etc. Daí podermos formular que não é interessante para as produções artísticas reduzir o negro aos estereótipos racistas mencionados, ainda que não nos falte exemplos de obras "bem-intencionadas" que, por paráfrase, metáfora, metonímia, paródia etc., colocam em tensão uma memória do negro como inferior (*Tapas & Beijos* (2011); *Sexo e as negas*, (2014); *Volta por cima* (2024) etc.).

Pensando nessa relação entre presença-ausência do negro e seu poder de consumo, Carlos Hasenbalg (2022) inicia sua pesquisa sobre o negro na publicidade afirmando que, no "registro que o Brasil tem de si mesmo, o negro tende à condição de invisibilidade"

(p. 125). E isso, visto as discussões que traçamos, não é uma surpresa: o negro foi, efetivamente, desconsiderado e/ou estereotipado no imaginário de/sobre o brasileiro.

Na "medida em que a publicidade opera segundo a linha de menor resistência, e que sua função é vender produtos ao maior número possível de pessoas, e não mudar estereótipos, a expectativa inicial é que ela tenda a reproduzir as manifestações de racismo presentes na cultura" (Hasenbalg, 2022, p. 128). Ou seja, se o objetivo da publicidade é produzir o interesse na compra de determinado produto/serviço, e se o negro, ainda que sendo uma parcela expressiva da população, não figurava nas propagandas, é possível concluir que "o negro quase que inexiste como consumidor" para a publicidade (Hasenbalg, 2022, p. 128). Portanto, não sendo os sujeitos negros consumidores, não tinha por que preocupar-se com suas necessidades.

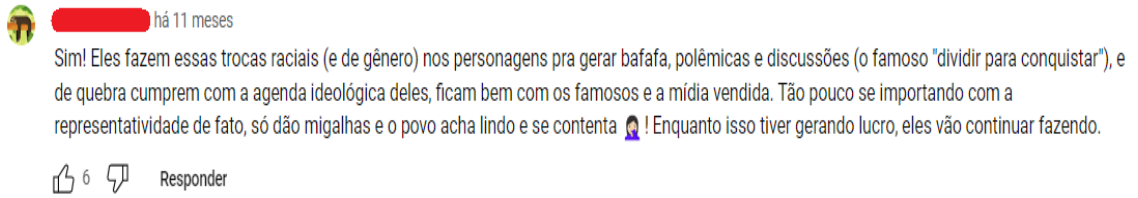
É preciso que sejam vistos como consumidores de determinados produtos/serviços para que as práticas materiais das produções artísticas se abram à possibilidade de não significá-los como inferiores; relacionando à discussão que estamos propondo, podemos assentir que: ainda que não haja uma preocupação legítima com a condição do negro na sociedade, o aparelho cultural se molda às suas necessidades para que seu produto (as produções artísticas) seja desejo de consumo. O negro, então, visto como consumidor, passa a ser significado pelas produções artísticas não apenas a partir das estereotipias regulares no cinema silencioso e/ou nas chanchadas. Essa "virada de chave" – ou uma fissura nas práticas materiais racistas – ocorre, em nossa perspectiva, pelo entrecruzamento entre reivindicações dos movimentos sociais, acesso ao ensino superior e poder de compra.

É o que Mary Del Priore (2020) coloca como questão ao formular que a contratação de sujeitos negros para atuarem nos palcos e nas telas, longe de significar uma mudança de paradigma, atendia a estratégias de consumo. Nas palavras da autora:

> Esse espaço dado ao negro, contudo, não representou exatamente uma mudança da mentalidade: atendia muito mais a uma estratégia comercial que a qualquer avanço no que diz respeito à reedificação do negro e sua cultura nos palcos. A mulata servia para alimentar a ideia da bem-sucedida mestiçagem brasileira e, ao mesmo tempo, era apresentada como uma 'produção' tipicamente brasileira, cujos atributos eram a sensualidade latente e a beleza animal. Ainda assim, ao mesmo tempo que fortaleceu o estereótipo da mulata, boa de rebolado e produto de exportação, abriu espaço para atuação de artista negros (Del Priore, 2020, p. 164).

Podemos ler a relação entre lucro e alteração do paradigma ao qual sujeitos negros foram inseridos por práticas materiais que o inferiorizaram através do seguinte comentário:

SD 1:



O comentário da SD 1 refere-se à adaptação *A Pequena Sereia*, produzida pela Disney, e foi recortado do vídeo "MEDÍOCRE E ZERO MAGIA! A PEQUENA SEREIA LIVE ACTION CRÍTICA", publicado pelo canal *Linhagem Geek*. Embora o comentário esteja aberto ao público e possível de ser acessado pelo *link* disponível na introdução, optamos por borrar o nome do usuário para preservar sua identidade nesta pesquisa.

Na SD 1, ao mencionar a troca racial, a versão de 1989 em desenho animado é retomada como referência à identidade racial que fora trocada: a Ariel, na animação, possuía a tez da pele clara (ou branca, se tomarmos em uma relação de sinonímia com a identidade racial). Pela SD 1, então, podemos considerar que a alteração racial seria feita por diferentes motivações: **a**. gerar bafafá, polêmicas e discussões; **b.** cumprir com a agenda ideológica da Disney; **c.** estabelecer/manter aliança com famosos e com a mídia vendida; **d.** dar migalhas ao povo, sem se importar com a representatividade de fato; **e.** gerar lucro.

A análise poderia se ancorar em diferentes pontos. No entanto, o que gostaríamos de considerar para a discussão é que a alteração racial (da personagem animada branca para uma mulher negra) é realizada para gerar lucro sem dar a devida importância à "representatividade" de fato. Por ser a atriz que protagoniza o filme um sujeito racializado e gendrado como mulher negra, mobilizamos a seguinte paráfrase do trecho *tão pouco se importando com a representatividade de fato, só dão migalhas e o povo acha lindo e se contenta! Enquanto isso tiver gerando lucro, eles vão continuar*:

> **P 1:** A Disney não se importa nenhum pouco com a população negra, faz o mínimo e o povo acha lindo e se contenta! Enquanto estiver gerando lucro, continuará alterando a identidade racial das personagens.

Antes de termos mobilizado a SD 1, citamos três práticas materiais potencialmente capazes de fissurar o imaginário do negro como inferior ao branco – os movimentos sociais, a educação e o poder de consumo. O terceiro caminho em particular nos captura pela explicitação da contradição constituinte a esse processo – daí termos mobilizado a SD 1. Embora a contratação das atrizes negras nem sempre produza como efeito a reedificação do negro, não será fora do jogo do capital (ideologia dominante na sociedade contemporânea) que sentidos contrários à estereotipia de/sobre o negro brasileiro serão produzidos, pois "as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um 'outro mundo', anterior, exterior ou independente" (Pêcheux, 1990 [1982], p. 16). A adaptação selecionada, embora não se proponha "antirracista" ou discuta temáticas voltadas às questões raciais, é uma prática material através da qual fissuras podem ser produzidas no imaginário que tomava o negro apenas como erótico-exótico-servil.

No período do pós-abolição, quando havia projetos para a guetificação dos negros, não parecia haver outro sentido possível senão os que o marginalizavam; na contemporaneidade, podendo o negro ter acesso à formação política, educação e dinheiro para pagar pelo que consome, deixa de ser interessante significá-lo, ao menos não explicitamente como antes era feito, como uma subcategoria do humano. Assim, ainda que a atriz negra da obra adaptada *A Pequena Sereia* tenha sido contratada para tornar a o filme lucrativo, o que há é um entrecruzamento de sentidos tensionados pela dominação e pela resistência que não se reduz à intenção do sujeito de que a obra seja rentável – pois os ganhos financeiros podem sequer ser atingidos, já que o discurso funciona à revelia do sujeito.

Pela P 1, em que a Disney comparece como sujeito, a empresa é alçada à posição de dominância por uma série de ações premeditadas que assegurariam seu *status*. Comparece, nessa SD, um sentido de dominação sem abertura à resistência, pois está centralizado na vontade do sujeito: a Disney faz X para obter Y, em uma relação de finalidade. É a Disney que realiza as trocas raciais/gênero, que cumpre a agenda ideológica, que fica bem com famosos e a mídia, que não se importa com a

representatividade, que dá migalhas e que continua fazendo as alterações raciais/gênero enquanto estiver gerando lucro. Explicita-se, aí, uma série de ações que são realizadas com objetivos e fins específicos, conforme as paráfrases dão a ver:

P 2: A Disney faz as trocas raciais para gerar bafafá, polêmicas e discussões.

P 3: A Disney faz as trocas raciais para cumprir a agenda ideológica.

P 4: A Disney faz as trocas raciais para ficar bem com os famosos e a mídia.

P 5: A Disney faz as trocas raciais para gerar lucro.

O que esse sentido hermético de dominação recobre é o funcionamento da resistência. Conforme Pêcheux (2020 [1977]), as ideologias dominantes e dominadas formam-se no interior de uma mesma base: o modo de produção capitalista. Elas não estão separadas em mundos diferentes; a ideologia dominada permanece paradoxalmente em contato com a ideologia dominante na disputa dos sentidos, devemos, então, "pensar, a propósito da ideologia, a *contradição de dois mundos em um só*" (Pêcheux, 2020 [1977], p. 55).

A P 5, cuja discursividade propõe que a troca racial é feita com a finalidade de gerar lucro, parece significar o sujeito negro como uma peça que, quando mobilizada nas adaptações, produzirá, necessariamente, o lucro como efeito. Essa discursividade, na medida em que significa a dominação como um gesto hermético, se fecha à possibilidade da resistência.

No entanto, conforme discute Pêcheux (2020 [1977]), a resistência é produzida em uma relação paradoxal com a ideologia dominante. É preciso, pois, pensar a contradição a partir do protagonismo dos sujeitos negros nas adaptações, ainda que sejam contratados para protagonizar obras adaptadas devido ao seu potencial de produzir lucro. Modesto (2016), a partir de sua leitura dos conceitos de contradição e de resistência discutidos por Pêcheux (2020 [1977]; 1990 [1982]), interpreta a contradição como um entrecruzamento de sentidos que constituem o discurso, pois é na relação contraditória entre ideologia dominante e dominada que há a possibilidade de a resistência poder vir a ser (Modesto, 2016, p. 1091).

Apesar da dominação e da resistência não serem um processo hermético cuja realização é controlada pelo sujeito como causa de si, não podemos desconsiderá-las no

processo. Assim, longe de propor "um retorno idealista que coloca a resistência na vontade de sujeitos livres e conscientes que se opõem e querem lutar, é bom ressaltar que o sujeito, como suporte da linguagem, participa dos processos discursivos através dos quais a resistência pode vir a ser. O sujeito está nesse processo. E é indispensável" (Modesto, 2016, p. 1091).

Então, consideramos que a presença dos sujeitos negros nas obras adaptadas, sendo ou não contratados pelo seu potencial lucrativo, consiste em uma prática material capaz de contribuir com a desnaturalização de sentidos negativos estabilizados sobre o negro – exótico, erótico, servil etc. – na medida em que não o reduza aos estereótipos regulares nas chanchadas ou no cinema silencioso, explicitamente ou não.

Para finalizar, pensamos que a resistência, que se opõe à dominação, ocorrerá sob/contra a ideologia dominante, não fora dela, pois só é possível ao sujeito a partir do já-posto, e não do não realizado (Modesto, 2016). Assim, é preciso considerar que o protagonismo de sujeitos negros em tais obras não se reduz à mera utilização de seus corpos para fins comerciais, ainda que, porventura, tenha sido esse o objetivo. Para finalizar, deixamos uma passagem que ilustra o ponto até aqui defendido:

> Os roteiristas, diretores e produtores não têm o controle total da representação, especialmente no que se refere à construção do personagem e encenação. É como se, em determinadas situações, atores negros atuassem contra o roteiro esquemático, subvertendo-o. Ou seja, um ator negro como Grande Otelo ou Mussum, mesmo fazendo papéis subalternos ou cômicos podem "roubar a cena" e somar ao estereótipo seu talento, ultrapassando-o. São atores/atrizes que, apesar dos estereótipos raciais, conseguiram projetar suas carreiras em termos de reconhecimento (Carvalho, 2022, p. 86).

Essa citação pode ser considerada uma paráfrase da definição de resistência, que Pêcheux (1990) define como a desobediência às normas, como o sentido que contraria o percurso naturalizado como o certo. Assim, ao significar diferentemente, começamos a nos "despedir do sentido que reproduz o discurso de dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido" (Pêcheux, 1990, p. 17). Enfim, embora haja tentativas de domar o sentido, ele, à revelia do ritual, se quebra no lapso ou no ato falho produzindo o inesperado (Pêcheux, 1990, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções artísticas, como as obras cinematográficas, têm o potencial de (des)naturalizar sentidos sobre os sujeitos. Assim, não nos parece relevante reduzir o protagonismo negro a uma estratégia comercial para produzir lucro quando os efeitos produzidos podem ser outros. Como demonstrado, embora não tenhamos mobilizado uma análise do filme, *A Pequena Sereia* não repete os estereótipos racistas que eram regulares nas chanchadas ou no cinema silencioso – o que não significa que não tenha outras problemáticas, que no entanto só poderiam ser identificadas através de uma análise do filme, que aqui não a fazemos.

Concluímos, portanto, que o que comparece na relação entre estratégia comercial e protagonismo negro é a contradição: se, por um lado, os sujeitos negros são protagonistas porque são lidos enquanto potencialmente lucrativos; por outro, tal protagonismo pode produzir sentidos positivos, na medida em que não os reduz aos estereótipos já mencionados. A contradição, no sentido que a tomamos, não deve ser lida enquanto "incoerência", mas como da existência de elementos contrários que, em tensionamento, produzem sentidos. Não se trata, pois, de uma coisa ou outra, mas do entrecruzamento entre uma coisa e outra (Modesto, 2016).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de Walter Evangelista e Maria de Castro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022 [1970].

A PEQUENA SEREIA. Direção: Rob Marshall. Produção: Walt Disney Pictures. Roteiro: David Magee. Elenco: Halle Bailey, Jonah Hauer-King, Melissa McCarthy, Javier Bardem. Estados Unidos: Walt Disney Studios Motion Pictures, 2023. 135 min.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo da racialidade***:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. *Caderno CRH*, Salvador, v. 15, n. 36, p. 209-215, 2002. DOI: https://doi.org/10.9771/ccrh.v15i36.18633.

CARVALHO, Noel dos Santos. Imagens do negro no cinema brasileiro: o período das chanchadas. *Cambiassu*: Estudos em Comunicação, São Luís, v. 8, n. 11, p. 81-94, 2022. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/18484. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARVALHO, Noel dos Santos. O negro no cinema brasileiro: O período silencioso. *Plural*, São Paulo, v. 10, p. 155-179, 2003. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcso.2003.68073.

DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras*: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92-93, 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, São Paulo, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://bds.unb.br/handle/123456789/1141. Acesso em: 02 fev. 2025.

HASENBALG, Carlos. O negro na publicidade. *In*: GONZALEZ, Lelia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 123-135.

HOOKS, bell. *Cinema vivido*: raça, classe e sexo nas telas. Tradução de Natalia Engler. São Paulo: Elefante, 2023.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. *Olhares negros*: raça e representação. Tradução de Sthepanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. Agência de Notícias do IBGE, 11 nov. 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento. Acesso em: 2 maio 2025.

JEFERSON DE. *Dogma feijoada*: o cinema negro brasileiro. São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

MEMMI. Albert. *Retrato do colonizado precedido de Retrado do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023 [1957].

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. *Revista da Abralin*, [*S. l.*], v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. DOI: doi.org/10.25189/rabralin.v20i2.1851.

MODESTO, Rogério. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 1083-1093, 2016. DOI: https://doi.org/10.5007/1984-8412.2016v13n1p1083.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.

NASCIMENTO, Abdias. *Genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

ORLANDI, Eni. *Discurso e Texto*: formulação e circulação dos sentidos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2022.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de estudos linguísticos*, Campinas, Unicamp, n. 19, p. 07-24, 1990 [1982].

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008 [1983].

PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault à Spinoza. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise de Discurso*: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020 [1977]. p. 40-57.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 [1957].

SARTI, Milena Maria; CHIARETTI, Paula. O lugar da paráfrase no trabalho do analista do discurso. *Revista Investigações*, [*S. l.*], v. 29, n. 2, p. 69-89, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1551. Acesso em: 5 jan. 2026.

STAM, Robert. *Multiculturalismo Tropical*: uma história comparativa da raça na cultura e no cinema brasileiros. Tradução de Fernando Vugman. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Recebido em: 04/06/2025
Aceito em: 07/01/2026

Breno Freitas: doutorando (bolsa CAPES) e Mestre, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Graduado em Letras Português/Espanhol, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor de Língua Portuguesa, na Bahia (SEC-BA). Integra o grupo de pesquisa Discursos e Tensões Raciais (DTer). Dedica-se aos estudos do discurso a partir dos seus atravessamentos possíveis com raça, gênero, sexualidade e classe.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.91585

Censura à leitura crítica de mundo como dispositivo de reprodução de colonialidades de gênero

Censorship of critical world reading as a mechanism for the reproduction of gender colonialities

Erinaldo da Silva Santos
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)
erinaldo.santos@ifal.edu.br
https://orcid.org/0009-0003-3839-9942

RESUMO

Mesmo com a crescente onda de violência contra dissidentes de gênero e de sexualidade, são constantes as tentativas de que a temática seja excluída de bibliotecas públicas e escolas. Frente a esse contexto, buscamos problematizar a concepção de leitura construída em um vídeo em que a prefeita de Canoinhas-SC joga livros do Projeto Mundoteca no lixo, valendo-se do argumento de que seriam inadequados a crianças e adolescentes. Para tanto, estabelecemos diálogos entre estudos sobre decolonialidade (Gomes, 2019; Matos, 2020), identidades de gênero (Louro, 2015) e educação linguística (Silvestre, 2018), os quais auxiliaram a compreensão de que os discursos presentes no vídeo assumem a leitura como forma de preservação de valores das classes dominantes, ideia que se alinha a uma visão platônica de literatura e se opõe à concepção de educação como prática libertadora.

Palavras-chave: leitura; colonialidade de gênero; censura.

ABSTRACT

Even with the growing wave of violence against gender and sexuality dissidents, attempts to exclude this topic from public libraries and schools remain constant. In this context, we seek to problematize the conception of reading constructed in a video in which the mayor of Canoinhas-SC throws books from the Mundoteca Project into the trash, arguing that they are inappropriate for children and adolescents. To do so, we establish dialogues between studies on decoloniality (Gomes, 2019; Matos, 2020), gender identities (Louro, 2015), and linguistic education (Silvestre, 2018), which helped us understand that the discourses present in the video frame reading as a means of preserving the values of the

dominant classes—an idea aligned with a Platonic view of literature and opposed to a conception of education as a liberating practice.

Keywords: reading; coloniality of gender; censorship.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

> eu acho que na escola ainda não se fala sobre a existência de pessoas trans... eu vou sentir uma grande mudança quando eu pensar que uma filha minha, que um filho meu pode ser quem ele é... quem ela é... e aquilo vai estar documentado no livro de ciência... eu não existo no livro de ciência... então quem eu sou? Eu preciso ter as respostas naquele livro que todo mundo lê... eu só quero viver (Cantora Majur, em depoimento no documentário "De toda cor", Globo News Especial, 2024).

O discurso da cantora, modelo e mulher trans Majur traz à tona a prática de inviabilização a que dissidentes de gênero e de sexualidade vivenciam em diversos contextos na sociedade brasileira. Aqui nos interessa, sobretudo, evidenciar como pessoas dissidentes de gênero têm sua existência constantemente excluída das práticas escolares, não sendo seus modos de vida, suas histórias e seus corpos legitimados nos materiais didáticos e nos currículos. O silêncio, neste caso, constitui-se como um ato performativo (Rocha, 2020) que nega a diversidade ao construir saberes escolares que legitimam um padrão cis-heteronormativo como natural e adequado.

Essa lógica de silenciamento de determinados sujeitos faz com que diversas histórias trazidas pelos estudantes não sejam levadas em consideração, promovendo um distanciamento entre as práticas pedagógicas e o mundo da vida, tendo em vista que os interesses, valores e ideologias, os quais emergem das práticas sociais, deixam de ser considerados em função da reprodução de uma educação considerada como politicamente neutra, que apaga as marcas de gênero, sexualidade, raça e classe social sob o pretexto de que trata todos com igualdade.

No ensino de Língua Portuguesa, essa lógica é reforçada por práticas que encaram a linguagem como um sistema de regras abstratas que os discentes devem aprender para falar, ler e escrever de modo 'adequado' (Ferrarezi Júnior, 2014). A noção de adequação merece ser esclarecida, visto que não pressupõe uma postura crítica dos estudantes. Deles, é esperado que aprendam, de preferência sem contestação, saberes

desconectados da realidade em que vivem de modo a obter um bom resultado, quando solicitados a provar seus conhecimentos em testes e provas.

Embora bastante limitadora, essa visão de ensino, que separa as práticas escolares da vida dos estudantes, ainda dispõe de bastante prestígio, sendo reforçada e mantida por discursos que tentam controlar o que é lido nas salas de aula e em bibliotecas de escolas públicas. Nesse contexto, ganhou destaque nas redes sociais, em 2024, um vídeo em que a prefeita da cidade de Canoinhas-SC joga livros do Projeto Mundoteca[1] em uma lata de lixo, por, supostamente, não serem adequados aos estudantes da rede municipal, tendo em vista que abordavam questões relacionadas ao gênero e à sexualidade.

Ao entrar em contato com esse enunciado[2], resolvemos analisar os discursos presentes no vídeo com o objetivo de problematizar como compreendem a prática de leitura e se constituem como um dispositivo de construção de saberes que reproduz colonialidades de gênero[3]. Para alcançar esse objetivo, sentimos a necessidade de estabelecer diálogos com estudos sobre decolonialidade (Gomes, 2019; Matos, 2020), educação linguística (Silvestre, 2018) e identidades de gênero (Louro, 2015), levando esta investigação a se constituir de modo indisciplinar (Moita Lopes, 2006).

Para uma melhor compreensão das reflexões realizadas neste texto, em um primeiro momento, discutiremos como resistências coloniais contribuem para o silenciamento de dissidentes de gênero em contextos escolares. A seguir, apresentaremos a concepção de linguagem enquanto atividade interativa e dialógica (Bakhtin, 2015;

[1] O Projeto Mundoteca é uma iniciativa voltada ao incentivo à leitura e à educação, que promove a implantação de bibliotecas comunitárias e escolares com acervos diversificados. Embora receba recursos públicos, não se trata de uma ação do Governo Federal, sendo organizada e executada pela MGM Produções.

[2] No enunciado que analisaremos, a prefeita de Canoinhas-SC profere o seguinte discurso: "eu jamais jogaria um livro no lixo... mas porcaria numa biblioteca aqui do nosso município não vai ter mais não… a Mundoteca que é um programa do Governo Federal... uma tal de Lei Rouanet... coisas que vocês também já conhecem né... mais uma vez o governo do PT faz esse tipo de coisa ... bota o adolescente… bota a criança ... induz a coisa que não é dos valores do que a gente acredita ... não é o que a família quer que ele aprenda... não é o que realmente uma criança ou até um adolescente precisa ler numa biblioteca ... então aqui em Canoinhas a gente jogou esse tipo de porcaria no lixo... Agora eu quero alertar todos os prefeitos que estão me assistindo ... por favor se vocês têm Mundoteca aí na cidade de vocês… façam que nem eu... venham... batam... façam um pente fino nesses livros pra ver se vocês também não estão sendo enganados mais uma vez por essa política do que a gente não acredita... que não prega valores para nossas crianças e nossos adolescentes e façam uma limpa aí se vocês têm Mundoteca na cidade de vocês".

[3] A colonialidade de gênero refere-se à maneira como o processo de colonização europeia não apenas explorou territórios e povos, mas também impôs um sistema específico de organização de gênero — baseado na lógica binária homem/mulher, na hierarquia patriarcal e na heterossexualidade como norma.

Volóchinov, 2018), seguida da análise dos recursos verbais presentes no vídeo que constitui o corpus de pesquisa e, na parte final do texto, discutiremos como a leitura, enquanto prática libertadora, pode contribuir para uma educação linguística crítica ao visibilizar modos de ser e de viver frequentemente excluídos dos espaços escolares.

RESISTÊNCIAS COLONIAIS, LEITURA E SILENCIAMENTO DE GÊNERO

Ao refletir sobre colonialidades nos currículos, Gomes (2019) e Matos (2020) apresentam uma série de resistências coloniais a práticas decoloniais implementadas com o argumento de modernização dos currículos e de neutralidade das práticas de ensino, dentre as quais vale destacar a Reforma do Ensino Médio, o Projeto Escola sem Partido, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a retirada da palavra "gênero" do Plano Nacional de Educação e de Planos Estaduais e Municipais de Educação. A essa lista, acrescentaríamos projetos de lei que objetivam a proibição do uso de linguagem inclusiva de gênero nas escolas e a recorrente censura a obras do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e do PNLD Literário por abordarem questões relacionadas a gênero, religiosidades afrobrasileiras e raça.

Essas diversas ações evidenciam que, para alguns setores não progressistas e reacionários da sociedade brasileira, a ideia de diversidade é insuportável, não existindo "lugar, no currículo, para a multiplicidade" (Louro, 2015, p.70) de culturas e identidades. Por essa lógica, existem conhecimentos a que os discentes devem ter acesso e saberes que devem ser banidos dos ambientes escolares, por provirem de sujeitos que afrontam os quadros de referência tidos como adequados.

Por não serem inteligíveis à matriz cis-heteronormativa (Santos Filho, 2015, 2020), dissidentes de gênero, frequentemente, não têm suas identidades representadas nos materiais didáticos, nos textos escolhidos para a leitura e nas narrativas que circulam na escola. Suas histórias são silenciadas, seus corpos lidos como impróprios, excêntricos e perturbadores. Sua forma de vida é vista como inválida, de modo que se erguem barreiras, constroem fronteiras, impõem comportamentos para que se adequem à norma, que sejam inteligíveis. Essas ações perpetuam resistências coloniais que se enraízam, segundo

Gomes (2019), a partir de leituras que reproduzem lugares de superioridade para homens heterossexuais brancos de classe privilegiada.

O entendimento de que os textos que circulam na escola (re)produzem visões de mundo e que ao escolher determinados gêneros discursivos, temáticas, conteúdos e forma de trabalhá-los, docentes assumem uma posição no mundo, é imprescindível para a construção de saberes que propiciem pensamento crítico e uma educação libertadora, tal qual defendido por Freire (1989) e hooks (2020). Na visão desses autores, as práticas pedagógicas são atos políticos que podem contribuir para a transformação das desigualdades sociais vivenciadas por grupos subalternizados. Para isso, é necessário que docentes propiciem momentos em que as práticas de leitura contribuam para que os/as discentes percebam traços de colonialidade nos textos com os quais se deparam na vida social.

Ao promover situações em que os recursos enunciativo-discursivos presentes nos textos sejam analisados como indícios de posicionamentos ideológicos, as práticas de educação linguística podem favorecer uma leitura crítica da realidade. Isso ocorre quando se problematiza quem tem o direito de narrar a própria história e quem aparece apenas como objeto do discurso alheio, tendo sua vida representada pela voz de outros. Contudo, há que se destacar que a chegada de outros modos de ser e de viver aos espaços escolares tem sido alvo de intolerância e, muitas vezes, de práticas de violência, visto que põe em xeque muitas das verdades naturalizadas acerca de questões relacionadas a gênero, raça e sexualidade.

Esse gesto de encarar os textos como objetos de poder e formas de disciplinar a vida social dialoga com a problematização feita por Adichie (2019), sobre os perigos de uma história única. Para a autora, "as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada" (Adichie, 2019, p. 32), o que, em nosso entendimento, ocorre a partir de dois posicionamentos: um primeiro gesto decolonial se dá quando explicitamos traços de colonialidade presentes em enunciados que já circulam nas práticas de ensino e uma segunda ação que ocorre a partir de leituras que põem em evidência vivências decoloniais.

Nesse sentido, para ampliar sua leitura de mundo e perceber marcas de colonialidade nos textos presentes em seu cotidiano, é fundamental que os/as estudantes

tenham acesso a outras histórias. Fazer circular, nos espaços escolares temáticas como violência contra as mulheres, LGBTfobia[4], xenofobia, discursos de ódio contra dissidentes de gênero contribui para o combate a atos de violência e para o acolhimento das diferenças, embora seja importante destacar que tais práticas têm sido amplamente questionadas por setores reacionários, sob o argumento de que seriam formas de doutrinação ideológica e deturpação dos valores da família tradicional.

De modo contrário a esse pensamento colonial, Gomes (2019) enfatiza que a introdução de discussões sobre igualdade de gênero e de sexualidade no currículo da escola têm um caráter formador e de construção de subjetividades, podendo atuar para a superação de preconceitos, LGBTfobias e cultura do estupro. Destaca ainda a autora que essas práticas são aprendidas desde o início da vida e, muitas vezes, reforçadas em ambientes escolares.

A partir dessas reflexões, notamos que a escola ainda tem suas práticas marcadas por "um projeto colonial, mas estamos em tempo de revê-lo, construindo novas epistemologias e ontologias, dentre as quais o currículo é uma questão central a se repensar e se re-narrar" (Matos, 2020, p. 111). Esse entendimento impõe a necessidade de rever saberes que beneficiam determinados grupos sociais ao passo que outros são subalternizados, sendo a formação crítica dos estudantes uma forma de contribuir para a superação das desigualdades sociais a partir de leituras críticas de mundo.

Assim, os currículos são entendidos como forma de poder (Silva, 2016) que se constituem como um reflexo (e também uma refração) das relações sociais, dos poderes instituídos e das vidas que circulam socialmente, situação que impõe a necessidade de descolecionar os discursos presentes na escola, isto é, fazer circular outras histórias, sentidos, temáticas e formas de viver nas salas de aula, possibilitando o acesso de "gêneros impuros", entendido conforme Canclini (2015, p. 336), como textos que abandonam o conceito de coleção patrimonial, desafiam a linguagem institucionalizada, alteram-na para impulsionar pensamentos libertadores e contribuir para desconstruir atos de preconceito e de violência.

[4] A sigla LGBTQIAPN+ representa as diferenças de orientações sexuais e identidades de gênero, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binárias e outras identidades. Sendo assim, LGBTfobia se refere a práticas de intolerância contra sujeitos dissidentes de gênero e de sexualidade.

Levar outras vozes aos ambientes escolares assume, desse modo, papel fundamental para a transformação das relações sociais, visto que ao fazer circular outros discursos possibilita-se o contato com diversas formas de ser e estar no mundo, ampliando nossa compreensão da realidade. Estar em contato com o outro, "o diferente" significa interagir com seus medos, com as violências que sofre, com seus anseios e, sobretudo, com seu modo de vida. Esse contato com a diversidade é também uma oportunidade para questionarmos lugares privilegiados, posições de subalternidade e as relações de poder que os instituem.

Contudo, essa postura transgressiva, tem gerado incômodos em setores não progressistas, motivando uma verdadeira patrulha moral no que diz respeito à problematização de questões relacionadas a identidades de gênero e de sexualidade em práticas pedagógicas, situação que passaremos a discutir após a apresentação da noção de linguagem adotada neste trabalho.

O ENUNCIADO CONCRETO COMO UNIDADE DE COMUNICAÇÃO DISCURSIVA

O pensamento do Círculo de Bakhtin traz como uma de suas contribuições o fato de a linguagem ser relacionada ao contexto sociocultural no qual é empregada (Faria, 2009). Com isso, o estudo da linguagem deixa de ser visto a partir de uma perspectiva baseada somente no sistema linguístico para se voltar às práticas sociais, aos usos reais que os sujeitos fazem dos enunciados, visto que, para Bakhtin (2015, p. 265), "a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos" que a realizam, e é por meio desses enunciados que a vida se materializa na língua.

Ao adotar essa compreensão, afastamo-nos de perspectivas que se direcionam ao estudo de frases e palavras isoladas, pois segundo Bakhtin (2000), a interpretação de discursos não se limita a aspectos linguísticos, devendo considerar que os sentidos e valores dos signos dependem diretamente do contexto social em que são empregados. Essa compreensão nos conduz ao entendimento de que ao utilizar a linguagem, inscrevemos nossos discursos em uma série de embates e filiações com diversas vozes sociais, ora concordando total ou parcialmente com elas, ora discordando. O fato é que enunciar significa assumir uma posição no mundo.

No pensamento do Círculo de Bakhtin, a língua é vista como uma atividade e não como sistema abstrato de formas normativas, conforme postulado pela Linguística de base saussuriana. Sendo assim, os signos não só refletem, mas refratam a realidade (Volóchinov, 2018), constituem-na, o que significa que os enunciados são permeados de interesses e valores em disputa na sociedade. Como uma mesma "realidade" pode ser construída de diferentes maneiras, as posições valorativas de quem enuncia são extremamente importantes, visto que vão definir tanto o tema do enunciado como seu estilo, influenciando também em sua estrutura composicional.

Se tomarmos por exemplo as reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, notamos que enquanto alguns/as autores/as de notícias falam em "invasão"; outros/as denominam o ato como "ocupação". Esse exemplo indica que o processo de significação é também um ato de refração da realidade, porque

> a todo instante, em nossas práticas cotidianas, estamos realizando avaliações e atribuindo valores a seres, pessoas, coisas e acontecimentos. E é nesse processo de interação que nossas palavras ganham (e dão) vida, adquirem e atualizam seus sentidos, pois estes são situados historicamente, sendo necessário levar em consideração as intenções dos interlocutores no jogo discursivo (Santos, 2024, p. 34).

Conforme destacado pelo autor, entendemos que ao denominar o ato como "invasão", assume-se uma posição valorativa de não concordância, porque este vocábulo remete sentidos de ilegalidade; o uso de "ocupação", por sua vez, valida a luta por direitos, expressando um posicionamento de conformidade com o ato praticado. Com esse exemplo, reafirmamos a ideia de que enunciar é assumir uma posição frente aos valores e ideologias que circulam socialmente e também uma forma de construção de sentidos sobre os sujeitos e sobre o mundo social.

A compreensão de que os enunciados são produtos ideológicos auxilia nosso entendimento de que para analisar o vídeo postado pela prefeita de Canoinhas-SC, devemos levar em consideração a cena enunciativa em que é constituído, possíveis interlocutores, o suporte no qual é veiculado, o projeto discursivo e as performances que são construídas, visto que segundo Bakhtin (2015), os gêneros discursivos são enunciados relativamente estáveis que refletem as condições e as finalidades do campo da atividade humana da qual emergem.

Desse modo, os gêneros discursivos trazem características do momento em que foram produzidos e dos valores em disputa na sociedade em sua estrutura composicional, no seu tema e no estilo. Tais aspectos são aqui entendidos como "pistas de contextualização" (Gumperz, [1982] 2002) que sinalizam performances e posicionamentos valorativos de quem enuncia, sendo empregados para materializar uma posição nas relações de poder e nas disputas que vigoram socialmente.

Ao tomar o enunciado concreto como espaço de encontro entre diferentes forças sociais, percebemos que sua organização não se dá aleatoriamente, mas a partir do posicionamento valorativo que se pretende assumir frente a outros discursos. Nessa perspectiva, Santos (2024, p. 38) estabelece diálogos com o pensamento de Faraco (2009) e Miotello (2010) ao afirmar que

> a linguagem, como uma atividade viva, não existe para um sujeito de modo isolado, mas se estabelece na interação, na troca, no diálogo entre dois ou mais interlocutores em um determinado momento sociocultural (Faraco, 2009). Todo discurso é sempre uma resposta a outros discursos, a outros sentidos, pois, em cada enunciado, ecoam diversas vozes e "coexistem contradições ideológico-sociais entre o passado e o presente, entre as várias épocas do passado, entre os vários grupos do presente, entre os futuros possíveis e contraditórios" (Miotello, 2010, p. 172).

As palavras de Santos (2024) contribuem para o entendimento das tensões que vivenciamos na contemporaneidade, influenciadas pelas batalhas discursivas travadas em torno de questões de gênero, sexualidade e raça. Nesse contexto de embate entre vozes sociais que buscam uma centralização discursiva ao construir sujeitos, linguagem e identidades de modo essencialista, tornam-se necessárias práticas pedagógicas que põem em destaque vozes sociais marginalizadas, promovendo fissuras nas hierarquias sociais ao desestabilizar os centros de poder e os sentidos estabelecidos.

Do embate entre essas diversas forças sociais que refratam de modos distintos a presença da temática identidades de gênero nos espaços escolares, surgem questões em torno de leitura vistas como (in)adequadas para crianças e adolescentes, problemática que passamos a analisar com base na interpretação dos discursos registrados no vídeo em que livros do projeto Mundoteca são jogados no lixo pela prefeita da cidade de Canoinhas - SC.

CENSURA À LEITURA CRÍTICA COMO FORMA DE APRISIONAMENTO DE VIDAS E SABERES

Em diversos momentos de nossa história, a censura de obras e o controle do que poderia ser lido por crianças e jovens assumiu importante função na manipulação de comportamentos e ações. A queima de livros durante o Nazismo e o impedimento da circulação de obras que cultivam o pensamento crítico em períodos ditatoriais são acontecimentos que retratam bem essa situação.

Na sociedade brasileira atual, a "queima" acontece de forma simbólica, sem uso de fogo, mas deixa marcas dolorosas ao pulverizar existências pelo impedimento de que livros que abordam temáticas como gênero, sexualidade e raça sejam lidos por estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Tais ações ocorrem pelo fato de vivermos na contemporaneidade "uma gigantesca onda conservadora que tenta, a todo custo, cercear ações progressistas na arte e na cultura" (Souza, 2019, p. 437), com o intuito não só de invisibilizar vidas e saberes, mas também cultivar leituras que aprisionam mentes e impedem que a diversidade tenha representatividade.

Como exemplo de obras censuradas em ambientes escolares, podemos citar *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório, *Enquanto o sono não vem*, de José Mauro Brant, *O Diário de Anne Frank em quadrinhos*, de Ari Folman, *Aparelho sexual e Cia*, de Zep e Hélène Bruller e *As melhores do analista de Bagé*, de Luís Fernando Veríssimo. Não é nosso objetivo neste trabalho problematizar as obras ou discorrer sobre seu conteúdo, mas a partir da análise de um "enunciado concreto" (Volóchinov, 2018), tentar compreender como os discursos que buscam censurá-las constroem a prática de leitura de textos que abordam diversidade e como atuam de modo a reproduzir colonialidades de gênero.

O enunciado em questão foi registrado em vídeo[5] postado na rede social TikTok pela prefeita de Canoinhas-SC, no qual a gestora joga em uma lixeira os livros *Aparelho sexual e Cia* e *As melhores do analista de Bagé*, por supostamente apresentarem conteúdos inadequados para crianças e jovens que frequentam a biblioteca do Projeto Mundoteca. Embora seja um enunciado multimodal (Vasconcelos; Dionísio, 2013), em

[5] O vídeo completo pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=fall_fcGf2o.

nossa análise priorizamos aspectos verbais, visto que são mais determinantes para alcançar nosso objetivo de pesquisa.

Para uma melhor compreensão dos sentidos gerados, a partir de uma concepção sócio-histórica da linguagem (Volóchinov, 2018), cabe incialmente problematizar aspectos relacionados à cena enunciativa e ao propósito comunicativo. No vídeo, a prefeita de Canoinhas-SC, Juliana Maciel (Partido Liberal – PL), assume posicionamentos que a alinham com discurso da direita brasileira, sobretudo, pelo combate à inclusão da temática identidades de gênero em ambientes escolares e a suposta defesa de valores da família tradicional.

O enunciado ganha forma com o intuito de perpetuar uma visão de mundo não progressista, visto que não só reflete, mas refrata a realidade, direcionando-se, particularmente, para pessoas que compartilham de ideais conservadoras no que diz respeito a gênero e à sexualidade, de modo que é importante destacar que emerge de um contexto em que grupos de direita e extrema "direita têm se apropriado das mídias sociais para perpetuar uma visão de mundo que visa preservar "a cultura" e "as identidades" tidas como "legítimas" e combater ao que se tem nomeado de "ideologia de gênero".

No início do vídeo, que dura em torno de setenta segundos, a prefeita aparece andando em direção a uma lata de lixo e profere os seguintes enunciados, transcritos com base nas normas presentes em Petri (2006):

> eu jamais jogaria um livro no lixo... mas porcaria numa biblioteca aqui do nosso município não vai ter mais não… a Mundoteca que é um programa do Governo Federal... uma tal de Lei Rouanet... coisas que vocês também já conhecem né (Maciel, 2024).

Chama a atenção no discurso a ideia de que obras com determinadas temáticas não têm o direito à existência em espaços públicos, fato que é reforçado pelo enunciado, "mas porcaria numa biblioteca aqui do nosso município não vai ter mais não". Nesse, o material didático é qualificado valorativamente de forma negativa pelo substantivo "porcaria", posicionamento que é reforçado por meio do uso de uma oração adversativa, a qual é agenciada com o objetivo de distanciar as obras do que seria denominado livro. Ademais, merece destaque a menção à Lei Rouanet, que nos últimos anos tem sido alvo de bastantes ataques por supostamente financiar ações contra "a cultura" e "a família tradicional".

Ao mencionar a Lei Rouanet, a autora instaura diálogos com enunciados contrários à referida lei, afrontando discursos que a defendem. Com essa ação ingressa em uma arena discursiva, posicionando-se de modo semelhante à ideia de literatura defendida por Platão, isto é, de que a leitura estaria a serviço da perpetuação da moral e dos valores vigentes, tendo "a função de ensinamento de normas, condutas morais, regras de como viver em sociedade" (Souza, 2019, p. 435). Ademais, cabe esclarecer que o projeto Mundoteca, embora capte recursos do Governo Federal, não é uma ação governamental. Sua realização é promovida pela FGM Produções e, além das bibliotecas, envolve atividades de formação de professores e mediadores de leitura.

Quando problematizamos a forma como a leitura é encarada, não estamos defendendo que o texto literário não deva ser utilizado para determinados ensinamentos, mas que é preciso questionar a ênfase em um caráter pedagogizante, bem como a serviço de quem as práticas pedagógicas desenvolvidas estão sendo realizadas, visto que as escolhas feitas por docentes se inscrevem nas relações de poder e nas disputas que vigoram na sociedade, pois segundo Volóchinov (2018) todo signo (e todo texto) é ideológico e materializa valores e crenças dos grupos que o utilizam.

Pela visão de mundo performada no enunciado, uma biblioteca pública deveria ser um espaço de preservação dos valores tradicionais, não podendo reproduzir em seu acervo discursos ou formas de vida que afrontem os padrões de "normalidade". Essa restrição de ocupar o espaço de produção do saber, não é apenas imposta aos livros e a seu conteúdo, mas a sujeitos e vidas que são representadas nas obras. Nesse sentido, a ação da gestora indicia que inclusive os espaços são construções performativas, isto é, sobre a aparência de naturalidade de uma biblioteca existem diversas forças atuando para que tenha determinada forma, permita a circulação de discursos de grupos hegemônicos e esteja de portas fechadas a grupos subalternizados.

Negar o direito de circulação de outras histórias contribui de forma mais ampla para impedir que dissidentes de gênero tenham o direito à vida, a circular publicamente, a ter sua existência representada na mídia, no trabalho e nos materiais didáticos, circunstância que é reforçada na continuidade do vídeo, quando a autora afirma que

> mais uma vez o governo do PT faz esse tipo de coisa ... bota o adolescente… bota a criança ... induz a coisa que não é dos valores do que a gente acredita ... não é o que a família quer que ele aprenda... não é o que realmente uma criança

> ou até um adolescente precisa ler numa biblioteca ... então aqui em Canoinhas a gente jogou esse tipo de porcaria no lixo (Maciel, 2024).

Nesse enunciado, a autora compreende crianças e adolescentes como seres indefesos, que estariam tendo seus comportamentos manipulados pelas leituras disponíveis na biblioteca, posicionamento reforçado pela utilização do verbo "induz", que forja sentidos de manipulação e controle. Ademais, a forma de referência aos livros e aos saberes com eles produzidos por meio do vocábulo "coisa" e da repetição da palavra "porcaria" reafirmam um projeto discursivo que tenta desqualificar os saberes e as formas de vida construídos pelas obras.

Essa postura dialoga com tendências moralizantes e infantilizadoras de sujeitos que tendem a enxergar no texto questões que os afligem (Ichilevici, 2019), supostamente com o intuito de proteger as crianças e os adolescentes de temas que possam causar sofrimento. Tal entendimento desconsidera que a problematização de questões relacionadas a gênero tem sido amplamente discutida pelos/as jovens em outros espaços de socialização e que sua discussão, com mediação adequada, poderia ajudar a proteger crianças e adolescentes de violências que podem ser cometidas nos seus lares (Souza, 2019).

Há ainda no enunciado a ideia de que a leitura dos livros por crianças e adolescentes promoveria a deturpação dos "valores" que a "família" defende. A utilização desses itens lexicais posiciona o discurso da autora em um lugar de defesa dos interesses daqueles que buscam preservar "a moral" e "os bons costumes", sendo qualquer forma de tratar a diversidade, em espaços escolares, vista como "a fonte de todo o mal" (Duschatzky; Skliar, 2000, p. 164).

A referência ao Partido dos Trabalhadores também é recurso significativo para o entendimento do projeto de dizer, porque o enunciado se inscreve em um contexto político em que grupos de direita e extrema direita utilizam a desqualificação de outros partidos como estratégia de promoção e de captação de poder político. Nesse sentido, ao afirmar que "mais uma vez o governo do PT faz esse tipo de coisa" (Maciel, 2024), a autora constrói sentidos negativos sobre o partido político por meio de sua associação com temáticas como gênero e sexualidade. Além disso, o enunciado reproduz sentidos de que a leitura dos livros iria de encontro aos interesses das famílias.

Em seus enunciados, a gestora constrói uma cena discursiva em que, de um lado estão aqueles que pregam práticas supostamente imorais em ambientes educativos; e de outro, sujeitos que defendem os interesses das famílias. Sendo assim, "fala"como representante de um grupo, "o dos cidadãos de bem", e "fala" contra sujeitos que estariam tentando induzir comportamentos ao pregar "valores" que afrontam os interesses de grupos não progressistas, posicionamento reforçado pelo uso da expressão "mais uma vez" e "esse tipo de coisa".

Ao continuar seu projeto enunciativo, na parte final do vídeo, a autora acrescenta que

> Agora eu quero alertar todos os prefeitos que estão me assistindo ... por favor se vocês têm Mundoteca aí na cidade de vocês… façam que nem eu... venham... batam... façam um pente fino nesses livros pra ver se vocês também não estão sendo enganados mais uma vez por essa política do que a gente não acredita... que não prega valores para nossas crianças e nossos adolescentes e façam uma limpa aí se vocês têm Mundoteca na cidade de vocês (Maciel, 2024).

Esses enunciados cumprem a função de interpelar outros gestores a tomar atitude semelhante, realizando uma patrulha nas bibliotecas do Projeto Mundoteca, devendo-se destacar que a enunciadora assume novamente a posição de defensora de valores e de cuidado com crianças e adolescentes, ao passo que constrói o outro que defende a diversidade como uma fonte de perigo, visto que a palavra "enganados" sinalizaria um lugar de má-fé, de doutrinação imposta por aqueles que defendem a leitura das referidas obras. Some-se a isso que fazer "uma limpa" constrói sentidos de retirar a sujeira, higienizar, preservar a moral e os valores dos grupos dominantes.

Na visão de Souza (2019, p. 435), pensar a leitura por essa perspectiva seria condizente com a lógica segundo a qual

> obras consideradas más precisariam ser censuradas. Logo, vemos aqui uma vigilância sobre o criador e seu objeto artístico, um verdadeiro "caça as bruxas", limitando que certos textos cheguem às mãos de crianças, na tentativa de que somente os textos mais "adequados", ou seja, aqueles que ensinavam qualidades ou perfeição deveriam chegar até as crianças (Souza, 2019, p. 435, grifos do autor).

A posição do autor dialoga com nossa discussão ao destacar a censura que certas obras vêm sofrendo em virtude de abordarem questões que, embora sensíveis, têm se

mostrado necessárias, sobretudo devido à crescente onda de discursos de ódio contra mulheres, negros, nordestinos, imigrantes, sujeitos LGBTQIAPN+. Nesse sentido, ao defendermos que essas questões podem adentrar o espaço escolar pelas leituras realizadas, afastamo-nos de uma perspectiva moralizante de leitura, buscando a problematização de valores e preceitos que povoam os textos que circulam socialmente.

Com Cândido (1999), entendemos que

> A literatura pode *formar*; mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa - o Verdadeiro, o Bom, o Belo -, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica (esta apoteose matreira do óbvio, novamente em grande voga), ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, com altos e baixos, luzes e sombras. Daí as atitudes ambivalentes que suscita nos moralistas e nos educadores, ao mesmo tempo fascinados pela sua força humanizadora e temerosos da sua indiscriminada riqueza (Cândido, 1999, p. 5, grifos do autor).

As palavras de Cândido (1999) destacam a importância de leituras que abordem a complexidade da existência humana, posição que entra em confronto com as ideias defendidas no enunciado em análise, visto que há no vídeo marcas linguísticas, como uso de verbos no modo indicativo, que sinalizam uma performance discursiva construída para não deixar dúvidas sobre quem estaria preocupado com a educação de crianças e adolescentes.

Embora seja um texto curto, diversos discursos e vozes sociais são agenciados com o objetivo de instaurar um verdadeiro "policiamento de gênero" (Butler, 2013), visando determinar que textos seriam lidos nas escolas e quais deveriam ser censurados. Tais práticas atuam como uma forma de "purificação" e de silenciamento de comportamentos que afrontam os padrões de inteligibilidades de gênero, como também são reproduzidas performances identitárias tidas como adequadas.

Sendo assim, inferimos que nos enunciados analisados, a leitura é vista como uma forma de preservação de valores tidos como adequados, não podendo fazer referência à diversidade cultural, sobretudo, no que diz respeito a gênero e à sexualidade. Essa perspectiva se opõe à ideia de que ler é um ato político e ideológico que pode transformar a realidade ao questionar as relações sociais já estabelecidas e promover ações no sentido de construção de uma educação linguística crítica, questão que problematizamos na seção a seguir.

LEITURA COMO PRÁTICA LIBERTADORA

As reflexões realizadas, na seção anterior, são provocativas, pois instigam outros olhares acerca do papel das escolas e das práticas de leitura nas relações sociais. Ao adotar uma postura transformadora, a posição de encarar os textos como objetos abstratos para o ensino de regras, cede espaço a uma análise crítica das ideologias materializadas nos discursos, sendo a linguagem "o lugar de reescrevermos nossas vidas e de construir uma miríade indisciplinada de potências de vida" (Fabrício, 2022, p. 13). Esse deslocamento conceitual, próprio do pensamento crítico, leva ao questionamento de quão aprisionadoras foram/são as práticas pedagógicas (não só escolares) que experienciamos em nossos mundos da vida.

Quando assumimos a leitura como um ato político (Freire, 1989), deixamos de refletir sobre palavras e frases isoladas e passamos a problematizar questões relacionadas a nossas vivências, a como usamos a linguagem para traçar diferentes futuros sociais. Nesse processo, somos postos diante da necessidade de encarar a escola como um espaço de vida e não como um ambiente em que meramente teorizamos sobre ela. Na vida há sempre questionamentos, medos e, sobretudo, conflitos. Contudo, nas práticas escolares, há um anseio por uma educação ideologicamente neutra, postura que é fortemente combatida por bell hooks (2020) e Freire (1989), tendo em vista que eles entendem o ato educativo como uma ação política.

Tal entendimento traz consigo a ideia de que educar é um ato ético, que deve ser responsável e responsivo às demandas sociais e aos contextos em que os sujeitos estão inseridos. Assim, o pensamento crítico é uma prática interativa que se constitui a partir das leituras que fazemos, isto é, surge da necessidade, "do anseio por saber – por compreender o funcionamento do mundo" (hooks, 2020, p. 31), na tentativa de não só representá-lo, mas de reescrevê-lo por meio de uma compreensão ativa dos textos que lemos e produzimos.

Em um contexto de acirramento de violências contra grupos subalternizados como indígenas, mulheres, sujeitos LGBTQIAPN+, pessoas pretas, é necessário que as escolas abram suas portas para a diversidade cultural e que o processo de construção de saberes dialogue com os sujeitos privados dos benefícios sociais, possibilitando-lhes contar suas próprias histórias. Ao trazer vozes periféricas para as salas de aula, criam-se condições

para que outras formas de ser e de viver sejam legitimadas, o que pode provocar abalos em saberes até então tidos como incontestáveis, viabilizando condições para a formação do pensamento crítico, ação fundamental a uma educação linguística.

Na visão de Freire (1989), o cultivo do pensamento crítico tende a causar desconforto, pois setores conservadores da sociedade tendem a atuar em sentido oposto, com o objetivo de manter os "aprendentes" na linha, no roteiro cultural imposto pelo senso comum dominante. Para isso, valem-se de pedagogias corretivas e impõem punições a quem ousa pensar e agir diferente, tendo em vista que as instituições educativas tendem a cultuar o silêncio. Desde crianças, somos ensinados que a obediência é o comportamento premiado, que práticas transgressivas podem nos colocar em risco.

bell hooks (2020), por sua vez, pensa as salas de aula como espaços onde estudantes e professores(as) podem estar por inteiro, com seus sonhos, medos, mentes e corações. Esse alinhamento a uma pedagogia que é sensível às vivências dos sujeitos requer que se assumam posicionamentos frente às formas de desigualdade existentes, pois o silêncio contribui para a legitimação dos poderes instituídos. Desse modo, ao estarem expostos a outras formas de ler criticamente o mundo, alunas e alunos podem ressignificar narrativas inventadas sobre seus grupos sociais.

Esse processo de transformação da realidade por ações pedagógicas demanda a apropriação de uma postura crítica e de formas de ler que vão além da superficialidade dos textos, ampliando o repertório linguístico dos estudantes com o propósito de escavar significados de práticas sociais para entender de que forma as diferenças são construídas e transformadas em desigualdade. Esse modo de agir leva ao entendimento de como a linguagem é uma forma de poder (Silvestre, 2018) utilizada para a colonização do saber e dos sujeitos, mas também pode ser um espaço de resistência às ideologias dominantes.

Nesse sentido, a visão de leitura como prática libertadora dialoga com a ideia de uma educação linguística, por considerar que somos ensinados em todas as instâncias sociais e que é preciso que a escola seja vista como um espaço de vida e não somente de preparação para ela. Na vida não lidamos com frases e palavras soltas, mas com enunciados concretos que trazem em si as marcas do momento em que foram produzidos, dos sentimentos, emoções e ideologias que circulam socialmente. Isso significa que textos têm e dão vida, pois como afirma Bagno (2010), relacionamo-nos com a linguagem assim como os peixes se relacionam com a água, isto é, fora dela perdemos a existência.

De modo semelhante, fora de textos, as palavras sufocam, perdem sentido, sendo o estudo da frase isolada somente a dissecação do peixe morto. Fora do rio da vida, as práticas de leitura lidam com uma língua sem sujeitos e tornam os/as alunos/as meros depósitos a serem preenchidos com a maior quantidade possível de informação. Questionar essa lógica, tal qual faz bell hooks (2020), significa pensar o fazer pedagógico como um ato de criação em que professores/as e discentes interagem e aprendem a transgredir e transformar a realidade.

Para tanto, é necessário que outros discursos circulem na escola e que a diversidade de sentidos, modos de ser e de viver sejam objeto de reflexão em sala de aula. Nesse processo, a leitura de narrativas frequentemente silenciadas provocará estranhamento e até resistência de pais, alunos/as e de outros professores/as, contudo, é necessário que sejam construídas ações pedagógicas que visibilizem a pluralidades de formas de existência não para doutrinar ou induzir comportamentos, mas para cultivar o pensamento crítico, o acolhimento à diversidade e respeito à alteridade.

Nesse sentido, pensamos que a tarefa de uma educação linguística crítica seja tornar as relações sociais cada vez mais humanizadas, solidárias (não ingênuas), e, por ora, menos aprisionadoras, vislumbrando que sejam de fato libertadoras. Para isso, é preciso encarar a linguagem como forma de ação que cria vida, sendo fundamental a nossa existência, pois os discursos nos constituem e constituem os mundos de significação nos quais circulamos cotidianamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que somos levados a tecer considerações sobre o processo de escrita, surge a necessidade de apresentar de que forma o texto contribuiu para a construção de saberes. Nesse sentido, esse trabalho se constituiu como um espaço para estabelecer diálogos e sintetizar um pouco dos questionamentos de um docente da rede pública em seus constantes anseios promover uma educação libertadora.

Inconformados com a forma com que temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade são constantemente vistas como doutrinação ideológica e com um ensino de língua que pouco problematiza as relações sociais, buscamos discutir como os discursos acerca do processo educativo podem atuar como instrumento de dominação ao serem

encarados a partir de uma visão de linguagem como um sistema de regras abstratas, ou como um meio para visibilizar a diversidade, quando as práticas educativas são encaradas como formas de ação que possibilita ressignificar os espaços ocupados por diferentes sujeitos nas relações sociais.

Nesse sentido, problematizamos a leitura não só como prática libertadora, mas também como dispositivo de controle e manipulação, quando utilizada para reproduzir valores e ideologias das classes dominantes. Tal posicionamento epistemológico destaca a necessidade de fazer circular diversas narrativas nas escolas e em outros espaços como bibliotecas públicas, visando criar condições para que a diversidade seja vista, ressignificada e para que sujeitos dissidentes de gênero e de sexualidade possam contar suas histórias, tenham suas vidas conhecidas e retratadas em livros didáticos e em outros textos que circulam nas escolas, conforme reivindica Majur no relato presente na epígrafe deste texto.

Esse processo de questionamento da ordem instituída passa pela "descoleção" das narrativas que permeiam as práticas pedagógicas, pela circulação de "gêneros impuros" (Canclini, 2015, p. 335) e pelo distanciamento de uma concepção platônica de literatura. Esse processo de ruptura causará perturbações, resistência e fortes questionamentos acerca da função da escola e de professores/as, cenário que pode ser notado pelo crescente número de projetos de lei como o Escola sem Partido, cujo objetivo está diretamente relacionado à perpetuação dos interesses e crenças das classes dominantes.

Frente a esse contexto, reivindicar o direito de outras vozes e vivências frequentarem os espaços educativos contribui para ampliar as possibilidades de significação a que estudantes têm acesso nos espaços de educação formal. Esse processo de abertura à diversidade não ocorrerá sem conflitos, contudo, para que as práticas escolares sejam libertadoras, é necessário cultivar outras leituras e dar visibilidades a outras histórias além daquelas legitimadas pelas ideologias dominantes.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

BAGNO, Marcos. Sobre peixes e linguagem. *In*: ANTUNES, Irandé. *Análise de textos*: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 11-12.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, Valentin. *Discurso na vida e discurso na arte*: sobre poética sociológica. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza de "Discourse in life and discourse in art: concerning sociological poetics". *In*: *Freudianism*. New York: Academic Press – mimeo, 2000 [1926].

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Remate de Males*: Revista do Departamento de Teoria Literária da UNICAMP, p. 91-89, 1999.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. Os nomes dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 163–178, jul./dez. 2000.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Nosso ser-assim é atividade. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da et. al. *Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar*: gênero, sexualidade, classe e raça. São Paulo: Parábola Editorial, 2022. p. 11-14.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo*: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARIA, Marília Varella Bezerra de. *A construção estilística das identidades poéticas da cidade de Natal*: um olhar bakhtiniano. 2007. 190f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. *Pedagogia do silenciamento*: a escola brasileira e o ensino de língua materna. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. *In*: FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989. p. 9-14.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando currículos. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 247-275.

GLOBONEWS. De Toda Cor.. Brasil: GloboNews, 2024. Documentário. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/12616745/. Acesso em: 27 abr. 2025.

GUMPERZ, John Joseph. Convenções de contextualização. *In*: Brance Ribeiro Telles; Pedro M. Garcez (orgs.). *Sociolinguística interacional.* São Paulo: Edições Loyola, 2002 [1982]. p. 149-182.

ICHILEVICI, Vita. *Literatura Infantil e o Politicamente Correto*: dimensões éticas, estéticas e mercadológicas. 2019. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

HOOKS, Bell. *Ensinando pensamento crítico*: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

LOURO, Guacira. Lopes. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva Matos. Decolonialidade e currículo: repensando práticas em espanhol. *In*: MENDONÇA E SILVA, Cleidimar Aparecida. *América latina e língua espanhola*: discussões decoloniais. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 93-115.

MIOTELLO, Valdimir. Ideologia. *In*: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin*: Conceitos-chave. São Paulo. Contexto, 2010. p. 167-176.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editoria, 2006. p. 85-107.

ROCHA, Luciana Lins. Desfazendo o privilégio cis-heteronormativo no ensino de inglês na escola pública. *In*: BORBA, Rodrigo (org.). *Discursos transviados por uma linguística queer*. São Paulo: Cortez, 2020. p. 121-152.

SANTOS, Erinaldo da Silva. *Da arena de vozes aos confrontos identitários*: feminilidades inovadoras em discursos de movimentos feministas. São Paulo: Pimenta cultural, 2024.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. Linguística queer: papa além da língua(gem) como expressão do lugar do falante. *In*: SILVA, Antônio de Pádua Dias da. *Escrit@s sobre gênero e sexualidade.* São Paulo: Scortecci, 2015. p. 15-28.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. *Linguística queer*. Recife-PE: Pipa Comunicações, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. 8. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SILVESTRE, Viviane Pires Viana. Gênese de uma trajetória em curso na formação crítica de professoras/es de inglês. *In*: PESSOA, Rosane Rocha; SILVESTRE, Viviane Pires Viana; MONTE MOR, Walkíria (org.). *Perspectivas críticas de educação linguística no*

Brasil: trajetórias e práticas de professoras(es) universitárias(os) de inglês. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VASCONCELOS, Leila Janot de; DIONÍSIO, Angela. Multimodalidade, capacidade de aprendizagem e leitura *In*: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. *Múltiplas linguagens para o ensino médio*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 19-42.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

Recebido em: 01/05/2025
Aceito em: 28/02/2026

Erinaldo da Silva Santos: professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL (Campus Arapiraca), onde leciona em turmas do Ensino Médio Técnico, na graduação em Letras e na especialização em Linguagens e Práticas Sociais. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal de Sergipe, desenvolve estudos sobre identidades sociais, educação linguística, estudos de letramento, gêneros discursivos na perspectiva bakhtiniana e análise de material didático. Ademais, é membro do Núcleo de Diversidade, Gênero e Sexualidade NUGEDIS-IFAL campus Arapiraca, do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE e do Grupo de Estudos Retóricos e Discursivos - Gerdi-IFAL.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.84658

Ironia em dimensão argumentativa – uma crítica social em *As caravanas*, de Chico Buarque

Irony in an argumentative dimension – a social critique in *As caravanas*, by Chico Buarque

Júlia Andrade da Silva Rosa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
juliandradesilvarosa@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-3919-7141

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o estudo da ironia em dimensão argumentativa. Com isso, busca-se refletir acerca da nova retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1989) e de seu caráter persuasivo na argumentação. Para tanto, o *corpus* de análise será a letra da canção *As caravanas*, de Chico Buarque de Holanda. Baseado na teoria polifônica de Ducrot (1987) e levando em consideração o estudo de Jacqueline Authier-Revuz (1982), o trabalho explica a diferença entre enunciador e locutor, a ironia como polifonia e os elementos heterogêneos que constituem o discurso. A partir desses conceitos, este artigo buscará aplicá-los à análise da canção, uma vez que a noção de ironia pode ir além da noção de ornamento, constituindo, principalmente, um aspecto argumentativo.

Palavras-chave: ironia; argumentação; nova retórica; heterogeneidade; polifonia.

ABSTRACT

This paper aims to study irony in an argumentative dimension. Therefore, it seeks to reflect on the new rhetoric of Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca (1989) and its persuasive character in argumentation. To this end, the corpus of analysis will be the lyrics of the song *As caravanas* by Chico Buarque de Holanda. Based on Ducrot's polyphonic theory (1987) and taking into consideration Jacqueline Authier-Revuz's study (1982), the work explains the difference between enunciator and speaker, irony as polyphony and heterogeneous elements that constitute the discourse. Based on these concepts, this article will seek to apply them to the analysis of the song, since the notion of irony can go beyond the idea of ornament, constituting, above all, an argumentative aspect.

Keywords: irony; argumentation; new rhetoric; heterogeneity; polyphony.

INTRODUÇÃO

A argumentação no discurso se inspira nas antigas teorias filosóficas desde Aristóteles. A retórica, considerada a arte de saber se expressar bem, a partir de um novo estudo fundado por Chaïm Perelman e Lucienne Olbrechts-Tyteca, na obra publicada em 1958, *Tratado da argumentação: a nova retórica*, é resgatada justamente para constituir não mais um ornamento, mas sim um conjunto de técnicas de forte poder argumentativo. A retórica como "método artístico" (Marques, 2011, p. 271) relaciona-se ao *ethos* (imagem do locutor), ao *páthos* (emoção do auditório) e ao *logos* (estratégias discursivas). Em um nível mais pragmático, a retórica e a argumentação se cruzam. Como já dito, a retórica é historicamente encarada como um conjunto de regras que constituem *a arte do bem dizer* em determinada situação. A argumentação, por sua vez, objetiva a persuasão, que, para o locutor, é um meio pelo qual se torna possível defender sua opinião e influenciar o pensamento dos interlocutores. Maria Aldina Marques (2011) percebe que a argumentação como persuasão está diretamente ligada à situação comunicativa e "orientada para uma dimensão pós-discursiva, do domínio do perlocutório" (Marques, 2011, p. 275), já que a persuasão consiste em acarretar a mudança de atitude do alocutário, isto é, o interlocutor. Por conta disso, pode-se afirmar que a nova retórica, ao propor um conceito de auditório, conta com a sua recepção, já que é objetivo do locutor persuadi-lo.

A ironia é um recurso retórico que está presente em toda parte, seja na fala das pessoas em conversas corriqueiras, seja em redes sociais, nos textos jornalísticos etc. Em qualquer situação, a ironia pode ser muito bem aproveitada, da mesma forma que pode ser encarada como um grande problema a partir do momento em que não seja bem interpretada. Isso acontece porque essa figura retórica consiste, justamente, em dizer o contrário daquilo que ser quer expressar ao interlocutor. Considerando-se que a ironia é um procedimento discursivo por meio do qual se diz o contrário daquilo que se quer fazer entender, as instruções de ironia presentes em um texto talvez estejam cada vez menos perceptíveis. Na obra *O dizer e o dito*, Oswald Ducrot desenvolve a ideia de "ironia como polifonia", afirmando que

> falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade e, mais que isso, que ele considera absurda. Mesmo como sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação (Ducrot, 1987, p. 198).

Assim, partindo dessa definição, aliada ao conceito de argumentação e de retórica, este trabalho será desenvolvido, uma vez que o uso dessa figura retórica dentro de um discurso faz parte de uma técnica da argumentação. A ironia é, de uma forma geral, ligada à *arte do bem dizer* com o objetivo de fazer troça de alguém ou de alguma coisa. No entanto, percebe-se, principalmente em textos jornalísticos e em redes sociais, que a ironia deixa de ser somente um recurso para galhofar de alguém, e passa a estar presente em uma dimensão argumentativa, indo além do que Perelman e Olbrechts-Tyteca consideram como *ornamental*. Portanto, neste trabalho, a ironia se une à argumentação objetivando a crítica social na canção *As caravanas*, de Chico Buarque de Holanda, conhecido por suas letras que fazem alusão a um contexto político e social inserido na realidade, sendo algumas de suas composições consideradas canções de protesto.

A ARGUMENTAÇÃO E A NOVA RETÓRICA

Na sociedade, a língua é utilizada de forma diferente e varia de acordo com as situações: no trabalho, em casa, em um bar. Com a ajuda de uma competência retórica, pode-se falar ou escrever em quaisquer situações. Desse modo, a retórica se define como a arte de dizer. Para os sofistas, essa mesma arte seria a de *falar bem*, considerando-se que, para eles, a retórica era uma forma de poder e, antes de tudo, a arte de se expressar da melhor maneira possível. Aristóteles define posteriormente a retórica como um meio de comunicação cujo objetivo principal a ser atingido é o da persuasão, de modo que a arte de falar bem já não era o propósito de quem se debruçava sobre a retórica – não exclusivamente. A arte de saber se expressar resultou na arte de se comunicar, e essa abordagem aristotélica acresceu à retórica a noção da argumentação.

Desse modo, a retórica de Aristóteles corresponde aos artifícios de argumentar, com o objetivo de passar ideias do locutor ao interlocutor e, portanto, de persuadi-lo. A partir de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, na obra *Tratado da argumentação: a nova retórica*, a retórica passa a constituir um conjunto de técnicas de forte poder

argumentativo. Para Perelman, um argumento pode convencer sem necessariamente fazer uso da lógica formal; a argumentação pode, pois, ser considerada como "um estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão das pessoas às teses que são apresentadas para seu assentimento" (Perelman; Olbrechts-tyteca, 1989, p. 34). Perelman (1989, p. 17) tem o objetivo de recuperar alguns princípios que fundam uma lógica de valores, normas e ação dentro de uma situação comunicativa. Por este motivo, o auditório tem um papel fundamental dentro da argumentação: o locutor deve conhecer seus interlocutores e adaptar seu discurso a eles, o que permite que seja formada uma argumentação persuasiva.

A IRONIA

Maingueneau e Charaudeau, em *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (2002), enfocam o termo *ironia* à luz de algumas teorias, dentre as quais a da ironia como tropo, como paradoxo e como polifonia, sendo esta última a que norteará este trabalho.

O nome de Catherine Kebrat-Orecchioni (1980) é bastante citado quando se trata de ironia como tropo. Para a linguista, a ironia desse ponto de vista pode ser considerada quase como uma antífrase, ou como um desvio claro entre o sentido literal e o sentido figurado (Charaudeau; Mainguenau, 2002, p. 330). A ironia é concebida como tropo na medida em que a enunciação apresenta traços que a revelam, como, por exemplo, alguma hipérbole que retrate o absurdo, ou algum gesto, alguma entonação.

No que se refere à ironia como paradoxo, Alain Berrendonner (1981) enxerga, na figura de linguagem, uma enunciação paradoxal, em que o locutor torna inválida sua própria enunciação ao mesmo tempo em que a expressa. Em outras palavras, para o linguista, ser irônico não é imitar, por meio de um mimetismo, o ato de fala anterior ou externo de outro, mas sim registrar uma falsidade contra a própria afirmação quando ela é realizada. Ironia como paradoxo é, pois, uma estratégia de contradição argumentativa.

Na teoria polifônica da enunciação desenvolvida por Oswald Ducrot em *O dizer e o dito* (1987), a ironia como polifonia é, ao lado da negação, um exemplo que reitera a pertinência discursiva da percepção polifônica da enunciação. Em uma determinada enunciação, é possível que se perceba a presença de mais de um enunciador, ou seja, uma

multiplicidade de vozes. Para Ducrot, para que um locutor (L) seja irônico, é necessário que ele apresente uma enunciação assumindo a posição de um enunciador. Sabe-se, no entanto, que este enunciado (E) exprime um ponto de vista contrário ao ponto de vista do locutor, uma vez que ele considera o ponto de vista do enunciador algo absurdo. Embora o locutor seja tomado como responsável pela enunciação, ele não é relacionado ao enunciado – origem do ponto de vista declarado na enunciação. A partir desse momento, a fim de ressaltar a diferença entre o locutor e o enunciador, Ducrot traz à tona o aspecto paradoxal conceituado por Berrendonner:

> De um lado, a posição absurda é diretamente expressa (e não mais relatada) na enunciação irônica, e ao mesmo tempo ela não é atribuída a L, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras atribuídos a uma outra personagem, E (Ducrot, 1987, p. 198).

Juntamente às noções de ironia acima mencionadas, deve-se dar importância ao conceito de Heterogeneidade Enunciativa de Jacqueline Authier-Revuz. Em seu artigo *Hétérogénéité montrée et Hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours* (1982), Authier-Revuz discorre sobre duas formas de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada (marcada e não marcada). A primeira não se apresenta na organização linear do discurso, já que sua alteridade não é evidenciada, permanecendo, então, no interdiscurso. Já a segunda traz marcas da presença do *Outro* no discurso, manifestando a alteridade ao longo da cadeia discursiva e, por este motivo, é possível que ela seja observada. A heterogeneidade mostrada pode ser **marcada** e, portanto, manifestada na materialidade linguística, por meio do discurso direto e das aspas; e **não marcada**, portanto, sem contar com evidências linguísticas, ela é identificada através do discurso indireto livre e da ironia, por exemplo. Desse modo, pode-se notar o teor polifônico presente na heterogeneidade enunciativa. A linguista, em vista disso, sustenta a ideia de heterogeneidade como um conceito que se relaciona ao interdiscurso (heterogeneidade constitutiva) e à materialidade linguística que compõe o discurso e que torna possível sua construção (heterogeneidade mostrada).

TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIAÇÃO DE DUCROT

Oswald Ducrot, em *O dizer e o dito* (1987), mais especificamente no capítulo *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*, retoma o conceito de polifonia de Bakhtin e mostra que existe a possibilidade de mais de uma voz ser indicada em um mesmo enunciado. Ele distinguirá, pois, no enunciado, as marcas de sua enunciação. Dessa forma, a enunciação, que é definida como uma atividade de linguagem exercida por determinada pessoa no momento em que ela fala, isto é, o "produto da atividade do sujeito falante" (Ducrot, 1987, p. 168), deve ser entendida como um acontecimento que precisa ser descrito a partir do modo de presença do sujeito em determinado evento. Por conta disso, são distinguidas algumas formas de indicação do aparecimento do sujeito da enunciação: locutor, enunciador e sujeito – ser empírico (ou falante empírico).

Primeiramente, há o par *locutor/sujeito – ser empírico*, cuja oposição mostra que, uma vez o falante fazendo parte de uma categoria empírica e não linguística, o que interessa para marcar o aparecimento do sujeito no acontecimento é, de fato, a figura do locutor. Em outras palavras, é necessário frisar o surgimento daquele que é representado (pelo enunciado) como responsável pelo dizer e pelo acontecimento da enunciação. No que diz respeito ao enunciador, pode-se dizer que sua figura apresenta, então, a perspectiva do que se diz, diferenciando-se tanto do locutor quanto do sujeito – empírico. Posto isso, nota-se que a polifonia ocorre nos níveis do locutor e do enunciador.

> De uma maneira análoga, o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. E sua posição própria pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante (o enunciador é então atualizado), seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição mantém-se significativa, mesmo que ele não se assimile a eles [...] (Ducrot, 1987, p. 193).

Portanto, a noção de polifonia, nos termos de Ducrot, está ligada à diferenciação conceitual entre locutor e enunciador. O locutor é normalmente entendido como o responsável pelo enunciado, enquanto o enunciador, por sua vez, é aquele que, embora não "fale" de fato, tem seu ponto de vista expresso na enunciação. Por conta disso, Ducrot diz que a polifonia acontece quando o locutor atrai para seu ato de enunciação um ou mais enunciadores, que podem ou não se identificar com ele. É a partir desse conceito que a ironia será tratada na seção a seguir.

IRONIA EM DIMENSÃO ARGUMENTATIVA

Desde os diálogos de Platão, Sócrates define a ironia como uma técnica oratória que é sustentada a partir de uma interrogação falsamente ingênua e uma credulidade ilusória (Perrin, 1996, p. 7). A ironia socrática, segundo Laurent Perrin, tem uma dupla finalidade, já que ela pode ser encarada como subversiva e pedagógica. De um lado, ela pretende desmascarar e confundir o erro implícito no suposto conhecimento dos sofistas e, por outro lado, a ironia visa a instruir e a persuadir melhor, ou seja, objetiva restabelecer a verdade. Em outras palavras, Sócrates apresentava a ironia presente em partes diferentes: erro e verdade; desse modo, o locutor buscava argumentar em favor da verdade, desmascarando o erro, e, ao mesmo tempo, fazendo troça de tal erro e de todos aqueles que acreditavam nele.

Ainda segundo Perrin, a ironia de Sócrates nos diálogos de Platão é algo exagerado e hiperbólico. No exemplo a seguir, a título de ilustração, vê-se o elogio exagerado de Sócrates a Hípias, sofista, em um fragmento dos Diálogos I-II, *Hípias Menor*:

> **Sócrates** — Como és feliz, Hípias, se puderes realmente, em todas as Olimpíadas, ingressar no santuário tão seguro de ti mesmo e confiante em tua sabedoria! Surpreender-me-ia se algum dos atletas das competições de força física ali se apresentasse para lutar, sem medo e tão confiante no seu próprio corpo como tu dizes estar com relação à tua inteligência.
> **Hípias** — É natural, Sócrates, o que se dá comigo. Desde que comecei a tomar parte nos jogos olímpicos não encontrei ninguém superior a mim, seja no que for.
> **Sócrates** — Que belo monumento de sabedoria, Hípias, deve ser tua glória, para a cidade de Élide e para teus progenitores! Porém que nos dizes acerca de Aquiles e de Odisseu? Qual dos dois, e por que motivo, consideras superior? Há pouco, enquanto éramos muitos lá dentro e tu fazias a tua declamação pública, não pude acompanhar o que dizias: porque havia muita gente, temia interromper-te, para não perturbar com perguntas tua declamação. Agora, porém, que somos poucos e Êudico me concita a interrogar-te, fala e explica-nos claramente o que expunhas a respeito dessas duas personagens. De que maneira as diferencias?
> **Hípias** — De muito bom grado, Sócrates, vou expor-te com maior clareza do que antes, não somente o que penso a respeito deles dois como de outras. Declaro, pois, que em seus poemas Homero apresentou Aquiles como o mais bravo dos heróis que foram a Troia, Nestor como o mais sábio e Odisseu, o mais astucioso.
> Sócrates — Ora, ora, Hípias! Só te peço que me faças o favor de não zombar de mim no caso de eu custar a apanhar o sentido do que dizes e de amiudar minhas perguntas. Assim, procura responder-me por modo suave e sem aborrecer-te.

O diálogo *Hípias Menor*, que contém falas de Sócrates e do sofista Hípias, pertence a um grupo de diálogos em que a modéstia de Sócrates enfrenta a presunção de um interlocutor respeitado por todos e que, por conta disso, se julga mais sábio e admirável do que realmente é. Estes interlocutores tendem a ser alvos da ironia socrática. De fato, em *Hípias Menor*, nota-se um contraste evidente entre o comportamento de Hípias, que julga ser o mais sábio dos sábios, e Sócrates, que se coloca em um lugar de inferioridade, no sentido de entender que sabe muito menos do que Hípias.

A título de ilustração, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a ironia é definida, semelhantemente ao que já se disse aqui, como "a figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender". À vista disso, no seu discurso argumentativo, o locutor irônico tem o objetivo de expor algo ou alguém ao escárnio dizendo o contrário do que ele realmente quer dizer. Este *contrário* pode estar presente no nível textual, mas também no nível do pensamento, isto é, da lógica. Isto, portanto, pressupõe uma interpretação que leva em consideração o contexto. A ironia não pode existir sem um contexto linguístico ou situacional. Embora ela seja produzida no nível da frase (isto é, lançando mão de recursos essencialmente linguísticos), a ironia será interpretada no nível do discurso, no qual será construída em duas fases: primeiro, no nível da produção e, posteriormente, no nível do recebimento. Para que a ironia seja entendida, é preciso que o locutor e interlocutores compartilhem as mesmas referências e práticas discursivas.

IRONIA COMO CRÍTICA SOCIAL EM CHICO BUARQUE

Seis anos após o lançamento de seu disco *Chico*, em 2017, Chico Buarque de Holanda apresenta ao público a nova obra *Caravanas*, que dará nome à canção analisada neste trabalho. Chico Buarque é conhecido por suas letras que fazem alusão a um contexto político e social inserido na realidade, tendo sido algumas de suas músicas consideradas canções de protesto, especialmente na década de 1970. Além disso, muitas vezes foi alvo de críticas por conta de suas letras mal compreendidas que faziam uso da ironia fina. Em uma delas, *Mulheres de Atenas*, com a parceria de Augusto Boal, foi tachado de machista, por conta de uma ironia em dimensão argumentativa objetivando a crítica ao comportamento que rejeita a igualdade de condições sociais e direitos entre homens e

mulheres. Desta vez, em *Tua Cantiga*, o cantor é, mais uma vez, alvo da má interpretação dos interlocutores. No *blog Socialista Morena*, Cynara Menezes tece algumas críticas ao comportamento supostamente machista de Chico – desconsiderando a já proverbial diferença entre autor e eu-lírico – quando o enunciador diz "Quando o teu coração suplicar/ Ou quando o teu capricho exigir/ Largo mulher e filhos e de joelho vou te seguir" *(Tua Cantiga*, *Chico Buarque).*

Além de a harmonia ser semelhante à de uma cantiga, a canção apresenta um interdiscurso e dialoga com as cantigas trovadorescas, sobretudo as de amor. Sabe-se que as cantigas de amor fazem parte do movimento Trovadorismo (séculos XII a XIV) e têm como uma de suas características principais o eu-lírico masculino que canta a vassalagem amorosa, colocando-se à disposição da mulher amada, que é descrita como perfeita, inalcançável, nobre, e é totalmente idealizada por seu amante. O tema central das canções de amor costuma ser o sofrimento amante – que também se pode chamar coita de amor – , a idealização da mulher e, *grosso modo*, uma subserviência à amada. Por ser constitutivo do discurso e por não haver qualquer marca linguística que indique o diálogo, muitas vezes as relações dialógicas passam despercebidas e, por isso, não são interpretadas se os locutores e interlocutores não compartilham a mesma prática discursiva. Pode ser que, com uma reflexão mais técnica das questões por detrás das canções, aliada à observação das condições de produção da canção, a ideia do machismo caia por terra.

Baseando-se nessa breve apresentação e na heterogeneidade enunciativa de Jacqueline Authier-Revuz, ao analisar a canção *As caravanas* é possível notar o teor irônico em sua letra por meio da apropriação, por parte do enunciador, de outras vozes discursivas, das quais o locutor discorda. A partir dessa discordância nasce a ironia em dimensão argumentativa.

As Caravanas (Chico Buarque)

É um dia de real grandeza, tudo azul
Um mar turquesa à la Istambul enchendo os olhos
Um sol de torrar os miolos
Quando pinta em Copacabana
A caravana do Arará, do Caxangá, da Chatuba
A caravana do Irajá, o comboio da Penha
Não há barreira que retenha esses estranhos
Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho
A caminho do Jardim de Alá
É o bicho, é o buchicho, é a charanga

Diz que malocam seus facões e adagas
Em sungas estufadas e calções disformes
É, diz que eles têm picas enormes
E seus sacos são granadas
Lá das quebradas da Maré

Com negros torsos nus deixam em polvorosa
A gente ordeira e virtuosa que apela
Pra polícia despachar de volta
O populacho pra favela
Ou pra Benguela, ou pra Guiné

Sol
A culpa deve ser do sol que bate na moleira
O sol que estoura as veias
O suor que embaça os olhos e a razão
E essa zoeira dentro da prisão
Crioulos empilhados no porão
De caravelas no alto mar

Tem que bater, tem que matar, engrossa a gritaria
Filha do medo, a raiva é mãe da covardia
Ou doido sou eu que escuto vozes
Não há gente tão insana
Nem caravana do Arará
Não há, não há
[...] (Grifos nossos)

Os primeiros versos da canção mostram o cenário: a praia de Copacabana, que é comparada ao mar de Istambul. Observam-se, ainda, referências de lugares da Zona Sul do Rio de Janeiro, como o Jardim de Alah, parque localizado entre os bairros do Leblon e Ipanema. Em oposição à referência da região privilegiada, as *caravanas* vindas de bairros do subúrbio causam um desconforto ao enunciador, que se incomoda ao constatar "É o bicho, é o buchicho, é a charanga[1]". Para além, a repetição dos fonemas fricativos palatais /ʒ/ em *bicho, buchicho* e *charanga* já indiciam mesmo um burburinho que pode ser ocasionado pelo caos. Inclusive, para pacificar a sensação ruidosa da aglomeração, o uso de *charanga* enriquece a imagem. De acordo com o dicionário digital Aulete, *Charanga*, utilizada no sentido pejorativo, pode designar uma orquestra ruidosa ou desafinada, ou um conjunto de animais que não puxam um carro de forma coordenada. Essa segunda acepção parece encaixar muito bem à cena que é descrita por enunciadores

[1] Segundo *o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa,* o regionalismo *charanga* significa coisa, troço, negócio. Além disso, há uma referência à primeira torcida organizada do Brasil – a Charanga rubro-negra, que acabou por se firmar, a despeito do intenso preconceito sofrido em sua origem. A menção a essa torcida se coaduna com a noção preconceituosa que se identifica em frases como "Flamengo venceu; festa na favela".

preconceituosos. O primeiro sinal de polifonia que revela a ironia é no verso "Não há barreiras que retenha esses estranhos / Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho / A caminho do Jardim de Alá". Neste momento, o locutor se apropria de uma *persona* preconceituosa fazendo jogo de relações entre *estranhos* e *muçulmanos a caminho do Jardim de Alah*, Deus da religião do Islã. Em uma profusão de preconceitos, para além da intolerância religiosa, percebe-se a semelhança que o enunciador estabelece entre os muçulmanos e os suburbanos, ambos estranhos. É possível também notar no início da canção, quando se fala do dia bonito e agradável, trazendo a imagem imponente do "azul turquesa à la Istambul", uma melodia serena e calma comparada ao momento em que se começa citar a caravana do Arará. Principalmente em "**Qu**an**d**o **p**in**t**a em **C**o**pa**c**ab**ana a **ca**ravana", com o uso dos fonemas oclusivos **/p/**, **/b/**, **/t/**, **/d/**, **/k/**, a informação, na canção, negativa de que os "suburbanos" chegaram é introduzida de maneira mais agressiva e explosiva.

A partir da segunda estrofe, quando o enunciador menciona os "Diz que malocam seus facões e adagas", nota-se a sugestão racista de que negros são violentos e andam sempre armados. A escolha lexical não foi feita acidentalmente. O verbo *malocar* significa, segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, "colocar (alguém, algo, esp. produto de roubo ou contrabando, ou a si mesmo) em lugar no qual possa ficar oculto; ocultar, esconder". Além disso, pode-se associar o verbo *malocar* ao adjetivo pejorativo *maloqueiro*, frequentemente usado para (des)qualificar alguém como sendo sem educação, mentiroso, malcriado. Assumindo a voz preconceituosa, o discurso de Chico Buarque novamente faz alusão à afirmação do senso comum e racista, que acredita que negros são bandidos e estão sempre escondendo algo. Aliado ao estereótipo de violência dos negros, percebe-se a sexualização do corpo negro, em "Diz que eles têm picas enormes e seus sacos são granadas". Não à toa, Buarque escolhe o substantivo de dois números *diz que*, que é comumente utilizado em um contexto de fofoca e boato, ou seja, o enunciador desconhece a veracidade do que fala, mas, a despeito disso, continua disseminando uma informação falsa e estereotipada.

Na quarta estrofe, retomando novamente o conceito de heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz, a figura do *Sol* aparece em um momento de confusão mental que "embaça os olhos e a razão". Albert Camus, autor de *L'Étranger*, usava a figura do sol e do calor para justificar o descontentamento e certas ações repugnantes de

seu personagem, M. Meursault[2]. Desse modo, Chico Buarque, dialogando com a obra de Camus, ironiza quando culpa o sol pela discriminação e pelo discurso irracional e preconceituoso proferido pelo enunciador.

Na quinta estrofe, o locutor assume, novamente, a voz de uma figura violenta que valida a ideia de que deve haver uma barreira social que divida "o populacho da favela" da região da Zona Sul. A crença de que "tem que bater, tem que matar" e "engrossar a gritaria" pertence a um grupo hegemônico que se comporta de forma agressiva, já que essa acaba sendo a única alternativa, diante da covardia, para excluir os suburbanos e "os crioulos empilhados no porão" (aqui, uma clara alusão ao tráfico de escravos no Brasil).

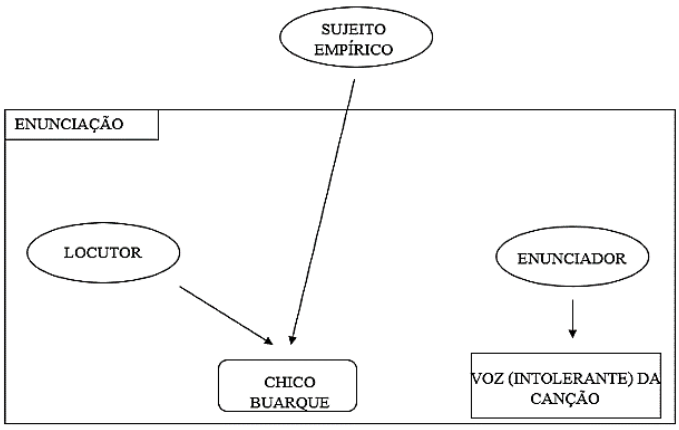
O espaço discursivo da poesia se permite ser falso, já que, a partir de um momento, há poetas que assumem um personagem com características que não correspondem às suas, como é o caso de Fernando Pessoa que, em "Autopsicografia", diz: "O poeta é um fingidor / Finge tão completamente / Que chega a fingir que é dor / A dor que deveras sente" (Pessoa, 1995, p. 235). É importante que a diferença entre eu-lírico e autor seja sempre observada. Eu-lírico é, no poema, a voz que expressa a subjetividade do poeta e nem sempre essa voz equivale a do autor. Com efeito, até determinado ponto de sua obra, Chico Buarque cria personagens, como em *Tua Cantiga*, quando ele assume o papel de um Trovador na lírica medieval e, similarmente, em canções como *O meu guri* (1981), *O meu amor* (1977-1978), cujo eu-lírico é feminino.

Se, por um lado, há um *poeta-fingidor*, como é o caso de Pessoa, que cria heterônimos com visões de mundo diferentes[3], há, da mesma forma, poetas que admitem uma autobiografia essencial. Um artista que exemplifica essa afirmação é Caetano Veloso, que já se expressou a respeito do assunto da seguinte forma: "toda canção minha é autobiográfica. Até as que não são, são"[4]. Nesse sentido, não cabe a Chico Buarque essa categorização de *fingidor*, já que não há indícios em sua obra de que ele seja intolerante como a voz da canção. Pelo contrário, o compromisso que Chico estabelece com sua obra e, por consequência, com o próprio público consumidor, não permite cogitar que ele esteja

[2] "J'ai dit rapidement, en mêlant un peu les mots et en me rendant compte de mon ridicule, que c'était à cause du soleil" (Camus, 1957, p. 146).
[3] Ricardo Reis e Alberto Caeiro, por exemplo, têm características opostas. Por um lado, o primeiro tem suas produções permeadas pela racionalidade, pautando-se em temas de fugacidade do tempo e influenciando-se por representantes árcades. O segundo, entretanto, é considerado ingênuo e rústico, já que valida a ideia de forças sensitivas.
[4] No livro *Sobre as letras* (2003), organizada por Eucanaã Ferraz, Caetano Veloso declara que todas as suas letras são autobiográficas, até as que não são.

tendo um discurso preconceituoso. Desse modo, pode-se inferir que se trata de uma ironia e de que o locutor e o ser empírico têm a mesma opinião.

Essa relação sujeito empírico/locutor/enunciador, baseada na teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot, identificável na canção *As caravanas*, pode ser ilustrada da seguinte forma:



Observa-se que o sujeito empírico, bem como o locutor da enunciação, compartilham a mesma opinião, ao passo que o enunciador diverge por intermédio de uma voz preconceituosa. Ducrot (1987) descreve a cena enunciativa a partir de um ser empírico, que é entendido como o responsável pela enunciação. Uma vez o sujeito fazendo parte de uma posição empírica e não linguística, o que interessa para marcar a manifestação do sujeito no acontecimento é, efetivamente, a figura do locutor. O enunciador, por seu turno, apresenta a perspectiva do que se diz ou, em outras palavras, apresenta um ponto de vista de um personagem fictício.

Levando-se em consideração a falta de indícios na obra de Chico Buarque que demonstre qualquer intolerância que se assemelhe a do enunciador, é possível depreender a ironia com força argumentativa presente na canção aqui estudada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado na seção *Ironia em dimensão argumentativa*, para que uma ironia seja entendida, é preciso que o locutor e interlocutores compartilhem as mesmas referências e práticas discursivas. No caso de *As caravanas*, baseando-se em um conceito

polifônico de ironia, chega-se à conclusão de que o enunciador e o locutor têm opiniões divergentes, embora emanem de um mesmo ser (um, empírico; outro, de palavra). Salientando o argumento de menor valor (do enunciador da canção), o locutor ironiza discursos de que discorda veementemente. Conhecendo as condições de produção da canção, que está alinhada com a prática discursiva do locutor (Chico Buarque), torna-se evidente o uso da ironia para incomodar a quem escuta.

Assim como na ironia socrática presente nos diálogos de Platão, Chico abusa dos estereótipos e exagera fazendo algumas escolhas lexicais típicas do discurso etnocêntrico, o que configura a ironia como argumento para uma crítica social. Portanto, relembrando o fato de a argumentação como persuasão estar diretamente ligada à situação comunicativa, pode-se afirmar que, se os sujeitos do discurso não se alinharem na mesma perspectiva discursiva, a ironia passará despercebida e não será compreendida.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV: Documentation et recherche en linguistique allemande de Vincennes*, n. 26, p. 91-151, 1982.

BERRENDONNER, Alain. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Minuit, 1981.

CAMUS, Albert. *L'Étranger*. Paris: Librairie Gallimard, 1957.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, 2002.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARQUES, Maria Aldina. Argumentação e(m) Discursos. *In*: DUARTE, Isabel Margarida & FIGUEIREDO, Olivia (Orgs.). *Português, Língua e Ensino*. Porto: Universidade do Porto, 2011. p. 267-309.

MENEZES, Cynara. A canção cafona de Chico Buarque, moralismo e ídolos inatacáveis. *Socialista Morena*. 2017. Disponível em: https://www.socialistamorena.com.br/cancao-cafona-de-chico-buarque-moralismo-e-idolos-inatacaveis/. Acesso em: 8 out. 2021.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de la argumentación*: la nueva retórica. Madrid: Biblioteca Romanica Hispánica – Editorial Gredos, 1989.

PERRIN, Laurent. *L'ironie mise en trope*: du sens des énoncés hyperboliques et ironiques. Paris: Éditions Kimé, 1996.

PESSOA, Fernando. *Poesias*. Lisboa: Ática, 1942 (15ª ed. 1995), p. 235.

PLATÃO. *Hípias menor*. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=6701. Acesso em: 7 out. 2021.

ROZENBERG, Marcelo. CHARANGA RUBRO-NEGRA - Primeira torcida organizada do Brasil. *UOL: Terceiro Tempo*. Disponível em: https://terceirotempo.uol.com.br/que-fim-levou/charanga-rubro-negra-1440. Acesso em: 8 out. 2021.

Recebido em: 29/05/2024
Aceito em: 04/03/2026

Júlia Andrade da Silva Rosa: bacharel e Licenciada em Letras (Português/francês) e mestre pelo programa de pós-graduação de Mestrado, especialidade em Descrição da Língua Portuguesa.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.92556

Vozes do Sul e grafemas do Norte: tensões entre oralidade e escrita na educação linguística indígena no Centro-Oeste brasileiro

Southern Voices and Northern Graphemes: tensions between orality and writing in Brazilian Mid-West Indigenous linguistic education

Myrella Araújo de Freitas
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
myrellaf21@gmail.com
https://orcid.org/0009-0008-3999-6737

Silvia Regina Gomes Miho
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
silviamiho2@gmail.com
https://orcid.org/0009-0009-4977-0966

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo central refletir sobre a prática de educação linguística na qual atuamos, num contexto de intensas batalhas sociais, culturais que historicamente nos situam. Motivadas pelas possibilidades multidisciplinares, as pesquisadoras procuram abordar pontos estratégicos que envolvem culturas, línguas e histórias de povos minoritários indígenas do centro-oeste brasileiro, em contexto específico. Abordaremos a educação linguística, lembrando suas conexões com a história, com as políticas educacionais e linguísticas a partir da educação formal indígena, originalmente oral em seus registros, e suas relações com os registros escritos da língua portuguesa no Brasil. A metodologia é qualitativa e o referencial teórico está baseado nos seguintes autores: Luciano (2006), Oliveira (2021), Pennycook (2016; 2018), Vergolino (2020), entre outros. Esperamos desenvolver uma reflexão flexível sobre os problemas apresentados.

Palavras-chave: educação linguística; educação escolar indígena; oralidade; escrita.

ABSTRACT
The present article aims to reflect on the practice of linguistic education in which we are involved, within a context of intense social and cultural battles that historically situate us.

Motivated by multidisciplinary possibilities, the researchers seek to address strategic points that involve the cultures, languages, and histories of minority indigenous peoples from the Brazilian Midwest in a specific context. We will approach linguistic education, recalling its connections with history, educational policies, and linguistic aspects arising from formal indigenous education, originally oral in its registers and transmission, and its relations with the written records of the Portuguese language. As a result, we hope to develop a flexible reflection on the problems presented.

Keywords: linguistic education; indigenous formal education; orality; writing.

INTRODUÇÃO

Considerando o caráter multidisciplinar da Linguística aplicada, este artigo propõe um olhar transgressivo que se aproxime, ao ponto de fundir-se, às questões que pautam epistemologias outras, não hegemônicas e não coloniais/colonialistas, nas quais a excepcionalidade do ser humano e de suas linguagens não é cogitada em termos de competências linguísticas individuais, mas como movimento, como devir de possibilidades outras de pensar, rumo a uma sociedade menos desigual e menos nociva, não apenas para comunidades locais, mas para o planeta como um todo.

Nesse sentido, é preciso que as linguagens deixem de ser consideradas como "barreiras" e passem a ser uma das partes de interações, comunicações e construções coletivas no conjunto das sociedades contemporâneas, considerando-se a diversidade ambiental, linguística e cultural como processos, em constante construção de sentidos, em busca de maior igualdade, fator que passa, necessariamente, pelas línguas.

CRIAÇÃO E EXTINÇÃO: MULTIPLICIDADE X NORMATIVIDADE

A cidade de Dourados/MS foi criada por decreto em 20 de dezembro de 1935, através do Decreto nº 30. Com 89 anos, a cidade se tornou um polo importante do agronegócio. O próprio estado em que se situa Dourados, MS, foi criado recentemente (1977), durante a ditadura militar, separando o estado do Mato Grosso do Sul do estado de Mato Grosso. A grande extensão geográfica e as diversidades de biomas, clima e culturas são fatores que contribuem para a criação do estado de MS. A diversidade

linguística das comunidades originárias resiste à invasão colonizadora do Estado, teimando em existir mesmo sob a opressão à qual são relegadas.

As línguas faladas pelos povos indígenas e comunidades tradicionais formam uma rede de saberes, práticas e histórias que, muitas vezes, estão à margem dos processos de escolarização formal, colocando-as numa posição minoritária e silenciada por políticas de colonização, de educação para a assimilação ou aculturação de populações nativas pelos colonizadores, políticas essas cujos caminhos encontram nas línguas e epistemologias indígenas um obstáculo enorme, mas não intransponível, ao seu avanço civilizatório e de exploração econômica e ambiental das colônias.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Este artigo visa refletir sobre a relação entre a oralidade e a escrita no contexto educacional, com um foco na interculturalidade, abordando como as línguas indígenas e outras línguas faladas nas fronteiras do estado têm sido silenciadas e como isso reflete em processos de ensino e aprendizagem.

Devido ao propósito transdisciplinar (ou indisciplinar) deste texto, a empregabilidade de uma metodologia específica para o desenvolvimento do trabalho fica em segundo plano. A reflexão se apoia em dados já conhecidos, porém vistos sob uma perspectiva que privilegie o olhar múltiplo ao olhar singular de uma única abordagem metodológica na organização e exposição de uma leitura alternativa para problemas amplamente conhecidos.

Apoiamo-nos nos trabalhos e, também, no exemplo dado pelas pesquisadoras brasileiras Oliveira (2021), Andreotti, Silva e Jordão (2021). Suas pesquisas transdisciplinares buscam entender e imaginar futuros possíveis no sentido ecológico, global, social e educacional no mundo contemporâneo, que exige de pesquisadores colaboração e superação de barreiras que impeçam novos futuros de acontecer.

> A separabilidade é baseada no excepcionalismo humano, que é a ideia de que os humanos são uma espécie especial superior que merece estar em posição de conquistar, possuir e controlar o ambiente natural. O excepcionalismo humano é também a base do antropocentrismo, que coloca os humanos no centro e como as entidades mais importantes do mundo, separando-os da terra e das outras espécies de vida (Ahekanew et al, 2025, p. 1298).

O contexto da pesquisa

Mato Grosso do Sul abriga uma grande quantidade de povos indígenas, como os Guarani, Kaiowá, Terena, Kadwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató, entre outros, que falam línguas pertencentes a diferentes troncos linguísticos. Além disso, as populações fronteiriças que habitam o estado, como os bolivianos e paraguaios, também contribuem para a diversidade linguística local, uma vez que suas línguas nativas (espanhol e guarani) coexistem com as línguas indígenas. Em um contexto sociolinguístico complexo, as línguas indígenas têm sido historicamente marginalizadas. Ao mesmo tempo em que é um dos pilares da identidade de seus falantes, ela enfrenta os desafios de um sistema educacional que privilegia a língua portuguesa e a escrita como formas dominantes de transmissão de conhecimento. Esse processo, além de silenciar as línguas indígenas, também marginaliza os saberes que elas carregam, essencialmente ligadas à oralidade, à vivência e ao entendimento do mundo. Conforme aponta Luciano

> Apesar de muitas línguas indígenas terem sido extintas ao longo dos 506 anos de colonização, os povos indígenas do Brasil ainda conservam e falam mais de 180 línguas nativas. Embora a língua não seja o principal elemento que identifica um povo indígena, ela é um fator importante de reprodução e produção dos conhecimentos tradicionais e de incorporação, de forma apropriada, dos novos conhecimentos do mundo externo ao grupo. O pensamento é único e universal, mas esta universalidade é expressa de maneiras distintas e específicas em cada língua. As categorias lógicas de pensamento, tempo e espaço, de quantidade e qualidade, de causa e efeito expressam-se nas categorias gramaticais de maneira distinta em cada língua humana (Luciano, 2006, p. 17).

Cavalcanti e Maher (2018), ao apresentar o cenário de um Brasil multilíngue, também apresentam contextos históricos que marcaram a imposição da Língua Portuguesa como a única língua do Brasil, reforçando e perpetuando ideologias linguísticas no cenário educacional brasileiro desde a época colonial, através de políticas educacionais e linguísticas fundadoras do Brasil monolíngue, até hoje presente em nossa educação escolar formal, contribuindo para embutir a ideia de Brasil monolíngue na memória coletiva e na caracterização nacional. A primeira delas, de 1758, assinada pelo Marquês de Pombal, de base Tupi, utilizada pela população regularmente. Torna-se relevante o fato de que as línguas e seus usos são regidos por leis, desde o Império até atualmente.

A ORALIDADE E A ESCRITA EM DISPUTA: EPISTEMOLOGIAS EM TENSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Embora o português seja inegavelmente a língua franca do Brasil, utilizada em todos os domínios da vida pública e privada, a história do país é marcada por um plurilinguismo que remonta aos tempos pré-coloniais. Antes da chegada dos portugueses, o território brasileiro era habitado por centenas de povos indígenas, cada um com suas próprias línguas e culturas. Estima-se que existiam cerca de 1.200 línguas indígenas no Brasil, das quais cerca de 180 ainda são faladas hoje. A colonização portuguesa, no entanto, teve um impacto devastador sobre as línguas indígenas, que foram marginalizadas e, em muitos casos, extintas. A presença de línguas indígenas, africanas e de imigração moldou a paisagem linguística do país, influenciando o vocabulário, a gramática e a fonética do português brasileiro. Além disso, a diversidade cultural do Brasil contribuiu para a formação de uma rica variedade de dialetos e expressões regionais, que refletem a heterogeneidade da população brasileira.

A Constituição Federal de 1988 reconhece o português como a língua oficial do Brasil, mas também garante o direito dos povos indígenas de preservar e utilizar suas línguas maternas. No entanto, a realidade é que muitas línguas indígenas estão em risco de extinção, devido à falta de apoio e reconhecimento por parte do governo e da sociedade em geral. A importância do bilinguismo no Brasil é inegável, especialmente no que diz respeito aos povos indígenas. A preservação das línguas indígenas é fundamental para a manutenção da diversidade cultural e do patrimônio imaterial do país. A questão que surge desse contexto é: como preservar bens imateriais de populações nativas e tradicionais sem a base material (social, econômica, cultural) na qual vivem? Posições políticas e teóricas ecoam as diretrizes de orientações pluralistas e de diversidade cultural e linguística, mas encontram "pouca correspondência no nível operacional" (Lopez, 2015, p. 612).

Autores como Baker (1998), Mignolo (2000), Passos (2004) têm defendido a importância do bilinguismo no Brasil, destacando a necessidade de valorizar e proteger as línguas indígenas. Eles argumentam que a educação bilíngue intercultural é um direito dos povos indígenas e uma ferramenta essencial para a promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades. De acordo com Luciano:

> A diversidade linguística é extremamente relevante para a diversidade cultural, na medida em que significa não só variedade de tradições culturais e de desenvolvimento histórico dos povos, mas também diversidade humana na elaboração de conceitos sobre as relações dos homens entre si e com a natureza, refletindo experiências milenares distintas do Ocidente europeu (Luciano, 2006, p. 27).

Em suma, o Brasil é um país multilíngue, onde o português coexiste com centenas de línguas indígenas e outras línguas de imigração. A valorização e a preservação dessa diversidade linguística são fundamentais para a construção de um país mais justo, igualitário e culturalmente rico. Entretanto, como lembra Ingrid Piller: "(Como antes) é importante manter em mente que língua raramente opera sozinha e pode constituir apenas um fator num emaranhado de desvantagens" (Piller, 2016, p. 112, tradução nossa).

O processo de escolarização formal, nos moldes ocidentais, tem sido caracterizado pela centralização da escrita, no entanto, em muitas comunidades indígenas, a oralidade e as práticas culturais associadas a ela desempenham um papel central. Na verdade, a oralidade não é apenas uma forma de comunicação, mas uma maneira de aprender, transmitir e perpetuar saberes sobre o mundo, a natureza, a história e as relações sociais. É, também, uma forma de ser no mundo. A escrita, quando imposta como a única alternativa possível, entra em confronto com esses modos de saber e de ensino. Na escola, isso gera um distanciamento entre os estudantes indígenas e os conteúdos que são propostos, dada a falta de domínio da língua portuguesa em seus registros escritos e formais. De acordo com Vergolino:

> Atualmente o que vemos em inúmeras escolas indígenas é a reprodução de um modelo eurocêntrico não-Indígena onde o conhecimento é visto de forma fragmentada e culturalmente distante da realidade da comunidade. Livros didáticos, organização escolar, calendário escolar entre tantos outros aspectos distanciam os jovens indígenas de suas realidades e modelos tradicionais de educação. Mas o ponto principal sobre o qual vamos nos debruçar neste trabalho é a falta ou pouca possibilidade e incentivo da utilização da história oral dentro da educação escolar Indígena. As escolas indígenas buscam por meio de sua equipe de gestores e docentes a introdução de elementos orais oriundos da cultura local, entretanto, o modelo educacional adotado não possibilita grandes mudanças, haja vista a necessidade de cumprimento da lógica de resultados imposta pelas secretarias de educação estaduais (Vergolino, 2020, p. 234).

A separação entre oralidade e escrita muitas vezes reflete um viés etnocêntrico que hierarquiza formas de conhecimento. Sociedades não letradas não são "primitivas"

ou "deficientes" em relação àquelas baseadas na escrita, mas operam dentro de lógicas próprias de transmissão e preservação de saberes. A oralidade não se reduz à efemeridade da fala, pois possui mecanismos sofisticados de memorização e transmissão. Cantos, performances, rituais e narrativas coletivas funcionam como arquivos vivos. Autores como Martins (1995) mostram que o "texto oral" não desaparece, mas se atualiza a cada performance, garantindo continuidade histórica.

O desafio é deslocar o olhar sobre a oralidade, não a vendo como uma ausência de escrita, mas como um sistema ancestral, paralelo e autônomo de conhecimento. Estudos decoloniais e da performance contribuem para essa ressignificação, enfatizando que a fala não é transitória, mas um arquivo cultural dinâmico, como as próprias línguas. Oliveira (2021) reflete sobre como a modernidade/colonialidade nos faz pensar sobre a nossa relação com a linguagem em si. As culturas de expressão oral não seguem uma lógica na qual a linguagem descreve/prescreve, de modo que "o ser é definido pela razão e a certeza de saber (descrever/prescrever) ancoram a segurança do ser" (Oliveira, 2021, p. 49, tradução nossa). O educador indígena canadense Ahenakew argumenta que epistemologias de outras culturas são retiradas de suas raízes e enxertadas na modernidade/colonialidade. Ele cita um exemplo cotidiano que explicita as diferenças epistemológicas que se atualizam em materialidades da comunicação intercultural. Ahenakew relata que, em conversas entre colegas, um indígena se refere ao planeta Terra como uma entidade viva, ao que o ocidental responde: "isso é um conceito". Seu interlocutor responde: "Isso não é um conceito".

A argumentação de Ahenakew é ilustrativa de um processo modernizante e homogeneizante do mundo, pois herdamos uma forma de ver e entender o mundo que consideramos universal e correta, nos tornando incapazes de imaginar e de pensar outras formas que não se assemelham à gramática linear da modernidade/colonialidade. A educação formal e acadêmica constitui um dos mecanismos institucionais de reprodução das desigualdades, assegurando a superioridade de uma língua (escrita) sobre outra, de tradição oral, como se pode observar em escolas da região de Dourados, localizadas em áreas de aldeias indígenas ou urbanas. O modo como a linguagem escrita/eurocêntrica/colonizadora é inquestionavelmente necessária e traz oportunidades de inclusão e ascensão social não é um elemento constitutivo da epistemologia e da língua dos estudantes indígenas, sendo percebida como uma ameaça, mesmo que

inconscientemente pelos estudantes, seja como condições socioeconômicas dos estudantes.

De acordo com dados do QEdu, colhidos em 2023, o desempenho da maioria dos alunos indígenas, estudantes das zonas rurais, não são contabilizados pelo SAEB, sendo considerados os dados de uma minoria dos alunos indígenas matriculados em escolas urbanas. Entretanto, há as etnias preta e branca como categorias de nível socioeconômico nos estudos realizados, sem a categoria indígena no que se refere à raça/cor desses estudantes.

A crítica entre a oralidade e a escrita, portanto, reflete um processo de contra escolarização, que não só expõe a falha do sistema educacional em promover uma verdadeira inclusão, mas também evidencia a negação dos saberes tradicionais. De acordo com Mignolo (2000), a colonialidade do saber está diretamente ligada a essa imposição de um único modo de ver o mundo, excluindo outras formas de conhecimento que não se alinham com a lógica eurocêntrica.

Erros de preenchimento também são apontados como relevantes, de modo que não aparecem nas estatísticas oficiais tornadas dados públicos. Seriam os estudantes indígenas encaixados na raça branca ou preta? Os documentos escritos não trazem tal informação, mas o erro de preenchimento é apontado, revelando, mais uma vez, o descompasso entre oralidade e escrita, sendo os dados pautados pelas competências linguísticas individuais dos alunos em língua portuguesa escrita, levando ao "erro" de preenchimento de dados que, juntamente com a questão de serem uma minoria, acabam justificando o silenciamento e a exclusão desses alunos como representantes de sua língua materna, cultura, epistemologia, agrupando-os em outro grupo étnico racial que não é o seu, com a finalidade de coletar dados que retroalimentam o sistema educacional pautado por testes padronizados para aferição de aprendizado.

O desenho e implementação de políticas públicas destinadas para essa população de estudantes fica desamparada por dados educacionais oficiais, sendo relegada a projetos institucionais de universidades, através de projetos de formação de professores indígenas, projetos de extensão universitária e demais projetos financiados por ONGs, instituições religiosas, de caráter confessional, por exemplo. Pennycook (2016; 2018), ao explicar sobre estudos recentes sobre a noção de repertórios linguísticos, descreve uma diferença de pontos de vista para a linguística aplicada e para a educação linguística, extrapolando

a noção de competência linguística individual e social para uma abordagem coletiva e distribuída. Para Pennycook:

> [...] os repertórios sociolinguísticos precisam ser entendidos em termos de distribuição espacial, práticas sociais e personificação material em vez de competência sociolinguística individual do ator sociolinguístico que esteve no centro do palco nas últimas décadas. (Pennycook, 2016, p. 6, tradução nossa).

Se pensarmos com o pesquisador australiano e aceitarmos a necessidade da mudança de perspectiva e conceituação, podemos supor que os alunos indígenas em escolas públicas de Dourados usam, no ambiente escolar normativo, os repertórios adequados para as ações e atos comunicativos/educativos ao seu dispor para interagir de acordo com o contexto e grupo social específicos. Em outros contextos ou situações, outros recursos linguísticos, semióticos e materiais ao seu dispor naquele momento serão acionados e utilizados na interação oral.

Ao apontar a maior relevância de aspectos como distribuição social, práticas sociais e personificação material, Pennycook ressalta a importância do local, do espaço físico onde a comunicação ocorre: escola, rua, igreja, quadra de esportes, reunião política, festas, online etc., pois a interação dos falantes situa-se com esse local, que também compõe seu sentido e significação. As práticas sociais naquele grupo de pessoas e objetivos da comunicação naquele lugar e naquela situação, assim como todos os objetos, cores, artefatos, e aparelhos tecnológicos como smartphones, por exemplo, tudo contribui em certa proporção e intensidade para que a interação ocorra de acordo com a situação sendo vivenciada entre diferentes línguas e culturas.

Uma abordagem normativa da linguagem, adotada em escolas de nossa região, reproduz as noções de *langue* (língua, sistema linguístico específico, registros escritos) em vez de dedicar-se mais à *parole* (fala, atualização em atos performativos de linguagem, oralidade). Esse tipo de normatividade está calcada na ideia de que uma língua é um sistema isolado, abstrato, e a norma, a regra, se impõe sobre o uso da língua. A escolarização formal e centralizada contribui grandemente para que a língua normativa seja não apenas objeto de estudo, mas adquira, também, um valor social, podendo ser considerada como um recurso econômico importante nas sociedades contemporâneas.

Um exemplo corriqueiro: os cursos privados de idiomas são produtos com valor agregado (custo/benefício, mobilidade social etc.). Ao vender "o domínio" do idioma,

fizeram dela uma mercadoria, uma *comoditty*. Heller (2002) sugere uma analogia com termos da teoria econômica marxista: valor de troca e valor de uso. A língua pode ser identidade, subjetividade, coletividade, enquanto os indivíduos a usam, não a comercializam.

As línguas podem ser comercializadas, desde que sejam sistematizadas, descritas e catalogadas na lógica da modernidade/colonialidade, em forma, por exemplo, de cursos, livros, metodologias, testes padronizados em níveis nacionais e internacionais, com base na escrita, o que lhes dá um valor de troca. A fala, indispensável em qualquer comunidade humana, tem valor de uso: não se vende, não tem preço e consiste em cada ato de linguagem que se performatiza uma ação. Visto sob o prisma do escritor e pensador indígena brasileiro:

> Para Munduruku, a voz da natureza, dos que a compõem, traz notícias sobre os lugares distantes, sobre o futuro e o presente, sobre como organizar a vida. Para Chihuailaf (2009), a palavra/fala é algo que habita as pessoas e é usada para aprender o mundo, não é só o registro de conhecimento, mas a própria construção do conhecimento; assim a língua para os Mapuche, grupo do qual Chihuailaf faz parte, se constrói em bases que envolvem o vivenciar o espaço, o ouvir e perceber a natureza junto às interações do grupo. Estes autores trazem práticas discursivas diferentes das do colonizador, um conceito de língua que está significado em aprender uma língua em grupo e oralmente; vivenciar os espaços ao aprender e transmitir uma língua; não necessitar da escola enquanto instituição de ensino e legitimação da língua (Munduruku apud Oliveira; Pinto, 2011, p. 319).

As pesquisadoras Hornberger e McKey (2010), refletindo sobre o tema, indicam a validade e a efetividade dos repertórios comunicativos em salas de aula multilíngues em seus 30 anos de experiências. Em um lugar de comunicação com finalidades específicas de aprendizagens linguísticas, especialmente em contextos interculturais, como as escolas, são vários os repertórios comunicativos em uso pelos estudantes, muitos dos quais desconhecidos pelo professor. Práticas pedagógicas simples, como manter um diário de repertórios comunicativos usados naquele ambiente, algumas categorias de como se diz algo em diferentes repertórios daquele grupo, categorias que podem sofrer acréscimos, conforme as necessidades. A discussão dessas anotações pelo grupo aumenta a consciência linguística e cultural dos estudantes e professores, em atividades conectadas diretamente às suas comunicações diárias, incentivando o interesse e respeito pelas diferenças encontradas. O uso de tais abordagens podem ser vistos como pós-método, como sugere Kumaravadivelu (2001).

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E A URGÊNCIA DA IMAGINAÇÃO DE FUTUROS

Outro aspecto que pode nos trazer questionamento e reflexão é o fato de que vivemos num mundo pós-industrial e globalizado, no sentido econômico e social, porém todos os seres vivos - não apenas os humanos - necessitam de alimento, água, abrigo, independentemente de serem economicamente ativos ou não. As epistemologias não hegemônicas sempre pensaram assim e continuam a ensinar como fazê-lo, não tendo quase nenhuma receptividade das instituições hegemônicas, o que torna o silenciamento de tais vozes e vidas um instrumento de manutenção do poder, exercendo-o de forma predatória, por séculos, o que se pode observar em nosso lugar de reflexão e fala, para Mozó e Rueda:

> O foco é fundamental para que sejamos "professores culturalmente relevantes" e para colaborarmos na construção do "orgulho das diferenças culturais e linguísticas" e sermos todos, professores e alunos, seres humanos efetivamente culturais" (Monzó; Rueda, 2009 apud Hornberger, 2010, p. 564).

A região de Dourados/MS é uma região dedicada ao agronegócio, à monocultura extensiva na produção de grãos. Para cultivá-lo dessa forma, grandes extensões de terra e quantidades inimagináveis de água são necessárias. O poder econômico e político, sendo a região uma fonte de abastecimento do mercado de alimentos global (a maior parte dos grãos é para exportação), se materializa, também, nos locais, nas práticas sociais (como os usos da língua normativa, da língua inglesa e linguagens das tecnologias da informação e comunicação) e na materialidade dos objetos presentes na construção de sentidos que se produzem ou se reproduzem nas escolas. A falta de internet durante a pandemia de Covid-19 foi um exemplo das desigualdades socioeconômicas se materializando no contexto educacional de populações indígenas em nossa região, acentuando as desigualdades intrínsecas ao modo como a sociedade local é organizada.

Em ambientes educacionais formais e sistematizados, aqueles cujas referências semióticas e culturais têm origem na linguagem oral e na cultura dela derivada são desvalorizados, desprestigiados por seu "domínio fraco", "falta de competência" no registro formal da língua portuguesa que, na grande maioria das vezes, é ligado ao baixo

rendimento escolar e, por consequência, deixa implícita a interpretação de que tais alunos seriam incapazes de "aprender os conteúdos escolares básicos", uma vez que não entendem bem a língua formal, prioritariamente escrita. Possivelmente, uma abordagem mais flexível seja feita de um ângulo diferente, sobre o que são as línguas em duas epistemologias diferentes, poderia esclarecer tais problemas que levam à evasão escolar de estudantes de minorias étnicas. A escola, como e o que se aprende nela, não fazem sentido em suas formas de ver e interagir com o mundo e, portanto, não interessam ao estudante, criança ou jovem da forma como se apresentam a eles. Vejamos os dados do INEB/2023 para o município de Dourados/MS para o índice de aprendizado adequado, para o nono ano do ensino fundamental, entre 2017 e 2021:

Imagem 1 – Dados do SAEB

Fonte: Iede, 2025.

Os dados apontam uma queda de 14 pontos no desempenho de Português e dez pontos em Matemática, essa última disciplina revelando uma adequação de aprendizagem inferior a 25% em quatro anos, sendo 2021 o mais baixo em termos de desempenho em matemática. Nesse período, a pandemia de COVID-19 acentuou a tendência de piora

geral de desempenho dos estudantes, fato que pode ser verificado em muitos países, não apenas nesse contexto municipal específico.

CONTRA-ESCOLARIZAÇÃO E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA EPISTÊMICA

Recentemente, estudiosos e educadores discutem o conceito de contra escolarização, termo cunhado por Ivan Illich, que representa uma crítica radical à instituição escolar tradicional, questionando seus métodos, currículos e a própria lógica de ensino-aprendizagem. Illich argumentava que a escola, ao invés de promover a liberdade e o desenvolvimento dos indivíduos, muitas vezes os oprime e os aliena, perpetuando desigualdades sociais e limitando o potencial de aprendizagem. A crítica que se faz à escolarização formal é a de que ela é, muitas vezes, excludente, não levando em consideração as especificidades das comunidades indígenas e tradicionais, que possuem seus próprios modos de ensinar e aprender, enraizados na oralidade. Arroyo (2012) destaca a importância de reconhecer e valorizar as diversas formas de conhecimento e aprendizagem que existem fora da escola, como aquelas provenientes da cultura popular, dos movimentos sociais e das experiências de vida dos sujeitos.

Assim, nos convida a repensar a escola como um espaço de encontro e diálogo entre diferentes saberes, onde os alunos não são apenas receptores passivos de informações, mas sim protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem. Ele defende a criação de pedagogias que valorizem a diversidade de experiências e conhecimentos dos alunos, que promovam a autonomia e a participação, e que estejam comprometidas com a transformação social. Em relação às diversidades linguísticas, o conceito de repertórios linguísticos pode ser uma alternativa viável e de fácil implementação nas escolas públicas brasileiras.

O processo de contra escolarização, portanto, pode ser visto como um movimento de resistência e afirmação cultural, onde a oralidade e outras formas de saber, como as danças, cantos e rituais, são ressignificadas. Quando a escola passa a perceber e a respeitar essas formas de conhecimento, surge a possibilidade de um diálogo intercultural, onde a diversidade linguística e cultural não é vista como um obstáculo, mas como uma oportunidade para o enriquecimento mútuo. A língua passa da condição de barreira para

a condição de fluidez. Em Mato Grosso do Sul, diversas iniciativas têm sido implementadas com o objetivo de promover a inclusão das línguas indígenas no processo educacional e fortalecer a identidade cultural dos povos indígenas.

O Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI), elaborado em 2019, pela Resolução CEB Nº 3/19, reforçada pela Portaria MEC Nº 539/2025, por exemplo, integra as línguas indígenas ao currículo escolar, permitindo que os alunos aprendam tanto o português quanto suas línguas maternas como o Guarani, Terena e Kaiowá, em nossa região de atuação e pesquisa. Além disso, o estado tem investido na formação continuada de educadores indígenas, capacitando-os para trabalhar com o ensino bilíngue e nas especificidades culturais e pedagógicas dessas comunidades. Os projetos interculturais que promovem o diálogo entre as culturas indígenas e a sociedade não indígena, também são apoiados pelo estado, ajudando a sensibilizar a população sobre a importância da diversidade linguística.

A interculturalidade no contexto educacional não se resume a ensinar sobre culturas e línguas diferentes, mas envolve a transformação das práticas pedagógicas e dos métodos de ensino. Em um ambiente intercultural, a escola deve ser capaz de criar um espaço de troca entre os saberes tradicionais e o saber formal. O desafio é criar um currículo que respeite e promova as múltiplas identidades presentes, sem que uma língua ou cultura seja vista como superior à outra. Os programas apoiados por órgãos governamentais constituem uma forma de política educacional e linguística para os estudantes indígenas. É interessante trazer para essa reflexão uma síntese desenvolvida por Shohamy (2006, p. 75).

Imagem 2 – *Language Policy; hidden agendas and new approaches - Policy*

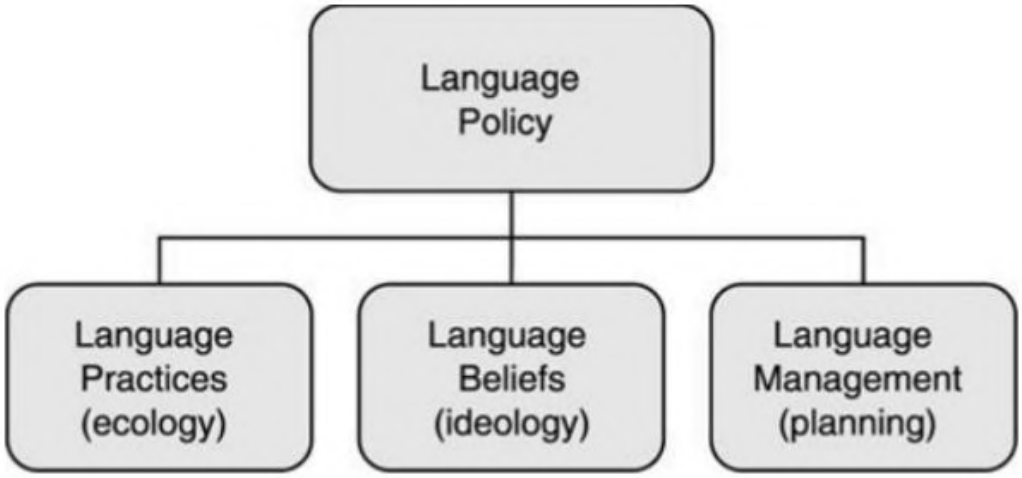


Figure 1A model of language policy.

Source: Based on model in Spolsky (2004).

Fonte: Shohamy, 2006.

No que se refere a questões linguísticas, se nos apoiarmos no modelo sugerido por Shohamy, podemos pensá-las no contexto do qual falamos. Na educação indígena em nossa região, podemos notar que as diretrizes das políticas linguísticas para a educação formal indígena, nas escolas interculturais, seu local de implementação e ação não colocam em prática muitas dessas diretrizes registradas em documentos prescritivos. Os alunos indígenas nas escolas urbanas não são avaliados para a composição desses dados, base para o desenho e implementação de políticas para este grupo de alunos não majoritários.

A ecologia educacional e linguística das escolas pode variar, em alguns aspectos, de uma escola para outra, mas a grande diferença se faz notar em escolas urbanas com alunos indígenas, ambientes mais formais nos quais, frequentemente, não permitem o uso de *code switching, translanguaging* ou traduções intersemióticas, exigindo a língua nacional, o português padrão, além exigir uma boa performance em produção escrita. Em ambientes urbanos, elementos semióticos e culturais vitais colaboram para a construção de um ambiente um tanto quanto excludente, uma vez que a maioria dos alunos nessas escolas são não indígenas e sua língua materna é o português.

Todavia, essa ecologia linguística e sociocultural (Lier; Arantes; Desinano, 2020) reforça uma ideologia de superioridade não apenas linguística, mas cultural, social, econômica e epistemológica da modernidade/colonialidade. As crenças e valores

relacionados às línguas e culturas indígenas são desvalorizados, uma vez que a mobilidade e status social são agregados como valores à língua nacional oficial (é necessário dominá-la para sobreviver e prosperar). Ainda pensando com Shohamy (2006), é na área ideológica que os enfrentamentos, abertos ou velados, são travados, os quais se estendem aos domínios das línguas. As questões mais problemáticas e cruciais encontram-se nas ideias, crenças e sistema de valores que existem na educação formal e na língua na qual ela deve ser majoritariamente implementada.

Porém, na área de planejamento e gestão, as políticas se aproximam do dia a dia escolar formal, possibilitando o *design* e implementação de programas e ações que efetivem as diretrizes interculturais tomadas como bases da educação indígena. Interculturalidade pressupõe noções de língua e etnicidade que extrapolam as noções herdadas de unidade linguística e cultural de uma nação, pois para Shohamy:

> As nações de hoje precisam enfrentar a realidade, que sempre existiu, de que os grupos que vivem dentro de uma nação possuem identidades coletivas, sejam elas marcadas por religião, língua, ideologia, gênero ou sexualidade. O Estado, portanto, precisa assumir a difícil tarefa de incluir esses grupos sob uma fórmula diferente e lutar contra a visão de sociedades "imaginadas" homogêneas que relutavam em conceder cidadania aos estrangeiros (Shohamy, 2006, p. 170-171, tradução nossa).

A interculturalidade é um conceito que se refere à interação e ao diálogo entre diferentes culturas, promovendo o respeito, a compreensão e a valorização da diversidade. Diferentemente da multiculturalidade, que apenas reconhece a coexistência de diversas culturas no mesmo espaço, a interculturalidade pressupõe uma troca ativa de conhecimentos, valores e práticas, buscando superar barreiras culturais e promover relações equitativas. Esse conceito é especialmente relevante em sociedades globalizadas e em constante mobilidade, onde diferentes grupos culturais entram em contato diariamente. Dessa forma, o pluralismo cultural, acaba se restringindo a um discurso hegemônico neoliberal se impõe como universal e exclusivo. Se manifesta como uma cultura hegemônica que se sobrepõe às demais, encobrindo, por fim, a submissão generalizada.

No contexto educacional, a interculturalidade não apenas reconhece a presença de diferentes culturas na sala de aula, mas também propõe estratégias pedagógicas que incentivem a interação e o aprendizado conjunto, permitindo que todos os estudantes se

sintam representados e valorizados em sua identidade cultural e linguística. A relevância da interculturalidade em estudos educacionais torna-se ainda mais evidente em contextos de diversidade linguística, onde diferentes línguas coexistem e interagem. A presença de múltiplos idiomas em um ambiente escolar pode gerar desafios, como dificuldades de comunicação e desigualdade de acesso ao aprendizado, mas também oferece oportunidades valiosas para a construção de um ensino mais inclusivo e inovador.

Quando a interculturalidade é incorporada ao planejamento pedagógico, os educadores podem adotar metodologias que respeitem e valorizem as línguas dos alunos, incentivando práticas de ensino bilíngue ou multilíngue e promovendo uma conscientização maior sobre a importância da diversidade linguística. Isso não apenas favorece o aprendizado, mas também fortalece o sentimento de pertencimento dos estudantes, ajudando a combater a discriminação e a marginalização de grupos linguísticos minoritários.

Além disso, a interculturalidade no contexto da diversidade linguística desafia modelos tradicionais de ensino baseados em uma única língua dominante e favorece abordagens mais dinâmicas e contextualizadas. Estratégias como *o translanguaging*, que permite que os estudantes utilizem todas as suas línguas e sistemas semióticos a seu dispor no processo de aprendizagem, e a pedagogia crítica, que incentiva a reflexão sobre questões sociais e culturais relacionadas à linguagem, são exemplos de práticas que podem ser adotadas. Dessa forma, a educação intercultural não apenas melhora o desempenho acadêmico dos alunos, mas também contribui para a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e preparados para atuar em sociedades cada vez mais plurais.

Assim, ao considerar a interculturalidade em contextos educacionais com diversidade linguística, é possível promover um ensino mais justo e equitativo, onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. De acordo com Leite (2015), a interculturalidade na escola implica a criação de práticas educativas que reconheçam as identidades dos alunos e busquem integrar suas vivências ao processo de aprendizagem. Isso requer uma mudança no olhar da educação formal, que tradicionalmente desconsidera as contribuições dos saberes locais, especialmente os saberes indígenas, em favor de um ensino que impõe a língua portuguesa e a cultura ocidental como normativos.

O ensino bilíngue e intercultural, fundamentado nesses conhecimentos, possibilita que os estudantes aprendam tanto na sua língua materna quanto na língua dominante,

evitando processos de assimilação forçada e perda cultural. Além disso, a linguística permite a documentação e revitalização de idiomas indígenas, garantindo que novas gerações possam ter acesso ao seu patrimônio linguístico e cultural. Já a antropologia auxilia no desenvolvimento de currículos contextualizados, que respeitam as práticas tradicionais de ensino e aprendizagem dessas comunidades. Porém, como afirmam Guerola e Lucena:

> Programas voltados à educação escolar e formação docente em contextos indígenas no Brasil, embora tenham tido consideráveis avanços, especialmente nas décadas de 2000 e 2010, têm tido um papel marcadamente controverso. Tanto a linguagem como as ideologias a seu respeito tiveram um papel crucial no histórico desses programas, e ainda hoje impõem neles um papel controverso e pouco isento de conflitos e desavenças. Conforme nos lembra Souza (2009), apesar das mudanças e propostas alavancadas pela guinada que a Constituição de 1988 deu à abordagem dos direitos dos povos indígenas brasileiros, as ideologias linguísticas com maior enraizamento no âmbito educacional institucional (como, por exemplo, o grafocentrismo) permeiam também a modalidade da educação escolar indígena diferenciada. Ainda que as propostas apontem para a valorização das narrativas orais, as ideias e crenças com base em padrões de escrita têm permanecido em grande medida inalteradas e incontestadas até hoje (Guerola; Lucena, 2021, p. 230-231).

A diversidade linguística de Mato Grosso do Sul e a situação de marginalização das línguas indígenas nos processos educacionais refletem um contexto de silenciamento e de imposição de um saber único, como se pode inferir pelos dados do Saeb-INEP/2023. No entanto, as propostas de contra escolarização e de interculturalidade oferecem caminhos para que as línguas faladas nas fronteiras e entre os povos indígenas do estado ganhem visibilidade e sejam valorizadas dentro do ambiente escolar.

A reflexão crítica sobre a relação entre oralidade e escrita no ensino é essencial para repensarmos as formas de ensino e aprendizagem em contextos interculturais, onde os saberes diversos não sejam silenciados, mas sim reconhecidos e respeitados como fontes legítimas de conhecimento e exercício de liberdade e poder dentro da sociedade local e nacional. Mais uma vez, podemos recorrer a Shohamy (2006, p. 79), por meio de uma figura:

Imagem 3 – *Language Policy; hidden agendas and new approaches - Ideologies*

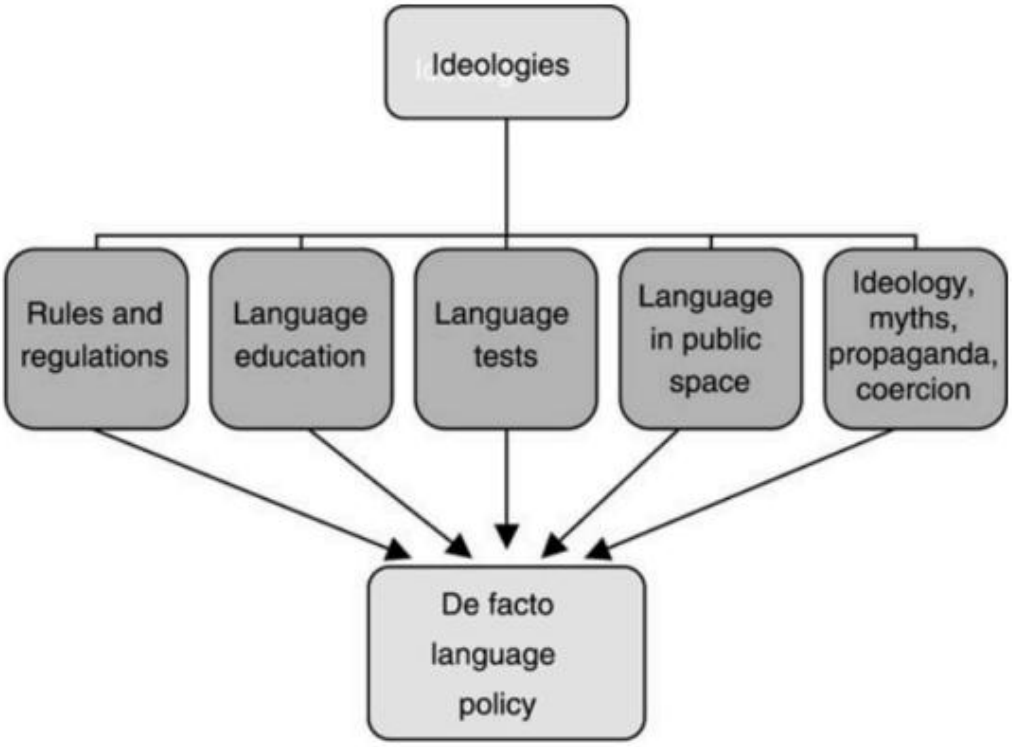


Figure 3 List of mechanisms between ideology and practice.

Fonte: Shohamy, 2006.

Pela figura, podemos notar vários aspectos que mediam instâncias em instituições de ensino, ligando sistemas ideológicos e a política linguística que realmente ocorre em salas de aula. Dos cinco elementos mediadores entre ideologias, apenas um é central e direto: os testes linguísticos. A partir de seus resultados, políticas educacionais e linguísticas são implementadas e postas em prática. Essa prática é medida em dados colhidos por testes padronizados, sendo o elemento "confiável" nas propostas de políticas em escolas.

A transformação de saberes e processos de ensino e aprendizagem em contextos educacionais interculturais tem sido um tema central nas discussões sobre educação em sociedades cada vez mais globalizadas e diversas. A interculturalidade desafia os paradigmas tradicionais da educação ao promover um diálogo entre diferentes epistemologias, práticas pedagógicas e formas de conhecimento. Este artigo explora as dinâmicas envolvidas nesse processo, abordando aspectos teóricos, metodológicos e experiências concretas em diversos contextos educacionais.

A interculturalidade na educação refere-se à interação equitativa entre diferentes culturas dentro do espaço educativo, buscando a valorização e o respeito mútuo entre os saberes. Ao contrário da simples coexistência de diferentes grupos culturais (multiculturalismo), a interculturalidade enfatiza o diálogo e a troca ativa entre essas culturas, promovendo aprendizagens mais ricas e significativas. O conceito de interculturalidade crítica, proposto por Walsh (2009), sugere que a educação intercultural não deve se restringir à inclusão de aspectos culturais superficiais no currículo, mas sim questionar e transformar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades epistemológicas. Nas palavras de Walsh:

> Sin duda, la ola de re-formas10 educativas y constitucionales de los 90 –las que reconocen el carácter multiétnico y plurilingüístico de los países e introducen políticas específicas para los indígenas y afrodescendientes-, son parte de esta lógica multicultural de capitalismo transnacional. De hecho, las re-formas coinciden con las políticas de neoliberalización, aquellas en que el Estado empieza a ceder protagonismo a los actores del escenario internacional, específicamente a los organismos multilaterales y las corporaciones transnacionales (Walsh, 2009, p. 5).

Dessa forma, torna-se fundamental reconhecer a pluralidade de saberes e valorizar os conhecimentos tradicionalmente marginalizados. Um dos principais desafios da educação intercultural é a articulação entre saberes tradicionais e acadêmicos. Saberes tradicionais, muitas vezes transmitidos de forma oral e enraizados na experiência comunitária, contrastam com os saberes científicos ocidentais, baseados na escrita e na experimentação sistemática, precedida e sucedida por movimentos de abstração e racionalização. Segundo a educadora brasileira Oliveira (2021), essa articulação pode ser prejudicada ou impedida por fatores relacionados ao próprio progresso e manutenção da colonialidade/modernidade como projeto civilizacional, pois acentua as diferenças entre a natureza e os humanos e humanos entre si, devido ao fato de que a alguns corpos e culturas é garantida a capacidade de produzir conhecimento de certa maneira, que é considerada universal, tem sido usada historicamente para justificar a supremacia cultural e de gênero e racionalizar a ocupação de terras e escravização de povos como modelo de produção econômica e social da modernidade/colonialidade, pois:

> A sociedade liberal constitui – de acordo com esta perspectiva – não apenas a ordem social indesejável, mas também a única possível. Essa é a concepção

> segundo a qual nos encontramos numa linha de chegada, sociedade sem ideologias, modelo civilizatório único, globalizado, universal, que torna desnecessária a política, na medida em que já não há alternativas possíveis a este modo de vida (Lander, 2000, p. 7).

Em ambientes educacionais formais (escolas) interculturais, a integração desses diferentes conhecimentos pode ocorrer por meio de abordagens metodológicas como a pedagogia decolonial, que questiona a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e busca construir um currículo mais representativo da diversidade cultural. Essa integração permite que estudantes de diferentes origens culturais tenham suas identidades valorizadas no ambiente escolar, contribuindo para um aprendizado mais significativo.

A adoção de metodologias ativas é uma estratégia eficaz para promover a interculturalidade na educação. Métodos como a aprendizagem baseada em projetos (ABP), a problematização e a pedagogia da escuta favorecem a participação ativa dos estudantes e a construção coletiva do conhecimento. Além disso, a introdução de práticas pedagógicas que valorizam a oralidade, as narrativas e as experiências dos alunos contribui para maior aproximação com os saberes tradicionais. Em comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, o ensino pode ser enriquecido pelo uso de contação de histórias, rituais e práticas de subsistência como estratégias educativas. A implementação de uma educação verdadeiramente intercultural enfrenta desafios estruturais, políticos e epistemológicos.

A resistência institucional, a falta de formação adequada dos docentes e a padronização curricular são algumas das barreiras para a transformação dos processos de ensino e aprendizagem. No entanto, há experiências bem-sucedidas que demonstram o potencial transformador da educação intercultural. Programas como as Escolas Indígenas Diferenciadas no Brasil e as escolas bilíngues para populações migrantes em diversos países ilustram como é possível construir modelos educativos que respeitem e valorizem as identidades culturais dos alunos.

A transformação de saberes e processos de ensino e aprendizagem em contextos educacionais interculturais exige um compromisso com a equidade e a justiça social. O reconhecimento da diversidade epistêmica e a valorização dos diferentes modos de conhecer e ensinar são passos fundamentais para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. A partir de práticas pedagógicas inovadoras e de uma formação

docente sensível à diversidade cultural, é possível avançar rumo a um modelo educacional que respeite e integre as múltiplas formas de saber presentes em nossa sociedade.

A colaboração entre antropólogos, linguistas e educadores pode resultar na formulação de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes, promovendo a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas em seu próprio processo de ensino e aprendizado. O reconhecimento da diversidade linguística e cultural, aliado à adoção de práticas pedagógicas sensíveis a essas realidades, contribui para uma educação que não apenas respeita, mas fortalece as identidades indígenas. Assim, a antropologia e a linguística enriquecem os espaços educativos, garantindo que as escolas sejam locais de valorização e preservação do conhecimento ancestral, ao mesmo tempo que promovem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

As escolas interculturais indígenas, quilombolas ou de outras comunidades minoritárias e, majoritariamente, rurais da região de Dourados/MS, além de serem espaços que, conforme preconizam as campanhas de órgãos nacionais e internacionais de fomento à educação inclusiva, deveriam considerar com maior rigor que o fato de constituírem locais de valorização e preservação cultural de comunidades minoritárias não faz dos habitantes dessas comunidades agentes necessariamente equipados e capazes de exercer sua própria preservação biológica, social, cultural, política e econômica no contexto regional, nacional e, por fim, global.

Contrariando as suposições hegemônicas, a existência, a presença e a vida dessas pessoas provam sua capacidade altíssima em se preservar e continuar enfrentando opositores cada vez mais empoderados por suas tecnologias e engenharias sociais, que se materializam e são consumidas por meio de línguas e linguagens.

Por essas razões, pensamos que o silenciamento das línguas nativas indígenas, em seus processos educativos formais e na sociedade e comunidades nas quais vivem e interagem, não deveria passar pelo viés da simples preservação e reprodução, mas pela ótica de epistemologias de futuros que possam ser imaginados, sentidos e construídos pela comunidade que assim enseja e exige. Línguas, educação como parte da vida biológica, social e cultural. Enquanto as decisões sobre seu próprio presente e futuro forem tomadas por aqueles que representam a atual configuração socioeconômica e política da região, incluir, preservar e reproduzir são como fetos *in vitro*, inseminados artificialmente, com poucas chances de, efetivamente, nascerem e crescerem no momento

atual de grandes transformações, nas quais os ideais de igualdade e justiça social se justapõem às condições cotidianas de extrema desigualdade da sociedade contemporânea.

As desigualdades também podem ser vistas de forma global, incluindo na reflexão a crise climática e ambiental, geradora de extinção de biomas e espécies de seres vivos. O antropocentrismo, que caracteriza a colonialidade/modernidade desde sua concepção, baseia-se na exploração e expropriação de terras, recursos naturais e culturais em prol das questões energéticas e logísticas que sustentam seus mecanismos de manutenção e expansão econômica e política de alguns seres humanos (eurocentricismo) em sua dominação/destruição do planeta. Esse modelo de modernidade é insustentável no mundo atual. Pennycook afirma que:

> Os desafios impostos pela destrutividade humana, preocupações éticas e políticas ambientais estão profundamente interligadas com as lutas em torno do neoliberalismo, racismo, igualdade de gênero, migração forçada e muitas outras formas de discriminação e desigualdade (Pennycook, 2018, p. 18, tradução nossa).

Concordamos com Pennycook (2018) em sua discussão das desigualdades de classe, raça, gênero, orientação sexual, necessidades especiais, propondo o questionamento do que vem a ser "realmente humano" e porque tais desigualdades/exclusões existem. Contestação e questionamentos são necessários e importantes para os grupos minoritários - mulheres, negros, indígenas, entre tantos outros grupos de seres humanos, porém são "policiados com precisão demoníaca" (Bourke, 2011 apud. Pennycook, 2018, p. 21), sendo silenciados em suas línguas, culturas, em seu pertencimento à espécie humana, sem os recursos e possibilidades que o poder econômico pode comprar e afastados do seu meio ambiente nativo. Para Piller:

> A compreensão de justiça social adotada aqui baseia-se no trabalho da filósofa Nancy Fraser e concebe a justiça social como constituída em três dimensões: redistribuição econômica, reconhecimento cultural e representação política (Piller, 2016, p. 17, tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas ao longo deste artigo demonstram que, pensar a educação linguística e escolar a partir de epistemologias não hegemônicas não é apenas uma alternativa, mas uma urgência histórica, ética e política. A centralidade da oralidade como

forma legítima e potente de produção de saberes, especialmente entre comunidades indígenas e multilíngues do Mato Grosso do Sul, impõe-se como crítica à lógica grafocêntrica que estrutura o sistema educacional brasileiro. Essa lógica, herdeira do colonialismo moderno, perpetua hierarquias epistêmicas e silencia vozes cuja existência e resistência se atualizam na palavra falada, no canto, na memória coletiva, nos rituais e nas formas ancestrais de aprender e ensinar.

Ao apontar a persistente exclusão das línguas indígenas e das práticas orais nos ambientes escolares formais, revelamos o caráter estrutural da colonialidade do saber que, conforme Mignolo (2000), opera na manutenção de um modelo epistemológico único, eurocentrado e monolíngue. A tentativa de conformar os estudantes indígenas às exigências de uma língua padrão e escrita institucionalizada, desconsiderando seus repertórios linguísticos e semióticos plurais, tem se mostrado não apenas ineficaz, mas profundamente violenta. A exclusão dos saberes orais no processo educacional não apenas compromete a aprendizagem, mas corrói os fundamentos da identidade e da agência cultural desses sujeitos.

Nesse cenário, a interculturalidade crítica, tal como defendida por Walsh (2009), desponta como horizonte de transformação e justiça. Trata-se de um paradigma que não apenas reconhece a diversidade, mas exige uma reconfiguração dos espaços de poder, das práticas pedagógicas e dos currículos escolares. A interculturalidade, nesse sentido, não pode se reduzir a uma política de inclusão cultural superficial; ela deve implicar a reestruturação das relações entre os saberes, as línguas e os modos de vida. A educação deve tornar-se um campo de enunciação e escuta, onde múltiplas vozes possam coexistir e interagir em condições equitativas, sem que nenhuma seja deslegitimada ou subalternizada na constituição legítima de diversidade cultural na educação linguística em uma sociedade sul-americana contemporânea.

A contra escolarização, enquanto conceito e prática, emerge aqui como estratégia de resistência e (re)existência. Ao deslocar o centro epistêmico da escola para a comunidade, e da escrita para a oralidade, tal abordagem propõe uma pedagogia de pertencimento, enraizada nos modos de ser e conhecer dos povos indígenas. Essa reconfiguração permite que as escolas deixem de ser instrumentos de assimilação e passem a ser espaços de mediação intercultural, onde a pluralidade linguística e epistêmica seja não apenas tolerada, mas efetivamente valorizada.

Os dados oficiais, como os do SAEB/INEP, ao negligenciarem ou invisibilizarem os estudantes indígenas, reiteram o pacto da colonialidade na produção de políticas públicas educacionais. A ausência desses sujeitos nos dados não é um mero erro técnico, mas sim um sintoma de um sistema que insiste em negar cidadania plena àqueles que não se conformam à matriz moderna-colonial. Nesse contexto, as políticas linguísticas não podem continuar a ser formuladas e executadas a partir de uma concepção homogênea e normativa de língua. É preciso avançar rumo a políticas baseadas em ecologias linguísticas e culturais, como propõe Shohamy (2006), que contemplem os contextos reais de uso da linguagem e respeitem as práticas comunicativas locais.

A proposta de valorização dos repertórios linguísticos dos estudantes, conforme defendida por Pennycook (2016), representa uma alternativa concreta e eficaz para a superação da lógica excludente das competências linguísticas individuais. Trata-se de reconhecer que a comunicação é prática situada, distribuída social e materialmente, atravessada por contextos, objetos, tecnologias e afetos. Essa perspectiva desloca o foco do domínio da norma para a competência comunicativa em sua dimensão performativa e situada, abrindo caminho para práticas pedagógicas mais inclusivas e significativas.

Diante disso, urge repensar a escola não como espaço de imposição de uma cultura dominante, mas como território de encontro entre múltiplas culturas e linguagens. A escola deve se tornar um espaço de tradução cultural e epistemológica, onde a escuta ativa, a reciprocidade e o respeito aos saberes outros sejam princípios orientadores. A pedagogia decolonial, ao propor a desconstrução da epistemologia eurocêntrica e a revalorização dos saberes tradicionais, constitui ferramenta central nesse processo.

O presente artigo, ao dialogar com autores como Luciano (2006), Oliveira (2021), Shohamy (2006), Pennycook (2018) e tantos outros que tensionam as fronteiras entre o saber hegemônico e os saberes subalternizados, não pretende encerrar o debate, mas sim contribuir para a construção de uma agenda educacional comprometida com a justiça linguística, cultural e epistêmica. A valorização das línguas indígenas, da oralidade e dos modos de vida que resistem à lógica da modernidade colonial deve ser entendida como imperativo ético e político de qualquer proposta educacional verdadeiramente democrática e inclusiva. De acordo com os pesquisadores e educadores brasileiros Rodrigues e Silvestre:

> O conceito de (des)invenção proposto pelos autores envolve entender que as línguas foram inventadas como "part of the Christian/colonial and nationalistic projects in different parts of the globe" (Makoni; Pennycook, 2007, p. 1). Na visão dos autores, os estudos da linguagem foram construídos a partir da seguinte ideologia: quem tinha "conhecimento" sobre algo poderia e deveria, por assim dizer, apresentá-lo como uma "descoberta". Portanto, houve uma construção colonialista da paisagem epistemológica à própria imagem do sujeito moderno/colonial (Rodrigues; Silvestre, 2020, p. 408).

Por fim, se quisermos caminhar rumo a uma sociedade menos desigual e mais sustentável, como propõem as epistemologias indígenas e os estudos decoloniais, é fundamental reconhecer que as línguas não são apenas ferramentas de comunicação, mas formas de existência, de relação com o mundo e com o outro. O silenciamento dessas línguas representa, portanto, não apenas a perda de um patrimônio imaterial, mas a negação do direito à existência plena de povos inteiros. O desafio que se impõe é o de romper com os paradigmas da colonialidade, promovendo uma educação que, ao invés de assimilar, emancipe; que, ao invés de silenciar, escute; que, ao invés de excluir, acolha e que, sobretudo, reconheça a potência da diversidade como condição para a construção de futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

AHENAKEW, Cash et al. Decolonizing mental health in the polycrisis: pathways toward neuro decolonization. *American Psychologist*, v. 80, n. 8, p. 1297–1312, 2025. Disponível em: https://psycnet.apa.org/fulltext/2026-99383-016.html. Acesso em: 23 fev. 2026.

ANDREOTTI, Vanessa; SILVA, Maria; JORDÃO, Clarissa *et al*. Nossa casa está caindo... e agora, Vanessa? Capitalismo, decolonialidade e futuros re-imaginados. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 60, n. 2, maio/ago. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/010318131002971620210510. Acesso em: 20 mar. 2025.

ARROYO, Miguel. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BAKER, Colin; PRYS JONES, Sylvia. *Encyclopedia of bilingualism and bilingual education*. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0399.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI)*: documento final. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Saeb 2023: resultados finais*. Brasília: Inep, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria MEC nº 539, de 24 de julho de 2025*. Institui a Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais – PNEEI-TEE. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 31, 25 jul. 2025.

CAVALCANTI, Marilda do Couto; MAHER, Terezinha de Jesus Machado (org.). *Multilingual Brazil*: language resources, identities and ideologies in a globalized world. New York: Routledge, 2018.

GUEROLA, Carlos; LUCENA, Maria Inês Pagliarini. Essa mesma arma contra eles: capitalismo, poder, linguagem e educação indígena. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 60, n. 2, maio-ago. 2021.

HELLER, Monica. Globalization and the commodification of bilingualism in Canada. In: BLOCK, David; CAMERON, Deborah (org.). *Globalization and language teaching*. New York: Routledge, 2002.

HORNBERGER, Nancy; MACKEY, Sandra Lee (ed.). *Sociolinguistics and language education*. Clevedon: Multilingual Matters, 2010.

KUMARAVADIVELU, Bala. Toward a postmethod pedagogy. *TESOL Quarterly*, v. 35, p. 537–557, 2001. DOI: http://dx.doi.org/10.2307/3588427.

LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LEITE, Maria Lúcia. *Educação intercultural*: possibilidades para a construção de um currículo plural. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

LIER, Devito Maria Francisca; ARANTES, Lúcia; DESINANO, Norma. Sob Impacto da Heterogeneidade: teorização sobre o erro e o não idêntico. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada,* v. 36, n. 3, 2020.

LOPEZ, Luis Enrique. Indigenous youth and adult education in Latin America. In: WIGHT, William et al. (ed.). *The handbook of bilingual and multilingual education*. Malden: Wiley-Blackwell, 2015.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O índio brasileiro*: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: SECAD/MEC; UNESCO; LACED; Museu Nacional, 2006.

MARTINS, Leda Maria. *A cena em sombras*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

OLIVEIRA, Elismênia Aparecida; PINTO, Joana Plaza. Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 11, n. 2, p. 311-335, 2011.

OLIVEIRA, Vanessa Machado de. *Hospicing modernity*: facing humanity's wrongs and the implications for social activism. Berkeley: North Atlantic Books, 2021.

PASSOS, Maria de Lourdes. *Língua e comportamento verbal*. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

PENNYCOOK, Alastair. Posthumanist applied linguistics. *Applied Linguistics*, p. 1–18, 2016.

PENNYCOOK, Alastair. *Posthumanist applied linguistics*. New York: Routledge, 2018.

PILLER, Ingrid. *Linguistic diversity and social justice*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

QEDU. *Aprendizado adequado*: o que é e como calculamos. QEdu, 2023. Disponível em: https://conteudos.qedu.org.br/academia/aprendizado-adequado/. Acesso em: 28 fev. 2026.

RODRIGUES, Michael Douglas; SILVESTRE, Viviane Pires Viana. Interculturalidade crítica e educação linguística: problematizando (des)invenções. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 6, n. 3, p. 408–423, 2020.

SHOHAMY, Elana. *Language policy*: hidden agendas and new approaches. London: Routledge, 2006.

STEIN, Sharon et al. Beyond colonial futurities in climate education. *Teaching in Higher Education*, p. 987–1004, 2023.

VERGOLINO, Eduardo Barbosa. História oral e educação escolar indígena: uma crítica a escola formal. *Revista Semiárido De Visu*, Petrolina, v. 8, n. 2, p. 232–241, 2020.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: UASB/Abya Yala, 2009.

Recebido em: 27/06/2025
Aceito em: 09/03/2026

Myrella Araújo de Freitas: doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em

Educação, pelo PPGEdu/UFGD. Graduada em Letras com habilitação em Português/Inglês, também pela UFGD. Participa do Grupo de Estudos em Educação Escolar Indígena, Interculturalidade e Inclusão (GEPEEIN). Associada a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Atuou como monitora pedagógica de língua portuguesa na Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade, Inclusão e Pertencimento (CAADIP/UFGD).

Silvia Regina Gomes Miho: possui graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1991), mestrado em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Estrangeiras Modernas, atuando principalmente nos seguintes temas: crítica literária, língua inglesa, poesia norte-americana contemporânea, ensino-aprendizagem de língua inglesa e poesia.

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.91395

A variação linguística como recurso expressivo: uma análise de "O poeta da roça", de Patativa do Assaré

La variación lingüística como recurso expresivo: un análisis de "O poeta da roça", de Patativa do Assaré

Tallyson Tamberg Oliveira da Silva Cavalcante
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
thallysontamberg13@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0001-9875-0763

RESUMO
O presente trabalho objetiva uma análise de "O poeta da roça", poema de Patativa do Assaré (1909-2002), vate cearense cujo estilo é marcado pelo emprego de variedades estigmatizadas da língua, próprias do nordeste brasileiro, utilizadas principalmente pelos falantes de baixa escolaridade. Valendo-se, pois, das nuances diatópica e diastrática da língua, o autor apropria-se de algumas variedades linguísticas como recurso expressivo na construção de seus versos. Assim, o presente trabalho procura analisar de que maneira os vários elementos da variedade linguística utilizada pelo poeta podem apresentar-se como ricos instrumentos na construção de um expressivo objeto cultural. A metodologia utilizada para a análise do *corpus* tem como fundamento os pressupostos teóricos da Sociolinguística e da Estilística, voltados para a análise do material literário.

Palavras-chave: Patativa do Assaré; variação linguística; estilística; análise literária.

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo analizar "O poeta da roça" ("El poeta del campo", en traducción libre), poema de Patativa do Assaré (1909-2002), poeta nacido en Ceará, cuyo estilo se caracteriza por el uso de variedades estigmatizadas de la lengua, propias del nordeste brasileño, utilizadas principalmente por hablantes con bajo nivel de escolarización. Valiéndose de los matices diatópicos y diastráticos de la lengua, el autor se apropia de algunas variedades lingüísticas como recurso expresivo en la construcción de sus versos. Así, este trabajo busca analizar de qué modo los diversos elementos de la variedad lingüística utilizados por el poeta pueden presentarse como instrumentos valiosos en la construcción de un objeto cultural expresivo. La metodología empleada

para el análisis del *corpus* se basa en los presupuestos teóricos de la Sociolingüística y la Estilística, con énfasis en el análisis de material literario.

Palabras-clave: Patativa do Assaré; variación lingüística; estilística; análisis literario.

INTRODUÇÃO

Patativa do Assaré foi o nome artístico de Antônio Gonçalves da Silva (1909-2002), um dos principais representantes, no século XX, da arte e da cultura popular do nordeste brasileiro. Foi cantor, compositor, repentista e poeta. Através de seus versos, representou a cultura marginalizada do sertão nordestino, elevando-a a um patamar de destaque no cenário cultural brasileiro. O apelido Patativa surgiu porque as suas melodias poéticas eram comparadas com a beleza do canto dessa ave, nativa da Chapada do Araripe; e Assaré designa o município cearense onde o poeta nasceu. Assim, Antônio Gonçalves da Silva tornava-se, através de seu trabalho artístico, a ave de canto melodioso do sertão do Ceará.

Patativa do Assaré estreia no universo literário em 1956, com a publicação de seu primeiro livro de poemas, intitulado *Inspiração nordestina*. O sucesso da antologia leva à publicação de uma segunda edição com acréscimos, chamada *Cantos de Patativa*, no ano de 1967. Em 1978 lança uma compilação de poemas inéditos, intitulada *Cante lá que eu canto cá*, por iniciativa do professor Plácido Cidade Nuvens. Em 1988 lança outra antologia, intitulada *Ispinho e Fulô*, dirigida por Rosemberg Cariry. E na ocasião de seu octogésimo sexto aniversário, em 1994, é lançada pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará a obra *Aqui tem coisa*.

Referindo-se à obra poética do vate cearense, Silva (2018, p. 29) destaca que

> Patativa do Assaré é considerado um dos representantes do sertão por realmente fazer parte desse local. O poeta, como um grande contador de histórias sofridas que ele viu de perto e também viveu, escreve versos que são agraciados por muitos brasileiros, que o elegeram como símbolo, como porta-voz do povo nordestino. Emblemático devido à poesia oral, tradicional e popular, recitou poesias com sua memória inigualável ao decorrer versos extensos que cantavam as belezas e tristezas do sertão. Muitos de seus poemas foram musicalizados por cantores brasileiros como Fagner e Luiz Gonzaga.

Por causa de uma série de dificuldades pessoais, Patativa não pôde frequentar integralmente a escola, devido, principalmente, ao fato de ter de trabalhar desde muito jovem para auxiliar no sustento da família, após a morte precoce de seu pai. Foi, portanto, um autodidata, tendo se alfabetizado no período de um semestre (esse foi o curto tempo no qual frequentou os estudos escolares) e, a partir de então, passou a dedicar-se ao estudo e à apreciação da poesia para, em seguida, inserir-se ele próprio no universo da criação poética, recorrendo sempre às heranças culturais de seu meio. Para Rebouças (2017, p. 13):

> A trajetória de Patativa do Assaré mostra que ele superou o analfabetismo e a consciência mais conservadora e passiva do seu meio, transformando a rica herança cultural e artística em uma voz ao mesmo tempo pessoal e social, de qualidade extraordinária. Destacou-se no corpus da literatura popular, oral e escrita, como um dos nomes importantes da poesia nordestina do século XX, com reconhecimento no Brasil e no exterior. [...] O poeta distinguiu-se por sua forte tradição oral, embora tenha, como autodidata, estudado os clássicos da literatura brasileira e portuguesa e tenha dominado o complexo tratado de versificação de Olavo Bilac e Guimarães Passos.

Muito marcante em sua vida, no que se refere à sua formação literária, foi a descoberta da poesia de cordel, gênero lírico muito popular no sertão do nordeste brasileiro, e cuja influência foi marcante na formação de sua atividade poética. Com a idade de doze anos – após ser alfabetizado –, inicia-se um contato contínuo com esse tipo de cultura sertaneja ligada ao cordel e aos repentes (cantos feitos com versos improvisados). Foi nesse período que Patativa se iniciou na arte de compor versos. De modo que,

> ao entrar em contato com a poesia de cordel, ele percebe que pode explicar o mundo por meio dela [...]. A partir desse momento de epifania, a arte se torna para ele o espaço da liberdade. Ela será seu "brinquedo" até mesmo nas horas de trabalho, na roça. Será distração, mas também peleja, briga com as palavras, tal a luta na batalha pela vida (Brito, 2009, p. 181).

A literatura de cordel, como se sabe, é a representação de uma arte popular em verso cujas raízes se encontram na cultura medieval. O nordeste brasileiro foi e tem sido um palco de proliferação cultural da literatura popular em verso através dos cordéis. Esse gênero literário é assim denominado pela forma usual em que tais folhetos poéticos são comercializados: normalmente pendurados em barbantes, cordas ou cordéis e apresentados em feiras, bancas ou nos mercados. A marca da linguagem oral e um forte

apelo à musicalidade são marcas muito presentes nesse tipo de produção poética. Foi, portanto, com essas influências que Patativa construiu o seu *modus faciendi* para a sua atividade como poeta e repentista.

No que concerne a esse mencionado estilo poético, Moura (2015, p. 244) afirma que este "[...] é marcado pela oralidade, não porque Patativa não soubesse o que é a escrita 'da escola', mas porque quer evidenciar os traços rústicos da oralidade sertaneja, onde a escrita se aproxima, ao máximo, do modo de falar de quem lida com a roça de sol a sol". Portanto, a opção por versejar na variedade linguística própria da oralidade sertaneja do nordeste brasileiro é uma intrínseca marca estilística de sua poesia, cujo objetivo é transpor para os seus versos as peculiaridades dos falares de sua gente, de seus conterrâneos. Assim, por ser um poeta do meio rural, com pouca escolaridade, Patativa quis mostrar a língua usada por seu povo, como marca de uma identidade linguística, e utilizar essa marca como recurso estilístico inerente à sua produção poética. Segundo Rebouças (2017), principalmente por causa dessa escolha pela linguagem "matuta" é que a poesia de Patativa se manteve por muito tempo à margem da atenção de críticos e acadêmicos, sendo considerada uma poesia de menor expressão, e apenas mais recentemente é que se tem percebido e valorizado o seu trabalho com linguagem em suas produções poéticas. De modo que,

> durante muito tempo não se prestou muita atenção à obra poética de Patativa do Assaré, tido como poeta "matuto," que escrevia de forma "errada" em um quase dialeto sertanejo. Tardiamente é que os acadêmicos perceberam que o seu linguajar matuto preservava as construções mais eruditas de métrica, prosódia e beleza estética, como qualquer outro poeta catedrático (Rebouças, 2017, p. 14).

Voltados, portanto, a essa face da atividade poética de Patativa do Assaré é que pretendemos analisar, sob a ótica da Estilística, um de seus mais conhecidos poemas, intitulado "O poeta da roça" – uma espécie de apresentação de sua poesia –, procurando evidenciar de que modo a escolha de determinada variedade linguística – com a sua seleção lexical, suas adaptações fonológicas, suas construções morfológicas e estruturas gramaticais – pôde servir como exponencial recurso expressivo, caracterizador do estilo literário.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para alcançar, no presente trabalho, o objetivo estipulado, recorremos aos estudos inerentes ao campo da Estilística, notadamente aquela ligada ao âmbito estrutural, enfatizando este aspecto e relacionando-o à questão variacionista, procurando, assim, evidenciar de que modo a seleção de variedades estigmatizadas da língua pôde servir como um potencial recurso de expressividade textual, em nosso caso específico, do texto literário.

A escolha, neste trabalho, pelo texto literário deveu-se, sobretudo, ao fato de ser "[...] a obra literária [aquela que] constitui por excelência o domínio da Estilística, precisamente porque a escolha aí é mais *voluntária* e *consciente*" (Monteiro, 2009, p. 15). E nesse aspecto, dentre os gêneros do universo literário, efetuamos nossa escolha pelo texto poético, por achar, em concordância com Antonio Candido (2006, p. 19), que na poesia reside "[...] a forma suprema de atividade criadora da palavra, devida a intuições profundas e dando acesso a um mundo de excepcional eficácia expressiva", pois o texto poético traz um manancial de recursos expressivos, e reúne em si uma maior concentração e valoração aos significantes textuais, visto que "A linguagem da poesia é mais convencional e impõe uma atenção maior, sobretudo porque ela se manifesta geralmente [...] em peças curtas e mais concentradas" (Candido, 2006, p. 17).

Já a escolha pelo campo da Estilística como principal fundamento teórico-metodológico na análise empreendida deveu-se, sobretudo, ao fato de ser a Estilística, de acordo com Simões e Castro (2000, p. 140-141), "[...] o meio mais eficiente de compreensão de um texto, pelo simples fato de entender-se a gramática do texto como algo além da gramática normativa". No que se refere ao texto poético propriamente, essas considerações são ainda mais acertadas, haja vista que, como já salientado, esse gênero literário traz em si uma série de recursos expressivos que, para uma dissecação mais ajuizada de sua tessitura textual, deve-se ir além da análise puramente gramatical e interpretativa.

A Estilística centra-se no texto, nos fenômenos relacionados às marcas de afetividade e criatividade que, em qualquer nível da linguagem, singularizam dada produção. Ela estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras. Assim, o sujeito de enunciação projeta-se, em maior ou menor grau, sobre o fato enunciado, sendo

que o sistema linguístico oferece-lhe recursos vocabulares, fonéticos, sintáticos e semânticos para efetuar essa operação. A seleção e a organização desses elementos marcam o efeito de estilo.

De acordo com o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), o termo "estilo" surge no português do século XVI para designar "um objeto pontiagudo usado para escrever". Por metonímia, estilo – o objeto pontiagudo utilizado na escrita – passou a significar a própria escrita e, por conseguinte, certo "modo" particular de escrever. O naturalista e matemático francês George-Louis Leclerc, mais conhecido como Conde de Buffon, afirmou que *le style c'est l'homme même* ("o estilo é o próprio homem"), denotando, assim, o caráter individual da acepção de estilo.

Assim sendo, costumou-se considerar o *estilo* como algo localizado e circunscrito, seja a um indivíduo, a um determinado período histórico/cultural ou a um conjunto de obras pertencentes a dado agrupamento. É nesse sentido que utilizamos o termo para designar as características de obras pertencentes a determinados períodos históricos e culturais da humanidade, como, por exemplo, o *estilo romântico*, o *estilo simbolista*, *o estilo barroco*, etc. De modo sumário, portanto, pode-se definir o estilo como esses traços distintivos e caracterizadores pertencentes a indivíduos, obras artísticas, modos de vestir, períodos históricos, etc., ou, noutras palavras, é "o aspecto que resulta da escolha dos meios de expressão determinada pela natureza e intenções do indivíduo que fala ou escreve" (Guiraud, 1978, p. 149). De modo que um enunciador, a fim de conseguir alcançar maiores efeitos de expressividade, procura explorar o léxico, as construções sintáticas, os recursos fonéticos, enfim, as virtualidades do sistema da língua utilizada. Nesse sentido, até mesmo – e principalmente – os desvios em relação à norma-padrão podem ser vislumbrados como ricos recursos de expressividade.

O interesse pelas nuances estilísticas da linguagem aparece desde a Antiguidade helênica. Nesse sentido, basta lembrarmos a contribuição de Aristóteles que, em sua *Retórica* e *Poética*, firma alguns dos princípios para o uso expressivo da linguagem, bem como classificações dos gêneros e da linguagem literária. No entanto, como disciplina autônoma e campo científico da linguagem, a Estilística costuma ter suas balizas ancoradas no ano de 1902, inaugurada pelo linguista Charles Bally, responsável por derivar a "[...] diretriz linguística da estilística, interessada nos recursos expressivos do sistema da língua, com base em pressupostos conceituais oriundos da teoria de Ferdinand

de Saussure" (Souza, 2018, p. 60). Foi, no entanto, "a partir da Estilística idealista de Leo Spitzer [...] que os estudos da expressão literária começaram a tomar impulso, dando início a uma reformulação crítica no processo literário" (Simões, 2021, p. 149). Essa reformulação mencionada diz respeito às alterações conceituais acerca de linguagem e estilo, tomando como base o pensamento de Guiraud (*apud* Simões, 2021, p. 149) de que "a língua, sendo uma expressão do homem, evolui com o homem, os costumes, os ideais e os usos que ela exprime". Destarte, as concepções em torno de estilo passam a ser vislumbradas como algo mutável, passível de alterações, não sendo, portanto, algo estanque devido ao congelamento das regras gramaticais e da retórica clássica.

Conforme já enfatizado, o principal foco de nossa análise volta-se à questão da utilização de determinadas variedades linguísticas como um recurso estilístico próprio à construção do texto escolhido. Por isso, na dissecação estilística empreendida, nosso olhar centrar-se-á nas construções fraseológicas efetuadas pelo poeta com base nas variedades linguísticas por ele selecionadas, e que se refere ao seu meio e à sua condição sociocultural. Trata-se, portanto, de uma abordagem estilística cuja centralidade volta-se à questão da variação linguística.

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA COMO RECURSO DE ESTILO

Como se sabe, o português brasileiro é marcado por uma heterogeneidade de variantes linguísticas facilmente verificáveis, devido principalmente às proporções continentais de nosso país, de modo que o nosso idioma carrega uma diversidade linguística proporcional aos vários estratos socioculturais de nosso povo. Destarte, tem-se que as variedades linguísticas são inerentes ao português brasileiro, e decorrem, em geral, da amplitude geográfica do país, bem como dos diversificados estratos sociais presentes na sociedade.

Para a compreensão acerca dos mecanismos que regem e explicam as variedades linguísticas, utilizamo-nos, em nossa análise, dos pressupostos básicos da Sociolinguística,

> [...] área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente

> do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação (Cezario; Votre, 2017, p. 141).

Para esse campo de investigação, o fenômeno da variação linguística é natural e inevitável, pois "[...] a língua varia tanto quanto a sociedade varia, [e] existem muitas maneiras de dizer a mesma coisa e que todas correspondem a usos diferenciados e eficazes dos recursos que o idioma oferece a seus falantes" (Bagno, 2015, p. 18). A despeito dessa assertiva, no entanto, enraizou-se no imaginário popular a crença de que existem variedades "melhores" e outras "piores", de que existem variedades "certas" e outras "erradas". Essa ideia (preconceituosa), segundo Bagno (2015, p. 64), tem as suas raízes

> [...] na crença de que só existe [...] *uma única língua portuguesa digna deste nome* e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, "errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente", e não é raro a gente ouvir que "isso não é português".

Por isso, muitas vezes, as variedades linguísticas que mais se distanciam da chamada norma-padrão (aquela prescrita pelas gramáticas normativas) são consideradas rudimentares e erradas, sendo, por isso, estigmatizadas socialmente. As variedades usadas pelos falantes mais escolarizados e de classe social mais elevada geralmente gozam de maior prestígio, pois são aquelas que menos se distanciam dos preceitos da gramática normativa, ao passo que as variantes utilizadas pelos falantes de menor poder aquisitivo e/ou baixa escolaridade sofrem maior estigma, pois são as que, em geral, mais se distanciam das regras ditadas pela gramática tradicional. De acordo com Bagno (2003), a constituição dessa norma-padrão, ancorada nos preceitos da gramática tradicional, formou-se de modo arbitrário, baseada

> [...] supostamente, num tipo peculiar de atividade linguística – exclusivamente *escrita* – de um grupo muito especial e seleto de cidadãos, os grandes estilistas da língua, que também costumam ser chamados de "os clássicos". Inspirados nos usos que aparecem nas grandes obras literárias, sobretudo do passado, os gramáticos tenta[ra]m preservar esses usos compondo com eles um modelo de língua, um padrão a ser observado por todo e qualquer falante que deseje usar a língua de maneira "correta", "civilizada", "elegante", etc. É esse modelo que recebe, tradicionalmente, o nome de *norma culta* (Bagno, 2003, p. 43).

Assim sendo, as variedades linguísticas que mais se distanciam dessa "norma culta" são justamente as que mais sofrem estigmas, o que acaba caracterizando o chamado preconceito linguístico, quando se associam tais variedades às noções de rusticidade, erro, feiura, desvirtuamento, etc. A perpetuação desse preconceito linguístico e dessa noção de "erro" atribuída às variantes populares tem as suas raízes desde a Antiguidade, visto que os fundadores da disciplina gramatical, por volta do século III a.C., ao se interessarem exclusivamente pela língua literária dos grandes escritores de sua época, passaram a menosprezar a língua falada e também as variantes populares, consideradas como "caóticas", "estropiadas", "irregulares" e, assim, passaram a classificar as mudanças que ocorrem na língua (naturais e inevitáveis) como sinais da ruína e decadência idiomática. Portanto,

> foram eles que sacralizaram, na cultura ocidental, o mito de que existe "erro" na língua, principalmente na língua falada. Por isso, até hoje, as pessoas julgam a língua falada usando como instrumento de medição a língua escrita literária mais consagrada: qualquer regra linguística que não esteja presente na grande literatura (e como são numerosas essas regras!) é imediatamente tachada de "erro" (Bagno, 2003, p. 46-47).

O que, no entanto, a investigação sociolinguística tem demonstrado nas últimas décadas é que todas as variedades de uma língua têm a sua gramática e todas obedecem a uma lógica interna, a uma estrutura perfeitamente compreensível e que, portanto, não há o menor embasamento científico em atribuir a uma variação idiomática uma beleza e valor intrínsecos e a outra, não. Tais valorações que se atribuem a determinadas variedades são muito mais de ordem social (em relação às comunidades de fala) do que propriamente linguísticas. Convencionou-se, então, atribuir mais valor às variedades urbanas dos falantes mais escolarizados, por acreditar que tais variedades mais se aproximam às regras de emprego prescritas pela gramática tradicional, ao passo que gozam de menor prestígio as variedades dos falantes menos escolarizados e pertencentes às zonas rurais.

No entanto, para além desses aspectos contextuais (os aspectos sociais e culturais da produção linguística), as variedades idiomáticas podem ser vislumbradas, também, como uma marca de estilo do autor, quando esta se torna significativa para os resultados expressivos, afinal "[...] tudo significa num texto, desde a escolha da *variedade linguística*, do gênero textual, das palavras, até a disposição das formas" (Simões, 2021,

p. 150, grifo nosso). Nesse sentido, portanto, para além dos elementos intrínsecos à estilística própria do gênero poético (as rimas, o ritmo, a estrofação, a disposição gráfica das palavras, etc.), a escolha por determinada linguagem (ainda que considerada estigmatizada socialmente) com seu léxico, sua ortografia e suas construções fonéticas, pode, também, ser vislumbrada como proeminente marca de estilo, caraterizadora de um modo particular de expressão. No caso específico da poesia de Patativa do Assaré, a escolha incide em uma variedade linguística estigmatizada socialmente, própria das zonas rurais do sertão nordestino, utilizada principalmente por indivíduos com baixa educação formal, com incipientes níveis de escolaridade – como é o caso do poeta. Por esse motivo, em nossa análise, empregamos a noção de desvio como potencial recurso estilístico[1], pois "[...] a Estilística viabiliza até mesmo [e principalmente] a transgressão deliberada de normas gramaticais em benefício da maior expressividade e comunicabilidade do texto" (Simões; Pereira, 2005, p. 9). A aplicação de tal noção de desvio como recurso de expressividade relaciona-se, principalmente, à variedade linguística empregada pelo poeta cearense, pois esta se caracteriza, sobretudo, por diversos desvios à norma-padrão da língua portuguesa (também chamada de "norma culta"[2]) – e, por isso mesmo, estigmatizada pelas castas mais elevadas, que gozam de maior prestígio social.

O ESTILO NA VARIEDADE LINGUÍSTICA EM "O POETA DA ROÇA"

Faz-se imperioso destacar, conforme já explanado anteriormente, que a variedade eleita por Patativa do Assaré é, em geral, aquela que mais sofre estigma da sociedade, haja vista as existentes correlações entre estas variedades e as classes econômicas mais desfavorecidas, pois "Nas sociedades em que é nítida a separação da população em classes sociais e econômicas, a relação entre língua e classes sociais se verifica com bastante evidência" (Cezario; Votre, 2017, p. 148).

No entanto, mesmo se tratando de uma variedade linguística com pouco prestígio social, Patativa do Assaré fez questão de incuti-la em sua poesia. Por esse motivo, a nossa

[1] A esse respeito, cf. BARBOSA, Maria Aparecida. "Estudo do Estilo como Desvio de uma Norma". *In*: *Acta Semiótica et Lingvistica*, v. 18, n. 1, 2013.
[2] O termo "norma culta", no entanto, é considerado bastante problemático por diversos aspectos, incluindo a ambiguidade que pode suscitar e, por isso, prefere-se o termo "norma padrão", mais neutro e científico. A esse respeito, cf. BAGNO (2003, p. 39-70).

análise centrar-se-á no aspecto expressivo do poema, em seus recursos estilísticos, vislumbrando, assim, o modo pelo qual o poeta construiu a sua comunicação verbal, afinal "O que o artista tem a comunicar, ele o faz à medida que se exprime, visto que a expressão é o aspecto fundamental da arte e, portanto, da literatura" (Candido, 2006, p. 27).

Eis o poema reproduzido na íntegra, para a sua devida análise:

O poeta da roça

Sou fio das mata, cantô da mão grossa,
Trabáio na roça, de inverno e de estio.
A minha chupana é tapada de barro,
Só fumo cigarro de páia de mío.

Sou poeta das brenha, não faço o paper
De argum menestré, ou errante cantô
Que veve vagando, com sua viola,
Cantando, pachola, à percura de amô.

Não tenho sabença, pois nunca estudei,
Apenas eu sei o meu nome assiná.
Meu pai, coitadinho! vivia sem cobre,
E o fio do pobre não pôde estudá.

Meu verso rastêro, singelo e sem graça,
Não entra na praça, no rico salão,
Meu verso só entra no campo e na roça
Nas pobre paioça, da serra ao sertão.

Só canto o buliço da vida apertada,
Da lida pesada, das roça e dos eito.
E às vez, recordando a feliz mocidade,
Canto uma sodade que mora em meu peito.

Eu canto o cabôco com suas caçada,
Nas noite assombrada que tudo apavora,
Por dentro da mata, com tanta corage
Topando as visage chamada caipora.

Eu canto o vaquêro vestido de côro,
Brigando com o tôro no mato fechado,
Que pega na ponta do brabo novio,
Ganhando lugio do dono do gado.

Eu canto o mendigo de sujo farrapo,
Coberto de trapo e mochila na mão,

Que chora pedindo o socorro dos home,
E tomba de fome, sem casa e sem pão.

E assim, sem cobiça dos cofre luzente,
Eu vivo contente e feliz com a sorte,
Morando no campo, sem vê a cidade,
Cantando as verdade das coisa do Norte.

(Assaré, 2007, p. 21-22).

De imediato, o que mais chama atenção nos versos do poema é justamente a sua linguagem, através de seu léxico e processos de acomodação fônica, morfológica e sintática, cujo intuito é representar, na língua escrita, as marcas da oralidade. Portanto, o poeta cearense operou com uma escolha: resolveu, para causar certo estranhamento e singularização, exprimir em seus versos a variante linguística "matuta", própria de sua região (o sertão nordestino) e de sua situação socioeconômica (classe dos menos favorecidos socialmente). Tal opção teve a intenção de promover aquilo que Edward Lopes (1976) chamou de "rompimento dos automatismos linguísticos", criando "o fenômeno que os formalistas russos denominaram *estranhamento*, *singularização* [...]. É por causa dessa escolha que o estilo se define como opção [...], como desvio de uma norma" (Lopes, 1976, p. 69). A norma, nesse caso específico, relaciona-se à linguagem padrão apregoada pelas gramáticas prescritivas, ao passo que o seu desvio é justamente a escolha por uma variedade estigmatizada, mais afastada dos preceitos gramaticais da chamada norma-padrão.

Por intermédio da Estilística, analisam-se, aqui, os condicionamentos das variações lexicais, morfológicas e fonológicas no poema em questão, procurando evidenciar os resultados alcançados pela seleção e combinação de tais elementos da variação linguística regional e sociocultural, afinal "fazem parte do estilo, além das marcas pessoais indiscutivelmente inscritas em cada dizer, elementos que identificam o lugar social do sujeito falante, situando-o regionalmente, no grupo social de origem, na profissão ou ofício que exerce etc." (Simões; Pereira, 2005, p. 30).

Nos procedimentos estilísticos efetuados pelo poeta, os que mais se sobressaem são as acomodações fonéticas, isto é, a representação gráfica de algumas peculiaridades de pronúncia, no intuito de caracterizar uma maior aproximação para com a oralidade, identificando o falante como pertencente ao ambiente rural, em virtude da forma peculiar

de pronúncia de alguns vocábulos. Assim, o autor traz, na grafia, a representação de alguns termos com a vogal final acentuada pela redução da consoante final /r/ em verbos no infinitivo e em alguns substantivos, procurando representar, desse modo, a maneira pela qual tais vocábulos são pronunciados nessa variedade linguística. Por isso, os substantivos "amor" e "cantor", bem como os verbos "assinar" e "estudar", são representados no poema como "amô", "cantô", "assiná" e "estudá".

Ainda no âmbito das acomodações fonéticas, o poeta opera com um fenômeno chamado de *despalatalização*, que ocorre quando o falante transforma, em seu modo de pronunciar, o dígrafo representado por /lh/ pela vogal /i/, peculiaridade bastante comum das variedades regionais de algumas zonas rurais. Assim, vocábulos como "filho", "trabalho", "palha", "milho", "palhoça" e "novilho" são representados graficamente, no poema, como "fio", "trabáio", "paia", "mio", "paioça" e "novio", porque sofreram o referido processo de despalatalização fonética própria da variedade linguística em questão.

Na busca por representar, estilisticamente, os procedimentos fonéticos de sua variedade linguística, Patativa do Assaré opera, ainda, com outros recursos, a exemplo da chamada aférese (redução da vogal inicial de um vocábulo) e monotongação (transformação de um ditongo em monotongo). No primeiro caso, há no poema uma única incidência de tal recurso, quando o vocábulo "elogio" é representado graficamente como "lugio"; já no segundo caso, os vocábulos "choupana", "rasteiro", "bulício", "saudade", "vaqueiro", "couro" e "touro" perdem o ditongo medial no processo de monotongação, sendo representados como "chupana", "rastêro", "buliço", "sodade", "vaquêro", "côro" e "tôro".

Por fim, ainda no que se refere aos procedimentos de acomodação fonética, vislumbramos, também, os processos de rotacismo (mudança fonética que consiste na troca da consoante lateral /l/ por um rótico) e desnasalização (passagem de um som nasal para o oral), a exemplo, no primeiro caso, dos vocábulos "papel", "algum" e "procura" que, no poema, se transformam em "paper", "argum" e "percura"; e, no segundo caso, os vocábulos "coragem", "visagem" e "homem" que perdem sua nasalização, transformando-se em "corage", "visage" e "home".

Já no que diz respeito à questão semântica, vislumbramos, no poema, apenas alguns poucos termos que chamam a atenção por esse aspecto: o termo "sabença", por

exemplo, que embora dicionarizado, é considerado de uso informal (Houaiss, 2009), sinônimo para "sabedoria", "erudição". O termo "eito", cuja significação é "roçado de uma plantação" é um vocábulo de caráter regionalista e, portanto, usado apenas em determinadas localidades do país, como no sertão nordestino. O termo "mão grossa", uma figura de linguagem metonímica para se referir ao próprio eu-lírico, cuja significação incide para o efeito (os calos e consequente grosseria das mãos), e não para a causa (o trabalho árduo e braçal da vida no campo). Assim, com tal termo, quer o poeta atribuir para si a noção de rusticidade e aspereza da vida dura e difícil da roça, em contraste com as "mãos finas" daqueles que vivem unicamente de seu trabalho intelectual e artístico. Também os termos "cobre" e "cofre luzente" estão colocados em sentido figurativo, metafórico, representando a noção de dinheiro, de valor material: "Meu pai, coitadinho! vivia sem cobre/ E o fio do pobre não pôde estudá" (v. 11-12) significa que vivia sem dinheiro, sem recursos e, portanto, sem condições de assegurar a educação formal e escolar ao filho; ao passo que o "E assim, sem cobiça dos cofre luzente" (v. 33) significa que o eu-lírico vive sem intuitos de riqueza, sem ambições de luxo.

Por fim, no que tange ao aspecto morfossintático das orações do poema, vislumbramos que o autor recorre basicamente ao modo como os usuários das variedades populares se utilizam das regras de concordância, demarcando a desinência de plural /s/ apenas no primeiro elemento, o determinante, evitando a redundância da marcação dessa desinência em todos os elementos nominais da oração. Portanto, ao invés de "das matas", "das brenhas", "nas pobres", "das roças", "dos eitos", "às vezes" e "as verdades das coisas", o poeta recorre ao modo como tais sintagmas nominais são mais frequentemente usados no plural do português brasileiro, ou seja: "das mata", "das brenha", "nas pobre", "das roça", "dos eito", "às vez" e "as verdade das coisa". Frisa-se que tal recurso sintático em relação à marca do plural diz respeito não somente às variedades linguísticas mais estigmatizadas, mas também aparecem nas variedades urbanas de prestígio, especialmente nos usos informais.

Evidencia-se, portanto, que muitos dos processos de acomodação e relaxamento linguísticos utilizados pelo poeta cearense são mais corriqueiros e podem ser percebidos até mesmo nas variedades linguísticas de maior prestígio, como é o caso, por exemplo, do fenômeno fonético da monotongação, bastante comum na pronúncia dos brasileiros de todas as classes sociais (ex. "peixe", "caixa", "isqueiro" > "pêxe", "caxa", "isquêro"),

bem como o referido recurso sintático de concordância nominal (ex. "as meninas", "os livros" > "as menina", "os livro"). Outros processos, porém, são mais restritos às variedades linguísticas de zonas rurais e, por isso, mais estigmatizadas socialmente. Referindo-se a alguns dos processos de acomodação fonética, Bagno (2015, p. 135) diz, por exemplo, que

> a despalatalizacão do /λ/, a assimilação -nd-> -nn->-n- e o rotacismo são fenômenos que caracterizam as variedades estigmatizadas (sobretudo rurais) do português brasileiro e que, por isso, sofrem um grande preconceito por parte dos falantes das variedades urbanas de prestígio.

Patativa do Assaré, no entanto, passou ao largo do estigma e preconceito ao qual é submetida a maioria dos processos de acomodação por ele utilizados e recorreu a tais recursos para enriquecer e estilizar o seu texto. Enfatiza-se, ainda, que muitas dessas acomodações linguísticas efetuadas pelo poeta têm o seu fundamento nas raízes constitutivas da língua (não são, portanto, fruto do acaso e do arbítrio), sendo consequência da natural evolução linguística, tal como aconteceu na paulatina transformação do latim ao português. É o que nos explica Monteiro (2009, p. 63), ao dizer que

> essas modificações efetuadas na forma das palavras são as mesmas que ocorrem na evolução da língua. No registro coloquial, costuma-se dizer *brigado*, *tá*, *pra*, *preju*, *profe*, *delega*, *responsa* etc. Foi seguindo processos idênticos que o latim vulgar se transformou em português Assim, os escritores não fazem mais do que aproveitar os mecanismos existentes no sistema linguístico, para alterar as construções morfológicas com intenção estilística. A nosso ver, sobretudo no sistema aberto da língua, as possibilidades de alteração ou criação são inesgotáveis. Os verbos e os nomes (substantivos, adjetivos e advérbios), ao contrário dos instrumentos gramaticais (artigos, preposições, conjunções), cujo número de elementos é bastante reduzido, fazem parte desse sistema, que se renova continuamente pelas regras de derivação.

É nesse sentido, portanto, que tais alterações fonéticas, morfológicas, semânticas e sintáticas operadas pelo poeta são vislumbradas, aqui, como recorrência a intenções estilísticas, além de evidenciar, obviamente, as marcas de identidade linguística e cultural de seu meio sertanejo. Desse modo, recorrendo às inesgotáveis possibilidades oferecidas pelo sistema linguístico, o poeta opera com alterações no campo principalmente da

fonologia e da sintaxe da língua, objetivando, com isso, atingir uma maior expressividade poética. Afinal

> [...] para comunicar os conteúdos provenientes da sensibilidade, o falante ou escritor, se conhece a norma, tem duas opções: ou a respeita, dentro dos limites mais ou menos modestos de expressividade, ou deliberadamente decide transgredi-la e ultrapassá-la, aproveitando as possibilidades que o sistema põe à sua disposição. A criatividade então se manifesta, com tudo o que dela deriva: o estranhamento, o prazer estético, a multivalência significativa (Monteiro, 2009, p. 59).

Sabe-se que a língua é um código aberto e, portanto, sujeito aos desvios e transformações. Assim sendo, a ruptura intencional de uma norma da língua está prevista nas regras de manipulação do código. Quando tais desvios resultam em efeitos negativos, consideramo-los como um erro, um desvirtuamento; quando, porém, resultam em efeitos positivos, consideramo-los como um mecanismo de expressividade por parte daquele que opera para com o desvio. Foi o que fez o poeta cearense ao construir o seu texto: deliberadamente transgrediu muitas das normas linguísticas do padrão culto para, com isso, alcançar um realce mais significativo ao poema, dando livre vazão à criatividade, cujo resultado é um maior prazer estético e afetivo oferecido pela leitura do poema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que define um desvio estilístico é o alcance de sua expressividade, afinal "É esse objetivo que leva o escritor a experimentar toda a sorte de estratégias que instaurem uma nova forma de dizer o que, em essência, já foi dito e repetido por outros escritores. O que singulariza um texto literário não é o conteúdo, mas a forma" (Monteiro, 2009, p. 93). Nesse sentido, a escolha por determinada variedade linguística, ainda que considerada estigmatizada socialmente, pode ser vislumbrada como um exponencial recurso estilístico, quando manipulada de modo a alcançar a almejada expressividade. Foi, por conseguinte, o que fez o poeta cearense Patativa do Assaré que, ao manejar os recursos oferecidos pela língua, a partir de uma determinada variedade linguística, tida como a "língua matuta" do sertanejo, propôs-se a utilizar os mecanismos de desvios em relação à norma-padrão da língua – isto é, os "erros" de português – para, com isso, alcançar maior expressividade poética, além de buscar valorizar determinada identidade cultural.

É imperioso lembrar, conforme Bagno (2003), que o conceito de "erro" nada tem de linguístico, mas refere-se, antes, a questões culturais e sociológicas, muito mais ligadas à classe social dos falantes que utilizam determinada variedade em detrimento de outra. Nesse sentido, o chamado "erro de português"

> [...] é uma avaliação estritamente baseada no valor social atribuído ao falante, em seu poder aquisitivo, em seu grau de escolarização, em sua renda mensal, em sua origem geográfica, nos postos de comando que lhe são permitidos ou proibidos e outros critérios e preconceitos estritamente socioeconômicos e culturais (Bagno, 2003, p. 148).

Esse preconceito atrelado às variedades linguísticas estigmatizadas foi por muito tempo motivo para rechaçar a utilização de tais variantes no texto literário, considerado o *locus* privilegiado para a utilização do vernáculo mais castiço e obediente às imposições das regras apregoadas pela gramática tradicional. Essa forma de pensar e avaliar o material linguístico do texto literário como obrigatoriamente atrelado à norma-padrão da língua é, como já demonstrado, uma herança greco-romana. Para Monteiro (2009, p. 224), no entanto

> [...] o requisito da observância rígida aos preceitos gramaticais costuma ser respaldado por abonações extraídas de obras de grandes escritores. Como se esses mesmos escritores não cometessem os mais violentos desvios. Ou como se, para se produzir um bom romance ou um belo poema, fosse necessário entrar na camisa-de-força de um amontoado de regras.

Portanto, a despeito do senso comum de que a língua literária deve zelar pelo casticismo e pelo purismo de uma norma gramatical padrão (a tal "camisa-de-força de um amontoado de regras" referida por Monteiro), o que faz o poeta Patativa do Assaré – bem como tantos outros escritores modernos – é mostrar, justamente, que as variedades linguísticas estigmatizadas ("o português errado", "caipira", "rústico") também – e principalmente – podem ser utilizadas como proeminentes formas estilísticas e expressivas, realçando inda mais o valor intrínseco do texto literário. Por esse motivo é que "[...] as obras literárias dos últimos cem anos [tem se caracterizado] pelo esforço de incorporação (e de eventual estilização) das regras linguísticas 'populares' e/ou por um emprego bem particular dos recursos da língua e de suas muitas variedades" (Bagno, 2003, p. 99). Assim, podemos entender que "O grande escritor não comete desvios

gratuitos e inconsequentes, mas deles se utiliza ao sentir que se trata de uma possibilidade de escolha capaz de enriquecer o texto" (Monteiro, 2009, p. 227-228).

Foi o que fez Patativa do Assaré que, conforme intentamos evidenciar, soube manipular ricamente os recursos próprios de uma variedade linguística estigmatizada em prol de atribuir maior expressividade e estilo à composição de seu trabalho poético. Desse modo, o que o poeta fez foi operar conscientemente com os desvios (em relação às regras da gramática tradicional) próprios de sua variedade linguística na composição de seu poema, almejando, com isso, demarcar sua identidade cultural e linguística, bem como alcançar maior realce dos significantes de seu texto. O resultado, em nossa opinião, foi atingido a contento.

REFERÊNCIAS

ASSARÉ, Patativa. *Antologia Poética*. Organização e prefácio de Gilmar de Carvalho. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BAGNO, Marcos. *A Norma Oculta*: língua & poder na sociedade brasileira. 7. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico*: o que é, como se faz. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BARBOSA, Maria Aparecida. Estudo do Estilo como Desvio de uma Norma. *Acta Semiótica et Lingvistica*, [*S. l.*], v. 18, n. 1, p, 70-77, 2013.

BRITO, Antônio Iraildo Alves de. Patativa do Assaré: porta-voz do sertão. *Conexão – Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 8, n. 18, p. 179-193, 2009. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/133/124. Acesso em: 09 ago. de 2023.

CANDIDO, Antonio. *O Estudo Analítico do Poema*. 6. ed. São Paulo: Associação Editora Humanitas, 2006.

CEZARIO, Maria Moura; VOTRE, Sebastião. A Sociolinguística. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de Linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 141-155.

GUIRAUD, Pierre. *A Estilística*. Tradução de Miguel Maillet e Luís Toledo Machado. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

HOUAISS, Antônio (Dir.). *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0*. CD-ROM. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOPES, Edward. *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.

MONTEIRO, José Lemos. *A Estilística*: manual de análise e criação do estilo literário. 2. ed. revista e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOURA, Hernany Donato de. O Sertão de Patativa do Assaré: a infância e a oralidade na poesia inspirada na formação e cultura do sertanejo. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, n. 63, p. 243-258, 2015. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641181/8688. Acesso em: 09 ago. de 2023.

REBOUÇAS, Myrlla Muniz. *Patativa do Assaré*: poesia, canção e consciência. 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Daniele de Lima da. *O imaginário do sertanejo nordestino na poesia de Patativa do Assaré e na mídia*: uma análise comparativa. 2018. 109f. Monografia (Graduação em Informação e Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2018.

SIMÕES, Darcília. O Léxico e a Expressividade em Língua Portuguesa: um caminho para o ensino. *In*: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de. (Org.). *Letras*: representações, construções e textualidades 2. 2. v. Ponta Grossa: Atena Editora, 2021. p. 147-156.

SIMÕES, Darcília; CASTRO, Vera Fontana de. Linguagens, Ensino e Semiótica Aplicada. *In*: *Caderno Seminal.* 9. v. 1. ed. Rio de Janeiro: DIALOGARTS, 2000. p. 140-149.

SIMÕES, Darcília; PEREIRA, Juliana Theodoro. *Novos Estudos Estilísticos de I-Juca Pirama*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2005.

SOUZA Roberto Acízelo de. *Teoria da Literatura*: trajetória, fundamentos, problemas. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2018. (Biblioteca Humanidades).

Recebido em: 22/04/2025
Aceito em: 05/01/2026

Tallyson Tamberg Oliveira da Silva Cavalcante: doutorando em Letras, na especialidade em Teoria da Literatura e Literatura Comparada, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na área de concentração em Linguagem, Cultura e Discurso, atuando na linha de pesquisa em Literatura, Cultura e Fronteiras do Saber. Possui graduação em Letras (Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo atuado, principalmente, nas seguintes áreas: Teoria da Literatura, Linguística de Texto, Gramática Normativa e Literatura Comparada de Língua Portuguesa. Pesquisador no âmbito da Literatura Comparada, integrante do Grupo de Estudos em Residualidade Literária e Cultural - GERLIC, sediado no Departamento de Literatura do Curso de Letras da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é professor de Língua Portuguesa, Literatura e Produção Textual, atuando no Ensino Médio da Educação Básica pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão - SEDUC (MA).

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.93099

Quem olha a lua de outono?: gênero e performatividade nas traduções de *Lamentos nos degraus de jade*, de Li Bai

Who looks at the autumn moon?: gender and performativity in the translations of Li Bai's The jewel stairs' grievance

Vinicius Dias Costa
Universidade de Hebei (HBU)
vini.dias@outlook.com
https://orcid.org/0000-0001-7382-1641

RESUMO

A partir da análise de traduções diretas e indiretas para o português do poema chinês *Lamentos nos degraus de jade*, de Li Bai (701-762), este artigo investiga a produção tradutória de uma leitura feminilizada do/a protagonista. Questionam-se escolhas textuais e paratextuais dos/as tradutores/as em cotejo com o texto original, no qual não há marcações morfossintáticas explícitas de gênero. A análise observa como diferentes traduções preservam, restringem ou deslocam essa indeterminação. Argumenta-se que a recorrente feminilização do/a protagonista, associada à tradição interpretativa da mulher solitária, participa da reiteração de papéis sociais de gênero e de expectativas heteronormativas. O artigo busca compreender as consequências críticas e políticas da transformação de uma possibilidade de leitura em evidência textual ou paratextual.

Palavras-chave: teoria queer; Li Bai; poesia clássica chinesa; tradução poética; Lamentos nos degraus de jade.

ABSTRACT

Based on the analysis of direct and indirect translations into Portuguese of the Chinese poem *The Jewel Stairs' Grievance*, by Li Bai (701-762), this article investigates the translational production of a feminized reading of the protagonist. It questions translators' textual and paratextual choices in comparison with the original text, in which there are no explicit morphosyntactic gender markers for the protagonist. The analysis observes how different translations preserve, restrict, or displace this indeterminacy. It argues that the recurring feminization of the protagonist, associated with the interpretive tradition of the solitary woman, participates in the reiteration of social gender roles and heteronormative expectations. The article seeks to understand the critical and political consequences of transforming a possible reading into textual or paratextual evidence.

Keywords: queer theory; Li Bai; classical Chinese poetry; poetry translation; The Jewel Stairs' Grievance.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar, à luz das teorias *queer*, traduções diretas e indiretas do poema chinês *Lamentos nos degraus de jade*[1], sem data registrada, atribuído ao poeta Li Bai[2] (701-762). O estudo deriva parcialmente da pesquisa de mestrado *Um outro lamento nos degraus de jade: a poesia de Li Bai em tradução* (Costa, 2024), dedicada à análise de traduções do poema em língua portuguesa e inglesa. Esta pesquisa, porém, desloca o foco para a análise das operações de generificação textual e paratextual[3] nas traduções de *Lamentos nos degraus de jade*. A partir desse deslocamento, examina-se a suposição recorrente de que o protagonismo do texto original seja feminino.

Uma questão relevante para esta reflexão é a provocação de Cristiano Mahaut de Barros Barreto sobre o/a protagonista do poema: "quem olha a lua de outono?" (Barreto, 2011, p. 11). O poema apresenta uma indeterminação significativa em relação ao protagonismo, seja por questões linguísticas do chinês, seja pelas características do modelo *jueju*[4] em sua concisão estrutural. A pergunta de Barreto (2011) servirá não como contraparte para um dialogismo em busca de uma resposta fixa e estática, mas como base para explorar novas possibilidades interpretativas e fluidas acerca do gênero do/a protagonista do poema.

A análise em perspectiva *queer* das traduções diretas e indiretas para o português de *Lamentos nos degraus de jade* será realizada mediante a observação de como as diferentes versões em língua portuguesa introduzem, preservam ou deslocam o gênero indeterminado do texto original em língua chinesa. Para isso, parte-se de José Santaemilia (2018), segundo quem escolhas tradutórias relacionadas a gênero e à sexualidade não são politicamente neutras. O olhar analítico utilizado neste artigo situa-se, portanto, na

[1] 玉阶怨 (*Yù Jiē Yuàn*), em chinês simplificado.

[2] 李白 (*Lǐ* Bái), em chinês simplificado. É importante mencionar que é possível encontrar outras grafias romanizadas do nome do poeta, a saber: Li Bo ou Li Po.

[3] O termo "paratexto" ou "paratextual" é usado aqui em sentido ampliado, a partir de Genette (2009), para designar elementos que acompanham ou enquadram a tradução e orientam sua recepção, como títulos, notas, prefácios, comentários, justificativas tradutórias e estudos críticos vinculados ao poema traduzido.

[4] 绝句 (*juéjù*), em chinês simplificado.

investigação crítica dos efeitos produzidos pelas escolhas tradutórias já publicadas. Ainda que se recorra a uma tradução experimental anterior para fins comparativos, não é parte do escopo deste trabalho propor um novo modelo tradutório para o poema. Pretende-se, por fim, analisar separadamente os paratextos, entendidos como instâncias que também orientam a leitura generificada do poema.

Há de se destacar um cuidado maior no que tange ao questionamento das leituras do texto original. A indeterminação do/a protagonista que será apontada nas análises não autoriza qualquer intervenção tradutória descompromissada com o texto original e com valores sociais, pautada por um relativismo interpretativo absoluto. A análise parte da tensão entre texto original e suas características, responsabilidade tradutória e, principalmente, compromisso ético com a pluralidade social da qual fazemos parte. Sendo assim, seria incoerente com a própria proposta do trabalho e com meus próprios valores expandir as possibilidades de tal modo que a pluralidade se tornaria, paradoxalmente, homogeneizada. Como bem nos lembra Zairong Xiang (2024, p. 79),

> apenas contradiz a promessa decolonial e *queer* do pluralismo, se qualquer um finge que o texto original tem ou só pode ter um significado, uma leitura e uma verdade; ou mais perigosamente, se alguém acredita que se pode fazer qualquer coisa, apesar do original.

Por se tratar de uma pesquisa que aborda questões críticas sobre a binaridade de gênero presente tanto no campo social quanto na própria língua portuguesa, no contexto da tradução, opta-se por utilizar a grafia *do/a protagonista* ao se fazer referência à figura que protagoniza o poema *Lamentos nos degraus de jade*, respeitando a indefinibilidade de seu gênero. Além disso, adotam-se formas duplas, como *tradutores/as*, sempre que a referência genérica exigir marcação de gênero em português.

O artigo apresenta o corpus e os critérios metodológicos da análise, contextualiza Li Bai, o modelo *jueju* e a tradução de poesia clássica chinesa para o português, analisa as traduções selecionadas e, por fim, articula e aproxima seus resultados aos debates das teorias *queer* e dos estudos *queer* da tradução. Ao traçar essa aproximação, pretende-se demonstrar como a tradução poética pode reiterar pressupostos normativos de gênero ou deslocá-los sem se afastar da materialidade textual original.

CORPUS E CRITÉRIOS METODOLÓGICOS

O *corpus* principal é composto por traduções em língua portuguesa de *Lamentos nos degraus de jade*: Feijó (1903), Cunha (1995), Faustino (1958 *apud* Flores; Gonçalves, 2017), Campos (2009), Carvalho (1989), Capparelli e Sun (2012), Abreu (1987), Barreto (2011), Portugal e Xiao (2019) e Costa (2024). Como textos mediadores e contextuais, mobilizam-se também as versões de Judith Gautier (1867), em francês, e Ezra Pound (1915), em inglês.

Para fins metodológicos, distinguem-se traduções diretas ou colaborativas a partir do chinês, traduções indiretas ou mediadas por outras línguas e traduções experimentais. Essa distinção explicita as condições de mediação de cada versão sem atenuar a responsabilidade crítica das escolhas tradutórias, pois, ao apresentar um texto como tradução, ainda que indireta, o/a tradutor/a assume uma posição na recepção do poema. Além disso, optou-se pela utilização da tradução das citações teóricas em língua estrangeira no texto principal do artigo, acompanhadas de sua versão original em nota de rodapé. Para as traduções poéticas utilizadas no *corpus*, adotou-se o procedimento oposto, são reproduzidas no texto do artigo conforme publicadas originalmente, com tradução devidamente destacada como nota de rodapé, uma vez que a língua em que foram publicadas constitui também objeto de análise.

A análise considera dois níveis principais de generificação: o primeiro é o textual, no qual a marcação de gênero ocorre no corpo da tradução, por meio de pronomes, substantivos, adjetivos ou outras escolhas lexicais e morfossintáticas; o segundo é o paratextual, no qual a marcação de gênero aparece em notas, comentários explicativos, justificativas tradutórias ou estudos críticos que orientam a recepção do poema. Essa distinção, no âmbito da análise tradutória, é importante porque algumas traduções preservam a indeterminação de gênero no corpo do texto, mas a restringem em seus paratextos. No entanto, ao refletir sobre o impacto social de escolhas generificantes, a distinção torna-se menos relevante, pois é a reiteração de padrões hegemônicos, seja no texto, seja no paratexto, que participa da manutenção de normas de gênero e dos limites impostos às formas de subjetivação socialmente reconhecidas, como será discutido.

No mais, a leitura proposta não busca avaliar as traduções segundo uma noção absoluta de fidelidade ao original. O objetivo é observar como diferentes versões introduzem, deslocam ou preservam a indeterminação de gênero presente no poema

chinês, levando em conta tanto as condições linguísticas do português quanto as tradições interpretativas mobilizadas por tradutores/as e comentadores/as. Assim, o olhar analítico *queer* aqui proposto procura examinar os pressupostos normativos que orientam a tradução e a recepção do poema, sem desconsiderar a materialidade do texto original.

LI BAI, O *JUEJU* E A TRADUÇÃO DE POESIA CLÁSSICA CHINESA PARA O PORTUGUÊS

Seus poemas parecem mais acolher do que se oferecer: recebem a luz do Tao sem sua própria iluminação e acolhem a imaginação do leitor em vez de oferecer-lhe informações (Cooper, 2015, s. p., tradução própria)[5].

Li Bai é um poeta canônico dentro da poesia clássica chinesa e, junto de Du Fu[6] (712-770) e Wang Wei[7] (699-761), integra a tríade de poetas frequentemente apontada como central na produção da Dinastia Tang (618-907), como observam Portugal e Xiao (2019). Conhecido como "poeta imortal", teve a lua como um de seus assuntos recorrentes. Ha Jin identifica que "[n]a poesia chinesa, Li Bai foi o primeiro a usar abundantemente a imagem da lua, celebrando sua elevação, pureza e constância" (Jin, 2019, s/p, tradução própria). Entre esses poemas, encontram-se *Pensamento em noite tranquila*[8] e *Lamentos nos degraus de jade*.

Lamentos nos degraus de jade integra o amplo acervo poético produzido durante a Dinastia Tang, período que se estendeu de 618 a 907, com algumas rupturas pontuais. Esse período foi marcado pelo desenvolvimento contínuo das práticas poéticas de gerações anteriores que produziram modelos de poesia de técnicas rebuscadas, sendo o *jueju* um dos mais famosos de seu tempo. Trata-se de uma quadra composta por quatro versos ou dois dísticos, com cinco ou sete caracteres chineses por verso. Sua estrutura formal concisa favorece a economia de palavras, a justaposição de imagens e a omissão

[5] his poems seem to receive rather than to give: to receive the light of the Tao without illumination of their own and to receive, hospitably, the reader's own imagination instead of informing it. (COOPER, 2015, s. p.)

[6] 杜甫 (Dù Fǔ), em chinês simplificado.

[7] 王维 (Wáng Wéi), em chinês simplificado.

[8] 静夜思 (*Jìng Yè Sī*), em chinês simplificado.

de elementos que, em outras tradições literárias e linguísticas, tenderiam a ser explicitados. Ao discutir o *jueju*, Barreto (2011, p. 10-11) observa que "[o]s poemas nesse formato deveriam procurar adequar-se às seguintes regras formais no âmbito lexical: 1) economia de palavras; 2) máximo uso de *palavras lexicais* (vs *gramaticais* ou *vazias*); e 3) ausência de pronomes pessoais". A isto soma-se a leitura de Portugal (2025, p. 14) sobre os poemas chineses:

> no poema chinês, os caracteres singularizam-se como signos em unidades de evidente visada semântica, aparecendo "soltos" ou "degramaticalizados" (...), porque sem desinências de vínculo gramatical – as flexões de gênero, número ou grau, ausentes em chinês –, nem indicação de classe gramatical: aqueles aspectos atualizam-se à leitura, mas não são manifestos morfologicamente, a qual, assim, abre-se a ambiguidades, exploradas pelos poetas.

As características destacadas são relevantes para a análise proposta porque a ausência de pronomes pessoais e a forte condensação imagética do *jueju* interferem diretamente nas possibilidades de leitura e de escolhas tradutórias. No caso de *Lamentos nos degraus de jade*, a concisão formal contribui para a indeterminação do protagonismo.

No entanto, é importante destacar uma diferença estrutural entre a língua chinesa e a língua portuguesa. A língua chinesa apresenta baixa incidência de marcações morfossintáticas se comparada ao português, sobretudo no que diz respeito a gênero, número, pessoa, tempo verbal e uso de artigos. No português, por sua vez, a tradução frequentemente exige escolhas que podem introduzir marcas linguísticas ausentes no texto chinês. Borges (1988, p. 257) diria que as entradas generificantes no texto de chegada poderiam ser uma "ocorrência do idioma e não do escritor". Esse contraste torna impossível a preservação da indeterminação do gênero do/a protagonista? Ou impõe ao/à tradutor/a um campo de decisões particularmente sensível, pautado por lógicas diversas, já que a língua de chegada tende a reorganizar ou explicitar relações que permanecem em suspenso no poema original? Se a resposta à primeira pergunta é afirmativa, o artigo termina aqui. No entanto, considera-se pouco provável, pois parte significativa dos/as tradutores/as aqui analisados/as, quando conseguem o efeito *textual* que não determina o gênero do/a protagonista, recorrem ao aparato *paratextual* para fazê-lo. A pergunta que se configura a partir disso é: por quê? Por que há necessidade de se afirmar textual ou paratextualmente o gênero do/a protagonista quando tal informação é indeterminada no texto original?

A tradução de poesia clássica chinesa para o português constitui um campo relativamente restrito quando comparado à recepção de poesia em outras línguas, como o inglês, por exemplo. No contexto dos estudos recentes sobre tradução literária português-chinês, Giorgio Sinedino (2025) abre seu artigo observando que "[a] transmissão de literatura chinesa em língua portuguesa ainda está dando seus primeiros passos" (p. 2). No entanto, a presença da poesia chinesa traduzida no Brasil remonta ao século XIX. Xuefei Min (2025), em panorama recente, registra que, em 1870, Machado de Assis (1839-1908) traduziu oito poemas da dinastia Tang com base em *Le livre de jade* (1867), de Judith Gautier. A seção intitulada "Lira chinesa", publicada em *Falenas*, em 1870, constitui um dos marcos iniciais na circulação da poesia chinesa em língua portuguesa duas décadas antes do português António Feijó e seu livro *Cancioneiro chinês*, de 1890. O poema *Lamentos nos degraus de jade*, no entanto, não integra a seção de traduções publicada pelo escritor brasileiro.

Em parte da produção mais recente, observa-se também a valorização de projetos colaborativos com sinólogos/as, pesquisadores/as chineses/as ou tradutores/as com acesso direto ao texto chinês. Essa configuração torna necessário observar tanto o resultado poético das traduções quanto as condições de mediação que informam cada versão. A tradução de Abreu (1987), por exemplo, aparece em um breve artigo no qual o autor não apenas traduz o poema, mas também comenta aspectos da passagem do chinês para o português. Algo semelhante ocorre no trabalho de Barreto (2011), cuja tradução integra um artigo acadêmico dedicado ao poema e discute a concisão formal do *jueju* como elemento decisivo para a tradução. Portugal e Xiao (2019), por sua vez, apresentam em sua antologia um estudo panorâmico sobre poesia chinesa e tradução de poesia chinesa para o português, articulando apresentação histórica, seleção poética, métodos tradutórios etc. A esse conjunto soma-se o ensaio de Haroldo de Campos (1977), *A quadratura do círculo*, no qual a tradução da poesia chinesa é pensada como operação poético-crítica de recriação, e não como simples transferência semântica. Também merece destaque o artigo de Flores e Gonçalves (2017), que, embora não parta do domínio direto da língua chinesa, participa do debate brasileiro sobre tradução poética ao analisar escolhas tradutórias em versões de *Lamentos nos degraus de jade*. Por fim, ainda nos estudos brasileiros recentes sobre tradução e poesia chinesa, Júlio Reis Jatobá (2019) propõe pensar uma *poética do*

traduzir a, na e para a China, articulando autores chineses e brasileiros em torno da tradução literária e da tradução de poesia chinesa.

Por suas características associadas à forma *jueju*, *Lamentos nos degraus de jade* exemplifica uma característica da escrita de Li Bai apontada por Arthur Cooper (2015) no início desta seção: é um poema que oferece imagens, mas não conta histórias lineares. Tende mais a permitir significações do que a infligi-las. Embora Sinedino (2025, p. 5) discuta outro poema da tradição Tang, *Aurora primaveril*[9] (s.d.), de Meng Haoran[10] (689-740), sua observação é útil para pensar a tradução de poesia chinesa em termos literários: "questões como essas remetem a códigos estético-poéticos que integram a 'obra literária'". Portanto, a seguir, propõe-se uma leitura de *Lamentos nos degraus de jade*, expondo a indeterminação como parte de sua materialidade textual e poética. Recorre-se também às leituras associadas à tradição interpretativa que apontam o tema do poema como o da *mulher solitária*. É justamente nessa tensão entre tradição interpretativa, materialidade textual, decisão tradutória e, claro, reiteração de normas de gênero que atravessam determinadas leituras e traduções que se insere a análise desenvolvida nas próximas seções.

ANÁLISE DO POEMA *LAMENTOS NOS DEGRAUS DE JADE* E SUAS TRADUÇÕES

Mediações ocidentais nas traduções de Gautier, Pound e Feijó

Antes da análise das traduções em português, convém observar duas versões mediadoras na recepção ocidental do poema. Trata-se da tradução francesa de Judith Gautier (1867) e da tradução inglesa de Ezra Pound (1915). Embora não integrem o *corpus* principal deste artigo, essas versões são relevantes por participarem da circulação ocidental de *Lamentos nos degraus de jade* e por servirem de base para traduções posteriores em língua portuguesa.

[9] 春晓 (Chūn Xiǎo), em chinês simplificado.

[10] 孟浩然 (Mèng Hàorán), em chinês simplificado.

Em 1867, Judith Gautier publicou o poema em francês, sob o título "L'escalier de jade". O primeiro verso da tradução diz: "Sous la douce clarté de la pleine Lune, l'impératrice remonte son escalier de jade, tout brillant de rosée" (Gautier, 1867, p. 48)[11]. A escolha por *l'impératrice* introduz simultaneamente gênero e classe social no/a protagonista no corpo do texto. Em língua portuguesa, movimento semelhante aparece na tradução indireta de Judith Gautier feita por António Feijó, publicada originalmente em 1890 e depois em 1903, cujo segundo verso apresenta: "Formosa e moça, a Imperatriz subia" (Feijó, 1903, p. 33). Nesse caso, a generificação também se realiza no texto da tradução, por meio de "Imperatriz", associando o/a protagonista a um corpo feminino e socialmente elevado.

A tradução de Pound (1915), publicada em *Cathay* sob o título "The jewel stairs' grievance", apresenta outra escolha peculiar. No poema traduzido, o autor recorre à primeira pessoa: "It is so late that the dew soaks my gauze stockings, / And I let down the crystal curtain" (Pound, 1915, s.p.)[12], e mantém o gênero do/a protagonista em suspensão ao usar os pronomes *I* e *my*, permitindo que a interpretação discursiva seja refeita a cada leitura individual. Sendo assim, a tradução inglesa preserva parcialmente a indeterminação de gênero no plano textual. Contudo, essa abertura é restringida no paratexto, quando Pound (1915, s.p.) acrescenta em nota: "Gauze stockings, therefore a court lady, not a servant who complains"[13]. A nota converte as meias de gaze em índice de classe e gênero, orientando a leitura para a figura de uma dama da corte e restringindo a indeterminação do gênero do/a protagonista proposta em sua própria tradução.

Análise do poema e da indeterminação do/a protagonista

A discussão sobre a generificação nas traduções exige retornar, primeiro, ao poema chinês. No quadro 1, apresenta-se uma tradução interlinear previamente proposta por Costa (2024), com consulta às análises de Barreto (2011) e Abreu (1987), com pontuais revisões e alterações. Opta-se pelo uso de caracteres tradicionais, posicionando ao lado de cada caractere sua leitura em *pinyin.*

[11] "Sob a doce claridade da lua cheia, a imperatriz sobe sua escadaria de jade, toda reluzente de orvalho", (tradução própria).
[12] É tão tarde que o orvalho encharca minhas meias de gaze, / E eu desço a cortina de cristal. (tradução própria.
[13] "Meias de gaze; portanto, uma dama da corte, não uma criada que reclama". (tradução própria)

Quadro 1 – Tradução literal do poema

玉 (yù)	階 (jiē)	怨 (yuàn)	-	-
Jade	Escada; Degraus	Ressentimento; Lamento;		
玉 (yù)	階 (jiē)	生 (shēng)	白 (bái)	露 (lù)
Jade	Escada; Degraus	Nascer	Branco	Orvalho
夜 (yè)	久 (jiǔ)	侵 (qīn)	羅 (luó)	襪 (wà)
Noite	Longo	Encharcar; Penetrar	Seda	Meia
卻 (què)	下 (xià)	水 (shuǐ)	精 (jīng)	簾 (lián)
Recolher	Abaixar	Água	Cristal	Cortina
玲 (líng)	瓏 (lóng)[14]	望 (wàng)	秋 (qiū)	月 (yuè)
Belo	Transparente	Olhar	Outono	Lua

A partir do quadro, observa-se a ausência de um sujeito pessoal explicitamente marcado. Também não há marcação morfossintática de gênero. O poema apresenta imagens, ações e objetos, mas não fixa um corpo social concreto para o/a protagonista, deixando ao/à leitor/a a liberdade de ocupar o espaço indeterminado a partir de sua própria experiência. Essa ausência configura-se como um dado formal, constatável e relevante para leitura.

Essa leitura, no entanto, convive com uma tradição interpretativa que associa o poema ao tema da mulher solitária. Abreu (1987, s.p.) afirma que Li Bai "fala-nos seguramente de uma mulher de elevado estrato social que espera, em vão, o bem-amado nos degraus de jade". Barreto (2011, p. 11), por sua vez, informa que "[o] tema da *mulher solitária* é um dos onze temas canônicos da poesia clássica chinesa". Citando Cai (2008), o autor acrescenta que,

> na tradição poética de origem erudita (como no caso deste poema), a mulher normalmente aparece em dois modelos estáticos: a 'linda mulher', objeto

[14] Embora 玲 (*líng*) e 瓏 (*lóng*) possam ser lidos como caracteres ou unidades monossilábicas, a forma composta 玲瓏 (*línglóng*) é registrada como expressão mimética/onomatopeica associada ao som claro e tilintante do jade ou de pedras preciosas. Por extensão, o termo também passa a designar algo delicado, refinado, translúcido ou luminoso.

> quase abstrato do desejo; e a 'mulher abandonada', frequentemente a expressão mal disfarçada dos lamentos do próprio poeta em sua persona feminina (Cai, 2008, p. 2 *apud* Barreto, 2011, p. 11).

Para justificar sua segurança acerca do gênero do/a protagonista do poema, Abreu (1987, s.p.) traz uma longa interpretação, na qual sugere que os *degraus de jade* simbolizam "o gineceu, o lar feminino"; as *meias de seda* representam "o corpo da mulher, incluindo zonas menos ao alcance do olhar do homem"; e as *cortinas de cristal*, por sua vez, remetem ao "interior do gineceu, lugar de repouso da mulher". O pesquisador conclui dizendo que "[o] jade é simultaneamente uma escadaria e a pele de uma mulher, a geada é a frescura da noite e o desejo feminino, o *ling long* é a face bela da dama olhando a lua e o luar inundando o seu rosto" (Abreu, 1987, s.p.). O uso do termo "gineceu" é significativo por remeter historicamente ao espaço reservado às mulheres na casa grega, frequentemente associado à reclusão doméstica e à separação entre os espaços masculino e feminino. No comentário de Abreu, o termo contribui para uma leitura espacializada e sexualizada do corpo feminino, na qual os objetos do poema passam a funcionar como índices de clausura e desejo.

A tradição interpretativa oferece uma hipótese de leitura historicamente situada. Contudo, o próprio Barreto (2011, p.11) reconhece que "não há qualquer referência direta à figura da cortesã ou mesmo marca direta do feminino, e o que mais se aproximaria desse campo de significação seriam as meias de seda, recorrentemente associadas à mulher". De modo semelhante, Abreu, embora afirme categoricamente o protagonismo feminino, também reconhece a força imagética e a omissão do sujeito no poema:

> Li Bai cria um universo coerente através da sucessão de imagens relacionadas sempre com objectos brilhantes e transparentes, que dão a ideia de derivar umas das outras. **O sujeito é omisso**, o poema desenvolve-se num processo em que as coisas se encadeiam por si próprias, uma imagem dá origem à seguinte (...) (Abreu, 1987, s.p., grifos próprios).

Se de um lado há uma tradição literária e sinológica que sugere a leitura feminina e tende a fixar o feminino em um protagonismo estático, seja como objeto *fetichizado* do desejo masculino, seja como projeção *recalcada* dos sentimentos do poeta[15] em uma

[15] Os termos "fetichizado" e "recalcada" são empregados aqui como categorias críticas, não como diagnóstico psicológico de autores ou tradutores. Com "fetichizado", refiro-me à operação discursiva pela qual o corpo feminino é fragmentado em objetos de contemplação; com "recalcada", refiro-me à operação pela qual afetos atribuídos ao sujeito masculino são deslocados para uma persona feminina.

persona feminina; por outro lado, a própria tradição literária, ainda que em notas pontuais, também reconhece que a materialidade textual não fixa o gênero do/a protagonista. Essa tensão é central para as análises a seguir e sustenta a pergunta: por que se recorre tanto à figura feminina na leitura do poema?

Generificação textual do/a protagonista

A generificação textual ocorre quando a tradução introduz marcas de gênero no próprio poema traduzido. Esse procedimento pode aparecer por meio de substantivos, pronomes, desinências de gênero nos adjetivos ou escolhas lexicais que atribuem ao/à protagonista um corpo social determinado.

Como observado anteriormente, Feijó (1903) realiza esse movimento ao traduzir o/a protagonista como "Imperatriz", além de usar outros termos como o adjetivo "formosa" e "moça". Destaca-se aqui, a título de comparação, o primeiro dos cinco versos presentes na tradução do poeta português. O substantivo introduz gênero, classe e uma moldura aristocrática que não se encontra explicitamente no poema chinês. Ressalta-se, mais uma vez, que a tradução é feita de modo indireto por meio da versão francesa de Judith Gautier.

> Do plenilúnio à doce claridade,
> **Formosa** e **moça**, a **Imperatriz** subia
> A grande escada artística de jade,
> Que o relento da noite humedecia
> (Trad. Feijó, 1903, s.p., grifos próprios).

A generificação textual aparece também na recriação de Haroldo de Campos (2009). Quanto ao estatuto dessa tradução, não parece adequado classificá-la simplesmente como tradução direta, dadas as condições biográficas e linguísticas do tradutor, nem como tradução indireta em sentido estrito. Pode-se, então, considerá-la uma tradução mediada apoiada em outras versões, estudos e materiais de consulta:

> degraus da escada de jade
> agora brancos de orvalho
> orvalho da noite alta
> invade as meias de gaze –
> a **dama** que fez baixar
> as persianas de cristal

> contempla na transparência
> a clara lua de outono
> (Trad. Campos, 2009, p. 63, grifos próprios).

A escolha por "dama" marca o/a protagonista como figura feminina e socialmente elevada. No caso de Haroldo de Campos (2009), essa escolha deve ser lida à luz de seu projeto de transcriação, isto é, de uma prática tradutória que não se limita à transferência semântica, mas recria o poema segundo critérios poéticos próprios. Nesse sentido, "dama" também pode responder à organização rítmica e métrica da versão traduzida. Ainda assim, para os fins deste artigo, importa observar que a transcriação, mesmo quando assumida como recriação poético-crítica, participa da produção de um corpo generificado.

Na tradução direta do chinês, feita por Gil de Carvalho (1989), a generificação textual ocorre pelo uso do pronome "ela":

> Queixa das escadas de jade
> Nas escadas de Jade cresce
> Ainda o branco orvalho,
> O frio que toda a noite
> Encharcou umas meias de seda.
> **Ela** desce
> A persiana de cristal
> E contempla a Lua – envidraçada – do Outono
> (Trad. Carvalho, 1989, grifos próprios).

O pronome "ela" fixa no corpo da tradução uma leitura feminina do protagonismo. Diferentemente de substantivos como "dama" ou "imperatriz", que também adicionam classe social, "ela" atua de forma mais diretamente gramatical, convertendo a indeterminação do sujeito em um corpo feminino marcado pela morfossintaxe do português.

O mesmo acontece na tradução colaborativa de Capparelli e Yuqi (2012):

> Lamento na escadaria de jade
> Cobre-se de geada
> a escadaria de jade.
> O frio úmido da noite
> entranha em suas meias de seda.
> **Ela** solta o cortinado
> e através dos cristais translúcidos
> contempla a lua de outono
> (Trad. Capparelli; Sun, 2012, grifos próprios).

Nesse caso, a presença do pronome "ela" também resolve a indeterminação do protagonismo em direção ao feminino. O dado é especialmente relevante por se tratar de uma tradução colaborativa, em que há participação de uma pesquisadora chinesa. Esse caso sugere que quando a tradição já estabiliza o poema como pertencente ao tema da *mulher solitária*, esse horizonte interpretativo pode favorecer a explicitação do feminino no texto traduzido. A decisão tradutória permanece, assim, atravessada por tradições interpretativas, expectativas culturais, estudos sinológicos e exigências da língua de chegada.

As análises dessas traduções expõem alguns questionamentos. Os/as tradutores/as, ao assumirem marcações pessoais e generificantes, seja por meio de pronomes, seja por meio de substantivos, transformam uma tradição de leitura em característica textual. Assim, o/a leitor/a da tradução encontra uma figura já generificada, sem experienciar a abertura interpretativa produzida pela indeterminação do poema chinês. As traduções analisadas acima resolvem, portanto, uma suspensão formal característica do texto de partida.

Generificação paratextual do/a protagonista

A generificação paratextual ocorre quando a tradução preserva, total ou parcialmente, a indeterminação do gênero do/a protagonista no corpo do poema, mas notas, comentários ou explicações orientam a recepção para uma leitura feminina. Esse é o caso de Pound (1915). Como visto, sua tradução em primeira pessoa não explicita o gênero do/a protagonista, mas a nota sobre as *meias de gaze*, de acordo com o tradutor estadunidense, identifica a figura como uma *court lady*. As traduções para língua portuguesa de Mário Faustino (1958 *apud* Flores e Gonçalves, 2017) e Gualter Cunha (1995), ambas baseadas em Pound (1915), reproduzem esse mecanismo.

Na tradução de Mário Faustino, publicada em 1958 no *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil* e reproduzida por Flores e Gonçalves (2017), o corpo do poema preserva a primeira pessoa:

O agravo da escadaria cravejada

> Os degraus cravejados já estão brancos de orvalho,
> É tão tarde que o orvalho ensopa minhas meias de gaze,
> E deixo cair a cortina de cristal
> E contemplo a lua, através do claro outono.
> RIHAKU
>
> Nota de E.P: (...) **Meias de gaze, portanto uma dama da corte, e não uma serva, que se lamenta.** Claro outono, portanto não há desculpa por causa do tempo. Por outro lado **ela** veio cedo, pois o orvalho, não só embranqueceu os degraus, como ensopou suas meias (...)
> (Trad. Faustino, 1958, *apud* Flores & Gonçalves, 2017, p. 148, grifos próprios).

A tradução em si não explicita o gênero do/a protagonista, mas a nota herdada de Pound (1915) o faz. A generificação ocorre no paratexto, a partir da identificação do/a protagonista como "dama da corte".

O mesmo ocorre na tradução indireta de Gualter Cunha (1995), também baseada em Pound (1915), da qual destaco apenas o paratexto:

> NOTA: (...) Meias de gaze, por isso uma **senhora da corte**, **não uma criada que se queixa**. Outono límpido, por isso o tempo não é desculpa para ele. Notar também que **ela** chegou cedo, pois o orvalho não só embranqueceu as escadas, mas também lhe encharcou as meias (Trad. Cunha, 1995, grifos próprios).

Nesse paratexto, a marcação feminina aparece em "senhora da corte" e "ela". Além disso, a nota sugere que a espera se dirige a um "ele", introduzindo outra informação ausente no texto em chinês, isto é, uma orientação heterossexual para o/a protagonista. Trata-se de uma operação paratextual dupla em que se fixa o/a protagonista como mulher e organiza-se a recepção do poema a partir de uma expectativa heteronormativa.

Gil de Carvalho (1989) combina generificação textual, como analisada na seção anterior, e paratextual. Além do pronome "ela" no corpo da tradução, sua nota amplia a caracterização da protagonista:

> (...) o jade, em chinês, evoca o branco mais que o verde; e, sobretudo, **'jade' sugere a cútis macia de uma mulher (bonita)**.
> 'Branco orvalho' – É o orvalho, claro, e as lágrimas num rosto; **há ainda, possivelmente, a sugestão de que esta mulher já não é nova** (...)
> (Trad. Carvalho, 1989, grifos próprios).

Gil de Carvalho, tradutor, escritor, poeta e sinólogo, lança mão de um paratexto que não apenas confirma o gênero feminino, mas constrói um perfil físico e etário da

protagonista. A generificação, nesse caso, não se limita à gramática. Ela produz um corpo interpretável segundo expectativas de feminilidade, beleza e idade associadas à mulher.

As traduções de Abreu (1987) e de Barreto (2011) consultadas, ambas realizadas diretamente da língua chinesa, são parte de artigos acadêmicos. No corpo do poema, ambas preservam a ausência de marcação explícita de gênero. A tradução de Abreu diz:

> Lamento nos Degraus de Jade
> Os degraus de jade cobrem-se de geada branca.
> O frio da noite atravessa suas meias de seda.
> Baixa então a cortina de pérolas de cristal.
> E, através do límpido painel, enleia seu olhar na lua de outono
> (Trad. Abreu, 1987, s.p.).

Ainda que a tradução não introduza gênero, o comentário crítico do autor fixa o protagonismo como feminino, ao afirmar que o poema trata "seguramente de uma mulher de elevado estrato social" (Abreu, 1987, s.p.), como já amplamente debatido neste artigo, condicionando a leitura.

Barreto (2011) apresenta operação semelhante. Sua tradução diz:

> Lamento nas Escadas de Jade
> Degraus de jade, alvo orvalho brota
> Noite negra, unge meias de seda
> Ao abrigo da cortina de cristal
> Fitando a brilhante lua outonal
> (Trad. Barreto, 2011, p. 18).

Também como Abreu (1987), o comentário crítico de Barreto (2011, p. 12) associa o poema ao protagonismo feminino, ao afirmar que "o que sem dúvida torna o poema tão famoso é a sutileza com que ele descreve a cena e os sentimentos da mulher rejeitada".

As traduções analisadas nesta seção, excetuando-se a de Carvalho (1989), demonstram uma diferença analítica importante: uma tradução pode preservar a indeterminação textual do poema traduzido e, ainda assim, conduzir sua leitura por meio de afirmações paratextuais generificantes. No que tange ao olhar crítico que motiva a necessidade de explicitar esse gênero textualmente ausente no poema em chinês, as escolhas textuais e paratextuais acabam por ocupar um mesmo lugar e cumprir uma mesma função reiterativa. No entanto, é importante destacar que, diferentemente das traduções em que a marcação generificante é textualmente explícita, nas traduções em

que o gênero aparece apenas nos paratextos, há um breve lampejo, uma brevíssima brecha em que o/a leitor/a consegue experienciar a indeterminação do protagonismo do poema.

Preservação e deslocamento da indeterminação de gênero do/a protagonista

A tradução colaborativa de Portugal e Xiao (2019) destaca-se por evitar a marcação de gênero tanto no corpo do poema quanto, até onde se observa na edição analisada, no plano paratextual:

> Lamento da escadaria de jade
> Degraus de jade nasce o branco orvalho
> tardia noite a entrar nas meias sedas
> Baixa a cortina em contas de cristais
> lua de outono vaza em transparências
> (Trad. Portugal; Xiao, 2019).

Portugal e Xiao (2019) preservam a abertura do protagonismo e provam que a tradução não precisa recorrer a uma identidade feminina para tornar o poema chinês legível em português. Ao contrário, demonstram que a indeterminação pode ser tratada como elemento poético produtivo. A ausência de sujeito pessoal observada no poema original não é completamente retomada na tradução analisada, afinal, o verbo conjugado "baixa" traz em sua morfossintaxe uma marcação desinencial de terceira pessoa. Aqui, retoma-se Borges (1987) e considera-se que talvez seja, sim, a língua operando sobre os/as tradutores/as. Essa marcação, no entanto, é irrelevante para este estudo, já que morfossintaticamente não determina gênero.

Como contraponto experimental, retoma-se uma das traduções experimentais de Costa (2024), proposta em pesquisa anterior:

> mágoas degraus de jade
> nos degraus de jade nasce o frio-orvalho
> noite úmida invade meias de seda
> **ele** desce as cortinas de cristais d'água
> belo rosto a olhar lua outonal límpida
> (Trad. Costa, 2024, p. 96, grifos próprios).

Se "ela" costuma reiterar a leitura feminina associada ao tema da *mulher solitária*, "ele" produz estranhamento ao vincular elementos tradicionalmente associados ao feminino, como as meias de seda, a espera do/a amante e o sofrimento amoroso, a um

corpo masculino gramaticalmente marcado. Nesse sentido, a tradução funciona como exemplo de intervenção explícita no produto textual da tradução, com intenção de subverter a expectativa generificante dominante. Sua presença nesta análise não tem o objetivo de propor um modelo superior de tradução, mas de evidenciar a diferença entre preservar a indeterminação, como visto principalmente em Portugal e Xiao (2019), e deslocar criticamente uma tradição generificante, seja ela social, seja ela literária. O experimento também levanta a hipótese de que as escolhas tradutórias não são politicamente neutras.

A comparação entre essas versões permite observar algumas características e impactos literários e sociais. A primeira diz respeito à fixação do gênero do/a protagonista através do texto traduzido, como ocorre em Feijó (1903), Campos (2009), Carvalho (1989) e Capparelli e Sun (2012). Nesta leva, portanto, inflige-se ao/à leitor/a uma leitura sem qualquer espaço interpretativo sobre a indeterminação do gênero do/a protagonista. A segunda, à exceção de Carvalho (1989), cuja tradução generifica o protagonismo tanto no nível textual quanto paratextual, consiste em preservar a abertura no texto do poema, mas restringi-la por meio de paratextos, como ocorre em Mário Faustino (1958, *apud* Flores; Gonçalves, 2017), Cunha (1995), Abreu (1987) e Barreto (2011). Neste ponto, o/a leitor/a ganha espaço textual para experienciar a indeterminação, mas, por outro lado, recebe uma moldura ainda mais generificante a partir de interpretações baseadas na tradição de leitura do poema. Tem-se, por fim, a preservação da indeterminação de modo mais consistente tanto no texto traduzido quanto, até onde se observa na edição analisada, no plano paratextual, como ocorre na tradução de Portugal e Xiao (2019), e o deslocamento experimental da tradição generificante observada em Costa (2024), a partir da introdução do pronome masculino.

As escolhas analisadas não são equivalentes, mas todas interferem direta ou indiretamente em dois níveis no que tange à sua recepção: o primeiro é na própria leitura do poema *Lamentos nos degraus de jade* e no modo como essa tradição canônica chinesa constrói esse/a protagonista; o segundo diz respeito à extensão interpretativa de um texto traduzido e sua atuação em uma sociedade presente e viva. Ao transformar uma indeterminação textual em marcação textual generificante ou infligir uma leitura moldural a partir de interpretações que buscam palavras questionáveis como “gineceu”, “cútis macia”, “mulher (bonita)” e uma espera por “ele”, as traduções agem na sociedade que

as recebe. Não é possível *lavar as mãos* e se isentar das consequências de escolhas tradutórias. Além disso, questiona-se por que uma informação interpretativa precisa ser constantemente reafirmada. As traduções não apenas resolvem um problema linguístico ou respondem meramente à tradição canônica da leitura do poema chinês, tradição esta hegemônica e, portanto, questionabilíssima, mas também participam da *reiteração* ou do questionamento de papéis sociais de gênero em dimensão *performativa*.

TRADUÇÃO, REITERAÇÃO E PERFORMATIVIDADE

A partir de estudos recentes situados no campo dos estudos *queer* da tradução, a tradução não é entendida apenas como transferência textual de uma língua para outra, mas como prática cultural, ética e, principalmente, política. Como afirma Santaemilia (2018, p.12, tradução própria), as escolhas tradutórias têm "importantes implicações retóricas e ideológicas, registrando a atitude do tradutor frente à existência de conceitos de identidade de gênero/sexual, comportamento sexual humano e normas morais"[16]. Logo, escolhas tradutórias podem tanto sustentar normas hegemônicas que regulam corpos, gêneros e desejos quanto desestabilizar essas mesmas normas. Para Baer e Kaindl (2018, p.1, tradução própria), "juntar a teoria queer e os estudos de tradução deve desestabilizar produtivamente não apenas modelos tradicionais de representação, [...], mas também as vozes autorais e as subjetividades que elas projetam"[17]. Os estudos *queer* da tradução voltam-se à observação crítica dessas escolhas, interrogando os modos pelos quais a tradução impacta as identidades e as normas sociais.

Seguindo Lewis (2017), o olhar analítico *queer* é aqui mobilizado como perspectiva crítica voltada à desestabilização de normas que regulam corpos, gêneros e sexualidades. Essa perspectiva permite ler escolhas aparentemente lexicais e gramaticais, no nível textual, ou paratextuais como gestos que reiteram expectativas normativas sobre quem pode ocupar determinados papéis sociais. No entanto, é importante destacar que não se pretende afirmar que o poema *Lamentos nos degraus de jade*, de Li Bai, seja um

[16] important rhetorical and ideological implications, registering the translator's attitude toward existing conceptualizations of gender/sexual identities, human sexual behavior(s) and moral norms. (Santaemilia, 2018, p. 12)

[17] bringing together queer theory and translation studies should productively destabilize not only traditional models of representation, […], but also the authorial voices and subjectivities they project. (Baer; Kaindl, 2018, p. 1)

texto *queer*, tampouco identificar uma sexualidade oculta no poema. Trata-se de examinar como suas traduções e comentários fixam ou deslocam sentidos de gênero e de desejo a partir de uma indeterminação textual. A questão central é observar criticamente como a tradução participa da produção de uma verdade sobre um corpo indefinido e questionar a razão pela qual se recorre sempre à generificação.

Uma resposta possível para a insistência na marcação feminina é o alinhamento à tradição canônica. Neste ponto, é importante aprofundar a crítica. A tradição interpretativa chinesa, embora importante para a leitura do poema, não pode ser tomada como evidência definitiva e, muito menos, neutra. Como toda leitura canônica, ela se sustenta por meio de transmissão e reiteração. Portanto, ao escolher marcar o gênero do/a protagonista na tradução, o/a tradutor/a não apenas acompanha essa tradição, mas participa de sua continuidade. O objetivo desta pesquisa, porém, não é destituir a tradição de leitura do poema chinês, tampouco ignorar sua relevância, mas defender que a decisão tradutória, quando se trata de generificar o/a protagonista de *Lamentos nos degraus de jade*, estende-se à reiteração de valores hegemônicos que operam em outro campo: o social. Como já observado a partir de Santaemilia (2018), escolhas tradutórias ligadas a gênero e sexualidade não são imunes à política; é nesse ponto que a questão se configura como problema.

A performatividade e sua reiteração constituem um dos pilares centrais das teorias *queer*, especialmente na proposta de Judith Butler (2003). Antes de abordar diretamente o conceito, convém lembrar, com Lewis (2017), que noções como heterossexualidade compulsória, heterossexismo, heteronormatividade e matriz heteronormativa apontam para a constituição da heterossexualidade como referência social presumida. No que tange à heterossexualidade compulsória, Rich (2010) permite compreender como a heterossexualidade é reiterada como destino social presumido para corpos femininos. A autora destaca, entre seus mecanismos de reprodução, "[a] ideologia do romance heterossexual, irradiada na jovem desde sua mais tenra infância por meio dos contos de fada, da televisão, do cinema, da propaganda, das canções populares e da pompa dos casamentos" (Rich, 2010, p. 31). A constante repetição da espera pelo *príncipe encantado*, como figura condensada da ideologia do romance heterossexual discutida pela autora, é central para a manutenção do domínio patriarcal e para a regulação do desejo e do comportamento feminino na sociedade.

A matriz heteronormativa, por outro lado, tal como discutida a partir de Butler, impõe uma relação de continuidade entre sexo, gênero social e desejo sexual. A filósofa argumenta que

> [t]anto no caso de 'homens' como no caso de 'mulheres', [a afirmação 'ser' mulher/homem e 'ser' heterossexual] tende a subordinar a noção de gênero àquela de identidade, e a levar à conclusão de que uma pessoa *é* um gênero e o *é* em virtude do seu sexo, de seu sentimento psíquico do eu, e das diferentes expressões de seu eu psíquico, a mais notável delas sendo a do desejo sexual (Butler, 2003, p. 44).

Ela complementa afirmando que "[a] instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino se diferencia do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual" (Butler, 2003, p. 45). Xiang (2024), ao comentar Butler, sintetiza essa lógica ao afirmar que a matriz heteronormativa opera como uma hegemonia epistêmica por meio da qual "corpos, gêneros e desejos são naturalizados em termos duais, opostos e hierárquicos em macho/masculino/homem e fêmea/feminino/mulher" (Xiang, 2024, p. 141).

Os conceitos de matriz heteronormativa e heterossexualidade compulsória interessam diretamente à análise das traduções porque algumas escolhas não apenas atribuem gênero ao/à protagonista, mas também operam em dois movimentos. Em primeiro lugar, direcionam a leitura do texto segundo expectativas heterossexuais. É o que ocorre, por exemplo, na nota de Cunha (1995), quando o comentário afirma que o/a protagonista "ela" está à espera de um "ele". A nota não apenas fixa o/a protagonista como mulher, mas também presume que essa figura espera um homem (seu *príncipe encantado*?). O comentário reitera uma lógica basilar da matriz heteronormativa. O papel feminino, tal como produzido por essa leitura, é condicionado à heterossexualidade e realiza seu "protagonismo" na espera pelo homem que não aparece. Em segundo lugar, há escolhas interpretativas, publicadas paratextualmente, que sexualizam o corpo feminilizado do/a protagonista: o "gineceu", já discutido anteriormente, e as "zonas menos ao alcance do olhar do homem", em Abreu (1987); a "cútis macia" e a "mulher (bonita)", em Carvalho (1989). Tais escolhas operam na objetificação do corpo feminino e em sua caracterização meramente como desejável ao olhar do homem.

Para compreender essas operações, é útil retomar a discussão sobre performatividade. A partir da teoria dos atos de fala de J. L. Austin[18], Lewis (2017) lembra que a distinção entre sentenças constativas e performativas é instável, pois "frases aparentemente descritivas podem ter efeitos performativos" (Lewis, 2017, p. 173). As *constatações* que informam ou descrevem o gênero e características deste/a protagonista, com base em interpretações simbólicas, funcionam como discursos *performativos* porque atuam sobre o mundo que os recebe.

A repetição, ou reiteração, é central nesse processo. Se, como afirma Butler (2003, p. 48), "não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero", então o gênero se estabiliza justamente pela reiteração de gestos, discursos e expectativas sociais. Os textos e paratextos de *Lamentos nos degraus de jade* contribuem para o fortalecimento da estrutura heteronormativa, pois continuam a reafirmar características e colocações sociais atribuídas ao corpo feminino. As constantes escolhas tradutórias, no que tange à generificação de um/a protagonista de gênero indeterminado, contribuem para que essa leitura pareça cada vez mais natural, verdadeira, evidente ou mesmo fiel ao texto original. A cada "ela", "dama" ou "mulher rejeitada", a tradição interpretativa e a matriz heteronormativa ganham novas camadas de estabilidade em sua atuação sobre corpos e sua produção de verdades cada vez mais incontestáveis. Escolhas tradutórias não são apolíticas.

A língua, uma das ferramentas mais importantes do/a tradutor/a, é um dos principais mecanismos na reiteração da performatividade de gênero. Butler (2003, p. 28) vai destacar que

> [o]s limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. [...] Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero.

Lewis (2017, p. 173) complementa:

> frases aparentemente descritivas podem ter efeitos performativos. É importante lembrar também que performances de gênero e sexualidade são

[18] Para uma discussão mais detalhada sobre a teoria dos atos de fala, ver Austin (1990).

> realizadas constantemente, mesmo quando as pessoas estão dizendo e fazendo coisas que parecem, na superfície, não ter nada a ver especificamente com gênero e sexualidade.

Como lembra Kilomba, citada por Danniel Carvalho, a língua "tem [...] uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade" (Kilomba, 2019, p. 14 apud Carvalho, 2021, p. 251). A língua, portanto, não é mero instrumento neutro.

Essa dimensão política da língua é particularmente sensível no português, língua fortemente generificante. A passagem do chinês para o português pode exigir decisões que não se impõem da mesma forma no texto de partida. No entanto, essa dificuldade não autoriza a naturalização de soluções binárias como se fossem inevitáveis. Como mostra, de modo mais consistente, a tradução de Portugal e Xiao (2019), é possível preservar a indeterminação no texto traduzido e em seus paratextos – se forem necessários. Observa-se, nesse ponto, um tipo de *fetiche epistêmico* pela decisão binária, sustentado tanto pela matriz heteronormativa quanto pela própria estrutura generificante do português. Danniel Carvalho (2020, p. 12) argumenta que

> [e]ssa redução dos corpos a padrões ocidentais tradicionais de gênero, no modelo bíblico de homem e mulher, marcados nas gramáticas das línguas ocidentais e ocidentalizadas, como uma herança judaico-cristã na difusão do conhecimento ocidental, é fruto de uma padronização que reproduz uma submissão ao ideal patriarcal, que não o exerce somente aos corpos femininos, mas a tudo que não é reconhecido como o masculino do topo na hierarquia dos corpos.

Assim, o olhar analítico *queer* de traduções proposto neste artigo não busca substituir uma certeza por outra. Não se afirma que o/a protagonista de *Lamentos nos degraus de jade* não seja uma mulher, nem se propõe que todas as traduções devam deslocar explicitamente o gênero do texto. O que se questiona é a transformação de uma possibilidade interpretativa em evidência gramatical, lexical ou paratextual e suas consequências. A tradução não apenas transmite o poema, mas participa da produção de uma verdade sobre o corpo do/a protagonista que o poema não fixa, e estende-se à reafirmação ou deslocamento de papéis sociais de gênero e das normas que regulam os corpos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem olha a lua de outono? A partir desta pergunta, o artigo procurou observar, por meio de um olhar atravessado pelas perspectivas *queer*, como as traduções em língua portuguesa respondem à indeterminação do/a protagonista de *Lamentos nos degraus de jade*. A partir das análises, talvez seja necessário reformular a pergunta: quem *deve* olhar a lua de outono? Cotejando o poema original com os textos e paratextos das traduções, os resultados parecem responder mais a essa segunda questão do que à primeira. Fixar o protagonismo em um corpo feminino, sexualizado e inscrito em uma expectativa heterossexual corresponde à filiação a matrizes hegemônicas que normatizam leituras e valores.

A primeira dessas matrizes é a tradição canônica de leitura do poema *Lamentos nos degraus de jade*. Sua importância é inegável, e o artigo não pretendeu destituir ou desconsiderar essa leitura. Buscou-se entender as consequências sociais de uma possível filiação acrítica a essa tradição, quando ela impõe uma leitura generificada por meio de marcações textuais e interpretações paratextuais. Matrizes hegemônicas parecem conectar-se umas às outras em suas estruturas normativas. Nesse sentido, reiterar uma tradição interpretativa não textual por meio da feminilização sexualizada do/a protagonista é também contribuir para a estabilidade de valores associados à matriz heteronormativa. Diante do avanço dos estudos de gênero e das desigualdades estruturais baseadas em relações de gênero, uma marcação textual ou paratextual, nas condições discutidas no artigo, que endosse esses valores não pode mais ser tratada como evidente ou neutra.

Não se defendeu a não marcação de gênero nem sua subversão, como no caso de Costa (2024), mas a necessidade de compreender que escolhas tradutórias não são apolíticas e precisam lidar com suas consequências. Portugal e Xiao (2019) mostraram que é possível alcançar uma tradução poética próxima ao texto original sem recorrer a elementos determinantes de classe, gênero ou sexualidade no que tange ao/à protagonista. Pode-se afirmar, então, que este artigo buscou desnaturalizar a feminilização do/a protagonista proposta na maioria das traduções aqui analisadas, pautando-se por valores contemporâneos e críticos à hegemonia patriarcal sem, jamais, perder de vista o texto original. Acredita-se que as produções artísticas e suas traduções têm o potencial tanto de perpetuar valores de eixos normativos dominantes quanto de rasurá-los, abrindo espaço

para mudanças sociais significativas. Este artigo optou, portanto, por ler a tradução a partir dessa segunda possibilidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, António Graça de. Das traduções de um poema de Li Bai. *Revista de Cultura*, n. 3, out., nov., dez. 1987.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAER, Brian James; KAINDL, Klaus. Introduction: queer(ing) Translation. In: BAER, Brian James; KAINDL, Klaus (org.). *Queering Translation, Translating the Queer: Theory, Practice, Activism*. London; New York: Routledge, 2018. p. 1-10.

BARRETO, Cristiano Mahaut de Barros. Lamento nas escadas de jade: uma nova tradução para o português. *Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores*, n. 23, p. 117-136, 2011.

BORGES, Jorge Luis. As versões homéricas. In: *Obras completas*. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Globo, 1988, p. 255-260.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CAI, Zong-qi. *How to read Chinese poetry: a guided anthology*. Nova York: Columbia University Press, 2008.

CAMPOS, Haroldo de. A quadratura do círculo. *In*: CAMPOS, Haroldo de. *A arte no horizonte do provável*. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1977 [1969]. p. 89-105.

CAMPOS, Haroldo de. *Escritos sobre jade: poesia clássica chinesa / reimaginada por Haroldo de Campos a partir dos ideogramas originais*. 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009 [1998].

CAPPARELLI, Sérgio; SUN, Yuqi. *Poemas clássicos chineses: Li Bai, Du Fu, Wang Wei*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

CARVALHO, Danniel da Silva. As genitálias da gramática. *Revista Abralin*, v. 19, n. 1, p. 1-21, nov. 2020.

CARVALHO, Danniel da Silva. Sobre a domesticação do gênero gramatical. *Trabalhos em linguística aplicada*, v. 60, n. 1, p. 148-167, jan./abr. 2021.

CARVALHO, Gil de. *Uma antologia de poesia chinesa*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1989.

COOPER, Arthur. *Li Po and Tu Fu poems*. Illustrated edition. Londres: Penguin Books, 2015 [1973].

COSTA, Vinicius Dias. *Um outro lamento nos degraus de jade*: a poesia de Li Bai em tradução. 149f. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Sentido e Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

CUNHA, Gualter. *Cathay, de Ezra Pound*. Lisboa: Relógio D'Água, 1995.

FEIJÓ, António. *Cancioneiro chinês*. 2ª edição. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1903 [1890].

FLORES, Guilherme Gontijo; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. Formas de escada de jade. In: *Algo infiel: corpo, performance, tradução*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2017, p. 143-154.

GAUTIER, Judith. *Le livre de jade*. Paris: Alphonse Lemerre Editeur, 1867.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

JATOBÁ, Júlio Reis. Poéticas do traduzir a, na e para a China: uma proposta. *Cadernos de Tradução*, *[S. l.]*, v. 39, n. esp, p. 120–147, 2019.

JIN, Ha. *The banished immortal: A Life of Li Bai (Li Po)*. E-book edition. Nova York: Pantheon, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidianos*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEWIS, Elizabeth Sara. Teoria(s) queer e performatividade: mudança social na matriz heteronormativa. In: MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago (Org.). *Currículo, sexualidade e ação docente*. Petrópolis: DP et alii, 2017, p. 157-186.

MIN, Xuefei. Cem anos de literatura brasileira traduzida na China. *Cadernos de Tradução*, *[S. l.]*, v. 45, n. esp. 3, p. 1–19, 2025.

PORTUGAL, Ricardo Primo. Por uma literalidade aplicável à tradução de poesia clássica chinesa. *Cadernos de Tradução*, *[S. l.]*, v. 45, n. esp. 3, p. 1–22, 2025.

PORTUGAL, Ricardo Primo; XIAO, Tan. *Antologia da poesia clássica chinesa: Dinastia Tang*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2019 [2013].

POUND, Ezra. *Cathay*. London: Elkin Mathews, 1915.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Tradução de Carlos Guilherme do Vale. *Bagoas*, n. 5, p. 17-44, 2010.

SANTAEMILIA, José. Sexuality and translation as intimate partners? Toward a queer turn in rewriting identities and desires. In: BAER, Brian James; KAINDL, Klaus (org.). *Queering Translation, Translating the Queer: Theory, Practice, Activism*. New York: Routledge, 2018. p. 11-25.

SINEDINO, Giorgio. Textual shifts e equivalência entre poéticas: Os cancioneiros e o clássico dos poemas comparados. *Cadernos de Tradução*, *[S. l.]*, v. 45, n. esp. 3, p. 1–23, 2025.

XIANG, Zairong. *Antigos caminhos queer: uma exploração decolonial*. Tradução de Paula Faro & Gil Vicente Lourenção. São Paulo: n-1 edições, 2024.

Recebido em: 23/07/2025
Aceito em: 10/06/2026

Vinicius Dias Costa: mestre em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e graduado em Letras pela mesma instituição. Foi professor de língua portuguesa e literatura brasileira na China entre 2024 e 2026. Seus interesses de pesquisa atravessam literatura, tradução experimental, fotografia artística e estudos de gênero.

RESENHAS

DOI: 10.12957/palimpsesto.2026.94382

A gramática imortal de Evanildo Bechara

The immortal grammar of Evanildo Bechara

Felipe de Andrade Constancio
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)
felipe.letras.ac@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-9199-225X

Diogo Wosny dos Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
matwosny@gmail.com
https://orcid.org/0009-0003-6477-1007

RESENHA

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024.

Evanildo Bechara faleceu em 22 de maio de 2025 e deixou uma herança para os usuários do Português: a *Moderna gramática portuguesa*. Ao longo de quase cem anos de vida, pôde vivenciar mudanças significativas em torno dos avanços da linguística seja no Brasil, seja no cenário mundial. Sua contribuição à filologia e à linguística brasileira é inegável e é resgatada, neste texto, a partir de sua obra monumental.

A *Moderna gramática portuguesa* insere-se, de acordo com as premissas teóricas da historiografia gramatical brasileira, no processo de publicação de obras cujo interesse maior era, a partir da segunda metade do século XX, contribuir para o ensino de Língua Portuguesa. A gramática do professor Bechara foi produzida inicialmente para atender a este objetivo, mas, aos longo de suas sucessivas edições, passou a figurar como obra representativa do que se pode chamar de gramática tradicional.

O movimento de edição e de publicação das gramáticas ditas tradicionais atravessou o século XX e, atualmente, ainda pode ser visto na prática constante do mercado editorial brasileiro acerca dos estudos linguísticos. As gramáticas tradicionais,

como se depreendem nas fontes historiográficas, são o produto e o esforço editorial de manutenção do estudo da língua, neste caso o Português, nas quais ainda é possível encontrar heranças gregas e latinas no processo de sistematização da estrutura linguística.

A partir de 1950, no processo de publicação massificada das gramáticas tradicionais, o Brasil passou por uma série de mudanças no ensino de Língua Portuguesa e pôde ver surgir nomes de gramáticos que se tornariam referências no país e no exterior. Evanildo Bechara pode ser atrelado, portanto, ao âmbito da construção histórica da chamada gramática tradicional brasileira.

Em 1961, a primeira edição da *Moderna gramática portuguesa* é publicada e, conforme sugerem os estudos críticos, a obra tornou-se referência, sobretudo nos meios escolares, pelo fato de contemplar aspectos complexos da descrição gramatical não encontrados em outros manuais da mesma natureza. Assim relata Bechara (2014, p. 25) em texto que explica o surgimento de sua obra:

> Minha *Moderna gramática portuguesa* nasceu sob a égide do movimento renovador dessa "gramática tradicional". Recebi o convite em 1960 da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, para atualizar a nova edição da *Gramática expositiva* – curso superior, de Eduardo Carlos Pereira (1885-1923) que, publicada em 1907, chegara à sua 114ª edição em 1958. Ao completar a tarefa da parte de *Fonética*, no início de 1960, convenceu-se a direção da referida Editora de que estava diante de uma nova obra, uma vez que eram tantas as inovações introduzidas na *Fonética*, acrescida de uma nova disciplina – a *Fonologia*. Encomendou-me uma nova obra que, com o título de *Moderna gramática portuguesa*, sairia em 1ª edição em 1961, reeditada até nossos dias (...).

As sucessivas edições da *Moderna gramática portuguesa* adequaram-se, ao longo dos anos, às mudanças pelas quais passou o ensino de Português (sobretudo em relação à norma padrão e à língua escrita). Assim como outras obras gramaticais, passou a adotar os pressupostos teóricos da linguística contemporânea em meio à profusão de outros manuais que também se adaptaram às exigências das teorias linguísticas tanto em relação ao ensino quanto no que tange às pesquisas em torno do Português.

Para se adequar às mudanças trazidas pelo avanço das pesquisas linguísticas, Evanildo Bechara buscou embasar seus pressupostos de gramático tradicional em torno de nomes como Manuel Said Ali (seu orientador), Joaquim Mattoso Câmara Junior, Eugenio Coseriu, José Herculano de Carvalho e Emilio Alarcos Llorach. Nomes que ora

foram referências na sua formação filológica, ora permitiram a inclusão de pressupostos teóricos da linguística contemporânea em sua obra.

Além dos meios escolares, a gramática tradicional de Bechara alcançou os meios acadêmicos e se tornou referência na formação de inúmeros professores de português tanto no Brasil quanto no exterior. Como obra circunscrita ao âmbito da tradição gramatical, tornou-se referência em muitos concursos e programas de ensino (de escolas, cursos de graduação e pós-graduação). Trata-se de uma obra que nasceu na segunda metade do século XX e alcançou edições expressivas que a tornaram texto seminal na historiografia gramatical brasileira.

A quadragésima edição da *Moderna gramática portuguesa*, além de trazer todos os capítulos revistos nos últimos anos pelo autor, oferece ao leitor, logo no início do volume, um caderno comemorativo com fotos cujos registros apontam uma intensa produção acadêmica seja em congressos, seja em atividades do professor Bechara ao longo de uma incansável jornada de trabalho em torno da Língua Portuguesa.

O leitor encontra, ainda nesta quadragésima edição, as partes essenciais da *Moderna gramática*, revistas e cuidadosamente oferecidas ao consulente: Introdução; I – Fonética e fonologia; II – Gramática descritiva e normativa; III – Pontuação; IV – Noções elementares de estilística; V – Noções elementares de versificação. Tópicos de descrição gramatical que, ao longo das sucessivas edições, foram ampliados de acordo com o rigor filológico do autor.

Na Introdução, Bechara oferece ao leitor, além das abordagens de língua e de linguagem, a distinção entre norma e sistema. Para o autor, a norma representa aspectos não funcionais da língua (pelo fato de ser fixada pelo usuário), ao passo que o sistema é responsável justamente por opor as distinções da estrutura linguística (pelo fato de sofrer mutações nos usos linguísticos). Em suas palavras: “O sistema e a norma de uma língua funcional refletem a sua estrutura” (Bechara, 2024, p. 50).

A contribuição de Bechara em torno das concepções de norma e sistema sugerem, assim como o próprio autor elenca entre os seus referenciais teóricos adotados, a abordagem epistemológica de autores que contribuíram significativamente para a descrição das línguas românicas, como no caso do linguista romeno Eugenio Coseriu, responsável por introduzir, no constante avanço dos estudos linguísticos, a distinção entre sistema, norma e fala.

Na primeira parte da *Moderna gramática portuguesa*, dedicada à fonética e à fonologia, é possível observar a argúcia de Bechara frente às mudanças pelas quais o sistema fonológico do Português passou. Fatos, como a pronúncia de vogais orais pretônicas médias e altas, são elencados como possíveis realizações nos usos do Português do Brasil: caso dos exemplos "[me'ninu]" ou "[mi'ninu]" observados pelo autor (Bechara, 2024, p. 73).

Com o apoio editorial de Ricardo Cavaliere, membro da Academia Brasileira de Letras e professor titular da Universidade Federal Fluminense, Bechara tem a oportunidade, nesta quadragésima edição, de adequar fatos linguísticos não contemplados em edições anteriores no sistema fonológico do Português, como o leitor pode observar no que diz respeito ao tratamento da pronúncia de ditongos, aos fatores de neutralização vocálica e, sobretudo, em relação às especificidades da ortografia da língua, como fator preponderante ao ensino.

A segunda parte da *Moderna gramática* (Gramática descritiva e normativa) oferece ao leitor as especificidades do sistema morfossintático do Português. As formas e as funções (das classes de palavras), a análise mórfica (dos vocábulos) e a estrutura do enunciado (de frases e orações) constituem o cerne central do processo de descrição na obra recém-editada de Evanildo Bechara – e também nas edições anteriores, por constituir maiores esforços descritivos, em termos de organização da obra.

Nesta parte da gramática, há a seguinte abordagem e conceituação de oração:

> Entre os tipos de enunciados há um conhecido pelo nome de *oração* que, pela sua estrutura, representa o objeto mais propício à análise gramatical, por melhor revelar as relações que seus componentes mantêm entre si (...).
> A oração se caracteriza por ter uma palavra fundamental que é o *verbo* (ou sintagma verbal) que reúne, na maioria das vezes, duas unidades significativas entre as quais se estabelece a *relação predicativa – o sujeito e o predicado* (...) (Bechara, 2024, p. 437).

O conceito de oração na *Moderna gramática portuguesa* alcança não apenas o que dizem outras obras (o fato de o verbo ter centralidade na constituição da oração), mas sim a perspectiva funcional da unidade oracional: o fato de o arranjo sintático ser um fator preponderante para se conceber a oração em termos de relação dos seus componentes ou em torno da "relação predicativa", como sinaliza o filólogo.

Este considerável avanço descritivo, baseado em premissas teórico-metodológicas da perspectiva funcional dos estudos da linguagem, pauta, em grande medida, muitas das discussões acerca da abordagem das unidades gramaticais na obra de Bechara. Como se disse, o texto do autor pôde sofrer mudanças ao longo do tempo, e essas alterações foram permeadas pelos avanços das teorias da linguagem (sensíveis, portanto, à sua percepção descritiva).

As três partes finais constitutivas da *Moderna gramática portuguesa* (Pontuação; Noções elementares de estilística; Noções elementares de versificação) possibilitam aos leitores consulta frequente para sanar suas dúvidas. Assim como em muitos livros da tradição gramatical, nesta obra, essas unidades de descrição gramatical (voltadas ao estilo e à correta forma de expressão da língua escrita) operam como fontes de consulta ao usuário que pretende alcançar adequação na expressão do código escrito (para adquirir a norma idealizada da língua, a chamada norma padrão).

A *Moderna gramática portuguesa* busca, em meio à sua configuração de abordagem tradicional, aliar perspectivas descritivas e normativas no tratamento das unidades da Língua Portuguesa. A sua inserção nos estudos linguísticos contemporâneos a coloca na condição de texto histórico que passou pelo complexo processo de adequação acerca dos avanços da ciência da linguagem na passagem da segunda metade do século XX ao século XXI.

Ao longo de mais de seis décadas, a *Moderna gramática portuguesa* tornou-se objeto prototípico em torno da investigação sobre a produção de gramáticas tradicionais do Português. As fontes documentais da historiografia gramatical brasileira são unânimes ao afirmar que a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, representa uma era de gramáticas tradicionais brasileiras, como um produto dessa herança descritiva tradicional. Os usuários da Língua Portuguesa são presenteados com esta quadragésima edição da gramática do Bechara. Uma gramática que permanecerá imortal como seu autor.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024.

BECHARA, Evanildo. Para quem se faz uma gramática? *In*: NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramáticas contemporâneas do português*: com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 19-30.

Recebido em: 28/09/2025
Aceito em: 21/08/2026

Felipe de Andrade Constancio: professor efetivo de Língua Portuguesa do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Realizou Estágio de Pós-doutorado em História da Gramática Brasileira (2025) pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF e Estágio de Pós-doutorado em Letras Vernáculas (2024) pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Concluiu, ainda, Doutorado (2023) e Mestrado (2018) em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ. Suas pesquisas concentram-se em torno de: estudos filológicos, gramaticografia brasileira e ensino de gramática.

Diogo Wosny dos Santos: graduado em Matemática (Uniabeu) e em Pedagogia (Faveni), Mestre em Ensino em Educação (UERJ-PPGEB). Atualmente, é Professor Efetivo da Prefeitura de Saquarema, onde leciona para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. É Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Processos Formativos e Desigualdades Sociais da UERJ-FFP. Manifesta interesse pelos seguintes temas: Ensino de álgebra na educação básica; interfaces entre o ensino de Matemática e a iconicidade; formação de professores.